SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
amupe

Pernambuco , 18 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco • ANO XVII | Nº 4163

ASSOCIAÇÃO MUNICIPALISTA DE PERNAMBUCO – AMUPE
DIRETORIA EXECUTIVA
BIÊNIO 2026/2027

PRESIDENTE:
Pedro Ermirio de Almeida Freitas Filho - Aliança

VICE-PRESIDENTE:
Elcione da Silva Ramos Pedrosa Barbosa - Igarassu

1º SECRETÁRIO:
Mirella Fernanda Bezerra de Almeida - Olinda
1º TESOUREIRO:
Ruben de Lima Barbosa - Panelas
2º TESOUREIRO:
ElioenaiDias Santos Filho - Cabrobó
SECRETÁRIA DA MULHER:
Márcia Conrado de Lorena e Sá Araújo - Serra Talhada
SUPLENTE DA SECRETÁRIA DA MULHER:
Juliana Barbosa da Silva Aguiar - Casinhas

CONSELHO FISCAL

TITULARES:
1º - Sérgio Procopio Colin da Silva Carvalho- Toritama
2º - Orlando Jorge Pereira de Andrade Lima - Limoeiro
3º - Rivaldo Alves de Souza Junior – Saloá

SUPLENTES:
1º - Ana Carolina Coelho Jordão – Ribeirão
2º - Maria Izalta Silva Lopes Gama – Ibirajuba
3º - Maria Zeneide Medeiros da Costa – Cumaru

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL - COMAGSUL

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 171, DE 1º DE JUNHO DE 2026

RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 171, DE 1º DE JUNHO DE 2026

Autoriza o Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco - COMAGSUL abrir, em seu orçamento, Crédito Adicional Suplementar.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - COMAGSUL, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 71, XII, do Estatuto da Autarquia,
CONSIDERANDO as previsões legais contidas no art. 45 da Lei nº. 4.320/64;
CONSIDERANDO a necessidade de suplementação de saldo insuficiente de dotação orçamentária;
CONSIDERANDO a necessidade da realização de despesas decorrentes da dotação ora suplementada;
CONSIDERANDO os termos do parágrafo 2º do art. 167 da Constituição Federal, onde estabelece que os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
CONSIDERANDO o contido na Resolução COMAGSUL nº 160, de 03 de dezembro de 2025, especificamente no art. 5º, e seus parágrafos, que autoriza a promoção de ajustes de programação por insuficiência nas dotações orçamentárias em decorrência das atividades desenvolvidas e necessidades demandadas,
Faço saber que a Resolução COMAGSUL nº 160, de 03 de dezembro de 2025, aprovada pela 26ª Assembleia Geralautorizou, e Eu em seu nome, nos termos dos arts. 56 e 57 do Estatuto Social, mandei expedir a seguinte:

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica o COMAGSUL autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar em seu orçamento vigente, referente ao Exercício Financeiro de 2026, aprovado pela Resolução nº 160/2025, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Resolução, mediante a utilização de recursos permitidos no Parágrafo 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, no valor de R$ 154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais), distribuídos nas seguintes dotações:

Suplementação (+) 154.000,00

02 01 01 - CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL/PE - COMAGSUL
23 - 04.122.0401.2001.0000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL – COMAGSUL 60.000,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO C F.R.: 013 03
3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
13 - Recursos Próprios
501 001 - RECURSOS DO CONTRATO DE RATEIO
26 - 04.122.0401.2001.0000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL – COMAGSUL 30.000,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO C F.R.: 013 03
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
13 - Recursos Próprios
880 025 - RECURSOS PRÓPRIOS - COMAGSUL

57 - 10.122.1002.2008.0000 - PROGRAMA INTERM DE SAÚDE PÚBLICA COMPL 50.000,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PR F.R.: 013 01
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
13 - Recursos Próprios
880 026 - AÇÕES DELEGADAS

75 - 10.122.1002.2010.0000 - PROGRAMA INTERMU DE SAÚDE PÚBLICA COMPL 10.000,00
APOIO EM AÇÕES DE PREVENÇÃO À SAÚDE AOS MUNICÍ F.R.: 013 03
3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
13 - Recursos Próprios
880 026 - AÇÕES DELEGADAS

158 - 13.392.1300.2012.0000 - PROGRAMA REG DE INC À CULTURA – CÂMA 4.000,00
APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, FO F.R.: 013 03
3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
13 - Recursos Próprios
880 025 - RECURSOS PRÓPRIOS - COMAGSUL

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulações:

02 01 01 - CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL/PE - COM
241 - 23.691.2300.2057.0000 - PROGR REGIONAL DE DESENV ECONÔMIC -10.000,00
MANUTENÇÃO DAS ATIV.DE IMPL.PLATAFORMA MULTIMODA F.R. Grupo: 013 01
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
13 - Recursos Próprios
887 026 - TRANSF. DE RECURSOS DA UNIÃO

02 55 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO - SEDESP
350 - 12.361.1201.2028.0000 - PROG TODOS PELA EDUCAÇÃO - PROED LAGOA -114.000,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA TODOS PE F.R. Grupo: 013 03
3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
13 - Recursos Próprios
882 014 - TRANSF. RECURSOS PROED - LAGOA

02 55 08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGRO
360 - 18.542.1803.2030.0000 - PROG GOVERN DE PROTEÇÃO AMBIENTAL -30.000,00
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO A F.R. Grupo: 013 03
3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
13 - Recursos Próprios
881 014 - RECURSOS DO PROAMB - LAGOA

Anulação (-) -154.000,00

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, contando-se-lhe seus efeitos a partir de sua assinatura.

Sede do COMAGSUL em Agrestina – PE, em 1º de junho de 2026.

LUZIENE GOMES F. B. CARNEIRO
Coordenadora Financeira
Presidente do COMAGSUL

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues da Silva
Código Identificador:4B275399

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 172, DE 1º DE JULHO DE 2026

RESOLUÇÃO COMAGSUL Nº 172, DE 1º DE JULHO DE 2026

Autoriza o Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco - COMAGSUL abrir, em seu orçamento, Crédito Adicional Suplementar.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - COMAGSUL, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 71, XII, do Estatuto da Autarquia,
CONSIDERANDO as previsões legais contidas no art. 45 da Lei nº. 4.320/64;
CONSIDERANDO a necessidade de suplementação de saldo insuficiente de dotação orçamentária;
CONSIDERANDO a necessidade da realização de despesas decorrentes da dotação ora suplementada;
CONSIDERANDO os termos do parágrafo 2º do art. 167 da Constituição Federal, onde estabelece que os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;
CONSIDERANDO o contido na Resolução COMAGSUL nº 160, de 03 de dezembro de 2025, especificamente no art. 5º, e seus parágrafos, que autoriza a promoção de ajustes de programação por insuficiência nas dotações orçamentárias em decorrência das atividades desenvolvidas e necessidades demandadas,
Faço saber que a Resolução COMAGSUL nº 160, de 03 de dezembro de 2025, aprovada pela 26ª Assembleia Geralautorizou, e Eu em seu nome, nos termos dos arts. 56 e 57 do Estatuto Social, mandei expedir a seguinte:

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica o COMAGSUL autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar em seu orçamento vigente, referente ao Exercício Financeiro de 2026, aprovado pela Resolução nº 160/2025, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Resolução, mediante a utilização de recursos permitidos no Parágrafo 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, no valor de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), distribuídos nas seguintes dotações:

Suplementação (+) 230.000,00

02 01 01 - CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL/PE - COMAGSUL
13 - 04.122.0401.2001.0000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL – COMAGSUL 150.000,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO C F.R.: 013 01
3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
13 - Recursos Próprios
501 001 - RECURSOS DO CONTRATO DE RATEIO

26 - 04.122.0401.2001.0000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL – COMAGSUL 80.000,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO C F.R.: 013 03
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
13 - Recursos Próprios
880 025 - RECURSOS PRÓPRIOS - COMAGSUL

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulações:

02 55 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO - SEDESP
350 - 12.361.1201.2028.0000 - PROGR TODOS PELA EDUCAÇÃO - PROED LAGOA -190.000,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA TODOS PE F.R. Grupo: 013 03
3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
13 - Recursos Próprios
882 014 - TRANSF. RECURSOS PROED - LAGOA

02 55 08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGRO

360 - 18.542.1803.2030.0000 - PROGR GOVERN DE PROTEÇÃO AMBIENTAL -40.000,00
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO A F.R. Grupo: 013 03
3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
13 - Recursos Próprios
881 014 - RECURSOS DO PROAMB - LAGOA

Anulação (-) -230.000,00

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, contando-se-lhe seus efeitos a partir de sua assinatura.

Sede do COMAGSUL em Agrestina – PE, em 1º de julho de 2026.

LUZIENE GOMES F. B. CARNEIRO
Coordenadora Financeira
Presidente do COMAGSUL

JOSUÉ MENDES DA SILVA
Prefeito de Agrestina

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues da Silva
Código Identificador:940F2CF4

ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS - COMUPE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO -CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

P.L. nº 13/2026 – P. Eletrônico nº 11/2026. REGISTRO DE PREÇOS, COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DESTINADOS À ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIS PARA PROFISSIONAIS ELETRICISTAS**.VALOR ESTIMADO**:**R$ 4.252.485,08**. **INÍCIO DA SESSÃO: 01/09/2026**às 14h (Horário de Brasília). A cópia do Edital pode ser acessada na íntegra no site Do**COMUPE:https://www.comupe.org/e no sitedo portal de compras públicas:**www.portaldecompraspublicas.com.br duvidas e esclarecimentos pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Recife-PE, 17/08/2026

ÊNIO AMORIM VIANA
Pregoeiro do COMUPE

Publicado por:
Jorge Marques do Amaral Santos
Código Identificador:5E960985

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 102/2026

CONTRATO Nº 102/2026. INEXIGIBILIDADE Nº 027/2026, PL Nº 040/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE 10 (DEZ) APRESENTAÇÕES TEATRAIS DO ESPETÁCULO INFANTIL BASEADO NA HISTORIA DO "BOBBIE GOODIES", A SEREM REALIZADAS **NOS DIAS 10, 11, 12, 13 E 14 DE AGOSTO DE 2026**, DESTINADAS AOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ABREU E LIMA/PE, EM ATENDIMENTO AO PROJETO PEDAGÓGICO **"ESCOLA VAI AO TEATRO",** PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, partes integrantes do presente **PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 027/2026, PL Nº 046/2026. Contratada**: ZOOM FESTAS E EVENTOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 52.720.493/0001-38, no **Valor total RR262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil reais). Vigência**: O presente CONTRATO vigorará pelo prazo de 60 dias, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado automaticamente quando seu objeto não for concluído no período avençado, sem prejuízo da adoção das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Abreu e Lima, 27 de julho de 2026.

JAQUELINE MOREIRA DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:59780006

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE 046/2026, PL Nº 027/2026

R**ATIFICO** a Inexigibilidade nº 046/2026, PL nº 027/2026 que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE 10 (DEZ) **APRESENTAÇÕES TEATRAI**S DO ESPETÁCULO INFANTIL BASEADO NA HISTORIA DO "BOBBIE GOODIES", A SEREM REALIZADAS NOS DIAS 10, 11, 12, 13 E 14 DE AGOSTO DE 2026, DESTINADAS AOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ABREU E LIMA/PE, EM ATENDIMENTO AO PROJETO PEDAGÓGICO **"ESCOLA VAI AO TEATRO"**, PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no valor de **R$262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil reais)** e autorizo a contratação da **ZOOM FESTAS E EVENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ sob nº **52.720.493/0001-38**.

Abreu e lima, 27 de julho de 2026

JAQUELINE MOREIRA DA SILVA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:1662DB5A

SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2025

1º Termo Aditivo a ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 018/2025. **CONTRATADO**: INNOVAKIR IMPORTACAO EM SAUDE LTDA, doravante denominada DETENTORA DA ATA, CNPJ nº 39.509.826/0001-16. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 18/08/2026 e término em 18/08/2027. **VIGÊNCIA:** A partir de sua assinatura. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Artigo 84, da Lei 14.133/21. As demais cláusulas permaneceram inalteradas.

Abreu e Lima, 29 de julho de 2026

LEIDJANE VIRÃES NETA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:1E02E4F1

SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2025

1º Termo Aditivo a ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 023/2025. **CONTRATADO**: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, doravante denominada DETENTORA DA ATA, CNPJ nº 81.706.251/0001-98. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 19/08/2026 e término em 19/08/2027. **VIGÊNCIA:** A partir de sua assinatura. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Artigo 84, da Lei 14.133/21. As demais cláusulas permaneceram inalteradas.

Abreu e Lima, 13 de agosto de 2026

LEIDJANE VIRÃES NETA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:F11A72C0

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE AFRÂNIO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 183/2026

Relação dos candidatos convocados na seleção pública simplificada, Edital nº 002/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AFRÂNIO, Estado de Pernambuco, no uso das suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO as determinações que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar os candidatos dispostos na seleçao pública simplificada para os cargos abaixo descritos:

CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

CARGO	NOME	POSICÃO	LOTAÇÃO
Auxiliar de Serviços Gerais	VANESSA DA SILVA RODRIGUES	13º	Esc. Mun. Mundo Infantil – Sec. de Educação
Auxiliar de Serviços Gerais	NAYRA CRISTINA SANTOS FERREIRA	3º	Esc. Mun. Padre Cícero – Sec. de Educação
Merendeira	KATIA PEREIRA DOS SANTOS	7º	Esc. Mun. Mundo Infantil – Sec. de Educação

Os **CONVOCADOS** deverão comparecer a Sede da Prefeitura Municipal de Afrânio, no endereço: Rua Afonso Arinos de Melo Franco, s/nº, Isabel Gomes, Afrânio/PE**, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação, no horário de 8h00min às 14h00min.**
Conforme disposto no Edital segue abaixo a documentação necessária, sendo obrigatória a apresentação de original e cópia:

11. DA CONVOCAÇÃO/CONTRATAÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

Para contratação, o candidato deverá satisfazer as seguintes condições:

− Ter sido aprovado no processo seletivo;
− Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas previstas no art. 12, §1º, da Constituição Federal;
− Atender aos requisitos da função a que concorreu;
− Estar em dia com as obrigações eleitorais;
− Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
− Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou emancipados civilmente;
− Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função;
− Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, bem como não exercer Função, emprego ou função pública nos referidos entes públicos;
− Não acumular cargos, empregos ou funções públicas, a não ser nos casos constitucionalmente permitidos, devendo apresentar declaração quanto ao exercício de outro(s) cargo(s), emprego(s) ou função (ões) pública(s) e sobre recebimento de proventos decorrentes de aposentadoria e/ou pensão;
− Não ter causado rescisão contratual por conduta inadequada no período de três anos anteriores ao presente processo seletivo;
- Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Firmar termo de compromisso de sigilo e confidencialidade das informações;
- Ser considerado apto no exame admissional a ser realizado. O exame de saúde pré-admissional correrá às expensas do candidato, mediante apresentação dos laudos, exames e declaração de saúde que forem exigidos;
- Não ter sido condenado a pena privativa de liberdade transitada em julgado ou qualquer outra condenação incompatível com a função pública;
- Estar registrado e com a situação regularizada junto ao órgão de conselho de classe correspondente à sua formação profissional, quando for o caso;
- Estar apto física e mentalmente para o exercício da função;
- Não registrar antecedentes criminais; e
- Cumprir com as determinações do Edital 002/2025.

11.1 A convocação para as contratações se dará através de comunicação em Diário Oficial do Município.

11.2. Só serão aceitos Diplomas, Certificados e Declarações emitidos por instituição reconhecida por autoridade pública competente.

11.3. O exame de saúde pré-admissional correrá às expensas do candidato, assim como as despesas decorrentes de eventuais deslocamentos e hospedagem, durante a seleção ou em virtude de eventual contratação.

11.4 Todos os direitos e deveres dos contratados serão regulamentados nos termos deste ato convocatório e/ou através do instrumento contratual celebrado, de modo que os mesmos estarão submetidos ao regime jurídico-administrativo, em observância ao disposto no art. 37, IX, da Constituição Federal.

11.5 No ato da contratação, deverão ser apresentados os seguintes documentos, além de outros exigidos no Edital:

− 02 (duas) fotos colorida 3x4 (três por quatro) recente;
− CPF – Cadastro de Pessoa Física (original e cópia);
− Cédula de Identidade (original e cópia);
− Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento (original e cópia), ou declaração de união estável, se viúvo, apresentar a Certidão de Óbito, se divorciado, apresentar a Averbação ou Escritura Pública de União Estável;
− Atestado ou Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Federal e Estadual;
− Registro Civil dos filhos menores de 14 (quatorze anos), se houver (original e cópia);
− Carteira de vacinação dos filhos menores de 6 (seis) anos, se houver; − CPF dos dependentes;
− Título de Eleitor e a comprovação do cumprimento das obrigações eleitorais (original e cópia);
− Cartão PIS ou PASEP (caso não seja o primeiro contrato de trabalho);
− Comprovação do nível de escolaridade exigido para a função pleiteada e/ou diploma devidamente registrado (original e cópia), fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério de Educação;
- Registro no Conselho Regional da categoria profissional, quando for o caso e, certidão negativa;
− Certificado Militar (comprovar estar em dia com as obrigações militares) se do sexo masculino (original e cópia);
− Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
− Comprovante de residência atualizado;
− Atestado médico pré-admissional (clínica do trabalho);
− Cartão ou o nº da Conta Corrente do Banco do Brasil, não sendo aceito conta de qualquer outro Banco;
- Comprovante de experiência para os cargos que a exigirem;
- Certidão Negativa do Tribunal de Justiça Estadual - Ações cíveis e criminais;
- Certidão Negativa do Tribunal de Justiça Federal - Ações cíveis e criminais;

− Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, expedida pelo Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br)
− Comprovante de regularidade do CPF retirado no site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/Consu lta Publica.asp ;
− Comprovante de Qualificação Cadastral, que deve ser retirado no site: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml .

A não observância do prazo estipulado para entrega dos documentos, bem como a apresentação de documentação incompleta ou em desacordo com o estabelecido neste edital, impedirá a contratação do candidato, a qualquer tempo, em decorrência da presente seleção, bem como não serão aceitas requisições de final de fila, retardando a contratação.

11.6 Os contratos firmados entre a Prefeitura Municipal de Afrânio/PE e os candidatos aprovados no presente Processo Seletivo, terão duração de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

Afrânio-PE, 17 de agosto de 2026.

CLOVES RAMOS DE MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vandelmar Nogueira da Silva
Código Identificador:8F0629CA

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
EXTRATO AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 020/2025-FMAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 020/2025-FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 013/2025 INEXIGIBILIDADE n° 002/2025

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA ÁGUA PRETA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 12.064.805/0001-88, com sede na Praça dos Três Poderes, S/N, Centro, Água Preta/PE.

CONTRATADA: OSUE DE ARAUJO ALBUQUERQUE, brasileiro, residente no Água Preta/PE, CONTRATANTE E CONTRATADA,

OBJETO: O presente Termo aditivo tem como finalidade a Prorrogação em 12 (doze) meses, ao Contrato Administrativo n.° 020/2025-FMAS, que tem como objeto: Contrato de Aluguel Social - Locação de 01 (um) imóvel, situado a Rua Dantas Barreto, N.° 4326, Centro, Água Preta/PE, com a finalidade de atender as necessidades da Sra. ROSINEIDE MARIA DA SILVA ALVES, família carente, conforme relatório social em anexo e art. 3º da Lei Municipal n° 1.588 de 06.07.2001 e Decreto Municipal n° 023/2009 em 10/12/2009.

VALOR: O presente contrato será acrescido o valor de R$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais), totalizando no período de 12 (doze) meses, no valor global de R$ 3.000,00 (três mil, reais).

VIGENCIA: O Contrato n° 020/2025-FMAS, será prorrogado por 12 (doze) meses, contados partir da data de sua assinatura, que se inicia em 31/07/2026, com término previsto para 31/07/2027, em conformidade com a Lei Federal 14.133/21

Água Preta/PE, 23 de julho de 2026.

ROSSANA VALÉRIA LOPES DE MELO
Secretária/Contratante

Publicado por:
Patrícia Alves Dos Santos
Código Identificador:5D251390

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ÁGUAS BELAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 045/2026 - PMAB
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 012/2026 – PMAB

O **Secretário Municipal de Planejamento e Gestão** da Prefeitura Municipal de Águas Belas/PE, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 002/2025, considerando a instrução constante dos autos e os princípios que regem as contratações públicas, especialmente os previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO o poder-dever de autotutela administrativa, consagrado na **Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal**, que autoriza a Administração a rever seus próprios atos e a revogá-los por razões de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos eventualmente constituídos;
CONSIDERANDO os princípios do planejamento, motivação, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, eficiência e economicidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como os objetivos estabelecidos no art. 11, incisos I e II, da mesma Lei;
CONSIDERANDO que o art. 18 da Lei nº 14.133/2021 exige que o planejamento da contratação compatibilize os aspectos técnicos capazes de interferir na definição e na adequada execução do objeto;
CONSIDERANDO que, **anteriormente à conclusão da fase de julgamento, foi identificada inconsistência material no LOTE II – URBANO ADMINISTRATIVO,** no qual coexistem especificações distintas para a mesma motocicleta, inclusive motorização de 150cc a 250cc, com potência mínima de 11 CV, e motorização de 140cc a 160cc, com potência entre 11 CV e 15 CV;
CONSIDERANDO que a duplicidade de parâmetros técnicos compromete a definição inequívoca do objeto, a formulação uniforme das propostas e a comparação objetiva das soluções, tornando inconveniente ao interesse público o prosseguimento do Lote II sem prévia consolidação de especificação técnica única e coerente;
CONSIDERANDO que a inconsistência identificada está restrita ao Lote II, inexistindo fundamento técnico ou administrativo para alcançar o Lote I, cuja autonomia permite o regular prosseguimento do certame em observância à proporcionalidade, à eficiência e ao aproveitamento dos atos válidos;
RESOLVE:
1. **REVOGAR PARCIALMENTE** o Pregão Eletrônico (SRP) nº 012/2026, Processo Administrativo nº 045/2026-PMAB, exclusivamente quanto ao **LOTE II – URBANO ADMINISTRATIVO**, no exercício do poder-dever de autotutela administrativa consagrado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal e pelas razões de conveniência e interesse público devidamente motivadas nos autos.
MANTER INALTERADO o andamento do certame quanto ao **LOTE I**, preservando-se os atos regularmente praticados e o seu trâmite regular, por não ser alcançado pela inconsistência que fundamenta a presente revogação parcial.
4. Publique-se este ato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE), no sítio eletrônico oficial do Município e na plataforma eletrônica do certame, para ampla transparência e ciência dos interessados.

Águas Belas/PE, 12 de agosto de 2026.

SERGIO RICARDO BARBOZA DE MATOS
Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos
Portaria nº 023/2025

ROSÂNGELA BRANDÃO MARTINS
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 978/2025

KALYNE KEULLY TENÓRIO MACHADO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 772/2025

JOYCE PALOMA XAVIER DE ANDRADE
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria nº 026/2025

RAUL JOSÉ ALVES PINHEIRO
Secretário de Planejamento e Gestão
Portaria nº 002/2025

Publicado por:
Maria Eduarda Ribeiro Viana de Melo
Código Identificador:B7005FFF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 0050 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Decreto nº 0050 de 17 de Agosto de 2026

Decreta Luto Oficial, Por 03 (Três) Dias, No Município De Águas Belas, Em Razão Do Falecimento Da Senhora Maria Firmino, E Dá Outras Providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS BELAS-PE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Constituições Federal e Estadual, assim como pela Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições dadas Pela Lei Ordinária Municipal n° 1248/2025,

CONSIDERANDO o falecimento da Senhora MARIA FIRMINO, cuja partida causa profundo pesar e consternação à sociedade águas-belense;

CONSIDERANDO sua reconhecida trajetória como tradicional comerciante do Município de Águas Belas, atividade que exerceu ao longo de muitos anos, tornando-se figura conhecida, respeitada e estimada pela população;

CONSIDERANDO que sua história de trabalho, dedicação e convivência comunitária integra a memória do comércio tradicional de Águas Belas e representa o legado de uma geração que contribuiu para o desenvolvimento econômico e social do Município;

CONSIDERANDO os relevantes vínculos de amizade, respeito e carinho construídos pela Senhora Maria Firmino ao longo de sua vida, fazendo-se presente na história e no cotidiano de inúmeras famílias águas-belenses;

CONSIDERANDO que seu falecimento representa significativa perda não apenas para seus familiares e amigos, mas para toda a comunidade, que reconhece sua trajetória, sua contribuição e o legado deixado ao Município de Águas Belas;

CONSIDERANDO, por fim, o dever do Poder Público Municipal de prestar justa homenagem à memória daqueles que, por sua trajetória de vida, trabalho e participação na comunidade, conquistaram o respeito e a admiração do povo águas-belense;

Decreta:

Art. 1º. Fica decretado LUTO OFICIAL, pelo período de 03 (três) dias, no Município de Águas Belas, Estado de Pernambuco, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA FIRMINO, tradicional comerciante e estimada cidadã águas-belense.

Art. 2º Durante o período de luto oficial, a Bandeira do Município de Águas Belas permanecerá hasteada a meio-mastro nos prédios públicos municipais, como manifestação de respeito e homenagem à memória da Senhora Maria Firmino.

Art. 3º O luto oficial decretado por este ato possui caráter exclusivamente honorífico e não implicará suspensão do expediente, das atividades laborais ou dos serviços públicos municipais, permanecendo inalterado o regular funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Os servidores públicos municipais deverão cumprir normalmente suas respectivas jornadas de trabalho durante o período de luto oficial, observados os horários ordinários de funcionamento de cada órgão ou serviço.

Art. 4º O Município de Águas Belas manifesta, por meio deste ato, sua solidariedade e suas mais sinceras condolências aos familiares e amigos da Senhora Maria Firmino, reconhecendo e reverenciando a contribuição de sua trajetória para a história e para a comunidade águas-belense.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em Águas Belas (PE), 17 de agosto de 2026.

JOSÉ ELTON MARTINS DE SOUZA
Prefeito do Município de Águas Belas-PE

Publicado por:
Adriano Tenório Moraes
Código Identificador:0D0EAEBF

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ALIANÇA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALIANÇA – PE
EDITAL DE CHAMAMENTO 03/2026

A Secretaria Municipal de Educação da Aliança, através da Diretoria de Ensino, torna público o Edital de Chamamento Público para:

Recebimento de propostas de Soluções Educacionais Integradas voltadas à Educação de Jovens e Adultos – EJA, destinados aos estudantes e professores das Fases I, II, III e IV, da rede municipal de ensino para serem avaliados pela Secretaria Municipal de Educação e posterior abertura de processo licitatório, na modalidade de pregão eletrônico, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, competitividade e interesse público, em conformidade com a Constituição Federal, Lei nº 14.133/2021, Lei nº 9.394/1996, Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA e demais normas aplicáveis.	
FORNECIMENTO DAS SOLUÇÕES: 10 (dez) dias úteis, no período de 18/08/2026 até 31/08/2026	
E-MAIL PARA OUTRAS INFORMAÇÕES**:** seducalianca@gmail.com	
Responsável**:** Elisabete Ramos Magalhães Guedes	Contato**:** 81. 99873-4734
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília em dias úteis.	
ÓRGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Educação	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROCESSO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE SOLUÇÕES EDUCACIONAIS INTEGRADAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA, DESTINADOS AOS ESTUDANTES E PROFESSORES DAS FASES I, II, III E IV, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA SEREM AVALIADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E POSTERIOR ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO.

DA JUSTIFICATIVA

1.1. CONSIDERANDO que a Educação de Jovens e Adultos – EJA constitui modalidade da Educação Básica destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria, assegurando o direito à educação ao longo da vida, conforme previsto nos arts. 37 e 38 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

1.2. CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação tem como compromisso garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da escolaridade dos estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos, mediante a oferta de materiais didáticos e soluções pedagógicas adequadas às especificidades dessa modalidade de ensino;

1.3. CONSIDERANDO que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos apresentam diferentes trajetórias escolares, experiências de vida, perfis etários, contextos socioculturais e necessidades formativas, exigindo metodologias próprias, materiais contextualizados e práticas pedagógicas diferenciadas, capazes de promover aprendizagens significativas;
1.4. CONSIDERANDO que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, o Currículo de Pernambuco e o Currículo da Rede Municipal constituem referenciais para a organização das práticas pedagógicas e para o desenvolvimento das competências e habilidades essenciais dos estudantes da modalidade;
1.5. CONSIDERANDO que compete ao Município implementar políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade da oferta educacional, assegurando recursos didáticos compatíveis com as características da Educação de Jovens e Adultos, observando os princípios da equidade, inclusão, respeito à diversidade e valorização das experiências de vida dos educandos;
1.6. CONSIDERANDO a necessidade de disponibilizar soluções educacionais integradas que promovam o fortalecimento das competências de leitura, escrita, oralidade, raciocínio lógico-matemático, cultura digital, cidadania, mundo do trabalho, educação financeira, educação ambiental, direitos humanos e demais componentes indispensáveis à formação integral dos estudantes da modalidade;
1.7. CONSIDERANDO que os materiais didáticos destinados à Educação de Jovens e Adultos devem apresentar linguagem apropriada ao público jovem, adulto e idoso, respeitando suas especificidades cognitivas, culturais e sociais, evitando a utilização de materiais originalmente elaborados para crianças e adolescentes do ensino regular;
1.8. CONSIDERANDO que esta Secretaria busca selecionar soluções educacionais compostas por livros didáticos, materiais complementares, manuais do professor, recursos digitais, avaliações diagnósticas e formativas, plataforma educacional e acompanhamento pedagógico, capazes de fortalecer o processo de ensino e aprendizagem na modalidade;
1.9. CONSIDERANDO que os materiais apresentados deverão possuir ISBN próprio, observar o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, apresentar elevado padrão de qualidade pedagógica, editorial e gráfica, além de estarem atualizados em conformidade com a legislação educacional vigente;
1.10. CONSIDERANDO que a análise das soluções educacionais será realizada por Comissão Técnica especialmente designada por Portaria da Secretaria Municipal de Educação, composta por técnicos, coordenadores pedagógicos e especialistas da modalidade Educação de Jovens e Adultos, garantindo critérios de impessoalidade, isonomia, transparência e rigor técnico durante todo o processo de avaliação;
1.11. CONSIDERANDO que os especialistas designados procederão à leitura, análise e emissão de parecer técnico sobre todas as obras apresentadas pelas editoras e distribuidoras, observando critérios de qualidade pedagógica, alinhamento curricular, adequação metodológica, inovação educacional, acessibilidade, recursos tecnológicos e pertinência à modalidade EJA, subsidiando a elaboração do Termo de Referência para eventual processo licitatório;
1.12. CONSIDERANDO que as soluções educacionais deverão contemplar, obrigatoriamente, materiais específicos destinados às **Fases I, II, III e IV da Educação de Jovens e Adultos**, assegurando progressão pedagógica, interdisciplinaridade, contextualização das aprendizagens e articulação entre formação escolar, cidadania e qualificação para o mundo do trabalho;
1.13. CONSIDERANDO que a Comissão Técnica necessitará de prazo suficiente para realização da avaliação qualitativa das soluções apresentadas, fica estabelecido o período previsto neste edital para recebimento das obras, análise técnico-pedagógica e emissão dos respectivos pareceres, observando os princípios da eficiência administrativa e do planejamento da futura contratação;
1.14. CONSIDERANDO que as soluções educacionais eventualmente selecionadas neste Chamamento Público servirão exclusivamente para subsidiar a elaboração do Termo de Referência e eventual abertura de processo licitatório, não gerando qualquer direito subjetivo à contratação das editoras ou distribuidoras participantes;
1.15. CONSIDERANDO, por fim, o compromisso institucional da Secretaria Municipal de Educação com a oferta de uma Educação de Jovens e Adultos de qualidade social, inclusiva, democrática e transformadora, voltada ao pleno desenvolvimento do educando, ao exercício da cidadania e à continuidade dos estudos, **TORNAMOS PÚBLICO** o presente Edital de Chamamento Público para recebimento de **Soluções Educacionais Integradas voltadas à Educação de Jovens e Adultos – EJA, compreendendo as Fases I, II, III e IV**, para análise técnico-pedagógica e eventual utilização em futuro procedimento licitatório.

DO OBJETO

Edital de Convocação para processo de recebimento de propostas de Soluções Educacionais Integradas voltadas à Educação de Jovens e Adultos – EJA, compreendendo as Fases I, II, III e IV, destinadas aos estudantes e professores da rede municipal de ensino, para serem submetidas à avaliação técnico-pedagógica pela Secretaria Municipal de Educação e subsidiar a elaboração de Termo de Referência e a posterior instauração de processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, visando à aquisição de materiais didáticos, recursos pedagógicos, soluções digitais, e acompanhamento pedagógico, que promovam o fortalecimento das aprendizagens, a elevação da qualidade do ensino, a permanência e o êxito escolar dos estudantes, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Currículo da Rede Municipal de Ensino e demais normativas educacionais vigentes.

DA CARACTERIZAÇÃO DOS MATERIAIS DE APOIO PEDAGÓGICO PARA MELHORIA DAS PROFICIÊNCIAS

As Soluções Educacionais Integradas destinadas à Educação de Jovens e Adultos – EJA, compreendendo as **Fases I, II, III e IV**, deverão contemplar materiais didáticos, recursos pedagógicos, ferramentas tecnológicas e acompanhamento pedagógico, observando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Currículo da Rede Municipal de Ensino e demais normativas educacionais vigentes, atendendo aos seguintes requisitos:
3.1.1. Fornecimento de **Coleção Didática completa** para estudantes da Educação de Jovens e Adultos, específica para cada uma das **Fases I, II, III e IV**, composta por livros consumíveis, elaborados especialmente para a modalidade EJA, contemplando linguagem apropriada ao público jovem, adulto e idoso, em formato impresso e digital, acompanhados de plataforma educacional.
3.1.2. As coleções deverão possuir **ISBN individual**, observar o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e apresentar conteúdo atualizado, contextualizado e interdisciplinar, contemplando os componentes curriculares previstos para a modalidade, desenvolvendo competências e habilidades relacionadas à: leitura, escrita e produção textual; raciocínio lógico-matemático; Ciências da Natureza; Ciências Humanas; Cultura Digital; Educação Financeira; Educação Ambiental; Direitos Humanos; Mundo do Trabalho; Empreendedorismo; Cidadania; Diversidade cultural e inclusão social.
3.1.3. Os materiais deverão apresentar metodologia específica para a Educação de Jovens e Adultos, valorizando os conhecimentos prévios, as experiências de vida dos estudantes, a resolução de problemas, a aprendizagem significativa, a interdisciplinaridade e a aplicação prática dos conhecimentos no cotidiano.
3.1.4. Cada coleção deverá conter atividades diagnósticas, sequências didáticas, estudos de caso, projetos integradores, atividades contextualizadas, avaliações formativas, instrumentos de autoavaliação e propostas de intervenção pedagógica adequadas às especificidades da modalidade.
3.1.5. As soluções deverão disponibilizar **Manual do Professor**, impresso e digital, contendo: orientações metodológicas; planejamento por unidade; objetivos de aprendizagem; competências e habilidades desenvolvidas; sugestões de atividades complementares; estratégias de avaliação; propostas de recomposição das aprendizagens; referências bibliográficas.
3.1.6. Disponibilizar plataforma digital de aprendizagem contendo: biblioteca digital; objetos educacionais digitais; vídeos; recursos multimídia; atividades interativas; banco de questões; materiais complementares; acesso para estudantes, professores e equipe gestora.

3.1.7. Disponibilizar ferramentas digitais para acompanhamento da aprendizagem, permitindo o monitoramento do desempenho dos estudantes por turma, fase, unidade temática, habilidades desenvolvidas e evolução individual.
3.1.8. Disponibilizar instrumentos de avaliação diagnóstica, processual e somativa para todas as Fases da Educação de Jovens e Adultos, acompanhados de relatórios pedagógicos automatizados e consolidados em ambiente digital.
3.1.9. Disponibilizar recursos que possibilitem a interação entre estudantes e professores, utilizando diferentes mídias digitais, ambientes virtuais de aprendizagem e ferramentas colaborativas.
3.1.10. Disponibilizar acompanhamento técnico-pedagógico durante toda a vigência da contratação, compreendendo assessoramento aos professores, coordenadores pedagógicos e equipe gestora, por meio de encontros presenciais e/ou virtuais.
3.1.11. Disponibilizar ambiente digital que permita o registro de acessos, emissão de relatórios gerenciais, indicadores de utilização da plataforma, acompanhamento das atividades realizadas e evolução da aprendizagem dos estudantes.
3.1.12. As soluções deverão apresentar recursos de acessibilidade, contemplando princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), possibilitando atendimento às necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados na Educação de Jovens e Adultos.
3.1.13. Todo o material deverá possuir elevado padrão de qualidade editorial, gráfica e pedagógica, impressão em policromia, acabamento resistente ao uso contínuo, ilustrações compatíveis com o público da modalidade e conteúdo atualizado em conformidade com a legislação educacional vigente.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4.1. Poderão participar do presente Chamamento Público editoras, distribuidoras, empresas especializadas ou representantes comerciais legalmente constituídos, que comprovem atuação no segmento educacional e atendam às exigências estabelecidas neste Edital, apresentando Soluções Educacionais Integradas destinadas à Educação de Jovens e Adultos – EJA, compreendendo as Fases I, II, III e IV.
4.2. Os interessados deverão apresentar soluções educacionais que atendam integralmente às especificações técnicas, pedagógicas e funcionais descritas neste Edital, observando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Currículo da Rede Municipal de Ensino e demais normativas educacionais vigentes.
4.3. As soluções apresentadas deverão ser compostas, no mínimo, por materiais didáticos do estudante, manuais do professor, recursos digitais, plataforma educacional, instrumentos de avaliação da aprendizagem, acompanhamento técnico-pedagógico, conforme especificações constantes neste Edital.
4.4. Todos os materiais apresentados deverão possuir ISBN válido, observar o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e estar em conformidade com a legislação educacional vigente, sendo vedada a apresentação de materiais adaptados de outras etapas ou modalidades de ensino sem adequação específica para a Educação de Jovens e Adultos.
4.5. A participação neste Chamamento Público implica plena aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, não cabendo aos participantes alegar desconhecimento de quaisquer de suas disposições.
DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

5.1. O período para entrega das Soluções Educacionais Integradas compreenderá o prazo de **10 (dez) dias úteis**, iniciando-se 18/08/2026 às 8h00min e encerrando-se em 31/08/2026, às **15h00min**, conforme cronograma estabelecido neste Edital.
5.2. As entregas deverão ser realizadas no período compreendido entre **8h e 12h** e das **13h às 15h**, exclusivamente nos dias úteis, observado o prazo previsto no item 5.1.
5.3. As Soluções Educacionais Integradas destinadas à **Educação de Jovens e Adultos – EJA (Fases I, II, III e IV)** deverão ser entregues para fins de Análise Técnico-Pedagógica nas dependências da **Secretaria Municipal de Educação de Aliança**, atualmente funcionando na **UEPA – Unidade Educacional da Prefeitura da Aliança**, situada na **Av. Dr. Genésio Gomes de Moraes, S/N, Centro, Aliança – PE, CEP 55.890-000**, observados o período e os horários estabelecidos neste Edital.
5.4. As soluções deverão ser entregues devidamente identificadas, lacradas e acompanhadas da documentação prevista neste Edital, sob responsabilidade exclusiva da editora, distribuidora ou empresa participante.
5.5. Não serão recebidas soluções educacionais entregues fora do período, horário ou local estabelecidos neste Edital, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Educação.
6. DA APRESENTAÇÃO DOS MATERIAIS E PRAZOS DE ANÁLISE
6.1. As Soluções Educacionais Integradas deverão ser protocoladas mediante **Ofício de Apresentação**, assinado pelo representante legal da editora, distribuidora ou empresa participante, acompanhado dos seguintes documentos:
A) Dados completos de identificação da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço, telefone, endereço eletrônico (e-mail), nome do representante legal e demais informações constantes do **Anexo I**;
b) Comprovação da representação comercial ou autorização de distribuição da editora, quando aplicável;
c) Relação completa das obras que compõem a Solução Educacional Integrada, contendo, no mínimo:
título da obra; fase da Educação de Jovens e Adultos (Fase I, II, III ou IV) a que se destina; autor(es); editora; ano da edição; ISBN; quantidade de volumes; valor de tabela praticado pela editora ou distribuidora, conforme modelo constante no **Anexo II**.
d) Apresentação da proposta técnica da Solução Educacional Integrada, contendo descrição dos materiais didáticos, plataforma digital, recursos tecnológicos, acompanhamento pedagógico e demais serviços ofertados.
6.2. Todos os materiais impressos deverão ser entregues devidamente embalados, identificados externamente com o nome da editora ou distribuidora, título da coleção, modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, fase correspondente (I, II, III ou IV) e relação dos volumes constantes na embalagem.
6.3. As editoras ou distribuidoras deverão disponibilizar todos os recursos digitais necessários à avaliação da solução apresentada, incluindo acesso temporário à plataforma educacional, login e senha de demonstração, quando houver, bem como quaisquer materiais digitais complementares necessários à análise técnico-pedagógica.
6.4. A ausência de quaisquer documentos ou materiais exigidos neste Edital poderá impedir a análise da solução apresentada, sem prejuízo da possibilidade de diligência pela Comissão de Avaliação, quando entender pertinente.
6.5. A análise técnico-pedagógica das Soluções Educacionais Integradas será realizada pela Comissão Técnica designada pela Secretaria Municipal de Educação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do período de recebimento das propostas.
6.6. Havendo necessidade devidamente justificada, especialmente em razão da quantidade de materiais recebidos ou da complexidade das análises, o prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante decisão da Comissão de Avaliação.
6.7. Durante o processo de avaliação, a Comissão poderá solicitar informações complementares, esclarecimentos técnicos, demonstrações da plataforma educacional ou apresentação de funcionalidades da solução, sempre que julgar necessário ao pleno convencimento acerca da qualidade técnica e pedagógica da proposta apresentada.
DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

7.1. As Soluções Educacionais Integradas apresentadas em atendimento ao presente Chamamento Público serão submetidas à análise técnico-pedagógica por Comissão Especial designada mediante Portaria da Secretaria Municipal de Educação, composta por técnicos da Diretoria de Ensino, coordenadores pedagógicos, especialistas da Educação de Jovens e Adultos – EJA e demais profissionais com reconhecida experiência na área educacional.
7.2. A Comissão procederá à análise das soluções com base em critérios técnicos, pedagógicos e metodológicos, emitindo Parecer Técnico individualizado para cada solução apresentada, observando os

princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, transparência, eficiência e interesse público.

7.3. A avaliação das Soluções Educacionais Integradas observará, entre outros, os seguintes aspectos:

adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA;

alinhamento à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, ao Currículo da Rede Municipal de Ensino e às demais normativas educacionais vigentes;

compatibilidade dos conteúdos com as especificidades das Fases I, II, III e IV da Educação de Jovens e Adultos;

qualidade técnico-pedagógica dos materiais impressos e digitais;

organização metodológica e sequência didática;

contextualização das aprendizagens com o cotidiano dos estudantes jovens, adultos e idosos;

desenvolvimento das competências relacionadas à leitura, escrita, raciocínio lógico-matemático, cultura digital, cidadania, mundo do trabalho e formação integral;

qualidade editorial, gráfica e visual das obras;

acessibilidade, recursos inclusivos e adequação às necessidades dos estudantes da modalidade;

funcionalidades da plataforma educacional, recursos tecnológicos, instrumentos de avaliação e relatórios gerenciais;

7.4. A Comissão poderá solicitar esclarecimentos, demonstrações práticas da plataforma digital, apresentação técnica dos materiais, acesso temporário aos ambientes virtuais de aprendizagem ou documentação complementar, sempre que entender necessário para subsidiar a emissão do parecer técnico.

7.5. A análise técnico-pedagógica será realizada de forma objetiva, impessoal e isonômica, observando exclusivamente os critérios estabelecidos neste Edital, sendo vedada qualquer distinção entre os participantes que não decorra das características técnicas e pedagógicas das soluções apresentadas.

7.6. As Soluções Educacionais Integradas serão analisadas conforme a ordem cronológica de protocolo junto à Secretaria Municipal de Educação, ressalvada a necessidade de diligências ou complementações que possam alterar a sequência dos trabalhos da Comissão.

7.7. A conclusão da avaliação será formalizada mediante Parecer Técnico emitido pela Comissão Especial, que subsidiará a Secretaria Municipal de Educação na seleção das soluções consideradas aptas para compor o Termo de Referência e eventual procedimento licitatório.

7.8. A aprovação técnico-pedagógica da solução educacional no âmbito deste Chamamento Público não gera direito subjetivo à contratação, à aquisição dos materiais ou à participação privilegiada no futuro processo licitatório, constituindo-se apenas em etapa preparatória destinada à seleção técnica das soluções que melhor atendam ao interesse da Administração Pública.

8. DA SELEÇÃO DAS SOLUÇÕES EDUCACIONAIS

8.1.1. Concluída a análise técnico-pedagógica, a Comissão Especial emitirá Parecer Técnico conclusivo sobre cada Solução Educacional Integrada apresentada, indicando sua aptidão ou não para compor o banco de soluções aprovadas pela Secretaria Municipal de Educação.

8.1.2. O resultado da avaliação será comunicado oficialmente às editoras, distribuidoras ou empresas participantes por meio do endereço eletrônico informado no cadastro constante do Anexo I deste Edital.

8.1.3. As Soluções Educacionais consideradas aptas permanecerão, provisoriamente, sob a guarda da Secretaria Municipal de Educação, exclusivamente para subsidiar a elaboração do Termo de Referência e eventual procedimento licitatório.

8.1.4. A aprovação técnico-pedagógica da Solução Educacional Integrada não gera direito subjetivo à contratação, à aquisição dos materiais ou à celebração de qualquer instrumento contratual, constituindo apenas etapa preparatória destinada à identificação das soluções que atendam ao interesse da Administração Pública.

8.1.5. Caso a editora, distribuidora ou empresa participante solicite a devolução dos materiais aprovados, esta ocorrerá após a conclusão do procedimento administrativo correspondente ou, inexistindo futura contratação, em até **30 (trinta) dias** após a divulgação do resultado final deste Chamamento Público.

8.1.6. A retirada dos materiais deverá ser realizada pela interessada, às suas expensas, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da comunicação da disponibilidade para devolução, no mesmo local em que foram entregues.

8.2. Da não seleção das Soluções Educacionais

8.2.1. As editoras, distribuidoras ou empresas cujas Soluções Educacionais Integradas não forem consideradas aptas serão comunicadas oficialmente por meio do endereço eletrônico informado no cadastro.

8.2.2. As Soluções Educacionais não selecionadas deverão ser retiradas pela respectiva editora, distribuidora ou empresa participante no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data da comunicação oficial.

8.2.3. A retirada deverá ocorrer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, no mesmo endereço onde os materiais foram protocolados, sendo todas as despesas de transporte e logística de responsabilidade exclusiva da participante.

8.2.4. Decorrido o prazo previsto no item anterior sem manifestação da interessada, a Secretaria Municipal de Educação poderá dar aos materiais a destinação que entender mais adequada ao interesse público, sem que caiba à participante qualquer direito à indenização, ressarcimento ou compensação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A apresentação das Soluções Educacionais Integradas no âmbito deste Chamamento Público possui caráter exclusivamente colaborativo e consultivo, não gerando qualquer direito à contratação, aquisição dos materiais, celebração de instrumento contratual ou expectativa de direito por parte das editoras, distribuidoras ou empresas participantes, tampouco qualquer obrigação para a Secretaria Municipal de Educação.

9.2. A participação neste Chamamento Público implica plena e irrestrita aceitação de todas as disposições constantes neste Edital, sendo vedado aos participantes alegar desconhecimento de seu conteúdo, de seus anexos ou de quaisquer comunicados oficiais posteriormente divulgados pela Secretaria Municipal de Educação.

9.3. As editoras, distribuidoras ou empresas participantes deverão manter atualizados seus dados cadastrais, especialmente endereço, telefone e endereço eletrônico (e-mail), responsabilizando-se integralmente pelas informações prestadas e pela tempestiva atualização de seus registros durante toda a vigência deste procedimento.

9.4. A participação neste Chamamento Público ocorrerá por conta e risco exclusivo das editoras, distribuidoras ou empresas participantes, não cabendo qualquer tipo de indenização, ressarcimento ou compensação financeira em decorrência da análise técnico-pedagógica das Soluções Educacionais apresentadas, independentemente do resultado obtido.

9.5. A não aprovação técnico-pedagógica de qualquer Solução Educacional Integrada não impede a participação da respectiva editora, distribuidora ou empresa em futuros chamamentos públicos, procedimentos licitatórios ou processos de aquisição promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, não constituindo juízo definitivo acerca da qualidade técnica, editorial ou pedagógica da solução apresentada.

9.6. A aprovação técnico-pedagógica da Solução Educacional Integrada neste Chamamento Público constitui exclusivamente requisito para subsidiar a elaboração do Termo de Referência e eventual procedimento licitatório, não obrigando a Administração Pública à aquisição dos materiais, à contratação da empresa participante ou à abertura de processo licitatório.

9.7. Caso venha a ser instaurado procedimento licitatório para contratação do objeto deste Chamamento Público, todas as editoras, distribuidoras e empresas que atendam aos requisitos legais poderão participar do certame em igualdade de condições, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

9.8. Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital serão analisados e decididos pela Comissão Especial de Avaliação, observada a legislação vigente e os princípios que regem a Administração Pública.

9.9. Quaisquer esclarecimentos relativos ao presente Chamamento Público poderão ser solicitados à Secretaria Municipal de Educação,

por meio do endereço eletrônico **seducalianca@gmail.com**, ou por outros canais oficiais eventualmente divulgados pela Administração.
9.10. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aliança - PE, 17 de agosto de 2026.

ELISABETE RAMOS MAGALHÃES GUEDES
Diretora de Ensino

ANEXO I
PLANILHA DE DADOS CADASTRAIS

DADOS EMPRESA	
RAZÃO SOCIAL	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE (s) LEGAL(ais) e QUALIFICAÇÃO: (Administrador, conforme os atos constitutivos)	(Nome, Nacionalidade, RG, CPF, Endereço)
TELEFONE:	
E-MAIL:	

ANEXO II
LISTA DE LIVROS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO APRESENTADA

Título	**Autor**	**Ano de edição**	**Editora**	**ISBN**	**Valor de tabela praticado pela editora ou distribuidora**

, de de .
Local e data

Atenciosamente,

Nome e Assinatura do Representante Legal da editora ou distribuidora.

Publicado por:
Evandro Severino Barbosa
Código Identificador:B07FFD7F

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALIANÇA – PE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Aditivo n°: 1°/2026. Prazo. Contrato n°: 034/2025. Processo n°: 014/2025. Dispensa Eletrônica n°: 002/2025. Prestação de serviços especializado em coleta, tratamento, através de destruição térmica ou tratado e destinação final dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos de saúde do município de Aliança.. Vigência 16/07/2026 a 16/01/2027. Contratado B- Green Gestão Ambiental – CNPJ: 01.568.077/0002-06.

Aliança, 17/08/2026.

PEDRO ERMÍRIO DE ALMEIDA FREITAS FILHO –
Gestor do Fundo Municipal de Saúde .

Publicado por:
Evandro Severino Barbosa
Código Identificador:50946296

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ALTINHO

AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ALTINHO - ALTINHOPREV
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026.

CONTRATANTE: Autarquia Municipal de Previdência Social de Altinho – ALTINHOPREV. CONTRATADA: MATIAS E LEITÃO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA – LEMA, CNPJ nº 14.813.501/0001-00. OBJETO: Prestação de serviços continuados de consultoria e assessoria de investimentos, com sistema de gerenciamento de carteira de investimentos e elaboração anual de estudo de ALM – Asset Liability Management. VALOR: R$ 2.180,00 (dois mil, cento e oitenta reais) mensais, totalizando o valor de R$ 26.160,00 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta reais) para 12 meses. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, III, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Altinho/PE, 05 de agosto de 2026.

GLORIVALDO ROBERTO DE BARROS
Diretor-Presidente
ALTINHOPREV

Publicado por:
Tiago de Barros Gomes
Código Identificador:EE3C60ED

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ARARIPINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARIPINA
AVISO DE SUSPENSÃO DE PRECESSO LICITATÓRIO

Ref.: Processo Licitatório Nº 027/2026 – Concorrência Eletrônico Nº 004/2026, da Secretaria Municipal de Educação.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ARARIPINA/PE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MÃO DE OBRA, A SEREM EXECUTADOS SOB DEMANDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO.

O município de Araripina - PE, através da Comissão de Contratação do Município, por seu respectivo Agente de Contratação o Sr. Antônio Rodrigo Falcão Batista, torna público aos interessados que o certame em epígrafe, será **SUSPENSO** para readequações editalícias e correções de planilhas orçamentárias.

Após serem realizadas as referidas alterações, o Aviso de Licitação e Edital serão republicados com nova data de abertura do certame.
Informações complementares: (87) 9 8138 – 9688 ou através do e-mail: cpl@araripina.pe.gov.br, sediada na Rua Coelho Rodrigues, nº 174, Centro, neste município, de segunda a sexta, das 08hs às 14hs.

Araripina – PE, 18 de agosto de 2026.

ANTÔNIO RODRIGO FALCÃO BATISTA
Agente de Contratação
Portaria Nº 157/2025

Publicado por:
Paula Suany Alencar Gonçalves
Código Identificador:F78A4131

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ARCOVERDE

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE ARCOVERDE
PORTARIA ARCOPREV Nº 060/2026 - PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR ATIVO: UILDE DA SILVA SANTOS

PORTARIA ARCOPREV Nº 060/2026

Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte - Art. 18, inciso II da Lei Municipal Complementar nº 14/2020 [Servidor Ativo] UILDE DA SILVA SANTOS

O Diretor Presidente do **Regime Próprio de Previdência Social do Município de Arcoverde - ARCOPREV**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas nos termos do Art. 41, inciso XIII, da Lei Municipal Complementar nº 14/2020, de 20 de abril de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício **PENSÃO POR MORTE**, em decorrência do falecimento do segurado Efetivo **UILDE DA SILVA SANTOS**, portador do RG nº *.768.24* SSP/PE, inscrito no CPF nº ***.914.564-**, Efetivo no cargo de TRATORISTA, Matrícula Funcional 000652, nos termos do **Art. 8º, inc. I; Art. 18, inc. II; Art. 19, inc. I; e, Art. 21, inc. IV, "a", da Lei Municipal Complementar nº 14, de 20 de abril de 2020 c/c Artigo 40, § 7º, da CF/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003**, conforme Processo Administrativo do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Arcoverde - ARCOPREV, número 027/2026, a seguinte beneficiária:

I - MARIA APARECIDA PEREIRA NASCIMENTO, cônjuge, portadora do RG nº ***.526.034-** SDS/PE e do CPF nº ***.526.034-**, nascida em 23 de Abril de 1984, com duração de **04 meses**, com extinção do benefício em **22 de Novembro de 2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a **22/07/2026** (data do óbito), revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Arcoverde/PE, em 14 de agosto de 2026

EDIMIR DE BARROS FILHO
Diretor Presidente da ARCOPREV

Publicado por:
Edilson Jose de Sá
Código Identificador:E5C433D1

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BARREIROS

GABINETE DO PREFEITO
PEDIDO DE COTAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL BARREIROS/PE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ E PATRIMONIAL

PEDIDO COTAÇÃO DE PREÇOS

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação, operação, manutenção, suporte e gerenciamento do sistema de estacionamento público rotativo pago (Zona Azul) em vias públicas do Município de Barreiros/PE. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS COTAÇÕES: 18/08/2026. LIMITE DO ACOLHIMENTO DAS COTAÇÕES: 21/08/2026 -** As interessadas em participar da presente Cotação Prévia de Preços, poderão adiquiri-la, pelo e-mail: ***cotacaobarreiros@gmail.com*** na Sala do Setor de Compras, no seguinte endereço à Rua Ayres Belo, Nº 136 – Centro – Barreiros – PE – CEP: 55.560-000 - Fone: (81) 3675-1156 / 3675-1122, horario das 8h das 8h as 14:00h.

Barreiros, 17 de agosto de 2026**.**

SILVIA CAROLINA FARIAS DE A SILVA –
Agente Administrativo.

Publicado por:
Severino José Ferreira de Araujo
Código Identificador:E49B1F09

GABINETE DO PREFEITO
PEDIDO DE COTAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL BARREIROS/PE
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ E PATRIMONIAL

PEDIDO COTAÇÃO DE PREÇOS

Contratação de empresa especializada para realização de CURSO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL – CHP, para 26 (vinte e seis) guardas municipais do município de Barreiros/PE.
INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS COTAÇÕES: 18/08/2026. LIMITE DO ACOLHIMENTO DAS COTAÇÕES: 21/08/2026 - As interessadas em participar da presente Cotação Prévia de Preços, poderão adiquiri-la, pelo e-mail: ***cotacaobarreiros@gmail.com*** na Sala do Setor de Compras, no seguinte endereço à Rua Ayres Belo, Nº 136 – Centro – Barreiros – PE – CEP: 55.560-000 - Fone: (81) 3675-1156 / 3675-1122, horario das 8h das 8h as 14:00h.

Barreiros, 17 de agosto de 2026**.**

SILVIA CAROLINA FARIAS DE A SILVA –
Agente Administrativo Efetivo.

Publicado por:
Severino José Ferreira de Araujo
Código Identificador:5D2CEC17

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 011/2026, Processo Licitatório 100/2026 – Fundamento Legal: Art. 74, Inciso II e § 2º da Lei Federal 14.133/2021. Objeto: Contratação da empresa **FABIO DE SOUZA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - ME,** para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária ao Município de Belém do São Francisco/PE, visando orientar a Administração Municipal, especialmente o Setor de Tributos, quanto aos procedimentos de lançamento, fiscalização, arrecadação, cobrança e inscrição em dívida ativa dos tributos municipais, bem como prestar suporte técnico na atualização da legislação tributária municipal, na modernização dos procedimentos administrativos e na capacitação dos servidores. Pessoa Jurídica: FABIO DE SOUZA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 53.402.967/0001-66, estabelecida na Avenida Cardoso de Sá, 800, Edifício Empresarial Sérgio Cabral, Vila Eduardo, CEP: 56.328-020, Petrolina/PE. Valor Total: R$ 102.000,00. Vigência: 12 meses.

Belém do São Francisco/PE, 17 de agosto de 2026.

MARIA APARECIDA SÁ
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Mikelle Caroline Lima
Código Identificador:A7C71B9C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO 092/2026

Processo Licitatório nº 100/2026, Inexigibilidade nº 011/2026. Natureza do Objeto: prestar serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária ao Município de Belém do São Francisco/PE, visando orientar a Administração Municipal, especialmente o Setor de Tributos, quanto aos procedimentos de lançamento, fiscalização, arrecadação, cobrança e inscrição em dívida ativa dos tributos municipais, bem como prestar suporte técnico na atualização da legislação tributária municipal, na modernização dos procedimentos administrativos e na capacitação dos servidores. Contratada: FABIO DE SOUZA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL

DE ADVOCACIA - ME, inscrita no CNPJº 53.402.967/0001-66, estabelecida na Avenida Cardoso de Sá, 800, Edifício Empresarial Sérgio Cabral, Vila Eduardo, Petrolina/PE. Valor Global: R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais). Vigência: 12 meses. Belém do São Francisco (PE), DATA: 17/08/2026, ASS: Maria Aparecida Sá, Secretária Municipal de Finanças/Fábio de Souza Lima, FABIO DE SOUZA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - ME.

Publicado por:
Mikelle Caroline Lima
Código Identificador:90982693

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BELO JARDIM

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM - AEB
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2026- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026. Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO, SOM E EFEITOS CÊNICOS para a Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB, destinados à realização de eventos pedagógicos, culturais, apresentações artísticas e atividades de integração institucional, garantindo suporte técnico e operacional para a montagem e execução de ambientes audiovisuais, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026,** com validade de 12 (doze) meses. **OTIMIZE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº. 11.189.761/0001-50. **VALOR REGISTRADO**: **R$ 6.894,00 (seis mil, oitocentos e noventa e quatro reais).**

Belo Jardim, 18 de agosto de 2026.

ANTONIO HENRIQUE HABIB CARVALHO
Diretor – Presidente da AEB

Publicado por:
Flavio Moreira Alves da Silva
Código Identificador:2E7CE2D2

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM - AEB
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2026- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026. Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO, SOM E EFEITOS CÊNICOS para a Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB, destinados à realização de eventos pedagógicos, culturais, apresentações artísticas e atividades de integração institucional, garantindo suporte técnico e operacional para a montagem e execução de ambientes audiovisuais, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026,** com validade de 12 (doze) meses. **MCR Representação Comercial**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº. 21.285.472/0001-08. **VALOR REGISTRADO**: **R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).**

Belo Jardim, 18 de agosto de 2026.

ANTONIO HENRIQUE HABIB CARVALHO
Diretor – Presidente da AEB

Publicado por:
Flavio Moreira Alves da Silva
Código Identificador:895481E3

PREFEITURA DE BELO JARDIM
PORTARIA Nº 365, DE 06 DE AGOSTO DE 2026.

Exonera servidor no âmbito da Secretaria de Educação, Esporte e Tecnologia do Município de Belo Jardim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: Art. 1º – Exonerar, a pedido do servidor, o Sr. BRENO EDUARDO LIBERATO AZEVEDO, inscrito no CPF (ME) sob o nº. ***.830.504-**, efetivo, no cargo de Professor II – Séries Finais (6º ao 9º ano), Matrícula 6003428, lotado na Secretaria de Educação, Esporte e Tecnologia, no âmbito do Município de Belo Jardim. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 04 de agosto de 2026. Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete Institucional, Palácio Municipal Deputado José Mendonça Bezerra, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, 06 de agosto de 2026.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Késia Duarte de Melo
Código Identificador:89CC7F11

PREFEITURA DE BELO JARDIM
PORTARIA Nº 371, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza o pedido de registro de marca junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI referente ao nome e à logomarca "Festa das Marocas" e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94, inciso II, alíneas “c” e “d” da Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO que a Festa das Marocas constitui manifestação cultural de relevância histórica, turística e identitária para o Município de Belo Jardim, integrando o patrimônio cultural e imaterial do povo belo-jardinense; CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º da Lei Orgânica do Município de Belo Jardim, constituem bens do Município todos os direitos e ações que a qualquer título lhe pertencem, incluindo os direitos de propriedade intelectual resultantes da atividade de seus servidores; CONSIDERANDO que a logomarca oficial da Festa das Marocas foi criada por servidor comissionado da Assessoria de Comunicação desta Prefeitura no exercício regular de suas atribuições funcionais, razão pela qual os direitos patrimoniais sobre a referida obra pertencem originariamente ao Município de Belo Jardim, na forma dos arts. 110 e 111 da Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; CONSIDERANDO a necessidade de proteger institucionalmente o nome e a identidade visual do referido evento, resguardando o patrimônio do Município e coibindo o uso indevido por terceiros; CONSIDERANDO que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI é o órgão competente para o registro de marcas no âmbito do território nacional, nos termos da Lei Federal nº 9.279, de 14 de maio de 1996; CONSIDERANDO que o Município de Belo Jardim, na qualidade de pessoa jurídica de direito público interno, possui plena capacidade para figurar como titular de registro de marca perante o INPI. RESOLVE: Art. 1º - Fica autorizado o pedido de registro de marca nominativa e mista referente ao nome "Festa das Marocas" e à respectiva logomarca oficial junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI, em nome do Município de Belo Jardim. Art. 2º - A Procuradoria Geral do Município fica designada como unidade responsável pela condução do processo administrativo de registro, podendo, para tanto, praticar todos os atos necessários perante o INPI, incluindo o depósito do pedido, o acompanhamento da tramitação, a resposta a exigências e oposições e o recebimento do Certificado de Registro de Marca. Art. 3º - A Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal prestará suporte técnico à Procuradoria Geral, fornecendo os arquivos da logomarca nos formatos adequados, bem como as informações necessárias à instrução do processo, e emitirá a Declaração de Autoria Funcional prevista no processo administrativo correspondente. Art. 4º - A Secretaria Municipal de Governo, Articulação Política e Gabinete Institucional prestará o suporte administrativo necessário à execução desta Portaria. Art. 5º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no

orçamento vigente, sob o elemento de despesa correspondente, observado o disposto nos arts. 117 e seguintes da Lei Orgânica do Município. Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicada no Diário Oficial do Município. Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Palácio Municipal Deputado José Mendonça Bezerra, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, 12 de agosto de 2026.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Késia Duarte de Melo
Código Identificador:F6842B50

PREFEITURA DE BELO JARDIM
PORTARIA Nº 372, DE 13 DE AGOSTO DE 2026.

Exonera Assessor Executivo no âmbito deste Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.649/2025, RESOLVE: Art. 1º – Exonerar a Sra. RENATA HELENA DE ARAÚJO, inscrita no CPF (ME) nº ***.808.264-**, do cargo em comissão de Assessor Executivo, Símbolo CC6, Lei Municipal nº 3.649/2025, no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mudança do Clima do Município de Belo Jardim. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir dessa data, 13 de agosto de 2026. Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Palácio Municipal Deputado José Mendonça Bezerra, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, 13 de agosto de 2026.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Késia Duarte de Melo
Código Identificador:0C236298

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BETÂNIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO FMAS Nº 004/2026, PREGÃO ELETRÔNICO FMAS Nº 002/2026. Objeto Nat.: Serviços - Objeto Descr. Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Betânia/PE. Julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, Valor máximo aceitável global para todos os itens: R$ 96.885,00 (noventa e seis mil oitocentos e oitenta e cinco reais). Início do acolhimento das propostas: 31/08/2026 às 10:00h. Abertura da sessão de lances: 31/08/2026, às 10:30h (horário de Brasília). Seguindo a Lei 14.133/21 o julgamento ocorrerá pelo Portal de Compras Públicas estando disponível no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Betânia/PE, 17 de agosto de 2026.

JÉSSICA MENEZES SILVA –
Agente de Contratação/Pregoeira.

Publicado por:
Joan Talles Vasconcelos de Sá
Código Identificador:A08A9FD8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BETÂNIA/PE

PROCESSO PMB Nº 040/2026, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PMB Nº 009/2026. Objeto Nat.: Obras e Serviços de Engenharia – Objeto Descr.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE ENGENHARIA VISANDO À CONCLUSÃO DA REFORMA DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BETÂNIA/PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Valor máximo aceitável para o certame: R$ 363.346,46 (trezentos e sessenta e três mil trezentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos). Início do acolhimento das propostas: 18/08/2026 às 18h00min. Data limite para impugnação e pedido de esclarecimento: 31/08/2026 às 23h59min. Data final para cadastramento das propostas e envio da documentação de habilitação: 03/09/2026 às 08h00min, sob a forma de disputa com INVERSÃO DE FASES, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Início da sessão de disputa: 04/09/2026 às 11h00min (horário de Brasília). O julgamento ocorrerá pelo Portal de Compras Públicas, disponível no site: www.portaldecompraspublicas.com.br . Mais informações podem ser obtidas diretamente na sala da Comissão de Contratação, localizada no 1º andar da Prefeitura Municipal de Betânia, situada na Praça Anfilófio Feitosa, nº 60, Centro, Betânia/PE, no horário das 08h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira, ou pelo e-mail: cplbetania@gmail.com e no site www.betania.pe.gov.br.

Betânia/PE, 17 de agosto de 2026.

JÉSSICA MENEZES SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Joan Talles Vasconcelos de Sá
Código Identificador:543EAB64

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BEZERROS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2026 – PMB PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2026 – PMB

PROCESSO LICITATÓRIO N° 085/2026 – PMB, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2026 – PMB, UASG 982337, OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção do sistema de iluminação pública do município de Bezerros-PE, compreendendo as atividades de manutenção preventiva e corretiva, modernização, ampliação do parque elétrico, bem como a execução de serviços de georreferenciamento, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e veículos especializados, abrangendo as zonas urbanas e rural, pelo período de 12 (doze) meses. Valor total estimado: **R$ 4.003.748,19 (quatro milhões três mil setecentos e quarenta e oito reais e dezenove centavos).** A sessão acontecerá através do site www.comprasgovernamentais.gov.br e a abertura da sessão terá início no dia 02/09/2026 às 09h. Informação e obtenção do edital poderá ser solicitado através do e-mail: bezerroscpl@gmail.com, retirado no sítio https://bezerros.pe.gov.br, no portal de compras do governo federal – www.comprasgovernamentais.gov.br, ou no endereço: Praça Duque de Caxias – Empresarial José Ferraz n.º 9 A – 1º andar.

17 de agosto de 2026

CAYC ORIGE SENA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Cayc Orige Sena Silva
Código Identificador:B10ED41E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BODOCÓ

PREFETIURA MUNICIPAL DE BODOCÓ _ DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2026 – PMB

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2026 – PMB
Processo Licitatório nº 037/2026 – PMB

Recebimento das documentações DE **HABILITAÇÃO** E **PROPOSTAS DE PREÇOS** ATÉ:
DIA 01/09/2026 ÀS 23:59MIN
via e-mail: cplbodocope@gmail.com.

Objeto:
O objeto do presente procedimento é o credenciamento de Pessoas Jurídicas interessadas na prestação de serviços técnicos de Eletricista de Rede (Manutenção em Altura), visando atender às demandas de manutenção corretiva, preventiva e ampliação do parque de iluminação pública da Secretaria de Obras vinculada à Prefeitura Municipal de Bodocó.
VALOR ESTIMADO: O valor unitário para a hora de serviço é de R$ 39,53 (**trinta e nove reais e cinquenta e três centavos**).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.
Edital e demais informações na sede da Prefeitura, sito na Avenida Floriano Peixoto, N.º 78, Centro, Bodocó (PE). E-mail: cplbodocope@gmail.com, e/ou pelo site da Prefeitura de Bodocó: https://transparencia.bodoco.pe.gov.br/index.php/portal-das-licitacoes. BNC - Bolsa Nacional de Compras - https://bnc.org.br.

OTAVIO AUGUSTO TAVARES PEDROSA CALVANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubens Murilo Furtado Silva
Código Identificador:324CF668

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Nº: 00009/2026. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00004/2026. Compra. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00004/2026, para Registro de preço para Contratação de Empresa para Aquisição de Sistema de Climatização do Tipo VRV (Volume de Refrigerante Variável) para Atender às Demandas do Centro Educacional e Cultural Professora Marineide Braz, do Município de Bom Jardim/PE. Itens 1, 2: Thiago Diego Nascimento Silva. CNPJ: 27.212.325/0001-94, pelo valor de R$ 208.355,20.

Bom Jardim, 17 de agosto de 2026.

DANIELLY MONTEIRO DE MORAES BATISTA.
Secretária de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Publicado por:
Edjasme Melquisedec de Andrade Costa Monte
Código Identificador:C3399495

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO BOM JARDIM-PE
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Nº: 00010/2026. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00005/2026. Compra. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00005/2026, para Registro de Preço para Contratação de empresas para a Aquisição de materiais e equipamentos de Fisioterapia (Centro de Saúde, Umari, Encruzilhada, Tamboatá, Pindobinha, Bizarra) e atendimentos domiciliares da E–multi (EQUIPE 1 E 2) para unidades de saúde. Itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 26, 28: Distribuidora de Produtos Agreste Meridional Ltda. CNPJ: 40.876.269/0001-50, pelo valor de R$ 95.784,67; Item 2: E S Carvalho Ltda. CNPJ: 58.173.748/0001-76, pelo valor de R$ 4.500,00; Itens 12, 21, 23, 24, 25: Guidoni Distribuidora Ltda. CNPJ: 63.129.821/0001-42, pelo valor de R$ 5.550,90; Item 1: Maxlicite Soluções Comerciais. CNPJ: 39.537.400/0001-76, pelo valor de R$ 6.289,90; Item 17: Melim Comercial Ltda ME. CNPJ: 49.608.132/0001-90, pelo valor de R$ 8.340,00; Itens 18, 27: Padrão Atacadista de Produtos para a Saúde Ltda. CNPJ: 54.232.811/0001-47, pelo valor de R$ 3.569,88.

Bom Jardim, 17 de agosto de 2026.

SEVERINO AGUINAILDO DE LIMA.
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Edjasme Melquisedec de Andrade Costa Monte
Código Identificador:44F30EF8

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
EDITAL DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A POSSE Nº 002/2026

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2026
AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A POSSE Nº 002/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JARDIM/PE, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente RETIFICAÇÃO do Edital de Convocação para a Posse nº 002/2026, referente aos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2023, para corrigir erro material quanto à denominação do cargo constante do referido instrumento, nos seguintes termos:

1. DA RETIFICAÇÃO

No primeiro parágrafo do Edital de Convocação para a Posse nº 002/2026, onde se lê:
"para o cargo de Agente Comunitário de Saúde."

Leia-se:

"para o cargo de Agente de Combate às Endemias."

Do mesmo modo, onde consta:

"CARGO: Agente Comunitário de Saúde"

Leia-se:

"CARGO: Agente de Combate às Endemias"

2. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
Permanecem inalteradas e integralmente válidas todas as demais disposições constantes do Edital de Convocação para a Posse nº 002/2026, inclusive quanto aos candidatos convocados, respectivas classificações, prazos, documentos exigidos e demais condições para a posse.

A presente retificação passa a integrar o Edital de Convocação para a Posse nº 002/2026 para todos os fins de direito.

Bom Jardim/PE, 17 de agosto de 2026.

SEVERINO AGUINAILDO DE LIMA
Secretário Municipal De Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Bom Jardim/PE

Publicado por:
Josevaldo Jose de Santana
Código Identificador:1CE7A512

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO- PROCEDIMENTO FRACASSADO

Processo Nº: 00053/2026. AGC. Dispensa Nº DV00003/2026. Compra. Homologação da Dispensa Nº DV00003/2026: **Procedimento Fracassado**. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA HIDRÁULICA

ARTICULADA ROTATIVA DESTINADA À UTILIZAÇÃO EM TRATOR AGRÍCOLA, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM/PE. MOTIVO: Procedimento fracassado em razão do não atendimento, pela empresa participante, aos requisitos de habilitação estabelecidos no edital.

Bom Jardim, 16/07/2026.

ARSÊNIO MEDEIROS DE OLIVEIRA.
Prefeito.

Publicado por:
Edjasme Melquisedec de Andrade Costa Monte
Código Identificador:486A1AB0

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BONITO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Aquisição de materiais destinados às escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, a serem utilizados no Desfile Cívico em alusão ao Dia da Independência do Brasil (7 de Setembro), conforme especificações no Edital e no Termo de Referência. **Contratada: L.C. EMPREENDIMENTOS E DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ: 06.349.848/0001-07, com sede na Rua Desembargador João Batista, Novo Prado, sala 02, Recife/PE. **CONTRATO Nº 117/2026**. **Valor total:** R$ 53.332,25 (cinquenta e três mil, trezentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos). **ORIGEM:** Pregão Eletrônico nº 020/2026. Processo Licitatório nº 042/2026. Vigência: 12 meses.

Bonito, 20 de julho de 2026.

JOSÉ ROBERVAL DOS SANTOS,
Prefeito.

Publicado por:
Maria Theresa Roberta Cavalcanti Melo
Código Identificador:1529B0EF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Aquisição de materiais destinados às escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, a serem utilizados no Desfile Cívico em alusão ao Dia da Independência do Brasil (7 de Setembro), conforme especificações no Edital e no Termo de Referência. **Contratada: W.M. DOS SANTOS COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA,** inscrita no CNPJ: 32.842.915/0001-30, com sede na Rua Marisia Galindo, 54, Centro, Bonito/PE. **CONTRATO Nº 118/2026**. **Valor total:** R$ 132.450,60 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta reais e sessenta centavos). **ORIGEM:** Pregão Eletrônico nº 020/2026. Processo Licitatório nº 042/2026. Vigência: 12 meses.

Bonito, 20 de julho de 2026.

JOSÉ ROBERVAL DOS SANTOS,
Prefeito.

Publicado por:
Maria Theresa Roberta Cavalcanti Melo
Código Identificador:08F3E4F3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, de serviços de manutenção predial programada, não programada, serviços de readequações de ambientes internos e externos integrantes de toda a estrutura física dos prédios vinculados a Secretaria de Educação do Município de Bonito/PE, conforme especificações no Edital e no Termo de Referência. **Contratada: ARAUJO QUEIROZ CONSTRUTORA LTDA,** inscrita no CNPJ: 39.155.899/0001-57, com sede na Rua Ave Maria Sertaneja, Luiz Gonzaga, Caruaru/PE. **CONTRATO Nº 102/2026**. **Valor total:** R$ 3.181.500,00 (três milhões, cento e oitenta e um mil, quinhentos reais). **ORIGEM:** Pregão Eletrônico nº 014/2026. Processo Licitatório nº 033/2026. Vigência: 12 meses.

Bonito, 02 de julho de 2026.

RUY BARBOSA,
Prefeito.

Publicado por:
Maria Theresa Roberta Cavalcanti Melo
Código Identificador:E7CEDC61

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico, nos termos do art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/21, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026**, **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 057/2026,** que tem por finalidade a **locação de imóvel particular situado na Rua Vereador Francisco de Assis Santos, 252, no Bairro do Frei Damião, com área de 119,00m², destinado ao funcionamento do PSF FREI DAMIÃO, no Município de Bonito/PE,** através do senhor ÉSLEY DANIEL SILVA LIMA, inscrito no CPF sob o nº 140.***.234-**.

Bonito/PE, 17 de agosto de 2026.

RAPHAELLA TAVARES DINIZ CAVALCANTI GOMES -
Secretária/ Gestora do Fundo Municipal de Saúde do Município do Bonito.

Publicado por:
Maria Theresa Roberta Cavalcanti Melo
Código Identificador:510BDE13

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico, nos termos do art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/21, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026**, **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 058/2026,** que tem por finalidade a **locação de imóvel particular situado na Rua Alfredo Ramos, 123, no Bairro do Arlindo Cavalcanti, com área de 784,46m², destinado ao funcionamento do PSF ARLINDO CAVALCANTI, no Município de Bonito/PE,** através da senhora SUELI ADENICE CARNEIRO CABRAL, inscrita no CPF sob o nº 290.***.294-**.

Bonito/PE, 17 de agosto de 2026.

RAPHAELLA TAVARES DINIZ CAVALCANTI GOMES -
Secretária/ Gestora do Fundo Municipal de Saúde do Município do Bonito.

Publicado por:
Maria Theresa Roberta Cavalcanti Melo
Código Identificador:6363C47B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BREJÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE RESULTADO

Ref.: **Processo Licitatório n. 020-A/2026.**
Dispensa de Licitação n. 007/2026.

Objeto: Constitui Objeto da presente Dispensa de Licitação **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA (DESINFECÇÃO E DESOBSTRUÇÃO) DE POÇOS TUBULARES DO MUNICÍPIO DE BREJÃO/PE.**

O Gestor do Município de Brejão, Sr. **Saulo Henrique Florentino de Barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, com as **Leis Complementares nº**

123/2006 e nº 147/2014, com a **Lei Federal nº 12.846/2013**, com o **Decreto Federal nº 8.538/2015**, com o **Decreto Municipal nº 04/2024** e demais legislações pertinentes, bem como considerando as alterações posteriores das referidas normas, **torna público**, para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento de contratação referente ao **Processo nº 020-A/2026**, na modalidade **Dispensa de Licitação nº 007/2026**..
Em favor da Empresa: **MEMIDIO FERREIRA LEITE NETO – MULTI POÇOS**, inscrita no **CNPJ** nº **12.711.814/0001-13**, com sede na Rua de Pedestre Vicente Pisquira, n°29, Centro, Saloá/PE, 55.350-000, neste ato representada pelo, Sr. **Memidio Ferreira Leite Neto**, inscrito no CPF sob o n° 039.391.404-65, Portador do RG 5.789.771, SSP/PE, residente e domiciliado na cidade de Saloá/PE.
O valor apresentado na proposta de preços da licitante o valor global é de **R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais).**
Período: 12 (doze) meses.
Fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, especialmente no art. 75, inciso I, combinado com o § 3º do referido dispositivo legal; nas Leis Complementares nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nº 147, de 7 de agosto de 2014; na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015; no Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, que atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; bem como nos Decretos Municipais nº 004, de 2024, e nº 034, de 2025, além da legislação pertinente aplicável, observadas as alterações posteriores das referidas normas.
Para a efetivação da presente Dispensa de Licitação, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e em atendimento ao interesse público, observando-se os princípios da publicidade, transparência e demais normativos aplicáveis, promove-se a publicação do presente Resultado no Portal da Transparência do Município, no Diário Oficial dos Municípios e em outros meios legalmente exigidos, para que produza os devidos efeitos legais.

GABINETE DO PREFEITO
Brejão/PE, em 17 de março de 2026.

SAULO HENRIQUE FLORENTINO DE BARROS
Prefeito

Publicado por:
Fernando de Oliveira Costa Netto
Código Identificador:9CFC007E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - GABINETE DO PREFEITO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATANTE:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO/PE, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº **10.131.076/0001-00**, com sede na Praça Melquíades Bernardo, nº 1, Centro, Brejão/PE, neste ato representada legalmente pelo Prefeito, **Sr. Saulo Henrique Florentino de Barros**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 045.-88, e na CI-RG sob o nº 6.***.*48 – SSP/PE, residente e domiciliado neste Município de Brejão/PE.

CONTRATADA:

Empresa - **MEMIDIO FERREIRA LEITE NETO – MULTI POÇOS**, inscrita no **CNPJ** nº **12.711.814/0001-13**, com sede na Rua de Pedestre Vicente Pisquira, n°29, Centro, Saloá/PE, 55.350-000, neste ato representada pelo, Sr. **Memidio Ferreira Leite Neto**, inscrito no CPF sob o n° 039.391.404-65, Portador do RG 5.789.771, SSP/PE, residente e domiciliado na cidade de Saloá/PE.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01	Constitui Objeto da presente Dispensa de Licitação - **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA (DESINFECÇÃO E DESOBSTRUÇÃO) DE POÇOS TUBULARES DO MUNICÍPIO DE BREJÃO/PE.**	Und	33	**R$ 1.200,00**	**R$ 39.600,00**

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18 de março de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
ORIGEM: PROCESSO LICITATÓRIO n. 020-A/2026.
Dispensa de licitação n. 007/2026.
cONTRATO Nº 019/2026.

Departamento de Licitações e Contratos
Brejão/PE, em 18 de março de 2026.

JOSÉ ILDON TAVARES BEZERRA JÚNIOR
Agente de Contratação
Portaria n. 038/2026.

Publicado por:
Fernando de Oliveira Costa Netto
Código Identificador:3B61EB69

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

REF.: **Processo Licitatório n. 020-A/2026.**
Dispensa de Licitação n. 007/2026.

Objeto**:** Constitui Objeto da presente Dispensa de Licitação **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA (DESINFECÇÃO E DESOBSTRUÇÃO) DE POÇOS TUBULARES DO MUNICÍPIO DE BREJÃO/PE.**
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO/PE, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº **10.131.076/0001-00**, com sede na Praça Melquíades Bernardo, nº 1, Centro, Brejão/PE, neste ato legalmente representada pelo Prefeito, **Sr. Saulo Henrique Florentino de Barros**, brasileiro, casado, inscrito no *CPF/MF sob o nº 045.*-88** e portador da CI-RG nº 6.***.*48 – SSP/PE, residente e domiciliado neste Município de Brejão/PE, no uso de suas prerrogativas legais, tendo em vista o princípio da publicidade, previsto no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, com fundamento nas informações constantes dos autos do processo administrativo instaurado, considerando os Pareceres emitidos pela Procuradoria Jurídica e pela Controladoria-Geral do Município, bem como acolhendo a decisão proferida quanto ao resultado final e observadas todas as exigências legais pertinentes ao procedimento de contratação, resolve **HOMOLOGAR** o presente **Processo Licitatório nº 020-A/2026 – Dispensa de Licitação nº 007/2026**, e **ADJUDICAR** o seu objeto em favor da empresa:
MEMIDIO FERREIRA LEITE NETO – MULTI POÇOS, inscrita no **CNPJ** nº **12.711.814/0001-13**, com sede na Rua de Pedestre Vicente Pisquira, n°29, Centro, Saloá/PE, 55.350-000, neste ato representada pelo, Sr. **Memidio Ferreira Leite Neto**, inscrito no CPF sob o n° 039.391.404-65, Portador do RG 5.789.771, SSP/PE, residente e domiciliado na cidade de Saloá/PE.
O valor apresentado para execução do objeto é de **R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)**.
Assim, nos termos da legislação vigente, fica o presente Processo Administrativo de licitação **ADJUDICADO e HOMOLOGADO** para que produza os efeitos legais e jurídicos.
Com fundamento no Art. 71, inciso IV, e Art. 75, inciso II, e Art. 72, incisos da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Federal atualiza os valores estabelecidos na Lei de Licitações e Contratos; Decreto Municipal nº 004, de 2024, e alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, e demais normas aplicadas à espécie.
Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação do objeto da Dispensa de Licitação no Diário Oficial dos Municípios no Portal da Transparência e demais portais e sítios oficiais, inclusive, Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em caso de viabilidade técnica, para fins de publicidade e transparência, nos Termos do Art. 5° e Art. 176, da Lei Federal 14.133/2021.

GABINETE DO PREFEITO
Brejão/PE, em 17 de março de 2026..

SAULO HENRIQUE FLORENTINO DE BARROS
Prefeito

Publicado por:
Fernando de Oliveira Costa Netto
Código Identificador:5EF3E1D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO DE ATO

RECONHEÇO e **RATIFICO**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, em conformidade com os Pareceres emitidos pela Procuradoria e pela Controladoria-Geral do Município, e considerando que o processo se encontra regularmente instruído, em observância às disposições da legislação aplicável às Licitações e Contratos Administrativos, **o Processo Licitatório nº 020-A/2026 – Dispensa de Licitação nº 007/2026**, em favor da empresa **MEMIDIO FERREIRA LEITE NETO – MULTI POÇOS**, inscrita no **CNPJ** nº **12.711.814/0001-13**, com sede na Rua de Pedestre Vicente Pisquira, nº 29, Centro, Saloá/PE, CEP 55.350-000, neste ato representada pelo **Sr. Memidio Ferreira Leite Neto**, inscrito no CPF sob o nº 039.391.404-65, portador do RG nº 5.789.771 – SSP/PE, residente e domiciliado no Município de Saloá/PE.
O valor apresentado para a execução do objeto é de **R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais).**
A presente contratação fundamenta-se no art. 75, inciso II, c/c o art. 72, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nas Leis Complementares nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nº 147, de 7 de agosto de 2014, no Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, que atualiza os valores estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nos Decretos Municipais nº 04, de 4 de janeiro de 2024, e nº 031, de 5 de dezembro de 2017, observadas, ainda, as demais disposições legais aplicáveis e suas alterações posteriores.
OBJETO: Constitui objeto da presente Dispensa de Licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA (DESINFECÇÃO E DESOBSTRUÇÃO) DE POÇOS TUBULARES DO MUNICÍPIO DE BREJÃO/PE.
DETERMINO a publicação da presente Ratificação nos Átrios da Prefeitura Municipal de Brejão/PE e no Diário Oficial, para fins de publicidade e eficácia do ato.
Por fim, **RATIFICO** a decisão proferida no referido procedimento, para que produza todos os efeitos legais, ficando, em consequência, **CONVOCADA** a empresa proponente para a assinatura do instrumento contratual ou documento equivalente, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores.

GABINETE DO PREFEITO
Brejão/PE, em 17 de março de 2026.

SAULO HENRIQUE FLORENTINO DE BARROS
Prefeito

Publicado por:
Fernando de Oliveira Costa Netto
Código Identificador:5F403E45

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BREJINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BREJINHO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 007, DE 15 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 007/2026 DE 15 DE AGOSTO DE 2026.

Ementa: Decreta Luto Oficial no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Brejinho-PE.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BREJINHO-PE, na pessoa do seu Ilmo. Presidente Sr**. Tony Railã Ferreira da Silva,** no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno desta Casa de Leis

CONSIDERANDO: o falecimento do Sr. JOSÉ PEREIRA DA SILVA avô do vereador José Vanderlandio da Silva.

Art. 1º Fica decretado **LUTO** oficial de 3 (três) dias no âmbito da Câmara de Vereadores de Brejinho-PE em decorrência do falecimento do Sr. JOSÉ PEREIRA DA SILVA

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação;

Brejinho-PE, em 15 de agosto de 2026.

TONY RAILÃ FERREIRA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Jacilene Delfino de Sousa
Código Identificador:96B1E929

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BUÍQUE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUÍQUE - GABINETE DO PREFEITO
INQUÉRITO ADMINISTRATIVO N° 02/2025 INVESTIGADO: JOSEILDO CAMILO DE LIMA, MAT. N° 45888

D E C I S Ã O

1. RELATÓRIO

Cuida-se de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), instaurado por meio da Portaria nº 581, de 02 de abril de 2025, para apurar supostas infrações administrativas disciplinares atribuídas ao servidor JOSEILDO CAMILO DE LIMA, Matrícula n° 45888, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, à disposição da Secretaria de Saúde do Município de Buíque/PE, consistentes em ausências reiteradas e injustificadas ao serviço, documentadas nos Ofícios n° 013/2019 a 26/2024, expedidos pela Secretaria Municipal de Saúde ao longo do período compreendido entre novembro de 2019 e maio de 2024.
Para condução dos trabalhos, foi designada Comissão Processante, conforme termos da Portaria n° 463, de 12 de março de 2025.
Em 02 de abril de 2025, foi expedida a Portaria n° 582, determinando o afastamento preventivo do investigado do exercício de suas em razão da gravidade das imputações e da possibilidade de influência na instrução processual.
O investigado foi devidamente notificado, sendo-lhe assegurado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 199, da Lei Municipal n° 241/2009, apresentado defesa e indicando testemunhas para serem ouvidas em momento oportuno.
Em 29 de abril de 2026, realizou-se Audiência de Instrução para oitiva das testemunhas arroladas pela defesa, conforme restou consignado em ata de audiência anexa a este PAD.
Concluída a instrução processual, a defesa presentou as suas Alegações Finais, requerendo o arquivamento do presente PAD, em razão da ausência de infração disciplinar, ou a aplicação da sanção mínima de Advertência, convertida em acompanhamento médico do servidor.
Ao término da instrução processual, a Comissão concluiu pela prática reiterada de ausências injustificadas ao serviço por parte do investigado, opinando, em Relatório Final, pela aplicação da pena de SUSPENSÃO pelo prazo de 30 (trinta) dias, com prejuízo da remuneração.
Por fim, os autos foram encaminhados a este Gabinete, nos termos do art. 175 c/c art. 202 da Lei Municipal n° 241/2009, para prolação de decisão definitiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Adoto integralmente os fundamentos expostos no Relatório Final elaborado pela Comissão Processante, que passa a integrar a presente decisão, acrescendo as considerações a seguir.
Da análise dos autos, verifica-se que o servidor investigado, no exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, deixou de

comparecer ao serviço de forma reiterada e sem justificativa legal hábil ao longo de aproximadamente 5 (cinco) anos, conforme documentado nos Ofícios n° 013/2019 a 26/2024, expedidos pela Secretaria Municipal de Saúde, sem que tenha sido apresentada, em nenhum momento, documentação idônea capaz de abonar as ausências verificadas.
O dever de assiduidade e pontualidade constitui obrigação funcional fundamental de todo servidor público, expressamente prevista no Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei nº 241/2009). O descumprimento reiterado desse dever, por período tão prolongado e de forma sistemática, evidencia grave violação dos deveres funcionais inerentes ao cargo, causando prejuízo direto à prestação dos serviços públicos de saúde à população do Município de Buíque/PE.

A infração praticada enquadra-se no art. 169, inciso I, da Lei Municipal n° 241/2009, que prevê a pena de suspensão, não excedente a 30 (trinta) dias, para os casos de falta grave. A reiteração das condutas infracionais ao longo de aproximadamente 5 (cinco) anos, documentadas em múltiplos ofícios expedidos pela chefia imediata do investigado, justifica plenamente a aplicação da pena de suspensão em seu prazo máximo, qual seja, 30 (trinta) dias, com prejuízo da remuneração, nos termos do parágrafo único do art. 169 da mesma lei, que autoriza a conversão da suspensão em multa apenas quando houver conveniência para o serviço, hipótese não verificada no presente caso.
O contraditório e a ampla defesa foram plenamente observados ao longo de todo o procedimento, tendo sido o investigado regularmente notificado em todas as fases processuais, sendo-lhe oportunizada a apresentação de defesa e de provas, sem que tivesse logrado infirmar os elementos probatórios constantes nos autos.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no art. 169, inciso I, da Lei Municipal n° 241/2009, DECIDO pela aplicação da pena de SUSPENSÃO pelo prazo de 30 (trinta) dias, com consequente prejuízo da remuneração, ao servidor JOSEILDO CAMILO DE LIMA, Matrícula n° 45888, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, à disposição da Secretaria de Saúde do Município de Buíque/PE, em razão da prática reiterada de ausências injustificadas ao serviço, amplamente demonstrada nos autos.
Determino a expedição de Portaria específica para formalização da presente decisão, com indicação do período de suspensão, e adoção das providências necessárias ao seu cumprimento, incluindo a suspensão do pagamento da remuneração do servidor durante o período sancionatório.
Dê-se ciência ao servidor. Comunique-se à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Administração para as providências cabíveis.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Buíque/PE, 05 de agosto de 2026.

TULIO HENRIQUE ARAUJO CAVALCANTI
Prefeito do Município de Buíque/PE

Publicado por:
Isabela Oliveira de Macedo
Código Identificador:8CBF6E11

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUÍQUE - GABINETE DO PREFEITO
INQUÉRITO ADMINISTRATIVO N° 03/2025 INVESTIGADA: IVONEIDE SANTOS DA SILVA – MAT. N° 45764

D E C I S Ã O

1. RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), instaurado por meio da Portaria nº 592, de 07 de abril de 2025, para apurar supostas infrações administrativas disciplinares atribuídas à servidora IVONEIDE SANTOS DA SILVA, Matrícula n° 45764, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, à disposição da Secretaria de Saúde do Município de Buíque/PE, em face das imputações de infrações disciplinares decorrentes dos Ofícios n° 020/2021 a 28/2024, que abrangem o período de novembro de 2021 a maio de 2024.
Para condução dos trabalhos, foi designada Comissão Processante, nos termos da Portaria n° 463, de 12 de março de 2025.
Em 07 de abril de 2025, foi expedida a Portaria n° 593, determinando o afastamento preventivo da investigada do exercício de suas funções em razão da gravidade das imputações e da possibilidade de influência na instrução processual.
A investigada foi devidamente notificada, sendo-lhe assegurado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei Municipal n° 241/2009, apresentado defesa e indicando testemunhas para serem ouvidas em momento oportuno.
Em 29 de abril de 2026, realizou-se Audiência de Instrução para oitiva das testemunhas arroladas pela defesa, conforme restou consignado em ata de audiência anexa a este PAD.
Encerrada a instrução, foi oportunizado à investigada o prazo para apresentação de Alegações Finais, nos termos da legislação aplicável.
Em alegações finais, a defesa da servidora investigada pugnou pelo arquivamento do presente PAD, ou, subsidiariamente, pela aplicação da sanção mínima de advertência.
Concluída a instrução processual, a Comissão passou à análise do conjunto fático-probatório constante nos autos.
Ao final, a Comissão concluiu pela prática reiterada de ausências injustificadas ao serviço por parte da investigada, opinando, em Relatório Final, pela aplicação da pena de SUSPENSÃO pelo prazo de 30 (trinta) dias, com prejuízo da remuneração, encaminhando-se os autos a este Gabinete, nos termos do art. 175, inciso II, c/c art. 202 da Lei Municipal n° 241/2009, para prolação de decisão definitiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Adoto integralmente os fundamentos expostos no Relatório Final elaborado pela Comissão Processante, que passa a integrar a presente decisão, acrescendo as considerações a seguir.
Da análise dos autos, verifica-se que a servidora investigada, no exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS, deixou de comparecer ao serviço de forma reiterada e sem justificativa documental hábil ao longo de aproximadamente 3 (três) anos, conforme registrado nos Ofícios n° 020/2021 a 28/2024, expedidos pela Secretaria Municipal de Saúde, sem que tenha sido apresentada, em nenhum momento, documentação médica formal, sejam atestados, laudos ou outros documentos conclusivos aptos à comprovar a incapacidade laboral nos dias de ausência e, por conseguinte, a justificar ou abonar as faltas verificadas.

No que tange à prova testemunhal produzida pela defesa, este Gabinete considera que os depoimentos colhidos revelam circunstâncias pessoais e de saúde enfrentadas pela investigada no período apurado, incluindo episódios de aborto, nascimento de filha e crises de ansiedade. Tais circunstâncias são reconhecidas como atenuantes e não passam despercebidas a esta autoridade. Contudo, não têm o condão de afastar a configuração da infração disciplinar, uma vez que não foram formalizadas nem documentadas perante a Secretaria de Saúde à época dos fatos, bem como não há nos autos qualquer documentação médica que comprove incapacidade laborativa nos dias de ausência.
É de se destacar que a solidariedade dos colegas agentes, embora louvável, não supre, para fins disciplinares, a regularização administrativa das ausências da servidora.
Assim, a infração praticada enquadra-se no art. 169, inciso I, da Lei Municipal n° 241/2009, que prevê a pena de suspensão, não excedente a 30 (trinta) dias, para os casos de falta grave.
A reiteração das ausências ao longo de aproximadamente 3 (três) anos, documentada em sucessivos ofícios da chefia imediata, impõe a aplicação da pena em seu patamar máximo, qual seja, 30 (trinta) dias, com prejuízo da remuneração, não se verificando hipótese de conveniência para o serviço que justifique a conversão da suspensão em multa, na forma do parágrafo único do art. 169 da mesma lei.
O contraditório e a ampla defesa foram plenamente observados ao longo de todo o procedimento, tendo sido a investigada regularmente notificada em todas as fases processuais e representada por advogada

constituída na audiência de instrução, onde pôde produzir prova testemunhal, cujo teor foi devidamente considerado por esta autoridade.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no art. 169, inciso I, da Lei Municipal n° 241/2009, DECIDO pela aplicação da pena de SUSPENSÃO pelo prazo de 30 (trinta) dias, com consequente prejuízo da remuneração, à servidora IVONEIDE SANTOS DA SILVA, Matrícula n° 45764, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS, à disposição da Secretaria de Saúde do Município de Buíque/PE, em razão do descumprimento reiterado do dever de assiduidade ao longo do período compreendido neste PAD, sem justificativa documental hábil, conforme restou verificado.
Determino a expedição de Portaria específica para formalização da presente decisão, com indicação do período de suspensão, e adoção das providências necessárias ao seu cumprimento, incluindo a suspensão do pagamento da remuneração durante o período sancionatório.
Dê-se ciência à servidora. Comunique-se à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Administração para as providências cabíveis.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Buíque/PE, 05 de agosto de 2026.

TULIO HENRIQUE ARAUJO CAVALCANTI
Prefeito do Município de Buíque/PE

Publicado por:
Isabela Oliveira de Macedo
Código Identificador:3F05938F

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUÍQUE - GABINETE DO PREFEITO
INQUÉRITO ADMINISTRATIVO N° 04/2025 INVESTIGADO: VICTOR FELIPE CRISPIM CLEMENTE, MAT. N° 384089-1

D E C I S Ã O

1. RELATÓRIO

Cuida-se de Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 970, de 29 de setembro de 2025, para apurar supostas infrações administrativas disciplinares atribuídas ao servidor VICTOR FELIPE CRISPIM CLEMENTE, Matrícula n° 384089-1, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, lotado no Centro de Especialidades Médicas, à disposição da Secretaria de Saúde do Município de Buíque/PE, consistentes em abandono de cargo, com ausência ao serviço a partir de 22 de abril de 2025, documentada no Ofício n° 581/FMSB/2025, expedido pela Secretária Municipal de Saúde.
A Comissão Processante procedeu à regular instrução do feito, assegurando ao investigado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, tendo o servidor sido devidamente notificado em todas as etapas do procedimento, sem que, em qualquer delas, tivesse apresentado defesa, indicado testemunhas ou produzido qualquer prova em seu favor.
Ao término da instrução processual, a Comissão concluiu pela prática de abandono de cargo por parte do investigado, opinando, em Relatório Final, pela aplicação da pena de DEMISSÃO.
Os autos foram encaminhados a este Gabinete, nos termos do art. 175, inciso I, c/c art. 204 da Lei Municipal n° 241/2009, para prolação de decisão definitiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Adoto integralmente os fundamentos expostos no Relatório Final elaborado pela Comissão Processante, que passa a integrar a presente decisão, acrescendo as considerações a seguir:
Da análise dos autos, verifica-se que o servidor investigado, no exercício do cargo de Médico Clínico Geral, deixou de comparecer ao serviço, de forma injustificada e ininterrupta, desde 22 de abril de 2025, conforme documentado no Ofício n° 581/FMSB/2025, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, sem que tenha sido apresentada, em nenhum momento, documentação idônea capaz de abonar a ausência verificada.
O dever de assiduidade e pontualidade constitui obrigação funcional fundamental de todo servidor público, expressamente prevista no Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei nº 241/2009). O abandono do cargo, caracterizado pela ausência intencional e ininterrupta do servidor ao serviço por período muito superior a 30 (trinta) dias, evidencia grave violação dos deveres funcionais inerentes ao cargo, causando prejuízo direto à prestação dos serviços públicos de saúde à população do Município de Buíque/PE.
A infração praticada enquadra-se no art. 171 da Lei Municipal n° 241/2009, a qual prevê a pena de demissão para os casos de abandono de cargo. A prolongada e ininterrupta ausência do investigado, documentada nos autos e não infirmada por qualquer elemento em sentido contrário, justifica plenamente a aplicação da pena de demissão.
O contraditório e a ampla defesa foram plenamente observados ao longo de todo o procedimento, tendo sido o investigado regularmente notificado em todas as fases processuais, sendo-lhe oportunizada a apresentação de defesa e de provas, sem que tivesse, em qualquer momento, exercido tais faculdades ou infirmado os elementos probatórios constantes nos autos.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no, inc. II e no § único do art. 171 da Lei Municipal n° 241/2009, DECIDO pela aplicação da pena de DEMISSÃO ao servidor VICTOR FELIPE CRISPIM CLEMENTE, Matrícula n° 384089-1, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, à disposição da Secretaria de Saúde do Município de Buíque/PE, em razão da prática de abandono de cargo, amplamente demonstrada nos autos.
Determino a expedição de Portaria específica para formalização da presente decisão, com a consequente exclusão do servidor dos quadros de pessoal do Município e a adoção das providências necessárias ao seu cumprimento, incluindo a cessação de quaisquer pagamentos ou vantagens a ele devidos a partir da publicação do ato.
Dê-se ciência ao servidor, assegurado o direito à interposição dos recursos administrativos cabíveis, no prazo legal. Comunique-se à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Administração para as providências cabíveis.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Buíque/PE, 10 de agosto de 2026.

TULIO HENRIQUE ARAUJO CAVALCANTI
Prefeito do Município de Buíque/PE

Publicado por:
Isabela Oliveira de Macedo
Código Identificador:FB14CCD0

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICIPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO

CAMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
PORTARIA N ° 142 / 2026, 18 DE AGOSTO DE 2026

"Nomeia servidor, Marcelo Costa Silva, para designar as funções que menciona, e dá outras providências."

O Presidente, da Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, e, o resultado homologado do concurso público n°01/2024, para o provimento de Cargos efetivos, deste Poder.

RESOLVE:

Art. 1°- Nomear, MARCELO COSTA SILVA, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para integrar o quadro efetivo desta Casa de Leis.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Cabo de Santo Agostinho, 18 de agosto de 2026.

MÁRIO ANDERSON DA SILVA BARRETO
Presidente

Publicado por:
Jose Carlos Amorim de Araujo
Código Identificador:D5AEC4EB

CAMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
PORTARIA N ° 143 / 2026, 18 DE AGOSTO DE 2026

"Nomeia servidor, Daniel Amaro da Silva Filho, para designar as funções que menciona, e dá outras providências."

O Presidente, da Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, e, o resultado homologado do concurso público n°01/2024, para o provimento de Cargos efetivos, deste Poder.

RESOLVE:

Art. 1°- Nomear, DANIEL AMARO DA SILVA FILHO, para o cargo de Auxiliar Administrativo, para integrar o quadro efetivo desta Casa de Leis.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Cabo de Santo Agostinho,18 de agosto de 2026.

MÁRIO ANDERSON DA SILVA BARRETO
Presidente

Publicado por:
Jose Carlos Amorim de Araujo
Código Identificador:A5CD0ECE

CAMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
PORTARIA N ° 144 / 2026, 18 DE AGOSTO DE 2026

"Nomeia servidor, SAYD OLIVEIRA ALCANTARA, para designar as funções que menciona, e dá outras providências."

O Presidente, da Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, e, o resultado homologado do concurso público n°01/2024, para o provimento de Cargos efetivos, deste Poder

RESOLVE:

Art. 1°- Nomear, SAYD OLIVEIRA ALCANTARA, para o cargo de Secretário, para integrar o quadro efetivo desta Casa de Leis.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Cabo de Santo Agostinho, 18 de Agosto de 2026.

MÁRIO ANDERSON DA SILVA BARRETO
Presidente

Publicado por:
Jose Carlos Amorim de Araujo
Código Identificador:F7704CB0

CAMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
PORTARIA N ° 145 / 2026, 18 DE AGOSTO DE 2026

"Nomeia servidora, Kamylla Cavalcanti Nascimento, para designar as funções que menciona, e dá outras providências."

O Presidente, da Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, e, o resultado homologado do concurso público n°01/2024, para o provimento de Cargos efetivos, deste Poder.

RESOLVE:

Art. 1°- Nomear, KAMYLLA CAVALCANTI NASCIMENTO, para o cargo de Auxiliar Administrativo, para integrar o quadro efetivo desta Casa de Leis.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Cabo de Santo Agostinho, 18 de Agosto de 2026.

MÁRIO ANDERSON DA SILVA BARRETO
Presidente

Publicado por:
Jose Carlos Amorim de Araujo
Código Identificador:2469B8B4

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - FACHUCA
PORTARIA Nº 029 - CONVOCAÇÃO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA Nº 002, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

EMENTA: CONVOCAÇÃO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA Nº 002, de 05 de fevereiro de 2026.

O PRESIDENTE DA FACULDADE DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - FACHUCA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o resultado final após recursos, do Edital nº 002, de 05 de fevereiro de 2026, publicado no diário oficial do dia 16/03/2026;

CONSIDERANDOa necessidade de suprir demandas temporárias de professores junto à FACHUCA;

RESOLVE:

Art. 1° Tornar pública a convocação dos candidatos aprovados e classificados no Processo De Seleção Pública Simplificada nº 002, de 05 de fevereiro de 2026, com data de início em 17 de agosto de 2026, conforme abaixo listado:

GRUPO 1 ÁREA - PSICOLOGIA 1- PROCESSOS PSICOLÓGICOS BÁSICOS / 2- PROCESSOS COGNITIVOS / 3- PSICOLOGIA ESCOLAR / 4 – PROJETO DE VIDA E ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL

1º - FERNANDO RODRIGUES DE LIMA JUNIOR
2º - FABIANE MÔNICA DA SILVA GONÇALVEZ
3º - ANDERSON DE SÁ CARDOSO LINS DE ANDRADE
4º - VANESSA OTAVIA SILVA NASCIMENTO

GRUPO 8 1 – PROCESSOS PSICOSSOMÁTICOS / 2 – PSICOLOGIA ESCOLAR / 3- PSICOFARMACOLOGIA

1º - ELINEIDE CAVALCANTI DE OLIVEIRA
2º - RENATA PAULA MORAIS DOS SANTOS

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cabo de Santo Agostinho, 17 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

RONILDO PEREIRA DA SILVA
Diretor – Presidente – AEDECCA/FACHUCA

Publicado por:
Ítalo Danuli Rocha Silva
Código Identificador:A7E2E07F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª E 2ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª E 2ª CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº S0004/2026 - RETOMADA

A Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando Registro de Preços para futura e eventual aquisição de rações, insumos e utensílios e correlatos veterinários, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento. no valor estimado de R$ 131.211,72 (cento e trinta e um mil, duzentos e onze reais e setenta e dois centavos). A sessão será realizada através do Portal BNC, pelo endereço eletrônico http://bnccompras.com/, com data de abertura agendada para 1 de Setembro de 2026 às 10:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.cabo.pe.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal BNC, http://bnccompras.com/ e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Cabo de Santo Agostinho - PE, 17 de Agosto de 2026.

EDMILSON DUTRA DE LIMA JÚNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Thaisa Silva de Oliveira
Código Identificador:076A46F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª E 2ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª E 2ª CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA P0010/2026

DADOS DO PROCESSO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 71010032/2026
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: P0010/2026
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO CANAL GARAPU, COMPREENDENDO UM TRECHO DE APROXIMADAMENTE 240 METROS, NO LOTEAMENTO CIDADE GARAPU, MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO.
VALOR TOTAL ADJUDICADO: R$ 1.331.200,00 (um milhão, trezentos e trinta e um mil e duzentos reais)

PREÂMBULO
Aos 17 de Agosto de 2026, após analisado o resultado do Concorrência Eletrônica n° P0010/2026, referente ao processo administrativo em epígrafe, venho por meio do presente ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação, conforme a Ata de Sessão constante nos autos do processo administrativo, em conformidade com o Quadro Resultado e nos termos do inciso IV do Art. 71. da Lei 14.133/2021.

QUADRO RESULTADO

CONSTRUTORA SANTA LEONOR LTDA | 03.671.887/0001-38
Total de Itens: 1 | Valor Total: R$ 1.331.200,00 (um milhão, trezentos e trinta e um mil e duzentos reais)

Cabo de Santo Agostinho / PE, 17 de Agosto de 2026

MAURÍCIO CANUTO MENDES
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Tassiana Marques Santos
Código Identificador:1562A5FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª E 2ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª E 2ª CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - P0011/2026

DADOS DO PROCESSO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 7101032/2026
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: P0011/2026
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO MODELO ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO (TIPO B), NO DISTRITO DE PONTEZINHA
VALOR TOTAL ADJUDICADO: R$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais)

PREÂMBULO
Aos 17 de Agosto de 2026, após analisado o resultado do Concorrência Eletrônica n° P0011/2026, referente ao processo administrativo em epígrafe, venho por meio do presente ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação, conforme a Ata de Sessão constante nos autos do processo administrativo, em conformidade com o Quadro Resultado e nos termos do inciso IV do Art. 71. da Lei 14.133/2021.

QUADRO RESULTADO

CONSTRUTORA FJ LTDA | 08.135.535/0001-81
Total de Itens: 2 | Valor Total: R$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais)

Cabo de Santo Agostinho - PE, 17 de Agosto de 2026

MAURÍCIO CANUTO MENDES
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Tassiana Marques Santos
Código Identificador:BB61D8A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / CENTRAL DE SINDICÂNCIAS E INQUÉRITOS ADMINISTRATIVOS - CSIND
PORTARIA Nº 016/2026

O Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe o Decreto nº 2.782/2026, da lavra do Exmo. Sr. Prefeito do Município, considerando o que dispõe o artigo 2º, da Lei nº 3.810/2022, datada de 26/10/2022 – Lei que institui a CSIND, considerando ainda a Comunicação Interna nº 362/2026, datada de 14/08/2026, da Secretaria Executiva de Planejamento, Coordenação e Gestão Democrática;

RESOLVE:

Art. 1º – Determinar a abertura de Inquérito Administrativo a ser realizado pelos membros da Central de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos – CSIND, nomeados pelo Decreto nº 2.782/2026, para apurar possíveis irregularidades cometidas pelo servidor José Alves dos Santos Junior, mat. 31379.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cabo de Santo Agostinho, 17 de agosto de 2026.

FLÁVIO BRUNO DE ALMEIDA SILVA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

Publicado por:
Edmilson Dutra de Lima Júnior
Código Identificador:E30B01BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
PORTARIA SMRI Nº 003/2026

NOMEIA OS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR, CONDUÇÃO, SANEAMENTO E ANÁLISE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL – REURB-S DO NÚCLEO URBANO INFORMAL CONSOLIDADO ARMINDO DA PAZ, NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto Municipal nº 2.840, de 11 de junho de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Fica constituída a Comissão Técnica de Regularização Fundiária, responsável pela condução, instrução, saneamento e análise técnica do Procedimento Administrativo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S nº 001/2026, referente ao Núcleo Urbano Informal Consolidado Armindo da Paz, instaurado pelo Decreto Municipal nº 2.840/2026.
Art. 2º A Presidência da Comissão será exercida pela servidora indicada no inciso I do art. 3º desta Portaria.
Art. 3º A Comissão será composta pelos seguintes membros:
CLAUDIA GISELLE SOARES TORREIRO, servidora efetiva, matrícula nº 032.999, Advogada, OAB/PE nº 47.015, Coordenadora Municipal de Regularização Fundiária – COREF;
DENISE RODRIGUES E SILVA, matrícula nº 073.063, assistente social, CRESS/PE nº 4.428;
PAULO HENRIQUE CORREIA DOS SANTOS, servidor efetivo, matrícula nº 032.581, arquiteto e urbanista, CAU/PE nº A984868;
PEDRO SALIS VIRGINIO FELIPE REGIS CAMPELO DE LIMA, matrícula nº 078.045, engenheiro cartógrafo, CREA/PE nº 1818199980;
RAFAELLA JAMILLY NASCIMENTO ALVES NOGUEIRA, matrícula nº 070.865, assistente social, CRESS/PE nº 12.603;
ROMILSON ALVES DO NASCIMENTO, matrícula nº 077.930, desenhista, Coordenador Municipal de Cadastro Imobiliário.
Art. 4º Compete à Comissão:
I – promover os atos de instrução, condução e saneamento do procedimento administrativo de REURB-S;
II – realizar diligências e levantamentos necessários à regularização fundiária;
III – promover as notificações previstas no art. 31 da Lei Federal nº 13.465/2017 e no art. 24 do Decreto Federal nº 9.310/2018;
IV – analisar plantas, memoriais descritivos, cadastros sociais, documentos técnicos e jurídicos;
V – receber e analisar impugnações e manifestações dos interessados;
VI – promover a mediação administrativa de conflitos fundiários;
VII – emitir pareceres e relatórios técnicos;
VIII – aprovar tecnicamente os projetos de regularização fundiária submetidos à análise do Município; e
IX – praticar os demais atos necessários à conclusão do procedimento de regularização fundiária.
Art. 5º A Comissão poderá requisitar informações e documentos de quaisquer órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cabo de Santo Agostinho/PE, 19 de junho de 2026.

JOÃO BATISTA DE MOURA
Secretário Municipal de Relações Institucionais

Publicado por:
Ester Martins da Silva
Código Identificador:A9653893

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
PORTARIA Nº 242 - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 242, DE 14 DE AGOSTO DE 2026 – GAB.

Dispõe sobre contratação temporária de Servidores e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA**, Estado de Pernambuco, no uso das competências que lhes são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco e pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a contratação temporária de pessoal para, no âmbito da Secretaria de Educação, atender à situação de excepcional interesse público, a saber:

MARIA MAYARA BARROS DE ANDRADE

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de agosto de 2026

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2026.

ANDRÉ PEDRO VALENÇA DE MELO RAIMUNDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giulia Maria Raimundo de Souza
Código Identificador:6699400F

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
PORTARIA Nº 243 - CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR APROVADO NA SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA Nº 02/2025.

PORTARIA Nº 243, DE 14 DE AGOSTO DE 2026 – GAB.

EMENTA: Dispõe sobre contratação de Servidores aprovados na Seleção Pública Simplificada para Contratação Temporária Por Excepcional Interesse Público.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA**, Estado de Pernambuco, no uso das competências que lhes são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco e pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o **Decreto nº 027**, de 19 de março de 2025, que autoriza a abertura do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de pessoal por excepcional interesse público.

CONSIDERANDO o **Edital de Seleção Pública Simplificada nº 02/2025, de 11 de novembro de 2025**, destinado à contratação temporária de profissionais da educação e a **Errata 01/2025 de 24 de novembro de 2025**;

CONSIDERANDO o Resultado Definitivo do Processo de Seleção Pública Simplificada Edital nº 02/2025, publicado em **15 de dezembro de 2025,** pelo **INSTITUTO DARWIN - INSTITUTO DE APOIO A EVOLUCAO DA CIDADANIA,** responsável técnico e operacional do certame;

CONSIDERANDO a **Portaria nº 002, de 08 de janeiro de 2026**, expedida pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, que homologou o Resultado Final do Processo Seletivo Público Simplificado nº 02/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de suprir demandas temporárias da Secretaria Municipal de Educação, conforme solicitação do Ofício nº 316/2026 – SEDUC, de 10 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO o comparecimento dos candidatos classificados dentro do prazo de convocação, a apresentação de toda a documentação necessária de forma regular, conforme determinado pela Portaria nº 238, de 11 de agosto de 2026, expedida pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os classificados da Seleção Pública Simplificada Edital nº 02/2025, de 11 de novembro de 2025, para Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público, em conformidade com a lista abaixo, de acordo com a ordem de classificação e as vagas ofertadas do certame:

I. CARGO/FUNÇÃO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I - ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA.

98º ROSANGELA SOARES DE MELO SILVA - CPF N° 080.266.644-26

Art. 2º Os contratados deverão suprir as necessidades da manutenção dos serviços na função que foram nomeados, pelo período previsto em cada contrato de modo individualizado, com lotação nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Cachoeirinha-PE.

Art. 3º Determinar que sejam cumpridas todas as formalidades legais para as contratações.

Art. 4º Determinar que os contratos sejam devidamente publicados na imprensa oficial, bem como enviados juntamente com todas as documentações ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO TC Nº 1, DE 07 DE JANEIRO DE 2015.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2026.

ANDRÉ PEDRO VALENÇA DE MELO RAIMUNDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giulia Maria Raimundo de Souza
Código Identificador:1C1CC7E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
PORTARIA Nº 244 - ELIMINAÇÃO DE CANDIDATO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 02/2025.

PORTARIA Nº 244, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 – GAB.

Dispõe sobre a eliminação de candidato do Processo Seletivo Público Simplificado nº 02/2025, por não comparecimento à convocação, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA/PE**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela **Lei Orgânica Municipal**,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, que autoriza a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o **Edital de Seleção Pública Simplificada nº 02/2025**, de 11 de novembro de 2025, destinado à contratação temporária de Professores de Educação Infantil, Ensino Fundamental I – Anos Iniciais, Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Educação Especial Inclusiva, bem como a **Errata nº 01/2025**, de 24 de novembro de 2025;

CONSIDERANDO a **Portaria nº 002, de 08 de janeiro de 2026**, que homologou o Resultado Final do Processo Seletivo Público Simplificado nº 02/2025;

CONSIDERANDO que o Resultado Final do referido certame foi publicado em 15 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a PORTARIA Nº 238, DE 11 DE AGOSTO DE 2026 – GAB, Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 12/08/2026, Edição 4159 e **PORTARIA Nº 239, DE 11 DE AGOSTO DE 2026 – GAB**, Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 12/08/2026, Edições 4159 que dispôs sobre a convocação de candidatos aprovados no referido processo seletivo;

CONSIDERANDO o item **10.3** do Edital nº 02/2025, que estabelece o prazo de até **03 (três) dias úteis** para apresentação do candidato convocado;

CONSIDERANDO o item **10.3.1** do Edital nº 02/2025, que dispõe que o não comparecimento do candidato convocado implicará sua **eliminação da Seleção Pública Simplificada**, com perda do direito à vaga para todos os efeitos legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam **ELIMINADOS** do Processo Seletivo Público Simplificado nº 02/2025, o candidato mencionado no quadro abaixo:

Nº	Cargo	Nome	Matrícula	Pessoa com Deficiência	Escola Municipal de Lotação para o contrato temporário
97º	Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I - Anos Iniciais e Educação Especial Inclusiva	FERNANDA ALVES SOARES DOS SANTOS	64	—	Escola Municipal Valvina Espíndola
99º	Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I - Anos Iniciais e Educação Especial Inclusiva	GIRLAINE MONIQUE DE MORAIS SILVA	409	—	Creche Professora Ana Herculina de Almeida - Tia Nanu

Art. 2º A eliminação de que trata o artigo anterior ocorre nos termos do item **10.3.1** do Edital nº 02/2025, implicando a **perda do direito à vaga para todos os efeitos legais**.

Art. 3º Fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a **proceder à convocação do próximo candidato classificado**, observada rigorosamente a ordem de classificação e as disposições do edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Cachoeirinha/PE, 17 de agosto de 2026.

ANDRÉ PEDRO VALENÇA DE MELO RAIMUNDO
Prefeito do Município de Cachoeirinha/PE

Publicado por:
Giulia Maria Raimundo de Souza
Código Identificador:ED3E6543

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
PORTARIA Nº 245 - CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 02/2025

PORTARIA Nº 245, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 – GAB.

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado nº 02/2025 para contratação temporária de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I - Anos Iniciais e Educação Especial Inclusiva, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA/PE**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, que autoriza a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o **Edital de Seleção Pública Simplificada nº 02/2025, de 11 de novembro de 2025**, destinado à contratação temporária de profissionais da educação e a **Errata 01/2025 de 24 de novembro de 2025**;

CONSIDERANDO a **Portaria nº 002, de 08 de janeiro de 2026**, que homologou o Resultado Final do Processo Seletivo Público Simplificado nº 02/2025;

CONSIDERANDO que o Resultado Final do referido certame foi publicado em **15 de dezembro de 2025**;

CONSIDERANDO a necessidade de suprir demandas temporárias da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no **Processo Seletivo Público Simplificado nº 02/2025**, para fins de **contratação temporária**, no cargo/função de **Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I – Anos Iniciais e Educação Especial Inclusiva,** para atuação na **Secretaria Municipal de Educação de Cachoeirinha/PE**, obedecida rigorosamente a ordem de classificação:

Nº	Cargo	Nome	Matrícula	Pessoa com Deficiência	Escola Municipal de Lotação para o contrato temporário
100º	Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I - Anos Iniciais e Educação Especial Inclusiva	LAYSA APARECIDA DA SILVA VASCONCELOS BEZERRA	193	—	Escola Municipal Valvina Espindola

Art. 2º O candidato convocado deverá comparecer **à sede da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha/PE**, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir desta convocação, conforme item **10.3** do Edital, **no horário das 08h às 13h**, situada na **Praça Presidente Kennedy, nº 126, Centro, Cachoeirinha/PE, CEP: 55038-000**.
§1º O não comparecimento no prazo estabelecido implicará na **eliminação do candidato da Seleção Pública Simplificada**, perdendo, para todos os efeitos legais, o direito à vaga, conforme item **10.3.1** do Edital.

Art. 3º A contratação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação constante do resultado final do certame, por função, nos termos do item **11.1** do Edital.

Art. 4º A lotação funcional será definida pela Secretaria Municipal de Educação no ato da apresentação do candidato, observada a ordem de classificação, conforme item **11.2** do Edital.

Art. 5º O horário de trabalho será definido pela Secretaria Municipal de Educação, devendo o candidato possuir disponibilidade para cumprir a jornada nos turnos da manhã, tarde e/ou noite, conforme carga horária firmada em contrato, nos termos do item **11.3** do Edital.

Art. 6º No ato da contratação, o candidato deverá apresentar **original e cópia** dos seguintes documentos, conforme item **11.4** do Edital:

I – Documento oficial de identificação pessoal;
II – Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade junto à Receita Federal;
III – PIS/PASEP;
IV – Certidão de Nascimento, Casamento, Divórcio ou União Estável;
V – Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral (TSE);
VI – Comprovante de quitação do serviço militar, para candidatos do sexo masculino;
VII – Documentos comprobatórios da formação exigida para a função;
VIII – Comprovante de residência;
IX – Atestado Médico Admissional;
X – Declaração de acúmulo ou não de cargos, empregos ou funções públicas;
XI – Declaração de não ter sofrido penalidade por improbidade administrativa no exercício da função pública.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

ANDRÉ PEDRO VALENÇA DE MELO RAIMUNDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giulia Maria Raimundo de Souza
Código Identificador:CDFFCDBF

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CAETÉS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉS/PE - DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE RETOMADA DE SESSÃO

O **MUNICÍPIO DE CAETÉS**, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde resolve: **RETOMAR A SESSÃO PARA PROSSEGUIRMOS COM A TRAMITAÇÃO** do **Processo de Contratação nº 004/2026 - FMS, Pregão na forma Eletrônica nº 003/2026 – FMS,** cujo objeto trata-se da Aquisição parcelada de material odontológico (consumo, instrumental e descartável) para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do município de Caetés/PE. **Data e Hora: 19/08/2026 às 10h**. Outras informações através do Fone: 0xx87- 9.9136-6612, no horário de 8h às 13h, ou, ainda, pelo sistema BNC (bnc.org.br).

Caetés/PE, 17 de agosto de 2026.

GEOPSON CLEBER DIAS DE QUEIROZ.
Pregoeiro

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:FCDD5C08

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CALÇADO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
RETIFICAÇÃO

Errata na Publicação do dia 17/08/2026, edição 4162, Código Identificador: B19D64A2

Processo Administrativo nº 007/2026-FMS
Credenciamento nº 002/2026-FMS

Nat.: Serviços

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, preferencialmente sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de saúde em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à realização de atendimentos e procedimentos através de Ações Complementares de Saúde (Projeto ação, zerando filas), a serem promovidas pelo Município de Calçado, nos espaços urbano e rurais, conforme especificado no Termo de Referência.

Valor Máximo **R$: 441.982,00** (quatrocentos e quarenta e um mil, novecentos e oitenta e dois reais).

ONDE LÊR-SE:

O recebimento dos documentos para Credenciamento ocorrerá **a partir do dia 17/08/2026 à 07/09/202.6**, na sede da Secretaria de Saúde, sito à Rua Bernardino Alves, nº 12, Centro, Calçado/PE, SETOR DE PROTOCOLO das 07:00h às 13:00h, ou no e-mail: comprasdiretas-calcado.pe@outlook.com.

LEIA-SE:

O recebimento dos documentos para Credenciamento ocorrerá a partir do dia 17/08/2026 à **08/09/202.6**, na sede da Secretaria de Saúde, sito à Rua Bernardino Alves, nº 12, Centro, Calçado/PE, SETOR DE PROTOCOLO das 07:00h às 13:00h, ou no e-mail: comprasdiretas-calcado.pe@outlook.com.

Edital disponível no site: www.calcado.pe.gov.br, ou diretamente na sede da Secretaria de Saúde de Calçado, no endereço acima.

Outras informações disponíveis na sede da Secretaria de Saúde e/ou pelo e-mail: comprasdiretas-calcado.pe@outlook.com.

Calçado, 17 de agosto de 2026.

MONALIZA DE SOUSA ANGELO
Secretária de Saúde
Gestora do FMS de Calçado

Publicado por:
Manoliza de Sousa Ângelo
Código Identificador:0D30B406

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 008/2026-FME
Inexigibilidade nº 002/2026-FME

Natureza: Serviços

Objeto: Contratação direta de empresa ou empresário exclusivo da atração artística **Yasmin Sensação**, para apresentação de show no dia 26 de setembro de 2026, dentro das festividades do XXXVI Festival da Lavoura, na praça de Eventos deste Município, através da Emenda Parlamentar nº 202639130004 com especificações constantes no termo de referência.

CONTRATO Nº:045/2026-FME
VALOR DO CONTRATO: R$: 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

CONTRATANTE:**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CALÇADO.**
CNPJ:N° 59.154.679/0001-16

CONTRATADA: **OK PROMO LTDA**
CNPJ:N° **48.460.426/0001-54**

DATA DA ASSINATURA:07/08/2026.
VIGÊNCIA:07/08/2026 À 31/12/2026.

Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede do Órgão, situado na Av. Cândido Alexandre nº 126, Centro - Calçado-PE. ou através do fone: (87) 3793-1027, no horário 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira. Calçado, 07 de agosto de 2026.

ILKA REJANE BARROS MELO DE MEDEIROS
Secretária de Educação, Cultura e Desportos
Gestora do FME de Calçado

Publicado por:
Ilka Rejane Barros Melo
Código Identificador:647CAAC7

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CALUMBI

PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI
PARECER CME Nº 001/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CALUMBI – PE
PARECER CME Nº 001/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Educação de Calumbi – PE
Assunto: Análise do Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Educação Digital e Implementação da BNCC da Computação no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Calumbi – PE.

I – RELATÓRIO
Chegou a este Conselho Municipal de Educação, para análise e manifestação, o Projeto de Lei, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que institui a Política Municipal de Educação Digital e Implementação da BNCC da Computação no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Calumbi – PE.
A proposta tem por objetivo estabelecer diretrizes, princípios e ações para a implementação da Educação Digital e da Base Nacional Comum Curricular da Computação nas escolas da rede municipal, em consonância com a Resolução CNE/CP nº 1, de 4 de outubro de 2022, a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital – PNED, e o Parecer CEE/PE nº 035/2026 do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco.
É o relatório.

II – ANÁLISE
O Conselho Municipal de Educação reconhece que a transformação digital constitui um dos principais desafios e oportunidades da educação contemporânea. A incorporação das competências digitais ao currículo escolar representa medida necessária para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de habilidades essenciais para o exercício da cidadania, para a continuidade dos estudos e para a inserção em uma sociedade cada vez mais mediada por tecnologias.
A proposta em análise encontra respaldo na legislação educacional vigente, especialmente na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, na Resolução CNE/CP nº 1/2022 e na Política Nacional de Educação Digital instituída pela Lei Federal nº 14.533/2023.

O Projeto de Lei demonstra alinhamento com as orientações nacionais ao prever a implementação progressiva das competências relacionadas ao pensamento computacional, à

cultura digital e ao letramento digital em todas as etapas da Educação Básica ofertadas pela Rede Municipal de Ensino.
Destaca-se positivamente a preocupação do texto legal em assegurar que a Educação Digital seja desenvolvida de forma adequada às especificidades de cada etapa de ensino, respeitando os princípios pedagógicos da Educação Infantil, dos Anos Iniciais e dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Merece especial destaque a previsão de formação continuada dos profissionais da educação, condição indispensável para a efetiva implementação da BNCC da Computação. A qualificação dos docentes e das equipes pedagógicas permitirá que as tecnologias digitais sejam utilizadas de forma crítica, ética, segura e pedagogicamente intencional, contribuindo para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.
O Conselho também considera relevante a previsão de implementação gradual da política, observando a capacidade formativa da rede municipal e as condições de infraestrutura tecnológica disponíveis, o que favorece a sustentabilidade e a efetividade das ações propostas.

Outro aspecto meritório refere-se ao compromisso com a redução das desigualdades de acesso às tecnologias educacionais, reafirmando o princípio da inclusão digital como direito de aprendizagem e condição para a promoção da equidade educacional.

A proposta ainda fortalece a autonomia pedagógica da rede municipal ao permitir a integração transversal da cultura digital aos currículos escolares, estimulando práticas inovadoras, metodologias ativas e o desenvolvimento de competências alinhadas às demandas educacionais do século XXI.

III – VOTO DO CONSELHO
Diante do exposto, considerando a conformidade do Projeto de Lei com a legislação educacional vigente, sua relevância para o fortalecimento da qualidade da educação pública municipal e sua contribuição para a implementação da Política Nacional de Educação Digital e da BNCC da Computação, este Conselho Municipal de Educação manifesta-se FAVORAVELMENTE ao encaminhamento do Projeto de Lei nº 14/2026 à Câmara Municipal para que seja instituída a Política Municipal de Educação Digital e Implementação da BNCC da Computação no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Calumbi – PE.

Recomenda-se, ainda, que a Secretaria Municipal de Educação promova a regulamentação da matéria, elabore plano de implementação gradual, assegure a formação continuada dos profissionais da educação e desenvolva mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação das ações previstas na futura legislação.
É o parecer.

Calumbi – PE, 14 de julho de 2026.

LUIZ PAULO PEREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Educação

WALKIRYA ALVES SIMÕES CAMPOS
Conselheiro(a) Relator(a)

Aprovado pelo Plenário do Conselho Municipal de Educação de Calumbi – PE em 16 de junho de 2026.

Publicado por:
Levy Wallaci da Silva
Código Identificador:9C247936

PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI
PORTARIA N°158/2026- GAB/PREFEITO

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALUMBI**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, que lhe são facultadas pela Lei Orgânica Municipal e Legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER (06) seis meses de licença prêmio referente ao Primeiro Decênio a partir de 01/07/2026 a 28/12/2026 ao Servidor(a) **ERNESTO DANILO DE MOURA DE LIMA**, portaria nº236/2015, matricula 1235-1, Guarda Municipal. Lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Calumbi-PE, 07 de agosto de 2026.

ERIVALDO JOSÉ DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Levy Wallaci da Silva
Código Identificador:C4987A09

PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI
PORTARIA Nº156/2026

Dispõe sobre a restrição da oferta, comercialização e consumo de alimentos ultraprocessados nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Calumbi-PE e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALUMBI, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o direito à alimentação adequada e saudável previsto na Constituição Federal;
CONSIDERANDO as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023, que estabelece diretrizes para promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar;
CONSIDERANDO a necessidade de incentivar hábitos alimentares saudáveis entre os estudantes da Rede Municipal de Ensino;
RESOLVE:
Art. 1º Fica restringida a entrada, comercialização, distribuição e oferta de alimentos ultraprocessados nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Calumbi.
Art. 2º Para os fins desta Portaria, consideram-se alimentos ultraprocessados aqueles definidos pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, especialmente: I – refrigerantes e bebidas açucaradas; II – salgadinhos de pacote; III – biscoitos recheados;

IV – balas, pirulitos, chicletes e guloseimas em geral; V – embutidos, como salsicha, mortadela e presunto; VI – macarrão instantâneo; VII – bebidas energéticas; VIII demais produtos com elevado teor de açúcar, sódio, gorduras e aditivos químicos.
Art. 3º A alimentação ofertada nas escolas deverá priorizar alimentos in natura ou minimamente processados, como frutas, verduras, legumes, cereais, feijões, leite, ovos e preparações culinárias saudáveis, observadas as orientações nutricionais do PNAE.
Art. 4º Fica vedada a comercialização ou distribuição de alimentos ultraprocessados durante eventos, comemorações, reuniões escolares e demais atividades promovidas pelas unidades de ensino, salvo em situações excepcionais devidamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, promoverá ações permanentes de Educação Alimentar e Nutricional junto aos estudantes, familiares e profissionais da educação.
Art. 6º Os gestores escolares serão responsáveis pelo cumprimento desta Portaria, adotando as medidas administrativas necessárias para sua efetiva implementação.
Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Calumbi-PE, 03 de agosto de 2026.

ERIVALDO JOSÉ DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Levy Wallaci da Silva
Código Identificador:EE462DA4

PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI
PORTARIA Nº157/2026

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALUMBI**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO o requerimento apresentado pelo servidor;
CONSIDERANDO a apresentação de atestado/laudo médico que recomenda o afastamento das atividades laborais;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder **Licença para Tratamento de Saúde** ao servidor **WILSON DE SOUZA LIMA**, ocupante do cargo de AGENTE DE SAUDE**, pelo período de 60(sessenta**) dias, com início em 26 de junho de 2026 e término em 25 de agosto de 2026, conforme documentação médica apresentada.
Art. 2º Durante o período de licença, o servidor permanecerá afastado de suas atividades funcionais, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e demais normas aplicáveis.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de início da licença.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Calumbi/PE, 07 de agosto de 2026.

ERIVALDO JOSÉ DA SILVA
Prefeito do Município de Calumbi

Publicado por:
Levy Wallaci da Silva
Código Identificador:B31148D7

PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI
PORTARIA Nº159/2026 GAB/PREFEITO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALUMBI, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Legislação pertinente, CONSIDERANDO o requerimento dos Servidores,

RESOLVE:
Art.1° CONCEDER 30 (trinta) dias de FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados:
ERIVONALDO LAURINDO DO NASCIEMNTO, referente ao ano de 2025, Secretaria de Infraestrutura, lotado na Secretaria de Infraestrutura no período de 23/07/2026 a 22/08/2026;
RIZONETE ALVES DE LIMA, referente ao ano de 2025, Auxiliar Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria de Assistência Social, período de 13/07/2026 a 12/08/2026.

ROBERTA JULIANA NUNES PEREIRA, referente ao ano de 2025, Assessor de Secretaria, lotado(a) na Assistência Social período de 24/08/2026 a 23/09/2026.

ELIDA RIVÂNIA ALVES DA SILVA, referente ao ano de 2025, Conselheira Tutelar, lotado(a) na Secretaria de Administração, no período de 13/08/2026 a 13/09/2026.

MARGARIDA TAVARES DE LIMA DINIZ, referente ao ano de 2025, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria de Assistência Social, no período de 13/07/2026 a 12/08/2026.

MARIA CÍCERA DE LIMA SILVA, referente ao ano de 2024, Auxiliar de Enfermagem, lotado(a) na Saúde, no período de 10/08/2026 a 09/09/2026.

EVANEIDE DA SILVA GONÇALVES, referente ao ano de 2025, Auxiliar de Enfermagem, lotado(a) na Secretaria de Saúde, no período de 06/08/2026 a 05/09/2026.

IVANEIDE CORDEIRO DOS SANTOS TEODORIO, referente ao ano de 2025, Agente de Saúde, lotado(a) na Secretaria de Saúde no período de 17/08/2026 a 16/09/2026.

FERNANDA MIRELLY LEÃO DE ALMEIDA, referente ao ano de 2025, Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria de Saúde, no período de 03/08/2026 a 02/09/2026.

ROBERTO BEZERRA DE SOUZA, referente ao ano de 2026 Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria de Saúde, no período de 01/06/2026 a 30/06/2026.

MARCOS ROBERTO LIMA LEÃO, referente ao ano de 2025, Guarda Municipal, lotado(a) na Secretaria de, no período de 04/05/2026 a 02/06/2026.

FRANCISCO DE SALES OLIVEIRA, referente ao ano de 2025, Operador de Maquinas Pesadas, lotado(a) na Secretaria de Transporte, no período de 03/08/2026 a 02/09/2026.

MARIA CÍCERA DE LIMA, referente ao ano de 2025, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria de Educação, no período de 08/07/2026 a 07/08/2026;

SILVANE BEZERRA CORDEIRO DE LIMA, referente ao ano de 2025, Agente Administrativo I, lotado(a) na Secretaria de Educação, no período de 06/07/2026 a 05/08/2026;

SIMONE NICACIO DA SILVA, referente ao ano de 2025, Nutricionista, lotado(a) na Secretaria de Educação, no período de 08/06/2026 a 08/07/2026;

LAURIANE PEIXOTO DA SILVA, referente ao ano de 2025, Tec. Em Enfermagem, locado na Secretaria de Saúde, no período de 03/08/2026 a 02/09/2026;

FRANCISCA GOMES DE LIMA NOGUEIRA, referente ao ano de 2025, Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria de Educação, no período de 06/08/2026 a 05/09/2026;

STHEFANY MARQUES DE LIMA, referente ao ano de 2025, Assessor de Secretaria, lotado(a) na Secretaria Assistência Social, no período de 01/08/2026 a 30/08/2026;

MARIA HELENA DE LIMA ELEOTERIO, referente ao ano de 2025, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Assistência Social, no período de 03/08/2026 a 02/09/2026;

JESSICA EMILLY FERREIRA DE MOURA, referente ao ano de 2025, Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Planejamento e Gestão, no período de 10/08/2026 a 09/09/2026;

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Calumbi/PE, 13 de agosto de 2026.

ERIVALDO JOSÉ DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Levy Wallaci da Silva
Código Identificador:44CB872D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 027/2026, DE 15 DE AGOSTO.

DECRETO Nº 027/2026, de 15 de agosto.

EMENTA: Dispõe sobre Luto Oficial de 03 (três) dias pelo falecimento da servidora pública do Município de Camocim de São Félix, Sra. MARIA BETÂNIA GONÇALVES DO CARMO SILVA.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX,** Estado de Pernambuco, SÓSTENES RUBANO NEVES PONTES, no uso de sua atribuições legais e constitucionais, conferidas pela Lei Orgânica do Município:
CONSIDERANDO o falecimento da honrosa Sra. Maria Betânia Gonçalves do Carmo Silva, professora do município de Camocim de São Félix, que, em vida, prestou grandes serviços ao Município, sobretudo atuando na área educacional
CONSIDERANDO a relevância dos serviços prestados e o legado de contribuição para o desenvolvimento educacional de Camocim de São Félix – PE, tendo deixado como exemplo e modelo de dignidade, a sua história de vida pessoal e pública;
CONSIDERANDO que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com seu trabalho, seu exemplo e dedicação, contribuiram para o bem estar da coletividade;
DECRETA:
Art. 1º - Luto oficial por 03 (três) dias, no Município de Camocim de São Félix - PE, a partir desta data (15 de agosto de 2026).
Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Camocim de São Félix, 15 de agosto de 2026.

SÓSTENES RUBANO NEVES PONTES
Prefeito

Publicado por:
José Hilquias Lourenço da Silva
Código Identificador:6D7C2AB4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 028, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 028, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Delega competência a agente público para a assinatura de Termos de Doação com Encargos, contratos, convênios e instrumentos congêneres no âmbito do Programa de Equipagem - EquipaDH+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, e dá outras providências.

O Prefeito **SÓSTENES RUBANO NEVES PONTES** do Município de Camocim de São Félix – PE, no uso das atribuições legais, conferidas pela **Lei Orgânica Municipal.**
CONSIDERANDO a regulamentação do Programa de Equipagem, de Modernização da Infraestrutura e de Apoio ao Funcionamento dos Órgãos, das Entidades e das Instâncias Colegiadas Atuantes na Promoção e na Defesa dos Direitos Humanos – Programa EquipaDH+, pela Portaria nº 1.190, de 2 de julho de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão administrativa e conferir celeridade aos procedimentos de adesão, habilitação e recebimento de bens móveis e equipamentos destinados a conselhos e órgãos de direitos humanos do Ente Federativo;
DECRETA:
Art. 1º Fica delegada a competência ao Cargo do Delegado - A Secretária de Assistência Social, Senhor(a) Ivanize Bezerra Fonseca Pontes, portador(a) do CPF nº 024.160.214-94, para representar esta municipalidade/unidade federativa junto ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) no âmbito do Programa EquipaDH+.
Art. 2º A delegação de competência de que trata o art. 1º abrange os seguintes poderes específicos:
I - Realizar e atualizar o credenciamento e a adesão da Instituição no Sistema EquipaDH;
II - Assinar eletronicamente os formulários, relatórios de necessidades e declarações obrigatórias exigidos pelo programa;
III - Assinar o Termo de Doação com Encargos (TDE) e eventuais termos aditivos, assumindo formalmente as obrigações administrativas, operacionais e legais decorrentes do recebimento dos bens doados;
IV - Responder pelo acompanhamento físico, prestação de contas da destinação dos bens e zelo patrimonial pelo prazo de vigência estabelecido no instrumento de doação.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Camocim de São Félix – PE, 17 de agosto de 2026.

SÓSTENES RUBANO NEVES PONTES
Prefeito

Publicado por:
Geives Fabrício Fonseca da Silva
Código Identificador:7F69B94A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CAMUTANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMUTANGA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO (PARCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMUTANGA/PE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO (PARCIAL)

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026.
PROCESSO LICITATÓRIO N° 012/2026.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais elétricos e de construção, incluindo cimento, destinados à manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos, sistemas de iluminação pública, vias públicas, equipamentos urbanos e demais unidades pertencentes ao Município de Camutanga/PE, compreendendo itens não contemplados em Atas de Registro de Preços às quais o Município tenha aderido, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência e demais anexos do edital.

Diante do encerramento do julgamento de parte dos itens e considerando a imperiosa necessidade dos materiais elétricos e construção para a município, a prefeita do município de Camutanga/PE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021,**HOMOLOGA**, parcialmente, o resultado do Pregão Eletrônico nº 003/2026, diante da regularidade dos atos praticados e da vantajosidade das propostas selecionadas, e, em consequência,**ADJUDICA**os itens licitados às empresas vencedoras, conforme abaixo discriminado:

Empresas Adjudicatárias e Itens Vencidos:

APEX ELEVARE COMERCIAL LTDA, CNPJ sob o n° 49.299.108/0001-16, vencedora nos itens: 40, 41, 42, 43, 53, 54, 57 e 58, totalizando um valor global de R$ 14.828,56 (quatorze mil oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos);

CBX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA, CNPJ sob o n° 47.812.320/0001-00, vencedora nos itens: 01, 02, 17, 34, 35, 36, 37, 38, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 64, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85 e 86, totalizando um valor global de R$ 149.833,88 (cento e quarenta e nove mil oitocentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos).

COMERCIAL OLIVEIRA MATERIAL ELETRICO LTDA, CNPJ sob o n° 61.335.384/0001-9, vencedora nos itens: 11, 22, 23, 29, 30, 33, 45, 46, 52, 59, 60, 87, 88 e 89, totalizando um valor global de R$ 91.746,05 (noventa e um mil setecentos e quarenta e seis reais e cinco centavos);

DGA COMÉRCIO MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, CNPJ sob o n° 42.070.491/0001-97, vencedora nos itens: 06 e 10, totalizando um valor global de R$ 67.348,40 (sessenta e sete mil trezentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos);

DISTRIBUIDORA FXO EIRELI, CNPJ sob o n° 30.149.559/0001-49, vencedora no item: 05, totalizando um valor global de R$ 12.000,00 (doze mil reais);

F. L. MANDARINE SILVA MATERIAL DE CONSTRUCOES, CNPJ sob o n° 37.979.668/0001-32, vencedora nos itens: 25, 26, 27 e 39, totalizando um valor global de R$ 126.558,25 (cento e vinte e seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos);

H7 EMPREENDIMENTOS E SERVICOS DE ILUMINACAO LTDA, CNPJ sob o n° 15.360.195/0001-58, vencedora nos itens: 03, 07, 08, e 09, totalizando um valor global de R$ 38.008,40 (trinta e oito mil oito reais e quarenta centavos);

J & M ESPIGARES GESTAO E SUPRIMENTOS LTDA, CNPJ sob o n° 66.057.130/0001-79, vencedora nos itens: 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20 e 21, totalizando um valor global de R$ 129.919,45 (cento e dezenove mil novecentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos);

PRIMIX PRODUTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ sob o n° 04.330.689/0001-73, vencedora no item:24, totalizando um valor global de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais);

TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA, CNPJ sob o n° 56.004.897/0001-86, vencedora no item: 04, totalizando um valor global de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais);

TW2K ELETROELETRONICA LTDA, CNPJ sob o n° 31.840.475/0001-10, vencedora nos itens: 28, 31, 32, 69, 75 e 76, totalizando um valor global de R$ 38.221,02 (trinta e oito mil duzentos e vinte e um reais e dois centavos).

Camutanga - PE, 17 de agosto de 2026.

TALITA CARDOZO FONSECA
Prefeita

Publicado por:
Lucas Pereira Cabral Silva
Código Identificador:568E7AA8

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DETRALHADO DO CONTRATO Nº 190/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026
EXTRATO DETALHADO DO CONTRATO Nº 190/2026 – DATADO: 14.08.2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, INCLUINDO IMPLATAÇÃO E LICENCIAMENTO DA PLATAFORMA MACGOV NO FORMATO SAAS, EM PLATAFORMA WEB(ON-LINE) COM BACKUP DIÁRIO COM ARMAZENAMENTO EM NUVEM, DURANTE O PERIODO DO LICENCIAMENTO, PELO PRAZO DE 12 MESES, COM ATUALIZAÇÕES PARA ADEQUAÇÃO A LEI Nº 14.133/2021.
Contratada: MACGOV – SISTEMA DE GOVERNANÇA PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 47.913.340/0001-77.
Valor Contratado: R$ 83.520,00 (OITENTA E TRÊS MIL QUINHENTOS E VINTE REAIS), sendo 01 (uma) parcela no valor de R$ 13.920,00 (TREZE MIL NOVECENTOS E VINTE REAIS), referente à implantação do sistema, e 12 (doze) parcelas mensais no valor de R$ 5.800,00 (CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS), referentes ao licenciamento do sistema, perfazendo o valor total de R$ 83.520,00 (OITENTA E TRÊS MIL QUINHENTOS E VINTE REAIS).

Canhotinho, 17 de Agosto de 2026.

SANDRA REJANE LOPES DE BARROS -
Prefeita do Município

Publicado por:
Jucicleide Borges Gomes da Silva
Código Identificador:E1FC8D6E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CARNAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
5º ATA DE SESSÃO AO PL Nº 032/2026 - CRED. Nº 002/2026 - INEX. Nº 009/2026

5º ATA DE SESSÃO PARA ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 032/2026 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2026 PERTENCENTE ÀS DOCUMENTAÇÕES PROTOCOLADAS ENTRE AS DATAS DE 31/07/2026 A 17/08/2026.

OBJETO: **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ME/EPP E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ABRANGENDO ATIVIDADES COMO CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, CONFORME AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA - PE.**

Aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 08h21min, na Prefeitura Municipal de Carnaíba -PE, Estado de Pernambuco, na Sala das Licitações da Prefeitura Municipal, localizado à RUA PRESIDENTE KENNEDY, Nº 283 – CENTRO – CARNAÍBA /PE, CEP: 56.820-000, foi dado início a sessão para análise de documentos das pessoas jurídicas já protocolados, conforme sequência de protocolos anexos ao **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 032/2026 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2026** realizado **ENTRE AS DATAS DE 31/07/2026 A 17/08/2026. LICITANTE 40:** JUAN PATRICK DE LIMA SOBRAL - CNPJ Nº 62.939.642/0001-08; **LICITANTE 41:** OSCAR LEANDRO DA SILVA NETO- CNPJ Nº 47.549.800/0001-20; **LICITANTE 42:** LUCAS SANTANA LOPES JUNIOR- CNPJ Nº 68.169.840/0001-16; **LICITANTE 43:** ADEILZO GOMES DOS REIS - CNPJ Nº 27.518.727/0001-11; **LICITANTE 44:** ANDRE FELIPE TENORIO DOS SANTOS - CNPJ Nº 56.439.770/0001-90; **LICITANTE 45:** WEVERTON JOSE FERREIRA - CNPJ Nº 68.445.112/0001-25. Após a análise foi constatado uma falha documental no **LICITANTE 40: JUAN PATRICK DE LIMA SOBRAL - CNPJ Nº 62.939.642/0001-08,** onde não possui CNAE compatível com alguns dos itens que deseja se credenciar. Foi constado também que o **LICITANTE 42: LUCAS SANTANA LOPES JUNIOR- CNPJ Nº 68.169.840/0001-16,** não possui habilitação ou certificado adequado para os itens que deseja se credenciar. Foi verificado também que o **LICITANTE 45: WEVERTON JOSE FERREIRA - CNPJ Nº 68.445.112/0001-25,** onde não possui CNAE compatível com um dos itens que deseja se credenciar. Ademais, em relação aos outros licitantes, obteve-se a seguinte sequência de licitantes habilitados/credenciados, conforme critério de convocação dos credenciados por ordem de inscrição estabelecido no art. 12, I do decreto municipal **Nº 08, DE 17 DE JANEIRO DE 2024. LICITANTE 40: 62.939.642 JUAN PATRICK DE LIMA SOBRAL - CNPJ Nº 62.939.642/0001-08**, credenciado para os seguintes serviços**:** ITEM 09 AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, ITEM 10 LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA, ITEM 11 MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES; **LICITANTE 41: 47.549.800 OSCAR LEANDRO DA SILVA NETO- CNPJ Nº 47.549.800/0001-20**, credenciado para os seguintes serviços: ELETRICISTA COM

ENCARGOS COMPLEMENTARES ; **LICITANTE 43: 27.518.727 - ADEILZO GOMES DOS REIS - CNPJ Nº 27.518.727/0001-11,** credenciado para os seguintes serviços: ITEM 01 - PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, ITEM 02 PINTOR DE LETREIROS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, ITEM 03 ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, ITEM 09 AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES; **LICITANTE 44: 56.439.770 ANDRE FELIPE TENORIO DOS SANTOS - CNPJ Nº 56.439.770/0001-90,** credenciado para os seguintes serviços: ITEM 01 - PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, ITEM 02 PINTOR DE LETREIROS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, ITEM 03 ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, ITEM 09 AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES; **LICITANTE 45: WEVERTON JOSE FERREIRA - CNPJ Nº 68.445.112/0001-25,** credenciado para os seguintes serviços: ITEM 01 - PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, ITEM 02 PINTOR DE LETREIROS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, ITEM 09 AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, ITEM 10 ITEM 10 LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA.

Sendo este resultado publicado na AMUPE, abrindo-se o prazo para recurso. Nada mais havendo a relatar, deu – se por encerrada a sessão no dia 17/08/2026 às 10h54min. Eu Ana Cristina Leandro da Silva, lavrei o presente registro de acontecimentos.

Carnaíba, 17 de agosto de 2026

ANA CRISTINA LEANDRO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:E96B592B

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 210/2026 AO 214/2026

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 210/2026

EXTRATO DE CONTRATO **N° 210/2026** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÍBA - PE.** Contratado: **UNICA SANEANTES LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 43.392.983/0001-61.** Valor total **R$ 472,91 (quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e um centavos).** Data de assinatura do contrato: 06 de agosto de 2026**.** Prazo de duração sera até 12 (doze) meses**.**

CARNAÍBA – PE, 06 de agosto de 2026.

WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Prefeito

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 211/2026

EXTRATO DE CONTRATO **N° 211/2026** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÍBA - PE.** Contratado: **DEREPENTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 19.463.977/0001-73.** Valor total **R$ 24.247,46 (vinte e quatro mil duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e seis centavos).** Data de assinatura do contrato: 06 de agosto de 2026**.** Prazo de duração sera até 12 (doze) meses**.**

CARNAÍBA – PE, 06 de agosto de 2026.

WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Prefeito

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 212/2026

EXTRATO DE CONTRATO **N° 212/2026** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÍBA - PE.** Contratado: **JOSE JOABSON PEREIRA DA SILVA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 57.217.661/0001-90.** Valor total **R$ 40.720,00 (quarenta mil setecentos e vinte reais).** Data de assinatura do contrato: 06 de agosto de 2026**.** Prazo de duração sera até 12 (doze) meses**.**

CARNAÍBA – PE, 06 de agosto de 2026.

WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Prefeito

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 213/2026

EXTRATO DE CONTRATO **N° 213/2026** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÍBA - PE.** Contratado: **M3. BUSINESS GROUP LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 54.494.740/0001-50.** Valor total **R$ 187,00 (cento e oitenta e sete reais).** Data de assinatura do contrato: 06 de agosto de 2026**.** Prazo de duração sera até 12 (doze) meses**.**

CARNAÍBA – PE, 06 de agosto de 2026.

WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Prefeito

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 214/2026

EXTRATO DE CONTRATO **N° 214/2026** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÍBA - PE. Contratado: **SOUZA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 57.217.661/0001-90.** Valor total **R$ 16.105,00 (dezesseis mil cento e cinco reais).** Data de assinatura do contrato: 06 de agosto de 2026**.** Prazo de duração sera até 12 (doze) meses**.**

CARNAÍBA – PE, 06 de agosto de 2026.

WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Prefeito

Publicado por:
Layanny Barbosa de Andrade Lima
Código Identificador:A88D41AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
LEI MUNICIPAL Nº 1.220/2026

EMENTA: *Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional tipo especial para o fim que menciona, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Carnaíba, **WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei Orgânica Municipal, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores decreta, e, eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional do tipo especial ao Orçamento do presente exercício e ainda adicionar o presente crédito a programação constante do vigente Plano Plurianual e metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, objetivando atender a contabilização de despesas nas seguintes dotações:

Parágrafo único - O crédito de que trata o *caput* deste artigo será distribuído com a seguinte denominação e classificação orçamentária:

Unidade Orçamentária	2601	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Sub-Função	451	Infraestrutura Urbana
Programa	1009	Gestão Administrativa do Poder Executivo
Ação de Governo	1.950	Construção/Urbanização de Praça
Elemento Despesa	449051	Obras e Instalações
Valor R$	1.000.000,00	
Fonte de Recurso	7481	Outras Vinculações de transferências do Estado

Unidade Orçamentária	2601	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Função	17	Saneamento
Sub-Função	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	1009	Gestão Administrativa do Poder Executivo
Ação de Governo	1.951	Construção de Sistema de Tratamento de Esgoto
Elemento Despesa	449051	Obras e Instalações
Valor R$	400.000,00	
Fonte de Recurso	7481	Outras Vinculações de transferências do Estado

Unidade Orçamentária	2701	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	Saúde
Sub-Função	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa	1003	Saúde para todos
Ação de Governo	1.952	Aquisição de Equipamentos para o Hospital Municipal
Elemento Despesa	449052	Equipamentos e Material Permanente
Valor R$	1.388.123,82	
Fonte de Recurso	7481	Outras Vinculações de transferências do Estado

Unidade Orçamentária	2701	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	Saúde
Sub-Função	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa	1003	Saúde para todos

Ação de Governo	1.953	Aquisição de Equipamentos Centro Cirúrgico Hospital Municipal
Elemento Despesa	449052	Equipamentos e Material Permanente
Valor R$	600.000,00	
Fonte de Recurso	7481	Outras Vinculações de transferências do Estado

Total do Crédito:..... R$ 3.388.123,82 (Três milhões, trezentos e oitenta e oito mil, cento evinte e três reais, e oitenta e dois centavos).

Art. 2º. Para atendimento ao valor do crédito aberto no Art. 1º, serão utilizados recursos transferidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, relativo à 1ª parcela da outorga da COMPESA, no montante de R$ 3.388.123,82 (Três milhões, trezentos e oitenta e oito mil, cento e vinte e três reais, e oitenta e dois centavos).

Art. 3º - A abertura do referido crédito especial não será computada para o limite autorizado no Art. 6º. da Lei Municipal 1203/2025 (LOA 2026).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carnaíba, 14 de agosto de 2026.

WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Prefeito

Publicado por:
Karine Imaculada Nunes de Carvalho
Código Identificador:8A654760

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
SEGUNDA NOTIFICAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL - DURA COMERCIO DE GAS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA DIRETORIA CENTRAL DE COMPRAS

SEGUNDA NOTIFICAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL
DURA COMERCIO DE GAS LTDA
CNPJ N° **47.890.806/0001-66**
ENDEREÇO: RUA SAO PEDRO; NOSSA SENHORA DE FATIMA; ITABUNA – BA
CEP: **45.604-017**
Assunto: Notificação por inexecução contratual

A Prefeitura Municipal de Carnaíba, por intermédio da diretoria central de compras, no uso de suas atribuições legais, especialmente à luz do disposto nos artigos 155, 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, e com fundamento no processo licitatório 030/2026; pregão eletrônico 017/2026, que teve como fundamento a **AQUISIÇÃO PARCELADA DE RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP) BOTIJÕES DE 13Kg.** vem, por meio desta, **NOTIFICAR** essa empresa acerca do descumprimento das obrigações contratuais assumidas, conforme segue:

Do Objeto do Contrato

Os contratos em referência tem por objeto, conforme cláusulas e condições estabelecidas no instrumento contratual: **6. CLÁUSULA SEXTA - DA ENTREGA DO OBJETO**

6.1 A entrega ocorrerá de forma parcial e deverá se dar no prazo máximo de 24 horas, contados da emissão e recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) pela Secretaria demandante, que detalhará o quantitativo, o local de entrega e condições de recebimento, observando-se as especificações indicadas neste Termo de Referência. A contratada deverá ofertar o objeto da contratação em conformidade com as normas e diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, disponibilizado no sítio eletrônico https://www.gov.br/agu/ptbr/, e nas demais normas dos órgãos e entidades reguladores do tema, no que couber.

SEGUNDA NOTIFICAÇÃO À CONTRATADA

Constatou-se, por esta Administração, que a empresa **DURA COMERCIO DE GAS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 47.890.806/0001-66**, permanece em atraso na execução do objeto

contratado, consistente no fornecimento de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em botijões de 13 kg), não tendo realizado, até o presente momento, a efetiva entrega do produto, permanecendo pendente o cumprimento da obrigação contratual.

A presente comunicação constitui a **SEGUNDA NOTIFICAÇÃO** formal encaminhada à empresa, tendo em vista a persistência do descumprimento contratual.

Registra-se que a contratada já foi formalmente comunicada acerca da pendência e da necessidade de cumprimento da obrigação por meio dos **Ofícios nº 132/2026, 133/2026, 134/2026, 135/2026 e 136/2026**, devidamente encaminhados por correio eletrônico (e-mail). Contudo, não houve qualquer resposta, manifestação ou justificativa da empresa em relação aos referidos ofícios, tampouco foi constatada, até o momento, a regularização da pendência mediante a efetiva entrega do produto contratado.

Ressalte-se que a execução do contrato somente se aperfeiçoa mediante a efetiva entrega do material, em estrita observância às condições, quantidades, prazos e locais estabelecidos no instrumento convocatório, no contrato e nas respectivas solicitações de fornecimento.

Diante do exposto, a permanência da contratada em situação de inadimplemento, mesmo após as comunicações formais realizadas por esta Administração, configura, em tese, descumprimento das obrigações contratuais assumidas, podendo ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável.

Por fim, fica a empresa **DURA COMERCIO DE GAS LTDA** novamente cientificada para que proceda à regularização da pendência e ao cumprimento integral da obrigação contratual, ficando assegurados, em eventual processo administrativo sancionador, o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.
Tais ocorrências foram evidenciadas em decorrência do levantamento de pedidos elaborado pela diretoria central de compras.

Das Consequências Legais

Conforme disposto no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a aplicação das sanções previstas, tais como:

Advertência;
Multa;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade.

Ressalta-se que tal conduta poderá ensejar a rescisão contratual com a possibilidade aplicação das sanções cabíveis.

Do Prazo para Manifestação

Desse modo, solicitamos que a empresa **DURA COMERCIO DE GÁS LTDA**, apresente justificativa por escrito ou proceder com o cumprimento das obrigações contratuais, no prazo de **24 horas**, a contar do recebimento desta notificação.

Disposições Finais

Eventuais documentos comprobatórios e esclarecimentos devem ser encaminhados a diretoria central de compras, pertencente a prefeitura municipal de Carnaíba – PE. Email: compras@carnaiba.pe.gov.

Sem mais, Atenciosamente,

Carnaíba, 14 de agosto de 2026

JOÃO VIANNEY QUEIROZ DE BRITO FILHO
Diretor Central de Compras

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:B9807F9A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
TERMO DE APOSTILAMENTONº 001 DO CONTRATO 047/2026, 126/2026 E 132/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2026
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026
CONTRATOS N° 047/2026, 126/2026 E 132/2026

TERMO DE APOSTILAMENTONº 001 DO CONTRATO **047/2026, 126/2026 E 132/2026** FIRMADO ENTRE A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA - PE** E **28.782.138 - ADILSON QUEIROZ MENDES, DENILSON CAIQUE PEREIRA DE FREITAS, JOÃO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA, VISANDO PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE CONSTRUÇÃO E REFORMA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA-PE.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA-PE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 11.367.414/0001-70, situada à Rua Presidente Kennedy, 283, Carnaíba– PE - CEP 56820-000, neste ato representado pelo Prefeito o **Wamberg Antônio Gomes Amaral**, brasileiro, casado, residente à Avenida Sebastião Anjo, s/n, Bela Vista Carnaíba/PE - CEP: 56.820-000, portador do CPF nº 653.158.804-78 e da Cédula e Identidade Civil RG Nº 3.114.037 SSP-PE, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, e as empresas – **1° 28.782.138 - ADILSON QUEIROZ MENDES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 28.782.138/0001-09,** com sede no SITIO POVODO LAGOA DO CAROA, S/N, ZONA RURAL, CEP Nº 56.820-000, Carnaíba – PE, doravante denominado de CREDENCIADO, neste ato representada por pelo **srº. Adilson Queiroz Mendes** de **CPF N° 071.246.184-10**, **2° DENILSON CAIQUE PEREIRA DE FREITAS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 52.819.070/0001-70**, com sede no SIT Povoado Lagoa do Caroa, s/n , Zona Rural, CEP Nº 56.820-000, Carnaíba – PE, email: depinhoreges@gmail.com, doravante denominado de CREDENCIADO, neste ato pelo srº. **Denilson Caique Pereira de Freitas**, brasileiro, portador do RG 10.569.744 SDS-/PE, inscrito no **CPF/MF sob o nº 141.171.514-44**, **3° JOÃO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 50.789.377/0001-40**, com sede na rua da linha, n 644, centro, cep: 56.820-000, Carnaíba-PE, email: joaofernandesrodriguesdasilva@gmail.com, celular: (87) 99609-1923, doravante denominado de CREDENCIADO, neste ato representada pelo **Srº. Joao Fernandes Rodrigues Da Silva**, Brasileiro, portador do RG nº 10.207.446 SDS-/PE, inscrito no **CPF/MF sob o nº 133.549.114- 76**, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, modificar unilateralmente o **Contratos N° 047/2026, 126/2026 e 132/2026**, através desse apostilamento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Apostilamento tem como objetivo a modificação unilateral do **Contratos N° 047/2026, 126/2026 e 132/2026**, por parte da Administração, visando Acrescentar **Dotação Orçamentária** de acordo com ofício em anexo a este apostilamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – LIMPEZA COLETA E RETIRADA DE LIXO URBANO.

Função: 15
Subfunção: 452
Programa: 1009
Ação: 2.66
Despesa: 3.3.90.39

CLÁUSULA SEGUNDA – DARETIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato vinculado ao processo N° 001/2026 permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por esteInstrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA-PE, providenciará a publicação resumida do presenteTermo de Apostilamento, que é condição indispensável para sua eficácia, consoante o que dispõe à Lei n°14.133/21.

Carnaíba PE, 10 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Carnaíba - PE
WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Contratante

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:664DD530

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
TERMO DE APOSTILAMENTONº 001 DO CONTRATO 074/2026, 075/2026, 105/2026 E 181/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2026
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026
CONTRATOS N° 074/2026, 075/2026, 105/2026 E 181/2026

TERMO DE APOSTILAMENTONº 001 DO CONTRATO **074/2026, 075/2026, 105/2026 E 181/2026** FIRMADO ENTRE A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA - PE** E **41.090.801-ALISON DIEGO DA SILVA, 27.518.727 - ADEILZO GOMES DOS REIS, JOSIAS HOZANO DE OLIVEIRA E CARLOS EDUARDO SANTOS DA SILVA; VISANDO PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE CONSTRUÇÃO E REFORMA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA-PE.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA-PE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 11.367.414/0001-70, situada à Rua Presidente Kennedy, 283, Carnaíba– PE - CEP 56820-000, neste ato representado pelo Prefeito o **Wamberg Antônio Gomes Amaral**, brasileiro, casado, residente à Avenida Sebastião Anjo, s/n, Bela Vista Carnaíba/PE - CEP: 56.820-000, portador do CPF nº 653.158.804-78 e da Cédula e Identidade Civil RG Nº 3.114.037 SSP-PE, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, e as empresas – **1° 41.090.801-ALISON DIEGO DA SILVA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 41.090.801/0001-72**, com sede na AVENIDA JOAQUIM LEITE CABRAL, N 900, VILA CENTRAL, CEP Nº 56.820-000, Carnaíba – PE, doravante denominado de CREDENCIADO, neste ato representada pelo srº. **Alison Diego da Silva** de **CPF N° 106.414.024-65**, **2° 27.518.727 - ADEILZO GOMES DOS REIS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 27.518.727/0001-11**, com sede no sítio Serra Branca, N 2011, ZONA RURAL, CEP Nº 56.820-000, Carnaíba – PE, doravante denominado de CREDENCIADO, neste ato representada pelo **srº. Adeilzo Gomes dos Reis de CPF N° 054.179.864-29**, **3° JOSIAS HOZANO DE OLIVEIRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o 46.335.305/0001-55**, com sede na Rua do Comercio Sede do Povoado de Serra Branca, N 134, Zona Rural, CEP Nº 56.820-000, Carnaíba – PE, e-mail josiasmusico30@gmail.com, doravante denominado de CREDENCIADO, neste ato representada por pelo s**rº. Josias Hozano de Oliveira, brasileiro, Portador do CPF N° 028.845.834-67**, 4° **CARLOS EDUARDO SANTOS DA SILVA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 61.405.061/0001- 23**, com sede no Povoado Lagoa do Caroa, S/N, Zona Rural, CEP Nº 56.820-000, Carnaíba – PE, doravante denominado de CREDENCIADO, neste ato representada pelo **srº. Carlos Eduardo Santos da Silva de CPF N° 170.055.914-10**, RG N° 10.380.164 SDS/PE mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, modificar unilateralmente o **Contratos N° 074/2026, 075/2026, 105/2026 e 181/2026**, através desse apostilamento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Apostilamento tem como objetivo a modificação unilateral do **Contratos N° 074/2026, 075/2026, 105/2026 e 181/2026**, por parte da Administração, visando Acrescentar **Dotação Orçamentária** de acordo com ofício em anexo a este apostilamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – CONST. REC. REF. BARAG/ACUD/CIS/CAC/POC/ SIST. D'AGUA.

Função: 20
Subfunção: 605
Programa: 1009
Ação: 1.30
Despesa: 4.4.90.51

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – CONST. AMPLA. RECUP. ESGOTOS, CANAIS E GALERIAS.

Função: 17
Subfunção: 512
Programa: 1009
Ação: 1.50
Despesa: 4.4.90.51

CLÁUSULA SEGUNDA – DARETIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato vinculado ao processo N° 001/2026 permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por esteInstrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA-PE, providenciará a publicação resumida do presenteTermo de Apostilamento, que é condição indispensável para sua eficácia, consoante o que dispõe à Lei n°14.133/21.

Carnaíba PE, 10 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Carnaíba - PE
WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Contratante

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:DAE92908

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001 DO CONTRATO 145/2026, 188/2026, 189/2026 E 198/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2026
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 009/2026
CONTRATOS N° 145/2026, 188/2026, 189/2026 E 198/2026

TERMO DE APOSTILAMENTONº 001 DO CONTRATO **145/2026, 188/2026, 189/2026 E 198/2026** FIRMADO ENTRE A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA - PE** E **ROMERO ALVES DA SILVA, 29.814.047 – JOSE LAERCIO SINVAL DE SOUZA, ANTONIO ROBSON DE SOUZA E 62.976.637 - JHAYKSON GOMES DE MORAIS ME/EPP E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ABRANGENDO ATIVIDADES COMO CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS E**

LOGRADOUROS PÚBLICOS, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, CONFORME AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA - PE.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA-PE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 11.367.414/0001-70, situada à Rua Presidente Kennedy, 283, Carnaíba– PE - CEP 56820-000, neste ato representado pelo Prefeito o **Wamberg Antônio Gomes Amaral**, brasileiro, casado, residente à Avenida Sebastião Anjo, s/n, Bela Vista Carnaíba/PE - CEP: 56.820-000, portador do CPF nº 653.158.804-78 e da Cédula e Identidade Civil RG Nº 3.114.037 SSP-PE, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, e as empresas – **1° ROMERO ALVES DA SILVA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 58.600.532/0001-40**, com sede no Sitio Tamburil, 06, Zona Rural, CEP Nº 56.820-000, Carnaíba – PE, doravante denominado de CREDENCIADO, neste ato representada pelo **srº. Romero Alves da Silva** de **CPF n° 051.586.444-70**, n° RG 6679655 SDS PE, **2° 29.814.047 - JOSE LAERCIO SINVAL DE SOUZA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 29.814.047/0001-70**, com sede na Rua Joaquim Pereira de Carvalho, 140, Santa Luzia, CEP Nº 56.820-000, Carnaíba – PE, doravante denominado de CREDENCIADO, neste ato representada pelo **srº. Jose Laercio Sinval de Souza de CPF RG/ CPF n° 055.614544-55**, **3° ANTONIO ROBSON DE SOUZA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 29.814.906/0001-21**, com sede na Rua Padre Cicero, 60, Bela Vista, CEP Nº 56.820-000, Carnaíba – PE, doravante denominado de CREDENCIADO, neste ato representada pelo **srº. Antônio Robson de Souza de CPF n° 081.546.074-09**, **n° RG 8272845 SDS PE**, 4° **62.976.637 JHAYKSON GOMES DE MORAIS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº Nº 62.976.637/0001-75**, com sede na Rua Praça Nossa Senhora de Lourdes, nº 136, nº 56.820-000, Carnaíba – PE, doravante denominado de CREDENCIADO, neste ato representada srº. **Jhaykson Gomes de Morais – CPF nº 099.532.704-14 e RG n°8782211 SDS PE** mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, modificar unilateralmente o **Contratos N° 145/2026, 188/2026, 189/2026 e 198/2026**, através desse apostilamento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Apostilamento tem como objetivo a modificação unilateral do **Contratos N° 145/2026, 188/2026, 189/2026 e 198/2026**, por parte da Administração, visando Acrescentar **Dotação Orçamentária** de acordo com ofício em anexo a este apostilamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – LIMPEZA COLETA E RETIRADA DE LIXO URBANO.

Função: 15
Subfunção: 452
Programa: 1009
Ação: 2.66
Despesa: 3.3.90.39

CLÁUSULA SEGUNDA – DARETIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato vinculado ao processo N° 001/2026 permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por esteInstrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA-PE, providenciará a publicação resumida do presenteTermo de Apostilamento, que é condição indispensável para sua eficácia, consoante o que dispõe à Lei n°14.133/21.

Carnaíba PE, 10 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Carnaíba - PE
WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Contratante

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:0A925B4B

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
TERMO DE APOSTILAMENTONº 001 DO CONTRATO N° 150/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2026
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 009/2026
CONTRATOS N° 150/2026

TERMO DE APOSTILAMENTONº 001 DO CONTRATO N° **150/2026** FIRMADO ENTRE A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA - PE** E **JOSE MALAQUIAS DOS SANTOS JUNIOR VISANDO ME/EPP E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ABRANGENDO ATIVIDADES COMO CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, CONFORME AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA - PE.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA-PE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 11.367.414/0001-70, situada à Rua Presidente Kennedy, 283, Carnaíba– PE - CEP 56820-000, neste ato representado pelo Prefeito o **Wamberg Antônio Gomes Amaral**, brasileiro, casado, residente à Avenida Sebastião Anjo, s/n, Bela Vista Carnaíba/PE - CEP: 56.820-000, portador do CPF nº 653.158.804-78 e da Cédula e Identidade Civil RG Nº 3.114.037 SSP-PE, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, e as empresas **JOSE MALAQUIAS DOS SANTOS JUNIOR,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 63.846.469/0001-66**, com sede na Rua Joaquim Fernandes de Lima, 73, Centro, CEP Nº 56.820-000, Carnaíba – PE, doravante denominado de CREDENCIADO, neste ato representada por pelo **srº. Jose Malaquias dos Santos Junior,** de **CPF n° 042.733.484-54**, n° RG 6632793 SSP PE, acordam proceder ao presente contrato, nos termos do Processo de Licitação nº 032/2026, Credenciamento nº 002/2026 - Inexigibilidade nº 009/2026, atendendo as condições na Lei Federal nº 14.133/2021 mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, modificar unilateralmente o **Contrato N° 150/2026**, através desse apostilamento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Apostilamento tem como objetivo a modificação unilateral do **Contratos N° 150/2026**, por parte da Administração, visando Acrescentar **Dotação Orçamentária** de acordo com ofício em anexo a este apostilamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – CONST. REC. REF. BARAG/ACUD/CIS/CAC/POC/ SIST. D'AGUA.

Função: 20
Subfunção: 605
Programa: 1009
Ação: 1.30
Despesa: 4.4.90.51

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – CONST. AMPLA. RECUP. ESGOTOS, CANAIS E GALERIAS.

Função: 17
Subfunção: 512
Programa: 1009
Ação: 1.50
Despesa: 4.4.90.51

CLÁUSULA SEGUNDA – DARETIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato vinculado ao processo N° 032/2026

permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por esteInstrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA-PE, providenciará a publicação resumida do presenteTermo de Apostilamento, que é condição indispensável para sua eficácia, consoante o que dispõe à Lei n°14.133/21.

Carnaíba PE, 10 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Carnaíba - PE
WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Contratante

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:1E1DEE4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2026 AO 079/2026

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2026

EXTRATO DE CONTRATO **N° 075/2026** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÍBA - PE.** Contratado: **DEREPENTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 19.463.977/0001-73.** Valor total **R$ 62.582,98 (sessenta e dois mil quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e oito centavos).** Data de assinatura do contrato: 06 de agosto de 2026**.** Prazo de duração sera até 12 (doze) meses**.**

CARNAÍBA – PE, 06 de agosto de 2026.

MELANEA FREIRE MARTINS
Secretária de Educação

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 076/2026

EXTRATO DE CONTRATO **N° 076/2026** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÍBA - PE.** Contratado: **JOSE JOABSON PEREIRA DA SILVA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 57.217.661/0001-90.** Valor total **R$ 142.520,00 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e vinte reais).** Data de assinatura do contrato: 06 de agosto de 2026**.** Prazo de duração sera até 12 (doze) meses**.**

CARNAÍBA – PE, 06 de agosto de 2026.

MELANEA FREIRE MARTINS
Secretária de Educação

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2026

EXTRATO DE CONTRATO **N° 077/2026** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÍBA - PE.** Contratado: **M3. BUSINESS GROUP LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 54.494.740/0001-50.** Valor total **R$ 37,40 (trinta e sete reais e quarenta centavos).** Data de assinatura do contrato: 06 de agosto de 2026**.** Prazo de duração sera até 12 (doze) meses**.**

CARNAÍBA – PE, 06 de agosto de 2026.

MELANEA FREIRE MARTINS
Secretária de Educação

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2026

EXTRATO DE CONTRATO **N° 078/2026** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÍBA - PE.** Contratado: **SOUZA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o 57.217.661/0001-90.** Valor total **R$ 17.300,00 (dezessete mil e trezentos reais).** Data de assinatura do contrato: 06 de agosto de 2026**.** Prazo de duração sera até 12 (doze) meses**.**

CARNAÍBA – PE, 06 de agosto de 2026.

MELANEA FREIRE MARTINS
Secretária de Educação

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 079/2026

EXTRATO DE CONTRATO **N° 079/2026** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÍBA - PE.** Contratado: **UNICA SANEANTES LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o 43.392.983/0001-61.** Valor total **R$ 232,80 (duzentos e trinta e dois reais e oitenta centavos).** Data de assinatura do contrato: 06 de agosto de 2026**.** Prazo de duração sera até 12 (doze) meses**.**

CARNAÍBA – PE, 06 de agosto de 2026.

MELANEA FREIRE MARTINS
Secretária de Educação

Publicado por:
Layanny Barbosa de Andrade Lima
Código Identificador:FAE86D5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA

Na publicação do dia 03/08/2026, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco, Pag. 126, referente ao ATA REGISTRO DE PREÇO 009.2026 -PL 0182026 PE 0092026 - LANCHES - CICERO ALLAN da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no que diz sobre a **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LANCHES DESTINADOS AOS EVENTOS, REUNIÕES, CAPACITAÇÕES, PALESTRAS E DEMAIS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA.**
Onde se lê: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026
Leia-se: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2026
Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede do Secretaria Municipal De Educação de Carnaíba - PE, situado à Rua Presidente Kennedy, nº 283, Centro, Carnaíba PE inscrita no CNPJ sob o nº. 11.431.858/0001-27 (CEP: 56.820-000) ou através do Fone: (87) 99169-3499 e e-mail: licitacao@carnaiba.pe.gov.br no horário de 07h00min as 13h00min de segunda a sexta-feira.

Carnaíba PE, 17 de agosto de 2026.

MELANEA FREIRE AMRTINS
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:E90336FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA

Na publicação do dia 03/08/2026, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco, Pag. 124, referente ao **ATA REGISTRO DE PREÇO 008.2026 - PL 0182026 PE 0092026 - LANCHES - JOSY W. SOUZA** da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no que diz sobre a **REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LANCHES DESTINADOS AOS EVENTOS, REUNIÕES, CAPACITAÇÕES, PALESTRAS E DEMAIS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA.**
Onde se lê: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026
Leia-se: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026
Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede do Secretaria Municipal De Educação de Carnaíba - PE, situado à Rua Presidente Kennedy, nº 283, Centro, Carnaíba PE inscrita no CNPJ sob o nº. 11.431.858/0001-27 (CEP: 56.820-000) ou através do Fone: (87) 99169-3499 e e-mail: licitacao@carnaiba.pe.gov.br no horário de 07h00min as 13h00min de segunda a sexta-feira.

Carnaíba PE, 17 de agosto de 2026.

MELANEA FREIRE AMRTINS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:DC8DF52B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PL 0032026 INEX0022026 - AGRICULTURA F. CHAMADA PÚBLICA PNAE

GABINETE DO PREFEITO

REFERÊNCIA: **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 003/2026**
CREDENCIAMENTO N.º 001/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026

OBJETO: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, DESTINADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARNAÍBA – PE.**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o disposto no art. 43, inciso, VI, da Lei de Licitações e Contratos:

RESOLVE:

HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 – CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026, para contratação dos Licitantes Credenciados: **LICITANTE 01:** MARINES LEITE DOS SANTOS de CPF Nº 056.267.084-05, com residência no Sítio Roça de Dento zona rural n° s/n, Carnaíba – PE, representada pelo sraº. Marines Leite dos Santos de CPF N° 056.267.084-05, foi credenciado para os seguintes itens (3 e 5). **LICITANTE 02:** ROSICLEIDE DA SILVA de CPF Nº 034.406.434-41, com residência no Sítio Capim Grosso zona rural n° s/n, Carnaíba – PE, representada pelo sraº. Rosicleide da Silva de CPF N° 034.406.434-41, foi credenciado para os seguintes itens (3 e 6). **LICITANTE 03:** MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA de CPF Nº 657.406.104-00, com residência no Sítio Capim Grosso zona rural n° s/n, Carnaíba – PE, representada pelo sraº. Maria das Graças da Silva de CPF N° 657.406.104-00, foi credenciado para os seguintes itens (16). **LICITANTE 04:** LUCIANO LOURENÇO DA SILVA de CPF Nº 068.901.894-00, com residência no Sítio Cacimba Velha zona rural n° s/n, Carnaíba – PE, representada pelo sraº. Luciano Lourenço da Silva de CPF N° 068.901.894-00, foi credenciado para os seguintes itens (7, 8 e 18). **LICITANTE 05:** VALDENIR LEITE DA SILVA de CPF Nº 907.464.224-15, com residência no Sítio Riacho do Peixe zona rural n° s/n, Carnaíba – PE, representada pelo srº. Valdenir Leite da Silva de CPF N° 907.464.224-15, foi credenciado para os seguintes itens (1, 7, 8, 9 e 18). **LICITANTE 06:** ADIGAL BATISTA DE SOUZA de CPF Nº 023.924.604-77, com residência no Sítio Manisoba zona rural n° s/n, Carnaíba – PE, representada pelo srº. Adigal Batista de Souza de CPF N° 023.924.604-77, foi credenciado para os seguintes itens (2, 11 e 13). **LICITANTE 07:** MARCRISINIO DE SOUZA SANTOS de CPF Nº 044.108.264-50, com residência na Rua Sebastião Barbosa s/n, Bairro Carnaíba Velha, Carnaíba – PE, representada pelo srº. Marcrisinio de Souza de CPF N° 044.108.264-50, foi credenciado para os seguintes itens (2, 11, 13, 14 e 23). **LICITANTE 08:** ALEXANDRE JOSE DA SILVA de CPF Nº 081.580.164-56, com residência no Sítio Capim de Planta zona rural s/n, Carnaíba – PE, representada pelo srº. Alexandre José da Silva de CPF N° 081.580.164-56, foi credenciado para os seguintes itens (10, 11, 12, 13 e 14). **LICITANTE 09:** JULIANA MARIA DA SILVA de CPF Nº 081.580.144-02, com residência no Sítio Capim de Planta zona rural s/n, Carnaíba – PE, representada pelo srº. Juliana Maria da Silva de CPF N° 081.580.144-02, foi credenciado para os seguintes itens (10, 11, 12, 13, 21 e 24). **LICITANTE 10:** JOSE ADEILSON DE SOUZA de CPF Nº 742.716.104-10, com residência no Sítio Manisoba zona rural s/n, Carnaíba – PE, representada pelo srº. Jose Adeilson de Souza de CPF N° 742.716.104-10, foi credenciado para os seguintes itens (11 e 13). **LICITANTE 11:** JOSE REGINALDO DE LIMA de CPF Nº 245.949.948-57, com residência no Sítio Capim de Planta zona rural s/n, Carnaíba – PE, representada pelo srº. Jose Reginaldo de Lima de CPF N° 245.949.948-57, foi credenciado para os seguintes itens (11 e 13). **LICITANTE 12:** SEVERINO CORDEIRO DO NASCIMENTO de CPF Nº 192.665.704-78, com

residência no Sítio Capim de Planta zona rural s/n, Carnaíba – PE, representada pelo srº. Severiano Cordeiro do Nascimento de CPF N° 192.665.704-78, foi credenciado para os seguintes itens (10, 11 e 13). **LICITANTE 13:** REGINALDO BASTISTA DA SILVA de CPF Nº 089.964.308-62, com residência no Sítio Bareiros zona rural s/n, Carnaíba – PE, representada pelo srº. Reginaldo Batista da Silva de CPF N° 089.964.308-62, foi credenciado para os seguintes itens (13, 15 e 16). **LICITANTE 14:** JOSELITA RAMOS DA SILVA BRAS de CPF Nº 034.832.794-31, com residência no Sítio Jatobá zona rural s/n, Carnaíba – PE, representada pelo srº. Joselita Ramos da Silva de CPF N° 034.832.794-31, foi credenciado para os seguintes itens (13, 15, 16 e 17). **LICITANTE 15:** JOSÉ BATISTA FILHO de CPF Nº 398.194.714-34, com residência no Sítio Manisoba zona rural s/n, Carnaíba – PE, representada pelo srº. José Batista Filho de CPF N° 398.196.714-34, foi credenciado para os seguintes itens (11, 12 e 13). **LICITANTE 16:** MARINEIDE BALBINO DA SILVA de CPF Nº 041.687.214-00, com residência no Sítio Capim de Planta zona rural s/n, Carnaíba – PE, representada pelo sraº. Marineide Balbino da Silva de CPF N° 041.687.214-00, foi credenciado para os seguintes itens (11, 12 e 13). **LICITANTE 17:** JOSE ALDO DA SILVA de CPF Nº 021.625.114-10, com residência no Sítio Capim de Planta zona rural s/n, Carnaíba – PE, representada pelo sraº. Jose Aldo da Silva de CPF N° 021.625.114-10, foi credenciado para os seguintes itens (11, 12 e 13). **LICITANTE 18:** GRUPO DE MULHERES QUILOMBOLAS de CNPJ Nº 53.214.982/0001-80, com residência no Sítio Travessão do Caroa zona rural s/n, Carnaíba – PE, representada pelo sraº. Rosangela Fausta da Silva de CPF N° 092.045.064-40, foi credenciado para os seguintes itens (3, 4, 5 e 6). Seja convocado para assinatura de contrato, conforme Projeto de Vendas apresentado, condicionado ao quantitativo de itens disponíveis.

Carnaíba (PE), 15 de abril de 2026

MELANEA FREIRE MARTINS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Layanny Barbosa de Andrade Lima
Código Identificador:D040E29B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBEIRA DA PENHA-PE
EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2026
CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBEIRA DA PENHA-PE
CONTRATADO: **MTC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 41.266.126/0001-90.
OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE CERCAMENTO E ILUMINAÇÃO CAMPO OLHO D'AGUA DO PADRE, MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA-PE, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, E DEMAIS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.
DA PRORROGAÇÃO- O presente termo aditivo tem como objetivo a prorrogação contratual pelo prazo de 06(seis) meses a partir de 13/08/2026 com o termino no dia 13/02/2027.
Concorrência nº 001/2026
DATA: 13/08/2026
VIGÊNCIA: 180 dias

Publicado por:
Maria da Penha Nunes
Código Identificador:2E249163

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBEIRA DA PENHA-PE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 279/2026
CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBEIRA DA PENHA-PE
CONTRATADO: **D A S CONSTRUTORA LTDA**, CNPJ Nº 42.176.434/0001-97.
OBJETIVO: contratação dos Serviços de Reparos e Pintura do piso da Praça Alfredo Lopes da Silva, conforme termo de referência, quantitativos e demais documentos constantes nos autos, neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
Dispensa Física nº 011/2026
VALOR: R$36.729,43 (Trinta e seis mil setecentos e vinte nove reais e quarenta e três centavos).
DATA: 17/08/2026
VIGÊNCIA: 04 messes

Publicado por:
Maria da Penha Nunes
Código Identificador:4824F444

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA
DISPENSA FÍSICA Nº 011/2026
Processo Administrativo nº 050/2026
Do Objeto: Contratação dos Serviços de Reparos e Pintura do piso da Praça Alfredo Lopes da Silva, conforme termo de referência, quantitativos e demais documentos constantes nos autos, neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos
Justificativa e razão da escolha:
Os serviços ora contratados são importantes, o concreto atual apresenta manifestações patológicas como fissuras, desagregação superficial e recalque de placas.
A escolha do prestador de serviço ora confirmado como ganhador se justifica pelo fato do mesmo haver ofertado melhor proposta.
Base Legal desta contratação está na modalidade de dispensa de licitação, assentada no Inciso I do Artigo 75 da Lei nº 14.133, que assim dispõe, e alterações conforme Decreto nº 12.087/2025 de 29 de dezembro de 2025.
[...]
I - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 130.984,20 (cento e trinta mil novecentos oitenta quatro reais e vinte centavos), no caso de serviços de engenharia;

Empresa ganhadora**: D A S CONSTRUTORA LTDA**, CNPJ Nº 42.176.434/0001-97, sediado(a) na Rua 1 de maio nº 420, Bairro Nossa Senhora das Graças- Salgueiro-PE, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **Denílson Alves da Silva**, portador(a) da Carteira do DETRAN nº 06094301370, e CPF nº 093.859.494-03, cuja proposta final foi **R$ 36.729,43 (Trinta e seis mil setecentos e vinte nove reais e quarenta e três centavos)**.

Diante dos dados expostos, o Prefeito do Município – **ELIZIO SOARES FILHO**, **HOMOLOGA** a situação de DISPENSA FÍSICA DE LICITAÇÃO, com fulcro no art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, e alterações conforme Decreto nº 12.807/2025 de 29 de dezembro de 2025, conforme Documento de Formalização de Demanda, e **AUTORIZA**, com fulcro no art. 72, VIII da Lei nº 14.133/2021.

Da Publicação:
Publique-se no Diário Oficial Próprio.

Carnaubeira da Penha, 17 de agosto de 2026.

ELIZIO SOARES FILHO
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Penha Nunes
Código Identificador:E685FECA

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CARPINA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 011/2026 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARPINA/PE.
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 011/2026-FMAS. **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº 009/2026. **Objeto** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DE COZINHA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARPINA-PE, EM DIVERSOS SETORES VINCULADOS. **Valor Máximo Aceitável:** R$ 88.676,84. **Início do Acolhimento das Propostas:** 18/08/2026, através do Sistema do Portal de Compras de Carpina (www.comprascarpina.com.br). **Abertura das Propostas:** 28/08/2026, 09:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através no Sistema Portal de Compras de Carpina (www.comprascarpina.com.br) e também no site Oficial do Município: www.carpina.pe.gov.br ou na Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito a Praça São José, 95 – Bairro: São José – Carpina – PE.

Carpina, 17/08/2026.

ERONILDO DA SILVA GOMES,
Pregoeiro

Publicado por:
Eronildo da Silva Gomes
Código Identificador:E0EBB91D

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN DE CARPINA
PORTARIA FUMTRAN Nº 006/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 006/2026, do Fundo Municipal de Trânsito de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AUTARQUIA DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 006/2026 (Processo 035/2026 – Pregão Eletrônico n° 017/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, com a empresa WINES REIS COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 47.282.627/0001-46, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO, COMPREENDENDO ÓLEOS LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS, FLUIDOS DE FREIO À BASE DE GLICOL (DOT 4) E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO (ARLA 32), DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN DE CARPINA.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ORLANDO FRANCISCO DA SILVA	DIRETOR DA AUTARQUIA DE TRÂNSITO	452374
Fiscal Técnico	CLAUDIO ANDRÉ DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	51081

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Autarquia de Trânsito, Transporte e Segurança Pública, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Autarquia de Trânsito, Transporte e Segurança Pública, 22 de julho de 2026.

JORGE FERNANDO PINTO LAPA FILHO
Diretor Presidente da Autarquia de Trânsito, Transporte e Segurança Pública

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:F0965F13

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN DE CARPINA
PORTARIA FUMTRAN Nº 007/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 007/2026, do Fundo Municipal de Trânsito de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AUTARQUIA DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 007/2026 (Processo 035/2026 – Pregão Eletrônico n° 017/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, com a empresa N/NE DISTRIBUIDORA NORTE NORDESTE, inscrita no CNPJ sob o nº 66.659.950/0001-30, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO, COMPREENDENDO ÓLEOS LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS, FLUIDOS DE FREIO À BASE DE GLICOL (DOT 4) E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO (ARLA 32), DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN DE CARPINA.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ORLANDO FRANCISCO DA SILVA	DIRETOR DA AUTARQUIA DE TRÂNSITO	452374
Fiscal Técnico	CLAUDIO ANDRÉ DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	51081

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Autarquia de Trânsito, Transporte e Segurança Pública, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.
§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Autarquia de Trânsito, Transporte e Segurança Pública, 22 de julho de 2026.

JORGE FERNANDO PINTO LAPA FILHO
Diretor Presidente da Autarquia de Trânsito, Transporte e Segurança Pública

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:BCA83BE2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 669/2026

PORTARIA N° 669/2026

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º Tornar sem efeito, para todos os fins administrativos e legais, as **Portarias nº 666/2026 e nº 667/2026**, anteriormente expedidas por esta Administração Municipal.
Art. 2º Em razão do disposto no artigo anterior, ficam cessados os efeitos administrativos decorrentes dos atos mencionados, ressalvados os atos eventualmente praticados sob sua vigência que, por sua natureza, devam ser preservados ou posteriormente regularizados pela Administração.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, se necessário, à data de vigência das Portarias ora tornadas sem efeito.
Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita de Carpina/PE, 14 de Agosto de 2026

MARIA EDUARDA BAIMA TEIXEIRA GOUVEIA
Prefeita

Publicado por:
Diogo Freitas Araujo do Prado
Código Identificador:BD9AEDA2

PREFEITURA MUNICIPAL DO CARPINA
PORTARIA SEDEIC Nº 001/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 070/2026, da secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria E Comércio de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 070/2026 (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 015/2026 E DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 014/2026), da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com a empresa M.I. MONTREAL INFORMÁTICA S. A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.563.692/0023-31, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE KITS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS POSTOS RESPONSÁVEIS PELA EMISSÃO DE CARTEIRAS DE IDENTIDADE, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CARPINA-PE.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	Danubia Karina Ribeiro do Amaral	Auxiliar Administrativo	151958
Fiscal do Contrato	Iago Vicente de Freitas	Atendente	452587

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

II – ciência da observância da segregação de funções; e

III – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O termo será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação, Compras e Contratos.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Licitação, Compras e Contratos, observado o princípio da segregação de funções.

de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.
§2º Para os casos de impedimento temporário dos Fiscais Técnico e Administrativo, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente

vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Art. 4º O (A) Gestor (a) e os (as) Fiscais receberão apoio da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno (CCI) e da Procuradoria Geral do Município (PGM), para mitigação de riscos e prevenção de danos ao erário.

Registre-se, publique-se.

Carpina,26 de março de 2026.

RAFAELA MARIA MORAIS DE LIMA BRITO FERREIRA
Secretária de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio

Publicado por:
Thais Camilly Ramos Nascimento
Código Identificador:44ADABCF

PREFEITURA MUNICIPAL DO CARPINA
PORTARIA SEDEIC Nº 002/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 087/2026, da secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria E Comércio de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 087/2026 (processo Licitatório nº 033/2026 e da Concorrência Eletrônica nº 003/2026), da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com a empresa CASTRO & ROCHA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.185.141/0001-12, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DA PRAÇA DOS TAMARINDOS E CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES, NO MUNICÍPIO DE CARPINA-PE.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	Danubia Karina Ribeiro do Amaral	Auxiliar Administrativo	151958
Fiscal do Contrato	Juliano Fernandes Carneiro Cardoso	Diretor da Sec. de infraestrutura	151990

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

II – ciência da observância da segregação de funções; e

III – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O termo será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação, Compras e Contratos.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Licitação, Compras e Contratos, observado o princípio da segregação de funções.

de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.
§2º Para os casos de impedimento temporário dos Fiscais Técnico e Administrativo, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente

vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Art. 4º O (A) Gestor (a) e os (as) Fiscais receberão apoio da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno (CCI) e da Procuradoria Geral do Município (PGM), para mitigação de riscos e prevenção de danos ao erário.

Registre-se, publique-se.

Carpina,10 de junho de 2026.

RAFAELA MARIA MORAIS DE LIMA BRITO FERREIRA
Secretária de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio

Publicado por:
Thais Camilly Ramos Nascimento
Código Identificador:0FB7282E

PREFEITURA MUNICIPAL DO CARPINA
PORTARIA SLCC Nº 008/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 148/2026, da secretaria de Licitação, Compras e Contratos, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 148/2026 (Processo Licitatório no 035/2026 e do Pregão Eletrônico no 017/2026), da SECRETARIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS, com a empresa WINES REIS COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.282.627/0001-46, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO, COMPREENDENDO ÓLEOS LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS, FLUIDOS DE FREIO À BASE DE GLICOL (DOT 4) E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO (ARLA 32), DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARPINA/PE.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	Julio Gabriel de Araújo Gomes	Auxiliar Administrativo	452477
Fiscal do Contrato	Pedro Henrique Gomes da Silva	Diretor da Secretaria de Serviços Urbanos	452389

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

II – ciência da observância da segregação de funções; e

III – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação, Compras e Contratos.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Licitação, Compras e Contratos, observado o princípio da segregação de funções.

de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.
§2º Para os casos de impedimento temporário dos Fiscais Técnico e Administrativo, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente

vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Art. 4º O (A) Gestor (a) e os (as) Fiscais receberão apoio da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno (CCI) e da Procuradoria Geral do Município (PGM), para mitigação de riscos e prevenção de danos ao erário.

Registre-se, publique-se.

Carpina, 22 de julho de 2026.

WIGUIVALDO PATRIOTA SANTOS
Secretário de Licitação, Compras e Contratos

Publicado por:
Thais Camilly Ramos Nascimento
Código Identificador:AB84B6D0

PREFEITURA MUNICIPAL DO CARPINA
PORTARIA SLCC Nº 009/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 153/2026, da secretaria de Licitação, Compras e Contratos, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 153/2026 (Processo Administrativo nº 033/2026 e da DISPENSA (ELETRÔNICA) n° 030/2026), da SECRETARIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS, com a empresa J M VIEIRA - DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.965.309.0001-75, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE VASILHAMES VAZIOS EM POLIPROPILENO (GARRAFÕES RETORNÁVEIS DE 20 LITROS), DESTINADOS AO ACONDICIONAMENTO DE ÁGUA MINERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARPINA.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	Rafael Lucas de Lima Araújo	Assessor Especial 1	452452
Fiscal do Contrato	Maviael Vieira da Silva Junior	Assessor Especial 3	453361

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

II – ciência da observância da segregação de funções; e

III – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação, Compras e Contratos.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Licitação, Compras e Contratos, observado o princípio da segregação de funções.

de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.
§2º Para os casos de impedimento temporário dos Fiscais Técnico e Administrativo, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente

vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Art. 4º O (A) Gestor (a) e os (as) Fiscais receberão apoio da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno (CCI) e da Procuradoria Geral do Município (PGM), para mitigação de riscos e prevenção de danos ao erário.

Registre-se, publique-se.

28 de julho de 2026.

WIGUIVALDO PATRIOTA SANTOS
Secretário de Licitação, Compras e Contratos

Publicado por:
Thais Camilly Ramos Nascimento
Código Identificador:C113D343

PREFEITURA MUNICIPAL DO CARPINA
PORTARIA SLCC Nº 010/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 154/2026, da secretaria de Licitação, Compras e Contratos, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 154/2026 (Processo Administrativo nº 034/2026 e da Dispensa de Licitação nº 031/2026), da SECRETARIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS, com a empresa VINICIUS MATEUS CAVALCANTE DE OLIVEIRA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.351.387/0001-35, cujo objeto é FORNECIMENTO DE CERTIFICADOS DIGITAIS E- CPF E E-CNPJ A1 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARPINA–PE.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	Victor Hugo da Silva Ferreira	Instrutor de informática	151994
Fiscal do Contrato	João César da Silva Barbosa	Assistente Administrativo	151951

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

II – ciência da observância da segregação de funções; e

III – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação, Compras e Contratos.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Licitação, Compras e Contratos, observado o princípio da segregação de funções.

de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.
§2º Para os casos de impedimento temporário dos Fiscais Técnico e Administrativo, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente

vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Art. 4º O (A) Gestor (a) e os (as) Fiscais receberão apoio da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno (CCI) e da Procuradoria Geral do Município (PGM), para mitigação de riscos e prevenção de danos ao erário.

Registre-se, publique-se.

Carpina, 29 de julho de 2026.

WIGUIVALDO PATRIOTA SANTOS
Secretário de Licitação, Compras e Contratos

Publicado por:
Thais Camilly Ramos Nascimento
Código Identificador:3D6F944E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NOTIFICAÇÃO POR NÃO ENTREGA DE MATERIAIS
01/2026

FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
AVENIDA RADIO CLUBE DE PERNAMBUCO, Nº 484
BAIRRO DO CAJÁ, CARPINA-PE
E-mail: compras@carpina.pe.gov.br

CONTRATADA: MUNDIAL REFRIGERAÇÃO EIRELI,
sede na Rua 64, N.º 135, QD. B28, SALA 07 | JARDIM GOIÁS, Goiânia/Goiás CEP: 74.810-310.
Assunto: Notificação por não houve Entrega de Material

Prezados Senhores,
Vimos, por meio desta, notificar V.S.as acerca da entrega não entrega dos materiais solicitados, referente ao pedido nº 01/2026, realizado em 29/06/2026.

Constatou-se que **houve a ausência do(s) seguinte(s) item(ns)**:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	APRESENT.	QTD	VL. UNIT	VL. TOTAL
17	Geladeira duplex - 340 Litros - Frost Free - 220v • Capacidade total: 340 litros • Refrigerador: 268 litros • Freezer: 72 litros Tipo de degelo: Frost Free • Classificação energética: Selo Procel A (mais eficiente) • Material das prateleiras: Vidro temperado • Recursos:	Unidades	1	R$ 2.808,61	R$ 2.808,61

	/ Controle de temperatura / Iluminação interna / Compartimento extra-frio V Prateleiras ajustáveis / Gaveta para vegetais e frutas / Pés niveladores Função turbo freezer para resfriamento rápido				
				VALOR TOTAL	**R$ 2.808,61**

VALOR DA ORDEM DE FORNECIMENTO:
O valor total da Ordem de Fornecimento é de **R$2.808,61 (DOIS MIL ,OITOCENTOS E OITO E SESSENTA E UM.)**

Ressaltamos que a entrega dos materiais contratados é essencial para o bom andamento dos serviços/projetos a que se destinam. Assim, solicitamos providências imediatas para a **regularização da entrega** e o envio dos itens no prazo máximo de **03 dias úteis**, a contar do recebimento desta notificação.

Caso a situação não seja regularizada dentro do prazo estipulado, serão adotadas as medidas administrativas e legais cabíveis, conforme estabelecido em contrato.

Certos de sua compreensão e colaboração, aguardamos retorno e a devida solução do ocorrido.

Carpina ,15 de JULHO de 2026

Atenciosamente,

LUIZ HENRIQUE TAURINO DE PAULA
Assessor Especial I

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:D06CBD2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 114/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 042/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 042/2026 (Processo 028/2026 – Pregão Eletrônico nº 012/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa AURORA COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.738.757/0001-82, cujo objeto é FORNECIMENTO PARCELADO DE ÁGUA MINERAL NATURAL EM GARRAFÕES DE 19,5 LITROS, ÁGUA EM GARRAFAS DE 500 ML ÁGUA EM COPOS DE 200 ML, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARPINA.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	YSLA KELLEN DE ANDRADE CORREIA	NUTRICIONISTA	552205

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamentevinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina/Pe, 13 de maio de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:C7E0606C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 115/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 043/2026, do Fundo Municipal de Educação de

Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 043/2026 (Processo 016/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa CONEXOS CARD LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.155.668/0001-49, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM ACESSO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU LOGIN COM SENHA/REDE, VIA INTERNET, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO, DESTINADO A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	RAFAEL LUCAS DE LIMA ARAUJO	ASSESSOR ESPECIAL I	452452

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina/Pe, 19 de maio de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:46448184

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 116/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 044/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 044/2026 (Processo 013/2026 – Dispensa de Valor nº 012/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa TECH LICITAÇÕES & SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.091.655/0001-08, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS

NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE CARPINA/PE.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	PEDRO ALAN DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	551784

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina/Pe, 27 de maio de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:3848CBC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 117/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 045/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 045/2026 (Processo 015/2026 – Inexigibilidade nº 006/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa EDINALDO BARATA DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 410.430.304-68, cujo objeto é LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA MARIANA MARINHO DE QUEIROZ, S/N, CAJÁ, CARPINA/PE, DESTINADO PARA SEDIAR O GALPÃO DE LOGÍSTICA EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina/Pe, 01 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:D991945B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 118/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 046/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 046/2026 (Processo 014/2026 – Pregão Eletrônico nº 013/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa INDRIX PROJECTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 65.361.831/0001-34, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES, DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES (ESCOLAS E CRECHES) DO MUNICÍPIO DE CARPINA/PE.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	MARIANA GONÇALVES BERINGUEL	SEC. EXECUTIVA DE INFRAESTRUTURA	452461

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 02 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:87B48384

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 119/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 047/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que

exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 047/2026 (Processo 011/2026 – Inexigibilidade nº 005/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa MACIEL JOSÉ DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 085.553.534-24, cujo objeto é LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA PROJETADA 06, N° 528, SANTA CRUZ- LOTEAMENTO PRATA FINA, CARPINA/PE, DESTINADO PARA SEDIAR O CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL - CEI SANTANA (NOVO), NESTE MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 03 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:321E5CF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 120/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 048/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 048/2026 (Processo 016/2026 – Dispensa Eletrônica nº 015/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa 58.006.616 WALLAS DE AMORIM ROZENDO, inscrita no CNPJ sob o nº 58.006.616/0001-50, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TENDAS DESTINADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, DESTE MUNICÍPIO.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	Miguel Artur Santana dos Santos	Tec. em Edificações	454289

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 08 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:8D27A0E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 121/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 049/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 049/2026 (Processo 013/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.829.590/0001-58, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL CRECHE BAIRRO NOVO (ESTRADA DO FEITICEIRO), NO MUNICÍPIO DE CARPINA - POR MEIO DO CONVÊNIO 08/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário dos Fiscais Técnico e Administrativo, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 11 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:1D6C5A53

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 122/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 050/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 050/2026 (Processo 013/2026 – Pregão Eletrônico nº 08/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa D7 MAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 43.392.983/0001-61, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL CRECHE BAIRRO NOVO (ESTRADA DO FEITICEIRO), NO MUNICÍPIO DE CARPINA – POR MEIO DO CONVÊNIO 08/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 11 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:4D94F95A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 123/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 051/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 051/2026 (Processo 014/2026 – Pregão Eletrônico nº 009/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.829.590/0001-58, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL CRECHE SANTO ANTÔNIO, NO MUNICÍPIO DE CARPINA - POR MEIO DO CONVÊNIO 05/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina/Pe, 11 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:CDA974C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 124/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 052/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 052/2026 (Processo 014/2026 – Pregão Eletrônico nº 009/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa MB TAVARES BARRETO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.378.140/0001-80, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL CRECHE SANTO ANTÔNIO, NO MUNICÍPIO DE CARPINA – POR MEIO DO CONVÊNIO 05/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da

função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 11 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:1B0A9610

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 125/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 053/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 053/2026 (Processo 014/2026 – Pregão Eletrônico nº 009/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa CR MULTI EVENTOS VAREJISTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 43.392.983/0001-61, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL CRECHE SANTO ANTÔNIO, NO MUNICÍPIO DE CARPINA – POR MEIO DO CONVÊNIO 05/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 11 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:92713535

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 126/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 054/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 054/2026 (Processo 013/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa MB TAVARES BARRETO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.378.140/0001-80, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL CRECHE BAIRRO NOVO (ESTRADA DO FEITICEIRO), NO MUNICÍPIO DE CARPINA – POR MEIO DO CONVÊNIO 08/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário dos Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 11 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:46CBEB1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 127/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 055/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 055/2026 (Processo 012/2026 – Dispensa Eletrônica nº 011/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa FALCÃO ELETRO, inscrita no CNPJ sob o nº 53.881.373/0001-85, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (CAEE), DESTE MUNICÍPIO.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	GENILDA MARIA DE ARRUDA SANTOS	PROFESSORA	575

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 11 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:840D5E5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 128/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 056/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 056/2026 (Processo 012/2026 – Dispensa Eletrônica nº 011/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa ALFATECH COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 63.607.468/0001-69, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (CAEE), DESTE MUNICÍPIO.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	GENILDA MARIA DE ARRUDA SANTOS	PROFESSORA	575

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 11 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:C88D0D01

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 129/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 057/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 057/2026 (Processo 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 011/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa MB TAVARES BARRETO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.378.140/0001-80, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (CAEE), DESTE MUNICÍPIO.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	GENILDA MARIA DE ARRUDA SANTOS	PROFESSORA	575

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 11 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:DE2CBFBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 130/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 058/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência

inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 058/2026 (Processo 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa DTA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.889.263/0001-85, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS DE COZINHA, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, BRINQUEDOS EDUCATIVOS E ITENS RECREATIVOS DESTINADOS À EQUIPAGEM DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM 10 (DEZ) SALAS, NOS TERMOS DO CONVÊNIO N° 038/2025.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 11 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:96B53132

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 131/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 059/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 059/2026 (Processo 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa B R CAVALCANTI DE AZEVEDO COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.040.331/0001-04, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS DE COZINHA, MATERIAIS PEDAGÓGICOs, BRINQUEDOS EDUCATIVOS E ITENS RECREATIVOS DESTINADOS À EQUIPAGEM DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM 10 (DEZ) SALAS, NOS TERMOS DO CONVÊNIO N° 038/2025.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos

do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 11 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:384038EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 131/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 059/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 059/2026 (Processo 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa B R CAVALCANTI DE AZEVEDO COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.040.331/0001-04, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS DE COZINHA, MATERIAIS PEDAGÓGICOs, BRINQUEDOS EDUCATIVOS E ITENS RECREATIVOS DESTINADOS À EQUIPAGEM DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM 10 (DEZ) SALAS, NOS TERMOS DO CONVÊNIO N° 038/2025.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 11 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:8C6024B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 132/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 060/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 060/2026 (Processo 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa MB TAVARES BARRETO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.378.140/0001-80, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS DE COZINHA, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, BRINQUEDOS EDUCATIVOS E ITENS RECREATIVOS DESTINADOS À EQUIPAGEM DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM 10 (DEZ) SALAS, NOS TERMOS DO CONVÊNIO N° 038/2025.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 12 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:DC2A4D3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 133/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 061/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 061/2026 (Processo 012/2026 – Dispensa Eletrônica nº 011/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa J.S.A COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.361.487/0001- 67, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (CAEE), DESTE MUNICÍPIO.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	GENILDA MARIA DE ARRUDA SANTOS	PROFESSORA	575

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 12 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:F541275B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 134/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 062/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 062/2026 (Processo 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.876.269/0001-50, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS DE COZINHA, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, BRINQUEDOS EDUCATIVOS E ITENS RECREATIVOS DESTINADOS À EQUIPAGEM DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM 10 (DEZ) SALAS, NOs TERMOS DO CONVÊNIO N° 038/2025.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Administração (SEA), vinculada à Secretaria de Administração (SAD).

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 12 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:EDC2588B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 135/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 063/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 063/2026 (Processo 014/2026 – Pregão Eletrônico nº 005/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 66.663,797/0001-15, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL CRECHE SANTO ANTÔNIO, NO MUNICÍPIO DE CARPINA – POR MEIO DO CONVÊNIO 005/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 12 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:D5949A0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 136/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 064/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de

Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 064/2026 (Processo 013/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa MUNDIAL REFRIGERAÇÃO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27.390.535/0001-72, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL CRECHE BAIRRO NOVO (ESTRADA DO FEITICEIRO), NO MUNICÍPIO DE CARPINA – POR MEIO DO CONVÊNIO 08/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 15 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:7B99EFB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 137/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 065/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 065/2026 (Processo 013/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa FUTURA CLIMATIZAÇÃO E ENERGIA RENOVÁVEL DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.430.226/0002-74, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL CRECHE BAIRRO NOVO (ESTRADA DO FEITICEIRO), NO MUNICÍPIO DE CARPINA – POR MEIO DO CONVÊNIO 08/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA	GERENTE DA SEC. DE	453449

	FONSECA	EDUCAÇÃO	

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Fundo Municipal de Educação de Carpina, 15 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:1C962A89

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 138/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 066/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 066/2026 (Processo 017/2026 – DISPENSA (ELETRÔNICA) n° 016/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa Maria Auxiliadora Barros Amaral & Cia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 27.167.755/0001-31, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO GLOBAL INTEGRADO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CARPINA/ PE E À ESTRUTURAÇÃO DA AGENDA ESTRATÉGICA PRELIMINAR DO PLANO ESTRATÉGICO SETORIAL DA EDUCAÇÃO – PES, COMPREENDENDO, DE FORMA ARTICULADA, INVESTIGATIVA E METODOLOGICAMENTE ORIENTADA, O LEVANTAMENTO, A SISTEMATIZAÇÃO, A ANÁLISE CRÍTICA E A INTERPRETAÇÃO INSTITUCIONAL DOS ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA EDUCACIONAL MUNICIPAL.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	RAPHAEL LEANDRO CARDOSO SILVA	PROFESSOR	453448

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da

Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 01 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:8DD2203C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 139/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 067/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 067/2026 (Processo 008/2026 – Pregão Eletrônico nº 006/2025), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa AMD SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 55.711.979/0001-06, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE UNIFORMES ESPORTIVOS, CONFECCIONADOS EM MALHA DRY FIT, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA ESCOLINHA MUNICIPAL DE APERFEIÇOAMENTO DE ESPORTES, VINCULADA À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA/PE.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	HELSE MONTARROYOS BARZA GARRIDO	DIRETOR DE ESPORTES	453534

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 01 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:D595384E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 140/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 016/2025, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de

Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar os servidores: Paula Karina de Oliveira Lima Gomes, e, Sebastião Moura Neto, nomeados pela portaria Nº 016/2025- FME da função de gestor e fiscal do respectivo contrato.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para a fiscalização do Contrato nº 025/2025 (Processo Licitatório nº 013/2025 - PMC - PREGÃO ELETRÔNICA 004/2025), da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, com a empresa S F CAMPOS COMÉRCIO LTDA ME, inscrito no CNPJ no 23.014.048/0001-54, cujo objeto é FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	WILLIAN JOSÉ DE FRANÇA SANTOS	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	51645-2
Fiscal Técnico	YSLA KELLEN DE ANDRADE CORREIA	NUTRICIONISTA	

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do FiscaL Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 08 de maio de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:9EFEED8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 141/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 017/2025, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar os servidores: Paula Karina de Oliveira Lima Gomes, e, Sebastião Moura Neto, nomeados pela portaria Nº 017/2025- FME da função de gestor e fiscal do respectivo contrato.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para a fiscalização do Contrato nº 025/2025 (Processo Licitatório nº 024/2025 - PMC - PREGÃO ELETRÔNICA 008/2025), da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, com a empresa

AURORA COMÉRCIO LTDA, inscrito no CNPJ no 23.738.757/0001-82, cujo objeto é aquisição de FORNECIMENTO PARCELADO DE ÁGUA MINERAL NATURAL EM GARRAFÕES DE 19,5 LITROS, ÁGUA EM GARRAFAS DE 500 ML ÁGUA EM COPOS DE 200 ML, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	WILLIAN JOSÉ DE FRANÇA SANTOS	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	51645-2
Fiscal Técnico	YSLA KELLEN DE ANDRADE CORREIA	NUTRICIONISTA	552202

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do FiscaL Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 08 de maio de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:8B145E65

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 142/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 025/2025, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar os servidores: Paula Karina de Oliveira Lima Gomes, e, Sebastião Moura Neto, nomeados pela portaria Nº 025/2025- FME da função de gestor e fiscal do respectivo contrato.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para a fiscalização do Contrato nº 025/2025 (CHAMADA PÚBLICA NO 001/2025-FME), da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, com a empresa COOPERATIVA MISTA DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTURA FAMILIAR DE CARPINA LTDA, inscrito no CNPJ no 09.980.863/0001-47, cujo objeto é aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, semestre de 2025.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	WILLIAN JOSÉ DE FRANÇA SANTOS	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	51645-2
Fiscal Técnico	YSLA KELLEN DE ANDRADE CORREIA	NUTRICIONISTA	552202

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será

automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do FiscaL Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 08 de maio de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:29654877

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 143/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 029/2025, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar os servidores: Paula Karina de Oliveira Lima Gomes, e, Sebastião Moura Neto, nomeados pela portaria Nº 029/2025- FME da função de gestor e fiscal do respectivo contrato.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para a fiscalização do Contrato nº 025/2025 (CHAMADA PÚBLICA NO 001/2025-FME), da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, com a empresa COOPERATIVA MISTA DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO LOURENÇO DA MATA, inscrito no CNPJ no 09.980.863/0001-47, cujo objeto é aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, semestre de 2025.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	WILLIAN JOSÉ DE FRANÇA SANTOS	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	51645-2
Fiscal Técnico	YSLA KELLEN DE ANDRADE CORREIA	NUTRICIONISTA	552202

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do FiscaL Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 08 de maio de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:0E8B05C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 144/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 030/2025, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar os servidores: Paula Karina de Oliveira Lima Gomes, e, Sebastião Moura Neto, nomeados pela portaria Nº 030/2025- FME da função de gestor e fiscal do respectivo contrato.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para a fiscalização do Contrato nº 025/2025 (CHAMADA PÚBLICA NO 001/2025-FME), da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, com a empresa COOPERATIVA MISTA DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTURA FAMILIAR DE CARPINA LTDA, inscrito no CNPJ no 09.980.863/0001-47, cujo objeto é aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, semestre de 2025.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	WILLIAN JOSÉ DE FRANÇA SANTOS	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	51645-2
Fiscal Técnico	YSLA KELLEN DE ANDRADE CORREIA	NUTRICIONISTA	552202

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do FiscaL Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 08 de maio de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:57E0452A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 161/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 050/2025, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar a servidora BRUNNA MIRANDA BASTOS, nomeada pela portaria Nº 050/2025- FME da função de gestor e fiscal do respectivo contrato.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para a fiscalização do Contrato nº 050/2025 (PREGÃO ELETRÔNICA 006/2025), da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, com a empresa CJ CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ no 14.341.080/0001-53, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, DE NATUREZA CONTINUADA, PARA MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, E SOB DEMANDA, A FIM DE REPARAR E MANTER O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CARPINA - PE, MEDIANTE O OFERECIMENTO DO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI ONERADA MARÇO DE 2025.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Fiscal Técnico	JOÃO XAVIER DE MORAIS BISNETO	ENGENHEIRO	453793

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 04 de maio de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:C9A4CBCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 162/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 088/2025, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar a servidora: BRUNNA MIRANDA BASTOS, nomeada pela portaria Nº 088/2025- FME da função de gestor e fiscal do respectivo contrato.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para a fiscalização do Contrato nº 088/2025 (PREGÃO ELETRÔNICO 013/2025), da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, com a empresa L & R SANTOS CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ no 07.408.234/0001-11, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO, INCLUSIVE FACHADA DA ESCOLA MUNICIPAL PIO X.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Fiscal Técnico	JOÃO XAVIER DE MORAIS BISNETO	ENGENHEIRO	453793

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 04 de maio de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:1DEFC046

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 163/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 047/2025, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar a servidora: BRUNNA MIRANDA BASTOS, nomeada pela portaria Nº 047/2025- FME da função de gestor e fiscal do respectivo contrato.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para a fiscalização do Contrato nº 047/2025 (Pregão Eletrônico nº 003/2025), da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, com a empresa CJ CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ no 14.341.080/0001-53, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL ELIANE CARNEIRO LEÃO DE MELO DO MUNICÍPIO DE CARPINA - PE.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Fiscal Técnico	JOÃO XAVIER DE MORAIS BISNETO	ENGENHEIRO	453793

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 04 de maio de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:2409F5D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 174/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 022/2025, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar o servidor: SEBASTIÃO MOURA NETO, nomeada pela portaria Nº 022/2025- FME da função de gestor e fiscal do respectivo contrato.

Art. 2º Designar o servidor abaixo relacionados, para a fiscalização do Contrato nº 022/2025 (Processo Administrativo nº 004/2025), da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, com a empresa PAULA CAMILA E ALEXANDRE

SERVIÇOS DE PULVERIZAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ no 28.965.585/0001-01, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO DAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS UNIDADES VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARPINA/PE.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Fiscal Técnico	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia

hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 03 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:32C9F89D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 175/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 068/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 068/2026 (Processo 037/2026 – Pregão Eletrônico nº 019/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa PETROMAXX COMERCIO E DERIVADOS LTDA,

inscrita no CNPJ sob o nº 10.895.651/0001-40, cujo objeto é FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARPINA.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUZA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	LILIANE PATRICIA ANDRE DE BARROS	ASSESSORA ESPECIAL 3	453664

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contatos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 08 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:98E8263B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 176/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 070/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 070/2026 (Processo 082/2025 – Pregão Eletrônico nº 029/2025), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa VCS COMERCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITORIOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.207.424/0001-45, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (IMPRESSORA), QUE VISA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARPINA/PE.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	PEDRO ALAN DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	551784

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente

vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 09 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:5890E6E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 177/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 071/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 071/2026 (Processo 015/2026 – Pregão Eletrônico nº 016/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa MUNDIAL REFRIGERAÇÃO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27.390.535/0001-72, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DAS DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARPINA/PE.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	RAPHAEL LEANDRO CARDOSO SILVA	PROFESSOR	453448

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 14 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:116278E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 178/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 072/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 072/2026 (Processo 016/2026 – Pregão Eletrônico nº 010/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.829.590/0001-58, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DAS DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARPINA/PE.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449
Fiscal Técnico	ALMIR JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente

vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 14 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:7AD8D2DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 179/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 075/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 075/2026 (Processo 017/2026 – Pregão Eletrônico nº 011/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa MB TAVARES BARRETO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.378.140/0001-80, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA, NO MUNICÍPIO DE CARPINA – POR MEIO DO CONVÊNIO 07/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	453449

Fiscal Técnico	ALMIR JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 17 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:F962B7AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 180/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 077/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 077/2026 (Processo 017/2026 – Pregão Eletrônico nº 011/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa D7 MAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 64.602.531/0001-37, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA, NO MUNICÍPIO DE CARPINA – POR MEIO DO CONVÊNIO 07/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449
Fiscal Técnico	ALMIR JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente

vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 17 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:7AC9AE0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 181/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 078/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 078/2026 (Processo 017/2026 – Pregão Eletrônico nº 011/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa GQS ELETROS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.427.407/0001- 16, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA, NO MUNICÍPIO DE CARPINA – POR MEIO DO CONVÊNIO 07/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente

vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 17 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:8878FA1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 182/2026

PORTARIA FME Nº 182/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 079/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que

exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 079/2026 (Processo 017/2026 – Pregão Eletrônico nº 011/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa J2 PRODUTOS & SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.176.111/0001-38, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA, NO MUNICÍPIO DE CARPINA – POR MEIO DO CONVÊNIO 07/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449
Fiscal Técnico	ALMIR JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente

vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 17 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:3F53E6D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 183/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 082/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 082/2026 (Processo 018/2026 – Pregão Eletrônico nº 017/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa DIEGO L C DE LIRA INFORMÁTICA, inscrita no CNPJ sob o nº 43.874.737/0001-46, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE PLATAFORMA TECNOLÓGICA, EM MODELO SOFTWARE COMO SERVIÇO (SAAS), DESTINADA À AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E AO ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARPINA/PE, COMPREENDENDO IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CAPACITAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÕES DA SOLUÇÃO.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	PEDRO ALAN DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	551784

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 20 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:70A7DF9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 184/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 084/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 084/2026 (Processo 035/2026 – Pregão Eletrônico nº 017/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa N/NE DISTRIBUIDORA NORTE NORDESTE, inscrita no CNPJ sob o nº 66.659.950/0001-30, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO, COMPREENDENDO ÓLEOS LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS, FLUIDOS DE FREIO À BASE DE GLICOL (DOT 4) E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO (ARLA 32), DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARPINA.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	WILLIAN JOSÉ DE FRANÇA SANTOS	GERENTE DA SEC. DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	5164-2
Fiscal Técnico	PEDRO HENRIQUE GOMES DA SILVA	DIRETOR DA SEC. DE SERVIÇOS URBANOS	452389

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 22 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:92570828

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 185/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 085/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 085/2026 (Processo 017/2026 – Pregão Eletrônico nº 011/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa GPB SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 57.927.269/0001-35, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, DESTINADOS A UNIDADE EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA, NO MUNICÍPIO DE CARPINA – POR MEIO DO CONVÊNIO 07/2024.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 27 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:257337D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 186/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 086/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 086/2026 (Processo 030/2025 – Pregão Eletrônico nº 016/2025), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa REAL ENERGY LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.116.138/0001- 38, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO, APROVAÇÃO E MONTAGEM DE SUBESTAÇÃO AÉREA DE ENERGIA E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO PARA AUMENTO DE CARGA EM DIVERSAS ESCOLAS.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	JULIANO FERNANDES CARNEIRO CARDOSO	ENGENHEIRO	151930

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 27 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:EC153A00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 187/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 087/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 087/2026 (Processo 019/2026 – Dispensa de Valor nº 018/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa PETRO PRAGAS CONTROL, inscrita no CNPJ sob o nº 43.392.983/0001-61, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DIRETA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARPINA-PE.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	WILLIAN JOSÉ DE FRANÇA SANTOS	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	5164-2

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente

vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 28 de junho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:4D2D89E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 188/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 088/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 088/2026 (Processo 019/2026 – Inexigibilidade N° 007/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa DIOCESE DE NAZARÉ, inscrita no CNPJ sob o nº 10.544.203/001-00, cujo objeto é LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA AV. ASSIS CHATEAUBRIAND, S/N, SANTO ANTÔNIO, CARPINA/PE, DESTINADO PARA SEDIAR A CRECHE SANTA TEREZINHA, NESTE MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	THAYZA DAYANE BARBOSA FONSECA	GERENTE DA SEC. DE EDUCAÇÃO	453449

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscal Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 29 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:8BFD30E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA FME Nº 189/2026

Designa a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 089/2026, do Fundo Municipal de Educação de Carpina/PE, determina a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, disciplina substituições e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CARPINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, os arts. 20 a 30 do Decreto Federal nº 9.830/2019 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que exigem motivação qualificada e análise das consequências das decisões administrativas;

CONSIDERANDO, os arts. 7º, 8º, 117, 169, 170, 174, 184 e 185 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulam a execução contratual e as atribuições do gestor e fiscais de contrato;

CONSIDERANDO, o Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que estabelece que não é possível responsabilizar gestor ou fiscal sem prova de ciência inequívoca das atribuições e sem a assinatura do instrumento de designação; e

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar continuidade da fiscalização contratual e proteção ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para a gestão e fiscalização do Contrato nº 089/2026 (Processo 015/2026 – Pregão Eletrônico nº 006/2026), do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com a empresa MB TAVARES BARRETO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.378.140/0001-80, cujo objeto é AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE ESTANTE METÁLICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	ALMIR JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	552159
Fiscal Técnico	RAPHAEL LEANDRO CARDOSO SILVA	PROFESSOR	453448

Art. 2º Os agentes designados somente assumirão a função após assinatura do TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, declarando:

I – ciência das atribuições e poderes inerentes à função;

II – ciência de que a responsabilização depende de dolo ou erro grosseiro, nos termos do art. 185 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – ciência da observância da segregação de funções; e

IV – ciência de que a regularidade da execução contratual depende do efetivo exercício das atribuições de gestão e fiscalização, nos termos do Acórdão nº 795/2025, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§1º O TERMO será juntado ao processo do contrato administrativo, sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva de Contratos, vinculada à Secretaria de Licitação.

§2º Em caso de ausência ou recusa de assinatura, nova designação será providenciada imediatamente.

Art. 3º Em caso de férias, licença, afastamento, ou qualquer impedimento temporário do (a) Gestor (a) do Contrato, será automaticamente designado como substituto o (a) titular imediato da função gerencial da unidade responsável pelo contrato administrativo ou, na falta deste, servidor (a) indicado (a) na cadeia hierárquica da Secretaria de Educação e Esportes, observado o princípio da segregação de funções.

§1º A substituição prevista no caput deste artigo deverá ser formalizada por Portaria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e mediante assinatura de TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, como condição de eficácia da designação.

§2º Para os casos de impedimento temporário do Fiscais Técnico, responderá pelas atribuições:

I – o (a) servidor (a) substituto (a) indicado pela chefia imediata; e

II - na ausência de indicação formal, o próximo na cadeia operacional diretamente vinculada ao objeto contratado, observada a segregação de funções e a ausência de conflito de interesse.

§3º A substituição não transfere responsabilidade por atos praticados anteriormente ao afastamento.

Registre-se, Publique-se.

Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Carpina, 29 de julho de 2026.

ROSEJARA RAMOS DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Lais Clebia Lima de Queiroz
Código Identificador:333F5AE6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CEDRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO - COMISSÃO PERMANENTE DE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Processo Administrativo Nº: 07.08.26.001
Pregão Eletrônico Nº: 021/2026
Edital Nº: 036/2026

A Prefeitura Municipal do Cedro/PE, torna público que está recebendo propostas referentes ao processo em epígrafe, com o seguinte Objeto**: FUTURA E EVENTUAL** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E MATERIAL PERMANENTE, JUNTO COM MATERIAIS DE CONSUMO E PERIFÉRICOS, DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CEDRO-PE, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, edital e seus anexos. A sessão pública ocorrerá no dia **28 de agosto de 2026**, às **09h00min**.

As informações poderão ser obtidas com o Agente de Contratação na Prefeitura Municipal de Cedro - PE, situada na Rua Sete de Setembro, 68, Centro, Cedro/PE, ou através de e-mail: licitacao@cedro.pe.gov.br.

Local da Disputa: https://www.comprascedrope.com.br/

JOSÉ RICARDO URIAS NOVAIS
Secretário Municipal de Finanças
Gestor do Fundo Geral

Publicado por:
João Paulo Silva
Código Identificador:0B9B3B59

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO - COMISSÃO PERMANENTE DE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA FRACASSADA

ATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 019/2026
Processo Administrativo: 03.07.26.001

Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS NATALIDADE (PARA RECÉM NASCIDOS DE 0 - 6 MESES), DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO GRUPO DE GESTANTES ACOMPANHADAS PELO CRAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DO CEDRO-PE.
Período de propostas: 15/07/2026 até 20/07/2026.

PREAMBULO

Na data de 21/07/2026, às 09:00, teve início a etapa de julgamento e classificação da(s) proposta(s), pelo critério de julgamento de menor preço global, encaminhada(s) pelos licitantes, nos termos da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

RELATÓRIO DE FORNECEDORES

Não houve a participação de fornecedores

RELATÓRIO DAS PROPOSTAS ESCRITAS

Não houve a apresentação de propostas escritas.

DESCLASSIFICAÇÃO

Não houve desclassificação.

HABILITAÇÃO

Nenhum fornecedor apresentou documentação para ser analisada para este certame licitatório.

OCORRÊNCIAS

Não houve ocorrências.

ENCERRAMENTO

Para constar foi lavrada a presente Ata, após verificado o atendimento ao objeto da presente Dispensa de Licitação, sendo declarada DESERTA e encerrada em 21/07/2026, às 09:11 horas.

JOÃO PAULO SILVA
Agente de Contratação

EVERTON DA SILVA RAMALHO
Membro

MICHELLE CRISTINA ALVES DE LAVÔR
Membro

Publicado por:
João Paulo Silva
Código Identificador:95A7004B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CHÃ DE ALEGRIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº 012/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ DE ALEGRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
A Secretaria Municipal de Saúde de Chã de Alegria, através do seu Pregoeiro, informa o PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 015/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº 012/2026, Objeto: Aquisição de equipamento Analisador Bioquímico, destinado ao Laboratório Municipal. Valor Total Estimado: R$ 138.250,00 (cento e trinta e oito mil duzentos e cinquenta reais). As especificações relativas ao objeto encontram-se no Edital e seus anexos que poderão ser retirados no site www.bnc.org.br/editais; ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09:00h do dia 31/08/2026; INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 09:10h do mesmo dia. Informações na Sede da CPL, sito à Rua Siqueira Campos, 109 – Centro – Chã de Alegria – PE ou através do e-mail: licitacaochadealegria@gmail.com

Chã de Alegria, 17 de agosto de 2026.

ALYSON MARCILIO DE FREITAS MENDES
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Alyson Marcilio de Freitas Mendes
Código Identificador:564BA40D

GABINETE DO PREFEITO
TERMOS ADITIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ DE ALEGRIA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo: O presente Termo Aditivo ao contrato n° 026/2025. A prorrogação da Ata de registro de preço, por um período de mais de 12 (meses), observada a vigência máxima permitida nos termos do artigo 84 da Lei n° 14.133/21, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, estendendo seus efeitos para até o dia 31 de julho de 2027.
EMPRESA: **LAGOA REVENDEDORA DE GLP E AGUA LTDA.**

MARCOS GOMES DO AMARAL –
Prefeito.

Chã de Alegria, 30 de Junho de 2026.

EDUARDO JORGE ALVES GONÇALVES
Controle Interno

Publicado por:
Eduardo Jorge Alves Gonçalves
Código Identificador:95620C8F

PREFEITURA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO PMCA Nº 009/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ DE ALEGRIA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PMCA Nº 022/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO PMCA Nº 009/2026, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REQUALIFICAÇÃO DO CAMPO DA VILA DO CAMPO. Empresa vencedora: ORIONCONSTRUTORA LTDA (09629106000123), com o valor total de R$ 1.531.165,63 (um milhão e quinhentos e trinta e um mil e cento e sessenta e cinco reais e sessenta e três centavos). A autoridade superior do MUNICIPIO DE

CHA DE ALEGRIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL 004/2024, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão de Contratação no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

CHÃ DE ALEGRIA (PE), segunda-feira, 17 de agosto de 2026.

MARCOS GOMES DO AMARAL
Prefeito

Publicado por:
Alyson Marcilio de Freitas Mendes
Código Identificador:0D001FC2

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMCA 009/2026

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMCA 009/2026
Processo Adm: Nº PMCA 022/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REQUALIFICAÇÃO DO CAMPO DA VILA DO CAMPO.
Empresas vencedoras valor total: R$ 1.531.165,63 (um milhão e quinhentos e trinta e um mil e cento e sessenta e cinco reais e sessenta e três centavos): **ORION CONSTRUTORA LTDA** (09629106000123) com o lote: 1 no valor total de R$ 1.531.165,63 (um milhão e quinhentos e trinta e um mil e cento e sessenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

CHÃ DE ALEGRIA - PE, 17 de agosto de 2026

ALYSON MARCILIO DE FREITAS MENDES
Condutor de Processos

Publicado por:
Alyson Marcilio de Freitas Mendes
Código Identificador:2147A664

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (MMH), PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA (HGAAL), CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS), SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA (SAMU), UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (USF), VIGILÂNCIAS, RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICA, CIS E CENTRO DE FISIOTERAPIA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. **EMPRESA:** A S M DE SIQUEIRA MEDICAMENTOS LTDA. **CNPJ Nº:** 57.441.607/0001-24. **VALOR:** R$ 800.861,94 (OITOCENTOS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E UM REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 27/08/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:1276917D

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (MMH), PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA (HGAAL), CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS), SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA (SAMU), UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (USF), VIGILÂNCIAS, RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICA, CIS E CENTRO DE FISIOTERAPIA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. **EMPRESA:** CELMED MEDICAMENTOS E MATERIAS HOSPITALARES. **CNPJ Nº:** 59.824.323/0001-42. **VALOR:** R$ 713.340,07 (SETECENTOS E TREZE MIL, TREZENTOS E QUARENTA REAIS E SETE CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 27/08/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:F906B75B

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (MMH), PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA (HGAAL), CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS), SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA (SAMU), UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (USF), VIGILÂNCIAS, RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICA, CIS E CENTRO DE FISIOTERAPIA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. **EMPRESA:** CIRURGICA METROPOLITANA LTDA. **CNPJ Nº:** 04.780.761/0001-64. **VALOR:** R$ 108.085,25 (CENTO E OITO MIL, OITENTA E CINCO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 27/08/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:3BB89A97

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (MMH), PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA (HGAAL), CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS), SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA (SAMU), UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (USF), VIGILÂNCIAS, RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICA, CIS E CENTRO DE FISIOTERAPIA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. **EMPRESA:** ALTERNATIVA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA. **CNPJ Nº:** 43.556.958/0001-76. **VALOR:** R$ 16.521,60 (DEZESSEIS MIL, QUINHENTOS E VINTE E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 26/08/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:2DF450E6

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (MMH), PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA (HGAAL), CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS), SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA (SAMU), UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (USF), VIGILÂNCIAS, RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICA, CIS E CENTRO DE FISIOTERAPIA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. **EMPRESA:** BQS DISTRIBUIDORA LTDA. **CNPJ Nº:** 33.613.876/0001-62. **VALOR:** R$ 66.512,50 (SESSENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 28/08/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:7A084DAE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (MMH), PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA (HGAAL), CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS), SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA (SAMU), UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (USF), VIGILÂNCIAS, RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICA, CIS E CENTRO DE FISIOTERAPIA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. **EMPRESA:** CIRURGICA FAMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI. **CNPJ Nº:** 10.978.106/0001-18. **VALOR:** R$ 16.126,98 (DEZESSEIS MIL, CENTO E VINTE E SEIS REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 28/08/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:4A0BEFB6

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (MMH), PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA (HGAAL), CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS), SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA (SAMU), UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (USF), VIGILÂNCIAS, RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICA, CIS E CENTRO DE FISIOTERAPIA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. **EMPRESA:** DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. **CNPJ Nº:** 19.316.524/0001-14. **VALOR:** R$ 4.640,55 (QUATRO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 28/08/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:88441111

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (MMH), PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA (HGAAL), CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS), SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA (SAMU), UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (USF), VIGILÂNCIAS, RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICA, CIS E CENTRO DE FISIOTERAPIA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. **EMPRESA:** EQUIMED EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. **CNPJ Nº:** 38.408.899/0001-59. **VALOR:** R$ 6.391,86 (SEIS MIL, TREZENTOS E NOVENTA E UM REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 28/08/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:5FD51477

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, PERECÍVEIS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E PÃO DESTINADOS A RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - USF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA. **EMPRESA:** JEFFERSON BARBOSA DOS SANTOS. **CNPJ Nº** 36.369.954/0001-13. **VALOR:** R$ 15.170,00 (quinze mil, cento e setenta reais).**VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES. **DATA DE ASSINATURA:** 27/04/2026.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:2BA87321

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, PERECÍVEIS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E PÃO DESTINADOS A RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - USF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

CONSTANTES NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA. **EMPRESA:** META DISTRIBUIDORA - LTDA. **CNPJ Nº** 47.263.799/0001-72. **VALOR:** R$ 185.164,90 (CENTO E OITENTA E CINCO MIL, CENTO E SESSENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS. **VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES. **DATA DE ASSINATURA:** 27/04/2026.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:481611E6

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, PERECÍVEIS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E PÃO DESTINADOS A RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - USF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA. **EMPRESA:** BSR ATACADO - LTDA. **CNPJ Nº** 41.897.779/0001-77. **VALOR:** R$46.404,48 (QUARENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E QUATRO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES. **DATA DE ASSINATURA:** 23/09/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:9E9AFB83

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº058/2025–PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, PERECÍVEIS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E PÃO DESTINADOS A RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - USF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA. **EMPRESA:** EDVALDO TIBURCIO DA SILVA. **CNPJ Nº** 58.334.112/0001-69. **VALOR:** R$167.838,70 (CENTO E SESSENTA E SETE MIL, OITOCENTOS E TRINTA E OITO REAIS E SETENTA CENTAVOS).**VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES. **DATA DE ASSINATURA:** 23/09/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:22184A91

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, PERECÍVEIS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E PÃO DESTINADOS A RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - USF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA. **EMPRESA:** FERRAMAX COMERCIO E SERVICOS LTDA. **CNPJ Nº** 23.050.514/0001-57. **VALOR:** R$4.320,00 (QUATRO MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS).**VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES. **DATA DE ASSINATURA:** 23/09/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:C6CF88DF

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, PERECÍVEIS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E PÃO DESTINADOS A RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - USF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA. **EMPRESA:** ACS HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA. **CNPJ Nº** 30.095.551/0001-47. **VALOR:** R$24.999,92 (VINTE E QUATRO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).**VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES. **DATA DE ASSINATURA:** 23/09/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:A427635C

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, PERECÍVEIS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E PÃO DESTINADOS A RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - USF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA. **EMPRESA:** JEFFERSON BARBOSA DOS SANTOS. **CNPJ Nº** 36.369.954/0001-13. **VALOR:** R$12.360,00 (DOZE MIL, TREZENTOS E SESSENTA REAIS).**VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES. **DATA DE ASSINATURA:** 23/09/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:B1B96C9B

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, PERECÍVEIS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E PÃO DESTINADOS A RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - USF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA. **EMPRESA:** J C DOS SANTOS FILHO COMERCIO. **CNPJ Nº:** 49.735.043/0001-04. **VALOR:** R$ 27.440,99 (VINTE E SETE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES. **DATA DE ASSINATURA:** 23/09/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:9C1784A4

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, PERECÍVEIS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E PÃO DESTINADOS A RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - USF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA. **EMPRESA:** META DISTRIBUIDORA LTDA. **CNPJ Nº:** 47.263.799/0001-72. **VALOR:** R$ 222.288,04 (DUZENTOS E VINTE E DOIS MIL, DUZENTOS E OITENTA E OITO REAIS E QUATRO CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES. **DATA DE ASSINATURA:** 23/09/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:AF052412

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS, MEDICAMENTOS CONTROLADOS E MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA, SAMU – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF. **EMPRESA:** A S M DE SIQUEIRA MEDICAMENTOS LTDA. **CNPJ Nº:** 57.441.607/0001-24. **VALOR:** R$ 972.125,80 (NOVECENTOS E SETENTA E DOIS MIL, CENTO E VINTE E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 23/10/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:A1DDB81E

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS, MEDICAMENTOS CONTROLADOS E MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA, SAMU – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF. **EMPRESA:** GLOBAL MEDIC LTDA. **CNPJ Nº:** 31.610.976/0001-00. **VALOR:** R$ 306.995,00 (TREZENTOS E SEIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 23/10/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:CCEBCDE8

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS, MEDICAMENTOS CONTROLADOS E MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA, SAMU – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF. **EMPRESA:** CELMED MEDICAMENTOS E MATERIAS HOSPITALARES. **CNPJ Nº:** 59.824.323/0001-42. **VALOR:** R$ 554.307,75 (QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E SETE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 23/10/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:4DA3A693

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS, MEDICAMENTOS CONTROLADOS E MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA, SAMU – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF. **EMPRESA:** STAR MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI. **CNPJ Nº:** 37.573.478/0001-10. **VALOR:** R$ 376.459,00 (TREZENTOS E SETENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 23/10/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:586924BA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS, MEDICAMENTOS CONTROLADOS E MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA, SAMU – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF. **EMPRESA:** APOTEK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA. **CNPJ Nº:** 36.099.392/0001-35. **VALOR:** R$ 105.380,60 (CENTO E CINCO MIL, TREZENTOS E OITENTA REAIS E SESSENTA CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 23/10/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:85C2BEB9

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS, MEDICAMENTOS CONTROLADOS E MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA, SAMU – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF. **EMPRESA:** MEDVIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALAR EIRELI. **CNPJ Nº:** 06.132.785/0001-32. **VALOR:** R$ 103.476,00 (CENTO E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 23/10/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:C50B6A28

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS, MEDICAMENTOS CONTROLADOS E MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA, SAMU – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF. **EMPRESA:** EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. **CNPJ Nº:** 14.905.502/0001-76. **VALOR:** R$ 33.240,00 (TRINTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E QUARENTA REAIS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 23/10/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:F2EF61B3

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS, MEDICAMENTOS CONTROLADOS E MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA, SAMU – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF. **EMPRESA:** PHOENIX DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E CORRELATOS LTDA. **CNPJ Nº:** 45.107.793/0001-80. **VALOR:** R$ 2.340,00 (DOIS MIL, TREZENTOS E QUARENTA REAIS). **VIGÊNCIA:** 1 (UM) ANO. **DATA DE ASSINATURA:** 23/10/2025.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:20737712

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 003/2026

CONTRATO FMS Nº 003/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, PERECÍVEIS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E PÃO DESTINADOS A RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, HOSPITAL GERAL ALFREDO ALVES DE LIMA E UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - USF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVAS DE CONSUMO CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. **EMPRESA:** META DISTRIBUIDORA LTDA. **CNPJ Nº:** 47.263.799/0001-72. **VALOR:** R$ 7.973,30 (SETE MIL, NOVECENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E TRINTA CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES. **DATA DE ASSINATURA:** 16/03/2026.

JAIRO AMORIM PAIVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:5189DC05

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CORTÊS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORTÊS - FMSC
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026 - FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

O objeto da presente licitação é a **formação de registro de preço para futura e eventual aquisição de carnes para atendimento as necessidades do Hospital Senador Antônio Farias, no município de Cortês/PE.**
Valor Estimado de **R$ 295.135,20 (duzentos e noventa e cinco mil cento e trinta e cinco reais e vinte centavos)**. Início da entrega das propostas a partir das **08h do dia 18 de agosto de 2026** até o **dia 01 de setembro de 2026, 09h**, no sítio http://bnccompras.com. Abertura e julgamento das propostas dia **01 de setembro de 2026**, a partir das

09h. **Início da sessão de disputa de preços**: **às 10h, do dia 01 de setembro de 2026**, no site http://bnccompras.com. Os interessados em adquirir o edital deverão comparecer a sede da comissão de licitação, no Centro Administrativo na Rua Coronel José Belarmino, 48 – Centro - Cortês no horário de 8h às 13h e/ou através do e-mail: cortescomissaodecontratacao@gmail.com e http://bnccompras.com.

Cortês/PE, 17 de agosto de 2026.

ABIMAEL PEREIRA DA SILVA
Agente de Contratação (*).

Publicado por:
Edvania de Barros Silva Sobrinho
Código Identificador:3614EBF2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE LICITAÇÃO

O objeto da presente licitação é a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de climatização, compreendendo aparelhos de ar-condicionado, cortinas de ar e ventiladores para atender as necessidades da Prefeitura e Fundos Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social de Cortês/PE e Instituto de Previdência Municipal.**
Valor Estimado de **R$ 606.402,26 (seiscentos e seis mil quatrocentos e dois reais e vinte e seis centavos)**. Início da entrega das propostas a partir das **09h do dia 18 de agosto de 2026** até o **dia 28 de agosto de 2026, 9h**, no sítio http://bnccompras.com. Abertura e julgamento das propostas dia **28 de agosto de 2026**, a partir das **9h**. **Início da sessão de disputa de preços**: **às 10h, do dia 28 de agosto de 2026**, no site http://bnccompras.com. Os interessados em adquirir o edital deverão comparecer a sede da comissão de licitação, no Centro Administrativo na Rua Coronel José Belarmino, 48 – Centro - Cortês no horário de 8h às 13h e/ou através do e-mail: **cortescomissaodecontratacao@gmail.com** e http://bnccompras.com. Outras informações podem ser obtidas no endereço da sessão de abertura ou através do Fone: (81) 9.9349-6142, no horário das 8h às 13h, de segunda a sexta-feira.

Cortês/PE, 17 de agosto de 2026.

ABIMAEL PEREIRA DA SILVA.
Agente de Contratação (*).

Publicado por:
Edvania de Barros Silva Sobrinho
Código Identificador:A07CA9CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DA PREFEITA Nº 1.544, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da composição do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Cortês-PE, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CORTÊS**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1. Fica nomeada a composição do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Cortês-PE, o qual será constituído pelas pessoas a seguir:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal:

1. Titular: LUCINALDO GOMES FERREIRA – CPF nº 124.***.***-77;

2. Suplente: GENILDO BEZERRA DA SILVA – CPF nº 041.***.***-80;

II - Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cortês:

1. Titular: ENILSON QUINITINO DE ASSIS – CPF nº 692.***.***-15

2. Suplente: JOSÉ VALTERMIM DA SILVA GOMES – CPF nº 012.***.***-01

III - Representante dos Pais de Alunos:

1. Titular: MARIA ROSETE FERREIRA – CPF nº 494.***.***-72

2. Suplente: JOSUÉ MARTINS BARBOSA – CPF nº 027.***.***-76

IV - Representantes da Sociedade Civil:

1. Titular: JADES WILLIAN DA SILVA – CPF nº 059.***.***-47

2. Suplente: MARIA ALICE LOPES NEVES RIBAS – CPF nº 044.***.***-06

3. Titular: SORAIA MARIA DA SILVA – CPF nº 095.***.***-24

4. Suplente: DAYANE CAMILA PINHEIRO DE LIMA – CPF nº 095.***.***-48

Art. 2. A diretoria do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Cortês-PE, terá a seguinte constituição:

I - PRESIDENTE: LUCINALDO GOMES FERREIRA – CPF nº 124.***.***-77;

II - VICE-PRESIDENTE: ENILSON QUINITINO DE ASSIS – CPF nº 692.***.***-15

Art. 3. A participação da pessoa no Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Cortês-PE será considerada atividade de grande valor social, não sendo remunerada em hipótese alguma.

Art. 4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cortês-PE, 17 de agosto de 2026, 72º de Emancipação Política.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita do Município de Cortês

Publicado por:
Otávio Miécio Santos Sampaio
Código Identificador:1276BB07

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CUPIRA

CAMARA MUNICIPAL DE CUPIRA-PE
ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 5/2026

Altera artigos do Regimento Interno, bem como dá outras providências correlatas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CUPIRA/PE, Sr. Emerson Ferreira Calado, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 56, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, bem como pelos arts. 31, inciso IV, e 303 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, e
CONSIDERANDO a aprovação, pelo Plenário da Câmara Municipal de Cupira/PE, do Projeto de Resolução nº 03/2026, de autoria do Poder Legislativo, subscrito pelos Vereadores Ailton José da Silva, Antônio Bispo de Melo Neto, David Marques de Amorim, Eden Vinícius Lessa Campos de Carvalho, Emerson Ferreira Calado, Elaine Cristiane Pessoa Grigório, Elissandra Lins Ferreira Barros, Ewerton Emídio da Silva, José Edvan da Silva, Ricácio Toubson Campina da

Silva e Taine Eduarda dos Santos, que altera dispositivos do Regimento Interno desta Casa Legislativa e dá outras providências correlatas;
CONSIDERANDO que compete ao Presidente da Câmara Municipal promulgar as resoluções e os decretos legislativos, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno desta Casa Legislativa;
CONSIDERANDO que a promulgação constitui ato formal pelo qual se atesta a existência da norma regularmente aprovada pelo Poder Legislativo, conferindo-lhe aptidão para produzir seus efeitos jurídicos;

RESOLVE:

Art. 1º Fica PROMULGADA a Resolução nº 07/2026, decorrente da aprovação do Projeto de Resolução nº 03/2026, de autoria do Poder Legislativo, subscrito pelos Vereadores Ailton José da Silva, Antônio Bispo de Melo Neto, David Marques de Amorim, Eden Vinícius Lessa Campos de Carvalho, Emerson Ferreira Calado, Elaine Cristiane Pessoa Grigório, Elissandra Lins Ferreira Barros, Ewerton Emídio da Silva, José Edvan da Silva, Ricácio Toubson Campina da Silva e Taine Eduarda dos Santos, cujo inteiro teor passa a integrar o presente Ato de Promulgação para todos os fins legais.

Art. 2º A Resolução nº 07/2026 entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se e registre-se.

Câmara de Vereadores de Cupira/PE, 17 de agosto de 2026.

EMERSON FERREIRA CALADO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 07/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Altera artigos do Regimento Interno, bem como dá outras providências correlatas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUPIRA/PE, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:
Art. 1° Fica alterado o art. 18 do Regimento Interno, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 18. A eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, realizar-se-á a partir do mês de outubro, durante a segunda sessão legislativa de cada legislatura, até última sessão ordinária do mês de dezembro, respeitando-se o critério da contemporaneidade, periodicidade e pluralidade das eleições, considerando-se os membros automaticamente empossados no dia 1º de janeiro do terceiro ano da legislatura.

Art. 2º Fica alterado o inciso IX do art. 38 do Regimento Interno, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38 (omissis)
IX – auxiliar o Presidente no procedimento de apreciação da ata da sessão anterior;

Art. 3° Fica revogado o Parágrafo único do art. 80 do Regimento Interno, passando a vigorar acrescido dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º, sendo o § 1º integrado pelos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X, com a seguinte redação:
Art. 80 (omissis)
§ 1º Os membros das comissões parlamentares de inquérito, no interesse da investigação, poderão, em conjunto ou isoladamente:
I - determinar as diligências que reputarem necessárias;
II – proceder às vistorias e levantamentos nas repartições municipais e entidades descentralizadas, onde gozarão de livre ingresso e permanência;
III – requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;
IV – transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhe competirem;
V – proceder à convocação de Secretário Municipal ou de qualquer auxiliar direto do Prefeito;
VI – tomar o depoimento de qualquer autoridade, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;
VII – proceder às verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da administração direta e indireta;
VIII – solicitar informações fiscais do Município;
IX - solicitar a autoridade judiciária a quebra de sigilo bancário;
X - requerer força da Guarda Municipal para o desempenho de suas atividades.
§ 2º É fixada em 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo, para que os responsáveis pelos órgãos da Administração direta ou indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelas comissões parlamentares de inquérito.
§ 3º O não atendimento às determinações contidas nos dispositivos anteriores, no prazo estipulado, faculta ao Presidente da Comissão, solicitar, na conformidade da legislação federal, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação.
§ 4º Nos termos do Art. 3°, da Lei Federal n° 1.579, de 18 de março de 1952, as testemunhas serão intimadas, de acordo com o estabelecido nas prescrições da legislação penal e, em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz da comarca onde residem ou se encontram, na forma do Art. 218 do Código de Processo Penal.

Art. 4º Fica alterado o §3º do art. 121 do Regimento Interno, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 121 (omissis)
§3º. No caso do inciso IV, o Vereador considerar-se-á automaticamente licenciado, podendo optar pela remuneração do cargo ou do mandato.

Art. 5º Fica alterado o art. 187 do Regimento Interno, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 187. A Câmara Municipal reunir-se-á ordinária e semanalmente, na sede do Município, de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro, podendo reunir-se também por convocação extraordinária.

Art. 6º Fica instituído o art. 120-A no Regimento Interno, o qual vigorará com a seguinte redação:
Art. 120-A. A Mesa Diretora fica autorizada a instituir, no âmbito da Câmara Municipal, o Código de Ética e Decoro Parlamentar, destinado a estabelecer os princípios, deveres, direitos, vedações e normas de conduta aplicáveis aos Vereadores no exercício do mandato parlamentar, bem como a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, órgão responsável pela fiscalização da observância dessas normas.
Parágrafo único. O Código de Ética e Decoro Parlamentar regulamentará a organização, a composição, as competências, o funcionamento da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, bem como o procedimento ético-disciplinar e as demais disposições necessárias à sua execução.

Art. 7º Ficam acrescidos os §§ 5º, 6º e 7º ao art. 186 do Regimento Interno, com a seguinte redação:
Art. 186 (omissis)
§ 5º A ata da sessão será disponibilizada aos Vereadores, preferencialmente por meio eletrônico, com antecedência mínima de vinte e quatro horas da sessão em que será apreciada.
§ 6º A leitura integral da ata será dispensada quando previamente disponibilizada aos Vereadores, salvo deliberação do Presidente ou requerimento aprovado pelo Plenário.
§ 7º Após a aprovação, a ata será assinada pelos Vereadores.

Art. 8º Fica acrescido o art. 188-A ao Regimento Interno, com a seguinte redação:
Art. 188-A Verificado o quórum regimental, o Presidente declarará aberta a sessão, observando, preferencialmente, a seguinte ordem:
I – leitura de trecho da Bíblia Sagrada por Vereador designado pela presidência da mesa;
II – execução do Hino Oficial do Município de Cupira;
III – leitura da pauta dos trabalhos da sessão;

IV – início do Expediente.

Art. 9º Fica alterado o inciso I do art. 189 do Regimento Interno, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 189 (omissis)
I – apreciação da ata da sessão anterior;

Art. 10. Fica alterado o art. 198 do Regimento Interno, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 198. O Pequeno Expediente terá duração máxima de trinta minutos, compreendendo a apreciação da ata da sessão anterior e a leitura das matérias constantes do expediente.

Art. 11. Fica alterado o art. 199 do Regimento Interno, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 199. Encerrada a leitura do expediente, o Presidente passará a palavra ao 1º Secretário, que consultará o Plenário acerca da apreciação da ata, consultando sobre a existência de pedido de retificação ou de impugnação.
§ 1º Não havendo pedido de retificação ou impugnação, o Presidente submeterá a ata à votação.
§ 2º Havendo pedido de retificação ou impugnação, o Presidente decidirá na forma deste Regimento, podendo determinar sua correção antes da votação.
§ 3º A votação da ata será realizada, preferencialmente, pelo processo simbólico, salvo deliberação diversa do Plenário.

Art. 12. Fica alterado o art. 207 do Regimento Interno, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 207. Os projetos cuja urgência tenha sido concedida, configurarão na pauta da Ordem do Dia, na sessão ordinária subsequente, como itens preferenciais, pela ordem de votação dos respectivos requerimentos.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, passando a integrar o Regimento Interno.

Câmara Municipal de Cupira/PE, em 17 de agosto 2026.

EMERSON FERREIRA CALADO
Presidente

Publicado por:
Caroline Stfane Silva Julião
Código Identificador:0D8F9EA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA
EXTRATO DE ADITIVO

2º TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025.

O presente Termo Aditivo tem por objeto restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços nº 019/2025, exclusivamente quanto ao item 104, mediante a alteração do preço unitário registrado de R$ 75,86 (setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) para R$ 127,91 (cento e vinte e sete reais e noventa e um centavos), sem alteração da especificação ou dos quantitativos renovados pelo 1º Termo Aditivo.
A recomposição fundamenta-se no art. 82, inciso VI, e no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 020/2024, na Cláusula Décima Primeira, item 11.1, da Ata de Registro de Preços e na decisão administrativa motivada constante dos autos.
Em relação ao item 104 (COPO DESCARTÁVEL 150 ML), foram considerados o valor unitário originalmente registrado, decorrente da proposta vencedora, de R$ 75,86 (setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos); a margem de lucro de 17,61%; a nota fiscal apresentada, demonstrando o custo atual de aquisição do item; e a pesquisa de preços realizada pelo setor competente no Banco de Preços Públicos, que identificou o valor de mercado de R$ 140,30 (cento e quarenta reais e trinta centavos). Diante desses elementos, fica deferido o reequilíbrio para R$ 127,91 (cento e vinte e sete reais e noventa e um centavos).
O preço reequilibrado permanece R$ 12,39 (doze reais e trinta e nove centavos) abaixo do valor apurado na pesquisa de mercado, preservando a vantajosidade para a Administração.
Considerando os quantitativos renovados pelo 1º Termo Aditivo, o valor total máximo estimado do item 104 no âmbito da Ata passa de R$ 12.289,32 (doze mil, duzentos e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos) para R$ 20.721,42 (vinte mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos), resultando em acréscimo potencial máximo de R$ 8.432,10 (oito mil, quatrocentos e trinta e dois reais e dez centavos).
Contratado:THAIANA CHEUIN CRUZ EMPREENDIMENTOS (GRUPO AJ EMPREENDIMENTOS), inscrita no CNPJ nº 52.268.925/0001-11. O mesmo encontra-se à disposição para qualquer interessado, na Sala da Licitação, localizada na Rua Desembargador Felismino Guedes, nº 135, 1º Andar, Centro, Cupira - PE.

Publicado por:
Nicolas Adam Luna de Holanda
Código Identificador:8D728288

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE DORMENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
1ª CONVOCAÇÃO DE PROFESSORES CLASSIFICADOS PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2026, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES.

A Prefeita do Município de Dormentes - PE, realiza 1ª convocação dos candidatos classificados na Seleção Pública Simplificada Edital 001/2026, para Contratação Temporária de Professores. Conforme relação abaixo:

Os candidatos deverão comparecer na **Sede da Secretaria Municipal de Educação** de Dormentes, localizada na **Rua Severo Marques, nº 53, Bairro Dedé Damasceno** - Dormentes - PE, no horário **de 8:00 h às 13:00 horas**, no **prazo de 120 horas** a contar da data da convocação, com os documentos exigidos no Edital, para as devidas providências.
PROFESSOR do Ensino Fundamental de Anos Finais de Ciências
Esc. Juscelino Kubitschek

CLASS	NOME
1º	WALDYR CESAR BARBOSA VIEIRA

Professor do Ensino Fundamental de Anos Finais de Geografia
Esc. Juscelino Kubitschek

CLASS	NOME
1º	ERICA CONCEICAO NOGUEIRA DE MACEDO

Professor do Ensino Fundamental de Anos Finais de História
Esc. Maximiliano Rodrigues Macedo

CLASS	NOME
1º	NANCI DE MACEDO CORDEIRO

Professor do Ensino Fundamental de Anos Finais de História
Esc. Juscelino Kubitschek

CLASS	NOME
1º	TIAGO RODRIGUES COELHO

Professor do Ensino Fundamental de Anos Finais de Matemática
Esc. José Zuca da Silva

CLASS	NOME
1º	JONATAS DE SOUZA SILVA

Esc. Juscelino Kubitschek

CLASS	NOME

1º	JEFERSON ALVES DA COSTA

Esc. Mauricio José Rolim Cavalcanti

CLASS	NOME
1º	GENIELTO DE CASTRO COELHO
2º	LEANDRO DE MACEDO FERREIRA

Esc. Maximiliano Rodrigues Macedo

CLASS	NOME
1º	MARCELO ROCHA DA SILVA

Professor do Ensino Fundamental de Anos Finais de Língua Portuguesa

Esc. Jose Zuca da Silva

CLASS	NOME
1º	JOSE LAURO SEVERIANO DA SILVA

Esc. Juscelino Kubitschek

CLASS	NOME
1º	JONICLEIDE MACEDO DE CASTRO SILVA

Esc. Mauricio José Rolim Cavalcanti

CLASS	NOME
1º	KESIA GABRIELA BARBOSA DE MACEDO
2º	DOMINGOS CESAR DA SILVA SOUZA
3º	MAYCON DOUGLAS COELHO POSSIDONIO

Professor do Ensino Fundamental de Anos Iniciais

Esc. Antônio Mendes de Sousa

CLASS	NOME
1º	LUANA RODRIGUES DE SOUZA
2º	CRISTIANA DE LIMA ROSA

Esc. Francisco Coelho de Macedo

CLASS	NOME
1º	JAQUELINE RODRIGUES EVANGELISTA
2º	DAIANE DE CASTRO SOUZA
3º	MAILZA EULINA DE AMORIM
4º	DIANA DUOR COELHO
5º	MARIANA EVANGELISTA COELHO
6º	LUCAS RANGEL SILVA
7º	MARIA DE JESUS RODRIGUES
8º	EDIANA BRITO VIEIRA
9º	GEDEAO DE SOUSA NUNES
10º	ADELITA BARBOZA SATURNINO
11º	DENISE SILVEIRA MACEDO
12º	LUCILANE DE SOUSA NUNES
13º	ANGELA MARIA SOUZA PIO GALVAO
14º	JEISA SUELY COELHO LUZ
15º	NILVANDO LIMA DA LUZ

Esc. Jose Zuca da Silva

CLASS	NOME
1º	ANAILDA DO NASCIMENTO GOMES
2º	GENILDA TEREZA RODRIGUES
3º	JOSILANDIA DE SOUZA RODRIGUES
4º	CLEIDE BARBOSA RODRIGUES

Esc. Juscelino Kubitschek

CASS	NOME
1º	GENIVALDO RODRIGUES DA PURIFICACAO
2º	VANES DA SILVA SOUZA
3º	MARIA ISABEL DE SOUSA RODRIGUES
4º	VANESSA BRITO DE SOUZA

Esc. Juscelino Kubitschek – VAGA PCD

CASS	NOME
1º	MARIA LUCINEIDE BARBOSA

Esc. Maximiliano Rodrigues Macedo

CLASS	NOME
1º	MARIA APARECIDA DE SOUZA BARBOSA SILVA
2º	NATALIA GALVAO DE AZEVEDO
3º	CLEIDE RODRIGUES DA SILVA

Esc. Municipal de Lagoas

CLASS	NOME
1º	NATALIA MOREIRA DE CARVALHO
2º	SHIRLENE COELHO DE SOUZA

Esc. Santa Helena

CLASS	NOME
1º	RAIMUNDA COELHO DE SANTANA
2º	AUCICLEIA FERNADES RODRIGUES

Professor de Educação Infantil

Creche Albuino Bezerra Soares

CLASS	NOME
1º	ELIANE DA SILVA NUNES
2º	MAYLZA MACEDO RODRIGUES
3º	KEILLA SILVA SOUZA
4º	MARIA APARECIDA COELHO
5º	CLAUDIA SOUSA MENDES
6º	ANA FLAVIA DE MACEDO RODRIGUES
7º	GLEIDE EMANUELLA DE MACEDO SOUSA
8º	ANA CAROLINA DE BRITO MACEDO
9º	MARIA JOSE COELHO DE CASTRO
10º	DEBORA CAMILO DA SILVA

Esc. Jose Zuca da Silva

CLASS	NOME
1º	AURILUCIA TAVARES COELHO
2º	JASCIENE BARBOSA DA SILVA

Esc. Juscelino Kubitschek

1º	GEONILDA RODRIGUES
2º	ELIZA MARIA RIBEIRO RODRIGUES

Psicólogo Escolar

Secretaria Municipal de Educação

CLASS	NOME
1º	VITORIA REGILLA SOARES DE LACERDA
2º	ERIKA ARAUJO RODRIGUES

Publicado por:
Samila Rodrigues Purificação
Código Identificador:3B9A75F2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Concorrência Eletrônica nº 005/2026. Processo Licitatório nº 082/2026. Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços de construção do Pátio da Feira do Distrito de Caatinga Grande, no município de Dormentes/PE, por meio do convênio AD nº 064/2026 – Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco S. A. - ADEPE, em conformidade com as especificações técnicas, projetos, memoriais descritivos e normas técnicas da ABNT e dos órgãos competentes. Valor estimado: R$1.009.067,77 (Um milhão e nove mil, sessenta e sete reais e setenta e sete centavos). Encaminhamento das Propostas de Preços e Documentos de Habilitação até o dia 02 de setembro de 2026, às 09:00 horas. Início da disputa: às 10:00 horas do dia 02 de setembro de 2026. Edital e informações na Prefeitura Municipal de Dormentes, na Rua José Clementino Rodrigues Coelho, nº 60, Centro, Dormentes (PE), Fone/fax: 0xx87-3865-1550 ou em download nos seguintes endereços eletrônicos: www.dormentes.pe.gov.br, www.bnc.org.br.

Dormentes (PE), 17 de agosto de 2026.

IARA CAVALCANTI DE MACEDO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Samila Rodrigues Purificação
Código Identificador:E46E243D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DO CONTRATO N°082/2026

Processo Administrativo nº 102/2025, Pregão Eletrônico Nº 030/2025, CONTRATO Nº 020/2026, Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ: 30.382.029/0001-46, Contratada: JNT FARDAMENTOS E PERSONALIZADOS LTDA, CNPJ nº 37.800.431/0001-42. OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de uniformes escolares, correspondente a 50% dos itens oriundos da Ata de Registro de Preços nº 009/2026, visando suprir as demandas da rede municipal de ensino de Dormentes/PE. PRAZO DE VIGENCIA: 14/08/2026 à 13/08/2027. VALOR GLOBAL: R$ 49.520,00 (quarenta e nove mil, quinhentos e vinte reais).

DORMENTES - PE, 14 de agosto de 2026.

FRANCISCO AUGUSTO SANTANA DE MACEDO,
Secretaria Municipal de Educação;

Publicado por:
Samila Rodrigues Purificação
Código Identificador:8C4927D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DO DECIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°003-PMD/2022

Processo Administrativo nº 002-PMD/2023, Tomada de preço nº 002-PMD/2022, contrato n.º 003-PMD/2022, Contratante: MUNICIPIO DE DORMENTES, CNPJ: 35.667.377/0001-83, Contratada: GEODAVE ALBUQUERQUE DE SOUZA EIRELE-ME, CNPJ: 08.051.919/0001-16, OBJETO: Resolvem prorrogar o prazo contratual previsto na cláusula oitava, por mais 120 (cento e vinte) dias. PRAZO DE VIGENCIA: 03/06/2026 à 02/10/2026.

Dormentes-PE, 02 de junho de 2026.

JEOLANDIO JOSE COELHO,
Secretário Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Recursos Hidricos.

Publicado por:
Samila Rodrigues Purificação
Código Identificador:D8165524

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SALDO N°061/2026

Processo Administrativo nº 064/2025, Pregão Eletrônico Nº 017/2025, CONTRATO Nº 061/2026, Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ: 30.951.247/0001-54. Contratada: NEIDE JANE DO NASCIMENTO RODRIGUES 07929440460, CNPJ nº 31.593.090/0001-03. OBJETO: Fica alterado a Cláusula primeiro do instrumento contratual, acrescentando 25% nas quantidades de cada item, para atender as necessidades da secretaria Municipal de Educação do Município de Dormentes. Conforme tabela em anexo a esse termo de aditivo. Fica alterada a Cláusula primeira do instrumento contratual, Acréscimo ao valor do contrato a quantia de R$ 2.872,13 (dois mil, oitocentos e setenta e dois reais e treze centavos). PRAZO DE VIGENCIA: 30/06/2026 à 29/12/2026.

DORMENTES - PE, 30 de junho de 2026.

MARIA DO SOCORRO COEHO DE SOUSA,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Samila Rodrigues Purificação
Código Identificador:AE82949C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SALDO N°062/2026

Processo Administrativo nº 064/2025, Pregão Eletrônico Nº 017/2025, CONTRATO DE SALDO N° 062/2026, Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ: 30.951.247/0001-54. Contratada: ALL PRIME DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 53.381.135/0001-00. OBJETO: Fica alterado a Cláusula primeiro do instrumento contratual, acrescentando 25% nas quantidades de cada item, para atender as necessidades da secretaria Municipal de Educação do Municipio de Dormentes. Conforme tabela em anexo a esse termo de aditivo. Fica alterada a Cláusula primeira do instrumento contratual, Acrescimo ao valor do contrato a quantia de R$ 40.286,81 (quarenta mil duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e um centavos). PRAZO DE VIGENCIA: 30/06/2026 à 29/12/2026.

DORMENTES - PE, 30 de junho de 2026.

MARIA DO SOCORRO COEHO DE SOUSA,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Samila Rodrigues Purificação
Código Identificador:72C7BC8B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SALDO N°064/2026

Processo Administrativo nº 025/2025, Pregão Eletrônico Nº 007/2025, CONTRATO DE SALDO N°064/2026, Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.207.731/0001-29, Contratada: RC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 48.722.366/0001-09. OBJETO: Fica alterado a Cláusula terceira do instrumento contratual, acrescentando 25% nas quantidades de cada item, para atender as necessidades das secretarias de saúde. Conforme tabela em anexo a esse termo de aditivo. Fica alterada a Cláusula terceira do instrumento contratual, Acrescimo ao valor do contrato a quantia de R$ 103.453,51 (cento e três mil quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e um centavos), passando o valor total a ser de R$ 517.267,56 (quinhentos e dezessete mil duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos). PRAZO DE VIGENCIA: 07/07/2026 à 03/07/2027.

DORMENTES - PE, 07 de julho de 2026.

MARIA PATRICIA DO NASCIMENTO,
Secretaria Municipal de Saúde;

Publicado por:
Samila Rodrigues Purificação
Código Identificador:DBAB3D9F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SALDO N°065/2026

Processo Administrativo nº 025/2025, Pregão Eletrônico Nº 007/2025, CONTRATO DE SALDO N°065/2026, Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.207.731/0001-29, Contratada: BIGMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 46.702.442/0001-80. OBJETO: Fica alterado a Cláusula terceira do instrumento contratual, acrescentando 25% nas quantidades de cada item, para atender as necessidades das secretarias de saude.Conforme tabela em anexo a esse termo de aditivo. Fica alterada a Cláusula terceira do instrumento contratual, Acrescimo ao valor do contrato a quantia de R$ 141.292,49 (cento e quarenta e um mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta e nove centavos), passando o valor total a ser de R$ 706.462,48 (setecentos e seis mil quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos). PRAZO DE VIGENCIA: 03/07/2026 à 02/07/2027. PRAZO DE VIGENCIA: 07/07/2026 à 03/07/2027.

DORMENTES - PE, 07 de julho de 2026.

MARIA PATRICIA DO NASCIMENTO,
Secretaria Municipal de Saúde;

Publicado por:
Samila Rodrigues Purificação
Código Identificador:E7C50A5E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°033/2025

Processo Licitatório Nº 030/2025, CREDENCIAMENTO Nº. 003/2025, Contrato Nº 033/2025, Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.207.731/0001-29, Contratada: MARCOS MACEDO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ (MF) SOB O N° 57.320.555/0001-38. OBJETO: Resolvem prorrogar o prazo contratual previsto na cláusula segunda. PRAZO DE VIGENCIA: 22/04/2026 à 21/04/2027.

Dormentes-PE, 22 de abril de 2026.

MARIA PATRICIA DO NASCIMENTO,
Secretaria Municipal de Saúde.

Publicado por:
Samila Rodrigues Purificação
Código Identificador:38D16D85

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 056/2024

Processo administrativo nº036/2024, Processo Licitatorio nº 013/2024, concorrencia eletronica nº 003/2024, Contrato nº 056/2024, Contratante: MUNICIPIO DE DORMENTES, CNPJ:35.667.377/0001-83, Contratada: SOUZA E REIS CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 26.780.152/0001-48. Objeto: Resolvem prorrogar o prazo contratual previsto na Cláusula terceira. Vigência: 15/08/2026 à 14/08/2027,

Dormentes-PE, 11 agosto de 2026.

JEOLANDIO JOSÉ COELHO,
Secretario Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente e Recursos Hidricos.

Publicado por:
Samila Rodrigues Purificação
Código Identificador:9ED9CBDC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°060/2025

Processo Administrativo Nº 039/2025, Pregão Eletrônico Nº 012/2025, CONTRATO Nº 060/2025, Contratante: MUNICIPIO DE DORMENTES, CNPJ**: 35.667.377/0001-83. Contratada**: POSTO REIS LTDA, CNPJ nº. 70.082.243/0002-82; OBJETO: A prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 060/2025 pelo período de 02 (dois) meses; 11/07/2026 à 10/09/2026. O acréscimo quantitativo de 20% (vinte por cento) do Item 01, correspondente a 34.050 (trinta e quatro mil e cinquenta) litros, considerando o quantitativo originalmente contratado de 170.250 (cento e setenta mil duzentos e cinquenta) litros; o acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) do Item 03, correspondente a 75.000 (setenta e cinco mil) litros, considerando o quantitativo originalmente contratado de 300.000 (trezentos mil) litros; o acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) do Item 03, correspondente a 75.000 (setenta e cinco mil) litros, considerando o quantitativo originalmente contratado de 300.000 (trezentos mil) litros; O valor correspondente aos acréscimos quantitativos previstos neste Termo Aditivo é de R$ 814.410,00 (oitocentos e quatorze mil, quatrocentos e dez reais).

Dormentes-PE, 11 de julho de 2026.

GEOMARCO COELHO DE SOUSA FILHO,
Secretaria Municipal de Agricultura, Governo e Inovação;

MARIA PATRICIA DO NASCIMENTO,
Secretaria Municipal de Saúde;

JOSEANE DAMASCENO DE ASSIS DE SOUSA,
Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação, Fundo Dos Direitos da Criança e do Adolescente**.**

Publicado por:
Samila Rodrigues Purificação
Código Identificador:81D0E421

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO a ATA nº 37/2025, oriundo do Processo Administrativo nº 026/2025 – Pregão Eletrônico nº 019/2025, celebrado com a empresa ALL PRIME DISTRIBUIDORA LTDA.
O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José Clementino Rodrigues Coelho, Centro –Dormentes/PE, representada pela a Secretária, Sra. Maria Patrícia do Nascimento, com fundamento no art. 136, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, resolve apostilar o ATA nº 031/2025, para inclusão de dotação, conforme disposto abaixo:

UNIDADE	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
Unidade Orçamentária	02.03.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional Programática	10.301.0012.2345	Execução de Emenda Parlamentar Individual (PAP) nº 38130002
	10.302.0012.2346	Execução de Emenda Parlamentar Comissão (MAC) nº 50410001
	10.302.0012.2347	Execução de Emenda Parlamentar Individual (MAC) nº 38130001
	10.302.0012.2348	Execução de Emenda Programa (MAC)
Elemento da Despesa	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Fonte do Recurso	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do ATA nº 031/2025.

Dormentes/PE, 02 de julho de 2026.

MARIA PATRÍCIA DO NASCIMENTO
Secretaria Municipal De Saúde

Publicado por:
Samila Rodrigues Purificação
Código Identificador:8CDF035D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ESCADA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 016/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 252/2025.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 12.102.545/0001-98. **CONTRATADA: LN DE FIGUEIREDO SILVA IMPRESSÃO EPP**, CNPJ nº 29.250.038/0001-02. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 03 (três) meses, iniciando-se no dia 06 de junho de 2026, encerrando-se no dia 03 de setembro de 2026. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 27 de maio de 2026.

GERLANE ALVES NOGUEIRA
Secretária Municipal de Assistência Social
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:A6B93150

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 016/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 256/2025.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 12.102.545/0001-98. **CONTRATADA: VDL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 13.292.885/0001-91. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 03 (três) meses, iniciando-se no dia 06 de junho de 2026, encerrando-se no dia 03 de setembro de 2026. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 27 de maio de 2026.

GERLANE ALVES NOGUEIRA
Secretária Municipal de Assistência Social
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:416E41D3

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 044/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 323/2025.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA E DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 12.102.545/0001-98. **CONTRATADA: SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**, CNPJ nº 51.659.136/0001-49. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando-se no dia **18 de julho de 2026,** encerrando-se no dia **17 de julho de 2027.** As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 15 de julho de 2026.

GERLANE ALVES NOGUEIRA
Secretária Municipal de Assistência Social
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:8139A2BA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 016/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 250/2025.

Objeto: **R REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 26.896.517/0001-02. **CONTRATADA: LN DE FIGUEIREDO SILVA IMPRESSÃO EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.250.038/0001-02. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 03 (TRÊS) meses, iniciando-se no dia **06 de junho de 2026**, encerrando-se no dia **03 de setembro de 2026**. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 27 de maio de 2026.

MARIA APARECIDA A. SANTOS
Secretária Municipal de Educação
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:734D40F4

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 016/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 254/2025.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 26.896.517/0001-02. **CONTRATADA: VDL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 13.292.885/0001-91. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 03 (três) meses, iniciando-se no dia 06 de junho de 2026, encerrando-se no dia 03 de setembro de 2026. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 27 de maio de 2026.

MARIA APARECIDA A. SANTOS
Secretária Municipal de Educação
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:6808D32F

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 044/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 321/2025.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA E DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 26.896.517/0001-02. **CONTRATADA: SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**, CNPJ nº 51.659.136/0001-49. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando-se no dia **18 de julho de 2026,** encerrando-se no dia **17 de julho de 2027.** As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 15 de julho de 2026.

MARIA APARECIDA A. SANTOS
Secretária Municipal de Educação
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:0E261198

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESCADA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026 - PL Nº 079/2026
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DO DIGITALIZADOR DE IMAGENS DO APARELHO DE RAIO X DA MARCA: CARESTREAM / CR VITA FLEX, MODELO: DRYVIEW 5700, COM SUBSTITUIÇÃO DAS PEÇAS, PERTENCENTE AO HOSPITAL MUNICIPAL DR. BENÉVOLO WANDERLEY DO AMARAL DO MUNICIPIO DE ESCADA/PE.** VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: **R$ 20.500,00**. **Acolhimento das propostas: do 18/08/2026 ao dia 21/08/2026 até às 09HS00MIN, através do E-mail:** Edital.escada@gmail.com O Aviso de dispensa e seus Anexos encontram-se disponibilizado sem ônus através do site: https://www.escada.pe.gov.br/ www.bnc.org.br ou por email: edital.escada@gmail.com

Escada PE, 17 de Agosto de 2026.

NARA PATRÍCIA PONTES LEMOS DE BARROS
Secretária de Saúde e de Saneamento
Ordenadora de Despesas

Publicado por:
Joyce de Barros Figueiredo
Código Identificador:C23AFC8E

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESCADA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 016/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 251/2025.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 10.291.311/0001-00. **CONTRATADA: L N DE FIGUEIREDO SILVA IMPRESSÃO EPP**, CNPJ nº 29.250.038/0001-02. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 03 (três) meses, iniciando-se no dia 06 de junho de 2026, encerrando-se no dia 03 de setembro de 2026. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 27 de maio de 2026.

NARA PATRÍCIA P. L. BARROS
Secretária Municipal de Saúde
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:F1F8FCA1

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESCADA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 016/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 255/2025.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 10.291.311/0001-00. **CONTRATADA: VDL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 13.292.885/0001-91. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 03 (três) meses, iniciando-se no dia 06 de junho de 2026, encerrando-se no dia 03 de setembro de 2026. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 27 de maio de 2026.

NARA PATRÍCIA P. L. BARROS
Secretária Municipal de Saúde
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:349F0870

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESCADA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 044/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 322/2025.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA E DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 10.291.311/0001-00. **CONTRATADA: SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**, CNPJ nº 51.659.136/0001-49. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando-se no dia **18 de julho de 2026,** encerrando-se no dia **17 de julho de 2027.** As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 15 de julho de 2026.

NARA PATRÍCIA P. L. BARROS
Secretária Municipal de Saúde
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:06A089EA

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 249/2025.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 11.294.303/0001-80. **CONTRATADA: LN DE FIGUEIREDO SILVA IMPRESSÃO EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.250.038/0001-02. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 03 (TRÊS) meses, iniciando-se no dia **06 de junho de 2026**, encerrando-se no dia **03 de setembro de 2026**. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 27 de maio de 2026.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:2D7D2A68

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 016/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 253/2025.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 11.294.303/0001-80. **CONTRATADA: VDL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 13.292.885/0001-91. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 03 (três) meses, iniciando-se no dia 06 de junho de 2026, encerrando-se no dia 03 de setembro de 2026. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 27 de maio de 2026.

JANDELSON GOUVEIA DASILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:29AC0DA6

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 044/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 320/2025.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA E DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 11.294.303/0001-80. **CONTRATADA: SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**, CNPJ nº 51.659.136/0001-49. **PRAZO:** A prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando-se no dia **18 de julho de 2026,** encerrando-se no dia **17 de julho de 2027.** As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Escada/PE, 15 de julho de 2026.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:604D1909

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE EXU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO JULGAMENTO - PEGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE

AVISO DE LICITAÇÃO – JULGAMENTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE, por meio de seu Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **02/09/2026, às 11:00 horas**, o recebimento e abertura dos envelopes do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026**, visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS EM ROCHAS CRISTALINAS, NO MUNICIPIO DE EXU-PE,** nos moldes da Lei nº. 14.133/2021. Valor Máximo Estimado R$ 59.481,36 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos). Os interessados devem adquirir o Edital no site: www.licitardigital.com.br ou ainda junto ao Setor de Licitação, na Rua Eufrásio Alencar, 13 – Centro – Exu-PE, das 8:00 às 13:00 horas.

PEDRO JAIR GONÇALVES JUNIOR
Pregoeiro

Publicado por:
Pedro Jair Gonçalves Junior
Código Identificador:6133BF94

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO JULGAMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE

AVISO DE LICITAÇÃO – JULGAMENTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU-PE, por meio de seu Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **02/09/2026, às 09:00 horas**, o recebimento e abertura dos envelopes do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026**, visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE EXU-PE,** nos moldes da Lei nº. 14.133/2021. Valor Máximo Estimado R$ 36.690,54 (trinta e seis mil, seiscentos e noventa reais e cinquenta e quatro centavos). Os interessados devem adquirir o Edital no site: www.licitardigital.com.br ou ainda junto ao Setor de Licitação, na Rua Eufrásio Alencar, 13 – Centro – Exu-PE, das 8:00 às 13:00 horas.

PEDRO JAIR GONÇALVES JUNIOR
Pregoeiro

Publicado por:
Pedro Jair Gonçalves Junior
Código Identificador:24B691FE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO 401/2026 - PROCESSO 016/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 015/2026

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE EXU-PE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 401/2026, PROCESSO LICITATÓRIO N° 016/2026, PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2026, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E DEMAIS ÓRGÃO LIGADOS AO MESMO, CONFORME TR, Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE EXU-PE, Contratado: LUMAGE & CONSTRUCAO LTDA – ME, CNPJ: 08.637.028/0001-46, Valor: R$ 584.877,41 (Quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e um centavos), Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, Data de assinatura: 17/08/2026.

TÂMARA MARIA SILVA SANTOS
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Rejane Gomes Feitosa Soares
Código Identificador:57F4392C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESULTADO DE SESSÃO PÚBLICA- PROCESSO 016/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 015/2026

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE EXU-PE

RESULTADO DE SESSÃO PÚBLICA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 016/2026, PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2026 – Abertura realizada em 17/08/2026 às 09:00h. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E DEMAIS ÓRGÃO LIGADOS AO MESMO, CONFORME TR**. Licitante Vencedor: LUMAGE & CONSTRUCAO LTDA – ME, CNPJ nº 08.637.028/0001-46, Rua Coronel Manoel Aires, 189 – Centro – Exu-PE. Maiores informações com o Setor de Licitação do Fundo Municipal de Saúde de Exu-PE, localizado na Rua Eufrásio Alencar, nº 13 – Centro – Exu – PE.

Exu (PE), 17 de agosto de 2026.

PEDRO JAIR GONÇALVES JUNIOR
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Rejane Gomes Feitosa Soares
Código Identificador:69952BCC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 016/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2026

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE EXU-PE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 016/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO, A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Exu-PE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Assessor Jurídico do Município, resolve: ADJUDICAR o presente Pregão Eletrônico nestes termos: PROCESSO LICITATÓRIO N° 016/2026, Modalidade: Pregão Eletrônico, Número da modalidade: 015/2026, Data da Adjudicação: 17/08/2026, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E DEMAIS ÓRGÃO LIGADOS AO MESMO, CONFORME TR. Licitante Vencedor: LUMAGE & CONSTRUCAO LTDA – ME, CNPJ nº 08.637.028/0001-46, End.: Rua Coronel Manoel Aires, 189 – Centro – Exu-PE, Valor: R$ 584.877,41 (Quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e um centavos).

Exu-PE, em 17 de agosto de 2026.

TÂMARA MARIA SILVA SANTOS
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Rejane Gomes Feitosa Soares
Código Identificador:8FF19259

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 016/2026
PREGÃO 015/2026

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE EXU-PE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no artigo 17, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, acolhendo a decisão do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, ***HOMOLOGA*** o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO N° 016/2026, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2026, para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E DEMAIS ÓRGÃO LIGADOS AO MESMO, CONFORME TR**, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos, HOMOLOGANDO vencedora a proposta apresentada pela empresa: LUMAGE & CONSTRUCAO LTDA – ME, CNPJ nº 08.637.028/0001-46, Rua Coronel Manoel Aires, 189 – Centro – Exu-PE, Valor: R$ 584.877,41 (Quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e um centavos).

Exu (PE), 17 de agosto de 2026.

TÂMARA MARIA SILVA SANTOS
Gestora do Fundo Municipal de Saúd

Publicado por:
Rejane Gomes Feitosa Soares
Código Identificador:2B812C7E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE FLORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES
AVISO DE LICITAÇÃO PMF - PROC. 042/2026

PROCESSO PMF Nº 042/2026 - PMF CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PMF Nº 008/2026. Comissão: CPL - Objeto Nat.: Serviços – Objeto: **Contratação de empresa de engenharia para a Manutenção preventiva e corretiva das Escolas Municipais no Município de Flores/PE.** Valor máximo aceitável para o certame: **R$ 641.923,16 (seiscentos e quarenta e um mil novecentos e vinte e três reais e dezesseis centavos).** Início do acolhimento das propostas**: 18/08/2026 às 18:00**. Data limite para impugnação e pedido de esclarecimento: **28/08/2026 às 23:59hs**, data final cadastramento das propostas e envio da Documentação de Habilitação: **02/09/2026 às 07h00min**, em virtude do processo ser julgado por inversão de fases Início da sessão de Disputa será dia **04/09/2026 às 13h00min.** (horário de Brasília). Seguindo a Lei 14.133/21 o julgamento ocorrerá pelo Portal de ComprasBR estando disponível no site: **www.comprasbr.com.br**. Mais informações podem ser obtidas diretamente na sala da Local e data da Abertura da Sessão: Na sala de licitações no 1º andar da Prefeitura Municipal de Flores localizada na Praça Dr. Santana Filho, nº 01, Centro, Flores/PE, no horário de 8:00h às 13:00h de segunda a sexta-feira, ou pelo e-mail: cplflores2024@hotmail.com e no site www.flores.pe.gov.br

Flores/PE, 17 de Agosto de 2026.

NASSON ALEXANDRE BEZERRA NETO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Nasson Alexandre Bezerra Neto
Código Identificador:38EB5793

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES
PORTARIA Nº 164/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORES, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal:
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER **Licença Médica** ao servidor abaixo relacionado**,** mediante Laudo da Junta Médica, efetuada em 12 de agosto do corrente ano, conforme relacionado abaixo:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	SITUAÇÃO LICENÇA
YLANA FRANCISCA DE	ASG	SERVIDORA DEVERÁ SE

SOUZA NASCIMENTO MATRÍCULA 995898		AFASTAR DE SUAS ATIVIDADES POR 60 DIAS A PARTIR DE 07/08/2026
NECIVALDO LOPES DE LIMA MATRÍCULA 402	PROFESSOR	SERVIDOR DEVERÁ SE AFASTAR DE SUAS ATIVIDADES POR 60 DIAS A PARTIR DE 06/08/2026

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se.

Flores – PE, em 17 de agosto de 2026.

CICERO GILBERTO CAVALCANTI RIBEIRO
Prefeito

Publicado por:
Adalto Sidney de Lima
Código Identificador:E54DB2A4

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GARANHUNS

COMSEAS
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

Dispõe sobre Presidente e vice do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - COMSEAS.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL – COMSEAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Lei Municipal nº 5.237, de 23 de abril de 2024**, e considerando a deliberação aprovada em Assembleia Geral Ordinária,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam eleitos e designados, conforme deliberação da **20ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – COMSEAS**, realizada em **23 de abril de 2026**, para exercerem as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho, como representantes da sociedade civil:
I – Presidente: Luis Sebastião de Figueiredo Lima Junior;
II – Vice-Presidente: Carla Calado de Vasconcelos.

Art. 2º Compete ao Presidente e ao Vice-Presidente exercer as atribuições previstas na legislação municipal, no Regimento Interno e nas demais normas aplicáveis ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – COMSEAS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de **23 de abril de 2026**.

Garanhuns, 24 de abril de 2026.

LUIS SEBASTIÃO DE FIGUEIREDO LIMA JUNIOR
Presidente COMSEAS – Garanhuns

Publicado por:
Paulo Sérgio Matos de Almeida
Código Identificador:74BFD551

IPSG - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE GARANHUNS
PORTARIA Nº 037/2026 - PREV

Portaria Nº 037/2026 - PREV

"Dispõe sobre a Concessão de Benefício de Aposentadoria por Invalidez em favor do(a) Sr.(a) RICARDO SEVERINO DE OLIVEIRA".

A PRESIDENTE E A DIRETORA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS - IPSG, ESTADO DE PERNAMBUCO, em conformidade com o Artigo 31, incisos I, alínea K da Lei Municipal 3891/2013;

RESOLVEM:

Art. 1º -Conceder o benefício de **Aposentadoria por Invalidez com proventos integrais** a(o) servidor(a) **RICARDO SEVERINO DE OLIVEIRA**, no Cargo de Professor(a) Universitário, mestrado, Tabela I da Lei Municipal nº 5433/2025, Lotado(a) na Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns - AESGA, Matrícula Funcional nº 277-1, portador do RG n° 4.072.621 SDS/PE e CPF/MF n° 018.532.744-37, lotado(a) na Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns - AESGA,, desta municipalidade, em conformidade com o Artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação determinada pela Emenda Constitucional n° 41/2003, c/c o Artigo 34 da Lei Municipal nº 3891/2013 **(sem paridade).**

Art. 2º - Esta portaria produzirá efeitos retroativos a partir de **01 de agosto de 2026**, revogadas as disposições em contrário

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Garanhuns, 17 de agosto de 2026.

JORDANA BARROS DE ABREU	***CLAUDOMIRA DE ANDRADE MORAIS FERREIRA***
Diretora de Previdência Social	Presidente do IPSG
Portaria nº 004/2025– GAB/IPSG	Portaria nº 019/2025 – GP
Mat. 84.253	Mat. 84.249

Publicado por:
Emanuelle Tenorio
Código Identificador:E6C78121

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
CONCESSÃO DE LICENÇA/AUTORIZAÇÃO

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal torna público que foi deferido em 19/06/2026, a Licença de Regularização de Operação (LRO) de nº 300/2026 com validade de 01 (Um) ano para GASTROMED SERVICOS MEDICOS E DIAGNOSTICOS LTDA, CPF/CNPJ: 16.846.976/0002-09, referente à Clínica médicas e similares, sem procedimentos cirúrgicos. Porte MÉDIO e potencial poluidor BAIXO localizado na Av Santa Rosa,856, Heliópolis, Garanhuns – PE.

NEILTON CAVALCANTE SILVA FALCÃO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal torna público que foi deferido em 15/07/2026, a Licença Ambiental Municipal Prévia (LP) de nº 301/2026 com validade de 01 (Um) ano para GILBERTO JUNIOR FERREIRA PINTO & CIA. LTDA, CPF/CNPJ: 18.474.033/0001-39, referente à Conjuntos Habitacionais. Porte PEQUENO e potencial poluidor MÉDIO, localizado no Sítio São Vicente confrontando-se da maneira seguinte: ao norte, com o lote 8/11548; ao sul, com o lote 8/11555; e ao leste, com o lote 8/11555; e ao oeste, com o lote 8/11548 e estrada secundária.

NEILTON CAVALCANTE SILVA FALCÃO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal torna público que foi deferido em 16/07/2026, a Licença Ambiental Municipal de Operação (LO) de nº 302/2026 com validade de 01 (Um) ano para 26.167.363 LTDA, CPF/CNPJ: 26.167.363/0001-00, referente à Imunização e controle de pragas urbanas. Porte MICRO e potencial poluidor ALTO localizado na Rua Doutor Jardim, 54, Santo Antônio, Garanhuns – PE.

NEILTON CAVALCANTE SILVA FALCÃO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal torna público que foi deferido em 17/07/2026, a Licença Ambiental Municipal Simplificada (LS) de nº 303/2026 com validade de 02 (Dois) anos para V. RAMOS DE BRITO CESAR, CPF/CNPJ: 20.784.421/0001-68, referente à Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores. Porte MICRO e potencial poluidor MÉDIO localizado na Avenida Caruaru, 475, São José, Garanhuns – PE.

NEILTON CAVALCANTE SILVA FALCÃO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal torna público que foi deferido em 17/07/2026, a Autorização Ambiental (AA) de nº 304/2026 com validade de 02 (Dois) anos para NEOENERGIA PERNAMBUCO, CPF/CNPJ: 10.835.932/0001-08, referente à poda de árvores em áreas urbanas e rurais deste município, nos casos de conflito com a rede elétrica, devendo ser adotadas as normas técnicas e boas práticas de manejo arbóreo.

NEILTON CAVALCANTE SILVA FALCÃO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal torna público que foi deferido em 20/07/2026, a Licença Ambiental Municipal Simplificada (LS) de nº 305/2026 com validade de 01 (Um) ano para R E INDUSTRIA E COMERCIO DE RACOES LTDA, CPF/CNPJ: 40.884.611/0001-64, referente à Fabricação de alimentos e pratos prontos (Fabricação de alimentos para animais). Porte PEQUENO e potencial poluidor BAIXO, localizada na Av Projetada, S/N, Boa Vista, Lote Parque Alvorada II Ampliacao Quadra2c C Lote 09, Garanhuns-PE.

NEILTON CAVALCANTE SILVA FALCÃO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal torna público que foi deferido em 20/07/2026, a Licença Ambiental Municipal Simplificada (LS) de nº 306/2026 com validade de 01 (Um) ano para ASSOCIACAO MORADORES DOS BAIRROS PARQUE FENIX E MAE RAINHA, CPF/CNPJ: 65.888.242/0001-09, referente à clínica médica e similares, sem procedimentos cirúrgicos (atividades de consultas). Porte MICRO e potencial poluidor BAIXO localizado na Rua Dr Esdras Cabral de Lima, 182, Severiano de Moraes Filho, Garanhuns – PE.

NEILTON CAVALCANTE SILVA FALCÃO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal torna público que foi deferido em 20/07/2026, a Licença Ambiental Municipal Simplificada (LS) de nº 307/2026 com validade de 01 (Um) ano para KARLA DAYSIANE DE ASSUNCAO E CIA LTDA, CPF/CNPJ: 34.863.435/0001-81, referente à atividades similares (comércio de roupas infantis). Porte PEQUENO e potencial poluidor BAIXO, localizado na Rua Barão do Rio Branco, S/N, Santo Antônio, Garanhuns – PE.

NEILTON CAVALCANTE SILVA FALCÃO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal torna público que foi deferido em 20/07/2026, a Licença de Regularização de Operação (LRO) de nº 308/2026 com validade de 01 (Um) ano para CYNTHIA ARAUJO DA SILVA, CPF/CNPJ: 34.863.435/0001-81, referente à Laboratório de análise clínica. Porte MICRO e potencial poluidor ALTO, localizado na R Desembargador Joao Paes, 210, Sala 2, Boa Vista, Garanhuns – PE.

NEILTON CAVALCANTE SILVA FALCÃO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal

Publicado por:
Paulo Sérgio Matos de Almeida
Código Identificador:DB58A2B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Secretaria de Educação do Município de Garanhuns, por meio deste, convoca as empresas do ramo interessadas a apresentarem **COTAÇÃO DE PREÇOS**, com vistas à pretensa contratação de empresa especializada para aquisição de material permanente. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LÚDICOS.**

Os interessados que necessitarem da planilha/modelo para elaboração da cotação deverão solicitá-la por meio do endereço eletrônico indicado neste Aviso **no prazo máximo de 3 (três) dias úteis**, contados da data de publicação. seduclicitacaogus@gmail.com.

Após o envio da planilha/modelo pela Administração Pública, o fornecedor interessado terá **3 (três) dias úteis**, contados da data de seu recebimento, para encaminhar a proposta devidamente preenchida e assinada. A proposta poderá ser apresentada tanto na planilha/modelo disponibilizada pela Administração quanto em modelo próprio da empresa, desde que atenda às exigências deste Aviso.

A ausência de solicitação da planilha dentro do prazo estabelecido implicará a **desclassificação** do interessado, por preclusão do direito de participação. Da mesma forma, o não encaminhamento da proposta preenchida no prazo de 3 (três) dias úteis, contado do recebimento da planilha, acarretará a **desclassificação** do fornecedor, sem prejuízo do regular prosseguimento do procedimento.

A fixação dos referidos prazos visa assegurar a observância dos princípios da isonomia, da competitividade, da eficiência e da segurança jurídica, garantindo igualdade de condições entre todos os interessados. Ressalta-se, ainda, que a Administração Pública exerce o poder-dever de autotutela administrativa, podendo, a qualquer tempo, anular seus próprios atos quando constatada ilegalidade ou vício que comprometa a regularidade do procedimento, nos termos da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal e da legislação aplicável.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretária de Educação
Portaria 015/2025
Matrícula 5324/7091

Publicado por:
Maria Luiza Caetano Ferreira
Código Identificador:A222DFDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 026 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

EMENTA: NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO VISANDO A APURAÇÃO DA A INEXECUÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DA EMPRESA BLESS INDÚSTRIA BRASILEIRA DE COSMÉTICOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 14.934.850/0001-71, EM RAZÃO DO CONTRATO Nº 246/2023 – CPLC, REFERENTE AO PROCESSO

LICITATÓRIO Nº 096/2023, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2023, CUJO O OBJETO É A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL PARA AS CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GARANHUNS.

A **Secretária de Educação do Município de Garanhuns/PE**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco e pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a inexecução do instrumento contratual por parte da Bless Indústria Brasileira de Cosméticos LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.934.850/0001-71, em razão do Contrato nº 246/2023 – CPLC, referente ao Processo Licitatório Nº 096/2023, Modalidade Pregão Eletrônico Nº 076/2023, cujo o objeto é a aquisição de materiais de higiene pessoal para as creches da Rede Municipal de Ensino de Garanhuns.

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 707/2026 da Diretoria de Monitoramento da Secretaria de Educação de Garanhuns, sobre a inexecução contratual por parte da Empresa da Bless Indústria Brasileira de Cosméticos LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.934.850/0001-71.

CONSIDERANDO a necessidade de observância dos princípios constitucionais que regem a atividade da Administração Pública insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, bem como o disposto no art.11 da lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e o dever de zelar pelo Património Público;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Helder Junior Batista Costa** (Mat. 11.891), inscrito no CPF nº 339.568.648-59, com cargo de Supervisor Educacional e, lotado na Secretaria de Educação de Garanhuns, para a **Presidência da Comissão de Processo Administrativo Sancionador nº 003/2026**.

Art. 2º. Designar o servidor **Janse Ricardo Reis Ferreira** (Mat. 09291), assistente administrativo, para compor a Comissão de Processo Administrativo Sancionador na qualidade de 1º Secretário.

Art. 3º. Designar o servidor **Macdavile Santos Vilela de Souza** (Mat. 7215) agente de disciplina, para compor a Comissão de Processo Administrativo Sancionador na qualidade de 2º Secretário.

Art. 4°. Definir a competência da Secretária de Educação de Garanhuns, **Wilza Alexandra de Carvalho Rodrigues Vitorino**, para, ao final dos trabalhos da presente Comissão de Processo Administrativo Sancionador, decidir pela aplicação das penalidades por ventura impostas pela comissão.

Art. 5º. Fixar o prazo de **60 (sessenta) dias** para a conclusão dos trabalhos da comissão, podendo este prazo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias em caso de interesse da Administração Pública.

Art. 6°. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Portaria 015/2025 - GP
Secretária de Educação

Publicado por:
Maria Luiza Caetano Ferreira
Código Identificador:8A3A705E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE ABERTURA

Em 18 de agosto de 2026, eu, WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO, Secretária de Educação, **AUTORIZO** a instauração do **Processo Administrativo Sancionador nº 003/2026**, com a finalidade de apuração do descumprimento contratual por parte da empresa **BLESS INDÚSTRIA BRASILEIRA DE COSMÉTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **14.934.850/0001-71**, em razão do Contrato nº 246/2023 – CPLC, referente ao Processo Licitatório Nº 096/2023, Modalidade Pregão Eletrônico Nº 076/2023, cujo o objeto é a aquisição de materiais de higiene pessoal para atendimento das necessidades das creches da Rede Municipal de Ensino de Garanhuns

Com este fim e para constar, eu, Wilza Alexandra de Carvalho Rodrigues Vitorino, Secretária de Educação do Município de Garanhuns, lavrei o presente termo que vai por mim assinado.

Garanhuns, 18 de agosto de 2026.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Portaria 015/2025 - GP
Secretária de Educação

Publicado por:
Maria Luiza Caetano Ferreira
Código Identificador:2A5D353B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PE N° 009/2026-FME

Pelo presente instrumento, **ADJUDICO E HOMOLOGO**, nos termos da legislação pertinente, especialmente do artigo 71, inciso IV da Lei Federal 14.133/21, e das incumbências estabelecidas pela Lei Municipal nº 3.878/2013, o **Processo Licitatório nº 009/2026**, na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 009/2026**, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, acessórios, insumos e itens de apoio destinados às atividades das bandas marciais das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Garanhuns, conforme quantidades e características existentes nos lotes do processo, e demais condições presentes no termo de referência.

Além disso, destaca-se que o edital do referido certame foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco – AMUPE e Diário de Pernambuco, e enviado para o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, com a abertura definida para o dia 30 de junho de 2026.

Após a realização da disputa e realização de convocação, considerando a manifestação do pregoeiro, que, após análise dos documentos apresentados pelas empresas vencedoras, constatou-se o atendimento de todas as condições previstas no edital, declarando como vencedoras as empresas abaixo relacionadas, nos termos das propostas apresentadas e pelos respectivos valores:

MVB MUSIC LTDA (CNPJ: 39.432.161/0001-90) — **Lote(s):** 18 e 21; **Valor:** R$ 9.402,80 (nove mil, quatrocentos e dois reais e oitenta centavos);

L.C EMPREEDIMENTOS E DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ: 06.349.848/0001-07) — **Lote(s):** 25; **Valor:** R$ R$ 17.100,00 (dezessete mil e cem reais);

Diante do exposto, determino a elaboração dos respectivos contratos em favor das supracitadas empresas. Por fim, autorizo a publicação deste termo de adjudicação e homologação no Diário Oficial dos Municípios e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Garanhuns-PE, 17 de agosto de 2026.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretária de Educação.
Portaria 015/2025-GP

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:2A506D48

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARANHUNS, CNPJ n° 09.342.856/0001-10, através da Secretária de Saúde, torna pública a **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO,** nos termos da legislação pertinente, especialmente do artigo 71, inciso IV da Lei Federal 14.133/21, e das incumbências estabelecidas pela Lei Municipal nº 3.878/2013, o Processo Licitatório nº 005/2026, na Modalidade Pregão Eletrônico nº 005/2026, cujo objeto é a aquisição de equipamento Detector Digital (DR) para Raio-x, destinado ao Centro de Especialidades e Diagnóstico Dr. Luís Lessa, através da Secretaria Municipal de Saúde de Garanhuns/PE
Destaca-se que o edital do referido certame foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco – AMUPE, Diário Oficial da União e Diário de Pernambuco, e enviado Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, em cumprimento à normas estabelecidas pela mesma Lei Federal.

Após a realização da disputa, conforme inserido nas atas de disputa, extraídas do sistema BNC (bnc.org.br), e considerando a manifestação do pregoeiro, que, após análise dos documentos apresentados pelas empresas arrematantes, o qual constatou o atendimento de todas as condições previstas no edital.

Após os devidos trâmites, declarando como vencedora a empresa **FLORESCE MERCANTIL LTDA**(02143789000165), no valor total de R$ 104.507,00 (cento e quatro mil e quinhentos e sete reais).

Compete ressaltar que para o presente certame houve manifestação e interposição recursal, para a qual foi negado provimento, conforme decisão do pregoeiro da disputa (inserido nos autos), datada de 22 de Junho de 2026. Conforme §2º do Art. 165 da Lei 14.133/2021, acompanho a decisão do Agente de Contratação, mantendo a decisão proferida no certame

Diante do exposto, determino a elaboração do contrato em favor da supracitada empresa. Por fim, autorizo a publicação deste termo de adjudicação e homologação no Diário Oficial dos Municípios e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Garanhuns-PE, 22 de Junho de 2026.

CATARINA FÁBIA TENÓRIO FERRO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:B4A25AFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARANHUNS, CNPJ n° 09.342.856/0001-10, através da Secretária de Saúde, torna pública a **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO,** nos termos da legislação pertinente, especialmente do artigo 71, inciso IV da Lei Federal 14.133/21, e das incumbências estabelecidas pela Lei Municipal nº 3.878/2013, o Processo Licitatório nº 007/2026, na Modalidade Pregão Eletrônico nº 007/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município

Destaca-se que o edital do referido certame foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco – AMUPE, Diário Oficial da União e Diário de Pernambuco, e enviado Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, em cumprimento à normas estabelecidas pela mesma Lei Federal.

Após a realização da disputa, conforme inserido nas atas de disputa, extraídas do sistema BNC (bnc.org.br), e considerando a manifestação do pregoeiro, que, após análise dos documentos apresentados pelas empresas arrematantes, o qual constatou o atendimento de todas as condições previstas no edital.

Após os devidos trâmites, foram desclaradas vencedoras as empresas abaixo relacionadas, pelos respectivos valores:

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA(76386283000113) com os lotes: 137, 167, 213 e 226 no valor total de R$ 33.516,00 (trinta e três mil e quinhentos e dezesseis reais).
GAROAMED COMERCIO E DISTRIBUIÇAO DE MEDICAMENTOS LTDA(58690444000186) com os lotes: 141, 161, 243, 286 e 323 no valor total de R$ 85.422,30 (oitenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e dois reais e trinta centavos).
NORD PRODUTOS EM SAUDE LTDA(35753111000153) com o lote: 307 no valor total de R$ 50.050,00 (cinquenta mil e cinquenta reais).
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA(25279552000101) com os lotes: 87, 125, 173 e 186 no valor total de R$ 7.338,00 (sete mil e trezentos e trinta e oito reais).
VITALMED COMÉRCIO DE PRODUTOS E MEDICAMENTOS LTDA(63200525000190) com os lotes: 11, 30, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 88, 104, 105, 113, 123, 147, 239, 258 e 282 no valor total de R$ 219.619,50 (duzentos e dezenove mil e seiscentos e dezenove reais e cinquenta centavos).
VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA(05155425000193) com o lote: 5 no valor total de R$ 675,50 (seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA(02520829000140) com os lotes: 143, 150, 214 e 221 no valor total de R$ 77.075,00 (setenta e sete mil e setenta e cinco reais).
UNI HOSPITALAR LTDA(07484373000124) com o lote: 270 no valor total de R$ 2.604,00 (dois mil e seiscentos e quatro reais).
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS FILIAL SE(09944371000287) com os lotes: 133 e 314 no valor total de R$ 2.610,40 (dois mil e seiscentos e dez reais e quarenta centavos).
VERTICE MEDICAMENTOS LTDA(60146737000149) com os lotes: 15, 63 e 131 no valor total de R$ 44.837,78 (quarenta e quatro mil e oitocentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos).
CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA(08674752000140) com os lotes: 8, 9, 12, 18, 22, 23, 26, 28, 70, 96, 97, 98, 100, 102, 132, 138, 155, 184, 188, 201, 206, 223, 224, 260, 261, 265, 292, 300, 312 e 321 no valor total de R$ 306.422,00 (trezentos e seis mil e quatrocentos e vinte e dois reais).
NOVA MEDICAMENTOS LTDA(41365113000178) com os lotes: 43 e 71 no valor total de R$ 28.250,00 (vinte e oito mil e duzentos e cinquenta reais).
PHARMAPLUS LTDA(03817043000152) com os lotes: 24, 32, 62, 89, 95, 154, 204 e 246 no valor total de R$ 49.560,00 (quarenta e nove mil e quinhentos e sessenta reais).
CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA(40274237000185) com os lotes: 324 e 325 no valor total de R$ 2.265,50 (dois mil e duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).
DROGAFONTE LTDA(08778201000126) com os lotes: 4, 20, 21, 34, 36, 53, 61, 66, 68, 83, 84, 85, 90, 101, 108, 111, 115, 119, 121, 122, 124, 127, 130, 135, 160, 177, 197, 199, 200, 208, 212, 218, 222, 229, 233, 235, 236, 244, 245, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 264, 266, 267, 271, 272, 273, 274, 276, 278, 284, 285, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 304, 305, 306, 308 e 309 no valor total de R$ 933.083,50 (novecentos e trinta e três mil e oitenta e três reais e cinquenta centavos).
YUMED COMERCIO LTDA(48479110000104) com os lotes: 1, 2, 3, 6, 7, 10, 13, 14, 16, 17, 19, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 59, 64, 65, 67, 69, 73, 74, 80, 81, 82, 86, 92, 94, 99, 103, 106, 109, 110, 112, 116, 117, 118,

126, 128, 129, 134, 139, 140, 144, 145, 146, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 163, 165, 166, 171, 174, 176, 178, 180, 183, 185, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 202, 205, 207, 211, 215, 216, 217, 220, 225, 228, 230, 232, 234, 240, 241, 247, 252, 262, 263, 268, 275, 277, 279, 280, 281, 283, 287, 288, 298, 299, 301, 302, 303, 310, 311, 313 e 318 no valor total de R$ 2.286.916,40 (dois milhões e duzentos e oitenta e seis mil e novecentos e dezesseis reais e quarenta centavos).
MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA(20918668000120) com o lote: 316 no valor total de R$ 4.435,20 (quatro mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).
TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA(22862531000126) com os lotes: 55, 58, 60, 93, 148, 149, 170, 203, 209, 210, 227, 231 e 238 no valor total de R$ 202.629,00 (duzentos e dois mil e seiscentos e vinte e nove reais).

O valor total homologado perfaz o montante de R$ 4.337.310,08(quatro milhões e trezentos e trinta e sete mil e trezentos e dez reais e oito centavos).

Para os itens 107, 136, 142, 164, 168, 169, 172, 219, 242, 317, 319, 320 e 322, não acudiram interessados, tratando-se portanto de **itens desertos.**

Para os itens 91, 114, 120, 162, 175, 179, 181, 182, 187, 189, 190, 192, 237, 248, 269 e 315, houveram interessados, contudo, não foram satisfeitas as condições editalícias, tratando-se de **itens fracassados.**

Diante do exposto, determino a elaboração do contrato em favor da supracitada empresa. Por fim, autorizo a publicação deste termo de adjudicação e homologação no Diário Oficial dos Municípios e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Garanhuns-PE, 06 de Julho de 2026.

CATARINA FÁBIA TENÓRIO FERRO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:B5792FD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARANHUNS, CNPJ n° 09.342.856/0001-10, através da Secretária de Saúde, torna pública a **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO,** nos termos da legislação pertinente, especialmente do artigo 71, inciso IV da Lei Federal 14.133/21, e das incumbências estabelecidas pela Lei Municipal nº 3.878/2013, o Processo Licitatório nº 012/2026, na Modalidade Pregão Eletrônico nº 012/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de Materiais Citológicos, com entrega parcelada, destinados as Unidades Básicas de Saúde, utilizados pelos profissionais vinculados ao Departamento de Atenção à Saúde do Município de Garanhuns da Secretaria Municipal de Saúde de Garanhuns/PE, através do Fundo Municipal de Saúde do município.

Destaca-se que o edital do referido certame foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco – AMUPE, Diário Oficial da União e Diário de Pernambuco, e enviado Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, em cumprimento à normas estabelecidas pela mesma Lei Federal.

Após a realização da disputa, conforme inserido nas atas de disputa, extraídas do sistema BNC (bnc.org.br), e considerando a manifestação do pregoeiro, que, após análise dos documentos apresentados pelas empresas arrematantes, o qual constatou o atendimento de todas as condições previstas no edital.

Após os devidos trâmites, foi desclarada vencedora a empresa **MEGAMED COMERCIO LTDA**(05932624000160) com os itens 2 e 3 no valor total de R$ 89.200,00 (oitenta e nove mil e duzentos reais).

Para os itens 1, 4, 5, 6, 7 e 8, houveram interessados, contudo, não foram satisfeitas as condições editalícias, tratando-se de **itens fracassados.**

Diante do exposto, determino a elaboração do contrato em favor da supracitada empresa. Por fim, autorizo a publicação deste termo de adjudicação e homologação no Diário Oficial dos Municípios e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Garanhuns-PE, 10 de Agosto de 2026.

CATARINA FÁBIA TENÓRIO FERRO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:D4ECD321

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2026-FMS

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARANHUNS**, CNPJ n° 09.342.856/0001-10, através do Pregoeiro, torna público aos licitantes e demais interessados que estará retomando os trabalhos inerentes ao **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 006/2026, PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2026**, cujo objeto trata-se do aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à estruturação e ao funcionamento do Centro de Parto Normal – CPN, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Garanhuns/PE. **Data e Hora Da Retomada: 19/08/2026, às 09:00H.** Informações adicionais na sala a CPL, localizada na Rua Siqueira Campos, nº56, Centro - Garanhuns/PE, ou ainda pelo sistema BNC (bnc.org.br), ou ainda pelo e-mail: cplgaranhuns@gmail.com, Fone(87) 3762-5672.

JORGE VELOSO DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:A5B6094B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 009/2026-FMS

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARANHUNS**, CNPJ n° 09.342.856/0001-10, através do Pregoeiro, torna público aos licitantes e demais interessados que estará retomando os trabalhos inerentes ao **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 009/2026, PREGÃO ELETRONICO Nº 009/2026**, cujo objeto trata-se do aquisição de equipamentos hospitalares destinados à estruturação e funcionamento do Centro de Material e Esterilização – CME do Hospital Municipal de Garanhuns/PE, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Garanhuns. **Data e Hora Da Retomada: 19/08/2026, às 10:00H.** Informações adicionais na sala a CPL, localizada na Rua Siqueira Campos, nº56, Centro - Garanhuns/PE, ou ainda pelo sistema BNC (bnc.org.br), ou ainda pelo e-mail: cplgaranhuns@gmail.com, Fone(87) 3762-5672.

JORGE VELOSO DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:8A643048

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Garanhuns/PE, através da Secretaria Municipal de Saúde, vem por meio desta, convocar as empresas do ramo e interessadas em apresentar **COTAÇÃO DE PREÇOS**, com as devidas especificações, quantitativos e valor, visando à pretensa contratação de empresas (s) para **aquisição de fórmula alimentar infantil.** Os seguintes materiais serão destinados para o usuário do Núcleo de Benefícios. A planilha descritiva e demais informações necessárias deverão ser solicitadas através do e-mail cotacao68@gmail.com , em até 03 dias úteis, contados a partir da data desta publicação.

CATARINA FÁBIA TENÓRIO FERRO
Secretária de Saúde.

Garanhuns, 17 de agosto de 2026

Publicado por:
Caroline Cordeiro de Barros Duarte
Código Identificador:D815A174

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 08.674.752/0001-40, VALOR REGISTRADO: R$306.422,00 (trezentos e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:4F8D7E3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 40.274.237/0001-85, VALOR REGISTRADO: R$2.265,50 (dois mil e duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:E2A51657

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 02.520.829/0001-40, VALOR REGISTRADO: R$77.075,00 (setenta e sete mil, setenta e cinco reais).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:7ED78D54

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 76.386.283/0001-13, VALOR REGISTRADO: R$33.516,00 (trinta e três mil e quinhentos e dezesseis reais).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:984CD0CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 25.279.552/0001-01, VALOR REGISTRADO: R$7.338,00 (sete mil e trezentos e trinta e oito reais).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:B52D3469

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: DROGAFONTE LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 08.778.201/0001-26, VALOR REGISTRADO: R$933.083,50 (novecentos e trinta e três mil e oitenta e três reais e cinquenta centavos).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:A033AFEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: GAROAMED COMERCIO E DISTRIBUIÇAO DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 58.690.444/0001-86, VALOR REGISTRADO: R$85.422,30 (oitenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e dois reais e trinta centavos).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:E97DF5CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 20.918.668/0001-20, VALOR REGISTRADO: R$4.435,20 (quatro mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:3C5CFAAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: NORD PRODUTOS EM SAUDE LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 35.753.111/0001-53, VALOR REGISTRADO: R$50.050,00 (cinquenta mil e cinquenta reais).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:89969526

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: NOVA MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 41.365.113/0001-78, VALOR REGISTRADO: R$28.250,00 (vinte e oito mil e duzentos e cinquenta reais).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:2C3EF601

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: PHARMAPLUS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa

Jurídica **– CNPJ nº. 03.817.043/0001-52, VALOR REGISTRADO: R$49.560,00 (quarenta e nove mil e quinhentos e sessenta reais).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:F6604E48

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS FILIAL SE,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 09.944.371/0002-87, VALOR REGISTRADO: R$2.610,40 (dois mil e seiscentos e dez reais e quarenta centavos).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:6D8F403D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 22.862.531/0001-26, VALOR REGISTRADO: R$202.629,00 (duzentos e dois mil e seiscentos e vinte e nove reais).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:67AB3FCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: UNI HOSPITALAR LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 07.484.373/0001-24, VALOR REGISTRADO: R$2.604,00 (dois mil e seiscentos e quatro reais).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:70E81231

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 05.155.425/0001-93, VALOR REGISTRADO: R$675,50 (seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:0E85A06E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: VERTICE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 60.146.737/0001-49, VALOR REGISTRADO: R$44.837,78 (quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:6C7AF22E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços**

para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026-SECP/FMS, com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: VITALMED COMÉRCIO DE PRODUTOS E MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 63.200.525/0001-90, VALOR REGISTRADO: R$219.619,50 (duzentos e dezenove mil e seiscentos e dezenove reais e cinquenta centavos).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:C8E1310C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: YUMED COMERCIO LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 48.479.110/0001-04, VALOR REGISTRADO: R$2.286.916,40 (dois milhões e duzentos e oitenta e seis mil e novecentos e dezesseis reais e quarenta centavos).**

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:8D81CD42

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 012/2026-FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026-FMS. Objeto**: Registro de Preços para a** aquisição de Materiais Citológicos, com entrega parcelada, destinados as Unidades Básicas de Saúde, utilizados pelos profissionais vinculados ao Departamento de Atenção à Saúde do Município de Garanhuns da Secretaria Municipal de Saúde de Garanhuns/PE, através do Fundo Municipal de Saúde do município**. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026-SECP/FMS,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: MEGAMED COMERCIO LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ Nº05.932.624/0001-60. VALOR REGISTRADO:** R$ 89.200,00 (oitenta e nove mil e duzentos reais)

Garanhuns, 10 de Agosto de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:44ED74FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 046/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 006/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026-FMS

CONTRATO Nº 046/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: FLORESCE MERCANTIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.143.789/0001-65. Objeto**: Aquisição de equipamento Detector Digital (DR) para Raio-x, destinado ao Centro de Especialidades e Diagnóstico Dr. Luís Lessa, através da Secretaria Municipal de Saúde de Garanhuns/PE. VALOR: R$104.507,00 (cento e quatro mil e quinhentos e sete reais).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **06 (seis) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 25 de junho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:9349DDE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 047/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 047/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 08.674.752/0001-40,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$306.422,00(trezentos e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:4ADCD39F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 048/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 048/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 40.274.237/0001-85,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da**

Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$2.265,50 (dois mil e duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos). O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:00E6CC07

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 049/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 049/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 02.520.829/0001-40,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$77.075,00 (setenta e sete mil, e setenta e cinco reais).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:759A99C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 050/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 050/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 76.386.283/0001-13,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$33.516,00 (trinta e três mil e quinhentos e dezesseis reais).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:86B70338

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 051/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 051/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 25.279.552/0001-01,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$7.338,00 (sete mil e trezentos e trinta e oito reais).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:FD1F5678

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 052/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 052/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: DROGAFONTE LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 08.778.201/0001-26,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$933.083,50 (novecentos e trinta e três mil e oitenta e três reais e cinquenta centavos).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:58000237

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 053/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 053/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: GAROAMED COMERCIO E DISTRIBUIÇAO DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 58.690.444/0001-86,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de**

medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$85.422,30 (oitenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e dois reais e trinta centavos). O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:FBFEAFD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 054/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 054/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 20.918.668/0001-20,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$4.435,20 (quatro mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:FC0A98B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 055/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 055/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: NORD PRODUTOS EM SAUDE LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 35.753.111/0001-53,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$50.050,00 (cinquenta mil e cinquenta reais).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:E6E28F20

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 056/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 056/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: NOVA MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 41.365.113/0001-78,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$28.250,00 (vinte e oito mil e duzentos e cinquenta reais).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:0E000841

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 057/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 057/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: PHARMAPLUS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 03.817.043/0001-52,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$49.560,00 (quarenta e nove mil e quinhentos e sessenta reais).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:4361D483

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 058/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 058/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS FILIAL SE,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 09.944.371/0002-87,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$2.610,40 (dois mil e seiscentos e dez reais e quarenta centavos).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:9F31CCD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 059/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 059/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 22.862.531/0001-26,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$202.629,00 (duzentos e dois mil e seiscentos e vinte e nove reais).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:22C6C1C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 060/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 060/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: UNI HOSPITALAR LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 07.484.373/0001-24,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$2.604,00 (dois mil e seiscentos e quatro reais).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:268272B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 061/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 061/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 05.155.425/0001-93,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$675,50 (seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:B23A225A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 062/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 062/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: VERTICE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 60.146.737/0001-49,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$44.837,78 (quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:ACA30379

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 063/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 063/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: VITALMED COMÉRCIO DE PRODUTOS E MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 63.200.525/0001-90,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$219.619,50 (duzentos e dezenove mil e seiscentos e dezenove reais e cinquenta centavos).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:D67B9BCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 064/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 064/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: YUMED COMERCIO LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 48.479.110/0001-04,** Objeto**: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos, com entrega parcelada, para atender as necessidades da Central de Abastecimento Farmacêutica– CAF e demais serviços, programas e Unidades Básicas de Saúde da Secretaria de Saúde de Garanhuns-PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município.. VALOR: R$2.286.916,40 (dois milhões e duzentos e oitenta e seis mil e novecentos e dezesseis reais e quarenta centavos).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:C0A78847

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 075/2026-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 012/2026-FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026-FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026-SECP/FMS

CONTRATO Nº 047/2026-SECP/FMS. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 09.342.856/0001-10. CONTRATADA: MEGAMED COMERCIO LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ Nº05.932.624/0001-60.** Objeto**:** aquisição de Materiais Citológicos, com entrega parcelada, destinados as Unidades Básicas de Saúde, utilizados pelos profissionais vinculados ao Departamento de Atenção à Saúde do Município de Garanhuns da Secretaria Municipal de Saúde de Garanhuns/PE, através do Fundo Municipal de Saúde do município. **VALOR:** R$ 89.200,00 (oitenta e nove mil e duzentos reais). O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 6 de julho de 2026.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretário(a) de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:5BFE57B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 051/2021- FMS. Prorrogação da vigência do Contrato referente a prestação de serviços na realização de **EXAMES E CONSULTAS APARELHO RESPIRATÓRIO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE** , conforme tabela DIFERENCIADA. Contratado: **LUIZ ADRIANO DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA** CPF: 922.667.624-00. Nova vigência: 04/11/2026.
CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO.
SECRETÁRIA DE SAÚDE.
PORTARIA 013/2025 GP

Garanhuns, 17 de agosto de 2026

Publicado por:
Caroline Cordeiro de Barros Duarte
Código Identificador:021DC428

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 021/2022- FMS. Prorrogação da vigência do Contrato referente a prestação de serviços na realização de **EXAMES E CONSULTAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (EXAMES CARDIOLÓGICOS)** , conforme tabela DIFERENCIADA. Contratado: **KALYNNE DE HOLANDA CABRAL LABORATÓRIO CLINICO** CNPJ: 44.031.648/0001-09. Nova vigência: 24/05/2027.
CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO.
SECRETÁRIA DE SAÚDE.
PORTARIA 013/2025 GP

Garanhuns, 17 de agosto de 2026

Publicado por:
Caroline Cordeiro de Barros Duarte
Código Identificador:C0458C2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 005/2023- FMS. Prorrogação da vigência do Contrato referente a prestação de serviços na realização de **EXAMES E CONSULTAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: APARELHO CARDIOLÓGICO, DIGESTIVO, E ULTRASSONOGRAFIA**, conforme tabela DIFERENCIADA. Contratado: **MEDICAL CENTER EXAMES COMPLEMENTARES LTDA CNPJ:21.284.487/0004-02**. Nova vigência: 25/08/2027.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO.
SECRETÁRIA DE SAÚDE.
PORTARIA 013/2025 GP

Garanhuns, 17 de agosto de 2026

Publicado por:
Caroline Cordeiro de Barros Duarte
Código Identificador:758B1C39

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
NOTIFICAÇÃO

À
MAXLICITE SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 – SECP/FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 – SECP/FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2026 – SECP/FMS

CONTRATO Nº 038/2026 – SECP/FMS

Sra. Anderson Soares da Silva – Representante Legal

NOTIFICAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da Secretária de Saúde do Município de Garanhuns, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o previsto no **Contrato nº 038/2026 – SECP/FMS**, cujo objeto do presente instrumento contratual se refere ao fornecimento de materiais permanentes diversos (Mobiliário, Material Médico Hospitalar, Equipamentoas de informática e Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos) afim de suprir a demanda de 41 (quarenta e uma) Unidades Básicas de Saúde e Atenção Especializada para atendimento aos serviços sob responsabilidade da Secretaria de Saúde de Garanhuns/PE, através do Fundo Municipal de Saúde do Município, vem, pelo presente, **NOTIFICAR** a empresa **MAXLICITE SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA**, referente as Ordens de Fornecimento nºs 002/2026, 003/2026 e 004/2026, datadas de 13 de julho do ano em curso (13/07/2026).

Saliente-se que referidas ordens de fornecimento foram enviadas à empresa em tela no dia 17 de julho do ano em curso, através do endereço eletrônico constante no instrumento contratual, a saber, maxlicite.vendas@gmail.com

Conforme consta na Cláusula Terceira, item 3.1.3. do contrato em referência, a entrega dos itens se dará em, no máximo, 15 (quinze) dias úteis após o recebimento formal das respectivas Ordens de Fornecimento, por parte da Contratada, salvo, se por motivo justo, esta solicitar prorrogação de prazo e o pedido for aceito pela Contratante. Desta feita, o prazo para entrega das Ordens de Fornecimento retro findou-se em 07 de agosto do ano em curso (07/08/2026).

Nesse sentido, solicitamos as devidas providências para solucionar a entrega dos itens contidos nas ordens de fornecimento em tela, referente ao Contrato nº 038/2026 - SECP/FMS, ao tempo que solicitamos a entrega dos itens supracitados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento desta, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, e suas posteriores alterações e no instrumento contratual em epígrafe.

Sem mais para o momento, e certos das vossas imediatas providências.

Garanhuns/PE, 14 de agosto de 2026

Fundo Municipal de Saúde
CNPJ/MF N° 09.342.856/0001-10
CATARINA TENÓRIO FERRO
Secretária de Saúde
Port. nº 013/2025-GP

Publicado por:
Caroline Cordeiro de Barros Duarte
Código Identificador:A8749ED3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RECONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Garanhuns/PE vem, por meio desta, RECONVOCAR empresas do ramo e interessadas em apresentar cotação de preços, com as devidas especificações, visando à futura realização de processo licitatório para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento e rastreamento veicular por tecnologia GPS, destinados à frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde de Garanhuns/PE, compreendendo o fornecimento dos equipamentos, instalação, conectividade, plataforma de monitoramento, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e demais serviços necessários ao pleno funcionamento da solução.
A planilha descritiva e demais informações necessárias deverão ser solicitadas através do e-mail: cotacaosecretariadesaudegus@gmail.com ou por telefone: (87) 98835-5003, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data desta publicação.

CATARINA FÁBIA TENÓRIO FERRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Garanhuns, 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Caroline Cordeiro de Barros Duarte
Código Identificador:578FA022

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GLÓRIA DO GOITÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE
ERRATA DO CRONOGRAMA DOS EDITAIS DA PNAB CICLO 02

ERRATA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DO GOITÁ, Estado de Pernambuco, vem através deste, considerando o item 2.4 dos Editais de Chamamento Público no 01 e 02/2026, e o item 6.1 do Edital de Chamamento Público no 03/2026, publicados no Diário Oficial dos Municípios – AMUPE no dia 29 de maio de 2026, que tratam da seleção de projetos/premiações com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB CICLO 02 (Lei Federal no 14.399/2022), realizar a seguinte errata, estabelecendo o novo cronograma para análise dos pedidos de recursos e melhor desempenho da comissão de seleção, conforme disposto abaixo:

a) Publicação do edital	29 de maio de 2026
b) Impugnação do edital	01 a 03 de maio 2026
c) Prazo de inscrição	05 de junho a 03 julho de 2026
d) Publicação da etapa de seleção (1ª fase)	11 de agosto de 2026
e) Período para recursos	13 e 21 de agosto de 2026
f) Publicação do resultado dos recursos (1ª fase)	25 de agosto de 2026
g) Prazo para entrega da documentação para assinatura do termo de execução e/ou premiação	26 de agosto a 01 de setembro de 2026
h) Publicação da etapa de habilitação (2ª fase)	09 de setembro de 2026
i) Período para recursos	10 e 11 de setembro de 2026
j) Publicação do resultado dos recursos (2ª fase)	15 de setembro 2026
l) Publicação da lista final dos aprovados	17 de setembro de 2026
m) Previsão do início do pagamento	22 de setembro de 2026

Publicado por:
Pablo Vinícius Dantas Alves
Código Identificador:CA846922

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GOIANA

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

A Câmara Municipal de Goiana/PE torna público que realizará **Dispensa Eletrônica nº 002/2026**, Processo Administrativo nº **006/2026**, para **Registro de Preços visando à futura e eventual**

contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo e parcelado de combustíveis automotivos (gasolina comum e óleo diesel S10), destinados ao abastecimento da frota oficial e ao atendimento das atividades institucionais da Câmara Municipal de Goiana/PE. **Critério de julgamento: maior desconto percentual.**

Recebimento das propostas: de 18/08/2026, às 09h00, até 21/08/2026, às 10h00. **Data da sessão:** 21/08/2026, às 10h00.

O Aviso de Contratação Direta e seus anexos estarão disponíveis na plataforma eletrônica **Bolsa Nacional de Compras – BNC** e no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**. **Maiores informações pelo e-mail: cpl@goiana.pe.leg.br.**

EMILIA DE FATIMA CARNEIRO GADELHA
Agente de Contratação

Publicado por:
Jader Lapa Marques Raposo de Andrade
Código Identificador:53040C34

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE GOIANA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE GOIANA – PE (COMSEA)

I – LOCAL E DATA

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 9h, na Fadimab, localizada na Travessa da Conceição Centro, Goiana/PE, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Goiana – PE (COMSEA), e comissão SISAN em movimento.

II – PARTICIPANTES

.

Associação Quilombola de Povoação de São Lourenço: Anderson Joerds Dos Santos (Titular); Heryton Alex Rodrigues Bandeira (Suplente).

Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos: Socorro Jordânia Filipe da Silva (Titular); Luiz Rodrigues da Fonseca Neto (Suplente);

Sindicato Municipal dos Servidores da Saúde de Goiana – SIMUSS: Sirlei Ferreira de Souza (Titular).

Carmelo Solidário: Ana Paula Ananias Da Silva Pereira (Titular).

Associação Comunitária Dona Conceição: Ana Delfina De Oliveira Bonifácio (Titular).

Secretaria Municipal de Educação e Inovação Pedagógica: Joana Magalhães Sitônio (Titular); Andrezza Viegas Gomes (Suplente).

Secretaria Municipal de Saúde: Maria Carolina Lyra Da Silva (Titular).

Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Proteção Animal: José Roberval Barros de Oliveira Júnior (Titular);

III – PAUTA

Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa SISAN em Movimento.

IV – ABERTURA

Às 9h45, reuniram-se no auditório da Fadimab Goiana os membros do COMSEA. A reunião foi presidida pela Presidente, Sirlei Ferreira De Souza, deu-se início à reunião de conselheiros do COMSEA e comissão SISAN em movimento, registrando-se também a presença de articuladores do SISAN Estadual. A mesa deu as boas-vindas aos presentes e abriu espaço para que cada participante fizesse sua apresentação individual. Estiveram presentes na reunião: Sirlei Ferreira (Presidente- COMSEA/Goiana-PE - Governamental); Ana Delfina (Conselheira COMSEA Goiana - Governamental); Ana Paula (COMSEA Goiana); Emanuel Farias (Meio Ambiente / CAISAN); Francisco Soares (CONSEA Goiana); Joana (COMSEA Goiana); Andrezza (COMSEA / CAISAN); Yasmin (AMAG-comissão temática); Jordânia (CONSEA / CAISAN); José Roberval(COMSEA-CAISAN);Maria Carolyna(CAISAN);Carlos Viegas Jr. (Vice-Presidente-CAISAN); Ana Silveira (Presidente-CAISAN); Luiz Neto (COMSEA); Williams (SISAN em Movimento);Gilberto Lima (SISAN em Movimento). Dando seguimento à pauta, o articulador Williams realizou uma breve apresentação contextualizando o projeto do SISAN em nível estadual, destacando as diretrizes que abrangem os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte (PE-PB-AL-RN). Na sequência, iniciou-se o debate com foco nos avanços e diagnósticos do município em relação ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN). Criação do Fundo Municipal de Segurança Alimentar: Foi debatida a criação do fundo público voltado para as políticas de segurança alimentar, além da necessidade de uma lei municipal que institucionalize o SISAN e estabeleça os prazos regimentais para a entrega de documentos do município junto ao órgão estadual. Apoio Técnico e Diálogo: A equipe estadual se colocou à disposição para dar suporte e estreitar o diálogo técnico, visando a viabilização de prazos viáveis para o envio do PMSAN. O Sr. Gilberto destacou que o governo federal dispõe de programas voltados ao combate à fome e incentivo à alimentação de qualidade para a população. Financiamento: Foi levantada a discussão sobre possíveis fontes de financiamento por meio do BNDES. Fortalecimento Institucional: A Presidente Sirlei Ferreira abriu a palavra para os secretários municipais presentes e demais conselheiros. Foi reforçado que o COMSEA, com o apoio da Secretaria de Assistência Social, necessita estar plenamente articulado e presente em todas as ações voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional, assegurando que as políticas públicas alcancem a população do município de Goiana de forma intersetorial. Visibilidade e Divulgação: Destacou-se, por fim, que o COMSEA precisa dar maior visibilidade às suas ações, garantindo ampla divulgação audiovisual do município. Em seguida, foram realizadas as considerações finais e o registro fotográfico da reunião, a Presidente declarou encerrada a reunião.

V – ENCAMINHAMENTOS

A presente ata será encaminhada ao Gabinete do Prefeito para publicação no Diário Oficial do Município.

ASSINATURAS:

Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Proteção Animal;
José Roberval Barros de Oliveira Júnior – CPF: 089.141.654-42

Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Socorro Jordânia Filipe da Silva – CPF: 070.440.854-66

Sindicato Municipal dos Servidores da Saúde de Goiana – SIMUSS
Sirlei Ferreira de Souza – CPF:899.168.164-68

Carmelo Solidário;
Ana Paula Ananias Da Silva Pereira – CPF: 028.062.604-50

Secretaria Municipal de Saúde
Maria Carolina Lyra da Silva – CPF: 055.123.884-44

Secretaria De Educação e Inovação Pedagógica
Joana Magalhães Sitônio – CPF: 092.944.864-27
Andrezza Viegas Gomes (Suplente) – CPF: 027.772.184-98

Associação Comunitária Dona Conceição;
Ana Delfina De Oliveira Bonifácio – CPF: 432.249.544-34

Associação Quilombola de Povoação de São Lourenço – AQPSL;
Anderson Joerds Dos Santos – 042.078.194-36

Publicado por:
Iara Azevedo de Sousa
Código Identificador:327D8147

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE GOIANA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE GOIANA – PE (COMSEA)

I – LOCAL E DATA

Aos oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 9h, na Casa dos Conselhos, localizada na Rua Luiz Gomes, nº 62, Centro, Goiana/PE, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Goiana – PE (COMSEA).

II – PARTICIPANTES

.
Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos:
Socorro Jordânia Filipe da Silva (Titular); Luiz Rodrigues da Fonseca Neto (Suplente);
Sindicato Municipal dos Servidores da Saúde de Goiana – SIMUSS: Sirlei Ferreira de Souza (Titular).
Carmelo Solidário: Ana Paula Ananias Da Silva Pereira (Titular).
Associação das Mães Vital: João Victor Ferreira De Melo (Titular); Francisco Soares De Melo Filho (Suplente).
Pastoral Da Criança: Antônio Silvino Da Silveira (Titular).
Secretaria Municipal de Educação e Inovação Pedagógica: Joana Magalhães Sitônio (Titular); Andrezza Viegas Gomes (Suplente).
Secretaria Municipal de Saúde: Maria Carolina Lyra Da Silva (Titular).

III – PAUTA
Definições e ajustes referentes ao seminário que ocorrerá no dia 13.08.2026.
Assuntos diversos.

IV – ABERTURA
Às 9h45, reuniram-se na sala de reuniões da Casa dos Conselhos os membros do COMSEA. A reunião foi presidida pela Presidente, Sirlei Ferreira De Souza, após constatar a existência de quórum, declarou a reunião aberta. Em razão da reforma da faculdade, local inicialmente previsto para sediar o evento, foi apresentada a necessidade de alteração do espaço. Como alternativa, sugeriu-se o auditório da Escola Municipal Professora Belisana Pinto de Abreu de Araujo. A conselheira Andreza informou que manteve contato com a direção da instituição para verificar a disponibilidade do auditório para o dia 13 de agosto. Até o encerramento da reunião, não havia sido obtido retorno quanto à solicitação. Em seguida, considerando as enchentes recentemente ocorridas no município, os conselheiros e membros da CAISAM presentes, Jordânia, Luiz Neto e Andreza, apresentaram justificativas para o adiamento do seminário, anteriormente previsto para o dia 15 de julho. Após apreciação pelo Plenário, ficou deliberado o adiamento do evento, permanecendo como previsão a sua realização no dia 13 de agosto, condicionada à confirmação do local. Prosseguindo com o planejamento do seminário, foram definidas as equipes responsáveis pelos eixos temáticos que serão apresentados durante o evento. Também foi aprovada a utilização das logomarcas que comporão todo o material gráfico institucional, incluindo convites, banners, canetas e demais materiais de divulgação.
*** 2ª Diretriz – Abastecimento e Agricultura Familiar:** Roberval, José Carlos e João Vieira.
*** 3ª Diretriz – Educação Alimentar e Nutricional:** Carolina, Jordânia e Francisco.
* **6ª Diretriz – Acesso à Água e à Alimentação Adequada e Saudável:** Joerds, Andreza e Yasmin (AMAG).
* **7ª Diretriz – Direito Humano à Alimentação Adequada:** Heryton e Ana Delfina.
Na sequência, foi definida a composição da mesa de abertura do seminário, que será formada pelo Presidente e Vice-Presidente do CONSEA Goiana-PE, Presidente e Vice-Presidente da CAISAM Goiana-PE, um representante da Câmara Municipal e um representante da sociedade civil. Ainda sobre a organização do evento, foi sugerida a realização de uma apresentação cultural para a abertura do seminário. Ficou acordado que serão levantadas informações referentes à quantidade de integrantes e aos custos da apresentação, para posterior apreciação e deliberação na próxima reunião. Encerradas as discussões referentes ao seminário, o Plenário deliberou pelo encaminhamento de ofícios solicitando informações sobre o andamento da implantação da Cozinha Comunitária do município, a previsão de inauguração da Vaca Mecânica na comunidade de São Lourenço e o retorno da distribuição de cestas básicas nas unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Também foi aprovada a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Comunicação, solicitando a disponibilização de um cerimonialista para atuar durante o seminário. Na continuidade dos informes, a Presidente comunicou aos conselheiros que, após a realização do seminário, será iniciado o processo de renovação da composição do Conselho, com vistas à eleição dos novos membros, conforme estabelecido no Regimento Interno, que prevê mandato bienal. Em seguida, foi discutida a necessidade de criação do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, destacando sua importância para o fortalecimento da política pública no município. Por fim, a Presidente informou sobre o convite encaminhado pelo Conselho Estadual para participação em reunião on-line com os Conselhos Municipais, a ser realizada no dia 9 de julho, às 14h, com pauta voltada ao Fundo de Segurança Alimentar e Nutricional, ressaltando a importância da participação de todos os conselheiros. . sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes. Em seguida, foram realizadas as considerações finais e o registro fotográfico da reunião e todos foram convidados para um coffe break em comemoração aos aniversariantes do mês. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião.

V – ENCAMINHAMENTOS
A presente ata será encaminhada ao Gabinete do Prefeito para publicação no Diário Oficial do Município.

ASSINATURAS:

Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Socorro Jordânia Filipe da Silva – CPF: 070.440.854-66
Luiz Rodrigues da Fonseca Neto – CPF: 071.733.214-41

Sindicato Municipal dos Servidores da Saúde de Goiana – SIMUSS:
Sirlei Ferreira de Souza – CPF:899.168.164-68

Carmelo Solidário;
Ana Paula Ananias Da Silva Pereira – CPF: 028.062.604-50

Associação das Mães Vital
João Victor Ferreira De Melo – CPF: 117.994.-43
Francisco Soares De Melo Filho – 892.261.864-72

Pastoral Da Criança
Antônio Silvino Da Silveira – CPF: 289.166.207-59

Secretaria Municipal de Saúde
Maria Carolina Lyra da Silva – CPF: 055.123.884-44

Secretaria De Educação e Inovação Pedagógica
Joana Magalhães Sitônio (Titular) – CPF: 092.944.864-27
Andrezza Viegas Gomes (Suplente) – CPF: 027.772.184-98

Publicado por:
Iara Azevedo de Sousa
Código Identificador:282560C4

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -CMDCA
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 09/2026

I.LOCAL E DATA

No dia 28 de julho de 2026, às 14:00h na Casa dos Conselhos, localizada na Rua Luiz Gomes, n° 62, Centro, Goiana/PE, realizou-se a 9ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

II.**PARTICIPANTES**

Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH): Margareth Cristian Araújo de Melo – Titular;

Secretaria de Educação e Inovação (SEI): Joana D`Arc Nunes Mendes Feitosa – Titular;

Secretaria de Saúde (SS): Thuanni Naira de Andrade Cordeiro- Suplente

Associação Atlético de Goiana: Claudionor Bertoldo Braga- Titular

Associação Comunitária Dona Conceição: Ana Delfina Fernandes de Oliveira Bonifácio- Titular.

Associação Caboclinho 7 Flechas Mirim- Otaciliano Francisco Silva de Araújo- Titular.

III. CONVIDADOS

Luiz Rodrigues da Fonseca Neto - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

IV**. PAUTA**

COMISSÃO ELEITORAL

INSCRIÇÕES DE CURSO DO COLÉGIO DOM BOSCO

ATA GERAL
Ata n° 09/2026, Assembleia Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (28/07/2026), às catorze horas (14:00 h), reuniram-se na Casa dos Conselhos de Goiana/PE, situada na Rua Luiz Gomes, n° 62, Centro, nesta cidade, os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. A Senhora Margareth Christian Araújo de Melo, RG 6.349.*** SDS/PE, onde ela fez abertura da reunião. Os Conselheiros presentes dos Representantes: **Governamental** – Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos: Margareth Christian Araújo de Melo,(Titular) RG 6.349.*** SDS/PE, Secretaria de Educação e Inovação: Joana D'Arc Nunes Mendes Feitosa (Titular), RG nº 5.635.*** SSP/PE; Secretaria de Saúde: Thuanni Naira de Andrade Cordeiro (Suplente), RG nº:8.171*** SDS/PE; S**ociedade Civil-** Associação Atlético de Goiana: Claudionor Bertoldo Braga (Titular), RG: 6.261.***SSP/PE. Associação Comunitária Dona Conceição: Ana Delfina Fernandes de Oliveira Bonifácio (Titular) sob o RG nº 2.884*** SDS/PE; Associação Caboclinho 7 Flechas: Otaciliano Francisco Silva de Araújo (Titular) RG: 8.211*** SDS/PE. Após saudações aos senhores presentes, foi feita uma roda de conversa, onde se falou da criação da Comissão Eleitoral que serão escolhidos quatro Membros para fazer parte, sendo 2 membros da Sociedade Civil e 2 membros do Governo, sendo 1 presidente, 1 relator e dois membros da comissão. Ficou decidido entre os membros presentes, que a Presidente seria Joana D' arc Nunes Machado Feitosa, a Relatora seria Thuanni Naira de Andrade Cordeiro, um dos membros seria Otaciliano Francisco Silva de Araújo e o outro membro seria Ana Delfina Fernandes de Oliveira Bonifácio. Foi dito que esse ano o Presidente a ser escolhido terá que ser da Sociedade Civil. Após ser criada a comissão, será pedida a Portaria dos membros que compõem a Comissão eleitoral sendo feita por meio de resolução. Finalizado o primeiro assunto da Pauta, demos entrada ao segundo assunto que foi abordado, que foram as inscrições para os cursos que o Colégio Dom Bosco no mandou. Os cursos mandados foram estes: curso de aprendiz em auxiliar de operações logísticas, curso de aprendiz em serviços bancários/ assistente administrativo, curso de aprendiz de pré- impressão gráfica, curso de aprendiz em operador de comércio em lojas e mercados, curso de aprendiz em operador de comércio em lojas e mercados- vendas, curso de aprendiz em assistente administrativo, curso de aprendiz em atendente de lanchonete, curso de aprendiz em auxiliar de escritório-administrativo, curso de aprendiz em recepcionista em geral, curso de aprendiz com. direitos- cultura/ múltiplas ocupações. Após ser conversado, ficou acordado que iremos analisar as documentações e na próxima reunião a plenária irá analisar se aprova os registros dos cursos pleiteados. Em seguida sem ter mais nada a ser explorado e discutido, deu-se por encerrada a reunião.

DANIELLE CRISTINE ADOUR ARAÚJO DE SOUZA
Secretaria Executiva

Secretaria De Assistência Social E Direitos Humanos
MARGARETH CHRISTIAN ARAÚJO DE MELO
(Titular)

Secretaria de Educação e Inovação
JOANA D ARC NUNES MENDES FEITOSA
(Titular)

Secretaria de Saúde
THUANNI NAIRA DE ANDRADE CORDEIRO
(Suplente)

Associação Caboclinho 7 Flechas Mirim
OTACILIANO FRANCISCO SILVA DE ARAÚJO
(Titular)

Associação Atlético de Goiana
CLAUDIONOR BERTOLDO BRAGA

Associação Comunitária Dona Conceição
ANA DELFINA FERNANDES DE OLIVEIRA BONIFÁCIO
(Titular)

Publicado por:
Iara Azevedo de Sousa
Código Identificador:0AE3F48F

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 05/2026 – CMDCA

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DAS ENTIDADES PÚBLICAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei e pelo seu Regimento Interno,
CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na reunião extraordinária realizada no dia 28 de julho de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de organização técnica e administrativa do processo eleitoral relativo ao Chamamento Público deste Conselho;
CONSIDERANDO a importância da continuidade administrativa, do planejamento técnico e da garantia da paridade entre governo e sociedade civil para a transparência do certame;
CONSIDERANDO garantir as consecuções dos fins a que se propõe.
RESOLVE:
Art. 1º Criar a Comissão Eleitoral responsável pela coordenação, execução e organização técnica e administrativa do processo de Chamamento Público do CMDCA, bem como o atendimento de outras demandas correlatas ao pleito.
Art. 2º A Comissão será composta por 04 (quatro) membros, observando a paridade entre o Poder Público e a Sociedade Civil, conforme deliberado em reunião:
Presidente: Joana D`Arc Nunes Mendes Feitosa (Representante do Governo);
Relatora: Thuanni Naira de Andrade Cordeiro (Representante do Governo);

Membro: Otaciliano Francisco Silva de Araújo (Representante da Sociedade Civil);
Membro: Ana Delfina Fernandes de Oliveira Bonifácio (Representante da Sociedade Civil).
Art. 3º Compete à Comissão a organização técnica, administrativa e logística de todas as etapas do processo eleitoral, visando assegurar a estabilidade institucional e a lisura do Chamamento Público.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Goiana – PE, 28 de julho de 2026.

MARGARETH CHRISTIAN ARAÚJO DE MELO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Publicado por:
Iara Azevedo de Sousa
Código Identificador:6BCC0CA0

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026

A Prefeitura Municipal de Goiana/PE, através da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, torna público o extrato de contratação direta:
OBJETO: Contratação emergencial de empresa de engenharia para a recomposição de aterro e realização de terraplanagem de cinco ruas afetadas pelas fortes chuvas de maio, em Ponta de Pedras, distrito de Goiana/PE, visando à mitigação de alagamentos, e a recomposição da infraestrutura urbana, segurança da população e preservação das vias públicas e imóveis adjacentes.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
CONTRATADA: J.L. MARANHÃO CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.560.289/0001-57.
VALOR GLOBAL: R$ 267.483,87 (duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos).
DATA DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO: 17 de agosto de 2026.

Goiana/PE, 17 de agosto de 2026.

PEDRO PAULO FERREIRA DA SILVA
Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil
Portaria Nº 1278/2026

Publicado por:
Rhian André da Silva
Código Identificador:A9642F50

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE QUALIDADE
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE USO EM REGIME DE SOFTWARE COMO SERVIÇO (SAAS), DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE PLATAFORMA EDUCACIONAL COMPOSTA POR AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA), COM ACERVO DIGITAL DE OBRAS LITE

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇO Nº 13/2026
A Secretaria de Administração e Gestão de Qualidade, por intermédio do Departamento de Compras solicita a apresentação de cotações para futura formação de preço para Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de cessão de uso em regime de Software como Serviço (SaaS), de solução integrada de plataforma educacional composta por Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com acervo digital de obras literárias e recursos pedagógicos alinhados à BNCC, Portal de Gestão Educacional para gestores e professores, incluindo implantação, suporte técnico especializado, manutenção evolutiva e atualizações periódicas, destinados ao atendimento de alunos do Ensino Fundamental I e II (anos iniciais e anos finais). que atenderão as necessidades da Secretaria de Municipal de Educação e Inovação. As propostas deverão ser encaminhadas até o dia 20/08/2026 para o e-mail: **seadm.compras@goiana.pe.gov.br.**

Segue abaixo as seguintes descrições e quantidades para atendimento as demandas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1	Contratação de empresa especializada, na prestação de serviços de cessão de uso em regime de software como serviço (SaaS), de solução integrada de plataforma educacional composta por Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) com acervo digital de obras literárias e recursos pedagógicos alinhados à BNCC, portal de gestão educacional para gestores e professores, incluindo implantação, suporte técnico especializado, manutenção evolutiva e atualizações periódicas, destinados ao atendimento de alunos do Ensino Fundamental I e II (anos iniciais e dos anos finais), para atender a Secretaria de Educação e Inovação de Goiana.	Mês/Licença mensal	8.000

Goiana, 17 de agosto de 2026.

ADASSIA MORGANA DA SILVA
Gerente de Compras e Suprimentos
Portaria n ° 422/2026

Publicado por:
Adassia Morgana da Silva
Código Identificador:BB84BC16

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO – CREDENCIAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026

A Prefeitura Municipal de Goiana, através da Secretaria Municipal de Comunicação, solicitando a publicação de Retificação através do Ofício Nº 121/2026 no uso de suas atribuições legais, torna pública a **RETIFICAÇÃO** do Aviso de Habilitação referente ao Chamamento Público nº 004/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE) no dia 14 de agosto de 2026, Edição nº 4161, devido a erro material na relação de participantes habilitados.

ONDE SE LÊ:

Nº	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
31	JOSÉ AUGUSTO DA SILVA	Locutor	Habilitado

LEIA-SE:

Nº	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
31	**SERGIO RICARDO DA SILVA**	**Locutor**	**Habilitado**

Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais disposições, nomes e informações constantes no aviso original da referida publicação.

Goiana/PE, 17 de agosto de 2026.

JOSÉ FERNANDO VELOSO MONTEIRO
Secretário de Comunicação
Portaria nº 988/2025

Publicado por:
Rhian André da Silva
Código Identificador:5D93814F

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA REFORMA,

ADAPTAÇÕES E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO GONÇALVES DE AZEVEDO, LOCALIZADA NA PRAIA DE BARRA DE CATUAMA, S/N, NO MUNICÍPIO DE GOIANA/PE, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIANA/PE, NO VALOR DE R$ 1.114.947,64 (UM MILHÃO, CENTO E QUATORZE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS).
Fica homologado o procedimento e adjudicado o objeto em favor da licitante CONSTRUTORA ALCANTARA LTDA, no valor de R$ 836.160,45 (OITOCENTOS E TRINTA E SEIS MIL E CENTO E SESSENTA REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).

Goiana/PE, 17 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS VIÉGAS JUNIOR
Secretário de Educação e Inovação do Município de Goiana/PE

Publicado por:
Rhian André da Silva
Código Identificador:685171EA

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GRANITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO
DECRETO Nº 034 DE 04 DE AGOSTO DE 2026. PRORROGA, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, AS DESIGNAÇÕES DOS SERVIDORES QUE EXERCEM A FUNÇÃO DE GESTOR ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GRANITO/PE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 034 DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

PRORROGA, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, AS DESIGNAÇÕES DOS SERVIDORES QUE EXERCEM A FUNÇÃO DE GESTOR ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GRANITO/PE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRANITO, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe confere o Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos educacionais, especialmente a regularidade da gestão das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO que o Município realizou o Processo de Seleção Simplificada Interna para Gestores Escolares, regido pelo Edital nº 01/2024, destinado ao preenchimento de vagas para a função de Gestor Escolar;

CONSIDERANDO que o referido Edital estabeleceu critérios para seleção, classificação e exercício da função de Gestor Escolar, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO o interesse público na continuidade das atividades administrativas e pedagógicas das unidades escolares, evitando descontinuidade na gestão durante o período de organização do novo processo de seleção;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de garantir a continuidade e a regularidade do serviço público de educação, em observância ao princípio da continuidade do serviço público;

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogadas, pelo período de 01 (um) ano, as designações dos servidores atualmente investidos na função de Gestor Escolar da Rede Municipal de Ensino de Granito/PE, decorrentes do Processo de Seleção Simplificada Interna regido pelo Edital nº 01/2024.
Art. 2º Durante o período de prorrogação, permanecem inalteradas as atribuições, responsabilidades, condições de exercício e demais disposições aplicáveis à função de Gestor Escolar, inclusive aquelas previstas na legislação municipal e no Edital nº 01/2024.
Art. 3º A prorrogação de que trata este Decreto não implica efetivação, estabilidade ou alteração do vínculo funcional dos servidores, permanecendo preservada a natureza da designação para o exercício da função de Gestor Escolar.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Granito-PE, 04 de agosto de 2026.

GEORGE WASHINGTON PEREIRA ALENCAR
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO-PE
Matéria publicada no mural de avisos da sede da Prefeitura Municipal de Granito (PE), no dia 04/08/2026, atendendo as disposições do Art. 97, I, "b" da CE/PE.
Dou fé,

Publicado por:
Mikaelly Ramos Barros
Código Identificador:7BAC317B

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO
DECRETO Nº 035 DE 17 DE AGOSTO DE 2026. INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME DO MUNICÍPIO DE GRANITO/PE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 035 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME DO MUNICÍPIO DE GRANITO/PE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRANITO, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205 a 214 da Constituição Federal, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, orientada pelos princípios da gestão democrática e da colaboração entre os entes federativos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente quanto à organização dos sistemas de ensino e à gestão democrática da educação;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a participação social na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais do Município;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre o Poder Público, os profissionais da educação, os estudantes, as famílias, os conselhos, as instituições de ensino e os demais segmentos da sociedade civil;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento permanente das metas, estratégias e ações previstas no Plano Municipal de Educação – PME;

CONSIDERANDO a instituição do novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2026–2036 pela Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade na construção, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais municipais;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Granito, Estado de Pernambuco, o Fórum Municipal de Educação – FME, órgão colegiado permanente de participação social, de caráter consultivo, propositivo, mobilizador, articulador e de acompanhamento das políticas públicas de educação.

Art. 2º O Fórum Municipal de Educação tem por finalidade promover a participação da sociedade na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais do Município, fortalecendo a gestão democrática da educação e a articulação entre os diferentes segmentos e instituições que integram o sistema educacional.

Art. 3º O Fórum Municipal de Educação terá como referência, para o desenvolvimento de suas ações:
I – a Constituição Federal;
II – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
III – o Plano Nacional de Educação;
IV – o Plano Estadual de Educação de Pernambuco;
V – o Plano Municipal de Educação de Granito;
VI – as deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Educação;
VII – as demais normas e diretrizes aplicáveis à educação brasileira.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete ao Fórum Municipal de Educação:
I – acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação – PME;
II – participar da elaboração, revisão e atualização do Plano Municipal de Educação, quando necessário;
III – acompanhar o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação;
IV – promover estudos, debates, reuniões, seminários, audiências públicas e outras atividades relacionadas às políticas educacionais;
V – mobilizar a sociedade para a participação nas discussões e decisões relativas à educação municipal;
VI – articular os diferentes segmentos da sociedade e da comunidade educacional em torno das políticas públicas de educação;
VII – acompanhar e participar da organização das Conferências Municipais de Educação;
VIII – propor ações e medidas destinadas à melhoria da qualidade da educação no Município;
IX – acompanhar indicadores educacionais e demais informações relacionadas à educação municipal;
X – promover o debate sobre temas relevantes para a educação municipal, estadual e nacional;
XI – acompanhar as deliberações das Conferências Municipais de Educação e avaliar sua implementação;
XII – promover a articulação entre o Município e os demais entes federativos, quando pertinente, nas discussões relativas às políticas educacionais;
XIII – incentivar a participação dos profissionais da educação, estudantes, famílias e sociedade civil organizada nas discussões sobre a política educacional;
XIV – elaborar propostas e recomendações relacionadas às políticas públicas educacionais;
XV – aprovar seu Regimento Interno;
XVI – exercer outras atribuições compatíveis com sua natureza e finalidade.

Art. 5º O Fórum Municipal de Educação poderá constituir comissões, grupos de trabalho ou câmaras temáticas para análise e discussão de assuntos específicos relacionados à educação.
Parágrafo único. As comissões e grupos de trabalho terão caráter técnico e/ou consultivo, conforme definido pelo Regimento Interno do Fórum.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º O Fórum Municipal de Educação será composto por representantes do Poder Público, dos profissionais da educação, da comunidade escolar, dos conselhos municipais, das instituições educacionais e da sociedade civil, assegurada, sempre que possível, a representação dos diferentes segmentos relacionados à educação municipal.

Art. 7º Poderão integrar o Fórum Municipal de Educação, entre outros segmentos:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – Conselho Municipal de Educação;
III – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS/FUNDEB;
IV – Conselho de Alimentação Escolar – CAE;
V – Sindicato ou Entidade Representativa dos Trabalhadores da Educação no Município;
VI – Representantes dos gestores escolares da rede municipal;
VII – Representantes dos professores da rede municipal;
VIII – Representantes dos coordenadores e especialistas pedagógicos;
IX – Representantes dos demais funcionários/profissionais da educação;
X – Representantes dos estudantes da rede pública municipal;
XI – Representantes dos pais ou responsáveis pelos estudantes;
XII – Representantes das escolas da rede estadual localizadas no Município;
XIII – Representantes das escolas da rede privada de ensino, se houver;
XIV – Representantes da educação do campo; XV – Representantes da educação especial/inclusiva;
XVI – Representantes da Câmara Municipal de Vereadores;
XVII – Entidades da sociedade civil organizada com atuação reconhecida na área educacional.
§ 1º Cada segmento ou instituição integrante do Fórum indicará 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente, na forma estabelecida em seu Regimento Interno.
§ 2º Os representantes indicados serão formalmente designados por Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, na forma estabelecida no Regimento Interno.
§ 3º A composição do Fórum deverá observar, sempre que possível, o princípio da representatividade dos diferentes segmentos da sociedade e da comunidade educacional.
§ 4º Poderão ser convidados para participar das reuniões do Fórum, sem direito a voto, autoridades, especialistas, pesquisadores, representantes de órgãos públicos, instituições de ensino, entidades da sociedade civil e demais pessoas cuja contribuição seja considerada relevante para os temas em discussão.

CAPÍTULO IV
DA COORDENAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º O Fórum Municipal de Educação terá sua estrutura e funcionamento disciplinados por Regimento Interno, aprovado pelos seus membros.

Art. 9º O Fórum Municipal de Educação elegerá, entre seus membros, na forma estabelecida
em seu Regimento Interno:
I – Presidente;
II – Vice-Presidente;
III – Secretário Executivo;
IV – demais funções que se fizerem necessárias ao seu funcionamento.

Art. 10. Até a aprovação do Regimento Interno, a Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico e administrativo necessário à instalação e ao funcionamento do Fórum Municipal de Educação.

Art. 11. O Fórum Municipal de Educação reunir-se-á:
I – ordinariamente, no mínimo, a cada 02 (dois) meses;
II – extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

§ 1º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou, quando necessário, por meio de plataformas digitais ou outros recursos tecnológicos.
§ 2º As decisões do Fórum serão tomadas na forma estabelecida em seu Regimento Interno.

Art. 12. O Fórum Municipal de Educação terá funcionamento permanente e manterá articulação com as demais instâncias de participação e controle social relacionadas à educação.

CAPÍTULO V
DO APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação será responsável pelo apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Fórum Municipal de Educação, sem prejuízo da autonomia de suas deliberações.
Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Educação disponibilizar, dentro das possibilidades administrativas do Município, espaço físico, materiais e apoio necessário para a realização das reuniões e atividades do Fórum.

CAPÍTULO VI
DA PARTICIPAÇÃO E DA GRATUIDADE

Art. 14. A participação dos membros no Fórum Municipal de Educação será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 15. A participação no Fórum será exercida sem prejuízo das atribuições funcionais dos servidores públicos que dele fizerem parte, observadas as normas administrativas aplicáveis.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O Fórum Municipal de Educação deverá elaborar e aprovar seu Regimento Interno no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 17. A Secretaria Municipal de Educação adotará as providências necessárias para a instalação do Fórum Municipal de Educação e para a indicação dos representantes dos segmentos que o compõem.
Art. 18. A composição inicial do Fórum Municipal de Educação será formalizada mediante Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 19. Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Plenário do Fórum Municipal de Educação, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Granito-PE,17 de agosto de 2026.

GEORGE WASHINGTON PEREIRA ALENCAR
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO-PE

Matéria publicada no mural de avisos da sede da Prefeitura Municipal de Granito (PE), no dia 17/08/2026, atendendo as disposições do Art. 97, I, “b” da CE/PE. Dou fé,

Publicado por:
Mikaelly Ramos Barros
Código Identificador:90FED6D7

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO
PORTARIA N° 113 DE 04 DE AGOSTO DE 2026 DISPÕE SOBRE A INDICAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS JOSÉ ALVES SILVEIRA E SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N° 113 DE 04 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A INDICAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS JOSÉ ALVES SILVEIRA E SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRANITO, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 029, de 13 de setembro de 2022, e suas alterações;

CONSIDERANDO o resultado do Processo de Seleção Simplificada Interna para Gestores Escolares, regido pelo Edital nº 01/2026;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 30/2026, que homologou o Resultado Final do Processo de Seleção Simplificada Interna para Gestores Escolares e registrou a inexistência de candidatos inscritos para as funções de Diretor Escolar da Escola Municipal José Alves Silveira e da Escola Municipal São Francisco das Chagas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 31/2026, que alterou o Decreto Municipal nº 029/2022 e disciplinou, em caráter excepcional, o provimento da função de Diretor Escolar quando inexistirem candidatos servidores efetivos inscritos ou aprovados no processo seletivo por mérito e desempenho;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes profissionais da educação para exercerem, em caráter excepcional, a função de Diretor Escolar nas unidades da Rede Municipal de Ensino abaixo especificadas:

I – ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ALVES SILVEIRA

•
Meiriane Nogueira Lacerda

•
CPF 09707692456

II – ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS*

•
Maria Edilania Peixoto Bezerra

•
CPF 00813749417

Art. 2º Os profissionais nomeados no artigo anterior exercerão as atribuições inerentes à função de Diretor Escolar, observando a legislação educacional vigente, as normas da Secretaria Municipal de Educação, o Regimento Escolar, o Projeto Político-Pedagógico e demais atos normativos aplicáveis.

Art. 3º A nomeação prevista nesta Portaria possui *caráter excepcional*, em razão da inexistência de candidatos inscritos para as respectivas unidades no Processo de Seleção Simplificada Interna regido pelo Edital nº 01/2026, observadas as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 031/2026.

Art. 4º A nomeação permanecerá vigente até a realização de novo processo seletivo ou enquanto persistir a inexistência de candidato efetivo habilitado, nos termos da legislação municipal aplicável.

Art. 5º Os nomeados deverão observar, no exercício da função, os princípios da Administração Pública, bem como os critérios técnicos de mérito e desempenho estabelecidos na legislação municipal e no respectivo processo seletivo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Granito-PE, 04 de agosto de 2026.

GEORGE WASHINGTON PEREIRA ALENCAR
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO-PE
Matéria publicada no mural de avisos da sede da Prefeitura Municipal de Granito (PE), no dia 04/08/2026, atendendo as disposições do Art. 97, I, "b" da CE/PE.
Dou fé,

Publicado por:
Mikaelly Ramos Barros
Código Identificador:E7B26456

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GRAVATÁ

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE COMPOSIÇÃO DE CESTA DE PREÇOS

A GERÊNCIA DE LICITAÇÕES DE GRAVATÁ VEM POR MEIO DESTA PUBLICAÇÃO ABRIR PRAZO **DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** PARA MANIFESTAÇÃO DE **INTENÇÃO DE FORNECER PROPOSTA PARA COMPOR A CESTA DE PREÇOS** NECESSARIA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA ELÉTRICA E ENERGIA, DESTINADOS À ELABORAÇÃO DE ESTUDO(S) DE VIABILIDADE TÉCNICA PARA IMPLANTAÇÃO DE USINAS FOTOVOLTAICAS DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA, NO ÂMBITO DO PROJETO DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - PE, A SER REALIZADA POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, EM RAZÃO DO VALOR, NOS TERMOS DO ART. 75, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021.OS INTERESSADOS DEVERÃO ENCAMINHAR, POR MEIO DO E-MAIL: **CPL@GRAVATA.PE.GOV.BR**, A MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM APRESENTAR PROPOSTA. POSTERIORMENTE, SERÁ ENVIADA AOS INTERESSADOS A LISTA DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS.

GRAVATÁ, 17 DE AGOSTO DE 2026

VICTOR HUGO DE MENEZES
Gerente de Licitações

Publicado por:
Camilla Donara de Morais
Código Identificador:C7AECF4B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IBIMIRIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

Objeto: Sistema de Registro de Preços para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL GRÁFICO para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Ibimirim/PE (Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social). CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.105.971/0001-50, através da Secretaria de Administração (Secretaria Demandante), com a participação das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social. FORNECEDOR REGISTRADO**: MULTI SERVICOS GRAFICOS E SOLUCOES LTDA**, com sede na RUA AMARO MONTEIRO DE ARAUJO, PAO DE ACUCAR, TAQUARITINGA DO NORTE/PE - CEP: 55.790-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.922.703/0002-70. Vencedora dos seguintes itens: Item 2 com valor unitário de R$ 23,09 (vinte e três reais e nove centavos) e valor total de R$ 1.616,30 (mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta centavos) e item 101 com valor unitário de R$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos) e valor total de R$ 598,00 (quinhentos e noventa e oito reais) perfazendo o valor total da Ata de Registro de Preços de **R$ 2.214,30** (dois mil, duzentos e quatorze reais e trinta centavos). Data da assinatura: 05 de março de 2026 e validade da ata: até 05/03/2027.

Gestores Das Secretarias Participantes:

MARIA SUELY LEITE CAVALCANTE
Secretária De Administração (Demandante/Gerenciadora)

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária De Educação (Participante)

WELLITÂNIA DE MELO SIQUEIRA
Secretária De Saúde (Participante)

MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária De Desenvolvimento Social (Participante)

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:69CD2808

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2026, ORIUNDO DO PROCESSO Nº 020/2026 E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2026

Objeto: Locação do imóvel situado na Área Indígena Nazário, nas Latitude -8.636458 e longitude -37.807555, na cidade de Ibimirim, estado de Pernambuco, para funcionamento da sede de apoio da Secretaria Municipal dos Povos Originários, por 12 meses. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IBIMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 10.105.971/0001-50, através da Secretaria Municipal dos Povos Originários. CONTRATADA: ILDEMAR BESERRA DA SILVA, portadora do CPF nº 756.578.664-68. O Valor do contrato é de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Data Da Assinatura: 30 de janeiro de 2026.

Gestor(a) do Orgão:

JOSUÉ PEREIRA DA SILVA
Secretário Da Secretaria Municipal Dos Povos Originários

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:B98ADEAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2026, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2025

Objeto: Contratação de empresa para AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR (Iogurte sabor morango, Iogurte sabor salada/vitamina de frutas e Polpa de fruta congelada), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência do Pregão nº 047/2025. CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.156.248/0001-62. EMPRESA CONTRATADA: AKY POLPAS INDUSTRIA DE ALIMENTOS NORDESTE LTDA, com sede na Av Austriclinio de Araujo Beltrao, Cohab, Tacaimbó/PE - CEP: 55.140-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.035.241/0001-65. O Valor do contrato é de R$ 102.840,70 (cento e dois mil, oitocentos e quarenta reais e setenta centavos). Data Da Assinatura: 09 de fevereiro de 2026. vigência: Até 31/12/2026.

Gestor(a) do Orgão:

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária De Educação

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:AB2E8390

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2026, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2025

Objeto: Contratação de empresa para AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR (Cereal Matinal, Macarrão Espaguete, Carne Moída Bovina, Peito de Frango e Coxa e Sobrecoxa de Frango), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência do Pregão nº 047/2025. CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.156.248/0001-62. EMPRESA CONTRATADA: DISTSERV DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA, com sede na Rua Josefa Bione, nº 268, Caja, Carpina/PE - CEP: 55.813-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.343.897/0001-33. O Valor do contrato é de R$ 410.840,00 (quatrocentos e dez mil, oitocentos e quarenta reais). Data Da Assinatura: 09 de fevereiro de 2026. vigência: Até 31/12/2026.

Gestor(a) do Orgão:

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária De Educação

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:2325CE28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2026, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2025

Objeto: Contratação de empresa para AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR (Extrato de Tomate, Flocos de Milho, Margarina, Sal Refinado e Pão Tipo Francês), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência do Pregão nº 047/2025. CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.156.248/0001-62. EMPRESA CONTRATADA: JOSIVANIA F ARAUJO-ME, com sede na Avenida Manoel Vicente, 505, Centro, Ibimirim/PE - CEP: 56.580-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.239.029/0001-81. O Valor do contrato é de R$ 47.094,40 (quarenta e sete mil, noventa e quatro reais e quarenta centavos). Data Da Assinatura: 09 de fevereiro de 2026. vigência: Até 31/12/2026.

Gestor(a) do Orgão:

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária De Educação

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:107EDDA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2026, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2025

Objeto: Contratação de empresa para AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR (Arroz Parboilizado, Açúcar, Biscoitos, Café, Colorífico, Condimento, Feijão, Leite em Pó, Vinagre, Bisteca Suína, Carne Moída, Bolo de Trigo e outros), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência do Pregão nº 047/2025. CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.156.248/0001-62. EMPRESA CONTRATADA: SF COMERCIAL ATACADISTA DISTRIBUIDORA LTDA, com sede Avenida Doutor Francisco Correia, Pixete, São Lourenço Da Mata/PE - CEP: 54.730-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.772.813/0001-91. O Valor do contrato é de R$ 389.532,34 (trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e trinta e dois reais e trinta e quatro centavos). Data Da Assinatura: 09 de fevereiro de 2026. vigência: Até 31/12/2026.

Gestor(a) do Orgão:

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária De Educação

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:EBAF5117

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2026, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2025

Objeto: Contratação de empresa para AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR (Achocolatado em Pó), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência do Pregão nº 047/2025. CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.156.248/0001-62. EMPRESA CONTRATADA: GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA, com sede Rua Belo Tavares, S/N, Abilio Unia, Caririaçu/CE - CEP: 63.220-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.892.220/0001-38. O Valor do contrato é de R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais). Data Da Assinatura: 10 de fevereiro de 2026. vigência: Até 31/12/2026.

Gestor(a) do Orgão:

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária De Educação

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:112C7F3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2026, ORIUNDO DO PROCESSO Nº 023/2026 E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

Objeto: O objeto do presente instrumento é a locação de imóvel situado à Rua Manoel de Souza Neto, no 190, Bairro Centro, na cidade de Ibimirim/PE, para funcionamento da Casa da Criança, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por 12 meses. CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IBIMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o no 13.900.848/0001-19. EMPRESA CONTRATADA: THOMAS WAGNER BEZERRA, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 7152824 SDS/PE, inscrito nº CPF sob nº 057.648.614-03. O valor mensal da contratação é de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e valor total de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Data Da Assinatura: 09 de fevereiro de 2026.

Gestor(a) do Orgão:

MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária De Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:9A382B85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2026, ORIUNDO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 119/2025 E DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR Nº 033/2025

Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA pela Secretaria Municipal de Educação de Ibimirim-PE. CONTRATANTE: **O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.156.248/0001-62. EMPRESA CONTRATADA: **PRONAI COMERCIO DE LIVROS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 10.748.147/0001-18. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais)**. Data Da Assinatura: 13 de fevereiro de 2026. vigência: Até 31/12/2026.

Gestor(a) do Orgão:

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária de Educação

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:B2274EBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2026, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025

Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS TIPO HORTIFRUTI para atender de forma parcelada a Secretaria Municipal de Assistência Social e todos os Programas a ela vinculados**. CONTRATANTE: **O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**, inscrito no CNPJ sob nº 13.900.848/0001-19. EMPRESA CONTRATADA: **JOSIVANIA F ARAUJO-ME**, com sede na Avenida Manoel Vicente, 505, Centro, Ibimirim/PE - CEP: 56.580-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.239.029/0001-81. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 258.781,78** (duzentos e cinquenta e oito mil setecentos e oitenta e um reais e setenta e oito centavos). Data Da Assinatura: 25 de fevereiro de 2026. vigência: Até 31/12/2026.

GESTOR(a) DO ORGÃO:

MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:CF4EFF42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2026, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2025 E CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025

Objeto: **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**. CONTRATANTE: **O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.156.248/0001-62. CONTRATADA: **MARIANA FERREIRA VIANA GOMES**, inscrito no CPF sob n.º 115.114.294-88. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 21.536,39** (vinte e um mil quinhentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos). Data Da Assinatura: 25 de fevereiro de 2026. vigência: 12 meses.

Gestor(a) do Orgão:

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária de Educação

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:113BC351

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 097/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 097/2026, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2025 E CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2025

Objeto: **Contratação de empresa de engenharia para a execução de obras de pavimentação em paralelepípedo, drenagem e saneamento em diversas ruas, no município de Ibimirim – PE**. CONTRATANTE: **A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM, inscrita no CNPJ sob o nº 10.105.971/0001-50**. EMPRESA CONTRATADA: **FERREIRA E MORAES LTDA ME**, com sede na Av. Miguel Pereira Neto, 861 - Bairro: Nova Esperança, Cupira – CEP: 55460-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.985.704/0001-63. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 4.879.223,79 (quatro milhões oitocentos e setenta e nove mil duzentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos)**. Data Da Assinatura: 26 de fevereiro de 2026. vigência: 12 meses

GESTOR(a) DO ORGÃO:

MARLOS ALAND'LON GOMES D'ÁVILA
Secretário(a) Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:00A717F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2026, ORIUNDO DO PROCESSO Nº 032/2026 E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2026

Objeto: O objeto do presente instrumento é a locação de imóvel situado â Rua Inês Rolim de Oliveira. no 64, Bairro Centro, na cidade de Ibimirim/PE, para o funcionamento de Casa de apoio ao Exército na recuperação da BR 110 no trecho Ibimirim-Petrolândia, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Administração. **por 3 meses**. CONTRATANTE: **A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM, inscrita no CNPJ sob o nº 10.105.971/0001-50**. CONTRATADO: **CICERO BEZERRA ROLIM DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 710.754.964-20. 4. O valor mensal da contratação é de R$ 3.000,00 (três mil reais) e valor total de R$ 9.000,00 (nove mil reais). Data Da Assinatura: 26 de fevereiro de 2026. vigência: 03 meses

Gestor(a) do Orgão:

MARIA SUELY LEITE CAVALCANTE
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:0677750C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2026, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

Objeto: aquisição parcelada de Material Gráfico para atender de forma parcelada a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação. **CONTRATANTE**: A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM, inscrita no CNPJ sob o nº 10.105.971/0001-50. **CONTRATADO**: **L N DE FIGUEIREDO SILVA IMPRESSÃO**, com sede na RUA SÃO SEVERINO, 7, GUADALAJARA, PAUDALHO/PE - CEP: 55.825-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.250.038/0001-02. de **R$ 456.138,70** (quatrocentos e cinquenta e seis mil cento e trinta e oito reais e setenta centavos). Data de Assinatura: 05 de março de 2026. vigência: 31/12/2026.

Gestor(a) do Orgão:

MARIA SUELY LEITE CAVALCANTE
Secretária de Administração

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária de Educação

WELLITÂNIA DE MELO SIQUEIRA
Secretária de Saúde

MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:37F39090

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2026, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

Objeto: aquisição parcelada de Material Gráfico para atender de forma parcelada a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação. **CONTRATANTE**: A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM, inscrita no CNPJ sob o nº 10.105.971/0001-50. **CONTRATADO**: **MULTI SERVICOS GRAFICOS E SOLUCOES LTDA**, com sede na RUA AMARO MONTEIRO DE ARAUJO, PAO DE ACUCAR, TAQUARITINGA DO NORTE/PE - CEP: 55.790-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.922.703/0002-70. de **R$ 1.771,44** (mil setecentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos). Data de Assinatura: 05 de março de 2026. vigência: 31/12/2026.

Gestor(a) do Orgão:

MARIA SUELY LEITE CAVALCANTE
Secretária de Administração

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária de Educação

WELLITÂNIA DE MELO SIQUEIRA
Secretária de Saúde

MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:77E13C19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2026, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

Objeto: aquisição parcelada de Material Gráfico para atender de forma parcelada a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação. **CONTRATANTE**: A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM, inscrita no CNPJ sob o nº 10.105.971/0001-50. **CONTRATADO**: **ESTRELA COMUNICAÇÃO GRAFICA EIRELI**, com sede na TORRES GALVÃO, PAULISTA BOM CONSELHO/PE - CEP: 53.403-592, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.137.518/0001-68. de **R$ 110.973,60** (cento e dez mil novecentos e setenta e três reais e sessenta centavos). Data de Assinatura: 09 de março de 2026. vigência: 31/12/2026.

Gestor(a) do Orgão:

MARIA SUELY LEITE CAVALCANTE
Secretária de Administração

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária de Educação

WELLITÂNIA DE MELO SIQUEIRA
Secretária de Saúde

MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:DD2126F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2026, ORIUNDO DO PROCESSO Nº 033/2026 E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

Objeto: O objeto do presente instrumento é a locação de imóvel situado nas coordenadas geográficas Latitude -8,636458 e Longitude -37.807555, na cidade de Ibimirim/PE, para funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV- do Povoado Nazário, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 12 meses. **CONTRATANTE**: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IBIMIRIM, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.900.840001-19. **CONTRATADO**: **ALINE DA SILVA DE MOURA**, inscrita no CPF sob o nº 099.209.974-98. valor mensal da contratação é de R$ 500,00 (quinhentos reais) e valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Data de Assinatura: 04 de março de 2026. vigência: 12 meses.

Gestor(a) do Orgão:

MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:2B46D6B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2026, ORIUNDO DO PROCESSO Nº 034/2026 E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

Objeto: 1.1. O Objeto do presente instrumento é a contratação da empresa PLACILDO JOAO DA SILVA 24859321820 inscrita no CNPJ/MF sob o n' 28.172.965/0001-80, para realização de apresentação artística da banda PETRÔNIO E PLACILDO. a ser realizada em 15103/2026, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), para abrilhantar as festividades da Tradicional festa de São José no Povoado Poço do Boi, no município de Ibimirim/PE. **CONTRATANTE**: O MUNICIPIO DE IBIMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno. com sede na Rua Maria do Rosário Melo. 218 — Areia Branca. inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.105.971/0001-50. **CONTRATADO**: **PLACILDO JOAO DA SILVA 24859321820 inscrita no CNPJ/MF sob o n' 28.172.965/0001-80**. Data de Assinatura: 10 de março de 2026. vigência: 06 meses.

Gestor(a) do Orgão:
JUCIANE MARIA BAPTISTA FERREIRA
Secretária de Desenvolvimento Econômico

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:01AF323D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2026, ORIUNDO DO PROCESSO Nº 034/2026 E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

Objeto: O Objeto do presente instrumento é a contratação da empresa EDSON JOSE PEREIRA MARQUES 03263686470 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.962.974/0001-14, para realização de apresentação artística da banda VAQUEIRO MATUTO. a ser realizada em 15/03/2026, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), para abrilhantar as festividades da Tradicional festa de São José no Povoado Poço do Boi, no município de Ibimirim/PE. **CONTRATANTE**: O MUNICIPIO DE IBIMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno. com sede na Rua Maria do Rosário Melo. 218 — Areia Branca. inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.105.971/0001-50. **CONTRATADO**: **EDSON JOSE PEREIRA MARQUES 03263686470 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.962.974/0001-14**. Data de Assinatura: 10 de março de 2026. vigência: 06 meses.

GESTOR(a) DO ORGÃO:

JUCIANE MARIA BAPTISTA FERREIRA
Secretária de Desenvolvimento Econômico

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:DF6D8CAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2026, ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2026

Objeto: O presente Contrato tem por objeto Prestação do serviço de aperfeiçoamento, e treinamento dos agentes públicos do quadro de pessoal da Administração Pública Municipal, em licitações c contratações, de acordo com as especificações constantes da Inexigibilidade de Licitação e seus anexos proposta e conteúdo programático do treinamento. **CONTRATANTE**: O MUNICIPIO DE IBIMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno. com sede na Rua Maria do Rosário Melo. 218 — Areia Branca. inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.105.971/0001-50. **CONTRATADO**: R M ALVES DA CRUZ inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.958.833/0001-53. valor total de R$ 3.994,00 (três mil, novecentos e noventa e quatro reais). Data de Assinatura: 10 de março de 2026. vigência: 60 dias.

Gestor(a) do Orgão:

MARIA SUELY LEITE CAVALCANTE
Secretária de Administração

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:B0A3A154

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IGARASSU

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026

A Câmara Municipal de Igarassu, Estado de Pernambuco, torna público que realizará contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis.

Objeto: Aquisição de 02 (dois) notebooks e 03 (três) impressoras multifuncionais, todos novos e de primeiro uso, acompanhados dos acessórios necessários ao pleno funcionamento e com garantia mínima de 12 (doze) meses, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Igarassu.

Valor total estimado: R$ 16.088,51 (dezesseis mil, oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos).

Critério de julgamento: Menor preço por item.

Período para envio das propostas e dos documentos de habilitação: de 18/08/2026 até 25/08/2026, às 10h.

Data e horário da sessão pública: 25/08/2026, às 10h.

Local de entrega das propostas: As propostas e os documentos de habilitação poderão ser enviados para o e-mail licitacao@igarassu.pe.leg.br, em arquivo PDF, ou entregues presencialmente na Sala de Licitações da Câmara Municipal de Igarassu, situada na Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/nº, Centro, Igarassu/PE, CEP 53.610-213, em dias úteis, das 8h às 16h.

O Aviso de Contratação Direta e seus anexos poderão ser solicitados integralmente pelo e-mail licitacao@igarassu.pe.leg.br, consultados no sítio eletrônico institucional https://www.igarassu.pe.leg.br/ ou presencialmente no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Igarassu.

Igarassu, 17 de agosto de 2026.

Comissão de Planejamento da CMI
MARÍLIA KARLA DA SILVA SANTOS

Publicado por:
Jhullyanne Galvão de Souza Albertim
Código Identificador:96D28CD7

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/2026, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2026, CONCORRÊNCIA Nº 004/2026, REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento o acréscimo, proporcional a 24,95%, do valor total do Contrato nº 178/2026, referente a CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TAPA-BURACO EM PMF (PRÉ-MISTURADO A FRIO) SOB DEMANDA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE IGARASSU/PE. **CONTRATANTE:** Secretaria da Cidade. **CONTRATADA:** CABRAL CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o Nº 29.505.771/0001-12. **VALOR DO ADITIVO:** R$ 398.233,08 (trezentos e noventa e oito mil, duzentos e trinta e três reais, e oito centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO: 0213; UNIDDAE: 021303; AÇÃO GOVERNAMENTAL: 1.033; DESPESA ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.51.00; FONTE DE RECURSO: 1.500.0000. **DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:2BA776F7

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 307/2025, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2025, DISPENSA Nº 016/2025.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a renovação da vigência, pelo período de 12 (doze) meses, e o reajuste, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), proporcional a 4,892470% do valor total do Contrato nº **307/2025**, que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE VEÍCULOS COM TRANSMISSÃO DE DADOS VIA GPRS/GSM E RECEPÇÃO GPS 24 HORAS EM TEMPO REAL, COMPREENDENDO A INSTALAÇÃO DE MÓDULOS RASTREADORES, IDENTIFICADOR DE CONDUTOR EM COMODATO E A DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO COM ACESSO VIA WEB PARA GESTÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARASSU.** Iniciando seus efeitos em **13/08/2026 a 12/08/2027**. **CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARASSU. **CONTRATADA: JN RASTREAMENTO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **30.243.868/0001-83. VALOR DO CONTRATO:** R$ 26.222,10 (vinte e seis mil, duzentos e vinte e dois reais e dez centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ORGÃO: 0302; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 030200; AÇÃO GORVERNAMENTAL: 2.006; DESPESA ORÇAMENTARIA: 3.3.90.39.00. **FONTE DE RECURSO:** 1.500.1001. **DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 24 de julho de 2026.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:FADCAEB6

SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
EXTRATO DO 3° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 424/2023 - CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2023, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2023 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2023.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a renovação do prazo, por 12 (doze) meses, do Contrato nº 424/2023, referente à LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS MONOCROMÁTICAS E POLICROMÁTICAS, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARASSU, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. Iniciando seus efeitos em 01/08/2026 a 31/07/2027. **CONTRATANTE:** Secretaria da Cidade. **CONTRATADA:** INFORPRINT MATERIAIS LTDA, CNPJ Nº 35.529.023/0001-72. **VALOR DO ADITIVO: R$ 11.516,40** (onze mil quinhentos e dezesseis reais e quarenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: 0213; Unidade Orçamentária: 021301; Ação Governamental: 2.073; Despesa Orçamentária: 3.3.90.39.00; Fonte de Recurso: 1.500.0000. **DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 24 de julho de 2026.

Publicado por:
Vitoria Lima de Souza Melo
Código Identificador:FFE96F4C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IGUARACY

COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO -AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA 0KM

Prefeitura Municipal de Iguaracy/PE

Aviso de Licitação - REPUBLICAÇÃO
PE N° 031/2026

Encontra-se à disposição dos interessados o Edital do Pregão Eletrônico n° 031/2026, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA 0KM CONFORME EMENDA PARLAMENTAR 30393/2026 PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IGUARACY-PE** - Valor estimado do presente objeto é de R$ 170.900,00 (**cento e setenta mil e novecentos reais**) - pelo www.bnc.org.br. Referência de tempo: horário oficial de Brasília Horário de enceramento de recebimento das propostas: 08h do dia 27 de Agosto de 2026 - www.bnc.org.br. Horário da disputa: 09h:00min. do dia 27 de Agosto de 2026 (horário de Brasília) Endereço eletrônico para formalização de consulta: licitacaoecontratosiguaracy@gmail.com. e no Prédio da Prefeitura, localizado na Praça Antônio Rabelo, 02 – centro – Iguaracy /PE. Maiores informações pelo fone: (87) 3837-1156, e-mail: licitacaoecontratosiguaracy@gmail.com ou no endereço acima.
Edital Alterado e seus Anexos: Disponíveis na plataforma BNC.

Iguaracy, 17 de agosto de 2026.

REJANE NUNES DA SILVA CAVALCANTE
Pregoeira

Publicado por:
Gladstone Ramos da Silva Junior
Código Identificador:4A3DA450

COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 149/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 149/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGUARACY-PE - CNPJ Nº 11.402.235/0001-26
CONTRATADA: **POSTO DE COMBUSTIVEIS LOPES LIRA LTDA (POSTO CRISTO REI),** inscrita no CNPJ sob o nº. 33.802.978/0001-26.

OBJETO: Contratação de empresa para o **fornecimento de combustível (gasolina)** destinados à frota de veículos próprios, locados ou que vierem a ser incorporados à frota do **Fundo Municipal de Saúde de Iguaracy/PE**, pelo período de 6 (seis) meses, conforme condições, especificações e exigências contidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

VALOR GLOBAL: R$ 232.337,35 (duzentos e trinta e dois mil trezentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 21/07/2026 a 21/01/2027

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
10.122.0004.2029.0000 / 3.3.90.30.00
10.301.0010.2031.0000/ 3.3.90.30.00
10.302.0011.2038.0000/ 3.3.90.30.00
10.304.0012.2041.0000/3.3.90.30.00

Data da assinatura: 21/07/2026.

Publicado por:
Gladstone Ramos da Silva Junior
Código Identificador:E758AABE

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARACY
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA BANCO DE PARECERISTAS Nº 001/2026

ANEXO II

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARECERISTAS

DAS PARTES CONTRATANTE:
O Município de Iguaracy, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ: 11.368.966/0001-00, com sede à Praça Antônio Rabelo, 2, Centro – Iguaracy – PE, CEP: 56840-000, doravante denominado **CONTRATANTE** e neste ato representada por seu representante legal, o secretário de Cultura e Turismo Rodrigo Faustino de Souza.

CONTRATADA PF:
NOME DO(A) PARECERISTA: _____, inscrito(a) no CPF:_____, residente e domiciliado à Rua _____, n.º __, bairro: _____, cidade: _____, estado: ____, CEP: _____.

Decidem as partes, na melhor forma de direito, celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,** que reger-se-á mediante as cláusulas e condições adiante estipuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a formação de banco de pareceristas para possível prestação de serviços profissionais de análise, classificação e emissão de parecer técnico sobre projetos culturais no âmbito dos Editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB e de outras políticas públicas de cultura aplicada no Município de Iguaracy, desde que atendidos aos requisitos descritos nos editais e desde que esteja de acordo com os termos e condições detalhados neste contrato.

Este contrato só será celebrado quando o(a) parecerista for convocado para ser oficialmente contratado, uma vez que está presente na lista do banco de dados de parecerista, não garante a contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1 A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à execução dos serviços contratados, incluindo orientações, documentos e instruções indispensáveis ao adequado cumprimento do objeto deste contrato.

2.2 Compete à CONTRATANTE disponibilizar previamente à CONTRATADA os valores referentes à prestação do serviço, a quantidade de projetos a serem analisados, os critérios e subcritérios de avaliação, os editais e demais normas aplicáveis, os formulários de avaliação, os prazos de análise, o calendário de reuniões, o envio integral dos projetos a serem avaliados, bem como quaisquer outras informações necessárias à adequada execução dos serviços.

2.3 A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento conforme as condições e prazos estabelecidos na Cláusula Sexta deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A CONTRATADA deve prestar os serviços conforme as condições, prazos e especificações deste contrato e do edital convocatório, respeitando prazos e condições.

3.2 A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo absoluto sobre dados, documentos, informações, materiais e conteúdos da CONTRATANTE, inclusive projetos analisados, mesmo após o término da execução dos serviços ou da vigência contratual.

3.3 As informações, documentos, materiais e dados da CONTRATANTE, bem como dos artistas e agentes culturais, deverão ser utilizados exclusivamente para a execução dos serviços contratados, sendo vedada sua divulgação, comercialização ou utilização para qualquer outra finalidade, devendo ser observadas as regras da LGPD e devendo ser mantido o sigilo, inclusive, sobre resultados preliminares.

3.4 A CONTRATADA será integralmente responsável por encargos trabalhistas, previdenciários e tributários relacionados à sua atuação, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade nesse sentido.

CLÁUSULA QUARTA – DOS SERVIÇOS

4.1 A CONTRATADA executará os serviços conforme definido neste contrato, tais como analisar projetos, atribuir notas, emitir parecer, participar de socialização quando convocado, responder diligências e demais incumbências previstas no Edital.

4.2 Os serviços serão executados conforme convocação específica da CONTRATANTE, observados os prazos e o calendário definidos no respectivo edital ou instrumento de convocação, encerrando-se a execução com a conclusão integral das atividades atribuídas ao parecerista.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXCLUSIVIDADE

5.1 A CONTRATADA não possui exclusividade com a CONTRATANTE, podendo prestar serviços semelhantes a outros

entes federativos, desde que não haja conflito com o objeto deste contrato.

5.2 A CONTRATADA atuará com autonomia técnica e organizacional, sem exigência de trabalho presencial, devendo cumprir exclusivamente o cronograma acordado. Contudo, a autonomia não elimina dever de cumprir prazos, reuniões e confidencialidade.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 O valor total do contrato é de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), a ser pago em até quinze dias úteis após a execução dos serviços, mediante depósito em conta bancária em nome da CONTRATADA.

6.2 O valor a ser pago será informado previamente aos pareceristas convocados para integrar as comissões julgadoras e será formalizado neste contrato ou em instrumento específico de convocação, considerando que cada edital possui demandas e custos distintos.

6.3 Considera-se cumprido o contrato após a entrega integral dos pareceres técnicos e demais atividades previstas, em conformidade com os critérios do edital correspondente, e após a validação formal da CONTRATANTE quanto ao cumprimento do objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESCUMPRIMENTO

7.1 O não cumprimento de qualquer cláusula deste contrato poderá resultar em sua rescisão e aplicação de sanções previstas no Edital, garantidos o contraditório e a ampla defesa. Mesmo em caso de rescisão, a CONTRATADA continuará responsável pelo sigilo, pela guarda e pelo uso adequado de todas as informações e dados da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E VALIDADE

8.1 A CONTRATADA deverá executar os serviços nos prazos estabelecidos, devendo comunicar previamente, ou assim que tomar conhecimento, à CONTRATANTE eventual impossibilidade de cumprimento, com a devida justificativa e indicação de novo prazo para execução.

8.2 Este contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2026 ou até a conclusão integral dos serviços decorrentes da convocação específica, o que ocorrer primeiro. Permanecerão vigentes, mesmo após o término do contrato, as obrigações relativas ao sigilo, à confidencialidade, à proteção de dados e à ética profissional.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 Qualquer parte poderá encerrar o contrato por motivo relevante, força maior ou caso fortuito, desde que comunique, formalmente, a outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente contrato não gera vínculo trabalhista entre as partes, inexistindo relação de subordinação, pessoalidade ou habitualidade, bem como qualquer obrigação previdenciária ou trabalhista por parte da CONTRATANTE, sendo a atuação da CONTRATADA de natureza autônoma.

10.2 A tolerância de qualquer das partes em relação ao descumprimento de cláusula ou condição deste contrato não significa renúncia ao direito de exigir seu cumprimento a qualquer tempo, nem implica modificação ou extinção das obrigações aqui estabelecidas.

10.3 A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento dos prazos, condições e exigências estabelecidos neste contrato, bem como possuir disponibilidade para cumprir integralmente as obrigações assumidas.

10.4 A CONTRATADA declara que conhece integralmente as regras e exigências dos editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB e de outros editais de políticas públicas nos quais atuará como parecerista, declarando, ainda, que não incorre em quaisquer impedimentos legais, éticos ou administrativos, inclusive conflito de interesses, estando plenamente apta a exercer suas funções.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Afogados da Ingazeira, Pernambuco, para resolver eventuais conflitos relacionados a este contrato.

Por estarem, assim, justos e de acordo, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor.

Iguaracy, _____ de _____ de 2026.

RODRIGO FAUSTINO DE SOUZA
Secretário de Cultura e Turismo

Publicado por:
Gladstone Ramos da Silva Junior
Código Identificador:993CA6A2

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO III

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARACY
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA BANCO DE PARECERISTAS Nº 001/2026

ANEXO III

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO DE PARECERISTAS

PESSOA FÍSICA:
Cópia de RG (frente e verso) ou CNH;
Cópia de CPF (dispensável caso já contenha no RG e CNH);
Informações bancárias em nome do(a) parecerista;
Nº de PIS/PASEP;
Comprovante de residência;
Comprovação curricular;
Certidão Negativa de Débito Federal (Dívida Ativa da União).

Atenção! A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos complementares para fins de contratação, tais como comprovante de residência, certidões negativas municipais, estaduais e federais, documentos adicionais para comprovação curricular ou outros documentos correlatos. Esses documentos complementares terão o mesmo valor jurídico dos documentos exigidos inicialmente e poderão, se não apresentados no prazo solicitado, resultar na suspensão ou na desistência da contratação.

Publicado por:
Gladstone Ramos da Silva Junior
Código Identificador:75B0A3EE

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA BANCO DE PARECERISTAS Nº 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARACY
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA BANCO DE PARECERISTAS Nº 001/2026

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Iguaracy/PE, em conformidade com a Lei Federal nº 14.399/2022 (PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), no Decreto nº 11.740/2023, no Decreto nº 11.453/2023 e na Instrução Normativa

MinC nº 10/2023, que tratam das ações afirmativas e das medidas de acessibilidade, torna público o presente Edital de Credenciamento, abrindo prazo para inscrições de pessoas interessadas em compor o Banco de Pareceristas para avaliação de projetos culturais no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) e de outras políticas públicas de cultura no Município de Iguaracy.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A inclusão no Banco de Pareceristas de Iguaracy não gera direito à convocação automática, ou seja, constar no credenciamento de pareceristas não traz a garantia da contratação. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo realizará a convocação por chamamento direto, conforme a demanda da Administração Pública e a necessidade de análise dos projetos apresentados, observada a lista de credenciados.
Todas as informações sobre este Edital estarão disponíveis no site oficial do Município de Iguaracy (https://iguaracy.pe.gov.br), em seção específica do Edital de Credenciamento nº 001/2026 – Pareceristas da PNAB e dúvidas também podem ser sanadas pelo e-mail: pnabiguaracyciclo2@gmail.com

DO OBJETO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Este Edital seleciona e credencia profissionais, pessoas físicas, residentes em Iguaracy – PE, ou em qualquer município do Estado de Pernambuco, para integrar o Banco de Pareceristas.
Os pareceristas analisarão, classificarão e emitirão pareceres técnicos sobre projetos culturais inscritos nos editais da PNAB e em outros editais de políticas públicas do Município, desde que atendam às exigências deste Edital.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Podem se inscrever pessoas físicas maiores de 18 anos, residentes no Estado de Pernambuco.
Somente o profissional credenciado poderá analisar os projetos. É proibido repassar essa função a terceiros, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
O candidato deverá comprovar qualificação e experiência nas áreas ou linguagens artísticas em que pretende atuar. Além disso, deverá demonstrar capacidade de redigir textos com clareza, impessoalidade e precisão.
Em situações excepcionais, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo poderá convidar outros profissionais para compor as comissões de pareceristas, quando não houver candidatos aptos ou quando ocorrer desistência sem suplentes disponíveis.

DOS IMPEDIMENTOS

Não podem se inscrever nem ser convidados para o Banco de Pareceristas: servidores efetivos ou comissionados da Secretaria de Cultura e Turismo de Iguaracy, ex-servidores que tenham se desligado da Secretaria há menos de seis meses, terceirizados ou outros profissionais que mantenham vínculo direto com a Secretaria, bem como seus respectivos cônjuges ou parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.
É vedada a inscrição ou o convite para integrar o Banco de Pareceristas de pessoas que: sejam proponentes de projetos inscritos nos editais da PNAB do Município de Iguaracy durante a vigência desta Chamada Pública, que integrem a equipe principal desses projetos ou que passem a integrar projetos inscritos nos editais da PNAB do Município em qualquer fase de sua execução, bem como de seus respectivos cônjuges ou parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.
Se houver impedimento, o parecerista deve informar a situação e não poderá avaliar o projeto e qualquer nota atribuída será anulada.
Se, em qualquer momento, for identificado descumprimento das regras, o parecerista será descredenciado e deixará de participar das análises, assegurado o contraditório e ampla defesa.

DA IMPUGNAÇÃO E DAS INSCRIÇÕES

Qualquer cidadão poderá impugnar este Edital por irregularidade, mediante envio de pedido fundamentado no prazo de até três dias corridos, contados da data de sua publicação, para o e-mail: pnabiguaracyciclo2@gmail.com
A Secretaria de Cultura e Turismo de Iguaracy analisará e responderá à impugnação no prazo de até três dias úteis.
As inscrições são gratuitas e devem ser feitas para o e-mail: pnabiguaracyciclo2@gmail.com enquanto o Edital estiver em vigor.
Quem se inscrever de **17/08/2026 a 04/09/2026** poderá ser convocado para analisar projetos da PNAB e demais políticas públicas de cultura em editais lançados no ano de 2026. Quem se inscrever depois da data final, só poderá atuar em editais lançados posteriormente.
A Secretaria de Cultura e Turismo de Iguaracy não se responsabiliza por eventuais problemas que impeçam o recebimento da inscrição até o horário estabelecido, como falta de energia elétrica, falhas no servidor, problemas na transmissão de dados, ou outros contratempos tecnológicos. Não sendo aceitas inscrições incompletas ou em formato de rascunho.
A cada ano será realizada uma análise das novas inscrições, visando à atualização do Banco de Credenciamento.
O candidato deverá indicar as áreas ou linguagens culturais nas quais deseja se inscrever para emitir pareceres, conforme o rol abaixo:
- Artes cênicas: teatro, dança, circo, ópera, mímica e afins;
- Artes plásticas, artes gráficas e afins;
- Artes integradas;
- Cultura popular, culturas tradicionais, folclore, artesanato e afins;
- Design e moda;
- Fotografia;
- Formação e capacitação;
- Gastronomia;
- Literatura, incluindo obras de referência e cordel;
- Música;
- Patrimônio cultural material e imaterial: artístico, histórico, arquitetônico, arqueológico, paleontológico, científico e geocultural, incluindo museus, bibliotecas, arquivos, centros culturais e afins;
- Pesquisa cultural;
- Cultura de comunidades de imigrantes, refugiados, povos indígenas, quilombolas e ciganos;
- Cultura digital e cultura urbana;
- Cultura LGBTQIAPN+;
- Audiovisual.

Não será permitida a realização de duas inscrições distintas. Se isso ocorrer, será considerada a última inscrição realizada.

DA DOCUMENTAÇÃO

O candidato deve preencher todos os campos obrigatórios do formulário de inscrição e enviar a documentação exigida, nas etapas documental e curricular.
Será exigida a documentação obrigatória prevista no **Anexo 2** deste Edital.
Para fins de comprovação curricular, conforme o caso, o candidato deverá apresentar:

currículo que comprove a experiência e a trajetória na área ou linguagem cultural escolhida;
certificados de formação acadêmica;
documentos que comprovem experiência na gestão de políticas culturais em instituições públicas ou privadas.
Os documentos deverão estar legíveis e ser enviados em formato PDF, respeitado o limite máximo de 10 MB por arquivo, sendo admitidas assinaturas manuscritas ou digitais. A inscrição somente será considerada efetivada após o envio completo da documentação exigida e o recebimento de confirmação por e-mail.

DA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE CREDENCIAMENTO

O processo de credenciamento será realizado em duas etapas: Análise documental e Análise curricular.
ETAPA 1 – ANÁLISE DOCUMENTAL
Na análise documental, a Comissão verificará se o formulário foi preenchido corretamente e se toda a documentação obrigatória foi enviada. Quem não cumprir essas exigências será desclassificado.
Se forem encontradas irregularidades nos documentos em qualquer fase do processo, o candidato será descredenciado e poderá sofrer sanções legais previstas neste Edital.

ETAPA 2 – ANÁLISE CURRICULAR
A Comissão analisará o currículo para verificar se o candidato tem qualificação e experiência na área escolhida. Serão aceitas apenas experiências comprovadas dos últimos dez anos.
Para fins de comprovação de formação acadêmica, cópia do certificado ou diploma.
A experiência deve ser comprovada por declaração ou documento equivalente emitido pela instituição contratante.
Todos os documentos de comprovação de formação acadêmica ou experiência profissional deverão estar redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução oficial.
Só serão aceitos documentos em nome da pessoa física.
Não serão aceitas comprovações de experiência profissional ou acadêmica que não indiquem a data de realização da atividade.
Cada documento utilizado para comprovação de formação acadêmica ou de experiência profissional deverá ser compilado e enviado em um único arquivo, de forma organizada e legível, respeitando o limite permitido para envio por e-mail.

DO RECURSO

Após a divulgação do resultado no site da Prefeitura, o candidato poderá apresentar recurso, em até cinco dias corridos, enviando o pedido por e-mail: pnabiguaracyciclo2@gmail.com
A Comissão de Seleção confirmará o recebimento do recurso e analisará o pedido em até três dias úteis, podendo manter ou alterar o resultado.
O recurso deverá apresentar, de forma clara, as razões e justificativas do candidato, sendo vedada a inclusão de novos documentos que deveriam ter sido apresentados no momento da inscrição, salvo nos casos de diligência solicitada pela Comissão para complementação de informações já enviadas.
O recurso não suspende automaticamente o resultado. A suspensão só ocorrerá se a autoridade competente decidir, de forma justificada, que isso é necessário.

DO CREDENCIAMENTO E DO SISTEMA DE CONVOCAÇÃO

Serão considerados aptos ao credenciamento os candidatos que cumprirem os requisitos deste Edital e obtiverem validação na avaliação técnica, passando a integrar o Banco de Pareceristas durante a vigência do Edital, sem garantia de convocação.
O candidato credenciado só será chamado para assinar contrato se for convocado para atuar em alguma comissão de julgamento.
Quando necessário, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo fará a convocação direta dos pareceristas, que deverão enviar a documentação dentro do prazo informado. Recomenda-se que os candidatos verifiquem previamente sua regularidade jurídica, fiscal e tributária, a fim de evitar impedimentos a contratação.
A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo poderá pedir documentos ou informações adicionais sempre que necessário.
Cada comissão de pareceristas deverá ser composta por, no mínimo, três membros e deve possuir um número ímpar de integrantes.

DA CONTRATAÇÃO E DA REMUNERAÇÃO

Os pareceristas credenciados poderão ser convocados a qualquer momento durante a vigência deste Edital. Ao serem convocados, receberão o calendário de atividades e deverão confirmar, no prazo estabelecido, a disponibilidade para execução do trabalho. A ausência de resposta autoriza a convocação de outro parecerista.
A quantidade de projetos a serem analisados variará conforme a demanda de cada edital, sendo a estimativa informada previamente aos pareceristas convocados.
Os pareceristas que integrarem os Grupos Técnicos atuarão em apoio à Comissão Deliberativa da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo até a publicação do resultado final dos projetos, incluindo a análise de eventuais recursos. Essa atuação não gerará pagamento de remuneração adicional, estando compreendida no valor previamente contratado.
Os pareceristas contratados terão direito à remuneração previamente definida, conforme a demanda específica de cada edital.
O pagamento será realizado após a assinatura do contrato e a efetiva prestação dos serviços, por meio de depósito em conta bancária de titularidade do parecerista contratado, não sendo aceitas contas-benefício, contas conjuntas ou contas de terceiros.
Poderá haver retenção de tributos na fonte, conforme a legislação vigente no momento do pagamento.

DAS COMPETÊNCIAS

São atribuições dos pareceristas credenciados:

– analisar individualmente os projetos culturais inscritos, atribuindo notas e emitindo pareceres técnicos fundamentados e conclusivos, exclusivamente nos formulários fornecidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
– participar, quando solicitado, da socialização dos projetos avaliados, apresentando considerações técnicas aos demais pareceristas e à Comissão Deliberativa, em ambiente virtual disponibilizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, inclusive em reuniões virtuais nos casos de editais que prevejam defesa oral;
– assessorar a Comissão Deliberativa em matérias relacionadas à análise técnica dos projetos, quando solicitado.
Os pareceristas e os membros da Comissão Deliberativa deverão participar das socializações, acompanhando as discussões técnicas e esclarecendo dúvidas relacionadas à análise dos projetos.
Os pareceristas deverão utilizar exclusivamente os formulários específicos fornecidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo para a análise dos projetos.
A infraestrutura necessária para a análise dos projetos e emissão de pareceres, incluindo equipamentos, acesso à internet e participação em videoconferências, será de responsabilidade exclusiva do parecerista, não sendo admitida qualquer solicitação de reembolso de despesas.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO DO CONTRATO

Em caso de inexecução total ou parcial das atividades previstas neste Edital ou no Contrato, a contratante poderá aplicar sanções ao parecerista credenciado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, incluindo:
– advertência por escrito;
– impedimento de participação em editais municipais, como parecerista ou proponente, pelo prazo máximo de dois anos.
Para fins deste Edital, considera-se:
– inexecução parcial: atrasos injustificados, envio de formulários em desacordo com o modelo exigido, ausência de resposta a solicitações da contratante ou indisponibilidade injustificada para as etapas previstas;
– inexecução total: não entrega da análise técnica no prazo, sem autorização de prorrogação, ou descumprimento das regras deste Edital.
As sanções podem resultar no encerramento do contrato e à suspensão do pagamento.

DA VIGÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

13.1. O Edital de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período.

DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

A Comissão de Seleção poderá decidir pelo descredenciamento do parecerista, a qualquer tempo, mediante decisão fundamentada, quando fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento comprometerem sua capacidade jurídica, técnica, fiscal, ética ou operacional, sem direito a indenização, compensação ou reembolso, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.
Será assegurado ao parecerista descredenciado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
O parecerista poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante justificativa, que será analisada pela autoridade competente.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A participação neste Edital implica o pleno conhecimento e a aceitação de todas as suas regras, bem como a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas, sob as penas da lei.
A apresentação de impugnações ou pedidos de esclarecimento não suspende nem interrompe o andamento do processo de credenciamento, que continuará normalmente até decisão final. Caso sejam identificadas irregularidades, a Administração poderá adotar as medidas corretivas que entender necessárias, inclusive a suspensão, revisão ou anulação de atos, nos termos da legislação aplicável.
Situações não previstas serão resolvidas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com apoio da Comissão de Seleção.
As despesas decorrentes deste Edital poderão ser custeadas com recursos municipais, estaduais ou federais, inclusive aqueles oriundos da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB.
Fica eleito o Foro da Comarca de Afogados da Ingazeira, Pernambuco, como o único competente para dirimir quaisquer questões originadas deste Edital de Credenciamento.

Anexos:
Anexo 1 – Ficha de Inscrição
Anexo 2 – Contrato de Parecerista
Anexo 3 – Lista de Documentos Para Contratação

Iguaracy/PE, 17 de agosto de 2026.

RODRIGO FAUSTINO DE SOUZA
Secretário de Cultura e Turismo de Iguaracy

Publicado por:
Gladstone Ramos da Silva Junior
Código Identificador:66A10179

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 504/2026.

PORTARIA Nº 504/2026.

Dispõe sobre a instituição e nomeação dos membros da Comissão Especial de Credenciamento e Avaliação Curricular dos Pareceristas Técnicos Culturais no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) no Município de Iguaracy – PE.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGUARACY**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB);
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.740, de 11 de outubro de 2023, que regulamenta a referida Lei;
CONSIDERANDO a necessidade pública de selecionar profissionais qualificados (pareceristas) para compor a banca de avaliação técnica e de mérito cultural dos projetos inscritos nos editais locais;
CONSIDERANDO a publicação do Edital de Chamamento Público nº 001/2026, que rege o credenciamento de pareceristas no âmbito deste Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a **Comissão Especial de Credenciamento e Avaliação Curricular**, com a finalidade exclusiva de processar, analisar a documentação, avaliar os currículos e julgar a habilitação dos candidatos inscritos no Edital de Credenciamento de Pareceristas Técnicos Culturais da PNAB em Iguaracy – PE.
Art. 2º Nomear para compor a referida Comissão os seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

• **Presidente:** RODRIGO FAUSTINO DE SOUZA, CPF nº 050.794.694-47.
• **Membro Titular:** LIDIANE BEZERRA DE MOURA, CPF nº 063.374.964-85.
• **Membro Titular:** MARIA APARECIDA BEZERRA RABELO, CPF nº 052.164.734-75.
• **Membro Suplente:** ADLANNY CORDEIRO ALVES, CPF nº 064.129.724-63.

Art. 3º Competirá à Comissão de Credenciamento e Avaliação Curricular:

• **I -** Receber as inscrições e analisar a conformidade com as exigências documentais do edital;
• **II -** Realizar a análise técnica dos currículos, portfólios e pontuações dos candidatos pareceristas;
• **III -** Emitir parecer de habilitação ou inabilitação dos inscritos;
• **IV -** Analisar e julgar eventuais recursos administrativos apresentados pelos candidatos na fase de credenciamento;
• **V -** Elaborar a listagem final para homologação do Banco de Pareceristas.

Art. 4º Os trabalhos desenvolvidos pelos membros desta comissão serão considerados prestação de serviço público relevante e não ensejarão remuneração adicional, ressalvada a hipótese de previsão orçamentária expressa em edital.
Art. 5º Fica vedada a participação nesta comissão de membros que possuam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inscritos no edital de pareceristas.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Iguaracy – PE, 17 de agosto de 2026.

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA NETO
Prefeito

Publicado por:
Gladstone Ramos da Silva Junior
Código Identificador:E40005A3

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE INGAZEIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CARTA DE CONVOCAÇÃO INSPEÇÃO DE SAÚDE Nº 008.17.08.2026

CARTA DE CONVOCAÇÃO INSPEÇÃO DE SAÚDE Nº 008.17.08.2026

Ingazeira/PE, 17 de agosto de 2026.
A **Secretaria Municipal de Administração de Ingazeira/PE** em razão do Concurso Público publicado através do Edital nº 001/2023, de 31 de julho de 2023, homologado por meio Decreto Municipal nº 026/2024 de 25 de junho de 2024 e Errata datada de 17/08/2026 convoca para **INSPEÇÃO DE SAÚDE**, os candidatos aprovados e classificados a seguir listados:

ATO	CARGO	CANDIDATOS	DATA DO EXAME
Inspeção de Saúde	VIGILANTE	PAULO GEORGE LIMA DA SILVA (INSC 329) AGENILDO GOMES BEZERRA (INSC 535)	26/08/2026 ás 13:00 horas.
Divulgação de Resultado da Inspeção de Saúde	VIGLANTE	- - - -	31/08/2026

A Inspeção de Saúde acontecerá no prédio da Secretaria Municipal de Saúde no dia 26/08/2026 ás 13:00 horas.

Pomo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

HYAGO FRANÇA BRITO INOJOSA DE OLIVEIRA
Sec. de Administração
Portaria nº 007/2024

Publicado por:
Hyago Franca Brito Inojosa de Oliveira
Código Identificador:5E24F54D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA - RESULTADO DE ANÁLISE DOCUMENTAL EM RAZÃO DACARTA DE CONVOCAÇÃO Nº 006.02.07.2026

ERRATA

DOCUMENTO: RESULTADO DE ANÁLISE DOCUMENTAL EM RAZÃO DACARTA DE CONVOCAÇÃO Nº 006.02.07.2026

A Secretaria Municipal de Administração do Município de Ingazeira – PE, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público (Edital nº 001/2023, homologado pelo Decreto Municipal nº 026/2024), torna pública a presente ERRATA ao RESULTADO DE ANÁLISE DOCUMENTAL EM RAZÃO DACARTA DE CONVOCAÇÃO Nº 006.02.07.2026, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 11/08/2026, Edição 4158 (Código Identificador: 704532A0).
A correção faz-se necessária tendo em vista que, após reanálise pela administração, constatou-se a entrega tempestiva da documentação por parte dos candidatos Paulo George Lima da Silva e Agenildo Gomes Bezerra.
Desta forma, altera-se o quadro de resultados nos seguintes termos:
ONDE SE LÊ:

• VIGILANTE | PAULO GEORGE LIMA DA SILVA (INSC 329) | AUSENTE
• VIGILANTE | AGENILDO GOMES BEZERRA (INSC 535) | AUSENTE

LEIA-SE:

• VIGILANTE | PAULO GEORGE LIMA DA SILVA (INSC 329) | **DEFERIDO** *(Motivo: Constatada a entrega tempestiva da documentação após reanálise)*
• VIGILANTE | AGENILDO GOMES BEZERRA (INSC 535) | **DEFERIDO** *(Motivo: Constatada a entrega tempestiva da documentação após reanálise)*

Permanecem inalterados os resultados dos demais candidatos e as outras disposições contidas no documento original publicado.

Ingazeira – PE, 17 de agosto de 2026.

HYAGO FRANÇA BRITO INOJOSA DE OLIVEIRA
Sec. de Administração
Portaria nº 007/2025

Publicado por:
Hyago Franca Brito Inojosa de Oliveira
Código Identificador:EB629111

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IPOJUCA

CÃMARA MUNICIPAL DO IPOJUCA
EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026
A Câmara Municipal do Ipojuca torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Contratação Direta, mediante Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de adequação e compartimentação de ambientes internos no novo prédio da Câmara Municipal do Ipojuca, compreendendo execução de divisórias em blocos maciços de gesso, instalação de portas com respectivos acessórios, execução de acabamentos e pintura das superfícies, retirada e destinação adequada de resíduos, limpeza final e entrega dos ambientes totalmente concluídos, aptos para ocupação e utilização, com fornecimento integral de materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e mão de obra especializada, incluindo a responsabilidade técnica pela validação executiva da solução mediante vistoria, conferência de medidas, elaboração de croqui executivo e emissão da respectiva ART ou RRT, conforme condições, quantitativos e especificações estabelecidas no Termo de Referência.
Critério de Julgamento: Menor Preço Global.
Valor Global Estimado: R$ 55.976,31 (cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais e trinta e um centavos).
Período para Recebimento de Propostas: Início em 18 de agosto de 2026, às 08h00, com encerramento impreterível no dia 20 de agosto de 2026, às 23h59.
E-mail para Envio das Propostas:
contratacoes@camaraipojuca.pe.gov.br.
Informa-se, ainda, que o Aviso de Contratação Direta na íntegra, contendo o Termo de Referência, a Minuta do Contrato e demais anexos, encontra-se devidamente publicado e disponível para conferência no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência da Câmara Municipal do Ipojuca.

Ipojuca/PE, 17 de agosto de 2026.

GENIVAL FERREIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal do Ipojuca

Publicado por:
Elvis Eugênio Rocha Lima
Código Identificador:F2FC1D69

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 76, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

O Secretário de Defesa Social e o Corregedor, no uso das atribuições legais, observando-se o disposto nos artigos 26, 149, da Lei nº 1.867/17, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2026/CGGCMI, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, por 30 dias, contando-se a partir do dia 19 de agosto de 2026, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2026/CGGCMI, designada pela portaria nº 30, de 17 de Março de 2026, publicada no Boletim Interno Semanal nº13/GCMI, na data de 31 de Março de 2026. A dilação do prazo inicial é imperiosa devido a necessidade de realização de diligências e obtenção de conteúdo probatório, conforme solicitação da Comissão de Promoção através do memorando nº 039/2026.
Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAMBERGSON CORREIA MELO
Secretário de Defesa Social

GUSTAVO PEREIRA DOS SANTOS
Corregedor Geral - GCMI

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:5381896D

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 77, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

O Secretário de Defesa Social e o Corregedor, no uso das atribuições legais, observando-se o disposto nos artigos 26, 149, da Lei nº 1.867/17, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2026/CGGCMI, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, por 30 dias, contando-se a partir do dia 26 de agosto de 2026, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2026/CGGCMI, designada pela portaria nº 33, publicada no Boletim Interno Semanal nº15/GCMI, na data de 13 de abril de 2026. A dilação do prazo inicial é imperiosa devido a necessidade de realização de diligências e obtenção de conteúdo probatório, conforme solicitação da Comissão de Promoção atraves do memorando nº 040/2026.
Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAMBERGSON CORREIA MELO
Secretário de Defesa Social

GUSTAVO PEREIRA DOS SANTOS
Corregedor Geral - GCMI

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:2273BC1D

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2024

O **MUNICÍPIO DO IPOJUCA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel João de Souza Leão, n.º s/n, Centro, Ipojuca/PE, telefone / Fax: (81) 3551-1296, regularmente inscrito no CNPJ/MF sob o no 11.294.386/0001-08, através da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** CNPJ: 11.294.386/0001-08, órgão público integrante da Administração Direta do Poder Executivo Municipal do Ipojuca, que tem como representante a **Srª. Ivone Maria da Silva**, portadora do CPF nº 715.363.024-49, no exercício de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo **Nº 263/2026**, especialmente na autorização do Órgão Gerenciador **Consórcio Intermunicipal do Sertão de Alagoas - CONISA,** Anuência do prestador representada pela Empresa **LINUS LOG LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 13.409.775/0001-67 e no **Parecer Técnico nº 0428/2026 - CGM e Parecer Jurídico PGM nº 065/2026**, **AUTORIZA e homologa a adesão Nº 036/2026 à Ata de Registro de Preços nº 08/2024**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90.010/2024,** gerenciada pelo órgão gerenciador, nos termos seguintes:

Adesão a Ata de Registro de Preços: 036/2026

Vigência da Ata: 12 meses

Órgão Gerenciador/Concedente: Consórcio Intermunicipal do Sertão de Alagoas - CONISA

Órgão Aderente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - CNPJ: 11.294.386/0001-08

Empresa detentora do registro: LINUS LOG LTDA - CNPJ/MF: 13.409.775/0001-67

Objeto: Contratação de solução tecnológica integrada, hospedada em nuvem, contemplando aplicativo mobile, APIs de integração e módulo de gestão web, voltada ao suporte contínuo e em escala institucional das ações de capacitação (ambiente EAD), comunicação interna e engajamento dos servidores públicos da Prefeitura do Ipojuca.

Valor total da adesão: R$ 2.977.575,86 (dois milhões novecentos e setenta e sete mil quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).

Ipojuca, 14 de julho de 2026.

IVONE MARIA DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Taciana Almeida Alves da Silva Shen
Código Identificador:DFB1AABC

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAÍBA

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO PRELIMINAR DA SELEÇÃO PNAB- DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

Aos 16 dias do mês de julho de 2026**, reuniram-se os membros da Comissão de Seleção do Projeto de Ações de Fortalecimento da Cultura**, referente ao Edital nº 001/, vinculado à **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB)**, no município de Itaíba-PE, com a finalidade de realizar a análise e divulgar o **resultado preliminar da seleção dos inscritos**.
Após a conferência da documentação apresentada pelos(as) inscritos(as) e a análise das propostas, conforme os critérios e requisitos estabelecidos no Edital, a Comissão chegou ao seguinte resultado preliminar:

ÁREA	Culturas Periféricas, Povos e Comunidades Tradicionais
DESCRIÇÃO	Cinco (05) iniciativas de comunidades tradicionais, grupos ou coletivos periféricos ou tradicionais
Nº	**NOME**
01	EDINEIDE ALVES FIRMINO
02	HADRIANA BEZERRA ALVES PEREIRA
03	KATIA REJANE DA CONCEIÇÃO SILVA
04	MARIANA SANTOS MARTINS
05	SIZINA AMÁBILE FELICIANO DA SILVA

Fica registrado que o presente resultado possui **caráter preliminar**, não constituindo resultado final do processo de seleção.
Os(as) candidatos(as) que desejarem poderão apresentar **recurso**, **5 dias** após a divulgação deste resultado, de forma e condições estabelecidas no Edital nº001 /. Após o período de recursos e a respectiva análise pela Comissão, será divulgado o resultado final da seleção.

Comissão de Seleção

Nome: Idelfonso Nunes de Oliveira
Cargo/Função: _____
Assinatura: _____

Nome: Lucielly Guimarães Tavares Oliveira
Cargo/Função: _____
Assinatura: _____

Nome: Maria Whadyna de Oliveira Melo
Cargo/Função_____
Assinatura: _____

Publicado por:
Ana Paula Santana da Silva
Código Identificador:BF3F8FD0

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAMBÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ- CPL
ATA DA SESSÃO DA DISPENSA Nº013/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº051/2026

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2026 – DISPENSA Nº 013/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ - PE

Ata da reunião da Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Secretário de Serviços Urbanos, o Sr. ULISSES LUIS CABRAL DA SILVA, referente a Dispensa nº. 013/2026, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada no fornecimento de tubos destinados à implantação, ampliação e manutenção da rede de abastecimento de água do Reservatório de Muzumbo, localizado no Município de Itambé/PE, visando garantir a melhoria da infraestrutura hídrica e a continuidade do abastecimento de água à população atendida. Por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
Aos 17 (DEZESSETE) dias do mês de AGOSTO de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 09:15 (NOVE E QUINZE) horas, na sala de licitações, localizada no endereço a Rua Josué de Castro, 84, centro, ITAMBÉ-PE, CEP: 55.920-000, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação–CPL, composta pelos servidores, Fátima Cristina Matias de Andrade (Agente de Contratação), Anah Layla Nunes Ribeiro e

Gabriel Francisco Da Silva (Membro), designados pela Portaria nº. 201/2025, de 22 de Maio de 2025, a fim de receber as Propostas de Preço, bem como documentos de habilitação referentes à dispensa de valor com base no Art. Nº 75, caput, Inciso II da Lei 14.133/2021.

Iniciados os trabalhos, constatou-se que, até o horário inicialmente estabelecido para a sessão, às 9h, nenhuma empresa havia apresentado proposta, situação que acarretaria o fracasso do certame.

Entretanto, às 9h15min, a empresa **J BEZERRA LIMA AGRICULTURA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **41.040.106/0001-04**, com sede na Rua Marechal Dantas Barreto, nº 38/46, Centro, Timbaúba-PE, CEP 55.870-209, apresentou presencialmente sua documentação e proposta.

Diante da apresentação da proposta e da documentação pela referida empresa, a Comissão de Licitação, visando assegurar o prosseguimento do certame e evitar que a licitação fosse declarada fracassada, procedeu ao recebimento e à análise da documentação apresentada, observando as disposições previstas no edital e na legislação aplicável.

Portanto, foi constatado o envio da proposta da empresa: **J BEZERRA LIMA AGRICULTURA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **41.040.106/0001-04** sediada na Rua Marechal Dantas Barreto, Nº 38/46, Centro, Timbaúba-PE, CEP: 55.870-209.

Dando continuidade aos trabalhos de análise de Habilitação e de Proposta de Preços, que foram analisados pela Comissão e referentes à habilitação, em vista do preenchimento dos requisitos exigidos, considerou-se que a empresa protocolou da seguinte forma:

N° DE PARTICIPANTES	EMPRESA	PROTOCOLO	JULGAMENTO	RESULTADO	PROPOSTA
01	J BEZERRA LIMA AGRICULTURA	presencial	Atendeu todos os itens	HABILITADA	R$ 31.861,25

1- Habilitação: Sobre a empresa **J BEZERRA LIMA AGRICULTURA,** inscrito no CNPJ/MF **41.040.106/0001-04**, iniciamos indicando que consultamos o relatório consolidado de Pessoa Jurídica do TCU e constatou-se que nada consta nos resultados da pesquisa; passamos a consultar a situação do contrato social, em relação a sua autenticidade na Junta Comercial do Estado de PE, confirmo a veracidade do contrato social. Sobre a documentação do responsável da empresa, foi apresentada a CNH.

Na consulta do cartão de CNPJ confirmamos a inscrição da empresa e constatamos sua situação ativa, na consulta de autenticidade da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União constatou-se a sua veracidade e vigência, anexando-as aos autos; O FGTS foi apresentado, constatou-se a sua veracidade e vigência, anexando-o aos autos.

Na autenticidade da certidão negativa de débitos trabalhistas, constatou-se a sua veracidade e vigência, anexando-as aos autos; Na validação da certidão da secretaria da fazenda Estadual, constatou-se sua veracidade e vigência, anexando-a aos autos; a validação da Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal, foi apresentada constatou-se a sua veracidade e vigência, anexando-a aos autos.

Sobre as Certidões de Falência de 1º e 2º grau, foram apresentadas, constatou-se a veracidade e vigência, anexando-as aos autos. Sobre a Comprovação de aptidão para desempenho de atividade e fornecimento, compatível com o objeto da licitação, foi apresentado o atestado de capacidade técnica, conforme edital.

As declarações foram apresentadas, conforme edital. Sobre a proposta, informo que foi apresentada e submetida a análise técnica. Todas as documentações foram diligenciadas e anexadas aos autos.

Informo que a empresa **J BEZERRA LIMA AGRICULTURA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **41.040.106/0001-04,** sediada na Rua Marechal Dantas Barreto, Nº 38/46, Centro, Timbaúba-PE, CEP: 55.870-209, está **habilitada** para o presente processo.

Em seguida, passou a Comissão analisar referentes às propostas de preços, na qual a empresa **J BEZERRA LIMA AGRICULTURA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **41.040.106/0001-04,** apresentou proposta com o menor preço no valor global de **R$ 31.861,25 (Trinta e um mil oitocentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos)** referente a Dispensa nº. 013/2026.

Portanto a empresa vencedora para a Dispensa 013/2026 é: **J BEZERRA LIMA AGRICULTURA,** inscrita no CNPJ/MF **41.040.106/0001-04,** com o menor preço no valor global de **R$ 31.861,25 (Trinta e um mil oitocentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos).**

Em seguida o Agente de Contratação da Comissão Permanente de Licitação leu o resultado do certame e deu por encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, que vai assinada por todos os membros da Comissão.

FÁTIMA CRISTINA MATIAS DE ANDRADE
Agente de Contratação

ANAH LAYLA NUNES RIBEIRO
Membro Equipe de Apoio

GABRIEL FRANCISCO DA SILVA
Membro Equipe de Apoio

Publicado por:
Camila Cavalcante de Melo Rocha
Código Identificador:7397911C

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ- CPL
AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2026

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAMBÉ - PE
AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2026

Processo Licitatório Nº 010/2026 – Pregão Eletrônico Nº 005/2026. Prestação de Serviços. Tipo Menor Preço Por Item. A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de instrumentos musicais (flautas, safonas, alfaias, violão e entre outros) utilizados nas atividades da Proteção Social Básica, no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), compreendendo serviços de regulagem, limpeza, lubrificação, afinação, reparos, substituição de peças e componentes, quando necessário, bem como demais procedimentos indispensáveis à adequada conservação, funcionalidade e pleno funcionamento dos instrumentos musicais, visando atender às necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Itambé/PE, com recursos provenientes da Emenda Parlamentar nº 202528850017 – Humberto Costa, PA nº 09032025-2-086157, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. Valor estimado de R$ 14.961,84 (Quatorze mil novecentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos). Recebimento das propostas no dia 18 de agosto de 2026 a partir das 17:00h, abertura e encerramento das propostas dia 01 de setembro de 2026 a partir das 09:15h, início da sessão de disputa dia 01 de setembro de 2026 às 09:30hrs, pelo sistema BNC (Banco Nacional de Compras). Maiores Informações na Sala de Licitações localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Itambé-PE, situado à Rua Josué de Castro, n°84, Centro – Itambé – PE. Os editais e anexos e outras informações podem ser obtidos no site www.itambe.pe.gov.br ou no mesmo endereço da sessão de abertura no horário das 08:00 às 14:30, segunda a quinta e na sexta-feira das 08:00 às 14:00, ou, ainda através do email:pmilicitacao2024@gmail.com.

CAMILA CAVALCANTE DE MELO ROCHA –
Agente de Contratação/Pregoeira.

Publicado por:
Camila Cavalcante de Melo Rocha
Código Identificador:45953EB2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL MUNICIPIO DE ITAPISSUMA RESULTADO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2026

O condutor de processos do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA-ITAPISSUMA-PE, vem comunicar o resultado do processo de PREGÃO ELETRÔNICO nº 00007/2026, Processo Administrativo nº 260209PE00007 finalizado segunda-feira, 17 de agosto de 2026 às 11:36, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO,PARA ATENDER AS NECESSIDADES ATUAIS E FUTURAS DE REFORMAS , E PEQUENAS ADAPTAÇÕES NA ESTRUTURA FISICA DESTA SECRETARIA, MEDIANTE REGISTRO DE PRE. Ficando adjudicadas e homologadas as seguintes propostas: MASTERFER COMERCIO DE FERRAGENS LTDA (11175931000147) com o lote 18 no valor de R$ 3.201,00 (três mil e duzentos e um reais) e lote 22 no valor de R$ 1.830,00 (um mil e oitocentos e trinta reais) e A. DONIZETE DA SILVA - ME (06164562000157) com o lote 76 no valor de R$ 15.278,04 (quinze mil e duzentos e setenta e oito reais e quatro centavos) e O FORTE DA CONSTRUÇÃO LTDA (07178101000104) com o lote 1 no valor de R$ 755,28 (setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos), lote 3 no valor de R$ 3.640,00 (três mil e seiscentos e quarenta reais), lote 4 no valor de R$ 181,44 (cento e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos), lote 5 no valor de R$ 5.220,00 (cinco mil e duzentos e vinte reais), lote 6 no valor de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), lote 7 no valor de R$ 530,00 (quinhentos e trinta reais), lote 8 no valor de R$ 227,00 (duzentos e vinte e sete reais), lote 9 no valor de R$ 834,00 (oitocentos e trinta e quatro reais), lote 10 no valor de R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), lote 11 no valor de R$ 263,50 (duzentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos), lote 12 no valor de R$ 105,00 (cento e cinco reais), lote 13 no valor de R$ 705,00 (setecentos e cinco reais), lote 14 no valor de R$ 144,50 (cento e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), lote 15 no valor de R$ 15,50 (quinze reais e cinquenta centavos), lote 16 no valor de R$ 40,00 (quarenta reais), lote 17 no valor de R$ 1.152,00 (um mil e cento e cinquenta e dois reais), lote 20 no valor de R$ 1.560,00 (um mil e quinhentos e sessenta reais), lote 23 no valor de R$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais), lote 24 no valor de R$ 62,00 (sessenta e dois reais), lote 25 no valor de R$ 45,50 (quarenta e cinco reais e cinquenta centavos), lote 26 no valor de R$ 384,00 (trezentos e oitenta e quatro reais), lote 28 no valor de R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), lote 29 no valor de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), lote 30 no valor de R$ 390,00 (trezentos e noventa reais), lote 31 no valor de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais), lote 32 no valor de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais), lote 33 no valor de R$ 390,00 (trezentos e noventa reais), lote 34 no valor de R$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais), lote 35 no valor de R$ 85,00 (oitenta e cinco reais), lote 37 no valor de R$ 13,00 (treze reais), lote 38 no valor de R$ 46,00 (quarenta e seis reais), lote 39 no valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), lote 40 no valor de R$ 149,50 (cento e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), lote 41 no valor de R$ 321,00 (trezentos e vinte e um reais), lote 43 no valor de R$ 33,20 (trinta e três reais e vinte centavos), lote 44 no valor de R$ 29,00 (vinte e nove reais), lote 45 no valor de R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais), lote 46 no valor de R$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais), lote 47 no valor de R$ 448,58 (quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), lote 49 no valor de R$ 73,59 (setenta e três reais e cinquenta e nove centavos), lote 50 no valor de R$ 24,00 (vinte e quatro reais), lote 51 no valor de R$ 605,00 (seiscentos e cinco reais), lote 54 no valor de R$ 29,99 (vinte e nove reais e noventa e nove centavos), lote 55 no valor de R$ 25,50 (vinte e cinco reais e cinquenta centavos), lote 56 no valor de R$ 27,60 (vinte e sete reais e sessenta centavos), lote 57 no valor de R$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais), lote 58 no valor de R$ 80,00 (oitenta reais), lote 60 no valor de R$ 22,90 (vinte e dois reais e noventa centavos), lote 62 no valor de R$ 930,00 (novecentos e trinta reais), lote 63 no valor de R$ 30,60 (trinta reais e sessenta centavos), lote 64 no valor de R$ 7,40 (sete reais e quarenta centavos), lote 65 no valor de R$ 3,60 (três reais e sessenta centavos), lote 66 no valor de R$ 23,20 (vinte e três reais e vinte centavos), lote 67 no valor de R$ 85,20 (oitenta e cinco reais e vinte centavos), lote 68 no valor de R$ 171,60 (cento e setenta e um reais e sessenta centavos), lote 69 no valor de R$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais), lote 71 no valor de R$ 45,60 (quarenta e cinco reais e sessenta centavos), lote 72 no valor de R$ 12,64 (doze reais e sessenta e quatro centavos), lote 73 no valor de R$ 6,00 (seis reais), lote 74 no valor de R$ 14,00 (quatorze reais), lote 75 no valor de R$ 28,96 (vinte e oito reais e noventa e seis centavos), lote 77 no valor de R$ 313,20 (trezentos e treze reais e vinte centavos), lote 78 no valor de R$ 1.422,00 (um mil e quatrocentos e vinte e dois reais), lote 79 no valor de R$ 740,00 (setecentos e quarenta reais), lote 80 no valor de R$ 4.680,00 (quatro mil e seiscentos e oitenta reais), lote 81 no valor de R$ 1.825,00 (um mil e oitocentos e vinte e cinco reais), lote 82 no valor de R$ 1.767,00 (um mil e setecentos e sessenta e sete reais), lote 83 no valor de R$ 28,50 (vinte e oito reais e cinquenta centavos), lote 84 no valor de R$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais), lote 85 no valor de R$ 2.975,00 (dois mil e novecentos e setenta e cinco reais), lote 86 no valor de R$ 143,70 (cento e quarenta e três reais e setenta centavos), lote 87 no valor de R$ 112,50 (cento e doze reais e cinquenta centavos), lote 88 no valor de R$ 197,82 (cento e noventa e sete reais e oitenta e dois centavos), lote 89 no valor de R$ 87,00 (oitenta e sete reais), lote 90 no valor de R$ 783,00 (setecentos e oitenta e três reais), lote 91 no valor de R$ 190,80 (cento e noventa reais e oitenta centavos), lote 95 no valor de R$ 972,00 (novecentos e setenta e dois reais), lote 96 no valor de R$ 1.746,00 (um mil e setecentos e quarenta e seis reais), lote 97 no valor de R$ 57,00 (cinquenta e sete reais) e lote 98 no valor de R$ 27,00 (vinte e sete reais),

ITAPISSUMA (PE), segunda-feira, 17 de agosto de 2026

KLEBSON EDSON DO NASCIMENTO SENA
Condutor de Processos

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:1415BC34

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAQUITINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS. DISPENSA 010/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA – PE, em cumprimento ao que determina o art. 75, §3º da Lei 14.133/21 solicita propostas de preços e documentação para a **AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS TIPO CARRO COLETOR DE 1000 LITROS E LIXEIRAS TIPO CARRO COLETOR DE 120 LITROS, DESTINADAS A UTILIZAÇÃO DE EQUIPES DE LIMPEZA NAS VIAS PÚBLICAS, NO MUNICÍPIO DE ITAQUITINGA - PE** Os interessados deverão solicitar, Edital através do e-mail: Email cpllicitaitaquitinga2026@gmail.com ou pelo link https://transparencia.itaquitinga.pe.gov.br/portal/v81/p_index/p_index .php Por fim, informamos que este procedimento de simples solicitação de cotação estará recebendo ofertas de propostas por 3 (três) dias úteis.

Itaquitinga, 17 de agosto de 2026

WLADMIR CORREIA DOS SANTOS
Secretário Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Lúcio Fernando de Araujo Aguiar
Código Identificador:5CA19237

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA
SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS. DISPENSA 011/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA – PE, em cumprimento ao que determina o art. 75, §3º da Lei 14.133/21 solicita propostas de preços e documentação para a Contratação de empresa para aquisições de Instrumentos Musicais para as Bandas Márcias das Escolas do município de Itaquitinga – PE Os interessados deverão solicitar, Edital através do e-mail: Email cpllicitaitaquitinga2026@gmail.com ou pelo link https://transparencia.itaquitinga.pe.gov.br/portal/v81/p_index/p_index .php Por fim, informamos que este procedimento de simples solicitação de cotação estará recebendo ofertas de propostas por 3 (três) dias úteis.

Itaquitinga, 17 de agosto de 2026

LAMARTINE JOSE ALBUQUERQUE DA SILVA
Secretário de Educação

Publicado por:
Lúcio Fernando de Araujo Aguiar
Código Identificador:189DE74E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JATAÚBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JATAÚBA
EXTRATO DE ADITIVO

13° Termo Aditivo ao Contrato Nº 00030/2025, Pregão Eletrônico nº 004/2025 para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA; Contratada: OSAEL INÁCIO DA SILVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.693.605/0001-90, com sede na Rodovia PE 160, S/N, Bairro Augusto de Melo, Município de Jataúba, Estado de Pernambuco; Justificativa: foi alterado a cláusula do valor, referente ao item 1. Informamos a ocorrência de redução dos custos de aquisição da Gasolina, em decorrência das variações de preços anunciados pela Petrobrás e apresentado na NF-e de aquisição. Dessa forma, há a necessidade de reequilíbrio econômico dos preços ora praticados, diminuindo-se o valor da gasolina de R$ 6,89/L para R$ 6,79/L, redução em números percentuais de 1.45%. Contemplando o devido repasse da variação dos preços de aquisição, tudo em obediência ao disposto no Art. 134 da Lei nº 14.133/21, do Art. 37, XXI da Constituição Federal e na Clausula Décima do contrato.

Jataúba/PE, 17 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIS NUNES CHAVES FILHO
Secretário de Saúde

Publicado por:
Fábio Luiz Nunes Chaves Filho
Código Identificador:8FE5D73A

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA
EXTRATO DE ADITIVO

13° Termo Aditivo ao Contrato Nº 00034/2025, Pregão Eletrônico nº 004/2025 para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA; Contratada: OSAEL INÁCIO DA SILVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.693.605/0001-90, com sede na Rodovia PE 160, S/N, Bairro Augusto de Melo, Município de Jataúba, Estado de Pernambuco; Justificativa: foi alterado a cláusula do valor, referente ao item 1. Informamos a ocorrência de redução dos custos de aquisição da Gasolina, em decorrência das variações de preços anunciados pela Petrobrás e apresentado na NF-e de aquisição. Dessa forma, há a necessidade de reequilíbrio econômico dos preços ora praticados, diminuindo-se o valor da gasolina de R$ 6,89/L para R$ 6,79/L, redução em números percentuais de 1.45%. Contemplando o devido repasse da variação dos preços de aquisição, tudo em obediência ao disposto no Art. 134 da Lei nº 14.133/21, do Art. 37, XXI da Constituição Federal e na Clausula Décima do contrato.

Jataúba/PE, 17 de agosto de 2026.

ALICIA RAFAELY DA SILVA OLIVEIRA
Secretária de Administração

Publicado por:
Fábio Luiz Nunes Chaves Filho
Código Identificador:8EBD88E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JATAÚBA-PE

EXTRATO DE ADITIVO

13° Termo Aditivo ao Contrato Nº 00019/2025, Pregão Eletrônico nº 004/2025 para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA; Contratada: OSAEL INÁCIO DA SILVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.693.605/0001-90, com sede na Rodovia PE 160, S/N, Bairro Augusto de Melo, Município de Jataúba, Estado de Pernambuco; Justificativa: foi alterado a cláusula do valor, referente ao item 1. Informamos a ocorrência de redução dos custos de aquisição da Gasolina, em decorrência das variações de preços anunciados pela Petrobrás e apresentado na NF-e de aquisição. Dessa forma, há a necessidade de reequilíbrio econômico dos preços ora praticados, diminuindo-se o valor da gasolina de R$ 6,89/L para R$ 6,79/L, redução em números percentuais de 1.45%. Contemplando o devido repasse da variação dos preços de aquisição, tudo em obediência ao disposto no Art. 134 da Lei nº 14.133/21, do Art. 37, XXI da Constituição Federal e na Clausula Décima do contrato.

Jataúba/PE, 17 de agosto de 2026.

LUZIANA SIQUEIRA DE QUEIROZ FALCÃO
Secretária de Assistência Social

Publicado por:
Fábio Luiz Nunes Chaves Filho
Código Identificador:ECA3542D

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JATAÚBA-PE

EXTRATO DE ADITIVO

13° Termo Aditivo ao Contrato Nº 00028/2025, Pregão Eletrônico nº 004/2025 para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA; Contratada: OSAEL INÁCIO DA SILVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.693.605/0001-90, com sede na Rodovia PE 160, S/N, Bairro Augusto de Melo, Município de Jataúba, Estado de Pernambuco; Justificativa: foi alterado a cláusula do valor, referente ao item 1. Informamos a ocorrência de redução dos custos de aquisição da Gasolina, em decorrência das variações de preços anunciados pela Petrobrás e apresentado na NF-e de aquisição. Dessa forma, há a necessidade de reequilíbrio econômico dos preços ora praticados, diminuindo-se o valor da gasolina de R$ 6,89/L para R$ 6,79/L, redução em números percentuais de 1.45%. Contemplando o devido repasse da variação dos preços de aquisição, tudo em obediência ao disposto no Art. 134 da Lei nº 14.133/21, do Art. 37, XXI da Constituição Federal e na Clausula Décima do contrato.

Jataúba/PE, 17 de agosto de 2026.

ROSEANE PEREIRA CHAVES ARAÚJO
Secretária de Educação

Publicado por:
Fábio Luiz Nunes Chaves Filho
Código Identificador:9B955CAB

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JATOBÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

PROCESSO Nº 016/2025/PMJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

Espécie: Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 008/2025.
Contratante (Órgão Gerenciador): A PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.878/0001-80.
Detentores da Ata (Fornecedores): M. K. DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS, inscrita no CNPJ Nº 21.062.777/0001-50; **A MARTINS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 53.614.094/0001-55; **ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA** inscrita no CNPJ Nº 53.571.459/0001-01; **PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA ME, CNPJ Nº 33.492.887/0001-31.**
Processo Administrativo nº: 016/2025.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 008/2025, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARAREGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS CONFORME DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ/PE E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS**, pelo período de 03 (três) meses. A vigência fica prorrogada a partir de 13/08/2026 até 11/11/2026.
Fundamentação Legal: Artigo 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e condições previstas na ata originária.

JATOBÁ - PE, 12 de agosto de 2026.

ROGÉRIO FERREIRA GOMES DA SILVA,
Prefeito (*).

Publicado por:
Francisca Alderi Pontes do Nascimento
Código Identificador:9A2E36EE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ/PE AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA (LICITAÇÃO DESERTA) Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 027/2026
Dispensa Eletrônica nº 002/2026

O Agente de Contratação do Município de Jatobá/PE, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará a republicação do procedimento de Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos do art. 75, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação correlata, em virtude de ter restado **deserta** a sessão anterior realizada em 07/08/2026 ás 9h.
Objeto: Aquisição parcelada de gás de cozinha para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Jatobá/PE e suas secretarias.
Nova Data de Início da Fase de Lances:18/08/2026, às 09:00 horas.
Fim do Recebimento de Propostas: 24/08/2026, às 08:00 horas.
Endereço Eletrônico: https://bnc.org.br/
O Edital/Aviso de Contratação Direta retificado e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta nos sítios oficiais: https://bnc.org.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Jatobá/PE, 17 de agosto de 2026.

GIRLEIDE MARIA MANDU
Agente de Contratação

Publicado por:
Francisca Alderi Pontes do Nascimento
Código Identificador:30117419

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 04, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 04, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

EMENTA: Prorroga, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2026, instaurado em desfavor da servidora MARIA JOSÉ DE ARRUDA LIMA, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOÃO ALFREDO, Estado de Pernambuco, no exercício de suas atribuições legais e com fundamento na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.135/2022;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 01/2026, de 16 de julho de 2026, instaurou o Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2026, com o fim de apurar os fatos atribuídos à servidora MARIA JOSÉ DE ARRUDA LIMA, matrícula nº 1071, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem;

CONSIDERANDO o disposto no art. 217 da Lei Municipal nº 1.135/2022, segundo o qual o prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar não deve exceder 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, quando as circunstâncias o exigirem;

CONSIDERANDO as sucessivas alterações na composição e na Presidência da Comissão Processante, promovidas pelas Portarias nº 02/2026, de 24 de julho de 2026, e nº 03/2026, de 06 de agosto de 2026, que demandaram a reorganização dos trabalhos e o exame integral dos autos pela nova Presidência;

CONSIDERANDO a necessidade de adiamento do interrogatório da servidora processada, bem como os atos de citação e intimação realizados, os quais demandaram prazo adicional para a regular instrução processual;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de assegurar à servidora processada o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, bem como a necessidade de dar regular prosseguimento à instrução, colheita de provas e elaboração do relatório conclusivo;

CONSIDERANDO, por fim, os princípios da razoabilidade, da eficiência e do devido processo legal, que recomendam a concessão de prazo suficiente para a regular conclusão dos trabalhos, sem prejuízo às garantias processuais das partes;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 30 (trinta) dias, contados do término do prazo original fixado para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2026, instaurado pela Portaria nº 01/2026, de 16 de julho de 2026, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, nos termos do art. 217 da Lei Municipal nº 1.135/2022.

Art. 2º A prorrogação ora concedida tem por finalidade assegurar a regular continuidade da instrução processual, a produção das provas pertinentes, a observância do contraditório e da ampla defesa, bem como a elaboração do relatório conclusivo pela Comissão Processante.

Art. 3º A Comissão Processante, atualmente presidida pela servidora JOSEFA JEANE DA CRUZ LIMA, designada pela Portaria nº

03/2026, de 06 de agosto de 2026, deverá dar prosseguimento aos atos processuais dentro do novo prazo ora fixado, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.135/2022.

Art. 4º Ficam mantidos e preservados todos os atos regularmente praticados no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2026 até a presente data.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde de João Alfredo/PE, 17 de agosto de 2026.

MARIA GISELDA DA SILVA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Larissa Cordeiro Campos de Lima
Código Identificador:4EAA8BED

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JOAQUIM NABUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO

Em correção a Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 13/08/2026. Edição 4160, **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 032/2026, SRP Nº 022/2026,** OBJETO**: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para Locação, Montagem, Instalação, Operação, Manutenção e Desmontagem de estruturas, Equipamentos e Serviços de Apoio destinados á realização das festividades e eventos do Município de Joaquim Nabuco/PE,** Valor R$ **3.908.612,38 (três milhões, novecentos e oito mil, seiscentos e doze reais e trinta e oito centavos**), **Onde se lê**: Início do Acolhimento das propostas: a partir do dia 14 de agosto de 2026, Limite para acolhimento das propostas: 12:00 h. do dia 26 de agosto 2026, Início da Sessão de Disputa: às 13:00 hs. do dia 26 agosto de 2026, **Leia-se: Início do Acolhimento das propostas: a partir do dia 17 de agosto de 2026, Limite para acolhimento das propostas: 09:00 h. do dia 27 de agosto 2026, Início da Sessão de Disputa: às 10:00 hs. do dia 27 agosto de 2026**, Informações através do e-mail: cpl2023j.nabuco@gmail.com - Esclarecimentos e Impugnações www.bnc.pe.gov.br (exclusivamente no sistema BNC). Local de acesso ao edital, sites: www.joaquimnabuco.pe.gov.br, www.bnc.pe.gov.br e www.pncp.gov.br.

Joaquim Nabuco/PE, 17 de agosto de 2026.

HÉLIO RODRIGUES DA SILVA

Publicado por:
Jessica Tamires Oliveira da Silva
Código Identificador:356701A5

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAGOA DE ITAENGA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA MUNICIPAL N° 170/20266

PORTARIA MUNICIPAL N° 170 DE 02 DE JULHO DE 2026

EMENTA: Dispõe sobre a Nomeação para cargo de provimento em Comissão e dá outras providencias.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE ITAENGA, ESTADO DE PERNAMBUCO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e etc;

RESOLVE:
Art. 1º – Nomear LORENA DAPHINE PESSOA SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de GESTOR DE CONTRATO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme a Lei Municipal nº 835/2024.

Art. 2º – Esta Portaria terá seus efeitos vigorando na data de sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros retroativos ao dia 01 de julho de 2026.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de julho de 2026.

DIMAS CAETANO DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldo Roberto da Silva Santana
Código Identificador:1A5A2BC0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº: 175/2026

PORTARIA Nº: 175/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE ITAENGA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO o Requerimento do(a) servidor(a) efetivo(a) o(a) Srª. EDVÂNIA CRISTINA MARIA DE SANTANA SILVA, que solicita Licença-Prêmio, pelo período de três (03) meses;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº: 126, datada de 08.07.2026, emitida pelo Departamento de Recursos Humanos, assinada por Suely Hermínia da Silva, Coodenadora Geral de Recursos Humanos, onde foi feito uma análise da pasta funcional da servidora.

RESOLVE:

Art. 1º. – DEFERIR, nesta oportunidade o pedido de **LICENÇA-PRÊMIO**, requerida pelo(a) servidor(a) efetivo(a) o(a) Srª. EDVÂNIA CRISTINA MARIA DE SANTANA SILVA, matrícula nº: 11338 na função de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal Educação, localizada na Escola Municipal Tereza de Jesus do Nascimento, nesta cidade.

Art. 2º. – A Licença de que trata o artigo anterior terá início a partir do dia **27.07.2026** e encerramento no dia **25.10.2026**, pelo período de **três (03) meses**.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de julho de 2026.

DIMAS CAETANO DE SOUSA
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Aldo Roberto da Silva Santana
Código Identificador:A2FD54EA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº: 188/2026

PORTARIA Nº: 188/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE ITAENGA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO o Requerimento da servidora efetiva a Srª. EDILENE GABRIEL ARCANJO BEZERRA, a qual solicita Licença-Prêmio, pelo período de seis (06) meses;

CONSIDERANDO o Ofício nº: 404/2026, datado de 24.07.2026, assinado por Léia Soares de Melo, Secretária de Educação deste Município;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº: 141/2026, datada de 30.07.2026, assinado por Suely Herminia da Silva, Coordenadora Geral de Recursos Humanos desta Prefeitura.

RESOLVE:

Art. 1º. – **DEFERIR PARCIALMENTE**, nesta oportunidade, o pedido de **LICENÇA-PRÊMIO**, requerida pela servidora efetiva a Srª. EDILENE GABRIEL ARCANJO BEZERRA, matrícula nº: 11767, na função de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Creche Proinfância, João Caitano da Silva, nesta cidade.

Art. 2º. – A Licença de que trata o artigo anterior terá início no dia **03.08.2026** e encerramento no dia **31.12.2026**, perfazendo um total de cinco (05) meses de gozo de Licença-Prêmio.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 30 de julho de 2026

DIMAS CAETANO DE SOUSA
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Aldo Roberto da Silva Santana
Código Identificador:1602AA4A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2026

Concurso Público Nº 001/2022-PMLC/PE
Edital de Convocação Nº 07/2026

Ementa: Prorroga prazo para apresentação de exames e documentos, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0002855-89.2025.8.17.2470, e estabelece nova data para avaliação pela Junta Médica dos candidatos convocados pelo Edital nº 006/2026 do concurso 001/2022 PMLC/PE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, em observância ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, à Lei Municipal nº 484/2019, ao Edital Normativo nº 001/2022-PMLC/PE e às decisões judiciais aplicáveis,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público nº 001/2022-PMLC/PE, homologado por meio do Decreto de Homologação nº 015/2023, de 02 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial da AMUPE em 06 de junho de 2023;

CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº 006/2026, por meio do qual foram convocados os candidatos DIEGO FERNANDO ALVES LINS e WILLIAM FERNANDES RODRIGUES ALVES, para fins de cumprimento das respectivas decisões judiciais, apresentação de documentos, avaliação pela Junta Médica Oficial e posterior posse, desde que preenchidos os requisitos legais;

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do Processo nº 0002855-89.2025.8.17.2470, em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Carpina, que determinou ao Município de Lagoa do Carro assegurar ao candidato **DIEGO FERNANDO ALVES LINS o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da intimação da referida decisão, para apresentação de todos os exames e documentos exigidos para a posse**, bem como a designação de nova data para avaliação pela Junta Médica compatível com o prazo concedido;

CONSIDERANDO que o candidato **DIEGO FERNANDO ALVES LINS** compareceu perante a Junta Médica Oficial do Município, tendo apresentado os comprovantes de agendamento dos exames médicos admissionais exigidos, mas não os respectivos resultados e laudos, em razão de ainda se encontrarem em fase de realização;

CONSIDERANDO que o candidato **WILLIAM FERNANDES RODRIGUES** ALVES compareceu perante a Junta Médica Oficial do Município, apresentou os exames médicos exigidos e, após análise, foi-lhe solicitada a realização de exame complementar necessário à conclusão da avaliação de sua aptidão física e mental;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar os atos administrativos de convocação, avaliação médica e posse com o prazo estabelecido judicialmente e com as diligências médicas ainda pendentes;

RESOLVE:

Art. 1º Fica assegurado ao candidato **DIEGO FERNANDO ALVES LINS**, em cumprimento à decisão proferida nos autos do Processo nº 0002855-89.2025.8.17.2470, o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação do Município acerca da referida decisão judicial, para apresentação de todos os exames e documentos necessários à posse.

Parágrafo único. O candidato deverá apresentar, dentro do prazo indicado no caput, os resultados e laudos dos exames admissionais previstos no Edital de Convocação nº 006/2026 e demais documentos eventualmente ainda pendentes.

Art. 2º Fica concedido ao candidato **WILLIAM FERNANDES RODRIGUES ALVES** prazo para apresentação do exame complementar solicitado pela Junta Médica Oficial do Município, a fim de possibilitar a conclusão de sua avaliação médica pré-admissional.

Art. 3º Fica reagendada a avaliação pela Junta Médica Oficial do Município para o dia **09 de setembro de 2026, das 8 horas às 13hrs**, na sede da Prefeitura, situado na Rua Antônio Francisco da Silva, 258, Centro, Lagoa do Carro/PE.

§ 1º O candidato DIEGO FERNANDO ALVES LINS deverá comparecer à nova avaliação munido de todos os exames e documentos médicos exigidos.

§ 2º O candidato WILLIAM FERNANDES RODRIGUES ALVES deverá comparecer à nova avaliação munido do exame complementar solicitado pela Junta Médica e dos demais documentos médicos eventualmente necessários.

Art. 4º A Junta Médica Oficial procederá à análise conclusiva da aptidão física e mental dos candidatos para o exercício dos respectivos cargos, podendo, se tecnicamente necessário, solicitar esclarecimentos ou exames complementares indispensáveis à conclusão do laudo.

Art. 5º Somente poderão prosseguir para a posse os candidatos que forem considerados aptos física e mentalmente pela Junta Médica Oficial do Município e que tenham atendido integralmente aos demais requisitos estabelecidos no Edital Normativo nº 001/2022-PMLC/PE e no Edital de Convocação nº 006/2026.

Art. 6º A posse dos candidatos **DIEGO FERNANDO ALVES LINS e WILLIAM FERNANDES RODRIGUES ALVES ocorrerá no dia 14 de setembro de 2026**, na sede da Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro, desde que tenham sido considerados aptos pela Junta Médica Oficial do Município e comprovado o preenchimento integral dos demais requisitos exigidos para a investidura nos respectivos cargos.

Parágrafo único. A impossibilidade de conclusão da avaliação médica até a data estabelecida no caput, em razão da necessidade de exame complementar solicitado pela Junta Médica Oficial, não implicará perda do direito à posse, devendo ser adotadas as providências necessárias à conclusão da avaliação e ao cumprimento das respectivas decisões judiciais.

Art. 7º Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital de Convocação nº 006/2026 que não conflitarem com o presente Edital.

Art. 8º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa do Carro/PE, 17 de agosto de 2026.

JOSÉ LUIZ ALVES DE AMORIM
Prefeito

Publicado por:
Maria da Conceição de Sousa Lima
Código Identificador:CECCDC9E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 144/2025

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 144/2025. TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA DO OURO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CONTRATANTE) E A EMPRESA JAMERSON VILA NOVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (CONTRATADO). Objeto: Prestação serviços especializados de consultoria e assessoria jurídica, na área de Direito Público – Financeiro e Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Educação de Lagoa do Ouro/PE, a fim de instruir a Administração sobre a gestão dos recursos destinados à área da Educação, por intermédio dos programas mantidos com o Governo Federal, bem como patrocínio administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Prazo: 12 meses. Assinatura: 13/08/2026.

Lagoa do Ouro/PE, 13 de agosto de 2026.

SUELI DE OLIVEIRA PIMENTEL
Secretária de Educação

Publicado por:
Daniel Morais da Silva
Código Identificador:FA981E7D

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PL 010/2026/SME PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2026/SME

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA DO OURO/PE torna público que, após o regular processamento do certame, o encerramento das fases de julgamento e habilitação e a observância das disposições do instrumento convocatório, a autoridade competente, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, ADJUDICA o objeto e HOMOLOGA o resultado do Processo Licitatório nº 010/2026, Pregão Eletrônico nº 005/2026, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços contínuos de transporte escolar, destinados ao deslocamento dos estudantes da rede pública municipal de ensino e dos estudantes universitários do Município de Lagoa do Ouro/PE, em favor da empresa IMPACTO LOCAÇÕES TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 57.646.386/0001-20, vencedora dos Lotes I e II, nos seguintes valores: Lote I - Transporte Escolar: R$ 3.384.755,65 (três milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos); Lote II - Transporte Universitário: R$ 688.941,53 (seiscentos e oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e três centavos); valor global adjudicado e homologado: R$ 4.073.697,18 (quatro milhões, setenta e três mil, seiscentos e noventa e sete reais e dezoito centavos).

Lagoa do Ouro/PE, 17 de agosto de 2026.

SUELI DE OLIVEIRA PIMENTEL
Secretária Municipal de Educação
Autoridade Competente

Publicado por:
Daniel Morais da Silva
Código Identificador:089F9CA8

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAGOA DOS GATOS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 014/2022

PROCESSO Nº 005/2022, PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2022. OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Gerenciamento de Locação de Veículos, para manutenção das atividades e serviços públicos deste município**, Contratada: VIA PRO LOCAÇÕES & CONSTRUÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ Nº: 21.864.311/0001-79. **FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA** – o presente termo aditivo fundamenta-se juridicamente no inciso II do Art. 57 e da Lei 8.666/93, respaldada pelo Decreto 1.287/23 de 27 de dezembro 2023. vigência: 28/07/2026 a 27/07/2027.

Lagoa dos Gatos, 28 de julho de 2026.

GIRLANE MARIA DE ASSUNÇÃO ALBUQUERQUE
Secretária de Educação

Publicado por:
Maria Adeilda da Silva
Código Identificador:ECB32593

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2026

Processo Licitatório Nº.: 014/2025 - Pregão Eletrônico Nº.: 014/2025 - FMS. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE MEDICAÇÃO DE USO COMUM, MEDICAMENTOS CONTROLADOS E MATERIAL PENSIL, COM FORNECIMENTO E FORMA PARCELADA TENDO O OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA ORDEM JUDICIAIS destinado ao Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal da Lagoa dos Gatos/PE. FUNDAMENTAÇÃO:** a Lei Federal nº14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, e o Decreto Municipal nº 1.299, de 01 de março de 2024. **CONTRATADA: YUMED COMERCIO LTDA,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 48.479.110/0001-04, Endereço: Rua Adalberto Coimbra, nº 240, Bairro: Jardim Jordão, Cep: 54315-110, Jaboatão dos Guararapes/PE, Brasil. **Valor Global do Contrato R$ 8.371,35 (oito mil e trezentos e setenta e um reais e trinta e cinco centavos).** Vigência de 14 de agosto de 2026 á 13 de agosto de 2027.

Lagoa dos Gatos, 14 de agosto de 2026.

BRENNA LÚCIA DE ASSUNÇÃO
Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Elzyene Pereira de Assuncao
Código Identificador:4CABB1DF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 009/2021

Processo Nº 011/2021. Dispensa Nº 006/2021. OBJETO: locação de imóvel para funcionar como Ponto de Apoio à Segurança e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, do município da Lagoa dos Gatos. **CONTRATADA**: **REGINALDO MARIANO DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº XXX.499.304-XX. **FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:** Inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93**,** respaldada pelo Decreto 1.287/23 de 27. Nova vigência: 08/06/2026 a 07/06/2027.

Lagoa dos Gatos, 08 de junho de 2026.

STÊNIO FERNANDES DE ALBUQUERQUE
Prefeito

Publicado por:
Maria Adeilda da Silva
Código Identificador:A21E5ADD

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 035-A, DE 15 DE JANEIRO DE 2026

PORTARIA Nº 035-A, DE 15 DE JANEIRO DE 2026

Prorroga a validade da Seleção Simplificada Interna para Seleção dos Gestores Municipais e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Edital de Seleção Simplificada Interna para Seleção de Gestores Municipais;

CONSIDERANDO que o Artigo 2º do mesmo documento previa a possibilidade de prorrogação de mandato;

CONSIDERANDO a boa desenvoltura dos gestores à frente da pasta;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprir os requisitos frente ao Ministério da Educação:

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam prorrogadas até o dia 31 de dezembro de 2026, a validade do Edital e as nomeações das gestoras escolhidas para desempenho das funções de gestão escola.

Art. 2º - A Secretaria de Educação e Cultura providenciará a elaboração de novo edital para preenchimento das vagas de gestores escolares após esse período.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Lagoa Grande – PE, 15 de janeiro de 2026.

ANA CATHARINA GARZIERA MORENO
Prefeita

Publicado por:
Antonio Marcos Nery de Santana Muniz
Código Identificador:413DA1D4

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 031-2025. Processo Administrativo Nº: 076-2025. Credenciamento Nº: 011-2025. CPL. Contratação de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviços ambulatorial. lote 1 serviços de fonoaudiologia com objetivo de oferecer teste da linguinha (avaliação do frênulo da língua)/(avaliação miofuncional de sistema estomatognático), serviços de fonoaudiologia com o objetivo de oferecer teste da linguinha (avaliação do frênulo da língua)/(avaliação miofuncional de sistema estomatognático), serviços de fonoaudiologia com o objetivo de oferecer teste da orelhinha (triagem auditiva neonatal)/(emissões otoacústicas e evocadas para triagem auditiva) lote 2 serviços de médico cirurgião geral, e com a contratação de serviços laboratorial lote 3 serviços de exame citopatológico cervico vaginal e serviço de exame de citologia oncótica.
Contratado: MACEDO E NASCIMENTO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, CNPJ: 54.243.325/0001-24.
Valor Global: R$ 83.706,00 (oitenta e três mil setecentos e seis reais).
Vigência: 12 (doze) meses.

Lagoa Grande/PE, 17 de agosto de 2026.

ANA LÚCIA ARAÚJO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Claudenice Marta Santos de Mendonça
Código Identificador:89D1C858

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, CNPJ: 01.613.731/0001-75,com sede na Avenida da Miguel Arraes, s/n, Morada Nova, Lagoa Grande-PE, através da**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**
Objeto: Registro de preços para fornecimento de lanches diversos para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do município de Lagoa Grande/PE.
Contratada:RUZY DISTRIBUICAO COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ: 08.802.999/0001-02.
Valor Contratado:O valor global apresentado é de**R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais),**com duração de 12 (doze) meses. Sendo que a empresa apresentou menor valor, conforme sua proposta de preços.
Processo Licitatório: Nº 067/2025
Pregão Eletrônico: Nº 055/2025-SRP
Ata de Registro de Preços Nº 095/202.

Lagoa Grande/PE, 17 de agosto de 2026.

MARIA ELIENE NERI DE SANTANA MARTINS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Claudenice Marta Santos de Mendonça
Código Identificador:7A12900D

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067-2025-FMAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055-2025
Considerando que o Processo Licitatório nº 067-2025, sob análise guardou obediência às disposições legais que regem os processos licitatórios.
Objeto: Registro de preços para fornecimento de lanches diversos para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do município de Lagoa Grande/PE.
Após o Processo Licitatório nº 067/2025, comunica-se sua**HOMOLOGAÇÃO,**ficando o objeto desta licitação em favor da empresa: **RUZY DISTRIBUICAO COMERCIO E SERVICOS**

EIRELI08.802.999/0001-02 com os itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 no valor total de R$ 419.609,50 (quatrocentos e dezenove mil e seiscentos e nove reais e cinquenta centavos). DECIDO HOMOLOGARo processo de licitação Pregão Eletrônico nº 055-2025 - Processo Licitatório nº 067-2025.

Lagoa Grande/PE, 17 de agosto de 2026.

MARIA ELIENE NERI DE SANTANA MARTINS
Secretaria Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Claudenice Marta Santos de Mendonça
Código Identificador:F85E0479

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAJEDO

PREFEITURA MUNICPAL DE LAJEDO
NOTIFICAÇÃO

Secretaria Municipal de Educação de Lajedo/PE, inscrita no **CNPJ nº** 30.926.420/0001-64**,** vem através desta, **NOTIFICAR** a empresa **Vasconcelos Serviços de Engenharia LTDA - EPP**, inscrita no **CNPJ** sob n° **24.363.073/0001-06**, quanto a **paralisação injustificada** que diante de visita à obra, não havendo funcionários da contratada, nem algum representante, a obra está em fase de conclusão, com previsão para o final de outubro, não tendo sido feito o recebimento da obra por parte da contratante, referentes ao **Contrato SME n° 072/2023, Processo Licitatório SME nº 037/2023 – Tomada de Preço SME nº 003/2023**, bem como justifique a paralisação indevida da obra. Fica o prazo de **02 (dois) dias** para o atendimento destas convocações, sob pena de abertura de procedimento administrativo.

Lajedo/PE, 17 de agosto de 2026.

GEORGE SOBRAL DE MELO
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Jose Eronaldo de Melo
Código Identificador:5E795F0A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LIMOEIRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
AVISO DE LICITAÇÃO PL Nº 008/2026 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LIMOEIRO/PE

.

AVISO DE LICITAÇÃO - UASG: 928181

Processo Licitatório Nº 008/2026-FMAS. Pregão Eletrônico Nº 007/2026. Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO PICAPE, CABINE DUPLA, ZERO QUILÔMETRO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DE LIMOEIRO-PE, ESPECIALMENTE NAS AÇÕES DE GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO E DO CADÚNICO ITINERANTE. Valor Máximo Aceitável: R$ 138.623,69. Início do Acolhimento das Propostas: 18/08/2026, através do Sistema do Portal de Compras do Governo Federal "COMPRAS.GOV.BR". Abertura das Propostas: 01/09/2026, 09:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através no Sistema COMPRAS.GOV.BR do Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras, através do E-mail: limoeiro.cpl@gmail.com ou na sede da Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito à Praça Comendador Pestana, 113, Palácio Francisco Heráclio do Rego, Centro, Limoeiro/PE – CEP: 55700-000, no horário das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira. Fone: (81) 3628.9700.

Limoeiro, 17 de Agosto de 2026

BRENO RAFAEL DE ANDRADE.
Pregoeiro

Publicado por:
Rafaela Dias de Almeida
Código Identificador:E350F4F5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
ORDEM DE SERVIÇO

A Prefeitura Municipal de Limoeiro, no uso de suas atribuições, resolve autorizar a execução dos serviços descritos abaixo:

SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO COM INTERTRAVADO E SERVIÇOS DE DRENAGEM, EM DIVERSAS VIAS NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO/PE. (CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº 52/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO – SEDUH E O MUNICÍPIO DE LIMOEIRO/PE)

ENDEREÇO: RUA ESTRADA DA FAZENDA, BAIRRO OTÁCIO DE LEMOS
RUA SEVERINO VASCONCELOS DE ARAGÃO, BAIRRO OTÁCIO
DE LEMOS,
RUA DA DELEGACIA, BAIRRO JOÃO ERNESTO
RUA PROFESSOR PONCIANO COELHO, BAIRRO JUÁ

EMPRESA: CLPT CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 25.165.699/0001-70
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº: 03/2026
CONTRATO Nº: 73/2026 DATA: 05/08/2026

VALOR DA OBRA: R$ 5.008.660,05 (CINCO MILHÕES, OITO MIL, SEISCENTOS E SESSENTA REAIS, CINCO CENTAVOS)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 6 meses.

Limoeiro, 11 de agosto de 2026.

ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Dias de Almeida
Código Identificador:CE63962A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MACHADOS

PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 00056/2026. Pregão Eletrônico Nº 00015/2026. Compra. Tipo menor preço. Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais de construção (Tipo Elétrico), para atender as demandas de serviços da Secretaria de Infraestrutura do Município de Machados–PE. Valor: R$ 339.098,12. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 28 de Agosto de 2026. Início da fase de lances: 09:00 horas do dia 28 de Agosto de 2026. No site https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: licitacaomachados@gmail.com; https://machados.pe.gov.br/; www.gov.br/pncp ou através do Fone: (81) 3649–1156, no horário das 08:00 as 14:00 horas dos dias úteis.

Machados, 17/08/2026.

JOSÉ ALFREDO DA SILVA JÚNIOR.
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
José Alfredo da Silva Júnior
Código Identificador:E30EACC6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MANARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 081/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 81, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Regulamenta a Lei municipal nº 316/2026, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais na área da saúde, no âmbito do Município de Manari-PE, disciplina o procedimento público de chamamento, seleção e contratação das referidas organizações.

O Prefeito do município de Manari-PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei orgânica do município e;

CONSIDERANDO a Lei municipal nº 316/2026, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais na área da saúde, no âmbito do Município de Manari-PE, disciplina o procedimento público de chamamento, seleção e contratação das referidas organizações;

CONSIDERANDO o objetivo de aperfeiçoamento do modelo de gestão de saúde tratado na Lei municipal nº316/2026, estabelecendo-se parâmetro de acreditação de qualidade hospitalar, método de avaliação/certificação que busca, por meio de padrões previamente definidos, a qualidade e a segurança da assistência à saúde aos usuários;

CONSIDERANDO o notório fortalecimento do referido modelo de gestão, na busca de maior e melhor performance no acesso e na assistência integral à saúde, e a respectiva imprescindibilidade de previsão de critérios e requisitos específicos e atualizados de qualificação, dos editais de chamamento, de controle/avaliação e fiscalização,

DECRETA:
Seção I
Disposições Gerais

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei municipal nº316/2026, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais na área da saúde, no âmbito do Município de Manari-PE, e disciplina o procedimento público de chamamento, seleção, celebração e execução de contrato de gestão.

Art. 2ºA qualificação de entidades de direito privado como Organizações Sociais de Saúde será realizada mediante a constituição de banco cadastral, a fim de proporcionar maior concorrência e garantir condições mais vantajosas de escolha para Administração Pública Municipal.

§ 1º O requerimento de qualificação, conforme o Anexo I deste Decreto, deverá ser subscrito pelo representante legal da entidade e instruído com toda a documentação obrigatória, em conformidade com a Lei municipal nº316/2026 e com este Decreto.

§ 2º A instrução processual de qualificação observará os modelos, formulários e declarações padronizadas constantes dos Anexos deste Decreto, os quais constituem peças fundamentais e insubstituíveis do pedido e deverão ser utilizados pelas entidades requerentes.

§ 3º Serão sobrestados de plano os pedidos de qualificação que:

I - Estejam desacompanhados dos formulários padronizados previstos nos Anexos deste Decreto;

II -Apresentem documentos rasurados, ilegíveis, incompletos ou que impossibilitem a adequada análise técnica.

§ 4º O requerimento preenchido e assinado, bem como todos os documentos que o instruem, deverá ser protocolado exclusivamente por meio eletrônico, mediante envio ao e-mail: pmmanari.gov@gmail.com

Seção II
Qualificação Como Organização Social de Saúde

Art. 3ºSão requisitos, sem prejuízo do art. 4º. deste Decreto e de demais condições que poderão ser previstos em ato posterior, para que as entidades privadas requeiram sua qualificação como Organização Social de Saúde:

I - Comprovação de registro e validade jurídica de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

Natureza social de seus objetivos relativos à área da saúde;
Finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
Previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, cuja composição e atribuições normativas e de controle básicas deverão contemplar aquelas previstas na Lei municipal nº316/2026;
Previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros da comunidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
Composição e atribuições da diretoria;
Obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Estado, dos relatórios financeiros e relatório contendo as metas pactuadas e realizadas do Contrato de Gestão;
No caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
Proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
Previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhes forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, exclusivamente quanto aos advindos do contrato de gestão com o Poder Público estadual, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social de saúde qualificada no âmbito do município de Manari-PE;

II - Comprovação de regularidade fiscal, por meio da apresentação dos seguintes documentos:

Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
Certidões de regularidade fiscal perante a União, o Município de Manari-PE, o Estado de domicílio ou sede da entidade e o Município de domicílio ou sede da Entidade, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa, descritas no Anexo I;
Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, dispensada para pessoas físicas; e
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

III - Comprovação de boa situação econômico-financeira, através do cálculo de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC), sendo admitido para esses índices anteriores apenas resultados superiores a 01 (um), e do índice de Endividamento Geral (EG), inferior a 01 (um), cujos dados serão extraídos das informações dos balanços patrimoniais e da demonstração de resultados encaminhados por meio da Escrituração Fiscal Digital (SPED Contábil/ECD), relativo ao último exercício.

§ 1º A entidade requerente deverá apresentar documento único de estrutura organizacional, contendo, de forma completa e organizada, a identificação dos integrantes do órgão deliberativo, do órgão de fiscalização e do órgão executivo e seus respectivos CPFs, com indicação das respectivas funções, conforme o estatuto social apresentado, devidamente atualizado, para fins de atendimento à estrutura mínima prevista na Lei municipal nº 316/2026.

§ 2º O Órgão Executivo previsto na alínea "j" do inciso I deste artigo deve ser composto por profissionais qualificados e com experiência técnica e gerencial comprovada de, no mínimo, 02 (dois) anos na área de administração pública, exigência que deve perdurar durante toda a vigência do contrato de gestão, devendo a entidade discriminar, para cada integrante do Órgão Executivo:

I - Experiência prévia em administração pública, no âmbito da gestão de serviços públicos de saúde ou com interface com o SUS, com tempo de exercício mínimo de 02 (dois) anos;

II - Função exercida no âmbito da entidade;

III - Comprovação material da experiência de 02 (dois) anos na administração pública de saúde, mediante apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos idôneos, desde que capazes de demonstrar o período e a natureza das atividades exercidas:

a) Portaria de nomeação, ata de posse ou ato administrativo equivalente que registre o exercício de função de direção ou gestão na entidade;

b) Contratos de gestão, convênios, termos de colaboração ou instrumentos congêneres celebrados entre a OSS e ente público, acompanhados dos termos aditivos necessários à comprovação da vigência, quando compatíveis com o período de exercício do dirigente;

c) Carteira de trabalho (CTPS) com registro de função técnica ou gerencial compatível;

d) Contratos de prestação de serviços (PF ou PJ) com descrição das atividades de gestão;

e) Documentos oficiais emitidos pelo ente público contratante, tais como declarações, relatórios de gestão, pareceres de comissões de acompanhamento, prestações de contas homologadas ou publicações no Diário Oficial (DOM/DOE), desde que vinculados ao período e às atividades declaradas.

§ 3º Com o propósito de permitir a avaliação da conveniência técnica, o interessado também deverá apresentar a comprovação das experiências profissionais do corpo diretivo e do corpo técnico da entidade, observando-se:

I - A apresentação da formação acadêmica, habilitações profissionais e registros nos conselhos de classe, quando aplicável, do corpo diretivo e do corpo técnico;

II - A comprovação da experiência profissional dos integrantes do corpo técnico, por meio de documentos idôneos que demonstrem atuação nas áreas diretamente relacionadas à gestão, operação ou execução dos serviços de saúde, incluindo, entre outros, declarações, certidões, portarias, contratos, publicações oficiais ou documentos equivalentes.

Art. 4º Além dos requisitos previstos no art. 3º. deste Decreto, são requisitos específicos para qualificação das entidades privadas como Organização Social de Saúde:

I - Ter, no mínimo, 04 (quatro) anos de constituição e 03(três) anos de experiência gerencial de assistência à saúde na data do pedido de qualificação, nos termos do § 4º deste artigo;

II - Não ter as contas reprovadas pelos órgãos de controle federal e estadual em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos, apresentando:

a) Certidões atualizadas emitidas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco-PE - TCE/PE e pelos órgãos de controle correspondentes aos entes com os quais manteve contratos de gestão;

b) Documentos que demonstrem eventual regularização de pendências, quando for o caso.

III - Não ter sido declarada inidônea pela Administração Pública ou punida com suspensão do direito de formar parcerias e/ou outros ajustes com o Município de Manari-PE ou outra esfera de Governo, requisito cuja verificação será realizada pelo grupo de trabalho técnico interdisciplinar mediante consultas diretas aos cadastros oficiais pertinentes, incluindo, obrigatoriamente:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
b) Cadastro-Geral de Fornecedores do Município de Manari-PE;
Cadastro de Empresas Punidas - CNEP (CGU);
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos - TCU;
Os resultados da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União - TCU, poderão ser utilizados em substituição às consultas individualizadas previstas nas alíneas "a", "c" e "e".

IV - Comprovar que nenhum membro dos conselhos, da diretoria ou de quaisquer órgãos deliberativos, consultivos, fiscalizatórios ou executivos da entidade possui condenação, em qualquer unidade da Federação, proferida por decisão transitada em julgado ou emanada de órgão colegiado, em ações penais, eleitorais, de improbidade administrativa ou correlatas, mediante apresentação das seguintes certidões, válidas e atualizadas:

a) Certidões obrigatórias para todos os membros dos órgãos deliberativo, consultivo, fiscalizatório e executivo:

1. Certidões de Distribuição Cíveis e Criminais de 1º e 2º Graus da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, referentes ao domicílio do(s) dirigente(s) e ao domicílio da entidade;

2. Certidões de Distribuição Cíveis e Criminais da Justiça Federal de 1º e 2º Graus (**Seção Judiciária e Tribunal Regional Federal Correspondente), Referentes ao Domicílio Do(s) Dirigente(s);**

3. Certidões Eleitorais, compreendendo:

3.1. Certidão de Quitação Eleitoral (TSE/TRE);

3.2. Certidão de Crimes Eleitorais (TSE/TRE).

b) Certidões adicionais exigíveis exclusivamente para membros da diretoria executiva:

1. Certidão Negativa de Sanções por Atos de Improbidade e Inelegibilidade emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade);

2. Certidão de Execução Criminal - CECRIM/SEEU, quando disponível no Estado de domicílio do dirigente;

3. Certidão de Antecedentes Criminais da Polícia Federal.

V - Ter a entidade recebido aprovação em parecer favorável, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social de saúde, do Secretário municipal de Saúde, após análise jurídica da Procuradoria-Geral do município de Manari-PE.

§ 1º Os membros de conselho e diretores de OS, estatutários ou não, não poderão participar da estrutura de mais de uma entidade assim qualificada no Município de Manari-PE.

§ 2º O parecer técnico de que trata o inciso V do caput avaliará, de forma fundamentada, toda a documentação apresentada pelo interessado e a compatibilidade entre os elementos fornecidos e os requisitos da Lei municipal nº 316/2026 e deste Decreto, devendo, para tanto, ser instituído grupo de trabalho técnico interdisciplinar para análise e subsídio para tomada de decisão.

§ 3º O Secretário de municipal de Saúde poderá determinar a realização de diligências ou requerer que o interessado apresente documentos complementares com o fim de comprovar a reunião dos requisitos de qualificação.

§ 4º As entidades interessadas em se qualificarem como Organizações Sociais de Saúde deverão, no momento do requerimento, indicar o nível de qualificação pretendido e comprovar o atendimento integral dos critérios estabelecidos neste regulamento, observado, quanto à experiência gerencial, o período mínimo de efetiva atuação no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, em estabelecimento assistencial de saúde de gestão direta e exclusiva, registrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, vinculada ao CNPJ da entidade requerente ou ao ente público contratante com o qual tenha celebrado contrato de gestão ou instrumento similar, vigente ou já executado, desde que a gestão da unidade tenha sido atribuída à entidade de forma exclusiva e direta durante o período de vigência, considerando-se os seguintes níveis e categorias, com seus respectivos requisitos mínimos de experiência:

I - Categoria especializada, de apoio operacional (facilities) ou de pequeno porte (CNES entre 30 e 49 leitos, vedada a soma de leitos de diferentes estabelecimentos de saúde): experiência específica e contínua, por no mínimo 02 (dois) anos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, na execução de atividades assistenciais, diagnósticas, terapêuticas ou operacionais, compreendendo:

a) Serviços ambulatoriais especializados;

b) Serviços de apoio diagnóstico e/ou terapêutico, tais como laboratórios de análises clínicas, biologia celular e molecular, imagem e métodos gráficos;

c) Serviços de apoio operacional (hotelaria hospitalar e ambulatorial, higienização, Central de Material e Esterilização - CME, nutrição e dietética, lavanderia hospitalar, manutenção predial e manutenção de equipamentos médico-hospitalares);
d) gestão de unidades assistenciais com 30 (trinta) a 49 (quarenta e nove) leitos registrados no CNES, vedada a soma de leitos para fins de enquadramento;

e) Gestão de serviços integrados às redes de atenção à saúde, tais como Unidades de Pronto Atendimento (UPA), policlínicas, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros Especializados em Reabilitação (CER) e demais serviços equivalentes, exigido o registro no CNES quando aplicável.

II - Nível I de gestão hospitalar: experiência comprovada no gerenciamento de unidade hospitalar com 20 (vinte) a 40 (quarenta) leitos CNES, predominantemente de média complexidade, em execução contratual mínima de 04 (quatro) anos no âmbito do SUS, vedada a soma de leitos de diferentes estabelecimentos assistenciais de saúde;

III - Nível II de gestão hospitalar: experiência comprovada no gerenciamento de unidade hospitalar com 40 (quarenta) a 100 (cem) leitos CNES, com procedimentos de média e alta complexidade, em execução contratual mínima de 04 (quatro) anos no âmbito do SUS, vedada a soma de leitos de diferentes estabelecimentos assistenciais de saúde;

IV - Nível III de gestão hospitalar: experiência comprovada no gerenciamento de unidade hospitalar com mais de 100 (cem) leitos CNES, com procedimentos de média e alta complexidade, em execução contratual mínima de 04 (quatro) anos no âmbito do SUS, vedada a soma de leitos de diferentes estabelecimentos assistenciais de saúde.

§ 5º A comprovação da experiência gerencial referida no § 4º deverá ser efetuada mediante documentação idônea e verificável, que demonstre, de forma objetiva e inequívoca, a atuação efetiva e contínua da entidade na gestão plena de unidade hospitalar inserida no SUS, abrangendo as dimensões administrativa, assistencial e operacional, pelo período mínimo estabelecido, observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - Apresentação do Anexo II - Declaração de Experiência Gerencial, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade;

II - Apresentação de cópia integral dos instrumentos declarados, tais como contrato de gestão, convênio ou parceria congênere celebrada com ente público, contendo objeto, vigência e assinatura das partes, acompanhada dos termos aditivos, quando houver;

III - Apresentação do registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES da unidade hospitalar gerida, vinculado ao CNPJ da entidade requerente ou ao CNPJ do ente público contratante, desde que conste expressamente no instrumento contratual a transferência da gestão técnico-operacional à entidade;

IV - Apresentação de relatórios oficiais de monitoramento e avaliação emitidos pelo órgão público contratante, contendo a demonstração do cumprimento das metas assistenciais e gerenciais pactuadas, bem como da regularidade da prestação de contas;

V - Apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional emitido pelo ente público contratante, com identificação nominal da unidade, número do processo administrativo, período de gestão e quantitativo de leitos ativos, conforme CNES;

VI - Vedação expressa à utilização de atestados genéricos ou documentos sem correspondência verificável.

§ 6º A entidade qualificada como OSS poderá, a qualquer tempo, requerer alteração no nível de enquadramento, conforme alcançar habilitação técnica superior, mediante novo requerimento formal, instruído com documentação atualizada e comprovação objetiva do atendimento integral dos critérios exigidos para o nível superior pretendido, observadas as mesmas exigências documentais previstas neste Decreto.

§ 7º A Secretaria Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão de ofício do enquadramento ou da qualificação concedida, sempre que verificar inconsistências, perda superveniente de requisitos, ou apresentação de informações inverídicas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 8º O ato que qualificar a entidade privada como organização social de saúde será específico e indicará, minimamente:

I - A entidade qualificada;

II - A atividade exercida;

III - O nível de qualificação, conforme definições previstas neste artigo;

IV - O número do processo administrativo do requerimento da qualificação.

§ 9º Não serão qualificadas como OSS, sob qualquer hipótese, as seguintes entidades:

I - As entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

II - Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III - As organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

IV - As entidades que comercializam planos de saúde e assemelhados com finalidade lucrativa;

V - As cooperativas;

VI - As entidades consorciadas;

VII - As entidades que não possuírem Certificado de Registro e Regularidade de Pessoa Jurídica do Conselho Regional de Medicina de sua sede, com data vigente.

VIII - As entidades já qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.

§ 10 O cumprimento do disposto no parágrafo anterior deverá ser comprovado mediante apresentação do formulário padronizado "Declaração de Inexistência de Impedimentos", constante do Anexo III deste Decreto, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, acompanhado obrigatoriamente do Certificado de Registro e Regularidade de Pessoa Jurídica perante o Conselho Regional de Medicina - CRM competente, sendo considerada insubsistente a declaração desacompanhada do respectivo anexo.

§ 11 Será de 30 (trinta) dias úteis o prazo máximo para a prolação da decisão quanto ao requerimento de qualificação, desde que não se exijam diligências adicionais para subsídio do ato qualificatório, conforme prevê o § 5º deste artigo.

§ 12 Contra a decisão de indeferimento ou enquadramento por nível do requerimento de qualificação, caberá recurso ou pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação ou publicação do ato administrativo.

§ 13 Os processos de qualificação de Organizações Sociais de Saúde que, na data de publicação deste Decreto, estiverem em tramitação com documentação incompleta e ainda sem decisão final, deverão ser ajustados às exigências formais e documentais deste regulamento, de modo a assegurar celeridade, padronização e adequada instrução técnica, incluindo a apresentação dos documentos padronizados previstos nos Anexos I, II e III.

§ 14 Para viabilizar o regular andamento dos pedidos, a Secretaria Municipal de Saúde notificará as entidades com processos pendentes para que, no prazo que for fixado, promovam a complementação e a readequação da documentação, observados os princípios da eficiência, razoabilidade e cooperação administrativa.

Seção III
Edital de Chamamento Público

Art. 5ºO procedimento de seleção das Organizações Sociais de Saúde, para efeito de celebração de contrato com a Secretaria Municipal de Saúde, se dará por meio de chamamento público, tipo melhor técnica, com observância das seguintes fases:

I - Fase interna:

a) A Secretaria de municipal de Saúde deve constituir comissão formada por, no mínimo, três membros técnicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, com competência para elaborar o edital e anexos, e receber e julgar as propostas de trabalho;

b) A Secretaria Municipal de Saúde deve constituir comissão formada por, pelo menos, três membros técnicos para elaborar estudo técnico detalhado para avaliar a conveniência econômica, gerencial e social para transferir a gestão da unidade ou do serviço público de saúde para a gestão privada, que deverá conter:

1. Descrição das atividades;

2. Análise e caracterização da comunidade beneficiária das atividades com a definição dos órgãos e das entidades públicas responsáveis pela supervisão e pelo financiamento da organização social;

3. Objetivos em termos de melhoria para o cidadão na prestação dos serviços com a adoção do modelo de organização social;

4. Demonstração, em termos do custo-benefício esperado, da absorção da atividade por organização social, em substituição à atuação direta do Estado, considerados os impactos esperados a curto, médio e longo prazo;

5. Análise quantitativa e qualitativa dos profissionais atualmente envolvidos com a execução da atividade, com vistas ao aproveitamento em outra atividade ou à cessão para a entidade privada selecionada;

6. Previsão de eventual cessão de imóveis e de outros bens materiais;

7. Estimativa de recursos financeiros necessários para o desenvolvimento da atividade durante o primeiro exercício de vigência do contrato de gestão e para os três exercícios subsequentes.

c) A comissão descrita na alínea "b" também será responsável por elaborar plano de trabalho, que deverá conter:

1. Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

2. Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

3. Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

4. Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; e

5. Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

d) O Secretário municipal de saúde, após considerar todas as etapas anteriores, deve decidir sobre a conveniência de transferir as atividades para execução, justificadamente, expondo as razões que fundamentaram a conveniência e a oportunidade da opção pelo modelo das organizações sociais;

A Procuradoria-Geral do município será responsável pela avaliação jurídica do procedimento.

II - Fase externa:

a) Publicação de edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para apresentação dos documentos de habilitação e proposta de trabalho, por meio de aviso, no mínimo, por 1 (uma) vez no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação da Capital do Estado, na Associação dos Municípios de Pernambuco - AMUPE e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, além da disponibilização do edital no sítio eletrônico da Secretaria Municipal de Saúde;

b) Recebimento, análise e julgamento dos documentos de habilitação e proposta de trabalho;

c) Etapa única de recurso acerca da análise e julgamento dos documentos de habilitação da proposta de trabalho;

d) Publicação do resultado final com o nome da entidade vencedora; e

Homologação e sua publicação.

§ 1º Somente poderão inscrever-se e participar do chamamento público as entidades previamente qualificadas como OSS nos termos da Lei municipal nº 316/2026 e deste Decreto.

§ 2º Os chamamentos públicos serão realizados preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata, gravada em áudio e vídeo e transmitida, por meio da internet, no Portal da Transparência do Município de Manari-PE.

Art. 6ºO edital do chamamento público conterá:

I - A descrição detalhada da atividade a ser executada e dos bens, recursos e equipamentos a serem destinados ao fim pretendido;

II - Os critérios objetivos de julgamento técnico para seleção da OSS vencedora do chamamento público;

III - As exigências quanto à comprovação da regularidade jurídico-fiscal, da boa condição econômico-financeira da entidade, bem como a qualificação técnica, capacidade operacional e experiência gerencial da entidade para a execução da atividade;

IV - Os parâmetros de valores a serem praticados com limites máximos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde, tendo como referência análises de custos de unidades, contratos anteriores, parâmetros do SUS e valores praticados no mercado;

V - A limitação de até 3% (três por cento) do repasse mensal efetuado pelo Estado à Organização Social de Saúde exclusivamente para a cobertura de despesas de natureza administrativa, estritamente acessórias e não assistenciais, tais como diárias, passagens aéreas, serviços de telefonia e internet móvel, hospedagem, locação de veículos e correlatos, além da contratação pontual de serviços de consultoria, desde que observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) Demonstração de que a despesa é estritamente administrativa, acessória e indispensável ao suporte gerencial da execução do contrato, sem qualquer sobreposição com despesas assistenciais, operacionais ou diretamente vinculadas ao atendimento ao usuário do SUS;

b) Vedação absoluta de classificação dessas despesas como taxa de administração, de natureza remuneratória, cujo pagamento é proibido pela Lei municipal nº316/2026.

VI - A autorização de reembolso, por rateio, das despesas administrativas eventualmente realizadas pela OSS, nas hipóteses em que ela se sirva da estrutura de sua unidade de representação, desde que os dispêndios sejam comprovadamente vinculados à execução do objeto do ajuste de parceria e tenham sido previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Manari-PE;

VII - O cronograma contendo todos os prazos; e

VIII - A minuta do contrato de gestão, como anexo.

§ 1º Os critérios aludidos no inciso II deverão permitir a identificação da proposta técnica de trabalho que, em termos de gerenciamento, eficiência operacional e técnica do serviço público a ser prestado, melhor atenda aos interesses perseguidos pela Administração Pública.

§ 2º Os critérios para o rateio a que alude o inciso VI serão disciplinados pelo Secretário municipal de saúde, vedada a delegação de tal atribuição.

§ 3º Ficam sujeitos ao limite de 3% (três por cento) de que trata o inciso V, em conjunto com as despesas nele previstas, os dispêndios administrativos que são passíveis de rateio.

§ 4º Todos os elementos do edital de chamamento público, incluídos minuta de contrato de gestão, estudos técnicos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

Art. 7ºO julgamento das propostas apresentadas pelas OSSs será efetivado unicamente pelo critério de melhor técnica e deverá ser realizado por:

I - Verificação da capacitação e da experiência da OSS participante do certame, comprovadas por meio da apresentação de atestados de serviços previamente realizados e confirmados por diligências;

II - Atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues.

Parágrafo único. A banca referida no inciso II do caput deste artigo terá no mínimo 03 (três) membros e poderá ser composta de servidores efetivos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública que serão designados pelo Secretário municipal de saúde em ato a ser publicado na imprensa oficial.

Art. 8ºA documentação exigida no edital de chamamento público, considerando a habilitação e a proposta de trabalho, deverá conter no mínimo:

I - Quanto à habilitação jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto social em vigor, registrado em cartório;
b) Ata da eleição de sua atual diretoria;
c) Cédula de Identidade e CPF do representante legal da entidade;
d) Prova de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
e) Decreto municipal da entidade qualificada como organização social de saúde.

II - Quanto à habilitação fiscal e trabalhista:

a) Prova de regularidade fiscal - tributos federais;
b) Prova de regularidade fiscal - tributos estaduais, emitida no máximo 30 (trinta) dias antes da apresentação da proposta;
c) Prova de regularidade fiscal - tributos municipais, emitida no máximo 30 (trinta) dias antes da apresentação da proposta;
d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do Certificado de Regularidade de Situação - CRS;
f) Certidão negativa de falência e concordata, expedida, no máximo, até 60 (sessenta) dias antes da apresentação da proposta;
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
h) Declaração prevista no inciso XXXIII do art. 7º. daConstituição Federal;
i) Declaração de que não possui em seus quadros servidor ou dirigente de órgão e/ou entidade contratante e/ou responsável pelo chamamento público.

III - quanto à habilitação econômico-financeira:

a) Apresentar Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados dos últimos 02 exercícios, conforme índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC), sendo admitido para esses índices anteriores apenas resultados superiores a 01 (um), e do índice de Endividamento Geral (EG), inferior a 01 (um), cujos dados serão extraídos das informações dos balanços patrimoniais e da demonstração de resultados encaminhados por meio da Escrituração Fiscal Digital (SPED Contábil/ECD).

IV - Quanto à habilitação técnica:

a) Comprovação de experiência gerencial na área da saúde visando à comprovação de experiências anteriores, inclusive comprovando com

contratos de gestão e/ou contratos de prestação de serviços na área correspondente e/ou atestados fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado;

b) Comprovação da formação acadêmica, habilitações profissionais e registros nos conselhos de classe, quando aplicável, do corpo diretivo e do corpo técnico;

c) Comprovação da experiência profissional dos integrantes do corpo técnico, por meio de documentos idôneos que demonstrem atuação nas áreas diretamente relacionadas à gestão, operação ou execução dos serviços de saúde, incluindo, entre outros, declarações, certidões, portarias, contratos, publicações oficiais ou documentos equivalentes.

V - Quanto à proposta de trabalho:

a) Os meios e recursos financeiros necessários à execução dos serviços a serem gerenciados;

b) Plano de metas operacionais indicativas de melhoria da eficiência e qualidade do serviço do ponto de vista financeiro, operacional, administrativo e os respectivos prazos de execução;

c) Dimensionamento de pessoal;

d) Documentos demonstrativos de experiência técnica e gerencial para desempenho da atividade objeto do contrato de gestão;

e) Planilha de custos contendo as despesas mensais estimadas.

Parágrafo único. O edital deverá exigir que a prévia qualificação por nível, conforme o § 4º do art. 4º. deste Decreto, e a respectiva comprovação da habilitação técnica, sejam compatíveis com o estabelecimento assistencial de saúde que é objeto do chamamento público.

Art. 9ºNão poderá participar do chamamento público a entidade sem fins lucrativos que:

I - Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com ente da administração de qualquer esfera da federação;

II - Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com o órgão supervisor ou a entidade supervisora; e

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

III - Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer ente federativo, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;

IV - Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública municipal, estadual ou federal nos últimos 05 (cinco) anos;

V - Tenha entre seus dirigentes, em diretoria estatutária ou não, ou como membro dos conselhos da entidade, pessoa:

a) Cujas contas relativas à aplicação de recursos públicos tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por tribunal ou conselho de contas de qualquer esfera da federação nos últimos 08 (oito) anos;

b) Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo de provimento em comissão, enquanto durar a inabilitação;

c) Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei federal nº8.429, de 02 de junho de 1992.

Parágrafo único. Caso à data do chamamento público a entidade não possua os impedimentos estabelecidos neste artigo, mas à data da assinatura do contrato de gestão esteja qualificada em alguma das impossibilidades, fica impedida a celebração do instrumento.

Seção IV
Contratação Emergencial

Art. 10.A Secretaria Municipal de Saúde poderá, mediante decisão fundamentada, contratar emergencialmente Organização Social de Saúde, nos casos em que, por inadimplemento da entidade contratada, com ou sem desqualificação desta, houver a rescisão do contrato de gestão, para que o Poder Público possa garantir a continuidade dos serviços essenciais, em não sendo possível reassumir a execução direta dos serviços, celebrando contrato de gestão emergencial com outra organização social de saúde, igualmente qualificada no âmbito do Estado, na mesma área de atuação, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado do ajuste, e desde que a entidade adote formalmente como sua a proposta de trabalho objeto do ajuste rescindido, observando as seguintes etapas:

I - a Secretaria Municipal de Saúde constituirá comissão formada por três membros técnicos para elaborar estudo técnico detalhado para avaliar a conveniência econômica, gerencial e social de manter a gestão indireta da unidade ou serviço público de saúde, que deverá conter:

a) Descrição das atividades;

b) Análise e a caracterização da comunidade beneficiária das atividades e a definição dos órgãos e das entidades públicos responsáveis pela supervisão e pelo financiamento da organização social;

c) Objetivos em termos de melhoria para o cidadão-cliente na prestação dos serviços com a adoção do modelo de organização social;

d) Demonstração, em termos do custo-benefício esperado, da absorção da atividade por organização social, em substituição à atuação direta do Estado, considerados os impactos esperados a curto, médio e longo prazo;

e) Análise quantitativa e qualitativa dos profissionais atualmente envolvidos com a execução da atividade, com vistas ao aproveitamento em outra atividade ou à cessão para a entidade privada selecionada;

f) Previsão de eventual cessão de imóveis e de outros bens materiais;

Estimativa de recursos financeiros necessários para o desenvolvimento da atividade durante o primeiro exercício de vigência do contrato de gestão;

Razões de escolha da Organização Social da Saúde a ser contratada sem a realização do chamamento público.

II - A Secretaria Municipal de Saúde deve constituir comissão formada por três membros técnicos para elaborar plano de trabalho, que deverá conter:

a) Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

b) Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

c) Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

d) Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; e

e) Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

III - O Secretário municipal de saúde, após considerar todas as etapas anteriores, decidirá sobre a contratação emergencial de Organização Social de Saúde.

§ 1º Durante o prazo de que trata o artigo, deverá a Secretaria Municipal de Saúde, em não podendo reassumir a execução direta do projeto, da atividade e/ou do serviço da unidade de saúde, adotar providências para a realização de novo chamamento público para a celebração de novo contrato de gestão.

§ 2º A contratação com fundamento neste artigo, obrigatoriamente, deverá ser precedida de parecer da Procuradoria-Geral do município de Manari-PE.

§ 3º A celebração de contrato emergencial obriga a Secretaria Municipal de Saúde a tomar, de forma urgente, as providências necessárias para lançar novo chamamento público.

Seção V
Contrato de Gestão

Art. 11.O contrato de gestão deverá conter, sem prejuízo ao disposto na Lei municipal nº316/2026, no mínimo, cláusulas que estabeleçam:

I - O objeto a ser executado pela OS, a especificação do programa de trabalho, a estipulação das metas quantitativas e qualitativas a serem atingidas e todos os seus elementos característicos, de forma detalhada;

II - O valor máximo de custeio para cada unidade de saúde;

III - A vinculação ao edital de chamamento público e seus anexos ou ao ato que autorizar a celebração emergencial do contrato de gestão, conforme o caso;

IV - A forma e o modo de execução dos serviços e fornecimento de bens, conforme o caso;

V - Os prazos de início e de conclusão das etapas de execução;

VI - Os direitos, obrigações e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

VII - Estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais;

VIII - A obrigação da OS de manter atualizado o registro de todos os seus colaboradores no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES e no seu sítio eletrônico;

IX - A obrigação da utilização dos sistemas de informação oficiais do Município de Manari-PE nas unidades hospitalares onde o serviço será prestado, tais como os sistemas: AGHUse, INDICASUS, e/ou demais estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Ministério da Saúde;

X - A obrigação da OS de renunciar ao sigilo bancário da conta corrente na qual sejam movimentados os recursos transferidos pelo Estado, em benefício dos órgãos e das entidades de controle interno da administração, de modo a garantir o acompanhamento, o controle e a fiscalização das respectivas movimentações financeiras;

XI - A responsabilidade exclusiva da OS pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no contrato de gestão, sem a implicação de responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública à inadimplência da organização social em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução;

XII - A previsão de indicadores de qualidade, produtividade e de excelência em gestão que permitam verificar objetivamente o desempenho da OSS;

XIII - Os valores, as condições de pagamento e o cronograma de desembolsos;

XIV - O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

XV – A obrigatoriedade de que a Organização Social de Saúde mantenha e movimente todos os recursos financeiros repassados pelo Estado exclusivamente em contas bancárias específicas, individualizadas por unidade hospitalar administrada e abertas conforme a natureza de cada repasse (custeio, investimento, projetos de investimento e fundo de reserva), sendo vedado:

a) Manter ou movimentar recursos em contas diversas daquelas previstas no contrato de gestão;

b) Realizar movimentações financeiras entre contas exclusivas de uma mesma unidade de saúde ainda que sob justificativas de empréstimos internos ou remanejamentos temporários; e
c) Transferir, remanejar ou movimentar recursos entre unidades de saúde distintas, ou entre estas e a matriz ou filiais da entidade, sob qualquer motivação.

XVI - A estipulação de que, nas situações em que o contrato de gestão consignar fontes de recursos orçamentários distintas ou o objeto da parceria especificar a execução de diversos programas governamentais, com exigências próprias de prestação de contas, ficam autorizadas a manutenção e a movimentação dos recursos pela OSS em mais de 01 (uma) conta bancária, sempre com a prévia anuência da Secretaria Municipal de As[ude a previsão expressa no respectivo ajuste de parceria e a expressa renúncia ao sigilo bancário da referida conta subsidiada pelo município de Manari-PE;

XVII - A condição de que, nos casos em que houver mais de 01 (um) contrato de gestão celebrado pelo Estado com a mesma OSS, essa deverá possuir conta bancária individualizada para cada um dos ajustes de parceria e tipo de recurso, observado o disposto nos parágrafos deste artigo;

XVIII - A vedação da cessão parcial ou total do contrato de gestão pela OSS, salvo por motivo devidamente justificado e expressa autorização do município, devendo, ainda, a cessionária preencher os requisitos de qualificação previstos na Lei municipal nº316/2026 e neste Decreto;

XIX - A obrigação de que a Organização Social de Saúde realize as contratações e aquisições de bens, obras e serviços de toda espécie, inclusive aquelas que envolvam terceirização de mão de obra, com recursos do contrato de gestão, em conformidade com seus regulamentos próprios de contratação, recursos humanos, financeiros e de aquisições, os quais deverão ser apresentados em até 30 dias do início de vigência do contrato de gestão e submetidos à análise e aprovação da Controladoria-Geral do Estado, com a publicação do extrato do respectivo ato de aprovação no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do início da vigência do contrato de gestão, ressalvada a seguinte regra de caráter transitório:

a) No período compreendido entre a assinatura do contrato de gestão e a aprovação dos regulamentos próprios pela Secretaria de Controle Interno, a Organização Social de Saúde deverá observar integralmente a legislação e as normas aplicáveis às matérias de aquisições, contratações de serviços, obras, bens e recursos humanos, aplicáveis ao respectivo objeto.

XX - O prazo inicial de vigência do contrato de gestão e a possibilidade de prorrogação, limitado ao prazo de 60 (sessenta) meses;

XXI - Os critérios em relação a data-base, a periodicidade do reajustamento de valores e a atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

XXII - Os critérios para a cessão de servidores públicos efetivos e bens móveis e imóveis do município para a OSS, observada as normas específicas;

XXIII - A obrigação da organização social comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde e à Procuradoria-Geral do Estado a existência de demanda judicial em que figurar como parte em razão de atos praticados no âmbito da execução do contrato de gestão, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal;

XXIV - A obrigação da organização social fornecer à Procuradoria do município todas as informações, dados e documentos necessários para a defesa dos interesses do Estado, em juízo ou fora dele, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal;

XXV - A obrigação da organização social possuir implementado programa de integridade e compliance;

XXVI - No caso de inadimplemento pela Administração Pública municipal, as condições de pagamento das obrigações contratuais em atraso, podendo estabelecer um dos instrumentos de garantia previstos na Seção VIII deste Decreto.

XXVII - A obrigatoriedade de publicação anual no Diário Oficial do Estado, do relatório financeiro elaborado em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, bem como relatório contendo as metas pactuadas e realizadas do contrato de gestão;

XXVIII - A previsão de que as despesas decorrentes da contratação de serviços de consultoria deverão ser previamente aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º Excepcionalmente, exclusivamente para garantir a continuidade dos serviços no início da execução contratual, e enquanto estiverem em curso os trâmites cadastrais e bancários indispensáveis à plena operacionalização da unidade e à abertura das contas específicas exigidas neste artigo, a Organização Social de Saúde poderá, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável mediante justificativa formal e fundamentada e aprovação expressa da Secretaria Municipal de Saúde, receber e movimentar os recursos iniciais em conta bancária provisória de titularidade própria, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - A conta provisória seja utilizada exclusivamente para a execução da unidade de saúde objeto do contrato, devendo permanecer segregada de quaisquer outros contratos, unidades ou projetos da entidade;

II - A entidade deverá comprovar à Secretaria Municipal de Saúde, até o término do período excepcional, a conclusão dos trâmites cadastrais e bancários necessários à operacionalização regular do contrato, inclusive a abertura das contas bancárias definitivas individualizadas por unidade e por natureza dos repasses, bem como, quando aplicável, a finalização dos procedimentos cadastrais requeridos pelos órgãos competentes para o funcionamento da unidade;

III - Concluída a abertura das contas definitivas, todos os saldos existentes na conta provisória deverão ser transferidos para as contas específicas correspondentes.

§ 2º Os contratos de gestão regidos por este Decreto poderão ser alterados, com as devidas justificativas, para:

I - Adequação das metas quantitativas e/ou qualitativas ou do modo de execução dos serviços, com a correspondente alteração do valor devido pelo Estado, quando a modificação for necessária para melhor adequação técnica aos objetivos do contrato de gestão e às necessidades da administração pública ou se perceber que os termos inicialmente pactuados são tecnicamente inaplicáveis; e

II - Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato de gestão em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

§ 3º As alterações previstas no parágrafo anterior deverão ser precedidas de parecer técnico da Secretaria Municipal de Saúde e de parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Estado, sendo vedada:

I - A desnaturação do objeto inicial do contrato de gestão; e

II - A inclusão no escopo do contrato de gestão de novas unidades de saúde.

Art. 12.A vigência do contrato de gestão poderá ser prorrogada por termos sucessivos até atingir o prazo limite de 60 (sessenta) meses, devendo o processo de prorrogação ser instruído com, no mínimo, os seguintes documentos:

I - Parecer técnico favorável da Secretaria Municipal de Saúde, no qual seja avaliado positivamente a economicidade da prorrogação e o desempenho anterior da OSS na execução do contrato de gestão, sendo indispensável apontar que foram atingidas as metas de produção e resultado;

II - Parecer jurídico favorável da Procuradoria do município;

III - Concordância da OSS;

IV - Comprovação da existência de amparo orçamentário-financeiro para executar o contrato de gestão no próximo período.

Art. 13. Nos ajustes, onerosos ou não, celebrados pelas OSSs com terceiros, fica vedado:

I - Ter membros eleitos ou indicados para compor o conselho que seja cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o 3º (terceiro) grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais e dos Vereadores;

II - Firmar contrato com empresas ou instituições das quais façam parte os seus dirigentes e sócios, para a execução do contrato de gestão;

III - Contratar pessoa jurídica para exercer as funções dos cargos de direção das unidades de saúde por ela gerenciadas;

IV - Utilizar recursos financeiros destinados ao investimento em custeio;

V - Qualquer tipo de participação, inclusive financeira, em campanha de interesse político-partidário ou eleitoral;

VI - Mudar a denominação da unidade de saúde por ela gerenciada;

VII - Em qualquer hipótese ceder os servidores cedidos pelo Poder Executivo que estiver sob sua gestão; e

VIII - Destinar qualquer tipo de remuneração aos membros da diretoria do conselho da entidade com recursos oriundos do contrato de gestão.

§ 1º A prorrogação, o reajuste dos valores e qualquer outra alteração do objeto ou do valor do contrato de gestão deverão ser veiculadas por termo aditivo e publicadas na imprensa oficial.

§ 2º Os bens móveis públicos cedidos para uso da OSS poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

§ 3º A permuta de que trata este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

Seção VI
Monitoramento, Controle, Avaliação, Fiscalização e Gerenciamento do Contrato de Gestão

Subseção I
Da Gestão e Fiscalização do Contrato de Gestão

Art. 14.A execução do contrato de gestão será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio do setor próprio que será responsável pela gestão e fiscalização dos Contratos de Gestão, no âmbito do município de Manari-PE, podendo por meio de portaria do Secretário de Saúde, estabelecer fluxos complementares de fiscalização dos contratos de gestão, sem prejuízo da ação institucional de fiscalização por parte dos demais órgãos de controle interno e externo.

§ 1º Os excedentes financeiros constatados durante a fiscalização da parceria deverão ser devolvidos ao Estado ou investidos em outras atividades do objeto do contrato de gestão, desde que previamente autorizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º Os procedimentos e prazos complementares para prestação de contas da parceria poderão ser estabelecidos por ato do Secretário municipal de saúde, vedada a delegação de tal atribuição.

§ 3º Para a implementação do disposto no caput, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros contratados especificamente para auxiliar na fiscalização dos contratos de gestão, inclusive para avaliar os aspectos operacionais, patrimoniais, contábeis, financeiros e do atingimento das metas do contrato de gestão.

§ 4º O órgão gestor e fiscalizador dos contratos de gestão deverá proceder à elaboração e consolidação dos relatórios técnicos de monitoramento, controle e avaliação, nos prazos e condições estabelecidos no contrato de gestão e seus anexos, submetendo-os à homologação do Secretário municipal de saúde e, após a homologação, os referidos relatórios deverão ser encaminhados, de forma oficial, à Câmara Municipal de Manari-PE, para fins de acompanhamento e controle institucional, observadas as normas de transparência e prestação de contas vigentes no âmbito da Administração Pública.

§ 5º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na aplicação dos recursos públicos transferidos à Organização Social de Saúde (OSS), deverão comunicar imediatamente o fato ao Secretário municipal de saúde e, após sua ciência, ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária pelos atos omissivos ou comissivos que resultem em prejuízo ao erário.

§ 6º Sem prejuízo das comunicações previstas no parágrafo anterior, constatados indícios fundados de malversação, desvio ou uso indevido de bens ou recursos públicos, os responsáveis pela fiscalização representarão, quando a gravidade dos fatos ou o interesse público assim exigirem, ao Ministério Público do Estado, à Secretaria de Controle Interno e à Procuradoria do município, para adoção das medidas legais e administrativas cabíveis.

Art. 15. Compete ao setor responsável pela gestão e fiscalização dos contratos de gestão, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Manari-PE:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao Secretário municipal de saúde e à Comissão de Monitoramento, Controle e Avaliação, subsidiando-os com informações e análises necessárias à execução dos contratos de gestão e ao cumprimento das metas pactuadas;

II - Acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de gestão, verificando o desempenho assistencial e administrativo da OSS, o cumprimento das metas quantitativas e qualitativas, o atendimento às obrigações contratuais e a regularidade dos atos operacionais praticados;

III - Verificar a correspondência entre as informações das OSSs com as atividades efetivamente executadas nas unidades sob sua gestão, bem como a manutenção das condições de habilitação exigidas;

IV - Emitir notificações para correção de irregularidades ou descumprimentos contratuais, propor medidas saneadoras e adotar as providências cabíveis para apuração de faltas, impropriedades ou eventuais fraudes na execução;

V - Proceder à análise técnico-financeira das prestações de contas, demonstrações e documentos apresentados pela OSS, certificando a regularidade da execução e atestando a viabilidade da continuidade dos repasses, conforme os resultados apurados;

VI - Assegurar a transparência e a publicidade dos relatórios trimestrais de execução das OS no sítio eletrônico oficial da Secretaria Municipal de Saúde de Manari-PE, de forma simplificada e acessível, bem como a divulgação de extratos e demonstrações contábeis anuais no Diário Oficial do Estado;

VII - Manter atualizadas, nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência, as informações referentes à execução físico-financeira dos contratos de gestão;

VIII - Convocar, coordenar e registrar reuniões técnicas com as OSS e demais interessados, para padronização de rotinas, esclarecimento de procedimentos, alinhamento de fluxos e cumprimento das exigências documentais relativas ao contrato de gestão;

IX - Observar prazos de vigência, execução e planejamento orçamentário dos contratos de gestão, adotando medidas preventivas e corretivas que assegurem a continuidade e regularidade dos serviços pactuados;

X - Instruir e encaminhar processos de pagamento, emitir ordens de execução, paralisação e/ou reinício de serviços e propor medidas administrativas decorrentes da execução contratual, conforme sua competência;

XI - Propor ao Secretário municipal de saúde, quando cabível, a prorrogação, alteração, revisão, extinção ou intervenção nos contratos de gestão, bem como negociar ajustes contratuais nos limites da legislação vigente e das diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde de Manari-PE;

XII - Coordenar as atividades da Comissão de Monitoramento, Controle e Avaliação, acompanhar seus registros e deliberações, e comunicar imediatamente à autoridade superior quaisquer fatos que extrapolem sua competência ou que demandem providências administrativas específicas.

Art. 16. Para fins de acompanhamento, controle e fiscalização dos recursos públicos transferidos às Organizações Sociais de Saúde, o setor responsável pela gestão e fiscalização dos contratos de gestão poderá, diante da existência de indícios de malversação, inconsistência ou irregularidade, requisitar ao setor de empenhos da PMM, cópia das notas fiscais eletrônicas emitidas ou recebidas pelas OSS que mantenham contrato de gestão vigente, assegurando-se, em qualquer hipótese, a proteção e o sigilo das informações obtidas, nos termos da legislação aplicável.

Subseção II
Da Comissão de Monitoramento, Controle e Avaliação do Contrato de Gestão

Art. 17.A execução do contrato de gestão será monitorada, controlada e avaliada pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos de portaria do Secretário de saúde, no qual poderá estabelecer fluxos complementares de monitoramento e avaliação dos contratos de gestão, sem prejuízo da ação institucional de fiscalização por parte dos demais órgãos de controle interno e externo competentes.

§ 1º O Secretário municipal de saúde, por meio de portaria, deverá instituir e manter, permanentemente, comissão com a finalidade de realizar monitoramento, controle e avaliação, devendo ser composta por três servidores públicos efetivos dotados de notória capacidade técnica e qualificação compatível com as atribuições inerentes à execução, análise e avaliação dos contratos de gestão.

§ 2º A Comissão de Monitoramento, Controle e Avaliação deverá realizar, sempre que possível e considerando a natureza dos serviços executados, pesquisas de satisfação junto aos usuários das unidades geridas pela Organização Social de Saúde, utilizando os resultados como subsídio técnico para avaliação do desempenho da parceria, análise do cumprimento dos objetivos pactuados e eventual reorientação, ajuste ou aprimoramento das metas e atividades previstas no contrato de gestão.

§ 3º A Secretaria Municipal de Saúde deverá propiciar capacitação específica e continuada aos membros da Comissão de Monitoramento, Controle e Avaliação, com vistas à uniformização de procedimentos, padronização de análises, aprimoramento técnico e fortalecimento das práticas de governança, integridade e controle institucional.

§ 4º A Organização Social de Saúde contratada deverá, a cada três meses, remeter à Secretaria Municipal de Saúde para avaliação da Comissão de Monitoramento, Controle e Avaliação, os seguintes documentos:

I - Relatório pormenorizado da execução do contrato de gestão, contendo demonstrativos das metas propostas, dos resultados alcançados e da prestação de contas referente ao período avaliado, incluindo indicadores assistenciais, administrativos e financeiros;

II - Certidões atualizadas de regularidade fiscal, compreendendo:

a) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa perante a Secretaria de Finanças do Município de Manari-PE;

b) Certidão de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

c) Relação integral de demandas judiciais nas quais figure como parte ré, acompanhada das decisões desfavoráveis eventualmente proferidas e dos valores correspondentes às condenações impostas.

III - Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados diretamente vinculados à execução do contrato de gestão, mediante apresentação das seguintes certidões:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND federal);
b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

§ 5º A Comissão de Monitoramento, Controle e Avaliação elaborará, ao término de cada trimestre, relatório técnico de monitoramento e avaliação da execução do contrato de gestão, consolidando os resultados assistenciais, administrativos e financeiros verificados no período, o qual será submetido à apreciação e homologação do Secretário municipal de saúde e, após homologado, encaminhado aos órgãos de controle interno e externo competentes, para fins de acompanhamento, fiscalização e tomada de providências que se fizerem necessárias.

§ 6º O relatório técnico de monitoramento e avaliação do contrato de gestão, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - Análise detalhada das atividades executadas, do cumprimento das metas pactuadas e do impacto social decorrente da execução do objeto no período avaliado, com base nos indicadores assistenciais, administrativos e financeiros estabelecidos no contrato de gestão;

II - Descrição das atividades e metas estabelecidas, entregas e parâmetros de desempenho previstos para o período objeto da análise;

III - Demonstrativo dos valores efetivamente transferidos pela Administração Pública e dos montantes regularmente aplicados pela Organização Social de Saúde na execução do Contrato de Gestão;

IV - Identificação, quando cabível, de custos indiretos, remanejamentos realizados, sobras de recursos financeiros, valores pendentes de aplicação e eventuais devoluções ao erário;

V - Análise técnica dos documentos comprobatórios apresentados pela Organização Social de Saúde na prestação de contas, avaliando sua consistência, suficiência e conformidade;

VI - Apreciação das auditorias realizadas pelos órgãos de controle interno e externo no âmbito da fiscalização preventiva, quando houver, incluindo síntese de suas conclusões e das medidas adotadas em decorrência de suas recomendações;

VII - Proposição, quando necessária, de ajustes ou readequações nas metas quantitativas, qualitativas e/ou financeiras, devidamente justificadas com base no desempenho aferido e nas necessidades assistenciais identificadas.

Subseção III
Da Auditoria do Controle Interno

Art. 18. Compete à Secretaria de Controle Interno:

I - Realizar auditorias periódicas nos contratos de gestão celebrados entre o Município de Manari-PE e as Organizações Sociais de Saúde, com vistas à verificação da regularidade, economicidade, eficiência e conformidade da execução físico-financeira;

II - Prestar apoio técnico consultivo à Secretaria Municipal de Saúde, mediante orientação na definição de fluxos de trabalho, procedimentos de controle e capacitação da equipe responsável pela fiscalização e dos membros da Comissão de Monitoramento, Controle e Avaliação dos Contratos de Gestão;

III - Analisar e aprovar os regulamentos de contratação, recursos humanos, financeiros e aquisições apresentados pelas Organizações Sociais de Saúde, promovendo a publicação do extrato do respectivo ato de aprovação no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do início da vigência do contrato de gestão.

Parágrafo único. Para o cumprimento das atribuições previstas no inciso I, a Secretaria de Controle Interno poderá contar com o apoio operacional da Auditoria-Geral do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos da legislação aplicável e da cooperação interinstitucional vigente.

Seção VII
Recursos Humanos

Art. 19. As Organizações Sociais de Saúde, com a finalidade de manter os recursos humanos necessários e suficientes para a realização das ações pactuadas no contrato de gestão, poderão:

I - Firmar com a Secretaria Municipal de Saúde termo de cedência de servidores públicos municipais efetivos;

II - Contratar pessoa física, por meio de processo seletivo, a ser definido em regulamento próprio, respeitada a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, devendo utilizar como critério para remuneração desses empregados o valor de mercado da região, bem como as Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria;

III - Utilizar as modalidades de contratação de mão de obra permitidas na legislação brasileira, inclusive a prevista na Lei federal nº6.019, de 3 de janeiro de 1974, com a Redação dada pela Lei federal nº13.429, de 31 de março de 2017, nos termos de seu regulamento de contratação.

§ 1º Em casos excepcionais visando à continuidade da prestação dos serviços à população e mediante autorização prévia e expressa da Secretaria Municipal de Saúde, a OS poderá contratar profissional especializado com remuneração superior ao limite de que trata o inciso II do caput deste artigo, não podendo esta implicar incremento dos valores de custeio do contrato de gestão.

§ 2º Fica permitido à OS contratar pessoa jurídica para prestar serviços médico-hospitalares com recursos do contrato de gestão, nos termos de seu regulamento próprio, desde que os serviços sejam prestados apenas na Unidade de Saúde Hospitalar.

§ 3º Os empregados contratados pela Organização Social de Saúde não terão qualquer vínculo empregatício com o Poder Público, inexistindo também qualquer responsabilidade relativamente às obrigações, de qualquer natureza, assumidas pela Organização Social.

§ 4º Existindo fundado receio de que a OS não esteja efetuando os pagamentos devidos aos empregados por ela contratados para a execução do objeto contratual, e desde que a OS tenha valores a receber do município, poderá o Poder Público efetuar o pagamento dos salários e encargos relacionados diretamente aos empregados da entidade, promovendo posterior glosa dos valores devidos à Organização Social.

§ 5º A existência de saldo contratual remanescente ou garantia idônea não exime a contratada do ressarcimento ao erário pela má execução do objeto contratual.

Seção VIII
Das Garantias

Art. 20. As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de gestão poderão ser garantidas mediante:

I - Instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;

II - Contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;

III - Previsão de mecanismo de retenção e transferência diretamente ao credor, pela instituição financeira responsável pela centralização e processamento da movimentação financeira do município, de saldos existentes nas contas bancárias, conforme procedimento estabelecido em Instrução Normativa que será editada pela Secretaria de Finanças;

IV - Outros mecanismos admitidos em lei.

§ 1º Os recursos de que trata o inciso III serão oriundos de saldos financeiros existentes na Conta Única do Município de Manari-PE, até o limite do respectivo débito.

§ 2º Efetuada a retenção e transferidos os respectivos valores à OSS credora, a Secretaria de finanças do município realizará o abatimento do montante dos repasses devidos à Secretaria Municipal de Saúde

§ 3º A Secretaria de finanças do município editará Instrução Normativa sobre as garantias previstas neste artigo.

Art. 21. As determinações desta Seção são aplicáveis ao edital, ao contrato e aos anexos do chamamento público para seleção da Organização Social de Saúde - OSS.

Seção IX
Intervenção do município

Art. 22. Verificada situação que caracterize risco ao adequado cumprimento das obrigações assumidas no contrato de gestão ou ameaça à continuidade dos serviços pactuados, o Município de Manari-PE, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, poderá assumir diretamente a execução das atividades contratualizadas, com vistas a assegurar a prestação ininterrupta do serviço público, nos termos da Lei municipal nº316/2026.

Parágrafo único. Durante o período de intervenção, o Poder Público poderá sub-rogar-se nos direitos e obrigações decorrentes dos contratos vigentes firmados pela Organização Social de Saúde com terceiros, desde que relacionados às atividades e serviços objeto da parceria estabelecida na forma da Lei municipal nº316/2026, de modo a garantir a regularidade e a continuidade da execução dos serviços públicos transferidos.

Seção X
Desqualificação e Sancionamento

Art. 23. As organizações sociais da saúde poderão ser desqualificadas nas seguintes hipóteses:

I - Perda de qualquer dos requisitos de qualificação indicados na Lei municipal nº316/2026 e neste Decreto;

II - Exercício de atividades não relacionadas à saúde, em desconformidade com a qualificação concedida;

III - Rescisão do contrato de gestão celebrado com o Poder Público por culpa da Organização Social de Saúde, conforme apuração administrativa;

IV - Atingimento, pela Organização Social de Saúde, no período de 12 (doze) meses, do limite máximo de pontos atribuídos em razão de infrações punidas nos termos dos incisos I e II do art. 25 deste Decreto, conforme critérios estabelecidos em regulamento próprio.

§ 1º A desqualificação será instrumentalizada por ato do Governador do Estado, devendo o processo ser instruído e encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, com a apresentação dos pareceres técnicos e jurídicos pertinentes.

§ 2º A desqualificação implicará o ressarcimento dos recursos públicos recebidos, incluindo valores não aplicados, malversados ou utilizados indevidamente, bem como a reversão ao Estado dos bens públicos cedidos ou disponibilizados à Organização Social de Saúde, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

§ 3º Efetuada a publicação da decisão de desqualificação em Diário Oficial, a Organização Social será considerada inidônea para contratar com a Administração Pública, devendo ser promovida sua inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), observada a legislação aplicável.

§ 4º A existência de procedimento de apuração de irregularidade contratual não impede a instauração de processo específico de desqualificação, sempre que a gravidade dos fatos ou o interesse público justificar a adoção da medida.

§ 5º Para a aplicação do disposto no inciso IV do caput deste artigo, a cada infração punida nos termos dos incisos I e II do art. 25 deste Decreto, acarretará a atribuição de pontos, cujo quantitativo, limite máximo, critérios de contagem, forma de registro e demais parâmetros serão definidos em regulamento próprio a ser editado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 24.A OS será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato de gestão;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato de gestão que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato de gestão;

IV - Deixar de apresentar, no prazo estabelecido, documentação ou informações exigidas pelo setor responsável pela gestão e fiscalização dos contratos de gestão ou pela Comissão de Monitoramento, Controle e Avaliação;

V - Deixar de manter a proposta apresentada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Administração;

VI - Recusar-se, injustificadamente, de celebrar o contrato de gestão ou a entregar documentos necessários à sua formalização, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

VII - Retardar, por ação ou omissão, a execução das atividades pactuadas ou a entrega dos resultados previstos no contrato de gestão;

VIII - Apresentar declaração, informação ou documentação falsa, seja no procedimento de seleção, seja durante a execução do Contrato de Gestão;

IX - Fraudar o procedimento competitivo ou praticar ato fraudulento na execução do contrato de gestão;

X - Adotar conduta inidônea, praticar fraude de qualquer natureza ou agir em desacordo com os princípios da Administração Pública;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, do chamamento público ou qualquer seleção destinada à formalização do contrato de gestão;

XII - Praticar ato lesivo à Administração Pública, nos termos do art. 5º. da Lei federal nº12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 25.A OS que incorra nas infrações previstas no art. 24 deste Decreto, apuradas em regular processo administrativo com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - Advertência, quando a infração for considerada de menor potencial ofensivo à execução contratual, com determinação de adoção de medidas corretivas;

II - Multa, aplicada conforme os critérios, parâmetros e percentuais definidos no contrato de gestão e em seus anexos, devidamente fundamentada pela autoridade competente;

III - Suspensão do direito de participar de licitação ou chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato de gestão com órgãos e entidades do Municipio de Manari-PE, por prazo não inferior a 03 (três) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para participar de licitação ou chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSS ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 03 (três) anos da aplicação da penalidade.

§ 1º As sanções estabelecidas nos incisos III e IV do caput deste artigo são de competência exclusiva do Secretário municipal de saúde, mediante decisão fundamentada em regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo a reabilitação ser requerida após 03 (três) anos de aplicação da penalidade, no caso da sanção prevista no inciso IV e após 01 (um) ano de aplicação da penalidade, no caso da sanção prevista no inciso III.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas conjuntamente com a do inciso II.

§ 3º Prescreverá em 05 (cinco) anos, contados da data de apresentação da prestação de contas referente ao período em que ocorreu a infração, o direito de a Administração aplicar penalidade relacionada à execução do Contrato de Gestão.

§ 4º A prescrição será interrompida com a prática de qualquer ato administrativo formal destinado à apuração da infração, reiniciando-se a contagem do prazo a partir da data desse ato.

§ 5º A aplicação das sanções previstas neste artigo não afasta, em nenhuma hipótese, a obrigação da Organização Social de Saúde de reparar integralmente o dano causado ao erário, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.

§ 6º Serão considerados na aplicação das sanções:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

§ 7º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o valor da multa será no valor de 0,01% (um centésimo por cento) até 20% (vinte por cento), sobre o valor do repasse mensal realizado pelo Poder Público à OS.

Seção XI
Disposições Finais

Art. 26. As entidades qualificadas como Organizações Sociais de Saúde que mantenham contrato de gestão vigente com o Municipio de Manari-PE deverão publicar e manter atualizadas, em sítio eletrônico próprio e de acesso público, as informações obrigatórias relativas à execução da parceria, nos termos da legislação aplicável, deste Decreto e das normas complementares expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde:

I - Ações desenvolvidas em cada exercício;

II - Folha de pagamento mensal de seus funcionários e dirigentes;

III - Demais despesas custeadas com os repasses financeiros feitos pelo Poder Público;

IV - Membros da diretoria e conselhos;

V - Estatuto social atualizado;

VI - Contratos de gestão e aditivos;

VII - Documento de qualificação como Organização Social de Saúde;

VIII - Regulamentos e/ou manuais de compras/aquisições e contratações de serviços;

IX - Política de seleção e contratação de pessoal;

X - Disponibilização dos valores referenciais de remuneração do quadro de pessoal não nominativo colocado à disposição da unidade atendida pelo contrato de gestão;

XI - Relatório anual dos contratos de gestão;

XII - Balanço patrimonial com parecer da auditoria externa;

XIII - Código de ética ou código de conduta;

XIV - Demonstrativo trimestral da unidade de saúde sob gestão, contendo, no mínimo:

a) Dados de produção assistencial e administrativa previstos no contrato de gestão;

b) Taxa de satisfação dos usuários, conforme metodologia definida pela Secretaria Municipal de Saúde.

XV - Informações sobre certificações, acreditações e selos de qualidade obtidos pela Organização Social ou pelas unidades sob sua gestão, quando existentes, englobando não apenas acreditações hospitalares, mas também certificações referentes às áreas ambulatorial, administrativa, financeira, de manutenção predial e de equipamentos, hotelaria hospitalar, apoio diagnóstico e terapêutico, segurança do paciente, gestão de processos, serviços operacionais e demais modalidades aplicáveis à Rede de Atenção à Saúde do SUS, observados os padrões reconhecidos nacional e internacionalmente;

XVI - Informações atualizadas sobre o Programa de Integridade e Compliance da Organização Social de Saúde, incluindo a descrição das estruturas, práticas e mecanismos de prevenção, detecção e resposta a irregularidades, políticas de ética e conduta, gestão de riscos, controles internos, canais de denúncia, normas de transparência, procedimentos anticorrupção e demais instrumentos de governança aplicáveis à execução do contrato de gestão.

Art. 27.A Administração Pública deverá realizar anualmente o inventário de todos os bens patrimoniais alocados nas unidades de saúde sob responsabilidade de Organização Social, devendo publicá-lo no site institucional da Secretaria de Saúde para a transparência das informações.

Art. 28. Os casos omissos neste Decreto deverão ser normatizados pelo Secretário municipal de saúde.

Art. 29.A Secretaria Municipal de Saúde poderá, sempre que entender necessário, formular consultas jurídicas à Procuradoria do município acerca do regular cumprimento dos termos deste Decreto.

Art. 30. As minutas de edital de chamamento público e de contrato de gestão deverão, obrigatoriamente, ser submetidas à análise individualizada da Procuradoria do município.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 53/2026.

Manari, 03 de agosto de 2026.

Audálio Martins da Silva Júnior
Prefeito Município de ManariPE

ANEXO I
FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO E CHECKLIST DOCUMENTAL

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE REQUERENTE

ENTIDADE	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço completo:	
Telefone institucional:	
E-mail institucional:	
REPRESENTANTE LEGAL	
Cargo/Função:	
CPF:	

2. INDICAÇÃO DO NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO PRETENDIDO*

*Assinalar apenas uma opção

( ) Especializada, de apoio operacional (facilities) ou de pequeno porte (CNES inferior a 50 leitos) - experiência mínima de 02 (dois) anos no âmbito SUS

( ) Nível I de gestão hospitalar (CNES de 50 a 100 leitos) - experiência mínima de 04 (quatro) anos no âmbito SUS

( ) Nível II de gestão hospitalar (CNES de 101 a 200 leitos) - experiência mínima de 04 (quatro) anos no âmbito SUS

( ) Nível III de gestão hospitalar (CNES de mais de 200 leitos) - experiência mínima de 04 (quatro) anos no âmbito SUS

3. CHECKLIST DOCUMENTAL

3.1 Anexos Obrigatórios

( ) Anexo I - Declaração de Experiência Gerencial

( ) Anexo II - Declaração de Inexistência de Impedimentos

( ) Certificado de Regularidade perante o Conselho Regional de Medicina

( ) Certidões negativas atualizadas de contas julgadas irregulares ou equivalentes, emitidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pelos órgãos de controle correspondentes aos entes com os quais manteve contratos de gestão

3.2 Habilitação Jurídica (Art. 3º, I)

( ) Estatuto social atualizado e registrado, contendo todos os requisitos legais

( ) Ata de eleição da diretoria vigente

( ) Documento único de estrutura organizacional contendo uma lista nominal da diretoria vigente e conselheiros que integram a OSS:

- Órgão deliberativo: integrantes e funções

- Órgão fiscalizatório: integrantes e funções

- Órgão executivo: integrantes, funções e mandatos

( ) Certidões obrigatórias para todos os membros dos órgãos deliberativo, consultivo, fiscalizatório e executivo-art. 4º, inciso IV, alínea a.

( ) Certidões adicionais exigíveis exclusivamente para membros da diretoria executiva - art. 4º, inciso IV, alínea b.

3.3 Regularidade Fiscal, Previdenciária e Trabalhista (Art. 3º, II)

( ) Comprovante de inscrição no CNPJ

( ) Certidões de regularidade fiscal, incluindo débitos inscritos em dívida ativa:

- Da União;

- Do Municipio de Manari-PE;

- Do Estado de domicílio ou sede da entidade, quando diverso de Pernambuco;

- Do Município de domicílio ou sede da entidade.

( ) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF

( ) CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

3.4 Situação Econômico-Financeira (Art. 3º, III)

( ) SPED Contábil/ECD relativo ao último exercício.

3.5 Órgão Executivo - Comprovação Individual (Art. 3º, § 2º)

( ) Experiência em administração pública, gestão de serviços públicos de saúde ou com interface com o SUS, com tempo mínimo de 02 (dois) anos; função exercida no âmbito da entidade; e a comprovação material (certidões, declarações, portarias, publicações, contratos, etc.)

3.6 Corpo Diretivo e Corpo Técnico (Art. 3º, § 3º)

( ) Currículos resumidos contendo as informações para a área de interesse da função exercida

( ) Diplomas, certificados e habilitações

( ) Registro em conselho profissional (quando aplicável)

( ) Documentos que comprovem experiência compatível com a execução dos serviços

3.7 Experiência Gerencial - Conforme o Nível Pretendido (Art. 4º, § 4º e § 5º)

Categoria: Especializada/Facilities/Pequeno Porte

( ) Quando aplicável (Pequeno Porte): Anexo II - Declaração de Experiência Gerencial e CNES

( ) Contratos/Convênios/Aditivos

( ) Relatórios de monitoramento oficial da gestão estadual ou municipal de saúde

( ) Atestados de capacidade técnico-operacional com a indicação do tempo de atuação

Categoria: Gestão Hospitalar - Níveis I, II e III

( ) Anexo II - Declaração de Experiência Gerencial

( ) Contrato de gestão + aditivos

( ) CNES da unidade

( ) Relatórios oficiais da gestão estadual ou municipal de saúde

( ) Atestado de capacidade técnica com a indicação do tempo de atuação

4. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro, sob as penas da lei, que todos os documentos elencados neste Anexo foram apresentados de forma integral e verdadeira, assumindo a responsabilidade administrativa, civil e penal por qualquer omissão ou falsidade, ciente de que o descumprimento implicará o sobrestamento do pedido de qualificação.

Local e data

Nome completo do(a) representante legal

Cargo/Função

(assinatura com firma reconhecida ou assinatura eletrônica.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA GERENCIAL

Atenção: de acordo com a sequência das informações inseridas, juntar os documentos comprobatórios.

Local e data

Nome completo do(a) representante legal

Cargo/Função
assinatura com firma reconhecida ou assinatura eletrônica.

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA QUALIFICAÇÃO
COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE

1. Declaro, sob as penas da lei, para fins de instrução do pedido de qualificação como Organização Social de Saúde no Município de Manari-PE, que a entidade que represento NÃO incorre em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no art. 6º. da LC nº 316/2026, a saber:

I - Não é entidade de benefício mútuo;

II - Não é sindicato, associação de classe ou de representação de categoria profissional;

III - Não é organização partidária ou assemelhada, nem fundação partidária;

IV - Não comercializa planos de saúde ou produtos assemelhados com finalidade lucrativa;

V - Não se constitui como cooperativa;

VI - Não integra consórcio ou entidade consorciada;

VII - Possui registro regular e vigente no Conselho Regional de Medicina da unidade da federação em que está sediada, conforme documento comprobatório anexo;

VIII - Não é qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.

2. Declaro estar enviando o Certificado de Registro e Regularidade da Entidade perante o Conselho Regional de Medicina (CRM) competente, devidamente atualizado.

3. Assumo inteira responsabilidade administrativa, civil e penal pelas informações prestadas e pela autenticidade do documento anexo, ciente de que a falsidade ou omissão implicará indeferimento imediato e comunicação aos órgãos de controle.

Local e data

Representante Legal

Publicado por:
Márcio Omena Ramos Pita
Código Identificador:83D75231

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MOREILÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2026-PMM
CONCORRÊNCIA Nº 005/2026-PMM

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Sr. **VICENTE TEXEIRA SAMPAIO NETO**, Prefeito do Município, no Art. 71 IV da Lei nº 14.133/2021, resolve:

ADJUDICAR o objeto da **CONCORRÊNCIA Nº 005/2026-PMM** à empresa **CONSTRUTORA SANTOS E BEZERRA LTDA**, Inscrita no CNPJ/MF **sob o n°.** 35.175.305/0001-19, com Proposta de **R$ 905.282,41 (novecentos e cinco mil duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e um centavos)**.

• **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório referente ao **CONCORRÊNCIA Nº 005/2026-PMM**, processo Licitatório nº 017/2026-PMM, que teve como objeto contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de construção de quadra com grama sintética, parquinho infantil, pista de caminhada, áreas de convivência, área em piso intertravado, quiosques e demais estruturas complementares na sede do Município de Moreilândia/PE, conforme Projeto Básico aprovado, memorial descritivo, memória de cálculo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos integrantes do processo administrativo
• **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Moreilândia – PE, 07 de agosto de 2026.

VICENTE TEXEIRA SAMPAIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Ferreira Lemos
Código Identificador:7AF7468E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2026-PMM
CONCORRÊNCIA Nº 006/2026-PMM

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Sr. **VICENTE TEXEIRA SAMPAIO NETO**, Prefeito do Município, no Art. 71 IV da Lei nº 14.133/2021, resolve:

ADJUDICAR o objeto da **CONCORRÊNCIA Nº 006/2026-PMM** à empresa **TORI ENGENHARIA SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA EPP**, Inscrita no CNPJ/MF **sob o n°.** 31.069.076/0001-05, com Proposta de **R$ 452.117,24 (quatrocentos e cinquenta e dois mil cento e dezessete reais e vinte e quatro centavos)**.

• **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório referente ao **CONCORRÊNCIA Nº 006/2026-PMM**, processo Licitatório nº 018/2026-PMM, que teve como objeto contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos canteiros centrais – 2ª etapa, implantação/adequação do sistema elétrico e iluminação pública, bem como pavimentação em paralelepípedo da rua de acesso ao cemitério no Distrito de Caririmirim, Município de Moreilândia/PE, conforme Projeto Básico aprovado, memorial descritivo, memória de cálculo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos integrantes do processo administrativo
• **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Moreilândia – PE, 07 de agosto de 2026.

VICENTE TEXEIRA SAMPAIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Ferreira Lemos
Código Identificador:07D3D02C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREILÂNDIA-PE
EXTRATO DE CONTRATO
Espécie:CONTRATO N° 018/2026-PMM
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREILÂNDIA-PE
Contratada: CONSTRUTORA SANTOS E BEZERRA LTDA
CNPJ: Nº 35.175.305/0001-19.
Objeto: contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de construção de quadra com grama sintética, parquinho infantil, pista de caminhada, áreas de convivência, área em piso intertravado, quiosques e demais estruturas complementares na sede do Município de Moreilândia/PE.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.07.02;
PROJETO ATIVIDADE: 1025;
ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.00.00;
Valor estimado global:R$ 905.282,41 (novecentos e cinco mil duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e um centavos).
Data de Assinatura do Contrato:17/08/2026.
Assinam:
Pelo Município de Moreilândia/PE o Prefeito: VICENTE TEXEIRA SAMPAIO NETO
Pela Empresa: Seu Representante Legal, o SRº. ERIVALDO DOS SANTOS BEZERRA

Publicado por:
Joao Ferreira Lemos
Código Identificador:6CD8358F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREILÂNDIA-PE
EXTRATO DE CONTRATO
Espécie:CONTRATO N° 019/2026-PMM
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREILÂNDIA-PE
Contratada: EMPRESA TORI ENGENHARIA SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA EPP
CNPJ: Nº 31.069.076/0001-05.
Objeto: contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos canteiros centrais – 2ª etapa, implantação/adequação do sistema elétrico e iluminação pública, bem como pavimentação em paralelepípedo da rua de acesso ao cemitério no Distrito de Caririmirim, Município de Moreilândia/PE.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.07.02;
PROJETO ATIVIDADE: 1047;
ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.00.00;
Valor estimado global:R$ 452.117,24 (quatrocentos e cinquenta e dois mil cento e dezessete reais e vinte e quatro centavos).
Data de Assinatura do Contrato:17/08/2026.
Assinam:
Pelo Município de Moreilândia/PE o Prefeito: VICENTE TEXEIRA SAMPAIO NETO
Pela Empresa: Seu Representante Legal, o SRº. Fredson Henrique Torres Rialva

Publicado por:
Joao Ferreira Lemos
Código Identificador:04E62D9C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESULTADO CONCORRÊNCIA

RESULTADO CONCORRÊNCIA Nº 005/2026-PMM - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 017/2026-PMM.

Prefeitura Municipal de Moreilândia-PE, torna publico o resultado da Concorrência nº 005/2026-PMM, objeto contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de construção de quadra com grama sintética, parquinho infantil, pista de caminhada, áreas de convivência, área em piso intertravado, quiosques e demais estruturas complementares na sede do Município de Moreilândia/PE, conforme Projeto Básico aprovado, memorial descritivo, memória de cálculo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos integrantes do processo administrativo. A empresa CONSTRUTORA SANTOS E BEZERRA LTDA. CNPJ n° 35.175.305/0001-19. Estando HABILITADA, cuja Proposta de Preços no valor R$ 905.282,41 (novecentos e cinco mil duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e um centavos). Sendo portanto vencedora do certame. Nada mais.

07/08/2026.

JOÃO FERREIRA LEMOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Joao Ferreira Lemos
Código Identificador:0ADC798F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESULTADO CONCORRÊNCIA

RESULTADO CONCORRÊNCIA Nº 006/2026-PMM - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 018/2026-PMM.

Prefeitura Municipal de Moreilândia-PE, torna publico o resultado da Concorrência nº 006/2026-PMM, objeto contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos canteiros centrais – 2ª etapa, implantação/adequação do sistema elétrico e iluminação pública, bem como pavimentação em paralelepípedo da rua de acesso ao cemitério no Distrito de Caririmirim, Município de Moreilândia/PE, conforme Projeto Básico aprovado, memorial descritivo, memória de cálculo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos integrantes do processo administrativo. A empresa TORI ENGENHARIA SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA EPP. CNPJ n° 31.069.076/0001-05. Estando HABILITADA, cuja Proposta de Preços no valor R$ 452.117,24 (quatrocentos e cinquenta e dois mil cento e dezessete reais e vinte e quatro centavos). Sendo portanto vencedora do certame. Nada mais. 07/08/2026.

JOÃO FERREIRA LEMOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Joao Ferreira Lemos
Código Identificador:90D53A40

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MORENO

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MORENO
AVISO DE NOMEAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2024

AVISO DE NOMEAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2024

A Câmara Municipal de Moreno, Estado de Pernambuco - Torna Público as NOMEAÇÕES dos Candidatos aprovados no Concurso Público 2024 realizado por esta Câmara, devidamente Homologado através da Portaria nº 004/2024 de 20 de maio de 2024. Os mesmos terão o prazo de 30 dias a contar da data de recebimento das A.R.'s para tomar posse, devidamente munidos com os documentos exigidos em Edital e em conformidade com a Lei Municipal. Maiores informações no Prédio da Câmara Municipal de Moreno.

CARGO: 05 – AGENTE ADMINISTRATIVO: 32º THIAGO HENRIQUE NOGUEIRA, nota 6,25.

Moreno, 17 de agosto de 2026.

JOEL LUIZ DA SILVA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Julio Ferreira do Nascimento Neto
Código Identificador:62482207

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DEFESA SOCIAL
ATO N° 082/2026

Ato n° 082/2026 Nomear, LUIZA BETANIA DA SILVA BARROS, para exercer o cargo de Assessor Especial III, Símbolo CDA-7, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, **a partir de 03 de agosto de 2026.**

O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de agosto de 2026. Cumpra-se e publique-se.

Moreno, 06 de agosto de 2026.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
João Guilherme Mota de Souza
Código Identificador:1A30EC7F

SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE REVOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BARRACAS PARA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADAS À EXPOSIÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ORIUNDOS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MORENO/PE. A Agente de Contratações da Prefeitura do Moreno, nomeada por meio da Portaria nº 030/2026, comunica aos interessados, que, por determinação do Órgão Demandante - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, através da Justificativa/fundamentação acostada por meio do Despacho 37-744/2026, FICA REVOGADO o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 076/2026 - Processo Eletrônico 1Doc nº. 744/2026 - Dispensa Nº. 029/2026 em respeito aos princípios gerais de direito público e às prescrições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Moreno, 17 de Agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
ELAINE SILVA DOS SANTOS PEREIRA
Agente de Contratação PMM
Mat. 31.140

Publicado por:
Elaine Silva Dos Santos Pereira
Código Identificador:E97D7450

SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 027/2026 - [PROC. 1DOC Nº 228/2026] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2026

HOMOLOGO, o PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 027/2026 - [Proc. 1Doc nº 228/2026] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2026, cujo objeto consisteno**Registro formal de preços, consignado em Ata, para eventual e futura Contratação de empresa(s) para futuras e eventuais serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS diversos para o TFD – Tratamento Fora de Domicílio, visando atender a necessidade da secretaria de Saúde de Moreno/PE, conforme nas condições, quantidades e especificações contidas neste Termo de Referência e seus anexos, por um período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I)**, e ADJUDICO**o objeto à licitante:**

EXATA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.587.721/0001-01 – no lote 1, no valor total de R$ 2.405.206,80 (dois milhões, quatrocentos e cinto mil, duzentos e seis reais e oitenta centavos).

Moreno, 17 de agosto de 2026.

RAMON NASCIMENTO DA SILVA
Secretário de Saúde

Publicado por:
Givaldo Torres
Código Identificador:5C861907

SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 135/2026 - [PROC. 1DOC Nº 1.944/2026] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2026

HOMOLOGO, o PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 135/2026 - [Proc. 1Doc nº 1.944/2026] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2026, cujo objeto consiste na REGISTRO FORMAL DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE ÁGUA MINERAL, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DE MORENO, e **ADJUDICO** o objeto à licitante:

E P ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº **59.044.551/0001-08,** nos lotes 1, 2 e 3, no valor total de **R$ 63.950,00 (sessenta e três mil e novecentos e cinquenta reais).**

Moreno, 17 de agosto de 2026.

RAMON NASCIMENTO DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Givaldo Torres
Código Identificador:55A0ADB2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OLINDA

COMISSÃO PERMANENTE PARA ASSUNTOS DE LICITAÇÃO - COPAL
PROCESSO LICITATÓRIO N° 013/2026 - FMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 - SSO (AVISO ADIAMENTO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA

SECRETARIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE ADIAMENTO

PL No 013/2026 - FMS - PREGÃO ELETRÔNICO No 004/2026 - SSO

SERVIÇOS. Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Olinda e suas Unidades, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no edital e seus anexos. **Valor Estimado: R$ 5.589.953,52 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos)**. O presente adiamento decorreu por conveniência administrativa, fica **ADIADO** o prazo para **ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS** para o dia **19/08/2026**, **às 11h**, bem como o **INÍCIO DA DISPUTA**, anteriormente previsto para o dia **18/08/2026**, que passa a ocorrer no dia **02/09/2026**, às **11h**. O Edital na íntegra poderá ser retirado no endereço eletrônico: **https://licitar.digital/** (**ID: 107472**). Informações no e-mail: **cplsms.olinda@gmail.com** de segunda à **sexta-feira** das **8h às 14h**.

Olinda, 17 de agosto de 2026.

LUCIANA LOPES DE MELLO DO REGO BARROS
Agente de Contratação/Pregoeira da CPL Saúde

Publicado por:
Edmilson Oliveira de Souza
Código Identificador:6BE343ED

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL CIÊNCIA LAVRATURA DE AUTO DE INTIMAÇÃO/INFRAÇÃO Nº 021/2026

A Secretaria da Fazenda do Município de Olinda, com fulcro no § 10º do art. 11 e no art. 12 da Portaria da SEFAD/Olinda nº. 246/13, como também no art. 270, inciso III, c/c art. 272, da Lei Complementar Municipal nº. 03/97, vem, mediante este instrumento, DAR CIÊNCIA DA LAVRATURA DE AUTO DE INTIMAÇÃO/INFRAÇÃO e a consequente abertura para prazo de pagamento, pedido de parcelamento ou impugnação perante o contribuinte abaixo indicado: Processo nº: 2026.006718-5; Contribuinte: CENTRO DE ESTUDOS CANDIDA CINTRA LTDA; Inscrição Municipal: 087735-2; Número do Auto de Infração/Intimação: 500.216.266; Dia e hora da Lavratura do Auto de Infração/Intimação: 15h20m, de 16 de JUNHO de 2026. Descrição da infração: FALTA DE COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA QUE VENHA A MODIFICAR OS DADOS CADASTRAIS DO CONTRIBUINTE, DENTRO DO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS DE SUA OCORRÊNCIA; Período Fiscalizado: JANEIRO/2022 A JUNHO/2026. Dispositivo(s) legal(is) violado(s): arts. 148 e 152, da Lei Complementar Municipal nº 03/97 c/c art. 74, do Decreto Municipal nº 168/96; Prazo para Impugnação do Auto de Infração/Intimação: 30 (trinta) dias contados da publicação deste edital (art. 272, da Lei Complementar Municipal nº 03/97).

Publicado por:
Fábio da Silva Pereira
Código Identificador:EE04D833

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL CIÊNCIA LAVRATURA DE AUTO DE INTIMAÇÃO/INFRAÇÃO Nº 022/2026

A Secretaria da Fazenda do Município de Olinda, com fulcro no § 10º do art. 11 e no art. 12 da Portaria da SEFAD/Olinda nº. 246/13, como também no art. 270, inciso III, c/c art. 272, da Lei Complementar Municipal nº. 03/97, vem, mediante este instrumento, DAR CIÊNCIA DA LAVRATURA DE AUTO DE INTIMAÇÃO/INFRAÇÃO e a consequente abertura para prazo de pagamento, pedido de parcelamento ou impugnação perante o contribuinte abaixo indicado: Processo nº: 2026.006720-7; Contribuinte: GENTIL TIAGO DE MOURA JUNIOR LANCHONETE; Inscrição Municipal: 082.067-9; Número do Auto de Infração/Intimação: 500.218.269; Dia e hora da Lavratura do Auto de Infração/Intimação: 11h45m, de 17 de JUNHO de 2026. Descrição da infração: FALTA DE COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA QUE VENHA A MODIFICAR OS DADOS CADASTRAIS DO CONTRIBUINTE, DENTRO DO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS DE SUA OCORRÊNCIA; Período Fiscalizado: MAIO/2011 A DEZEMBRO/2024. Dispositivo(s) legal(is) violado(s): arts. 148 e 152, da Lei Complementar Municipal nº 03/97 c/c art. 74, do Decreto Municipal nº 168/96; Prazo para Impugnação do Auto de Infração/Intimação: 30 (trinta) dias contados da publicação deste edital (art. 272, da Lei Complementar Municipal nº 03/97).

Publicado por:
Fábio da Silva Pereira
Código Identificador:AD3DB239

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL CIÊNCIA LAVRATURA DE AUTO DE INTIMAÇÃO/INFRAÇÃO Nº 023/2026

A Secretaria da Fazenda do Município de Olinda, com fulcro no § 10º do art. 11 e no art. 12 da Portaria da SEFAD/Olinda nº. 246/13, como também no art. 270, inciso III, c/c art. 272, da Lei Complementar Municipal nº. 03/97, vem, mediante este instrumento, DAR CIÊNCIA DA LAVRATURA DE AUTO DE INTIMAÇÃO/INFRAÇÃO e a consequente abertura para prazo de pagamento, pedido de parcelamento ou impugnação perante o contribuinte abaixo indicado: Processo nº: 2026.006710-0; Contribuinte: FG COMBUSTÍVEIS LTDA; Inscrição Municipal: 050.892-6; Número do Auto de Infração/Intimação: 500.227.268; Dia e hora da Lavratura do Auto de Infração/Intimação: 14h43m, de 28 de JUNHO de 2026. Descrição da infração: FALTA DE COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA QUE VENHA A MODIFICAR OS DADOS CADASTRAIS DO CONTRIBUINTE, DENTRO DO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS DE SUA OCORRÊNCIA; Período Fiscalizado: JANEIRO A DEZEMBRO/2025. Dispositivo(s) legal(is) violado(s): arts. 148 e 152, da Lei Complementar Municipal nº 03/97 c/c art. 74, do Decreto Municipal nº 168/96; Prazo para Impugnação do Auto de Infração/Intimação: 30 (trinta) dias contados da publicação deste edital (art. 272, da Lei Complementar Municipal nº 03/97).

Publicado por:
Fábio da Silva Pereira
Código Identificador:BA3A64CF

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL CIÊNCIA LAVRATURA DE AUTO DE INTIMAÇÃO/INFRAÇÃO Nº 024/2026

A Secretaria da Fazenda do Município de Olinda, com fulcro no § 10º do art. 11 e no art. 12 da Portaria da SEFAD/Olinda nº. 246/13, como também no art. 270, inciso III, c/c art. 272, da Lei Complementar Municipal nº. 03/97, vem, mediante este instrumento, DAR CIÊNCIA DA LAVRATURA DE AUTO DE INTIMAÇÃO/INFRAÇÃO e a consequente abertura para prazo de pagamento, pedido de parcelamento ou impugnação perante o contribuinte abaixo indicado: Processo nº: 2026.006709-6; Contribuinte: JOHN AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA; Inscrição Municipal: 086.801-9; Número do Auto de Infração/Intimação: 500.232.261; Dia e hora da Lavratura do Auto de Infração/Intimação: 11h38m, de 30 de JUNHO de 2026. Descrição da infração: FALTA DE COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA QUE VENHA A MODIFICAR OS DADOS CADASTRAIS DO CONTRIBUINTE, DENTRO DO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS DE SUA OCORRÊNCIA; Período Fiscalizado: JANEIRO/2025 A MARÇO/2026. Dispositivo(s) legal(is) violado(s): arts. 148 e 152, da Lei Complementar Municipal nº 03/97 c/c art. 74, do Decreto Municipal nº 168/96; Prazo para Impugnação do Auto de Infração/Intimação: 30 (trinta) dias contados da publicação deste edital (art. 272, da Lei Complementar Municipal nº 03/97).

Publicado por:
Fábio da Silva Pereira
Código Identificador:C8DA62C7

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL CIÊNCIA LAVRATURA DE AUTO DE INTIMAÇÃO/INFRAÇÃO Nº 025/2026

A Secretaria da Fazenda do Município de Olinda, com fulcro no § 10º do art. 11 e no art. 12 da Portaria da SEFAD/Olinda nº. 246/13, como também no art. 270, inciso III, c/c art. 272, da Lei Complementar Municipal nº. 03/97, vem, mediante este instrumento, DAR CIÊNCIA DA LAVRATURA DE AUTO DE INTIMAÇÃO/INFRAÇÃO e a consequente abertura para prazo de pagamento, pedido de parcelamento ou impugnação perante o contribuinte abaixo indicado: Processo nº: 2026.007433-5; Contribuinte: MARIA JOSÉ CARNEIRO DA SILVA; Inscrição Municipal: 078.206-8; Número do Auto de Infração/Intimação: 500.258.260; Dia e hora da Lavratura do Auto de Infração/Intimação: 10h06m, de 18 de JULHO de 2026. Descrição da infração: FALTA DE COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA QUE VENHA A MODIFICAR OS DADOS CADASTRAIS DO CONTRIBUINTE, DENTRO DO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS DE SUA OCORRÊNCIA; Período Fiscalizado: MARÇO/2012 A JANEIRO/2026. Dispositivo(s) legal(is) violado(s): arts. 148 e 152, da Lei Complementar Municipal nº 03/97 c/c art. 74, do Decreto Municipal nº 168/96; Prazo para Impugnação do Auto de Infração/Intimação: 30 (trinta) dias contados da publicação deste edital (art. 272, da Lei Complementar Municipal nº 03/97).

Publicado por:
Fábio da Silva Pereira
Código Identificador:58D404A9

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 262/2026 - GS/SGPA

Portaria nº 262/2026– GS/SGPA

A Secretária Executiva de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal nº 6.144/2021, cumulada com o Decreto Municipal nº 010/2009 e Portaria nº 044-A/2009-GS/SEFAD, e tendo em vista as informações constantes no Processo nº 2026/03/6305 de 25/03/2026;

Considerando o resultado da Perícia da Junta Médica de Olinda, datada de 07/05/2026;

Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 8.112/1990, art. 98, §2º e §3º, que estabelece a concessão de horário especial ao servidor público com deficiência, extensiva ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência, desde que comprovada a necessidade por junta médica oficial, independente de compensação de horário;

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a redução da jornada de trabalho em **30% (trinta por cento)** da servidora pública municipal **Vivian Alves Simões da Costa**, professora, **matrícula nº *65691-7***, lotada na Secretaria de Educação, independente de compensação de horário e sem prejuízo de seus vencimentos, direitos e vantagens, conforme Parecer nº 249/2026, informações e autorizações constantes no processo nº 2026/03/6305 de 25/03/2026.

Art. 2º. Determinar a apresentação da documentação médica à Perícia da Junta Médica de Olinda, a cada **24 (vinte e quatro) meses** pela servidora **Vivian Alves Simões da Costa**, matrícula nº **65691-7**. Caso cessem os motivos que ensejaram a concessão da redução de sua jornada de trabalho, a servidora deverá solicitar imediatamente o cancelamento da redução da jornada de trabalho.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria de Gestão de Pessoas e Administração da Prefeitura Municipal de Olinda, em 17 de Agosto de 2026.

MARA ANNUNCIATO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Kacilda Maria Nunes Pereira Carvalho Falcão
Código Identificador:FDC22DF1

SECRETARIA DE SAUDE
PORTARIA Nº 121/2026

Designa o pagamento aos servidores efetivos que trabalharam na equipe de inspeção de vigilância sanitária nos plantões de Circuito do Milho de 2026, nos dias 22 e 23 de Junho de 2026 nas fiscalizações em estabelecimentos cujo horário de funcionamento é noturno e/ou nos finais de semana assim como, nos eventos envolvendo circulação de grande número de pessoas, realizadas em todo o município, em especial ações educativas.

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DE OLINDA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e, de acordo com a Lei nº5601/2008 - Art. 2º de 13.06.2008.

CONSIDERANDO a Portaria nº1.139/2013-MS, que define, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as responsabilidades das esferas de gestão e estabelece as Diretrizes Nacionais para planejamento, Execução e Avaliação das Ações de Vigilância e Assistência à Saúde.

CONSIDERANDO o disposto no art.66, Inc. III, combinado com art. 71, ambos da Lei Complementar nº01/1990, que autorizam a instituição de grupo especial de trabalho, aplicável à hipótese em tela;CONSIDERANDO o caráter temporário, não remuneratório e indenizatório da verba paga pela participação dos servidores em grupos especiais de trabalho necessários em ocasiões como a apresentada neste decreto, conforme já verificado, a título exemplificativo, no Parecer PC/PGMO 35/2018 de 15/01/2018;

CONSIDERANDO a Lei nº 6029/2017, que institui a Gratificação Especial de Regime de Plantão - GERP, para as ações de Vigilância em Saúde, no âmbito da Secretaria de Saúde de Olinda, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para compor a equipe de inspeção nas fiscalizações em estabelecimentos e/ou eventos de grande fluxo de pessoas, cujo horário de funcionamento é noturno, em dias de feriados ou finais de semana, em caráter de plantão, assim como ações educativas nos dias 22 e 23 de Junho de 2026.
Art. 2º Atribuir aos servidores designados por esta Portaria, nas funções acima especificadas, as gratificações por plantões estipuladas pela Lei Municipal nº 6.029/2017 c/c a Lei Municipal nº 5.601/2008, para execução de atividades de segurança cidadã, fiscalização e vigilância sanitária, nos dias 22 e 23 de Junho 2026, com vistas ao cumprimento dos termos do Decreto Municipal nº 020/2022, do Decreto Estadual nº 51.749, de 29/10/2021 e demais atos normativos.

Art. 3º Determina que esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Determina que esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15/06/2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Olinda , 13 agosto de 2026.

DANIELE UCHÔA BARROS ALVES
Secretária Municipal de Saúde.

EDUARDO OLIVEIRA DE MELO	INSPETOR SANITÁRIO	60.726.6
DEJANINE ZEUGMA PESSOA DE ARAÚJO	AGENTE SANITÁRIO	19.203-1
FABIANA BERENGUEL BARBOSA DE SOUZA	AGENTE SANITÁRIO	17.571-4

Publicado por:
Ranulfo Gambôa Batista Júnior
Código Identificador:33DC3AEA

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OROBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ
AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026 FMS
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 FMS.

O Fundo Municipal de Saúde de Orobó/PE, através de sua Secretária Municipal de Saúde, torna público aos interessados a SUSPENSÃO do Credenciamento nº 001/2026 FMS, que tem por objeto a seleção e contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de saúde (consultas médicas especializadas, exames especializados e exames laboratoriais), sob regime de mutirão, no âmbito do Município de Orobó/PE. A suspensão visa a readequação de termos e especificações técnicas do edital. Oportunamente, nova data para a reabertura do certame será publicada nos meios oficiais. Informações: licitacao_orobo@yahoo.com.br.

Orobó (PE), 17 de agosto de 2026.

LÚCIA DE FÁTIMA AGUIAR DA SILVA CAMPOS
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Ronaldo Jose Barbosa de Oliveira
Código Identificador:AEBB5CF9

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OROCÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2026-PMO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026-PMO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O **MUNICÍPIO DE OROCÓ/PE**, por intermédio da Prefeitura Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA**, mediante utilização do **Sistema de Registro de Preços – SRP**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução, sob demanda, de serviços de perfuração e instalação de poços tubulares em rocha cristalina, incluindo locação dos pontos, mobilização e desmobilização, perfuração, revestimento, cimentação, limpeza, desenvolvimento, testes de produção e vazão, análise físico-química da água, fornecimento e instalação de conjuntos motobombas submersas, instalações hidráulicas e elétricas, construção de estruturas de proteção, fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, transporte, emissão de documentos de responsabilidade técnica e demais serviços necessários ao funcionamento das estruturas, em diversas localidades do Município de Orocó/PE.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global do Lote, observados os preços unitários máximos admitidos.
VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 1.725.870,60 (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil, oitocentos e setenta reais e sessenta centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 02 de setembro de 2026.
HORÁRIO DA SESSÃO: 09h05min.
PRAZO MÁXIMO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: até as 09h00min do dia 02 de setembro de 2026.
A sessão pública será realizada por meio da plataforma eletrônica disponível no endereço **www.licitacaooroco.com.br**.
Os pedidos de esclarecimentos e impugnações poderão ser apresentados até o dia **28 de agosto de 2026**, na forma prevista no edital.
O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta e retirada nos endereços eletrônicos **www.oroco.pe.gov.br**, **www.licitacaooroco.com.br** e no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, podendo ainda ser obtidas informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Orocó/PE, situado na Avenida Prefeito Ulisses de Novaes Bione, nº 427, Centro, Orocó/PE, no horário das 08h00min às 13h00min, ou pelo e-mail **licitacao@oroco.pe.gov.br**

Orocó/PE, 17 de agosto de 2026.

JOSINALVA DE JESUS VASCONCELOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Josinalva de Jesus Vasconcelos
Código Identificador:62828E12

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 – FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2026 – FMS

O Secretário Interino de Saúde de Orocó/PE, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o resultado do Processo Licitatório nº 013/2026 – FMS, referente ao Pregão Eletrônico nº 007/2026 – FMS, cujo critério de julgamento foi o **menor preço por item**, que teve por objeto o **Registro de Preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais odontológicos, instrumentais, equipamentos, produtos de higiene, limpeza, desinfecção, esterilização, proteção individual e demais insumos destinados à assistência odontológica, conforme especificações, em favor da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Orocó/PE**, resolve:
Empresa: VIANA DELMED LTDA
CNPJ nº: 12.948.321/0001-00
Valor total adjudicado e homologado: R$ 1.564.294,55 (um milhão, quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).
Empresa: GNATUS PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA
CNPJ nº: 09.609.356/0001-00
Item: 33
Valor total adjudicado e homologado: R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).
Empresa: DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA
CNPJ nº: 44.223.526/0001-06
Itens: 130 e 193
Valor total adjudicado e homologado: R$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais).
Ficam **ADJUDICADOS** os objetos às empresas acima identificadas e **HOMOLOGADO** o presente procedimento licitatório, pelo valor total de **R$ 1.587.094,55 (um milhão, quinhentos e oitenta e sete mil, noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)**, determinando-se a formalização da respectiva Ata de Registro de Preços e, quando cabível, dos instrumentos contratuais decorrentes, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Orocó/PE, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ ALVARO NUNES AMANDO
Secretário Interino de Saúde de Orocó/PE

Publicado por:
Josinalva de Jesus Vasconcelos
Código Identificador:C9AB8A1D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026 – FMS
Processo Licitatório nº 013/2026 – FMS
Pregão Eletrônico nº 007/2026 – FMS

Órgão Gerenciador: Município de Orocó/PE – Prefeitura Municipal, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Orocó/PE.
CNPJ nº: 11.166.049/0001-35.
Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais odontológicos, instrumentais, equipamentos, produtos de higiene, limpeza, desinfecção, esterilização, proteção individual e demais insumos destinados à assistência odontológica, conforme especificações, em favor da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Orocó/PE.
Fornecedor Registrado: VIANA DELMED LTDA
CNPJ nº: 12.948.321/0001-00.
Valor total registrado: R$ 1.564.294,55 (um milhão, quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.462/2023.
Vigência: 12 (doze) meses.

Data da assinatura: 12 de agosto de 2026.

JOSÉ ALVARO NUNES AMANDO
Secretário Interino de Saúde de Orocó/PE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026 – FMS
Processo Licitatório nº 013/2026 – FMS
Pregão Eletrônico nº 007/2026 – FMS

Órgão Gerenciador: Município de Orocó/PE – Prefeitura Municipal, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Orocó/PE.
CNPJ nº: 11.166.049/0001-35.
Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais odontológicos, instrumentais, equipamentos, produtos de higiene, limpeza, desinfecção, esterilização, proteção individual e demais insumos destinados à assistência odontológica, conforme especificações, em favor da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Orocó/PE.
Fornecedor Registrado: GNATUS PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA
CNPJ nº: 09.609.356/0001-00.
Valor total registrado: R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.462/2023.
Vigência: 12 (doze) meses.

Data da assinatura: 12 de agosto de 2026.

JOSÉ ALVARO NUNES AMANDO
Secretário Interino de Saúde de Orocó/PE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026 – FMS
Processo Licitatório nº 013/2026 – FMS
Pregão Eletrônico nº 007/2026 – FMS

Órgão Gerenciador: Município de Orocó/PE – Prefeitura Municipal, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Orocó/PE.
CNPJ nº: 11.166.049/0001-35.
Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais odontológicos, instrumentais, equipamentos, produtos de higiene, limpeza, desinfecção, esterilização, proteção individual e demais insumos destinados à assistência odontológica, conforme especificações, em favor da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Orocó/PE.
Fornecedor Registrado: DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA
CNPJ nº: 44.223.526/0001-06.
Valor total registrado: R$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais).
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.462/2023.
Vigência: 12 (doze) meses.

Data da assinatura: 12 de agosto de 2026.

JOSÉ ALVARO NUNES AMANDO
Secretário Interino de Saúde de Orocó/PE

Publicado por:
Josinalva de Jesus Vasconcelos
Código Identificador:5BAD8A34

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026-PMO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026-PMO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OROCÓ/PE – PREFEITURA MUNICIPAL, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
CONTRATADA: JOSÉ JOABSON PEREIRA DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.159.506/0001-90.
OBJETO: Aquisição de móveis, mobiliários de escritório, eletrodomésticos e equipamentos permanentes, compreendendo mesas, armários, cadeiras, longarinas, arquivos, estantes, gaveteiro e fogões, destinados à estruturação, modernização e atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Orocó/PE, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR GLOBAL: R$ 50.288,70 (cinquenta mil, duzentos e oitenta e oito reais e setenta centavos).
CONTRATO: Contrato Administrativo nº 042/2026-PMO.
VIGÊNCIA: 12/08/2026 a 12/08/2027.
DATA DA RATIFICAÇÃO: 12 de agosto de 2026.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de agosto de 2026.

Orocó/PE, 12 de agosto de 2026.

CÉLIA MÁRIA DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Josinalva de Jesus Vasconcelos
Código Identificador:D674EACF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2026-PMO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026-PMO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026-PMO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Orocó/PE, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CONTRATADA: JOSE JOABSON PEREIRA DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.159.506/0001-90.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, de climatização e materiais permanentes, destinados à modernização da infraestrutura e ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Orocó/PE.

VALOR: R$ 64.634,04 (sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 13/08/2026 a 13/08/2027.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Gestora 1 – Prefeitura Municipal de Orocó; Órgão Orçamentário 1000 – Prefeitura Municipal de Orocó; Unidade Orçamentária 1002 – Secretaria de Administração e Finanças; Programa 401 – Gestão Administrativa do Município; Ação 3 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos Diversos para a Secretaria de Administração e Finanças; Despesa 14 – 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas; Fonte 1 – MSC – 1.500.0000 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

DATA DE ASSINATURA: 13 de agosto de 2026.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

Orocó/PE, 13 de agosto de 2026.

CÉLIA MÁRIA DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Josinalva de Jesus Vasconcelos
Código Identificador:D108D365

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026-FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026-FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026-FMS
CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 003/2026-FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROCÓ/PE, CNPJ/MF sob o nº 11.166.049/0001-35.
CONTRATADA: AJR CARDIO ASSOCIADOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.717.055/0001-21.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de saúde destinados à execução das Ofertas de Cuidados Integrados – OCI, correspondentes aos **itens 3, 4 e 5 do Edital de Credenciamento nº 003/2026-FMS**, quais sejam: **OCI – Avaliação de Risco Cirúrgico; OCI – Avaliação Cardiológica; e OCI – Avaliação Diagnóstica Inicial de Síndrome Coronariana Crônica**, conforme condições, quantitativos e valores estabelecidos no edital, Termo de Referência e contrato.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 113.000,00 (cento e treze mil reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DA ASSINATURA: 10 de agosto de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso IV, c/c arts. 78, inciso I, e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Orocó/PE, 13 de agosto de 2026.

JOSÉ ALVARO NUNES AMANDO
Secretário Interino de Saúde de Orocó/PE

Publicado por:
Josinalva de Jesus Vasconcelos
Código Identificador:23CA72B9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2026 – FMS
Processo Licitatório nº: 013/2026 – FMS
Pregão Eletrônico nº: 007/2026 – FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Orocó/PE
CNPJ nº: 11.166.049/0001-35
Contratada: VIANA DELMED LTDA
CNPJ nº: 12.948.321/0001-00
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais odontológicos, instrumentais, equipamentos, produtos de higiene, limpeza, desinfecção, esterilização, proteção individual e demais insumos destinados à assistência odontológica, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, em favor da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Orocó/PE, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 001/2026 – FMS**, oriunda do **Pregão Eletrônico nº 007/2026 – FMS**.
Valor global da contratação: R$ 794.071,27 (setecentos e noventa e quatro mil, setenta e um reais e vinte e sete centavos).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação no PNCP e no Diário Oficial dos Municípios.
Data da assinatura: 12 de agosto de 2026.
Signatários:
Contratante: JOSÉ ALVARO NUNES AMANDO – Secretário Interino de Saúde de Orocó/PE
Contratada: JAIR SILVA VIANA – Representante legal da VIANA DELMED LTDA

JOSÉ ALVARO NUNES AMANDO
Secretário Interino de Saúde de Orocó/PE

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026 – FMS
Processo Licitatório nº: 013/2026 – FMS
Pregão Eletrônico nº: 007/2026 – FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Orocó/PE
CNPJ nº: 11.166.049/0001-35
Contratada: GNATUS PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA
CNPJ nº: 09.609.356/0001-00
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais odontológicos, instrumentais, equipamentos, produtos de higiene, limpeza, desinfecção, esterilização, proteção individual e demais insumos destinados à assistência odontológica, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, em favor da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Orocó/PE, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 002/2026 – FMS**, oriunda do **Pregão Eletrônico nº 007/2026 – FMS**.
Valor global da contratação: R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação no PNCP e no Diário Oficial dos Municípios.
Data da assinatura: 12 de agosto de 2026.
Signatários:
Contratante: JOSÉ ALVARO NUNES AMANDO – Secretário Interino de Saúde de Orocó/PE
Contratada: ALEXANDRE VICENTINI DE QUEIROZ – Representante legal da GNATUS PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA

JOSÉ ALVARO NUNES AMANDO
Secretário Interino de Saúde de Orocó/PE

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026 – FMS
Processo Licitatório nº: 013/2026 – FMS
Pregão Eletrônico nº: 007/2026 – FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Orocó/PE
CNPJ nº: 11.166.049/0001-35
Contratada: DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA
CNPJ nº: 44.223.526/0001-06
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais odontológicos, instrumentais, equipamentos, produtos de higiene, limpeza, desinfecção, esterilização, proteção individual e demais insumos destinados à assistência odontológica, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, em favor da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Orocó/PE, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 003/2026 – FMS**, oriunda do **Pregão Eletrônico nº 007/2026 – FMS**.

Valor global da contratação: R$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação no PNCP e no Diário Oficial dos Municípios.
Data da assinatura: 12 de agosto de 2026.
Signatários:
Contratante: JOSÉ ALVARO NUNES AMANDO – Secretário Interino de Saúde de Orocó/PE
Contratada: VITÓRIA BERTI – Representante legal da DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA

JOSÉ ALVARO NUNES AMANDO
Secretário Interino de Saúde de Orocó/PE

Publicado por:
Josinalva de Jesus Vasconcelos
Código Identificador:EB8EDAA3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026-PMO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Orocó/PE, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

CONTRATADA: ZECA PRODUÇÕES, inscrita no CNPJ sob o nº 51.357.849/0001-58.

OBJETO: Contratação do Poeta Cícero Mendes, do Poeta Chico Justino e da Banda Gibão Surrado para realização de apresentações artísticas nas atividades culturais da 2ª Cavalgada do Projeto Brígida de Orocó/PE, em comemoração ao Dia Municipal do Vaqueiro.
VALOR: R$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais).
VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA: 17 de agosto de 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Orocó/PE, 17 de agosto de 2026.

ADRIANA NUNES RIBEIRO FERNANDES
Secretária de Cultura e Turismo

Publicado por:
Josinalva de Jesus Vasconcelos
Código Identificador:6EB6365F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026-PMO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026-PMO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE OROCÓ/PE, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 035/2026-PMO, referente à Dispensa de Licitação nº 007/2026-PMO, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais disposições legais aplicáveis, RATIFICA a contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor, visando à aquisição de móveis, mobiliários de escritório, eletrodomésticos e equipamentos permanentes, compreendendo mesas, armários, cadeiras, longarinas, arquivos, estantes, gaveteiro e fogões, destinados à estruturação, modernização e atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Orocó/PE, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência.
CONTRATADA: JOSÉ JOABSON PEREIRA DA SILVA
CNPJ: 13.159.506/0001-90
ENDEREÇO: Avenida Dr. Manoel Borba, nº 116, Centro, Custódia/PE, CEP 56.640-000.
VALOR GLOBAL: R$ 50.288,70 (cinquenta mil, duzentos e oitenta e oito reais e setenta centavos).
A presente contratação fundamenta-se no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o valor da contratação se encontra dentro do limite legal atualizado para dispensa de licitação em razão do valor, bem como nas demais peças e documentos que integram o processo administrativo.
Determino a adoção das providências necessárias à formalização e publicidade do ato, observando-se o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, quando cabível, e nos meios oficiais de publicidade adotados pelo Município.

Orocó/PE, 12 de agosto de 2026.

CÉLIA MÁRIA DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Município de Orocó/PE

Publicado por:
Josinalva de Jesus Vasconcelos
Código Identificador:86353706

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026-PMO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026-PMO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OROCÓ/PE, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de Dispensa de Licitação nº 008/2026-PMO, cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, de climatização e materiais permanentes, destinados à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CONTRATADA: JOSE JOABSON PEREIRA DA SILVA
CNPJ: 13.159.506/0001-90
VALOR TOTAL: R$ 64.634,04 (sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quatro centavos).
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 043/2026-PMO.

Determino a adoção das providências necessárias à formalização, publicação e execução da contratação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Orocó/PE, 13 de agosto de 2026.

CÉLIA MÁRIA DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Prefeitura Municipal de Orocó/PE

Publicado por:
Josinalva de Jesus Vasconcelos
Código Identificador:BF6F7699

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OROCÓ/PE, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 010/2026, para contratação de serviços artísticos destinados à realização da 2ª Cavalgada do Projeto Brígida de Orocó/PE, em comemoração ao Dia Municipal do Vaqueiro.

CONTRATADA: ZECA PRODUÇÕES
CNPJ: 51.357.849/0001-58

OBJETO: Contratação do Poeta Cícero Mendes, do Poeta Chico Justino e da Banda Gibão Surrado para apresentação nas atividades culturais da 2ª Cavalgada do Projeto Brígida de Orocó/PE.

VALOR: R$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição decorrente da consagração artística e da representação exclusiva, conforme documentação constante dos autos.

Determino a adoção das providências necessárias à formalização, publicação e execução da contratação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Orocó/PE, 17 de agosto de 2026.

ADRIANA NUNES RIBEIRO FERNANDES
Secretária de Cultura e Turismo

Publicado por:
Josinalva de Jesus Vasconcelos
Código Identificador:5488E199

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026-FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026-FMS
CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 003/2026-FMS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROCÓ/PE, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, RATIFICA a Inexigibilidade de Licitação nº 003/2026-FMS, decorrente do Chamamento Público/Credenciamento nº 003/2026-FMS, para contratação da empresa **AJR CARDIO ASSOCIADOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.717.055/0001-21, **credenciada para prestação de serviços de saúde destinados à execução das Ofertas de Cuidados Integrados – OCI correspondentes aos itens 3, 4 e 5 do edital**, quais sejam: **OCI – Avaliação de Risco Cirúrgico; OCI – Avaliação Cardiológica; e OCI – Avaliação Diagnóstica Inicial de Síndrome Coronariana Crônica**, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e condições estabelecidas no edital e seus anexos.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 113.000,00 (cento e treze mil reais).

Orocó/PE, 13 de agosto de 2026.

JOSÉ ALVARO NUNES AMANDO
Secretário Interino de Saúde de Orocó/PE

Publicado por:
Josinalva de Jesus Vasconcelos
Código Identificador:719212C4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 – FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2026 – FMS

O Município de Orocó/PE, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 007/2026 – FMS, cujo objeto é o **Registro de Preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais odontológicos, instrumentais, equipamentos, produtos de higiene, limpeza, desinfecção, esterilização, proteção individual e demais insumos destinados à assistência odontológica, conforme especificações, em favor da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Orocó/PE.**
Critério de julgamento: menor preço por item.

Após a análise da documentação de habilitação e das propostas apresentadas, foram declaradas vencedoras, por atenderem integralmente às exigências do edital e apresentarem as melhores propostas para os respectivos itens, as seguintes empresas:
Empresa: VIANA DELMED LTDA
CNPJ nº: 12.948.321/0001-00
Valor total adjudicado: R$ 1.564.294,55 (um milhão, quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).
Empresa: GNATUS PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA
CNPJ nº: 09.609.356/0001-00
Item: 33
Valor total adjudicado: R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).
Empresa: DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA
CNPJ nº: 44.223.526/0001-06
Itens: 130 e 193
Valor total adjudicado: R$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais).
Valor total adjudicado: R$ 1.587.094,55 (um milhão, quinhentos e oitenta e sete mil, noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Orocó/PE, 12 de agosto de 2026.

JOSINALVA DE JESUS VASCONCELOS
Agente de Contratação / Pregoeira

Publicado por:
Josinalva de Jesus Vasconcelos
Código Identificador:FD119979

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OURICURI

SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 - 01

EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 - 01
A Ordenadora de despesas da Secretaria Municipal de Saúde de Ouricuri/PE, Ana Maria Parente de Brito, no uso das atribuições legais e constitucionais torna pública a **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGO**, do processo de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico n° 027/2026** - **Processo administrativo nº 070/2026** do tipo menor preço por item, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE CAMARAS FRIAS PERMANENTES PARA EQUIPAR PONTOS DA SAÚDE, VISANDO ATENDER A REDE PUBLICA DE SAÚDE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE OURICURI/PE**, tendo como vencedora do certame a empresa: **BUNKER COMERCIAL LTDA - CNPJ nº 03.213.418/0001-75,** com valor total – R$ 218.280,00 (Duzentos e dezoito mil, duzentos e oitenta reais), referente aos itens e quantitativos constantes nas propostas vencedoras.

Ouricuri/PE, 17 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Jose Adriano Pereira Filho
Código Identificador:0B4C308D

SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 - 02

EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 - 02

A Ordenadora de despesas da Secretaria Municipal de Saúde de Ouricuri/PE, Ana Maria Parente de Brito, no uso das atribuições legais e constitucionais torna pública a **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGO**, do processo de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico n° 027/2026**, - **Processo administrativo nº 070/2026** do tipo menor preço por item, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE CAMARAS FRIAS PERMANENTES PARA EQUIPAR**

PONTOS DA SAÚDE, VISANDO ATENDER A REDE PUBLICA DE SAÚDE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE OURICURI/PE, tendo como vencedora do certame a empresa: **ELO SCIENTIFIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ nº 44.841.520/0002-83,** com valor total – R$ 81.600,00 (Oitenta e um mil e seiscentos reais), referente aos itens e quantitativos constantes nas propostas vencedoras.

Ouricuri/PE, 17 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Jose Adriano Pereira Filho
Código Identificador:1D152D71

SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 2026.08.13.011

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 009/2025

Extrato do Contrato. CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 009/2025. **Fundamento da Contratação:** Artigo 79 e ss da Lei Federal nº. 14.133/2021. **Partes**: O Município de Ouricuri/PE, através Secretaria Municipal de Saúde e a empresa **MARIANA ESTEFANIA DE ANDRADE COSTA LTDA , INSCRITA NO CNPJ SOB Nº** 62.249.079/0001-46. **Objeto:** CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PROTESES DENTÁRIAS PARA SUPRIR AS DEMANDAS DE REABILITAÇÃO ORAL DOS PACIENTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE OURICURI/PE. **Valor Total do Contrato**: R$ 36.792,00 (Trinta e seis mil, setecentos e noventa e dois mil). **Vigência do Contrato:** 13 de Agosto de 2027. **Signatários**: Mariana Estefania de Andrade Costa Ltda e Ana Maria Parente de Brito.

Ouricuri/PE, 17 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Jose Adriano Pereira Filho
Código Identificador:263E9200

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026
A Sra. Ivone de Medeiros Lima Ordenador(a) de Despesas da Secretaria Municipal de Educação de Ouricuri/PE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando toda documentação constante nos autos do processo administrativo Dispensa de Licitação nº 012/2026, **HOMOLOGO** e **AUTORIZO** a contratação das empresas: **PRONAI COMÉRCIO DE LIVROS LTDA** inscrita no **CNPJ: 10.748.147/0001-18,** sagrou-se vencedora, com proposta no valor global de **R$ 62.300,00 (Sessenta e dois mil e trezentos reais),** para a AQUISIÇÃO DE KIT EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DE OURICURI/PE, com vigência contratual até 12 (doze) meses.

Ouricuri/PE, 17 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Jose Adriano Pereira Filho
Código Identificador:18812FBA

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PANELAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO AO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO QUANTITATIVO E VALOR CONTRATUAL AO CONTRATO Nº 001/2025

REFERÊNCIA: CONTRATO Nº 001/2025 - ORIUNDO DE DISPENSA DE VALOR
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PANELAS/PE, pessoa jurídica de direito público, sediado na Rua: Coronel Melinho, nº 09, Centro, Panelas/PE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 10.215.176/0001-14, através da FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;
CONTRATADO: A empresa ALPHABIT TECNOLOGIA E RASTREAMENTO - ME, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 23.041.223/0001-00.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto de acréscimo quantitativo e valor contratual para a inclusão de 01 (um) rastreador veicular adicional, cujo objeto e a contratação de empresa para locação de equipamento de rastreamento veicular, com a disponibilização de plataforma de monitoramento, instalação a manutenção dos rastreadores será custos adicionais para automóveis componentes da frota da Secretaria de Desenvolvimento Social a Programas, passando o contrato a contemplar o total consolidado de 10 (dez) rastreadores veiculares ativos.
VALOR GLOBAL: Possui saldo originário contratual mensal de R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), perfazendo o total de R$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais), onde passará a ser de R$ 600,00 (seiscentos reais) com o acréscimo mensal de R$ 60,00 (sessenta reais) e o valor global do contrato será acrescido em R$ 300,00 (trezentos reais), perfazendo o total de R$ 6.780,00 (seis mil, setecentos e oitenta reais).
VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses.

DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026.

JUANA D'ARC DE ANDRADE SALES BARBOSA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Adeilma Valdelice Dos Santos
Código Identificador:BE48E865

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026
CONTRATANTE: Município de Panelas/PE, através da Secretaria de Administração e Assuntos Jurídicos.
CONTRATADA: POSTO SERAFIM PANELAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.209.700/0001-65.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro visando o Registro de Preços Corporativo para o fornecimento de combustíveis automotivos (Registro de Preços Corporativo para o fornecimento de combustíveis automotivos (GASOLINA COMUM, ETANOL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Panelas/PE.
VALORES ALTERADOS:
ITEM – 1, de R$ R$ 6,93 para R$ 6,72
ITEM – 2, de R$ 4,98 para R$ 4,94
ITEM – 3, de R$ 6,97 para R$ 6,82
DATA DA ASSINATURA: 03 de agosto de 2026

MANOEL JOSÉ SARAIVA
Secretário de Administração e Assuntos Jurídicos

Publicado por:
Adeilma Valdelice Dos Santos
Código Identificador:8B16C5B6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025
CONTRATANTE: Município de Panelas/PE, através da Secretaria de Administração e Assuntos Jurídicos.
CONTRATADA: ESSENCIAL COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.943.260/0001-14.

OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro visando o Registro de Preços Corporativa de Material de Limpeza e Descartáveis para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Panelas/PE.
VALORES ALTERADOS:
ITEM – 2, de R$ 7,95 para R$ 10,34
ITEM - 5, de R$ 5,75 para R$ 7,48
ITEM - 6, de R$ 4,35 para R$ 5,66
ITEM - 16, de R$ 44,70 para R$ 58,11
ITEM – 17, de R$ 68,20 para R$ 88,66
ITEM – 28, de R$ 15,75 para R$ 20,48
ITEM – 31, de R$ 3,66 para R$ 4,41
ITEM – 34, de R$ 5,40 para R$ 7,02
ITEM – 40, de R$ 210,00 para R$ 273,00
ITEM – 45, de R$ 2,79 para R$ 3,63
ITEM – 49, de R$ 2,53 para R$ 3,08
ITEM – 50, de R$ 1,01 para R$ 1,04
ITEM – 51, de R$ 2,88 para R$ 3,74
ITEM – 52, de R$ 1,51 para R$ 1,96
ITEM – 58, de R$ 2,46 para R$ 2,91
ITEM – 78, de R$ 1,98 para R$ 2,57
ITEM – 79, de R$ 66,00 para R$ 85,80
ITEM – 80, de R$ 1,78 para R$ 2,31
DATA DA ASSINATURA: 07 de agosto de 2026.

MANOEL JOSÉ SARAIVA
Secretário de Administração e Assuntos Jurídicos

Publicado por:
Adeilma Valdelice Dos Santos
Código Identificador:13A17965

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 08.2026

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: TELEFONICA BRASIL S.A.
CNPJ nº: 02.558.157/0001-62
Objeto: Aquisição parcelada, mediante contratação direta por dispensa de licitação, de 01 (um) smartphone de alto desempenho, com capacidade de armazenamento de 2TB, acompanhado dos acessórios essenciais de fábrica, para atender às necessidades operacionais e de produção audiovisual do Departamento de Comunicação, com pagamento estruturado em 10 (dez) parcelas mensais.
Valor: R$ 16.299,00 (dezesseis mil duzentos e noventa e nove reais).
Secretaria solicitante: Secretaria de Governo
Orçamento: 02.01 – Poder Executivo; 02.01.03 – Departamento de Comunicação; 24.122.0404.2023 – Governança e Administração do Departamento de Comunicação; 3.3.90.30 – Material de Consumo

Panelas/PE, 06 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:72AE82B1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 303.2026

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: MARIA SANDRA SOARES DA SILVA
CNPJ n°: 33.934.267/0001-05
Objeto: Confecção de roupas personalizadas destinadas aos adolescentes integrantes do NUCA – Núcleo de Cidadania de Adolescentes, desenvolvido pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, para utilização durante a apresentação cultural na Maratona de Cruzes. A aquisição visa proporcionar maior organização e identificação do grupo, contribuindo para a caracterização dos participantes e para a valorização da Cultura, da expressão artística e da participação dos adolescentes em atividades culturais e coletivas promovidas pelo serviço.
Valor: R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).
Secretaria solicitante: Secretaria de Desenvolvimento Social
Orçamento: 30.02 - Fundo Municipal de Assistência Social; 30.02.00 - Fundo Municipal de Assistência Social; 08.244.0804.2151.0000 – Serviço da Proteção Social Básica CRAS/SCFV; 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Panelas/PE, 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:733A8D02

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 335.2026

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: MD XEROX SERVICO LTDA
CNPJ nº: 24.207.541/0001-53
Objeto: Aquisição de materiais de pintura e desenho (tintas em bisnaga, tintas a óleo de 3,6L para área externa, esfuminhos e borracha técnica), destinados ao atendimento das oficinas do Projeto Renasce uma Esperança.
Valor: R$ 8.204,10 (oito mil duzentos e quatro reais e dez centavos)
Secretaria solicitante: Secretaria de Educação
Orçamento: 02.05 - Secretaria de Educação; 02.05.01 - FUNDEB; 12.361.1229.2089 – Gestão Administrativa dos Profissionais da Educação – Ensino Fundamental. Fundeb 30%; 3.3.90.30 – Material de Consumo

Panelas/PE, 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:2C04974D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º [085/2026]

PORTARIA N.º [085/2026]

O Prefeito Municipal de Parnamirim, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora RITA MERY ARAÚJO DA SILVA JANUÁRIO, portadora do RG nº 6.210.830 SDS-PE e CPF nº 055.905.934-50, para ocupar o cargo comissionado, símbolo VI, denominado: ASSESSOR DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, no órgão SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, com subsídios mensais de R$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), constantes na Lei nº 1132/2022, de 01 de agosto de 2022, mais o acréscimo de R$ 409,00, perfazendo o total de R$ 1.621,00, referente ao salário mínimo.
Art. 2o – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário e seus efeitos retroagem a **01/08/2026**;

Dê – se ciência. Publique – se. Cumpra – se.

Parnamirim - PE, **05 de agosto de 2026**.

LUCÉLIO MÚCIO MOURA ANGELIM
Prefeito de Parnamirim-PE

Publicado por:
Gesica Larissa Lima Santos
Código Identificador:F2E6404E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PASSIRA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PASSIRA - FME
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026 - CONTRATO Nº 011/2026

Contratante: Fundo Municipal de Educação de Passira/PE, inscrito no CNPJ nº **31.042.151/0001-36**.
Contratada: Monteiro e Monteiro Advogados Associados, inscrita no **CNPJ nº 35.542.612/0001-90**, com sede na Rua Engenheiro Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, Recife/PE, neste ato representado pelo Sr. Bruno Romero Pedrosa Monteiro, inscrito na OAB/PE sob o nº 11.338.
Objeto: Contratação de sociedade de advocacia para prestação de serviços técnicos profissionais especializados, de natureza predominantemente intelectual, destinados ao patrocínio e defesa de causas judiciais e administrativas visando à recuperação de créditos da Educação Municipal, inclusive aqueles relacionados ao **PNAE, FUNDEB – complementações VAAF, VAAT e VAAR – e diferenças decorrentes da aplicação do VMAA no extinto FUNDEF**.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR: Honorários advocatícios de êxito correspondentes a **20% (vinte por cento)** do valor efetivamente recuperado, estimados em **R$ 336.998,34**, considerando o montante estimado de recuperação de **R$ 1.684.991,71**.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 11 de agosto de 2026.

Passira/PE, 17 de agosto de 2026.

SILVANA CELERINO DA SILVA
Gestora do Fundo Municipal de Educação
Contratante

Publicado por:
Eduardo Manoel da Cruz
Código Identificador:552AD8B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2024 –PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024 – CONTRATO Nº 024/2024.

Empresa Contratada: **SILTON OXIGENIO INDUSTRIAL & MEDICINAL EIRELI-EPP**, inscrito(a) no **CNPJ/MF sob o nº 41.068.263/0002-09** e do outro lado como CONTRATANTE o Fundo Municipal de Saúde de Passira, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público, com sede no endereço acima, inscrita no CNPJ do MF sob o nº **11.294.475/0001-54**, cujo Objeto: **Contratação de empresa para o fornecimento de Oxigênio medicinal, com sessão de cilindros em forma de comodato, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Passira/PE, Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014.** Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de **14/08/2026 a 14/08/2027**, com fundamentação nos artigos 106 e 107, da Lei 14.133/2021,

Passira,17 de agosto de 2026 -

FRANCICLEIDE VALÉRIA ANDRADE DE SOUSA –
Gestora do Fundo de Saúde.

Publicado por:
Eduardo Manoel da Cruz
Código Identificador:359BCFA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA - INSTITUTO DE PREVIDENCIA
PORTARIA PASSIRAPREV N.º 0020/2026

Pensão por Morte, Artigo 26 da Lei Complementar n.º 001/2026 [Segurado Ativo]
Ato/Portaria PASSIRAPREV nº 0020/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão do benefício de: Pensão por Morte, Artigo 26 da Lei Complementar n.º 001/2026 [Segurado Ativo]

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência do Município de Passira - PASSIRAPREV, Estado de Pernambuco, no uso pleno de suas atribuições legais determinadas pelo art. 91, inciso VI da Lei Complementar n.º 001, de 14 de julho de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder o benefício PENSÃO POR MORTE, em decorrência do falecimento em 20/06/2026 do (a) segurado(a) MANOEL PEREIRA DE ARAUJO, portador(a) do RG 1598821, SSP/PE, CPF 305.994.404-06, Efetivo no cargo de INSEMINADOR, Nível 4, Matrícula Funcional 211, nos termos do Artigo 40, § 7º da Constituição Federal/88, com redação da Emenda Constitucional nº 103/19 c/c Art. 8º, inciso I, Artigos 26, 27, inciso I, 28, § 3°, inciso VI, art. 29, e art. 30 da Lei Complementar n.º 001 de 14 de julho de 2026, conforme Processo Administrativo do Instituto de Previdência do Município de Passira - PASSIRAPREV, número 018/2026, ao(s) seguinte(s) beneficiário(s):
I - MARIA DIVA FRANCISCO DE MELO ARAÚJO, cônjuge, portador(a) do RG nº 3.791.944 - SDS/PE e do CPF nº 687.669.204-34, nascido(a) em 23 de Outubro de 1967, com duração vitalícia.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20/06/2026, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passira/PE, em 03 de Agosto de 2026.

FELIPE PAULINO DOS SANTOS SALGADO
Diretor Presidente
PASSIRAPREV

Publicado por:
Joseilson José Ferreira da Silva
Código Identificador:1AD09D83

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA - INSTITUTO DE PREVIDENCIA
PORTARIA PASSIRAPREV Nº 0021/2026

Aposentadoria Voluntária - Art. 21 da Lei Complementar n.º 001/2026 [Integral] - Pedágio
Ato/Portaria PASSIRAPREV nº 0021/2026
Passira / PE, em 03 de Agosto de 2026

Dispõe sobre a concessão do beneficio previdenciário de Aposentadoria Voluntária - Art. 21 da Lei Complementar n.º 001/2026 [Integral] - Pedágio, em favor do(a) servidor(a) JUVENAL ANTONIO GOMES.

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência do Município de Passira - PASSIRAPREV, Estado de Pernambuco, no uso pleno de suas atribuições legais determinadas pelo art. 91, inciso VI da Lei Municipal n.º 767, de 30 de agosto de 2021,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária - Art. 21 da Lei Complementar n.º 001/2026 [Integral] - Pedágio a(o) servidor(a) JUVENAL ANTONIO GOMES, portador(a) do RG 37748807434, SDS/PE, CPF 377.488.074-34, Efetivo, no cargo de MOTORISTA, Nível NF - 5, registrado sob a Matrícula Funcional n.º 797, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nos termos do Artigo 21, incisos I, II, III, IV, § 2º, alínea "a" e § 3º, alínea "a" da Lei Complementar n.º 001 de 14 de julho de 2026, conforme os documentos do Processo PASSIRAPREV - Instituto de

Previdência do Município de Passira, registrado sob o número 019/2026, a partir desta data até posterior deliberação.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FELIPE PAULINO DOS SANTOS SALGADO
Diretor Presidente
PASSIRAPREV

Publicado por:
Joseilson José Ferreira da Silva
Código Identificador:BDC1003C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PAUDALHO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2023 - FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO PAUDALHO - FME
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2023

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2023. Nos termos do Processo Licitatório Nº 052/2022 – Pregão Eletrônico Nº 040/2022. **Objeto:** Reequilíbrio Econômico Financeiro do Contrato referente CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ONIBUS TIPO RODOVIÁRIO, DESTINADO PARA REALIZAR O TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO DO MUNICIPIO DE PAUDALHO, **Contratada:** CASAARTE CONSTRUÇÕES, SERVIÇO E COMERCIO LTDA, **CNPJ**: 07.468.856/0001-35, **Valor do Reequilíbrio:** R$ 92.793,76..

Paudalho, 31 de Julho de 2026.

JOSÉ DIONIZIO DE ARAUJO JUNIOR
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Celeste Aguiar da Silva
Código Identificador:6557A3EC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2019 - FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO PAUDALHO - FME
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2019

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2019. Nos termos do Processo Licitatório Nº 018/2019 – Dispensa Nº 003/2019. **Objeto:** Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato referente LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA AV. COSTA E SILVA, 95, BR 408, PAUDALHO-PE DESTINADO PARA SEDIAR A INSTALAÇÃO DO DEPÓSITO DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. **Locatário:** MARCOS ANTÔNIO DE LIMA, **CPF**: 592.323.664-87, **Nova Vigência:** 12 (Doze) Meses, contado a partir de **15/07/2026 à 15/07/2026.**

Paudalho, 10 de Julho de 2026.

JOSÉ DIONIZIO DE ARAUJO JUNIOR
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Celeste Aguiar da Silva
Código Identificador:5BC75517

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 132 DE 5 DE AGOSTO DE 2026

EMENTA: Dispõe sobre a alteração do Art. 3º da Portaria nº 117, de 30 de junho de 2026, e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o *OFÍCIO N° 122/2026/ZE017*, oriundo do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco/17ª Zona Eleitoral, datado de 05/06/2026, relativo à apresentação de servidora;

CONSIDERANDO o Ofício nº 7876/2026/ZE017, oriundo do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco/17ª Zona Eleitoral, datado de 10/07/2026, que versa sobre retificação da data de apresentação da servidora, Maria Auxiliadora de Souza, cedida ao TRE/PE;

RESOLVE:
Art. 1º O Art. 3º da Portaria nº 117, de 30 de junho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O período de afastamento observará estritamente o cronograma estabelecido pelo juízo requisitante, tendo início ***a partir de 06 de julho de 2026*** *até 04/01/2027 ou, havendo segundo turno, até 25 de janeiro de 2027, com esteio no art. 94-A, II, da Lei nº 9.504/97 c/c art. 12 da Res. TSE nº 23.523/2017."*

Art. 2º As demais disposições da Portaria nº 117/2026 permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita

Paudalho/PE, 5 de agosto de 2026.

PAULA FRASSINETTE WANDERLEY MARINHO
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Edmauro César Andrade de Lima
Código Identificador:70A5DB63

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, JUVENTUDE, TURISMO E LAZER
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026
CREDENCIAMENTO DE ATRAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LOCAIS Nº 003/2026

ATO DE DESCREDENCIAMENTO. A Prefeitura Municipal do Paudalho/PE, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, vêm publicar a *2ª Relação de Descredenciado*s referente ao EDITAL de CREDENCIAMENTO DE ATRAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LOCAIS Nº. 003/2026 – Artistas Locais. Informamos que as inscrições permanecem abertas, no horário das 8h às 16h, exclusivamente por meio físico na Sede da Secretaria de Cultura e Turismo, situada na praça Joaquim Nabuco, n° 25 – centro, Paudalho – PE.

02 Grupo/Banda: LONTRA PESADÃO
Categoria: Pequeno Porte – Baixa Complexidade / Item 01
Representante: João Paulo César de Melo
CPF/CNPJ: 109.608.334-55
Motivo: substituição de representante legal

Paudalho, 17 de agosto de 2026

JOÃO BATISTA SILVINO
Secretário de Cultura e Turismo

JOBSON DANILO LIRA DE OLIVEIRA
Secretário Executivo Especial de Eventos Artísticos e Culturais

Publicado por:
Elano José Lira da Silva
Código Identificador:83F2F5D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, JUVENTUDE, TURISMO E LAZER
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026
CREDENCIAMENTO DE ATRAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LOCAIS Nº 003/2026

A Prefeitura Municipal do Paudalho/PE, por meio da Secretaria de Cultura, Turismo, Lazer e Juventude vêm a público informar *11ª Relação dos Credenciados* do **EDITAL de CREDENCIAMENTO DE ATRAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LOCAIS Nº. 003/2026 – Artistas Locais**, para participação no calendário oficial das Festividades do Município. Informamos que as inscrições permanecem abertas, no horário das 08h às 16h, exclusivamente por meio físico na Sede da Secretaria de Cultura, Turismo, lazer e Juventude, situada na Praça Joaquim Nabuco, nº 25-Centro, Paudalho-PE.

41 Grupo/Banda: LONTRA PESADÃO
Categoria: Pequeno Porte – Baixa Complexidade / Item 01
Representante: José Henrique da Paz
CPF/CNPJ: 122.488.614-35

Paudalho, 17 de agosto de 2026.

JOÃO BATISTA SILVINO
Secretário de Cultura e Turismo

JOBSON DANILO LIRA DE OLIVEIRA
Secretário Executivo Especial de Eventos Artísticos e Culturais

Publicado por:
Elano José Lira da Silva
Código Identificador:117BBBE0

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PESQUEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2026/PMP DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2026/PMP MENOR PREÇO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PESQUEIRA, em conformidade com o art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e Decreto 10.922/21, torna-se público a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE FORRO EM PVC BRANCO, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUINDO ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO, RODA-FORRO, ACESSÓRIOS, MATERIAIS COMPLEMENTARES E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, DESTINADOS À MELHORIA DO ACABAMENTO, CONSERVAÇÃO, HIGIENE E ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS INTERNAS DO AÇOUGUE PÚBLICO MUNICIPAL, NO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA – PE., valor estimado da contratação de R$ 49.465,50 (quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos). Eventuais interessados podem apresentar suas propostas de preços no prazo estabelecido: DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO, DIA 21/08/2026 até ÀS 10h. Referência de tempo: horário de Brasília. Informações adicionais: Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura ou através do Fone (87)3835-8708, E-mail cplpesqueira@gmail.com, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

Pesqueira-PE, 17 agosto de 2026.

PAULO FERNANDES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Moura Pinheiro
Código Identificador:E6B294EA

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 002/2025

NÚMERO DO CONTRATO **Nº 048/2024**
INEXIGIBILIDADE **Nº 021/2024**
CREDENCIAMENTO **Nº 002/2024**
PROCESSO ADMINISTRATIVO **Nº 012/2024**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/PE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.106.235/0001-16, com sede na Praça dos Três Poderes, nº 141, Bairro Centro, Cidade Petrolândia, Estado de Pernambuco, CEP 56.460-000.

CONTRATADO: **TENCOR SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o **Nº 20.352.426/0001-11**, com sede na Rua Inocêncio Gomes de Andrade, Nº 696, Bairro Nossa Senhora da Penha, Cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco, CEP 56.912-440.

OBJETO: 2º TERMO ADITIVO tem por objetivo aditar o Processo de Licitação **Nº 033/2024**, Inexigibilidade **Nº 021/2024**, Credenciamento **Nº 002/2024,** regido pela Lei 14.133/21 e suas alterações, fulcrado no que dispõe no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, visando a **Prorrogação de prazo contratual por mais 12 (doze) meses**, a partir da assinatura deste, nos mesmos termos do Contrato **Nº 048/2024**, permanecem inalteradas as demais cláusulas da referida ata de registro de preços.

FUNDAMENTAÇÃO: Artigo 107 da Lei nº 14.133/2021
DATA DE ASSINATURA: 30 de Dezembro de 2025.

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:E4BAD5F4

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PRIMAVERA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 011/2026 – FMAS
DISPENÇA DE LICITAÇÃO DE Nº 003/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026 - FMAS

DISPENÇA DE LICITAÇÃO nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 003/2026 do FMAS, cujo o objeto é a, aquisição de kita de enxoval para recém-nascidos (Kit Auxílio Maternidade), destinadonao atendimento ao das gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Primavera/PE, contendo itens essenciais para os primeiros cuidados do bebê, incluindo vestuário infantil, itens de higiene, alimentação, acomodação e acessórios indispensáveis ao atendimento das necessidades básicas do recém-nascido.

CONTRATO Nº 011/2026 PMP – M2L SOLUCOES LTDA - EPP , inscrita no CNPJ/CPF nº 67.242.257/0001-20.

Valor total do contrato: **Proporção de R$ 26.500,00 (vinte seis mil e quinhentos reais).**

Vigência de 12 meses;
Data de assinatura do contrato: 12.08.2026.

Primavera, 17 de agosto de 2026.

PAULA PATRÍCIA GOMES DA SILVA FALCÃO
Secretaria Municipal de Assistência Social/ Ordenadora de Despesa
Portaria de Nº 003/2025

Publicado por:
Dhiogo Márcio Gomes Vasconcelos
Código Identificador:30BDB371

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE QUIXABA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO Nº: 260814DV00020. AGC. DISPENSA Nº DV00020/2026

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA

AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Nº: 260814DV00020. AGC. Dispensa Nº DV00020/2026. Compra. Contratação de empresa gráfica especializada para a aquisição de materiais gráficos destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Quixaba–PE. A Prefeitura Municipal de Quixaba manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Contratação de empresa gráfica especializada para a aquisição de materiais gráficos destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Quixaba–PE. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Av. São Sebastião, 635 - São Sebastião - Quixaba - PE, ou acessando: www.quixaba.pe.gov.br.Telefone: (031) 3854–8261. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia 24 de agosto de 2026, nos horário e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: licitacaoquixabape@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

Quixaba, 18/08/2026.

JOSÉ TACIANO ALVES RODRIGUES.
Agente de Contratação. (*)(**)

Publicado por:
Nathalia da Silva Santos
Código Identificador:CFE2A25E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DA PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO Nº: 260723DV00016. AGC. DISPENSA Nº DV00016/2026.

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DA PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Nº: 260723DV00016. AGC. Dispensa Nº DV00016/2026. Serviço. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular autorizada pela SUSEP mediante apólice individual com vigência de 12 (doze) meses destinados aos veículos pertencentes a Prefeitura Municipal de Quixaba PE. A Prefeitura Municipal de Quixaba manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, que objetiva: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular autorizada pela SUSEP mediante apólice individual com vigência de 12 (doze) meses destinados aos veículos pertencentes a Prefeitura Municipal de Quixaba PE. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Av. São Sebastião, 635 - São Sebastião - Quixaba - PE, ou acessando: www.quixaba.pe.gov.br.Telefone: (031) 3854–8261. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas e os documentos de habilitação conforme Termo de Referência até o dia 24 de Agosto de 2026, nos horário e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: licitacaoquixabape@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

Quixaba, 19/08/2026.

JOSÉ TACIANO ALVES RODRIGUES.
Agente de Contratação. (*)(**)

Publicado por:
Nathalia da Silva Santos
Código Identificador:4A1FDDE6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO Nº: 260722DV00008. AGC. DISPENSA Nº DV00008/2026.

ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUIXABA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Nº: 260722DV00008. AGC. Dispensa Nº DV00008/2026. Serviço. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular autorizada pela SUSEP mediante apólice individual com vigência de 12 (doze) meses destinados aos veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Quixaba PE. O Fundo Municipal de Saúde de Quixaba manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular autorizada pela SUSEP mediante apólice individual com vigência de 12 (doze) meses destinados aos veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Quixaba PE. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Praça Antônio Pereira de Carvalho, 20 - Centro - Quixaba - PE, ou acessando: www.quixaba.pe.gov.br.Telefone: (87) 3854–8261. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas e documentos de habilitação conforme Termo de referência até o dia 24 de Agosto de 2026, nos horário e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: licitacaoquixabape@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

Quixaba, 19/08/2026.

JOSÉ TACIANO ALVES RODRIGUES.
Agente de Contratação.(*)(**)

Publicado por:
Nathalia da Silva Santos
Código Identificador:16BC392A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 017 - GP DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

EMENTA: Regulamenta a Lei Ordinária Municipal nº 505, de 13 de agosto de 2026, que institui a Bolsa

do Educador Popular da Educação de Jovens e Adultos – EJA, autoriza o pagamento de bolsa aos Educadores Populares selecionados para atuação no âmbito do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE QUIXABA, ESTADO DE PERNAMBUCO, **no uso regular de suas atribuições legais, notadamente aquelas previstas no art. 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, combinado com o art. 58, incisos IV e XIX, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 4º da Lei Ordinária Municipal nº 505 de 13 de agosto de 2026, e**

CONSIDERANDO a Lei Ordinária Municipal nº 505, de 13 de agosto de 2026, que institui, no âmbito do Município de Quixaba/PE, a Bolsa do Educador Popular da Educação de Jovens e Adultos – EJA, destinada aos Educadores Populares selecionados para atuação nas turmas vinculadas ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.048, de 5 de junho de 2024, que institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos;
CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Educação realizar o processo seletivo, acompanhar as atividades dos Educadores Populares e atestar mensalmente o cumprimento das obrigações para fins de pagamento da bolsa;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos administrativos necessários à concessão, ao acompanhamento e ao pagamento da Bolsa do Educador Popular;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a concessão, o acompanhamento e o pagamento da **Bolsa do Educador Popular da Educação de Jovens e Adultos – EJA**, instituída pela Lei Ordinária Municipal nº 505, de 13 de agosto de 2026, destinada aos Educadores Populares selecionados para atuação nas turmas vinculadas ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos.
Art. 2º O valor mensal da Bolsa do Educador Popular será de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos), observado o disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 505/2026 e a disponibilidade orçamentária e financeira.
§ 1º O valor da bolsa observará os parâmetros definidos pelo Ministério da Educação, a disponibilidade financeira do Programa e a dotação orçamentária existente.
§ 2º Eventual alteração do valor da bolsa dependerá de novo Decreto do Poder Executivo, observados os parâmetros definidos pelo Ministério da Educação, a disponibilidade financeira do Programa e a dotação orçamentária existente.
§ 3º A bolsa será paga exclusivamente durante o período de efetiva participação do Educador Popular nas atividades previstas no Programa, observados os requisitos estabelecidos na Lei nº 505/2026, neste Decreto, no Edital de Seleção e no respectivo Termo de Compromisso.

Art. 3º A carga horária semanal do Educador Popular será de até 20 (vinte) horas semanais, conforme estabelecido no Edital de Seleção e no respectivo Termo de Compromisso, observadas as diretrizes do Ministério da Educação e as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O pagamento da Bolsa do Educador Popular dependerá, cumulativamente:
I – da assinatura do Termo de Compromisso;
II – do efetivo cumprimento das atividades;
III – da comprovação da frequência nas formações obrigatórias;
IV – do cumprimento das metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação;
V – do atesto mensal, pela Secretaria Municipal de Educação, do cumprimento das obrigações pelo Educador Popular.

Art. 5º Para fins de comprovação do cumprimento das atividades e obrigações, o Educador Popular deverá apresentar, conforme as orientações da Secretaria Municipal de Educação:
I – Ficha de Frequência Mensal;
II – Relatório Mensal de Atividades;
III – comprovação de participação nas formações obrigatórias;
IV – demais registros e documentos exigidos pela Secretaria Municipal de Educação para acompanhamento da execução das atividades.
Art. 6º A Bolsa do Educador Popular poderá ser suspensa ou cancelada, nas hipóteses previstas no art. 8º da Lei Municipal nº 505/2026, quando ocorrer:
I – abandono das atividades;
II – descumprimento das obrigações previstas na legislação, no Edital de Seleção ou no Termo de Compromisso;
III – desempenho insuficiente, devidamente apurado pela Secretaria Municipal de Educação;
IV – encerramento do Programa ou interrupção dos repasses financeiros.

Art. 7º A apuração das situações previstas no art. 6º será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, mediante registro da ocorrência e análise da documentação pertinente, observadas as disposições da Lei Municipal nº 505/2026, deste Decreto, do Edital de Seleção e do Termo de Compromisso.
Parágrafo único. Quando a situação puder resultar no cancelamento da bolsa por descumprimento de obrigação ou desempenho insuficiente, o Educador Popular poderá apresentar justificativa à Secretaria Municipal de Educação, na forma estabelecida em norma complementar.

Art. 8º A Bolsa do Educador Popular:
I – possui natureza jurídica de incentivo educacional;
II – não constitui remuneração;
III – não gera vínculo empregatício, estatutário ou contratual com o Município;
IV – não integra a base de cálculo para férias, décimo terceiro salário, FGTS, contribuição previdenciária ou qualquer outra vantagem funcional;
V – não gera direito à efetivação no serviço público.

Art. 9º O pagamento da Bolsa do Educador Popular será realizado mediante transferência eletrônica para conta bancária de titularidade do respectivo bolsista, observados os procedimentos administrativos, financeiros e contábeis adotados pelo Município.
Parágrafo único. O pagamento ficará condicionado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 505/2026, neste Decreto, no Edital de Seleção e no Termo de Compromisso.

Art. 10 Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – realizar o processo seletivo dos Educadores Populares;
II – acompanhar as atividades dos Educadores Populares;
III – atestar mensalmente o cumprimento das obrigações para fins de pagamento da bolsa;
IV – orientar e supervisionar a execução das atividades;
V – manter os registros e documentos necessários ao acompanhamento do Programa;
VI – expedir normas complementares necessárias à execução da Lei Municipal nº 505/2026 e deste Decreto.

Art. 11 As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, observadas as fontes de recursos previstas no art. 9º da Lei Municipal nº 505/2026, especialmente:
I – recursos oriundos de transferências da União destinadas à execução do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos – Pacto EJA;
II – eventuais transferências do Estado de Pernambuco destinadas à mesma finalidade;
III – dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Educação, destinadas à manutenção e ao desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos – EJA;

IV – recursos destinados à eventual contrapartida do Município, quando necessária.
Parágrafo único. As dotações orçamentárias de que trata este artigo poderão ser suplementadas, se necessário, na forma da legislação vigente.

Art. 12 A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares necessárias à execução deste Decreto, desde que observadas às disposições da Lei Municipal nº 505/2026.

Art. 13 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas a Lei Municipal nº 505/2026, este Decreto e as demais normas aplicáveis ao Programa.

Art. 14 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2026.

JOSÉ PEREIRA NUNES
Prefeito

Publicado por:
Rhaniel Cordeiro Nunes
Código Identificador:1AEDF659

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE RIACHO DAS ALMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DAS ALMAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO 082/2026 – 1° TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Constitui objeto do presente acordo a execução de serviços de engenharia civil para Contratação de empresa de engenharia civil para execução de pavimentação em paralelepípedos graníticos em diversas ruas desta cidade de Riacho das Almas/PE, de acordo com a (EP 488/2025 Deputado Estadual Antônio Moraes), conforme Termo de Referência/Projeto contido no Anexo I do Edital.
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE RIACHO DAS ALMAS
CONTRATADO: ECHI ENGENHARIA E LOCACAO LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 26.969.715/0001-40, com sede à Rua Dalvino Alves Pedrosa, nº 400, Bairro Agamenon Magalhães, Caruaru/PE, CEP 55.034-120, Caruaru/PE, com endereço eletrônico; echi.engenharia@hotmail.com e Tel. (81) 9.9981-8739
DO VALOR: É objeto deste aditivo justificado pelo acréscimo ao Contrato nº 082/2026, objetivando para formalizar e ajustar o valor final do contrato, solicitamos a inclusão de aditivo de acrescimo de R$ 14.477,86 (Quatorze mil, quatrocentos de setenta e sete reias e oitenta e seis centavos) representando um acrescimo de 3,06% (três virgula zero seis por cento) com essa alteraçõa, o valor do contrato passa de R$ 473.800,50 (quareocentos e setenta e tres mil, oitocentos reais e cinquenta centavos) para R$ 488.278,36 (quatrocentos e oitenta e oito mil, duzentos e setenta e oito reais, trinta e seis centavos) do valor inicial

Riacho das Almas/PE, 11 de agosto de 2026

DIOCLECIO ROSENDO DE LIMA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Paula de Lima
Código Identificador:A06B9779

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SALGUEIRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

A Prefeitura Municipal de Salgueiro/PE, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural, comunica a ABERTURA do Processo Licitatório Nº 192/2026 – Pregão Eletrônico N° 054/2026. Tipo: Serviço. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de demarcação de pontos para perfuração de poços artesianos a serem executados por profissional devidamente habilitado (geólogo). Valor estimado global R$: 199.200,00 (Cento e noventa e nove mil e duzentos reais). Abertura da sessão no site: www.licitacaosalgueiro.com.br. Recebimento das propostas: De 18/08/2026 ás 08:00h até dia 02/09/2026 às 08h00h. Data de Abertura da sessão: 02/09/2026 às 09h00h. Informações e aquisição do edital no site da Prefeitura: www.salgueiro.pe.gov.br ou no site: www.licitacaosalgueiro.com.br.

Salgueiro/PE, 17/08/2026.

MARIA DAS GRAÇAS BARROS
Pregoeira

Publicado por:
Maria Das Graças Barros
Código Identificador:309BB372

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DO CONTRATO CPL N° 135/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 080/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 015/2026

EXTRATO DO CONTRATO CPL N° 135/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 080/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 015/2026. **contratação de empresa especializada na disponibilização de Sistema Informatizado de Gestão de Frotas, Patrimônio, Estoque, Compras, Licitações e Contratos incluindo suporte técnico, assessoria, consultoria bem como a elaboração de relatórios, visando ao cumprimento das obrigações fiscais junto aos órgãos de controle, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Salgueiro/PE, conforme Lei 14.133 de abril de 2021.** CONTRATADA: PÚBLICA TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 95.836.771/0001-20, com endereço na Rua Içara, 151, Itoupava Seca, CEP 89.030-170, Blumenau/SC, neste ato representado pelo(a) Sr(a). Alexandre Hwizdaleck, inscrito(a) no CPF n. 636.XXX.XXX-XX. O presente contrato possui um valor mensal de **R$ 1.850,00 (mil oitocentos e cinquenta reais**), durante 12 meses, correspondendo ao valor global de **R$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).** O presente contrato terá vigência de 12 meses, contados da última assinatura das partes.

Salgueiro-PE, 28 de abril de 2026

MARIA DA PAZ SOARES FREIRE
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
João Vitor de Sousa da Silva
Código Identificador:6FFE8489

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DO CONTRATO CPL N° 271/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

EXTRATO DO CONTRATO CPL N° 271/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2026. OBJETO:Dispensa de licitação para a contratação de pessoa jurídica para fins de prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, incluindo carga e descarga, consistente na movimentação de 200 (duzentas) caixas d'água de 10.000 litros e implementos agrícolas (Arado Reversível, Carreta Agrícola e Guincho), com origem na sede da CODEVASF, em Petrolina/PE (local de coleta), e destino ao Município de Salgueiro/PE. CONTRATADO: ISAAK MARIO ALVES BARROS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 62.714.078/0001-25, com sede na Rua José Carlos, Augusto de Alencar Sampaio, s/n, Salgueiro/PE, CEP 56.000-000, neste ato representada pelo Sr. Isaak Mário Alves Barros, inscrito

no CPF nº 102.xxx.xxx-xx.O valor global para o fornecimento, objeto deste contrato, é de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Salgueiro, PE 12 de agosto de 2026.

ROSELI REGINA DA CONCEIÇÃO
Secretária de Desenvolvimento Rural

Publicado por:
Anna Maria Simplicio da Cruz Barros
Código Identificador:4DEE0CF7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO SRP N° 282/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 254/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 089/2026

EXTRATO DO CONTRATO SRP N° 282/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 254/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 089/2025. **OBJETO**: **aquisição de toners e tintas de impressora para atender a demanda do Fundo Municipal de Assistência Social de Salgueiro/PE.** CONTRATADA: METDATA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 28.584.157.0003-92, com endereço na Rodovia Governador Mario Covas, Km 280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP: 29.157-100, Cariacica/ES, neste ato representado pelo(a) Sr(a). Carlos Eduardo Pereira, inscrito(a) no CPF n. 888.XXX.XXX-XX. O valor do presente contrato é de **R$ 19.430,00 (dezenove mil quatrocentos e trinta reais)**, com vigência de 12 meses.

Salgueiro-PE, 29 de maio de 2026

MARIA DA PAZ S. FREIRE PATRIOTA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
João Vitor de Sousa da Silva
Código Identificador:77467D88

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO SRP N° 291/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 072/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 022/2026

EXTRATO DO CONTRATO SRP N° 291/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 072/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 022/2026. **OBJETO**: **aquisição de materiais de consumo, tais como água mineral, café, açúcar e vasilhames, destinados a atender às necessidades da secretaria de desenvolvimento social do município de Salgueiro/PE.** CONTRATADA: GOLDEN BRASIL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 31.871.195/0001-79, com endereço na Rua Padre Cicero, n° 213, Centro, Exu-PE, CEP 56.230-000, neste ato representado pelo(a) Sr(a). CICERO JOSE SOARES, inscrito(a) no CPF n. 026.XXX.XXX-XX. O valor do presente contrato é de **R$ 15.074,50 (quinze mil setenta e quatro reais e cinquenta centavos)**, com vigência de 12 meses.

Salgueiro-PE, 29 de maio de 2026

MARIA DA PAZ S. FREIRE PATRIOTA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
João Vitor de Sousa da Silva
Código Identificador:1E79478B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO SRP N° 298/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 065/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 018/2026

EXTRATO DO CONTRATO SRP N° 298/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 065/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 018/2026. **OBJETO**: **aquisição de toners e tintas de impressora para atender a demanda do Fundo Municipal de Assistência Social de Salgueiro/PE.** CONTRATADA: A M DOS SANTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 53.614.094/0001-55, com endereço na Rua Quatorze, 133, Maranguape II, Paulista-PE, CEP: 53.421-080, neste ato representado pelo(a) Sr(a). ARMANDO MARTINS DOS SANTOS, inscrito(a) no CPF n. 082.XXX.XXX-XX. O valor do presente contrato é de **R$ 1.491,84 (mil quatrocentos e noventa e um e oitenta e quatro centavos)**, com vigência de 12 meses.

Salgueiro-PE, 08 de junho de 2026

MARIA DA PAZ S. FREIRE PATRIOTA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
João Vitor de Sousa da Silva
Código Identificador:B6E6855E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO SRP N° 299/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 065/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 018/2026

EXTRATO DO CONTRATO SRP N° 299/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 065/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 018/2026. **OBJETO**: **aquisição de toners e tintas de impressora para atender a demanda do Fundo Municipal de Assistência Social de Salgueiro/PE.** CONTRATADA: NC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.496.174/0001-92, com endereço na Rua Santa Maria, 668, Sala 12, Vila Aurora, São José do Rio Preto - SP, CEP 15.014-330, neste ato representado pelo(a) Sr(a). Neusa Candido da Silva, inscrito(a) no CPF n. 169.XXX.XXX-XX. O valor do presente contrato é de **R$ 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais)**, com vigência de 12 meses.

Salgueiro-PE, 08 de junho de 2026

MARIA DA PAZ S. FREIRE PATRIOTA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
João Vitor de Sousa da Silva
Código Identificador:FEDCC89E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO SRP N° 349/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 011/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 005/2026

EXTRATO DO CONTRATO SRP N° 349/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 011/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 005/2026. **OBJETO**: **aquisição de equipamentos eletrodomésticos, eletroeletrônicos e de climatização, destinados ao aparelhamento, modernização e manutenção das unidades da Secretaria de Desenvolvimento Social.** CONTRATADA: ANA FLAVIA DE OLIVEIRA ALENCAR - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 59.001.240/0001-53, com endereço na Rua João Rodrigues dos Santos, S/N, Centro, Conceição/PB, neste ato representado pelo(a) Sr(a). Ana Flávia de Oliveira Alencar, inscrito(a) no CPF n. 069.XXX.XXX-XX. O valor do presente contrato é de **R$ 27.465,00 (vinte e sete mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)**, com vigência de 12 meses.

Salgueiro-PE, 13 de julho de 2026

MARIA DA PAZ S. FREIRE PATRIOTA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
João Vitor de Sousa da Silva
Código Identificador:4C660E05

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO SRP N° 350/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 011/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 005/2026

EXTRATO DO CONTRATO SRP N° 350/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 011/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 005/2026. **OBJETO**: **aquisição de equipamentos eletrodomésticos, eletroeletrônicos e de climatização, destinados ao aparelhamento, modernização e manutenção das unidades da Secretaria de**

Desenvolvimento Social. CONTRATADA: ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 53.571.459/0001-01, com endereço na Rod. BR 423, SN, Lot. Planalto do Quilombo, Quadra 06, Lote R, Santo Antônio, Garanhuns-PE, neste ato representado pelo(a) Sr(a). LETÍCIA RABÊLO FERREIRA, inscrito(a) no CPF n. 136.XXX.XXX-XX. O valor do presente contrato é de **R$ 1.890,30 (mil oitocentos e noventa reais e trinta centavos)**, com vigência de 12 meses.

Salgueiro-PE, 13 de julho de 2026

MARIA DA PAZ S. FREIRE PATRIOTA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
João Vitor de Sousa da Silva
Código Identificador:23DAD6CC

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SALOÁ

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2025

PROCESSO Nº 14/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025

O **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALOÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 58.707.499/0001-51, situado à Praça São Vicente, nº 03 – Centro – Saloá/PE, neste ato representado por sua Ordenadora de Despesas, a Sra. **Fabiana Souto Luz**, inscrita no CPF nº 071.**********, portadora da Carteira de Identidade nº 7.******* SDS/PE, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **E. CRISTINA ALMEIDA CARDOSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.052.317/0001-47, sediada na cidade de Garanhuns/PE, neste ato representada pela Sra. **Emmanuele Cristina Almeida Cardoso**, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 14/2025, realizado sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2025, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA DO ADITIVO

1.1. A prorrogação contratual é apresentada por meio de solicitação da Secretaria Municipal de Educação, diante da necessidade de continuidade no fornecimento de gêneros alimentícios destinados às escolas da rede municipal de ensino de Saloá/PE, atendendo ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

1.2. Considerando, ainda, que o fornecimento vem sendo executado de forma regular e satisfatória pela CONTRATADA, mostrando-se vantajosa a manutenção do contrato para evitar descontinuidade no abastecimento e prejuízo às atividades educacionais.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Aplica-se, ainda, o disposto nas cláusulas contratuais que preveem a possibilidade de prorrogação da vigência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 49/2025, referente à aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados às escolas da rede municipal de ensino de Saloá/PE, atendendo à demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

3.2. A vigência contratual fica prorrogada pelo período de **30 de abril de 2026** a **30 de junho de 2026**, correspondente a 02 (dois) meses.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato original que não foram alteradas pelo presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, preparam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes contratantes, a cumprir o presente contrato em todas as suas cláusulas e condições.

Saloá/PE, 30 de abril de 2026.

Fundo Municipal de Educação de Saloá/ PE
CNPJ nº 58.707.499/0001-51
FABIANA SOUTO LUZ
Secretária Municipal de Educação
CPF nº **********
Contratante

E. Cristina Almeida Cardoso
Inscrita No CNPJ/MF sob o nº 44.052.317/0001-47
Representada Pela
SRA. EMMANUELE CRISTINA ALMEIDA CARDOSO
Contratada

TESTEMUNHAS:

1) _____
NOME:
CPF:

2) _____
NOME:
CPF:

Publicado por:
Marcos Flávio Alves de Melo
Código Identificador:11BC53AC

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/2025

PROCESSO Nº 14/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025

O **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALOÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 58.707.499/0001-51, situado à Praça São Vicente, nº 03 – Centro – Saloá/PE, neste ato representado por sua Ordenadora de Despesas, a Sra. **Fabiana Souto Luz**, inscrita no CPF nº 071.872.234-55, portadora da Carteira de Identidade nº 7.******* SDS/PE, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **AL COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.634.346/0001-08, sediada em Garanhuns/PE, neste ato representada pela Sra. Zulene Maria Santiago da Silva, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 14/2025, realizado sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2025, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA DO ADITIVO

1.1. A prorrogação contratual é apresentada por meio de solicitação da Secretaria Municipal de Educação, diante da necessidade de continuidade no fornecimento de gêneros alimentícios destinados às

escolas da rede municipal de ensino de Saloá/PE, atendendo ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

1.2. Considerando, ainda, que o fornecimento vem sendo executado de forma regular e satisfatória pela CONTRATADA, mostrando-se vantajosa a manutenção do contrato para evitar descontinuidade no abastecimento e prejuízo às atividades educacionais.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Aplica-se, ainda, o disposto nas cláusulas contratuais que preveem a possibilidade de prorrogação da vigência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 44/2025, referente à aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados às escolas da rede municipal de ensino de Saloá/PE, atendendo à demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

3.2. A vigência contratual fica prorrogada pelo período de **30 de abril de 2026** a **30 de junho de 2026**, correspondente a 02 (dois) meses.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato original que não foram alteradas pelo presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, preparam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes contratantes, a cumprir o presente contrato em todas as suas cláusulas e condições.

Saloá/PE, 30 de abril de 2026.

Fundo Municipal de Educação de Saloá/ PE
CNPJ nº 58.707.499/0001-51
FABIANA SOUTO LUZ
Secretária Municipal de Educação
CPF nº 07**********
Contratante

AL Comercio e Servicos LTDA
inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.634.346/0001-08
Representada Pelo Sra.
ZULENE MARIA SANTIAGO DA SILVA
Contratada

TESTEMUNHAS:

1) _____
NOME:
CPF:

2) _____
NOME:
CPF:

Publicado por:
Marcos Flávio Alves de Melo
Código Identificador:DCB3C775

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2026 - Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, de serviços de manutenção predial programada e não programada de ambientes internos e externos de prédios públicos da secretaria municipal de saúde de Saloá. Data da Sessão: 01/09/2026 às 10:00h. Valor Global R$ 770.953,56. Referência de tempo de Brasília. O edital completo será disponibilizado no endereço: http://bnc.org.br/sistema/. Informações na Comissão de Contratação, de segunda a sexta-feira de 08:00h às 13:00h, Praça São Vicente, 43, Centro, Saloá/PE, Fone:(87) 3782-1181, e-mail: saloalicitacao@gmail.com**.**

Saloá/PE, 17/08/2026.

RICARDO FERNANDO DE SOUZA SEGUNDO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Marcos Flávio Alves de Melo
Código Identificador:5A746AB9

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANHARÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANHARÓ - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 45/2026 17 DE AGOSTO DE 2026

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANHARÓ AFETADAS POR ESTIAGEM EM ZONA RURAL – COBRADE 1.4.1.1.0 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Sanharó - PE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o disposto da Lei Orgânica Municipal e pelo inciso IV do artigo 8º da Lei Federal Nº 12.608, de 10 de Abril de 2012, nos termos do Decreto Nº 10.593, de 24 de Dezembro 2020, do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO que, O Município de Sanharó, se encontra com redução de fontes de água potável nas comunidades rurais;

CONSIDERANDO que, o Governo Federal publicou a portaria Nº 3.646, de 20 de Dezembro de 2022, estabelecendo procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para declaração de situação de emergência ou estado de calamidade publica pelos municípios, Estados e Distrito Federal;

CONSIDERANDO que, as chuvas esparsas, de baixo índice pluviométrico nas comunidades rurais não foram suficientes para abastecer os reservatórios (Barreiros e Cisternas);

CONSIDERANDO que, as comunidades rurais dos quais não tiveram abastecimento satisfatório pelas chuvas, apresentam consumo impróprio conforme relatório da Secretaria da Saúde e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

CONSIDERANDO que é dever do município zelar pela integridade das pessoas, adotando todas as medidas necessárias à proteção da comunidade local.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada Situação de Emergência em todo território do Município de Sanharó, Estado de Pernambuco, em virtude do desastre classificado como ESTIAGEM – COBRADE, 1.4.1.1.0, conforme IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º - Fica autorizada a mobilização do todos os órgãos municipais para atuarem, sob a coordenação da Defesa Civil (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil –COMDEC) nas ações de resposta ao desastre;

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto a comunidade, com objetivo de facilitar ações de assistência a população afetada pelo desastre, sob a

coordenação da Defesa Civil (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC)

Art. 4º - Com base no inciso IV, do artigo 24, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei Complementar 101/2000, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação ou atendimento das necessidades da população em situação de risco;

Art.5º - O prazo de vigência deste decreto é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação;

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sanharó/PE, 17 de agosto de 2026.

CÉSAR AUGUSTO DE FREITAS
Prefeito

Publicado por:
Tamires da Silva Soares
Código Identificador:D41214B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANHARÓ - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 100/2026 17 DE AGOSTO DE 2026

ALTERA A PORTARIA Nº 67/2026, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANHARÓ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que a legislação vigente lhe confere, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a pedido da atual representante da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir, a Senhora **Luclécia Nívea da Silva Carvalho**, representante da Secretaria Municipal de Cultura, por **Carlos Victor da Silva Santos**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sanharó/PE, 17 de agosto de 2026.

CÉSAR AUGUSTO DE FREITAS
Prefeito

Publicado por:
Tamires da Silva Soares
Código Identificador:2B3CA294

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANHARÓ - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 99/2026 17 DE AGOSTO DE 2026

ALTERA A PORTARIA Nº 47/2026, DE 14 DE ABRIL DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANHARÓ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que a legislação vigente lhe confere, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a pedido da atual representante da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir, a Senhora **Erimery Sthenia de Menezes Souza Leão**, CPF: xxx.842.794-xx, Matrícula: 1151, Coordenadora de Ensino, por **Nires de melo Silva Leandro**, CPF: xxx.758.234-xx, Matrícula: 1585, Coordenadora Pedagógica.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sanharó/PE, 17 de agosto de 2026.

CÉSAR AUGUSTO DE FREITAS
Prefeito

Publicado por:
Tamires da Silva Soares
Código Identificador:4576C36C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANHARÓ - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE ATOS DE PESSOAL Nº 232/2026 17 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE LICENCA PREMIO A LUIZ ALMIR DA SILVA OLIVEIRA

A Coordenadora do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração de Sanharó, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 42/2026,

Resolve:

Art. 1º Conceder, a Luiz Almir da Silva Oliveira, matrícula nº 1352, gari, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, o gozo de licença prêmio, por 30 (trinta) dias, referente ao primeiro mês do primeiro decênio, período aquisitivo de 19 de junho de 2016 a 18 de junho de 2026.

Parágrafo Único. O evento ora concedido tem prazo de 30 (trinta) dias

Art. 2º A licença prêmio tem início no dia 01 de julho e término em 30 de julho de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de julho de 2026.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Sanharó, 17 de agosto de 2026.

NATALLIA DE ARAUJO AQUINO VICTOR
Coordenadora de Recursos Humanos

Publicado por:
Tamires da Silva Soares
Código Identificador:DED5CA2F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANHARÓ - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE ATOS DE PESSOAL Nº 233/2025 17 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE FERIAS A PAULA FRASSINETE DA SILVA SOUZA LEAO

A Coordenadora do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração de Sanharó, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 42/2026,

Resolve:

Art. 1º Conceder, a Paula Frassinete da Silva Souza Leão, matrícula nº 1592, agente comunitário de saúde, lotada na Secretaria de Saúde, férias, referente ao período trabalhado de 03 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026.

Parágrafo Único. O evento ora concedido tem prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º As férias tem início no dia 01 de setembro e término em 30 de setembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sanharó, 17 de agosto de 2026.

NATALLIA DE ARAUJO AQUINO VICTOR
Coordenadora de Recursos Humanos

Publicado por:
Tamires da Silva Soares
Código Identificador:3338A290

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANHARÓ - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE ATOS DE PESSOAL Nº 234/2026 17 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE FÉRIAS A JOSE CLAUDINO DA SILVA

A Coordenadora do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração de Sanharó, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 42/2026,

Resolve:

Art. 1º Conceder, a José Claudino da Silva, matrícula nº 1260, agente administrativo, lotado na Secretaria de Administração, cedido ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, férias, referente ao período trabalhado de 01 de setembro de 2025 a 31 de agosto de 2026.

Parágrafo Único. O evento ora concedido tem prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º As férias tem início no dia 1º de setembro e término em 30 de setembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sanharó, 17 de agosto de 2026.

NATALLIA DE ARAUJO AQUINO VICTOR
Coordenadora do DRH

Publicado por:
Tamires da Silva Soares
Código Identificador:7AD6A89D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANHARÓ - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE ATOS DE PESSOAL Nº 235/2026 17 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE FERIAS A JOÃO PEDRO SOARES CARACIOLO

A Coordenadora do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração de Sanharó, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 42/2026,

Resolve:

Art. 1º Conceder, a João Pedro Soares Caraciolo, matrícula nº 10165, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, férias, referente ao período trabalhado de 16 de junho de 2025 a 15 de junho de 2026.

Parágrafo Único. O evento ora concedido tem prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º As férias tem início no dia 1º de setembro e término em 30 de setembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sanharó, 16 de junho de 2026.

NATALLIA DE ARAUJO AQUINO VICTOR
Coordenadora de Recursos Humanos

Publicado por:
Tamires da Silva Soares
Código Identificador:ED5D2DFA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANHARÓ - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE ATOS DE PESSOAL Nº 236/2026 17 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA A LUCIANA KARLA GOMES

A Coordenadora do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração de Sanharó, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 42/2026,

Resolve:

Art. 1º Conceder, a Luciana Karla Gomes, matrícula nº 1906, nomeada pela portaria nº 66, de 12 de fevereiro de 2025, para o cargo de Professor de Educação Infantil, tomado posse em 13 de fevereiro de 2025, lotada na Secretaria de Educação, licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme Art. 125, parágrafo 2º, da Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco.

Parágrafo Único. O evento ora concedido tem prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 2º A licença tem início no dia 17 de agosto e término em 14 de novembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sanharó, 17 de agosto de 2026.

NATALLIA DE ARAUJO AQUINO VICTOR
Coordenadora de Recursos Humanos

Publicado por:
Tamires da Silva Soares
Código Identificador:CFDA6A29

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE ARP Nº 117/2026
EXTRATO DE ARP Nº 117/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026- O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, firma com a Empresa **BJ SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **15.316.424/0001-37**, que tem como objeto desta **Ata é o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de bens e insumos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Valor

Global: **R$ 947.665,40 (novecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos).**
Data da Assinatura: 06/08/2026. VIGÊNCIA: 12 MESES.

EXTRATO DE ARP Nº 118/2026
EXTRATO DE ARP Nº 118/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026- O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, firma com a Empresa **CAMPELO & MAGALHAES DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **09.467.823/0001-04**, que tem como objeto desta **Ata é o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de bens e insumos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Valor Global: **R$ 234.268,93 (duzentos e trinta e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos).**
Data da Assinatura: 06/08/2026. VIGÊNCIA: 12 MESES.

EXTRATO DE ARP Nº 119/2026
EXTRATO DE ARP Nº 119/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026- O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, firma com a Empresa **DIGITALPAR INFORMATICA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **18.861.730/0001-42**, que tem como objeto desta **Ata é o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de bens e insumos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Valor Global: **R$ 1.167.809,50 (um milhão, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e nove reais e cinquenta centavos).**
Data da Assinatura: 06/08/2026. VIGÊNCIA: 12 MESES.

EXTRATO DE ARP Nº 120/2026
EXTRATO DE ARP Nº 120/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026- O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, firma com a Empresa **FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **55.935.697/0001-84**, que tem como objeto desta **Ata é o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de bens e insumos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Valor Global: **R$ 42.678,02 (quarenta e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e dois centavos).**
Data da Assinatura: 06/08/2026. VIGÊNCIA: 12 MESES.

EXTRATO DE ARP Nº 121/2026
EXTRATO DE ARP Nº 121/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026- O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, firma com a Empresa **J & A E-COMMERCE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **24.608.949/0001-37**, que tem como objeto desta **Ata é o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de bens e insumos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Valor Global: **R$ 506.779,90 (quinhentos e seis mil, setecentos e setenta e nove reais e noventa centavos).**
Data da Assinatura: 06/08/2026. VIGÊNCIA: 12 MESES.

EXTRATO DE ARP Nº 122/2026
EXTRATO DE ARP Nº 122/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026- O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, firma com a Empresa **LICITASHOP COMERCIO E SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **50.958.011/0001-57**, que tem como objeto desta **Ata é o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de bens e insumos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Valor Global: **R$ 17.975,00 (dezessete mil, novecentos e setenta e cinco reais).**
Data da Assinatura: 06/08/2026. VIGÊNCIA: 12 MESES.

EXTRATO DE ARP Nº 123/2026
EXTRATO DE ARP Nº 123/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026- O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, firma com a Empresa **MICROTECNICA INFORMATICA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **01.590.728/0001-83**, que tem como objeto desta **Ata é o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de bens e insumos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Valor Global: **R$ 101.555,16 (cento e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos).**
Data da Assinatura: 06/08/2026. VIGÊNCIA: 12 MESES.

EXTRATO DE ARP Nº 124/2026
EXTRATO DE ARP Nº 124/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026- O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, firma com a Empresa **RPS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **02.889.655/0001-98**, que tem como objeto desta **Ata é o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de bens e insumos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Valor Global: **R$ 20.949,74 (vinte mil, novecentos e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos).**
Data da Assinatura: 06/08/2026. VIGÊNCIA: 12 MESES.

EXTRATO DE ARP Nº 125/2026
EXTRATO DE ARP Nº 125/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026- O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, firma com a Empresa **T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **49.490.183/0001-60**, que tem como objeto desta **Ata é o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de bens e insumos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Valor Global: **R$ 83.828,10 (oitenta e três mil, oitocentos e vinte e oito reais e dez centavos).**
Data da Assinatura: 06/08/2026. VIGÊNCIA: 12 MESES.

EXTRATO DE ARP Nº 126/2026
EXTRATO DE ARP Nº 126/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026- O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, firma com a Empresa **TREDE CENTER COMMERCE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **59.095.876/0001-01**, que tem como objeto desta **Ata é o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de bens e insumos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Valor Global: **R$ 17.941,50 (dezessete mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos).**
Data da Assinatura: 06/08/2026. VIGÊNCIA: 12 MESES.

EXTRATO DE ARP Nº 128/2026

EXTRATO DE ARP Nº 128/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026- O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, firma com a Empresa **VIP INFORMÁTICA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **07.626.697/0001-50**, que tem como objeto desta **Ata é o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de bens e insumos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Valor Global: **R$ 89.100,00 (oitenta e nove mil e cem reais).**
Data da Assinatura: 06/08/2026. VIGÊNCIA: 12 MESES.

Publicado por:
Rafael Aragão Silva Feitosa
Código Identificador:C664C9BD

CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 078/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 - O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA MULHER**, firma com a empresa **AUTOPOSTO B.T. CAVALCANTI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**, que tem como objeto do presente Contrato é aquisição parcelada de Combustível (Gasolina Comum e Óleo Diesel S10), para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe/PE**.** Valor Global: R$ 208.900,00 (duzentos e oito mil e novecentos reais),

Publicado por:
Rafael Aragão Silva Feitosa
Código Identificador:869904A2

CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 078/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 - O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOA**, firma com a empresa **AUTOPOSTO B.T. CAVALCANTI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**, que tem como objeto do presente Contrato é aquisição parcelada de Combustível (Gasolina Comum e Óleo Diesel S10), para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe/PE**.** Valor Global: R$ 7.940.500,00 (sete milhões, novecentos e quarenta mil e quinhentos reais)
Data da Assinatura: 07/08/2026. VIGÊNCIA: 12 meses.

Publicado por:
Rafael Aragão Silva Feitosa
Código Identificador:CC8DDD83

CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 078/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 - O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, firma com a empresa **AUTOPOSTO B.T. CAVALCANTI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**, que tem como objeto do presente Contrato é aquisição parcelada de Combustível (Gasolina Comum e Óleo Diesel S10), para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe/PE**.** Valor Global: R$ 2.717.250,00 (dois milhões, setecentos e dezessete mil e duzentos e cinquenta reais),
Data da Assinatura: 07/08/2026. VIGÊNCIA: 12 meses.

Publicado por:
Rafael Aragão Silva Feitosa
Código Identificador:4418BD27

CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - ARP Nº 088/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 078/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 - O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PESSOA**, firma com a empresa **AUTOPOSTO B.T. CAVALCANTI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º **34.746.809/0001-89**, que tem como objeto do presente ajuste a prorrogação do prazo de vigência **12 (doze) meses,** com termo inicial dia 07/08/2026 e termo final dia 07/08/2027.
Data da Assinatura: 06/08/2026.

Publicado por:
Rafael Aragão Silva Feitosa
Código Identificador:6B16AA80

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS

EDITAL Nº 01/2017, PUBLICADO EM 20 DE DEZEMBRO DE 2017

EDITAL 003/2026, de 14 de Agosto de 2026.

O Prefeito do Município de Santa Cruz Do Capibaribe-PE, no uso de suas atribuições legais e consubstanciado no que dispõe o art. 47, incisos IX e XV da Lei Orgânica do Município e considerando a homologação do resultado do Concurso Público para preenchimento de cargos efetivos pelo Decreto Municipal 058/2018, de 28 de Novembro de 2018, publicado em 29 de novembro de 2018 no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, **TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO INDICADO APROVADO NO CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL PARA A MATRÍCULA EM CURSO DE FORMAÇÃO,** conforme o disposto no Artigo 4º da Lei Municipal 2.550/2016.

1. ENTREGA DOS DOCUMENTOS

Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital deverão comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe-PE, situada à Rua Antônio Felix da Silva, nº 156, Bairro Novo, Santa Cruz do Capibaribe-PE, CEP 55192-444, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a publicação do presente edital no Diário Oficial e envio de convocação para o e-mail cadastrado pelo candidato quando de sua inscrição no concurso público, de segunda a sexta-feira no horário das 07h00 às 13h00 para entrega dos seguintes documentos:

- Original e Cópia do CPF;
- Original e Cópia da Cédula de Identidade (RG);
- Original e Cópia da Certidão de Nascimento e/ou Casamento;
- Original e Cópia do Título de Eleitor com a comprovação de voto na última eleição;
- Original e Cópia do Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
- Original da Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Comum Estadual, da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral;
- Original e cópia da certidão de conclusão e Histórico Escolar de Ensino Médio ou Superior e ou diploma dos mesmos
- Original e cópia de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), na categoria AB
- Parecer Cardiológico comprovando a capacidade física expedido por médico registrado em Conselho Regional de Medicina

Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer destes acarretará a não realização da matrícula. O não

comparecimento no prazo estabelecido será entendido como desistência e renúncia do candidato ao cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato aprovado para os cursos em questão. O comparecimento espontâneo do candidato ao endereço indicado acima após a publicação do presente edital suprirá o recebimento do e-mail de convocação e iniciará o procedimento de matrícula aqui previsto.

Gabinete do Prefeito, 14 de Agosto de 2026.

HÉLIO LIMA ARAGÃO FILHO
Prefeito do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS PARA MATRÍCULA EM CURSO DE FORMAÇÃO, DE ACORDO COM A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

Guarda Municipal

Ampla concorrência

117 – LUÍS GUSTAVO PEREIRA BATISTA

Publicado por:
Aurimar Ramos de Lima
Código Identificador:F87D017D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 75 , DE 18 DE AGOSTO DE 2026 - LEI N.567

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE Santa Filomena, no uso de suas atribuições legais.

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 8.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020401 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Ficha: 566 - 08.122.0016.2107.0000 Cuidando das Pessoas..... 2.000,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

Local: 020501 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Ficha: 761 - 08.243.0016.2144.0000 Cuidando das Pessoas..... 6.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Anulação:
Local: 020401 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Ficha: 600 - 08.244.0016.2106.0000 Cuidando das Pessoas..... -8.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Filomena, 18 de agosto de 2026

PEDRO GILDEVAN COELHO MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josimara Melo Alves Macedo
Código Identificador:D377D92A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 00008/2026

Processo Nº: 0054/2026. AGC. Concorrência Presencial Nº 00008/2026. Serviço de Engenharia. Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de pavimentação com paralelepípedos no sistema viário da cidade de Santa Terezinha PE, Emenda Especial Estadual 268/2026. Valor: R$ 669.134,04. Data e Local da Sessão de Abertura: 01/09/2026 às 08:30h. Avenida José Romão de Araújo, 205, Centro, Santa Terezinha - PE. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: www.santaterezinha.pe.gov.br; dep.licitacao@santaterezinha.pe.gov.br; www.gov.br/pncp ou através do Fone: (87) 3859–1140, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, ou, ainda, através de solicitação por e-mail: dep.licitacao@santaterezinha.pe.gov.br.

Santa Terezinha, 17/08/2026.

JOÃO PAULO FERREIRA TORRES.
Agente de Contratação.(*)(**)

Publicado por:
Joao Paulo Ferreira Torres
Código Identificador:2AC1F675

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO E RATIFICO a Inexigibilidade de licitação nº **024/2026**, para contratação direta de show artístico em favor da Empresa: **CHICABANA SHOWS E EVENTOS LTDA,** inscrita no **CNPJ sob o nº 07.930.542/0001-02,** Localizada na R E, 18, Quadra H, Bairro Urbis I, CEP 48.7000-000, município de SERRINHA - BA; representante exclusivo da Banda **KIKO CHICABANA,** para 01 (uma) apresentação musical, no dia 19 de setembro de 2026, nas Comemorações das Festividades da 27º Corrida da Galinha, neste município, no valor Global de **R$ 350.000,00** (trezentos e cinquenta mil reais), nos autos do Processo de Licitação nº **042/2026**, na conformidade do art.74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, atualizada. Assim sendo procedendo determino a publicação, emissão de nota de empenho e contrato em favor da citada empresa, através de seus representantes legais.

São Bento do Una, 14 de agosto de 2026.

EUNICE DE OLIVEIRA ALVES
Secretária de Turismo, Cultura e Esportes
Portaria Nº 325/2026

Publicado por:
Jailma Edja Almeida Oliveira
Código Identificador:859F9D91

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 007/2026 - Dispensa Nº 007/2026. Objeto: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de estruturas de som, compreendendo instalação, operação, montagem e desmontagem de equipamentos de áudio, destinados à realização e apoio de eventos institucionais promovidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Una-PE, em suas diversas atividades.** Valor global estimado **R$**

62.944,92 (Sessenta e dois mil e novecentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos). RECEBIMENTO DE PROPOSTA: será até as **10h00min** do dia **21 de agosto de 2026**, abertura das propostas será às **10h05min** do **dia 21 de agosto de 2026**, início dos lances às **10h10min** e final dos lances às **16h10min** do **dia 21 de agosto de 2026**. A cópia do Edital pode ser acessada na íntegra no portal da transparência do município, através do site https://transparencia.saobentodouna.pe.gov.br,https://www.gov.br/pncp/pt-br ou ainda www.portaldecompraspublicas.com.br, onde acontecerá a disputa. Outras informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Una – PE, localizada na Praça Historiador Adalberto Paiva, nº 01, sala de Licitações, 1º andar (CEP. 55.370-000) ou através do fone 81 – 9.7914-8421, no horário das 08h às 14h, de segunda à sexta-feira, ou ainda através de solicitação pelo e-mail: cpl.saobento2@hotmail.com.

São Bento do Una/PE, 18 de agosto de 2026.

RUBIANO BARROS DUARTE
Agente de Contratação
Portaria Nº 007/2026

Publicado por:
Jailma Edja Almeida Oliveira
Código Identificador:B330C66F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DE DESPACHO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026

INTERESSADA: Cooperativa de Agricultura Familiar Empreendedores Rurais de São Bento do Una/PE – COOPAER, inscrita no CNPJ nº 67.156.733/0001-90.
OBJETO: Análise de defesa apresentada em face de despacho administrativo que apontou possível irregularidade no procedimento de Chamamento Público.
DECISÃO: Após análise da defesa apresentada pela COOPAER, e considerando a existência de vínculo de parentesco entre o dirigente da entidade participante e agente pública que atuou na estruturação da contratação, inclusive na elaboração do Estudo Técnico Preliminar, bem como as disposições do art. 14, inciso IV, e os princípios estabelecidos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECIDE-SE PELA INABILITAÇÃO DA COOPAER no presente Chamamento Público**, diante da configuração de situação incompatível com as regras legais aplicáveis às contratações públicas.
A decisão fundamenta-se na necessidade de preservação da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, segurança jurídica e integridade do procedimento, não decorrendo de presunção de má-fé dos envolvidos, mas da aplicação objetiva das normas relativas às situações de impedimento nas contratações públicas.
Determina-se o registro da decisão nos autos e a ciência da interessada, para adoção das medidas administrativas cabíveis quanto ao prosseguimento do procedimento.

São Bento do Una/PE, 17 de agosto de 2026.

RUBIANO BARROS DUARTE
Agente de Contratação
Portaria nº 007/2026

Publicado por:
Jailma Edja Almeida Oliveira
Código Identificador:65C7BFF2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 104/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 104/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Vanusa Fernandes da Silva, CPF nº 035.481.064-20.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 104/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 5.694,19.
Valor atualizado: R$ 28.470,95.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:421AD077

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Irenice Fernandes da Silva, CPF nº 093.869.184-80.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 105/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 7.958,01.
Valor atualizado: R$ 39.790,07.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:2969827E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 106/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 106/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Pollyanna Silva dos Santos, CPF nº 078.664.424-95.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 106/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 6.585,72.
Valor atualizado: R$ 32.928,61.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:553B33CB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Ivene Fernandes da Silva, CPF nº 069.698.914-02.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 107/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 3.180,99.
Valor atualizado: R$ 15.904,97.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:D0254D34

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Iraene Fernandes da Silva, CPF nº 319.763.538-82.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 108/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 4.316,27.
Valor atualizado: R$ 21.581,34.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:966777ED

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Larissa Moraes de Souza, CPF nº 132.740.604-70.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 109/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 5.918,56.
Valor atualizado: R$ 29.592,81.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:7C56E777

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Simone Moraes Correia de Matos, CPF nº 044.981.474-21.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 110/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 7.106,09.
Valor atualizado: R$ 35.530,44.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:25D8F3F3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Josélia de Moraes Silva, CPF nº 065.221.244-16.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 114/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 3.562,72.
Valor atualizado: R$ 17.813,59.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:BE415E0A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Rosinete Alves da Silva, CPF nº 036.913.864-31.

Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 116/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 7.867,20.
Valor atualizado: R$ 39.335,99.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:691ACF3F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Carla Maria da Silva, CPF nº 064.161.854-90.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 117/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 4.538,45.
Valor atualizado: R$ 22.692,24.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:702A414E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 120/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

E**XTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 120/2025**
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Maria Mércia Andrade dos Santos, CPF nº 448.206.073-91.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 120/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 3.820,60.
Valor atualizado: R$ 19.103,00.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:555A2DE1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 122/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 122/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Maria Angelica Araujo Jessé, CPF nº 130.684.944-60.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 122/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 7.607,76.
Valor atualizado: R$ 38.038,78.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:0FF71447

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Maria Luciene Araújo Jessé, CPF nº 039.975.994-83.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 123/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 7.607,76.
Valor atualizado: R$ 38.038,78.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:966AF5FF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Maria do Socorro da Silva, CPF nº 065.124.514-14.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 126/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 6.716,68.
Valor atualizado: R$ 33.583,38.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:80BE6E0C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Janete Maria Oliveira da Silva, CPF nº 102.873.324-03.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 127/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 2.520,01.
Valor atualizado: R$ 12.600,03.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:7047936C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Quiteria Maria Oliveira da Silva, CPF nº 037.490.624-63.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 129/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 8.566,71.
Valor atualizado: R$ 42.833,53.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:FE865592

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Thays Farias da Silva, CPF nº 130.620.474-70.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 130/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 2.520,01.
Valor atualizado: R$ 12.600,03.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:7D86D5D6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Vanuza Conceição dos Santos, CPF nº 304.765.808-03.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 131/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 3.354,51.
Valor atualizado: R$ 16.772,53.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:F1E38EF9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Cristiana da Silva Cavalcante, CPF nº 083.457.384-94.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 132/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 5.693,21.
Valor atualizado: R$ 28.466,03.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:54E5813A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Silvana Ferreira da Silva, CPF nº 064.553.234-75.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 134/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 7.642,75.
Valor atualizado: R$ 38.213,75.
Vigência: Mantida até 15/10/2026.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:EE8FC337

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Sandra Ivanese da Silva, CPF nº 061.813.184-10.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 136/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 2.807,39.
Valor atualizado: R$ 14.036,96.
Fundamentação: Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:E12C2924

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Brasiliana Prudencio da Silva, CPF nº 250.089.604-82.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 137/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 4.916,34.
Valor atualizado: R$ 24.581,69.
Fundamentação: Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:22F7D75E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Quiteria Cavalcante da Silva, CPF nº 036.093.064-67.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 138/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 2.687,13.
Valor atualizado: R$ 13.435,66.
Fundamentação: Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:51C4AF5B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Suzana Rodrigues da Silva, CPF nº 909.454.924-72.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 139/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 2.275,00.
Valor atualizado: R$ 11.375,00.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:A9530D1F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Clarice Amorim de Oliveira, CPF nº 718.057.374-49.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 142/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.

Valor do acréscimo: R$ 8.428,60.
Valor atualizado: R$ 42.143,00.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:6DB5CE54

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratado: Arinelson José da Silva Lima, CPF nº 027.458.554-50.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 143/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 8.318,44.
Valor atualizado: R$ 41.592,18.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:FF7EA069

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025 - FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2025 -PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA/PE, inscrito no CNPJ nº 31.045.140/0001-00.
CONTRATADO: HUGO FERREIRA DE SOUZA, inscrito no CPF nº 170.488.514-06.
OBJETO: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 145/2025, que tem por objeto o **acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento)** ao valor contratual, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar destinados à alimentação escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 6.882,86 (seis mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos).
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R$ 34.414,32 (trinta e quatro mil, quatrocentos e quatorze reais e trinta e dois centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 435.16001.1201-2.179.3.3.90.30 – PNAE.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.
DATA DA ASSINATURA: 17 de agosto de 2026.

São Bento do Una/PE, 17 de agosto de 2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação
Contratante

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:2FCC795C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025 - FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratado: Armando Alves da Silva, CPF nº 792.831.524-68.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 146/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 5.648,21.
Valor atualizado: R$ 28.241,03.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:FC412F8E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025 - FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Marinalva Alves da Silva, CPF nº 010.782.034-07.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 147/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 5.294,29.
Valor atualizado: R$ 26.471,46.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:6C206EB9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025 - FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Alexandra Alves dos Santos, CPF nº 139.971.934-36.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 148/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 3.720,90.
Valor atualizado: R$ 18.604,51.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:0C915591

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025 -FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Naelly Andrade da Silva, CPF nº 126.903.284-45.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 149/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 5.292,98.
Valor atualizado: R$ 26.464,89.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:65E3B72D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 150/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025 -FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 150/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Danielle Alves dos Santos, CPF nº 112.353.504-36.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 150/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 6.773,53.
Valor atualizado: R$ 33.867,64.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:81402927

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025 FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Marinez Alves da Silva, CPF nº 010.846.434-21.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 151/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 5.903,80.
Valor atualizado: R$ 29.518,98.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:EBC4795B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 152/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 152/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratado: Sidney Ronny Farias da Silva, CPF nº 106.362.324-33.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 152/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 6.486,97.
Valor atualizado: R$ 32.434,85.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:19C9E7E6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratado: Daniel Alves dos Santos, CPF nº 112.350.874-76.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 153/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 8.622,98.
Valor atualizado: R$ 43.114,90.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:EA019617

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 156/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025.FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 156/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratado: José Geraldo Ferreira de Azevedo, CPF nº 013.107.354-09.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 156/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 3.438,79.
Valor atualizado: R$ 17.193,94.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:4A10F245

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 157/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 157/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Iolanda Oliveira de Lima, CPF nº 039.343.824-44.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 157/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 1.765,62.
Valor atualizado: R$ 8.828,10.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:8F8D2046

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratado: Cícero Vicente da Silva, CPF nº 378.047.904-49.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 163/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 5.455,36.
Valor atualizado: R$ 27.276,81.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:C1B4EBCF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 165/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 165/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratado: José Claudio dos Santos, CPF nº 250.150.104-78.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 165/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 6.323,38.
Valor atualizado: R$ 31.616,90.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:9BCD903D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 166/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 166/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratado: Sergio Moraes Correia, CPF nº 063.258.424-64.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 166/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 7.465,04.
Valor atualizado: R$ 37.325,20.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:ECAD751B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 167/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 167/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Eliane Maria Cordeiro de Farias, CPF nº 053.817.844-22.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 167/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 6.199,63.
Valor atualizado: R$ 30.998,15.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:850A3644

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 168/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 168/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratado: Josinaldo Geraldo Nascimento da Silva, CPF nº 688.037.614-20.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 168/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 9.997,91.
Valor atualizado: R$ 49.989,56.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:6B51589C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratado: Salomão Moraes Correia, CPF nº 026.704.064-40.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 169/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 9.160,88.
Valor atualizado: R$ 45.804,40.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:A92DB86D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratado: José Marcelo Silva dos Santos, CPF nº 108.110.624-73.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 171/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 2.181,10.
Valor atualizado: R$ 10.905,50.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:319E5C06

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratado: José Marcelo Silva dos Santos, CPF nº 108.110.624-73.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 171/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 2.181,10.
Valor atualizado: R$ 10.905,50.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:FE80985C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 174/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 174/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Associação das Agricultores e Agricultoras Familiáres e Artesões Rural Verde de Belo Jardim, CNPJ nº 58.758.873/0001-48.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 174/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 34.822,38.
Valor atualizado: R$ 174.111,91.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:998D18D9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 175/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 175/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.

Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Cooperativa da Agricultura Familiar e Empreendedores Rurais de Caetés e Região, CNPJ nº 27.911.922/0001-07.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 175/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 89.742,88.
Valor atualizado: R$ 448.714,41.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:01603BAD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 176/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 176/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Associação de Desenvolvimento Municipal Urbano e Rural de Tacaimbó-PE, CNPJ nº 42.940.405/0001-50.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 176/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 17.996,64.
Valor atualizado: R$ 89.983,20.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:08A082D1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 176/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 176/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Associação de Desenvolvimento Municipal Urbano e Rural de Tacaimbó-PE, CNPJ nº 42.940.405/0001-50.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 176/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 17.996,64.
Valor atualizado: R$ 89.983,20.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:6521FB14

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 183/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 183/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Maria Edilene Silva de Souza, CPF nº 010.390.544-80.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 183/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 2.755,84.
Valor atualizado: R$ 13.779,18.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:17A9681B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 183/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025. FME

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 183/2025
Processo Licitatório nº 002/2025 – Chamada Pública nº 002/2025.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Contratada: Maria Edilene Silva de Souza, CPF nº 010.390.544-80.
Objeto: Acréscimo de 25% ao valor do Contrato nº 183/2025, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar – PNAE.
Valor do acréscimo: R$ 2.755,84.
Valor atualizado: R$ 13.779,18.
Fundamentação: Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 17/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:AC09A655

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 – ARP Nº 009/2026. FME

EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2026
Processo Licitatório nº 006/2026 – Pregão Eletrônico nº 006/2026 – ARP nº 009/2026.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE, CNPJ nº 31.045.140/0001-00.
Contratada: Unica Saneantes Ltda., CNPJ nº 43.392.983/0001-61.
Objeto: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e descartáveis para a Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Valor total: R$ 76.700,48.
Vigência: 12 meses, a partir da assinatura.
Data da assinatura: 12/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:A5F13A36

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 – ARP Nº 011/2026. FME

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2026
Processo Licitatório nº 006/2026 – Pregão Eletrônico nº 006/2026 – ARP nº 011/2026.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE, CNPJ nº 31.045.140/0001-00.
Contratada: SM Alimentos Ltda., CNPJ nº 61.643.517/0001-93.
Objeto: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e descartáveis para a Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Valor total: R$ 29.948,14.
Vigência: 12 meses, a partir da assinatura.
Data da assinatura: 12/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:580C0F86

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 – ARP Nº 010/2026. FME

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2026
Processo Licitatório nº 006/2026 – Pregão Eletrônico nº 006/2026 – ARP nº 010/2026.
Contratante: Fundo Municipal de Educação de São Bento do Una/PE, CNPJ nº 31.045.140/0001-00.
Contratada: RPS Distribuidora de Produtos Limitada, CNPJ nº 02.889.655/0001-98.
Objeto: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e descartáveis para a Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Una/PE.
Valor total: R$ 1.047,50.
Vigência: 12 meses, a partir da assinatura.
Data da assinatura: 12/08/2026.

GISÂNGELLA CAVALCANTE DE MORAES
Secretária do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:BA823CE3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CPL/FME
SAUDE - EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2026 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 007/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026. FMS

SAUDE - EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2026
Processo de Licitação nº 007/2026 – Inexigibilidade nº 003/2026.
Locatário: Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Una/PE, CNPJ nº 08.960.773/0001-21.
Locadora: Maria Inez Pacheco Cintra, CPF nº 412.781.194-34.
Objeto: Locação de imóvel urbano destinado ao funcionamento do Acolhe Saúde Mental do Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Una/PE.
Valor mensal: R$ 1.200,00.
Valor total: R$ 14.400,00.
Vigência: 12 meses.
Fundamentação: Art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 13/08/2026.

DALMA NOELY MACIEL MACÊDO
Secretária do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:A995B555

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE
NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NA EXECUÇÃO

DADOS DO NOTIFICANTE	
NOME	Secretaria de Serviços Públicos e Gestão Urbana
CNPJ	10.280.055/0001-56

DADOS DO NOTIFICADO			
NOME	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA	CPF/CNPJ	40.876.269/0001-50
LOGRADOURO	RUA SARGENTO SILVINO MACEDO, 03	BAIRRO	SÃO JOSÉ
CIDADE	Garanhuns	ESTADO	Pernambuco
CONTATO	(87) 98836-3257 | (87) 3762-0445	E-MAIL	distribuidora_agreste@outlook.com

DADOS DA CONTRATAÇÃO	
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº PROCESSO	PMSJB-PE-015/2026
Nº DA ARP	PMSJB-018/2026
OBJETO	Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos para atender as demandas da Prefeitura e demais secretarias

INFORMAÇÕES DA NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Serviços Públicos e Gestão Urbana da Prefeitura Municipal de São José do Belmonte - PE, vem por meio desta:
CONSIDERANDO os termos do Termo de Referência oriundo do Processo de Contratação em epígrafe, cujo objeto é Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos para atender as demandas da Prefeitura e demais secretarias, o qual esta empresa configura como CONTRATADA;
CONSIDERANDO os artigos 89 a 93 da Lei nº 14.133/2021, que tratam dos contratos administrativos, abrangendo suas formalidades, prorrogação, garantias, alterações e rescisão, em substituição aos antigos arts. 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei 8.666/93;
CONSIDERANDO a cláusula quinta do referido Termo de Referência, a qual, em seu item 10.3, estabelece o prazo de entrega do objeto;
CONSIDERANDO que o referido prazo não fora cumprido, conforme consta nas solicitações realizadas pela ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO nº 39937-2026, datada do dia 27 de julho de 2026, e que o descumprimento já está provocando graves transtornos a esta municipalidade, uma vez que o objeto solicitado não foi entregue;

CONSIDERANDO que o descumprimento total ou parcial do contrato/ARP sujeita a CONTRATADA às sanções previstas no edital, contrato e legislação, incluindo a aplicação das penalidades previstas nos arts. 156, 157, 158 e 159 da Lei nº 14.133/2021, que tratam das sanções administrativas aplicáveis aos contratados (advertência, multa, impedimento de licitar/contratar, e declaração de inidoneidade), produzindo também as consequências de ordem civil, administrativa e fiscal;
RESOLVE NOTIFICAR vossa empresa, na pessoa de seu representante acima identificado, para que cumpra o objeto do contrato no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais e cabíveis ao caso, dentre elas: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, e declaração de inidoneidade, conforme previsto nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021. Ou então, apresente justificativa devidamente fundamentada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento desta, para o atraso na entrega da referida mercadoria, a qual caberá à Prefeitura Municipal de São José do Belmonte analisar e deliberar pela sua aceitação ou não.

Após o decurso do citado prazo, sem que haja êxito ou justificativa aceita, será realizada a aplicação das penalidades cabíveis, podendo resultar na abertura imediata de processo administrativo para apuração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.
Publique-se esta notificação através da Imprensa Oficial da Prefeitura Municipal de São José do Belmonte.

São José do Belmonte - PE, 17 de Agosto de 2026

MANOEL BARROS DINIZ
Secretário Municipal de Serviços Públicos
074/2023

Publicado por:
Romualdo de Carvalho Falcão
Código Identificador:591C0969

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 196, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

Ementa: altera o inciso I do art. 1º da Portaria Municipal nº 108/2026, que dispõe sobre a designação de servidores responsáveis pelo atesto de notas fiscais no âmbito do Município de São José do Egito e dá outras providências.

O Exmo. Sr. Prefeito de São José do Egito/PE, Ilmo. **Fredson Henrique de Oliveira Brito**, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da designação de servidor responsável pelo atesto de notas fiscais, junto a Secretaria Municipal de Administração;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o **inciso II do art. 1º da Portaria Municipal nº 108,** de 02 de abril de 2026, para substituir a servidora **KARINA ROCHA LIMA DE SIQUEIRA – Matrícula nº0039088** pela **servidora** YASMIN YONE AGUIAR FEITOSA Matrícula nº 0038070, passando a vigorar com a seguinte redação:

II- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO: SERVIDOR(A): YASMIN YONE AGUIAR FEITOSA – MATRÍCULA 0038070

Art. 2º - Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria Municipal nº 108/2026.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
Registre-se
Cumpra-se

São José do Egito/PE, 14 de agosto de 2026.

FREDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO
Prefeito Municipal de São José do Egito/PE

Publicado por:
Yasmin Yone Aguiar Feitosa
Código Identificador:DA3B3C4B

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº: 059/2026. PRG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00022/2026

Processo Nº: 059/2026. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00022/2026. Compra. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00022/2026, para Aquisição imediata e urgente de Roçadeiras e Carrinhos de Lixo, visando atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura de São José do Egito/PE. Item 1: Sanre Comercio e Importacao Eireli. CNPJ: 20.502.109/0001-34, pelo valor de R$8.650,00 Item 2: Seven Comercio e Servicos Ltda. CNPJ: 40.989.882/0001-84, pelo valor de R$17.160,00.

São José do Egito, 17/08/2026.

ODEILSON ERICKSON SOARES DE SIQUEIRA.
Secretário Municipal de Infraestrutura.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:9B85331A

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO PROCESSO Nº: 059/2026. PRG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00022/2026

Processo Nº: 059/2026. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00022/2026. Compra. Aquisição imediata e urgente de Roçadeiras e Carrinhos de Lixo, visando atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura de São José do Egito/PE. Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo; DESIGNO os servidores Odeilson Erickson Soares de Siqueira, Secretário Municipal de Infraestrutura, como Gestor; e Egilma Clécia Soares Silva, Chefe de Divisão, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 00022/2026, com as competentes atribuições, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

São José do Egito, 17/08/2026.

ODEILSON ERICKSON SOARES DE SIQUEIRA.
Secretário Municipal de Infraestrutura.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:42441D26

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº: 063/2026. CDC. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00015/2026.

Processo Nº: 063/2026. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00015/2026. Obra. Adjudicação do objeto e Homologação da Concorrência Eletrônica Nº 00015/2026, para Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Reforma do Cine Teatro, por período de 180 (cento e oitenta) dias, visando atender a Secretaria Municipal de Viação e Obras de São José do Egito/PE. Lote 1: Habite Servicos de Construcoes Ltda. CNPJ: 07.987.037/0001-02, pelo valor de R$1.229.330,76.

São José do Egito, 17/08/2026.

JOSÉ JACKSON GOMES DE BRITO.
Secretário Municipal de Viação e Obras.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:FB839D2B

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO PROCESSO Nº: 063/2026. CDC. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00015/2026.

Processo Nº: 063/2026. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00015/2026. Obra. Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Reforma do Cine Teatro, por período de 180 (cento e oitenta) dias, visando atender a Secretaria Municipal de Viação e Obras de São José do Egito/PE. Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo; DESIGNO os servidores José Jackson Gomes de Brito, Secretário Municipal de Viação e Obras, como Gestor; e Daniel Chagas Sampaio, Engenheiro

Civil Efetivo, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente nº 00015/2026, com as competentes atribuições, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

São José do Egito, 17/08/2026.

JOSÉ JACKSON GOMES DE BRITO.
Secretário Municipal de Viação e Obras.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:F9EC5D43

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO- PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 43/2026 - MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 16/2026

O Pregoeiro do Município de São Vicente Férrer-PE comunica a todos os interessados a **SUSPENSÃO** do **Processo Licitatório n° 43/2026, Pregão Eletrônico n° 16/2026**, cujo objeto é a *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS URBANAS E LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DA PREFEITURA E DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE FÉRRER – PE, VISANDO GARANTIR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE HIGIENE E SEGURANÇA AOS AMBIENTES INSTITUCIONAIS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA*, para que sejam realizadas revisões e possíveis alterações no Termo de Referência do Edital. O edital alterado será republicado através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

São Vicente Férrer, 17 de agosto de 2026.

ROBSON DE LIMA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Robson de Lima Silva
Código Identificador:5FA461C5

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA DE SÃO VICENTE FÉRRER- PE

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e vinte minutos, nas dependências ,da Secretaria de Assistência Social, situada na Rua João Inojosa, nº 15, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA – de São Vicente Férrer/PE, dando início aos trabalhos, o senhor Paulo Victo, presidente do COMSEA, deu as boas-vindas aos presentes e apresentou a mesa diretiva, a reunião foi aberta com a leitura da ata da reunião anterior, que, após apreciação, foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes, sendo em seguida devidamente assinada. Dando continuidade, o presidente, concedeu a palavra ao Sr. Márcio Lima, Secretário de Agricultura do município, que discorreu sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O secretário explicou que o PAA é uma política pública do Governo Federal que tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, garantir o acesso à alimentação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Destacou que o programa funciona por meio da compra direta de alimentos produzidos por agricultores familiares, sem a necessidade de licitação, assegurando renda aos produtores locais. Márcio informou ainda que, no contexto do município, o PAA vem sendo executado por meio de duas modalidades principais: a modalidade municipal, vinculada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que viabiliza a aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar; e a modalidade estadual, operacionalizada com apoio do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), que atua na articulação, assistência técnica e acompanhamento dos agricultores participantes do programa. Ressaltou que essas iniciativas fortalecem a produção local, garantem escoamento da produção e contribuem diretamente para a segurança alimentar da população. Ainda em sua fala, o secretário destacou a importância da integração entre PAA e PNAE, promovendo o desenvolvimento rural sustentável e assegurando alimentos de qualidade tanto para as escolas quanto para as ações socioassistenciais do município. Dando continuidade à pauta, a palavra foi concedida à Sra. Raíssa de Vasconcelos, Coordenadora da Vigilância Socioassistencial do município, que apresentou informações sobre a distribuição de cestas básicas e do peixe da Semana Santa. Foi detalhado o processo de organização da ação, iniciado no dia 31 de março, com a geração de senhas por meio do sistema SICAPE, que emitiu QR Codes para os beneficiários. No dia seguinte, a população realizou a troca desses códigos por pulseiras, possibilitando, posteriormente, a retirada das cestas básicas e do pescado. De modo geral, o município conseguiu atingir a entrega de mais de 2.500 cestas básicas destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Durante a reunião, entre os conselheiros, foi aberta discussão acerca da repercussão das entregas das cestas básicas, sendo destacados pontos positivos da ação, como a organização do processo de distribuição, o uso de tecnologia para controle e agilidade no atendimento, a garantia de acesso aos alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social e a satisfação da população beneficiada. Prosseguindo, o presidente Paulo Victo apresentou as ações previstas para os meses de abril e maio. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às **três horas e dezoito minutos**. Para constar, eu, Bebyane de Souza Araújo_____,Secretária Executiva deste conselho, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes._____

Publicado por:
Gabriel Nunes da Silva
Código Identificador:627892CB

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO- PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 12/2026 - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 02/2026

-Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A REFORMA DE ESPAÇO ESPORTIVO, NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FERRER/PE-QUADRA ESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL PIO GUERRA (INSTRUMENTO 981613/ PROPOSTA 056445/2025/ OPERAÇÃO 1102536-61 – MINISTÉRIO DO ESPORTE), CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
-Valor total estimado: R$ 584.703,66 (quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e três reais e sessenta e seis centavos).

-Edital disponível no Portal de Compras da BNC, através do site: http://www.bnc.org.br/.

-Abertura das Propostas: 02.09.2026 às 09:00h no site: http://www.bnc.org.br/ (horários de Brasília).

São Vicente Férrer, 17 de agosto de 2026.

MARIA DO CÉO FLORÊNCIO DE SOUZA ASSIS
Gestora do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Robson de Lima Silva
Código Identificador:00785B98

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
AVISO DE ALTERAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DO EDITAL- PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2026 - MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2026

-Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PENSOS DESTINADOS AO SUPRIMENTO DAS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL

DE SAÚDE DE SÃO VICENTE FÉRRER – PE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

-Fica alterada a tabela do item 3 do Termo de Referência do Edital.

-A nova data de abertura das propostas será no dia 28/08/2026 às 09:00h, no site: http://www.bnc.org.br/ (horários de Brasília).

-Edital Alterado disponível no Portal de Compras da BNC, através do site: http://www.bnc.org.br/.

São Vicente Férrer, 17 de agosto de 2026.

MARIA SILVANA CAVALCANTI DE MOURA GONÇALVES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Robson de Lima Silva
Código Identificador:E94C49F2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N° 95/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de buffet, coffee break, bem como o fornecimento de quentinhas (refeições tipo marmitex) para atender, por demanda, as necessidades das secretarias do município de São Vicente Férrer – PE. Fundamentação Legal 2º Termo Aditivo de Prazo ao contrato nº 95/2024. Vigência 12 meses: 14/08/2026 à 14/08/2027. Empresa contratada: **G. S. DA SILVA,** inscrita no CNPJ/MF sob n.º 37.693.086/0001-95.

MARCONE VICENTE DOS SANTOS
Prefeito

MARIA DO CÉO FLORÊNCIO DE SOUZA ASSIS
Fundo Municipal De Educação

MARIA SILVANA CAVALCANTI DE MOURA GONÇALVES
Fundo Municipal De Saúde

ADILSON CARLOS VASCONCELOS FERRAZ
Fundo Municipal De Assistência Social

Publicado por:
Robson de Lima Silva
Código Identificador:2E89207E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N° 47/2023

Objeto Do Contrato : Prestação de serviços através de locação de sistema para gestão eletrônica de processos governamentais e comunicação integrado ao atendimento aos usuários, com usuários ilimitados, para acesso aos módulos internos de Comunicação Interna, Processo de Despesa, Memorando, Ofício, Folha de Pagamento, Processos Licitatórios e acesso aos módulos externos Serviço Eletrônico de Acesso à Informação, Domicílio Tributário Eletrônico, Ouvidoria, Protocolo, agregando as funcionalidades de validação de documentos gerados, assinatura com certificado digital, autenticação criptografada, emissão de certificado digital para todos os usuários, integrado ao sítio oficial do Município, buscando instituir padrões ao processo de comunicação, a redução de gastos públicos, oferecer transparência, registro e celeridade ao registro de informações e atendimento ao usuário de forma centralizada e unificada, para a Prefeitura Municipal de São Vicente Férrer-PE, para atender as necessidades Administração Municipal.
Contratada: **BARBOSA & OLIVEIRA CONSULTORIA EM GESTAO PUBLICA LTDA,** CNPJ: 13.771.960/0001-05.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA do Contrato n° 047/2023 firmado entre as partes em 14 de agosto de 2023, nos termos previstos nos Artigos 106 e 107, da Lei Federal 14.133/21. Pelo presente, fica prorrogada a vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses com início em 14/08/2026 até 14/08/2027.

MARCONE VICENTE DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Robson de Lima Silva
Código Identificador:CAB2CDF5

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N° 48/2023

Objeto Do Contrato: Contratação de empresa especializada em sistema para indexação e armazenamento de documentos digitais, abrangendo configuração, treinamento operacional, softwares e garantia integral de funcionamento do sistema, a ser instalado/implantado.

Contratada: **BARBOSA & OLIVEIRA CONSULTORIA EM GESTAO PUBLICA LTDA,** CNPJ: 13.771.960/0001-05.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA do Contrato n° 047/2023 firmado entre as partes em 14 de agosto de 2023, nos termos previstos nos Artigos 106 e 107 da Lei Federal 14.133/21. Pelo presente, fica prorrogada a vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses com início em 14/08/2026 até 14/08/2027.

MARCONE VICENTE DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Robson de Lima Silva
Código Identificador:716A15CB

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SERRITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ADITIVO

TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA PE E A EMPRESA MLC SILVA ME, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento **O MUNICIPIO DE SERRITA/PE**, (**PREFEITURA MUNICIPAL)**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Cadastrada no CNPJ do MF sob o no 11.361.250/0001-73, com sede na Rua Barbosa Lima, 63, Centro, Serrita (PE), CEP 56.140-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr, Sebastião Aleudo Benedito Santos, brasileiro, divorciado, portador do CPF Nº 025.XXX.XXX-60 e de outro lado a empresa **MLC SILVA ME** inscrito no CNPJ sob o nº **19.540.084/0001-84**, com sede na Avenida Ailton Gomes, número 1973, bairro Piraja, município Juazeiro Do Norte - CE, CEP: 63.034-005, Telefone: (85) 9816-51401, E-mail: mlcomercioevariedades1347@gmail.com neste ato representado pelo (a) Sr. (a) Maria Ladyanne Costa Silva, brasileira, empresária, inscrita no CPF (MF) sob o nº 037.XXX.XXX-67, doravante denominada **CONTRATADA,** de comum acordo, celebram o presente **TERMO ADITIVO** ao contrato administrativo nº 328/2025, firmado em 01 (um) de outubro de 2025 que tem como Objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE (MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E INFORMÁTICA), DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE TODAS AS SECRETARIAS**

VINCULADAS AO CNPJ DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA/PE, ESTIMANDO ATENDIMENTO POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES., que se regerá pelas cláusulas pactuadas e descritas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA
A Secretária de Administração e gestão de pessoas encaminhou o Oficio 045/2026 que solicita o presente Termo Aditivo pelo fato de que a medida é necessária para assegurar a continuidade do fornecimento e evitar a interrupção das atividades deste setor, para aquisição de itens em quantidade superior ao contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
Pelo presente fica aditivado o percentual de **25% (vinte e cinco por cento)**do valor inicial contratado perfazendo um valor total de **R$ 64.717,27 (sessenta e quatro mil, setecentos e dezessete reais e vinte sete centavos)**.

Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais Cláusulas contidas no instrumento principal de avença.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual valor e forma, na presença das testemunhas abaixo transcritas.

Serrita - PE, 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Raimundo Leonilson Batista
Código Identificador:ED6054A0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 164 AO 167/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2025
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

CONTRATANTE:
CONTRATO Nº 164/2026: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SOCIAL DE SERRITA – VALOR: R$ 34.219,56 (trinta e quatro mil, duzentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos).

CONTRATO Nº 165/2026: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA – VALOR: R$ 2.684.580,71 (dois milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e oitenta reais e setenta e um centavos).

CONTRATO Nº 166/2026: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRITA– VALOR: R$ 2.208.177,79 (dois milhões, duzentos e oito mil, cento e setenta e sete reais e setenta e nove centavos).

CONTRATO Nº 167/2026: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRITA – VALOR: R$ 799.699,20 (setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

CONTRATADO: MR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E/OU PREVENTIVA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIAS AO REPARO DE VEÍCULOS LEVES, VEÍCULOS PESADOS E MÁQUINAS PESADAS PRETENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA (PE) E SEUS DIVERSOS FUNDOS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08 0801 2900 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08 0801 2906 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08 0808 2927 0000 - PROGRAMA COZINHA COMUNITÁRIA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08 0802 3012 0000 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08 0803 3013 0000 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (MÉDIA E ALTA 245 COMPLEXIDADE)
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 1203 2835 0000 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1202 2424 0000 - GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2825 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2830 0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2831 0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2832 0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 3011 0000 - MANUTENÇÃO ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 4003 0000 - MANUNTENÇÃO DAS ATIVIDADES PARA MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 4007 0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1201 2991 0000 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1204 2426 0000 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1201 2826 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
12 1201 2836 0000 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB 30%
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12 1201 4037 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%.
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10 1003 5000 0000 - GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2884 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2891 0000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE RELACIONADAS A ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2896 0000 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2897 0000 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10 1001 2898 0000 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

PREFEITURA MUNICIPAL

04 0403 2801 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

04 0403 2803 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

04 0403 2804 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

04 0403 2810 0000 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

13 1301 2847 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE CULTURA E EVENTOS
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

27 2701 2853 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE DESPORTO E TURISMO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

20 0403 2864 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGRICULTURA E DESENV.ECONÔMICO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

15 0403 2857 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

15 1502 2858 0000 - MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS, PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

18 1802 2876 0000 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

25 1504 2860 0000 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

26 1505 2861 0000 - MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 MESES**,** A PARTIR DATA DA SUA ASSINATURA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 14.133/21.

FORO: COMARCA DE SERRITA, ESTADO DE PERNAMBUCO.

Serrita - PE, 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Raimundo Leonilson Batista
Código Identificador:D2A93ED3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESCISAO

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

Pelo presente instrumento particular de fornecimento de produto, de um lado **O MUNICIPIO DE SERRITA/PE, (PREFEITURA MUNICIPAL)**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.361.250/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr, Sebastião Benedito Dos Santos, brasileiro, divorciado, portador do CPF Nº 025.XXX.XXX-60, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro a empresa **CONSTRUTORA JME LTDA**, com sede na sediada na Rua Prof. Ambrosio Gomes, 2712 – Centro – Missão Velha/CE, telefone: (88) 98803-7431, construtorajme87@gmail.com, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º **62.422.705/0001-54**, doravante denominada **CONTRATADA,** resolvem firmar o presente **Termo de Rescisão Amigável** do CONTRATO n° 027/2026 referente ao Processo Licitatório Nº 013/2026 - Pregão Eletrônico Nº 003/2026
As partes acima qualificadas resolvem, a partir desta data e de comum acordo, rescindir amigavelmente o Contrato nº 027/2026, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO GABINETE DO PREFEITO, DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS E CULTURA DESPORTOS, TURISMO E JUVENTUDE E DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE SERRITA-PE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, UNIDADES E QUANTIDADES INFORMADAS NO TERMO DE REFERENCIA.**
Acatando a solicitação da CONTRATADA, que solicitou a rescisão amigável, sob a justificativa de atualmente estar passando por dificuldades técnicas e administrativas que impedem a continuação da prestação dos serviços firmados, fica **RESCINDIDO O CONTRATO 027/2026**, consoante disposto no art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21:
Art. 138.A extinção do contrato poderá ser:
(...)
II- Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

Serrita/PE, 17 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BENEDITO DOS SANTOS
Contratante

CONSTRUTORA JME LTDA
Contratada

Publicado por:
Raimundo Leonilson Batista
Código Identificador:E750CEB7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESCISAO

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SERRITA/PE, através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **31.062.604/0001-96** representado neste ato pela Sra. Maria Do Socorro De Sá Sampaio, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o Nº 819.XXX.XXX-87, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro a empresa **CONSTRUTORA JME LTDA**, com sede na sediada na Rua Prof. Ambrosio Gomes, 2712 – Centro – Missão Velha/CE, telefone: (88) 98803-7431, construtorajme87@gmail.com, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º **62.422.705/0001-54**, doravante denominada **CONTRATADA,** resolvem firmar o presente **Termo de Rescisão Amigável** do CONTRATO n° 028/2026 referente ao Processo Licitatório Nº 013/2026 - Pregão Eletrônico Nº 003/2026
As partes acima qualificadas resolvem, a partir desta data e de comum acordo, rescindir amigavelmente o Contrato nº 028/2026, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO GABINETE DO PREFEITO, DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS E CULTURA DESPORTOS, TURISMO E JUVENTUDE E DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE SERRITA-PE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, UNIDADES E QUANTIDADES INFORMADAS NO TERMO DE REFERENCIA.**
Acatando a solicitação da CONTRATADA, que solicitou a rescisão amigável, sob a justificativa de atualmente estar passando por dificuldades técnicas e administrativas que impedem a continuação da prestação dos serviços firmados, fica **RESCINDIDO O CONTRATO 028/2026**, consoante disposto no art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21:
Art. 138.A extinção do contrato poderá ser:
(...)
II- Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

Serrita/PE, 17 de agosto de 2026.

MARIA DO SOCORRO DE SÁ SAMPAIO
Contratante

CONSTRUTORA JME LTDA
Contratada

Publicado por:
Raimundo Leonilson Batista
Código Identificador:E64C772C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESCISAO

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

Pelo presente instrumento, de um lado O MUNICIPIO DE SERRITA/PE, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Estado de Pernambuco, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Barbosa Lima, nº 63, Centro, Serrita - PE, inscrita no CNPJ sob o nº **11.206.759/0001-41**, neste ato representado pela Senhora Marta Maria Nunes Angelim, brasileira, casada, portador do CPF Nº 051.XXX.XXX-56, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro a empresa **CONSTRUTORA JME LTDA**, com sede na sediada na Rua Prof. Ambrosio Gomes, 2712 – Centro – Missão Velha/CE, telefone: (88) 98803-7431, construtorajme87@gmail.com, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º **62.422.705/0001-54**, doravante denominada **CONTRATADA,** resolvem firmar o presente **Termo de Rescisão Amigável** do CONTRATO n° 029/2026 referente ao Processo Licitatório Nº 013/2026 - Pregão Eletrônico Nº 003/2026
As partes acima qualificadas resolvem, a partir desta data e de comum acordo, rescindir amigavelmente o Contrato nº 029/2026, referente à

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO GABINETE DO PREFEITO, DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS E CULTURA DESPORTOS, TURISMO E JUVENTUDE E DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE SERRITA-PE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, UNIDADES E QUANTIDADES INFORMADAS NO TERMO DE REFERENCIA.

Acatando a solicitação da CONTRATADA, que solicitou a rescisão amigável, sob a justificativa de atualmente estar passando por dificuldades técnicas e administrativas que impedem a continuação da prestação dos serviços firmados, fica **RESCINDIDO O CONTRATO 029/2026**, consoante disposto no art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21:

Art. 138.A extinção do contrato poderá ser:

(...)

II- Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

Serrita/PE, 17 de agosto de 2026.

MARTA MARIA NUNES ANGELIM
Contratante

CONSTRUTORA JME LTDA
Contratada

Publicado por:
Raimundo Leonilson Batista
Código Identificador:691B87B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESCISAO

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

Pelo presente instrumento, de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Cadastrada no CNPJ do MF sob o no 31.062.604/0001-96, com sede na Rua Barbosa Lima, 63, Centro, Serrita (PE), CEP 56.140-000, neste ato representado pela Senhora Secretária Municipal Thamyres Teixeira Cavalcanti Lisboa, portadora do CPF nº 064.XXX.XXX-40, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro a empresa **CONSTRUTORA JME LTDA**, com sede na sediada na Rua Prof. Ambrosio Gomes, 2712 – Centro – Missão Velha/CE, telefone: (88) 98803-7431, construtorajme87@gmail.com, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º **62.422.705/0001-54**, doravante denominada **CONTRATADA,** resolvem firmar o presente **Termo de Rescisão Amigável** do CONTRATO n° 030/2026 referente ao Processo Licitatório Nº 013/2026 - Pregão Eletrônico Nº 003/2026

As partes acima qualificadas resolvem, a partir desta data e de comum acordo, rescindir amigavelmente o Contrato nº 030/2026, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO GABINETE DO PREFEITO, DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS E CULTURA DESPORTOS, TURISMO E JUVENTUDE E DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE SERRITA-PE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, UNIDADES E QUANTIDADES INFORMADAS NO TERMO DE REFERENCIA.**

Acatando a solicitação da CONTRATADA, que solicitou a rescisão amigável, sob a justificativa de atualmente estar passando por dificuldades técnicas e administrativas que impedem a continuação da prestação dos serviços firmados, fica **RESCINDIDO O CONTRATO 030/2026**, consoante disposto no art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21:

Art. 138.A extinção do contrato poderá ser:

(...)

II- Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

Serrita/PE, 17 de agosto de 2026.

THAMYRES TEIXEIRA CAVALCANTI LISBOA
Contratante

CONSTRUTORA JME LTDA
Contratada

Publicado por:
Raimundo Leonilson Batista
Código Identificador:01F62823

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESCISAO

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

Pelo presente instrumento, de um lado O MUNICIPIO DE SERRITA/PE, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Estado de Pernambuco, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Barbosa Lima, nº 63, Centro, Serrita - PE, inscrita no CNPJ sob o nº **11.206.759/0001-41**, neste ato representado pela Senhora Marta Maria Nunes Angelim, brasileira, casada, portador do CPF Nº 051.XXX.XXX-56, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro a empresa **CONSTRUTORA JME LTDA**, com sede na sediada na Rua Prof. Ambrosio Gomes, 2712 – Centro – Missão Velha/CE, telefone: (88) 98803-7431, construtorajme87@gmail.com, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º **62.422.705/0001-54**, doravante denominada **CONTRATADA,** resolvem firmar o presente **Termo de Rescisão Amigável** do CONTRATO n° 055/2026 referente ao Processo Licitatório Nº 013/2026 - Pregão Eletrônico Nº 003/2026

As partes acima qualificadas resolvem, a partir desta data e de comum acordo, rescindir amigavelmente o Contrato nº 055/2026, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SERRITA-PE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, UNIDADES E QUANTIDADES INFORMADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Acatando a solicitação da CONTRATADA, que solicitou a rescisão amigável, sob a justificativa de atualmente estar passando por dificuldades técnicas e administrativas que impedem a continuação da prestação dos serviços firmados, fica **RESCINDIDO O CONTRATO 055/2026**, consoante disposto no art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21:

Art. 138.A extinção do contrato poderá ser:

(...)

II- Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

Serrita/PE, 17 de agosto de 2026.

MARTA MARIA NUNES ANGELIM
Contratante

CONSTRUTORA JME LTDA
Contratada

Publicado por:
Raimundo Leonilson Batista
Código Identificador:57C2B432

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESCISAO

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SERRITA/PE, através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **31.062.604/0001-96** representado neste ato pela Sra. Maria Do Socorro De Sá Sampaio, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o Nº 819.XXX.XXX-87, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro a empresa **CONSTRUTORA JME LTDA**, com sede na sediada na Rua Prof. Ambrosio Gomes, 2712 – Centro – Missão Velha/CE, telefone: (88) 98803-7431, construtorajme87@gmail.com, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º **62.422.705/0001-54**, doravante denominada **CONTRATADA,** resolvem firmar o presente **Termo de Rescisão Amigável** do CONTRATO n° 056/2026 referente ao Processo Licitatório Nº 026/2026 - Pregão Eletrônico Nº 006/2026

As partes acima qualificadas resolvem, a partir desta data e de comum acordo, rescindir amigavelmente o Contrato nº 056/2026, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRITA-PE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, UNIDADES E QUANTIDADES INFORMADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Acatando a solicitação da CONTRATADA, que solicitou a rescisão amigável, sob a justificativa de atualmente estar passando por dificuldades técnicas e administrativas que impedem a continuação da prestação dos serviços firmados, fica **RESCINDIDO O CONTRATO 056/2026**, consoante disposto no art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21:

Art. 138.A extinção do contrato poderá ser:

(...)

II- Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

Serrita/PE, 17 de agosto de 2026.

MARIA DO SOCORRO DE SÁ SAMPAIO
Contratante

CONSTRUTORA JME LTDA
Contratada

Publicado por:
Raimundo Leonilson Batista
Código Identificador:0C4E901A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SERTÂNIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISOS DE LICITAÇÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO. PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÂNIA. **AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026.** Aquisição. Secretaria de Saúde. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos para uso hospitalar, destinados ao abastecimento do Hospital Municipal Maria Alice Gomes Lafayette, integrante do Fundo Municipal de Saúde de Sertânia – PE. Data da Abertura: 31 de agosto de 2026, às 08:00h. Valor estimado: R$ 2.484.790,20 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, setecentos e noventa reais e vinte centavos). Informações: Segunda a Sexta – feira, de 08:00 às 14:00h. no prédio da Prefeitura/Setor de Licitações, Praça Dr. João Pereira Vale, Nº 20, Centro – Sertânia – PE. E nos E-mails: sertanialicitacoes2025@gmail.com e licitacaosertania2025@gmail.com. Gabriel Sousa Soares - Pregoeiro. Edital no endereço eletrônico: www.portaldesertania.com.br

ESTADO DE PERNAMBUCO. PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÂNIA. **AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026.** Aquisição. Secretaria de Saúde. Objeto: Registro de Preço para Aquisição de 01 (um) Ventilador Pulmonar Portátil, destinado ao Fundo Municipal de Saúde de Sertânia – PE. Data da Abertura: 31 de agosto de 2026, às 13:00h. Valor estimado: R$ 81.032,52 (oitenta e um mil, trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos). Informações: Segunda a Sexta – feira, de 08:00 às 14:00h. no prédio da Prefeitura/Setor de Licitações, Praça Dr. João Pereira Vale, Nº 20, Centro – Sertânia – PE. E nos E-mails: sertanialicitacoes2025@gmail.com e licitacaosertania2025@gmail.com. Gabriel Sousa Soares - Pregoeiro. Edital no endereço eletrônico: www.portaldesertania.com.br

Publicado por:
Luciana Estelita Lafayette Rabelo
Código Identificador:495762D5

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SIRINHAÉM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
CHAMADA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE SIRINHAEM, através da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COMBATE À FOME E HABITAÇÃO, informa abertura de CHAMADA PÚBLICA 001/2026- PROCESSO ADMINISTRATIVO 006/2026, para a **aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, através do PAA instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 c/c Resolução GGPAA nº 08, de 30 de julho de 2024, objetivando atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Habitação do Município de Sirinhaém - PE**. Valor total: R$ **201.730,60**. O acolhimento das propostas se dará até às 17h00 do dia 16 de setembro de 2026. A sessão de abertura dos envelopes será no dia 17 de setembro de 2026, às 10h00 no Centro de Distribuição à Rua Marquês de Olinda, S/N, Centro, Sirinhaém – PE, CEP: 55580-000 (próximo ao pátio de eventos), conforme disposto no edital. Informações pelo e-mail: sirinhaem.cpl@gmail.com ou na sala da CPL. Material disponível em: www.sirinhaem.pe.gov.br, local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do Edital.

Sirinhaém/PE, 17 de agosto de 2026.

CARLA RENATA DA SILVA FERREIRA
Secretária de Assistência Social, Combate à Fome e Habitação

Publicado por:
Jose Carlos Souza de Oliveira
Código Identificador:377D8AE9

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SOLIDÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLIDÃO - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 068/2026.

O Prefeito do Município de Solidão, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições Legais, que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora abaixo relacionados, referente ao exercício de 2025:

Servidor e Matrícula	Cargo/função	LOTAÇÃO	Período das Férias
DAMIAO GILVAN FERREIRA SIQUEIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM	SAÚDE	01 A 30/07/2026
JOSÉ JACÓ SANTANA DA SILVA	AGENTE DE ENDEMIAS	SAÚDE	01 A 30/07/2026
ALOIZO JOSÉ MELO BRITO	ACS	SAÚDE	01 A 30/07/2026
EDIVALDO FERREIRA DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	ADMINISTRAÇÃO	01 A 30/07/2026
WELMA JEANE MENESES DOA SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM	SAÚDE	01 A 30/07/2026
CINTIA BARROS DA SILVA	GARI	SEC.DE OBRAS	01 A 30/07/2026

VALCI RODRIGUES DO NASCIMENTO	GARI	SAÚDE	01 A 30/07/2026
VALDIR CORDEIRO DOS SANTOS	GUARDA MUNICIPAL	AUX.ADMINISTRATIVO	01 A 30/07/2026
EDNEY BARROS SOBRAL	GUARDA MUNICIPAL	AUX.ADMINISTRATIVO	01 A 30/07/2026
EDILEUZA FERNADES RODRIGUES	AUXILIAR DE SERV.GERAIS	SAÚDE	01 A 30/07/2026

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicaçãocom efeitos retroativos a 01/07/2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 17 de julho de 2026.

MAYCO PABLO SANTOS ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria do Socorro Gomes de Lima
Código Identificador:99ACC480

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SURUBIM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA DECISÃO- PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO N.º 24/2026

EXTRATO DA DECISÃO

EMPRESA: FJS DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO N.º 24/2026

FUNDAMENTO: Art. 155, inciso VIII e 156, inciso IV da Lei Federal n.º 14.133/2021

DECISÃO: APLICO da penalidade de declaração de inidoneidade, impedindo a empresa de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 3 (três) anos, sem aplicação de multa, tendo em vista a conduta tipificada, os agravantes e atenuantes, os fatos e fundamentos jurídicos.

RECURSO: Considera-se intimado da decisão para, querendo, apresentar recurso no prazo 15 (quinze) dias úteis, contados desta publicação.

O Processo terá sua continuidade independentemente de manifestação e encontra-se com vista franqueada ao interessado na Rua João Batista, nº 80, Centro, Surubim-PE, CEP:55.750-000, no horário das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira ou por e-mail: cpar.surubim2025@outlook.com.

Surubim, 06 de agosto de 2026

CLÉBER JOSÉ DE AGUIAR DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Érika Fernanda Silva
Código Identificador:4F07A03E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TABIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº: 015/2026. CDC. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00001/2026.

Processo Nº: 015/2026. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00001/2026. Obra. Adjudicação do objeto e Homologação da Concorrência Eletrônica Nº 00001/2026, para Contratação de Empresa Especializada para prestação de servicos de Construção de Creche Proinfância Tipo 2, conforme Termo de Compromisso nº 1101479–21/2025 – 977952, por período de 08 (oito) meses, visando atender a Secretaria Municipal de Educação de Tabira/PE. Lote 1: Evur Engenharia Ltda. CNPJ: 32.285.429/0001-69, pelo valor de R$4.007.418,39.

Tabira, 17/08/2026.

ARACELIS BATISTA AMARAL.
Secretária de Educação.(*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:99F01325

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº: 033/2026. CDC. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00005/2026

Processo Nº: 033/2026. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00005/2026. Obra. Adjudicação do objeto e Homologação da Concorrência Eletrônica Nº 00005/2026, para Contratação de Empresa Especializada para Construção de Pista de Cooper na PE–320 que liga os Bairros João Cordeiro e Riacho do Gado, conforme Plano de Ação nº 09032025–083204, por período de 10 (dez) meses, visando atender a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Tabira/PE. Lote 1: Lg Empreendimentos Ltda. CNPJ: 29.289.024/0001-94, pelo valor de R$2.922.000,00.

Tabira, 17/08/2026.

FLÁVIO FERREIRA MARQUES.
Prefeito.(*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:DC755382

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº: 033/2026. PRG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00026/2026

Processo Nº: 033/2026. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00026/2026. Compra. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00026/2026, para Aquisição parcelada de Pães e Bolos, por período de 12 (doze) meses, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Tabira/PE. Itens 1, 2, 3, 4, 5: Daniel Alves da Silva Padaria. CNPJ: 49.268.471/0001-74, pelo valor de R$63.259,50.

Tabira, 17/08/2026.

MARIA GISELI LOUREDO LIMA PADILHA.
Secretária de Saúde.(*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:F41B38CF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO PROCESSO Nº: 015/2026. CDC. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00001/2026

Processo Nº: 015/2026. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00001/2026. Obra. Contratação de Empresa Especializada para prestação de servicos de Construção de Creche Proinfância Tipo 2, conforme Termo de Compromisso nº 1101479–21/2025 – 977952, por período de 08 (oito) meses, visando atender a Secretaria Municipal de Educação de Tabira/PE. Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo; DESIGNO os servidores Aracelis Batista Amaral, Secretária Municipal de Educação, como Gestora; e

Glauber Lima Barbosa Muniz, Diretor de Compras, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente nº 00001/2026, com as competentes atribuições, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Tabira, 17/08/2026.

ARACELIS BATISTA AMARAL.
Secretária de Educação.(*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:042AD0AB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO PROCESSO Nº: 033/2026. CDC. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00005/2026

Processo Nº: 033/2026. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00005/2026. Obra. Contratação de Empresa Especializada para Construção de Pista de Cooper na PE–320 que liga os Bairros João Cordeiro e Riacho do Gado, conforme Plano de Ação nº 09032025–083204, por período de 10 (dez) meses, visando atender a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Tabira/PE. Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo; DESIGNO os servidores José Robério da Silva, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, como Gestor; e Glauber Lima Barbosa Muniz, Diretor de Compras, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente nº 00005/2026, com as competentes atribuições, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Tabira, 17/08/2026.

FLÁVIO FERREIRA MARQUES.
Prefeito.(*)(**

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:EE4F0C55

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO PROCESSO Nº: 033/2026. PRG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00026/2026

Processo Nº: 033/2026. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00026/2026. Compra. Aquisição parcelada de Pães e Bolos, por período de 12 (doze) meses, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Tabira/PE. Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo; DESIGNO os servidores Maria Giseli Louredo Lima Padilha, Secretária Municipal de Saúde, como Gestora; e Glauber Lima Barbosa Muniz, Diretor de Compras, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 00026/2026, com as competentes atribuições, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Tabira, 17/08/2026.

MARIA GISELI LOUREDO LIMA PADILHA.
Secretária de Saúde.(*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:326B820E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 00107/2026. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00019/2026. Compra. Tipo menor preço. Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de materiais de expediente, destinados a atender às demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação e Assistência Social do Município de Tacaimbó/PE. R$ 510.870,13. Inicio de recebimento de proposta: dia 18/08/2026 até 31/08/2026, às 12:00 horas, no site www.bnc.org.br. ÍNICIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 31 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 10HMIN no site: www.bnc.org.br. Município de Tacaimbó, – Centro – Tacaimbó – PE, CEP 55140-000; Edital, anexos e outras informações podem ser obtidas no mesmo endereço da sessão de abertura, através do E-mail: licitacao.pmt@tacaimbo.pe.gov.br, no horário das 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira ou através dos sites: https://tacaimbo.pe.gov.br/ www.bnc.org.br.

Tacaimbó, 17/08/2026.

DÁRIA VIRGÍNIA GOMES DE MELO DA PAZ.
Pregoeira

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:CE487028

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ESTADO DE PERNAMBUCO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TACAIMBÓ/PE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

RECONHEÇO E RATIFICO a Inexigibilidade Nº IN00027/2026. Processo Nº: 00005/2026. Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria, assessoria, supervisão, fiscalização e acompanhamento de obras da Prefeitura Municipal de Tacaimbó – PE. Fundamentação legal: Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/21. Contratado: AGF ENGENHARIA, PROJETOS E CONSULTORIA LTDA R$ 168.000,00 (CENTO E SESSENTA E OITO MIL REAIS).

Tacaimbó, 28/05/2026.

JOSIVALDO ALVES DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Saúde
040.999.884-22

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:41E94388

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00171/2026. Processo Nº: 00096/2026. CDC. Inexigível Nº IN00047/2026. Serviço**. LOCAÇÃO DO IMÓVEL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, PARA INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MARTINS, LOCALIZADA NA VILA IGREJINHA, SN, ZONA RURAL, TACAIMBÓ-PE. para atendimento de necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Tacaimbó.** DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: Unidade gestora: 1 Prefeitura Municipal de Tacaimbó Órgão orçamentário: 9000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA Unidade orçamentária: 9001 - DEPARTAMENTO DE ENSINO Função: 12 – Educação Subfunção: 361 - Ensino Fundamental Programa: 1206 - COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO BÁSICA Ação: 2.106 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL Despesa 517 3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso:5001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO - 1.500.1001Contratado: CESAR LOPES DA SILVACPF nº 094.526.544-14 R$500,00 (quinhentos reais) por um período de 180 (cento e oitenta) dias podendo ser prorrogado, de acordo com a necessidade.

Tacaimbó, 23 de julho 2026.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA.
Prefeita.

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:BBADDCD1

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00172/2026. Processo Nº: 00097/2026. CDC. Inexigível Nº IN00046/2026. Serviço. LOCAÇÃO DO IMÓVEL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, PARA INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MARTINS, LOCALIZADA NA VILA IGREJINHA, SN, ZONA RURAL, TACAIMBÓ-PE. para atendimento de necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Tacaimbó. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Tacaimbó Órgão orçamentário: 9000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA Unidade orçamentária: 9001 - DEPARTAMENTO DE ENSINO Função: 12 – Educação Subfunção: 361 - Ensino Fundamental Programa: 1206 - COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO BÁSICA Ação: 2.106 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL Despesa 517 3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso:5001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO - 1.500.1001 Contratado: CESAR LOPES DA SILVACPF nº 094.526.544-14 R$500,00 (quinhentos reais) por um período de 180 (cento e oitenta) dias podendo ser prorrogado, de acordo com a necessidade.

Tacaimbó, 23 de julho 2026.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA.
Prefeita.

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:17E1E8EB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00037/2026. Processo Nº: 00027/2026. CDC. Inexigível Nº IN0000/2026. Serviço. Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria, assessoria, supervisão, fiscalização e acompanhamento de obras da Prefeitura Municipal de Tacaimbó – PE. Fundamentação legal: Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/21. Contratado: AGF ENGENHARIA, PROJETOS E CONSULTORIA LTDA R$ 168.000,00 (CENTO E SESSENTA E OITO MIL REAIS). Vigência: de 28/05/2026 a 28/05/2027.

Tacaimbó, 28/05/2026.

JOSIVALDO ALVES DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Saúde
040.999.884-22

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:77310E7C

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 00105/2026
CREDENCIAMENTO 00003/2026

Encontra-se à disposição dos interessados o **Credenciamento de artistas, grupos artísticos e grupos folclóricos representativos da cultura pernambucana, com vistas à formação de cadastro de interessados aptos à realização de apresentações artísticas e culturais durante as festividades promovidas pela Prefeitura Municipal de Tacaimbó, no exercício de 2026-2027.**O recebimento da documentação de habilitação e das propostas de preços ocorrerá na Prefeitura Municipal de Tacaimbó/PE, localizada na Rua Sebastião Clemente, s/n, Centro, Tacaimbó/PE, com início em 13 de Agosto de 2026 até 13 de agosto de 2027, pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da referida data, na sala do Departamento de Licitações, ou por meio do e-mail: licitacao.pmt@tacaimbo.pe.gov.br.O edital, seus anexos e outras informações poderão ser obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura ou por meio do e-mail supramencionado, no horário das 8h às 13h, de segunda a sexta-feira.

Tacaimbó/PE, 12 de agosto de 2026.

EVODIA TALITA DE SOUZA
Agente de Contratação.

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:1699B868

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00072/2025
CREDENCIAMENTO Nº 00005/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 00032/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 122/2025-SDC
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ/PE, inscrito no CNPJ nº 10.091.601/0001-00. CONTRATADA: 60.431.847 JORDANIO JOSE DA SILVA, inscrita no CNPJ nº 60.431.847/0001-52. OBJETO: Acréscimo de valor ao Contrato nº 122/2025-SDC, cujo objeto consiste na prestação de serviços de transporte escolar, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, visando à oferta de transporte aos alunos matriculados na rede de ensino público de Tacaimbó/PE. VALOR: O valor inicialmente contratado, de R$ 53.454,36 (cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos), fica acrescido de R$ 1.496,46 (um mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos), correspondente a 2,80% do valor inicialmente contratado, totalizando o valor atualizado de R$ 54.950,82 (cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos).

Tacaimbó/PE, 30 de junho de 2026.

EVÓDIA TALITA DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:4A9D92A8

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00072/2025
CREDENCIAMENTO Nº 00005/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 00032/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2025-SDC
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ/PE, inscrito no CNPJ nº 10.091.601/0001-00. CONTRATADA: 31.855.543 MARCELO JOSE DA SILVA, inscrita no CNPJ nº 31.855.543/0001-14. OBJETO: Acréscimo de valor ao Contrato nº 141/2025-SDC, cujo objeto consiste na prestação de serviços de transporte escolar, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, visando à oferta de transporte aos alunos matriculados na rede de ensino público de Tacaimbó/PE. VALOR: O valor inicialmente contratado, de R$ 46.006,16 (quarenta e seis mil e seis reais e dezesseis centavos), fica acrescido de R$ 442,55 (quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a 0,96% do valor inicialmente contratado, totalizando o valor atualizado de R$ 46.448,71 (quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e um centavos).

Tacaimbó/PE, 30 de junho de 2026.

EVÓDIA TALITA DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:FC74FE44

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00072/2025
CREDENCIAMENTO Nº 00005/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 00032/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2025-SDC
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ/PE, inscrito no CNPJ nº 10.091.601/0001-00. CONTRATADA: 59.994.140 ROMILDO LEAL TENORIO, inscrita no CNPJ nº 59.994.140/0001-75. OBJETO: Acréscimo de valor ao Contrato nº 119/2025-SDC, cujo objeto consiste na prestação de serviços de transporte escolar, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, visando à oferta de transporte aos alunos matriculados na rede de ensino público de Tacaimbó/PE. VALOR: O valor inicialmente contratado, de R$ 45.461,04 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quatro centavos), fica acrescido de R$ 3.705,93 (três mil, setecentos e cinco reais e noventa e três centavos), correspondente a 8,15% do valor inicialmente contratado, totalizando o valor atualizado de R$ 49.166,97 (quarenta e nove mil, cento e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos).

Tacaimbó/PE, 30 de junho de 2026.

EVÓDIA TALITA DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:9BBE3CAB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2024 - PREGÃO Nº 010/2024 - EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2024

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2024
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TACAIMBÓ/PE, inscrito no CNPJ nº 13.132.152/0001-90. CONTRATADA: FUNERÁRIA REAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. – EPP, inscrita no CNPJ nº 21.302.528/0001-95. OBJETO: Prorrogação, por 12 (doze) meses, do prazo de execução do Contrato nº 155/2024, cujo objeto é o fornecimento parcelado de ataúdes (caixões), com serviços funerários e translado por quilômetro rodado, no Município de Tacaimbó/PE. VIGÊNCIA: de 31 de julho de 2026 a 30 de julho de 2027.

Tacaimbó/PE, 31 de julho de 2026.

EVÓDIA TALITA DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:20B4ABAA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

RECONHEÇO E RATIFICO a Inexigibilidade Nº IN00045/2026. Processo Nº: 00096/2026. **LOCAÇÃO DO IMÓVEL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, PARA INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MARTINS, LOCALIZADA NA VILA IGREJINHA, SN, ZONA RURAL, TACAIMBÓ-PE**. para atendimento de necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Tacaimbó. PE. Fundamentação legal: Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/21. Contratado: CESAR LOPES DA SILVA . CPF: 094.526.544-14. Valor R$500,00 (quinhentos reais) por um período de 180 (cento e oitenta) dias podendo ser prorrogado, de acordo com a necessidade.

Tacaimbó, 23 de julho 2026.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA.
Prefeita.

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:0B388D62

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

RECONHEÇO E RATIFICO a Inexigibilidade Nº IN00045/2026. Processo Nº: 00096/2026. **LOCAÇÃO DO IMÓVEL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, PARA INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MARTINS, LOCALIZADA NA VILA IGREJINHA, SN, ZONA RURAL, TACAIMBÓ-PE**. para atendimento de necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Tacaimbó. PE. Fundamentação legal: Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/21. Contratado: CESAR LOPES DA SILVA . CPF: 094.526.544-14. Valor R$500,00 (quinhentos reais) por um período de 180 (cento e oitenta) dias podendo ser prorrogado, de acordo com a necessidade.

Tacaimbó, 23 de julho 2026.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA.
Prefeita.

Publicado por:
Daria Virgínia Gomes de Melo
Código Identificador:8A999E86

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 564/2026

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, bem como, do inciso VII, artigo 55 da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º **– EXONERAR** a Srª. FERNANDA DAIANA DA SILVA, inscrita no CPF nº 103.XXX.XXX-80, na função comissionada de COORDENADOR DE ENSINO – CC-5.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo à 30/07/2026.
Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tacaimbó, 17 de agosto de 2026**.**

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
- Prefeita-

Publicado por:
José Gustavo Monteiro da Silva
Código Identificador:5FEC963D

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 565/2026

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, bem como, do inciso VII, artigo 55 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** a Srª. FERNANDA DAIANA DA SILVA, servidora comissionada na função ORIENTADOR EDUCACIONAL – CC-6, portadora do CPF nº 103.XXX.XXX-80.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 03/08/2026.
Art. 3.º - Revogam-se às disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tacaimbó, 17 de agosto de 2026.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
- Prefeita-

Publicado por:
José Gustavo Monteiro da Silva
Código Identificador:6E68A432

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 566/2026

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, bem como, do inciso VII, artigo 55 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º **– CONCEDER** a Srª. MARIA JOSENILDA RODRIGUES DA SILVA, inscrita no CPF nº 849.XXX.XXX-15, servidora efetiva na função de ZELADORA, férias referentes ao exercício de **2025** pelo período de 01/08/2026 a 30/08/2026, retornando às atividades em 31/08/2026.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo à 01/08/2026.
Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tacaimbó, 17 de agosto de 2026**.**

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
-Prefeita-

Publicado por:
José Gustavo Monteiro da Silva
Código Identificador:59166987

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TACARATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TACARATU/PE

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026 – PMT DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026 – PMT – 3ª CHAMADA
ART. 75, INCISO I, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TACARATU/PE**, Estado de Pernambuco, torna público aos interessados que realizará **3ª CHAMADA** da **Dispensa de Licitação nº 008/2026 – PMT**, com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que a primeira publicação do procedimento foi **DECLARADA DESERTA**, em razão da ausência de apresentação de propostas por interessados no prazo anteriormente estabelecido.

1 – DO OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA SALA DE RAIO X DA UNIDADE MISTA EDMIR FERRAZ GOMINHO, NO MUNICÍPIO DE TACARATU/PE.

2 – DO VALOR ESTIMADO
O valor máximo estimado para a contratação permanece em **R$ 83.509,58 (oitenta e três mil, quinhentos e nove reais e cinquenta e oito centavos)**.

Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.
Regime de execução: Empreitada por Preço Unitário.

3 – DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Período para apresentação das propostas: de **18/08/2026 a 20/08/2026, até as 23h59**.
As propostas de preços e os documentos exigidos no Edital deverão ser encaminhados para o e-mail da Comissão de Contratação: **licitacaotacaratu@gmail.com**, ou protocolados presencialmente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Tacaratu/PE, até a data e horário acima estabelecidos.

4 – DAS CONDIÇÕES DA 3ª CHAMADA

Permanecem **inalteradas as especificações, condições, exigências de habilitação, documentos técnicos, valor estimado, critérios de julgamento e demais disposições constantes do Edital de Dispensa de Licitação nº 008/2026 – PMT e seus anexos**, ressalvadas exclusivamente as novas datas estabelecidas para esta 3ª chamada.
A presente republicação decorre da necessidade de prosseguimento da contratação, considerando que o procedimento anteriormente divulgado foi declarado deserto pela ausência de propostas.
Integram esta 3ª chamada, para todos os fins, o Termo de Referência, documentos técnicos, modelo de proposta, minuta contratual e demais anexos integrantes do Processo Licitatório nº 065/2026 – PMT.

Tacaratu/PE, 17 de agosto de 2026.

JOSÉ DÁRCIO DE ARAÚJO
Secretaria Municipal de Infraestrutura
Portaria nº 08/2025

Publicado por:
Pedro Apostolo Mangabeira Filho
Código Identificador:CA3B717C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 071/2026

Dispõe sobre o contingenciamento de despesas e estabelece procedimentos administrativos, orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais para o acompanhamento e encerramento do exercício financeiro de 2026, no âmbito da Administração Pública Municipal de Taquaritinga do Norte, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 68, incisos II, V, XI e XVI, 88 e 90 da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nos artigos 112 a 117 da Lei Municipal nº 2.218, de 25 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas, mediante acompanhamento permanente da execução orçamentária e financeira e adoção tempestiva de medidas destinadas à preservação das contas públicas;

CONSIDERANDO que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, quanto à limitação de empenho e movimentação financeira quando a realização da receita não comportar o cumprimento das metas fiscais, observados os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar a execução das despesas municipais com o comportamento efetivo da arrecadação, o fluxo de caixa e as disponibilidades financeiras existentes em cada fonte ou destinação de recursos;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 1964, relativas ao exercício financeiro, empenho, liquidação, pagamento, restos a pagar, inventários e elaboração das demonstrações contábeis;

CONSIDERANDO as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e as demais normas aplicáveis à adequada evidenciação contábil, orçamentária, financeira e patrimonial;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente quanto à execução dos contratos administrativos e à observância da ordem cronológica de pagamentos por fonte diferenciada de recursos;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, que disciplina a prescrição quinquenal das dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, sem prejuízo da verificação, em cada caso, da exigibilidade da obrigação e de eventuais causas de suspensão ou interrupção da prescrição;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a revisão dos restos a pagar de exercícios anteriores, de modo que os registros contábeis representem obrigações efetivamente existentes e exigíveis, evitando a manutenção de saldos indevidos, duplicados, parcelados, prescritos ou que tenham perdido seu objeto;

CONSIDERANDO a necessidade de intensificar, especialmente nos últimos meses do exercício financeiro, o controle das despesas discricionárias e não essenciais, preservando recursos destinados às obrigações legais, constitucionais, contratuais e à continuidade dos serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos uniformes para inventários, conciliações contábeis, apuração da dívida pública, controle das disponibilidades financeiras e encerramento das contas da Administração Direta, dos fundos municipais e das entidades integrantes da Administração Indireta;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I
DOS PROCEDIMENTOS

Art. 1º Este Decreto estabelece os procedimentos administrativos, orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais a serem observados pelos órgãos, fundos e entidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Município de Taquaritinga do Norte, inclusive pelas fundações públicas municipais, destinados ao acompanhamento da execução orçamentária e financeira e ao adequado encerramento do exercício financeiro de 2026.

§1º As disposições deste Decreto têm por finalidade assegurar a compatibilidade entre a execução das despesas, a arrecadação das receitas e as disponibilidades financeiras do Município, preservar o equilíbrio das contas públicas e assegurar a adequada evidenciação contábil, fiscal e patrimonial.

§2º Os procedimentos previstos neste Decreto observarão, especialmente, a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Federal nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, as NBC TSP, o MCASP e demais normas aplicáveis.

§3º Os dirigentes das entidades da Administração Indireta e os gestores dos fundos municipais deverão adotar, no âmbito das respectivas unidades gestoras, as providências necessárias ao cumprimento dos prazos, limitações, conciliações, inventários, revisões de restos a pagar e demais procedimentos estabelecidos neste Decreto.

CAPÍTULO II
DO CONTINGENCIAMENTO E DA GERAÇÃO DE DESPESAS

SEÇÃO I
DO CONTINGENCIAMENTO

Art. 2º A execução orçamentária e financeira do Município, no período compreendido entre a publicação deste Decreto e o encerramento do exercício financeiro de 2026, observará medidas de racionalização, redução e controle das despesas discricionárias, considerando o comportamento efetivo da arrecadação e as disponibilidades financeiras existentes.

§1º A partir de 1º de setembro de 2026, fica vedada a geração de novas despesas discricionárias custeadas com recursos próprios sem prévia análise da Secretaria Municipal de Finanças e autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, ressalvadas:

I - as despesas necessárias ao cumprimento das obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações e serviços públicos de saúde;

II - as despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - as despesas indispensáveis à continuidade dos serviços públicos essenciais;

IV - as despesas custeadas com recursos legalmente vinculados, desde que compatíveis com a finalidade da respectiva fonte e exista disponibilidade orçamentária e financeira;

V - as despesas decorrentes de contratos administrativos vigentes e regularmente executados;

VI - as despesas decorrentes de decisão judicial ou obrigação legal;

VII - as despesas decorrentes de situações emergenciais, calamidade pública ou excepcional interesse público, devidamente justificadas e autorizadas.

§2º A autorização excepcional de despesa deverá considerar, cumulativamente, a necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária, a disponibilidade financeira na respectiva fonte de recursos, a programação financeira e o impacto da obrigação sobre o encerramento do exercício.

SEÇÃO II
DA GERAÇÃO DE DESPESAS

Art. 3º A limitação estabelecida no artigo anterior alcança os atos que resultem na criação ou ampliação de obrigação financeira para o Município, especialmente:

I - a celebração de novos contratos, convênios, termos, ajustes e instrumentos congêneres que impliquem obrigação financeira no exercício de 2026, ressalvados aqueles custeados com recursos específicos assegurados ou enquadrados nas exceções previstas neste Decreto;

II - a emissão de novos empenhos relativos a despesas discricionárias custeadas com recursos próprios;

III - a celebração de termos aditivos que impliquem acréscimo quantitativo, ampliação de objeto ou aumento de despesa, ressalvadas as situações devidamente justificadas e previamente autorizadas;

IV - a criação, ampliação ou expansão de ação governamental que resulte em aumento de despesa sem demonstração da correspondente disponibilidade orçamentária e financeira.

§1º O disposto neste artigo não impede a realização dos procedimentos administrativos e preparatórios necessários às contratações públicas, inclusive procedimentos licitatórios destinados ao atendimento de necessidades futuras, desde que tais atos não resultem, por si sós, na assunção de obrigação financeira incompatível com este Decreto.

§2º A Secretaria Municipal de Finanças poderá exigir do órgão demandante documentos, justificativas e demonstrativos necessários à avaliação da disponibilidade orçamentária e financeira antes da autorização da despesa.

SEÇÃO III
DAS DESPESAS SUJEITAS AO CONTINGENCIAMENTO

Art. 4º Para fins de manutenção do equilíbrio fiscal e financeiro do Município, ficam sujeitas a controle, redução, suspensão, reprogramação ou prévia autorização as despesas de caráter não essencial ou discricionário, especialmente:

I - combustíveis, exceto os destinados às viaturas da Guarda Municipal, aos veículos de urgência e emergência, ao Transporte Fora

do Domicílio - TFD, ao transporte escolar e aos veículos vinculados ao Gabinete do Prefeito;
II - pagamento de horas extras, férias antecipadas, licenças não obrigatórias e gratificações de natureza discricionária;
III - inscrições e participação em cursos, palestras, seminários, congressos e eventos similares, salvo quando indispensáveis ao cumprimento de obrigação legal, convênio, programa ou atividade de capacitação previamente pactuada;
IV - novas contratações temporárias de pessoal e nomeações para cargos efetivos ou em comissão, ressalvadas as destinadas à manutenção de serviços essenciais, ao cumprimento de determinação judicial, obrigação legal ou outras situações previamente justificadas e autorizadas;
V - utilização da frota municipal em finais de semana e feriados, excetuados os serviços de caráter essencial, emergencial ou previamente autorizados;
VI - viagens, diárias, patrocínios, auxílios e apoios financeiros a pessoas físicas ou jurídicas que não decorram de obrigação legal, constitucional, instrumento vigente ou política pública previamente autorizada;
VII - aquisição de materiais de expediente, papelaria e demais insumos de consumo considerados não essenciais à manutenção mínima das atividades administrativas;
VIII - revisão dos contratos administrativos visando à redução de custos, com suspensão ou restrição de aditivos e ajustes que impliquem aumento de despesa, ressalvadas as situações indispensáveis à continuidade dos serviços públicos;
IX - aquisição de mobiliário, equipamentos e materiais permanentes cuja aquisição possa ser postergada sem prejuízo à continuidade do serviço público;
X - realização de eventos, festividades, recepções, confraternizações e despesas congêneres custeadas com recursos próprios, ressalvadas as previamente autorizadas;
XI - locações, serviços acessórios e demais despesas administrativas passíveis de redução ou reprogramação;
XII - quaisquer outras despesas discricionárias cuja redução ou postergação não comprometa a continuidade dos serviços públicos essenciais.
§1º As despesas custeadas com recursos próprios somente poderão ser realizadas mediante solicitação formal do Secretário Municipal ou Ordenador de Despesas, acompanhada de justificativa da necessidade, e dependerão de manifestação da Secretaria Municipal de Finanças e autorização expressa do Chefe do Poder Executivo Municipal.
§2º A autorização de despesa não afasta a obrigação do órgão ou entidade demandante de observar a legislação aplicável à contratação, ao empenho, à liquidação e ao pagamento.
§3º As medidas de contingenciamento deverão preservar, prioritariamente, as despesas constitucionais e legais, o serviço da dívida, as despesas de pessoal e encargos, os serviços públicos essenciais e demais despesas legalmente ressalvadas de limitação.

CAPÍTULO III
DO PROCESSAMENTO DA DESPESA

Art. 5º Nenhuma despesa poderá ser realizada sem prévia autorização, dotação orçamentária suficiente e emissão do respectivo empenho, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e deste Decreto.
§1º As novas despesas discricionárias custeadas com recursos próprios somente poderão ser realizadas mediante solicitação formal do Secretário Municipal, dirigente da entidade ou ordenador de despesas competente, acompanhada de justificativa da necessidade, e dependerão de manifestação da Secretaria Municipal de Finanças e da autorização prevista no artigo 2º deste Decreto.
§2º É vedada a realização de despesa, o recebimento de bens ou a execução de serviços sem prévio empenho, ressalvadas exclusivamente as hipóteses admitidas pela legislação.
§3º As medidas previstas neste Decreto não alcançarão as obrigações constitucionais e legais, o serviço da dívida, as sentenças judiciais, as despesas de pessoal e respectivos encargos, as ações e serviços públicos de saúde, a manutenção e o desenvolvimento do ensino e as demais despesas expressamente ressalvadas pelo artigo 114 da Lei Municipal nº 2.218, de 25 de setembro de 2025.

CAPÍTULO IV
DOS EMPENHOS

Art. 6º Fica estabelecida a data de 18 de dezembro de 2026 como limite ordinário para emissão de empenhos relativos ao exercício financeiro de 2026, sem prejuízo de prazo anterior que venha a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Finanças em razão das necessidades operacionais do encerramento.
§1º Após a data estabelecida no caput, poderão ser emitidos empenhos relativos:
I - às despesas com pessoal, encargos sociais e previdenciários;
II - ao serviço da dívida, precatórios e demais obrigações financeiras;
III - às contas de consumo e aos serviços contínuos de competência do exercício;
IV - às despesas indispensáveis à manutenção dos serviços de saúde, educação, assistência social, limpeza pública, segurança e demais serviços essenciais;
V - às despesas necessárias ao cumprimento dos mínimos constitucionais e legais;
VI - aos contratos, convênios, transferências e instrumentos congêneres financiados com recursos específicos disponíveis;
VII - às despesas decorrentes de decisões judiciais;
VIII - às situações emergenciais ou de excepcional interesse público devidamente justificadas e autorizadas.
§2º Os empenhos por estimativa e os empenhos globais deverão ser revisados após a última liquidação do exercício, promovendo-se a anulação dos saldos que não correspondam a obrigações efetivamente constituídas.
§3º A existência de saldo de dotação orçamentária, isoladamente, não autoriza a realização de despesa, devendo ser considerada a disponibilidade financeira da respectiva fonte ou destinação de recursos.

CAPÍTULO V
DA LIQUIDAÇÃO E DOS PAGAMENTOS

Art. 7º As despesas relativas a bens entregues, serviços prestados e obras efetivamente executadas deverão ser encaminhadas para liquidação até 29 de dezembro de 2026, acompanhadas dos documentos comprobatórios exigidos pela legislação e pelos respectivos instrumentos contratuais.
§1º A liquidação somente será realizada após a verificação do direito adquirido pelo credor, mediante comprovação da entrega do material, prestação do serviço, execução da obra ou ocorrência do fato gerador da obrigação, nos termos dos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.
§2º É vedada a liquidação meramente formal de despesa relativa a bem ainda não entregue, serviço não executado ou obrigação cujo fato gerador não tenha ocorrido.

Art. 8º As despesas regularmente liquidadas poderão ser pagas até 30 de dezembro de 2026, observadas a disponibilidade financeira, a fonte ou destinação de recursos correspondente e a ordem cronológica aplicável.
§1º Os pagamentos decorrentes de contratos submetidos à Lei Federal nº 14.133, de 2021, observarão a ordem cronológica prevista em seu art. 141, considerada cada fonte diferenciada de recursos e as categorias estabelecidas na legislação.
§2º A alteração da ordem cronológica somente poderá ocorrer nas hipóteses legalmente admitidas, mediante prévia justificativa da autoridade competente e observância dos procedimentos de controle e publicidade aplicáveis.
§3º É vedada a utilização de recursos legalmente vinculados para pagamento de despesas estranhas à finalidade da respectiva vinculação.

CAPÍTULO VI
DOS RESTOS A PAGAR

Art. 9º Somente poderão ser inscritos em restos a pagar os empenhos que representem obrigações efetivamente constituídas e que atendam aos requisitos legais, contábeis e financeiros aplicáveis.
§1º Os empenhos não processados que não representem obrigação efetivamente assumida ou cuja execução tenha sido cancelada,

encerrada, frustrada ou se tornado desnecessária deverão ser anulados até o encerramento do exercício.
§2º Os saldos de empenhos estimativos ou globais que excedam o valor das obrigações efetivamente constituídas deverão ser anulados.
§3º A inscrição e a manutenção dos restos a pagar deverão observar a identificação da respectiva fonte ou destinação de recursos e, quando exigível, a correspondente disponibilidade financeira.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Finanças e, no âmbito de cada entidade da Administração Indireta, a respectiva unidade responsável pela gestão financeira deverão promover a revisão dos restos a pagar de exercícios anteriores, ficando eventual anulação condicionada à instauração de processo administrativo individualizado e à decisão motivada da autoridade competente, quando demonstrado que a obrigação foi extinta, prescrita, substituída, parcelada, duplicada, cancelada ou deixou de representar passivo exigível.
§1º Poderão ser objeto de anulação, especialmente:
I - restos a pagar alcançados pela prescrição quinquenal prevista no Decreto Federal nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, desde que previamente verificada a inexistência de causa de suspensão ou interrupção da prescrição e de cobrança administrativa ou judicial apta a preservar a exigibilidade do crédito;
II - empenhos por estimativa ou globais cujos saldos remanescentes não correspondam a obrigações efetivamente constituídas;
III - restos a pagar cuja obrigação tenha sido formalmente transformada em dívida fundada, parcelamento ou instrumento de confissão de dívida, de modo a impedir duplicidade no passivo;
IV - restos a pagar referentes a obrigações posteriormente parceladas, ainda que inscritos há menos de cinco anos, desde que o passivo correspondente esteja adequadamente reconhecido no parcelamento ou na dívida consolidada e a manutenção do empenho implique duplicidade de registro;
V - restos a pagar referentes a contratos, convênios ou instrumentos encerrados, quando comprovada a inexistência de obrigação remanescente;
VI - registros cuja inexistência ou inexigibilidade da obrigação esteja devidamente demonstrada em processo administrativo.
§2º A anulação do registro contábil de resto a pagar não poderá ser utilizada como meio de afastar obrigação válida e exigível do Município, devendo cada caso ser previamente analisado quanto à existência do direito do credor.
§3º A Secretaria Municipal de Finanças e as unidades financeiras das entidades da Administração Indireta deverão elaborar relatório circunstanciado das anulações realizadas, contendo, no mínimo, exercício de origem, número do empenho, identificação do credor, valor, natureza da obrigação e fundamento da anulação, encaminhando-o ao respectivo Controle Interno e disponibilizando-o aos órgãos de controle externo quando solicitado.
§4º O processo administrativo de anulação deverá conter, no mínimo, a identificação da obrigação e do credor, a documentação relativa ao empenho, a certificação das unidades contábil e financeira, a demonstração do fundamento da anulação e, quando a medida puder atingir direito ainda controvertido, a oportunidade de manifestação do interessado.
§5º Será obrigatória a manifestação da Procuradoria-Geral do Município quando a anulação estiver fundamentada em prescrição, inexigibilidade controvertida ou interpretação de cláusula contratual, bem como quando houver processo administrativo ou judicial relacionado à obrigação.
§6º A anulação contábil não extingue obrigação válida posteriormente reconhecida, cujo pagamento observará o regime jurídico das despesas de exercícios anteriores, a disponibilidade orçamentária e o procedimento administrativo aplicável.

CAPÍTULO VII
DA DÍVIDA CONSOLIDADA PÚBLICA

Art. 11. A Secretaria Municipal de Finanças e as unidades competentes das entidades da Administração Indireta deverão promover, para fins de encerramento do exercício, o levantamento, a conciliação, a classificação e a atualização da dívida consolidada, dos parcelamentos e dos demais passivos de suas respectivas unidades.
§1º Deverá ser obtida, junto à COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento, à NEOENERGIA Pernambuco, às instituições financeiras e às demais entidades com as quais o Município mantenha obrigações ou parcelamentos, a posição atualizada dos respectivos saldos, devendo cada obrigação ser classificada de acordo com sua natureza e com as normas contábeis aplicáveis.
§2º Quando a entidade credora disponibilizar sistema eletrônico ou ambiente informatizado que permita consulta e emissão de demonstrativo oficial do saldo devedor, a informação poderá ser obtida diretamente por esse meio, dispensada a expedição de ofício.
§3º As informações relativas aos parcelamentos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional serão obtidas mediante consulta aos sistemas eletrônicos oficiais disponibilizados no ambiente e-CAC ou em plataforma oficial que venha a substituí-lo, dispensada a expedição de ofício.
§4º Os demonstrativos e documentos obtidos deverão ser arquivados como suporte das conciliações e dos registros contábeis efetuados no encerramento do exercício.

CAPÍTULO VIII
DOS INVENTÁRIOS E DAS CONCILIAÇÕES PATRIMONIAIS

Art. 12. Até 30 de dezembro de 2026, os órgãos, fundos e entidades da Administração Municipal deverão concluir e encaminhar aos setores competentes os inventários dos bens móveis, bens imóveis, materiais em almoxarifado e demais ativos sujeitos a controle físico e patrimonial.
§1º Os inventários deverão identificar, conforme a natureza do item, a descrição, localização, quantidade, situação física, responsável pela guarda e demais elementos necessários à conciliação com os registros patrimoniais e contábeis.
§2º Os responsáveis pelos setores de patrimônio e almoxarifado deverão promover a conciliação entre os levantamentos físicos e os respectivos sistemas de controle, encaminhando as informações necessárias à Contabilidade.
§3º As divergências identificadas deverão ser formalmente justificadas e submetidas às providências de regularização, inclusive quanto a bens não localizados, bens inservíveis, materiais sem registro, divergências quantitativas e demais inconsistências.
§4º O descumprimento injustificado das obrigações previstas neste artigo poderá ensejar apuração de responsabilidade administrativa do agente responsável, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais providências legalmente cabíveis.

CAPÍTULO IX
DAS PROVIDÊNCIAS CONTÁBEIS E DO ENCERRAMENTO

Art. 13. A Contabilidade Municipal e as unidades contábeis das entidades da Administração Indireta promoverão as conciliações, ajustes e registros necessários à adequada elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2026, observadas as normas vigentes aplicáveis ao setor público.
§1º. Deverão ser objeto de conciliação, especialmente:
I - disponibilidades bancárias;
II - créditos e valores a receber;
III - obrigações a pagar;
IV - restos a pagar;
V - dívida consolidada;
VI - bens móveis e imóveis;
VII - estoques e almoxarifados;
VIII - transferências financeiras entre unidades;
IX - contas de controle;
X - demais saldos relevantes para a adequada evidenciação patrimonial.
§2º Os órgãos, fundos e unidades administrativas deverão fornecer à Contabilidade, dentro dos prazos por ela estabelecidos, os documentos e informações necessários ao encerramento.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. É vedada a assunção de obrigação sem suficiente dotação orçamentária e sem avaliação de sua compatibilidade com a

programação financeira e a disponibilidade da respectiva fonte ou destinação de recursos.
§1º. As despesas que devam ser executadas no exercício seguinte deverão observar o planejamento, a dotação e a autorização orçamentária correspondentes, não sendo admitida a antecipação artificial de empenhos exclusivamente com a finalidade de utilização de saldo orçamentário do exercício corrente.
§2º. A existência de crédito orçamentário não dispensa a verificação da disponibilidade financeira nem autoriza a utilização de recursos vinculados em finalidade diversa daquela estabelecida em lei.
§3º. Os Secretários Municipais, dirigentes de entidades, ordenadores de despesas e responsáveis pelas unidades administrativas deverão adotar as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto, podendo eventual descumprimento injustificado ensejar apuração de responsabilidade, observados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 15. A Secretaria Municipal de Finanças fica autorizada a expedir instruções, orientações, comunicados, cronogramas e demais atos complementares necessários à execução deste Decreto, sem prejuízo da competência administrativa e financeira própria das entidades da Administração Indireta.
Parágrafo único. Os atos complementares poderão, entre outras providências, estabelecer prazos operacionais para empenho, liquidação e pagamento; disciplinar o encaminhamento de documentos; estabelecer procedimentos de conciliação; solicitar informações sobre contratos, empenhos e restos a pagar; e promover ajustes no cronograma financeiro sempre que o comportamento da arrecadação assim exigir.

Art. 16. Os casos excepcionais ou omissos relacionados à execução orçamentária e financeira serão submetidos à Secretaria Municipal de Finanças e, quando envolverem autorização para geração de nova despesa ou flexibilização das medidas de contingenciamento, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, observada, quanto às entidades da Administração Indireta, a competência de seus dirigentes e ordenadores de despesas.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos imediatos quanto às medidas de acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira e, quanto às restrições aplicáveis à geração de novas despesas discricionárias, a partir de 1º de setembro de 2026 ou da data de sua publicação, se posterior.

Taquaritinga do Norte/PE, em 03 de agosto de 2026.

GENIVALDO FERREIRA LINS
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda Gonçalves da Cunha
Código Identificador:2FF78B70

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00058/2026. Processo Nº: 00032/2026. Pregão Eletrônico Nº 00013/2026. Compra. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas da Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte – PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência. DOTAÇÃO: Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 0412200211.005 - Reequipamento da Secretaria de Administração 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 50 0412200212.017 - Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria 33903000 - Material de Consumo | COD. 67 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.05 - SECRETARIA DE FINANÇAS 0412200211.006 - Reequipamento da Secretaria de Finanças 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 76 0412200212.019 - Manutenção da Secretaria de Finanças 33903000 - Material de Consumo | COD. 83 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.08 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 1545103231.018 - Reequipamento da Secretaria de Obras e Urbanismo 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 305 1545103232.054 - Manutenção da Secretaria de Obras e Urbanismo 33903000 - Material de Consumo | COD. 318 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE 2012200211.040 - Reequipamento da Unidade e Aquisição de Veículos 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 445 2012200212.067 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 33903000 - Material de Consumo | COD. 446 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.11 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2369503631.044 - Reequipamento da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 469 2369503632.071 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 33903000 - Material de Consumo | COD. 470 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.12 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL 0412100202.073 - Manutenção da Secretaria de Articulação Governamental 33903000 - Material de Consumo | COD. 493 0412200212.075 - Reequipamento da Secretaria de Articulação Governamental 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 503 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.13 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL 0618201741.046 - Reequipamento e Aquisição de Veículos da Secretaria de Defesa Social 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 504 0618201742.076 - Manutenção da Secretaria de Defesa Social 33903000 - Material de Consumo | COD. 510 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO Unidade: 02.17 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO 0412402101.051 - Reequipamento da Coordenadoria de Controle Interno 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 614 0412400322.089 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno 33903000 - Material de Consumo | COD. 608 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Contratado: Volga Comercial de Equipamentos Ltda. CNPJ nº: 42.580.139/0001-00. Valor: R$41.895,00. Vigência: de 14/08/2026 a 14/08/2027.

Taquaritinga do Norte, 14/08/2026.

GENIVALDO FERREIRA LINS.
Prefeito.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:62314932

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00060/2026. Processo Nº: 00032/2026. Pregão Eletrônico Nº 00013/2026. Compra. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas da Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte – PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência. DOTAÇÃO: Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 0412200211.005 - Reequipamento da Secretaria de Administração 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 50 0412200212.017 - Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria 33903000 - Material de Consumo | COD. 67 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.05 - SECRETARIA DE FINANÇAS 0412200211.006 - Reequipamento da Secretaria de Finanças 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 76 0412200212.019 - Manutenção da Secretaria de Finanças 33903000 - Material de Consumo | COD. 83 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.08 -

SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 1545103231.018 - Reequipamento da Secretaria de Obras e Urbanismo 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 305 1545103232.054 - Manutenção da Secretaria de Obras e Urbanismo 33903000 - Material de Consumo | COD. 318 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE 2012200211.040 - Reequipamento da Unidade e Aquisição de Veículos 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 445 2012200212.067 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 33903000 - Material de Consumo | COD. 446 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.11 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2369503631.044 - Reequipamento da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 469 2369503632.071 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 33903000 - Material de Consumo | COD. 470 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.12 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL 0412100202.073 - Manutenção da Secretaria de Articulação Governamental 33903000 - Material de Consumo | COD. 493 0412200212.075 - Reequipamento da Secretaria de Articulação Governamental 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 503 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.13 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL 0618201741.046 - Reequipamento e Aquisição de Veículos da Secretaria de Defesa Social 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 504 0618201742.076 - Manutenção da Secretaria de Defesa Social 33903000 - Material de Consumo | COD. 510 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO Unidade: 02.17 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO 0412402101.051 - Reequipamento da Coordenadoria de Controle Interno 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 614 0412400322.089 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno 33903000 - Material de Consumo | COD. 608 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Contratado: Mamuth Tecnologia Distribuidora Ltda. CNPJ: nº 57.601.436/0001-53. Valor: R$2.890,00. Vigência: de 14/08/2026 a 14/08/2027.

Taquaritinga do Norte, 14/08/2026.

GENIVALDO FERREIRA LINS.
Prefeito.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:6EE59AE8

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00062/2026. Processo Nº: 00032/2026. Pregão Eletrônico Nº 00013/2026. Compra. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas da Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte – PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência. DOTAÇÃO: Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 0412200211.005 - Reequipamento da Secretaria de Administração 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 50 0412200212.017 - Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria 33903000 - Material de Consumo | COD. 67 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.05 - SECRETARIA DE FINANÇAS 0412200211.006 - Reequipamento da Secretaria de Finanças 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 76 0412200212.019 - Manutenção da Secretaria de Finanças 33903000 - Material de Consumo | COD. 83 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.08 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 1545103231.018 - Reequipamento da Secretaria de Obras e Urbanismo 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 305 1545103232.054 - Manutenção da Secretaria de Obras e Urbanismo 33903000 - Material de Consumo | COD. 318 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE 2012200211.040 - Reequipamento da Unidade e Aquisição de Veículos 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 445 2012200212.067 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 33903000 - Material de Consumo | COD. 446 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.11 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2369503631.044 - Reequipamento da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 469 2369503632.071 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 33903000 - Material de Consumo | COD. 470 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.12 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL 0412100202.073 - Manutenção da Secretaria de Articulação Governamental 33903000 - Material de Consumo | COD. 493 0412200212.075 - Reequipamento da Secretaria de Articulação Governamental 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 503 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.13 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL 0618201741.046 - Reequipamento e Aquisição de Veículos da Secretaria de Defesa Social 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 504 0618201742.076 - Manutenção da Secretaria de Defesa Social 33903000 - Material de Consumo | COD. 510 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO Unidade: 02.17 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO 0412402101.051 - Reequipamento da Coordenadoria de Controle Interno 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 614 0412400322.089 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno 33903000 - Material de Consumo | COD. 608 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Contratado: Supertec Informática & Cartuchos Ltda. CNPJ nº 13.563.033/0001-91. Valor: R$1.700,00. Vigência: de 14/08/2026 a 14/08/2027.

Taquaritinga do Norte, 14/08/2026.

GENIVALDO FERREIRA LINS.
Prefeito.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:24886295

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00063/2026. Processo Nº: 00032/2026. Pregão Eletrônico Nº 00013/2026. Compra. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas da Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte – PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência. DOTAÇÃO: Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 0412200211.005 - Reequipamento da Secretaria de Administração 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 50 0412200212.017 - Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria 33903000 - Material de Consumo | COD. 67 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.05 - SECRETARIA DE FINANÇAS 0412200211.006 - Reequipamento da Secretaria de Finanças 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 76 0412200212.019 - Manutenção da Secretaria de Finanças 33903000 - Material de Consumo | COD. 83 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.08 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 1545103231.018 -

Reequipamento da Secretaria de Obras e Urbanismo 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 305 1545103232.054 - Manutenção da Secretaria de Obras e Urbanismo 33903000 - Material de Consumo | COD. 318 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE 2012200211.040 - Reequipamento da Unidade e Aquisição de Veículos 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 445 2012200212.067 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 33903000 - Material de Consumo | COD. 446 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.11 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2369503631.044 - Reequipamento da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 469 2369503632.071 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 33903000 - Material de Consumo | COD. 470 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.12 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL 0412100202.073 - Manutenção da Secretaria de Articulação Governamental 33903000 - Material de Consumo | COD. 493 0412200212.075 - Reequipamento da Secretaria de Articulação Governamental 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 503 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.13 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL 0618201741.046 - Reequipamento e Aquisição de Veículos da Secretaria de Defesa Social 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 504 0618201742.076 - Manutenção da Secretaria de Defesa Social 33903000 - Material de Consumo | COD. 510 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO Unidade: 02.17 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO 0412402101.051 - Reequipamento da Coordenadoria de Controle Interno 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 614 0412400322.089 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno 33903000 - Material de Consumo | COD. 608 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Contratado: DLS Comércio Ltda. CNPJ nº 43.431.371/0001-30. Valor: R$1.972,00. Vigência: de 14/08/2026 a 14/08/2027.

Taquaritinga do Norte, 14/08/2026.

GENIVALDO FERREIRA LINS.
Prefeito.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:FEFCE590

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00065/2026. Processo Nº: 00032/2026. Pregão Eletrônico Nº 00013/2026. Compra. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas da Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte – PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência. DOTAÇÃO: Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 0412200211.005 - Reequipamento da Secretaria de Administração 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 50 0412200212.017 - Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria 33903000 - Material de Consumo | COD. 67 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.05 - SECRETARIA DE FINANÇAS 0412200211.006 - Reequipamento da Secretaria de Finanças 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 76 0412200212.019 - Manutenção da Secretaria de Finanças 33903000 - Material de Consumo | COD. 83 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.08 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 1545103231.018 - Reequipamento da Secretaria de Obras e Urbanismo 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 305 1545103232.054 - Manutenção da Secretaria de Obras e Urbanismo 33903000 - Material de Consumo | COD. 318 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE 2012200211.040 - Reequipamento da Unidade e Aquisição de Veículos 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 445 2012200212.067 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 33903000 - Material de Consumo | COD. 446 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.11 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2369503631.044 - Reequipamento da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 469 2369503632.071 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 33903000 - Material de Consumo | COD. 470 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.12 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL 0412100202.073 - Manutenção da Secretaria de Articulação Governamental 33903000 - Material de Consumo | COD. 493 0412200212.075 - Reequipamento da Secretaria de Articulação Governamental 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 503 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.13 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL 0618201741.046 - Reequipamento e Aquisição de Veículos da Secretaria de Defesa Social 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 504 0618201742.076 - Manutenção da Secretaria de Defesa Social 33903000 - Material de Consumo | COD. 510 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO Unidade: 02.17 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO 0412402101.051 - Reequipamento da Coordenadoria de Controle Interno 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 614 0412400322.089 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno 33903000 - Material de Consumo | COD. 608 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Contratado: Distribuidora de Produtos Agreste Meridional Ltda. CNPJ nº 40.876.269/0001-50. Valor: R$2.919,10. Vigência: de 17/08/2026 a 17/08/2027.

Taquaritinga do Norte, 14/08/2026.

GENIVALDO FERREIRA LINS.
Prefeito.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:C941CD53

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00066/2026. Processo Nº: 00032/2026. Pregão Eletrônico Nº 00013/2026. Compra. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas da Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte – PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência. DOTAÇÃO: Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 0412200211.005 - Reequipamento da Secretaria de Administração 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 50 0412200212.017 - Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria 33903000 - Material de Consumo | COD. 67 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.05 - SECRETARIA DE FINANÇAS 0412200211.006 - Reequipamento da Secretaria de Finanças 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 76 0412200212.019 - Manutenção da Secretaria de Finanças 33903000 - Material de Consumo | COD. 83 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.08 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 1545103231.018 - Reequipamento da Secretaria de Obras e Urbanismo 44905200 -

Equipamentos e Material Permanente | COD. 305 1545103232.054 - Manutenção da Secretaria de Obras e Urbanismo 33903000 - Material de Consumo | COD. 318 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE 2012200211.040 - Reequipamento da Unidade e Aquisição de Veículos 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 445 2012200212.067 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 33903000 - Material de Consumo | COD. 446 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.11 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2369503631.044 - Reequipamento da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 469 2369503632.071 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 33903000 - Material de Consumo | COD. 470 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.12 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL 0412100202.073 - Manutenção da Secretaria de Articulação Governamental 33903000 - Material de Consumo | COD. 493 0412200212.075 - Reequipamento da Secretaria de Articulação Governamental 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 503 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.13 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL 0618201741.046 - Reequipamento e Aquisição de Veículos da Secretaria de Defesa Social 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 504 0618201742.076 - Manutenção da Secretaria de Defesa Social 33903000 - Material de Consumo | COD. 510 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO Unidade: 02.17 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO 0412402101.051 - Reequipamento da Coordenadoria de Controle Interno 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 614 0412400322.089 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno 33903000 - Material de Consumo | COD. 608 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Contratado: N C Distribuidora de Produtos e Servicos Ltda. CNPJ nº 23.496.174/0001-72. Valor: R$2.530,00. Vigência: de 17/08/2026 a 17/08/2027.

Taquaritinga do Norte, 14/08/2026.

GENIVALDO FERREIRA LINS.
Prefeito.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:41EE4AF0

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00067/2026. Processo Nº: 00032/2026. Pregão Eletrônico Nº 00013/2026. Compra. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas da Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte – PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência. DOTAÇÃO: Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 0412200211.005 - Reequipamento da Secretaria de Administração 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 50 0412200212.017 - Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria 33903000 - Material de Consumo | COD. 67 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.05 - SECRETARIA DE FINANÇAS 0412200211.006 - Reequipamento da Secretaria de Finanças 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 76 0412200212.019 - Manutenção da Secretaria de Finanças 33903000 - Material de Consumo | COD. 83 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.08 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 1545103231.018 - Reequipamento da Secretaria de Obras e Urbanismo 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 305 1545103232.054 - Manutenção da Secretaria de Obras e Urbanismo 33903000 - Material de Consumo | COD. 318 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE 2012200211.040 - Reequipamento da Unidade e Aquisição de Veículos 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 445 2012200212.067 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 33903000 - Material de Consumo | COD. 446 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.11 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2369503631.044 - Reequipamento da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 469 2369503632.071 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 33903000 - Material de Consumo | COD. 470 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.12 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL 0412100202.073 - Manutenção da Secretaria de Articulação Governamental 33903000 - Material de Consumo | COD. 493 0412200212.075 - Reequipamento da Secretaria de Articulação Governamental 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 503 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.13 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL 0618201741.046 - Reequipamento e Aquisição de Veículos da Secretaria de Defesa Social 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 504 0618201742.076 - Manutenção da Secretaria de Defesa Social 33903000 - Material de Consumo | COD. 510 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO Unidade: 02.17 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO 0412402101.051 - Reequipamento da Coordenadoria de Controle Interno 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 614 0412400322.089 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno 33903000 - Material de Consumo | COD. 608 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Contratado: T J Comercio de Produtos Eirelli. CNPJ nº 27.274.178/0001-87. Valor: R$6.560,80. Vigência: de 17/08/2026 a 17/08/2027.

Taquaritinga do Norte, 14/08/2026.

GENIVALDO FERREIRA LINS.
Prefeito.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:571792AA

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00068/2026. Processo Nº: 00032/2026. Pregão Eletrônico Nº 00013/2026. Compra. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas da Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte – PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência. DOTAÇÃO: Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 0412200211.005 - Reequipamento da Secretaria de Administração 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 50 0412200212.017 - Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria 33903000 - Material de Consumo | COD. 67 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.05 - SECRETARIA DE FINANÇAS 0412200211.006 - Reequipamento da Secretaria de Finanças 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 76 0412200212.019 - Manutenção da Secretaria de Finanças 33903000 - Material de Consumo | COD. 83 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.08 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 1545103231.018 - Reequipamento da Secretaria de Obras e Urbanismo 44905200 -

Equipamentos e Material Permanente | COD. 305 1545103232.054 - Manutenção da Secretaria de Obras e Urbanismo 33903000 - Material de Consumo | COD. 318 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE 2012200211.040 - Reequipamento da Unidade e Aquisição de Veículos 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 445 2012200212.067 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 33903000 - Material de Consumo | COD. 446 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.11 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2369503631.044 - Reequipamento da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 469 2369503632.071 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 33903000 - Material de Consumo | COD. 470 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.12 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL 0412100202.073 - Manutenção da Secretaria de Articulação Governamental 33903000 - Material de Consumo | COD. 493 0412200212.075 - Reequipamento da Secretaria de Articulação Governamental 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 503 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.13 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL 0618201741.046 - Reequipamento e Aquisição de Veículos da Secretaria de Defesa Social 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 504 0618201742.076 - Manutenção da Secretaria de Defesa Social 33903000 - Material de Consumo | COD. 510 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO Unidade: 02.17 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO 0412402101.051 - Reequipamento da Coordenadoria de Controle Interno 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 614 0412400322.089 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno 33903000 - Material de Consumo | COD. 608 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Contratado: M3. Business Group Ltda. CNPJ nº 54.494.740/0001-50. Valor: R$4.085,30. Vigência: de 17/08/2026 a 17/08/2027.

Taquaritinga do Norte, 14/08/2026.

GENIVALDO FERREIRA LINS.
Prefeito.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:0CBB5553

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00070/2026. Processo Nº: 00032/2026. Pregão Eletrônico Nº 00013/2026. Compra. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas da Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte – PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência. DOTAÇÃO: Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 0412200211.005 - Reequipamento da Secretaria de Administração 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 50 0412200212.017 - Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria 33903000 - Material de Consumo | COD. 67 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.05 - SECRETARIA DE FINANÇAS 0412200211.006 - Reequipamento da Secretaria de Finanças 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 76 0412200212.019 - Manutenção da Secretaria de Finanças 33903000 - Material de Consumo | COD. 83 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.08 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 1545103231.018 - Reequipamento da Secretaria de Obras e Urbanismo 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 305 1545103232.054 - Manutenção da Secretaria de Obras e Urbanismo 33903000 - Material de Consumo | COD. 318 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE 2012200211.040 - Reequipamento da Unidade e Aquisição de Veículos 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 445 2012200212.067 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 33903000 - Material de Consumo | COD. 446 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.11 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2369503631.044 - Reequipamento da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 469 2369503632.071 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 33903000 - Material de Consumo | COD. 470 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.12 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL 0412100202.073 - Manutenção da Secretaria de Articulação Governamental 33903000 - Material de Consumo | COD. 493 0412200212.075 - Reequipamento da Secretaria de Articulação Governamental 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 503 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.13 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL 0618201741.046 - Reequipamento e Aquisição de Veículos da Secretaria de Defesa Social 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 504 0618201742.076 - Manutenção da Secretaria de Defesa Social 33903000 - Material de Consumo | COD. 510 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO Unidade: 02.17 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO 0412402101.051 - Reequipamento da Coordenadoria de Controle Interno 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 614 0412400322.089 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno 33903000 - Material de Consumo | COD. 608 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Contratado: Expressvps Tecnologia Ltda. CNPJ nº 35.092.174/0001-06. Valor: R$21.740,90. Vigência: de 17/08/2026 a 17/08/2027.

Taquaritinga do Norte, 14/08/2026.

GENIVALDO FERREIRA LINS.
Prefeito.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:22BAC4BF

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00071/2026. Processo Nº: 00032/2026. Pregão Eletrônico Nº 00013/2026. Compra. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas da Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte – PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência. DOTAÇÃO: Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 0412200211.005 - Reequipamento da Secretaria de Administração 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 50 0412200212.017 - Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria 33903000 - Material de Consumo | COD. 67 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.05 - SECRETARIA DE FINANÇAS 0412200211.006 - Reequipamento da Secretaria de Finanças 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 76 0412200212.019 - Manutenção da Secretaria de Finanças 33903000 - Material de Consumo | COD. 83 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.08 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 1545103231.018 - Reequipamento da Secretaria de Obras e Urbanismo 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 305 1545103232.054 - Manutenção da Secretaria de Obras e Urbanismo 33903000 - Material de Consumo | COD. 318 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.10 -

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE 2012200211.040 - Reequipamento da Unidade e Aquisição de Veículos 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 445 2012200212.067 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 33903000 - Material de Consumo | COD. 446 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.11 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2369503631.044 - Reequipamento da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 469 2369503632.071 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 33903000 - Material de Consumo | COD. 470 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.12 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL 0412100202.073 - Manutenção da Secretaria de Articulação Governamental 33903000 - Material de Consumo | COD. 493 0412200212.075 - Reequipamento da Secretaria de Articulação Governamental 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 503 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.13 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL 0618201741.046 - Reequipamento e Aquisição de Veículos da Secretaria de Defesa Social 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 504 0618201742.076 - Manutenção da Secretaria de Defesa Social 33903000 - Material de Consumo | COD. 510 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO Unidade: 02.17 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO 0412402101.051 - Reequipamento da Coordenadoria de Controle Interno 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 614 0412400322.089 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno 33903000 - Material de Consumo | COD. 608 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Contratado: Metdata Tecnologia da Informacao Eireli. CNPJ nº 28.584.157/0003-92. Valor: R$7.629,93. Vigência: de 17/08/2026 a 17/08/2027.

Taquaritinga do Norte, 14/08/2026.

GENIVALDO FERREIRA LINS.
Prefeito.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:FEBCE0A4

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00075/2026. Processo Nº: 00032/2026. Pregão Eletrônico Nº 00013/2026. Compra. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas da Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte – PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência. DOTAÇÃO: Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 0412200211.005 - Reequipamento da Secretaria de Administração 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 50 0412200212.017 - Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria 33903000 - Material de Consumo | COD. 67 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.05 - SECRETARIA DE FINANÇAS 0412200211.006 - Reequipamento da Secretaria de Finanças 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 76 0412200212.019 - Manutenção da Secretaria de Finanças 33903000 - Material de Consumo | COD. 83 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.08 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 1545103231.018 - Reequipamento da Secretaria de Obras e Urbanismo 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 305 1545103232.054 - Manutenção da Secretaria de Obras e Urbanismo 33903000 - Material de Consumo | COD. 318 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE 2012200211.040 - Reequipamento da Unidade e Aquisição de Veículos 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 445 2012200212.067 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 33903000 - Material de Consumo | COD. 446 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.11 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2369503631.044 - Reequipamento da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 469 2369503632.071 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico 33903000 - Material de Consumo | COD. 470 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.12 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL 0412100202.073 - Manutenção da Secretaria de Articulação Governamental 33903000 - Material de Consumo | COD. 493 0412200212.075 - Reequipamento da Secretaria de Articulação Governamental 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 503 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO. Unidade: 02.13 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL 0618201741.046 - Reequipamento e Aquisição de Veículos da Secretaria de Defesa Social 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 504 0618201742.076 - Manutenção da Secretaria de Defesa Social 33903000 - Material de Consumo | COD. 510 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Órgão: 02.00 - PODER EXECUTIVO Unidade: 02.17 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO 0412402101.051 - Reequipamento da Coordenadoria de Controle Interno 44905200 - Equipamentos e Material Permanente | COD. 614 0412400322.089 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno 33903000 - Material de Consumo | COD. 608 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos. Contratado: Finatto Comercio Ltda. CNPJ nº 29.236.209/0001-30. Valor: R$6.822,00. Vigência: de 17/08/2026 a 17/08/2027.

Taquaritinga do Norte, 17/08/2026.

GENIVALDO FERREIRA LINS.
Prefeito.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:6250E165

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 2.260/2026

Dispõe sobre adequação das datas comemorativas oficiais do Município de Taquaritinga do Norte, define a realização das respectivas celebrações aos domingos e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As celebrações anteriormente instituídas pelas Leis Municipais nº 2.231, nº 2.233 e nº 2.234, todas de 11 de novembro de 2025, passam a integrar o calendário oficial do Município de Taquaritinga do Norte como datas comemorativas, sem natureza de feriado municipal.

Art. 2º As comemorações oficiais serão realizadas nas seguintes datas:
I — no terceiro domingo do mês de agosto, a comemoração alusiva à criação do Distrito de Gravatá do Ibiapina, cuja data histórica é 20 de agosto;
II — no último domingo do mês de agosto, a comemoração alusiva à criação do Distrito de Pão de Açúcar, cuja data histórica é 26 de agosto;
III — no domingo imediatamente subsequente à data religiosa de Corpus Christi, a comemoração municipal alusiva à respectiva solenidade.
§1º As datas históricas e religiosas mencionadas nos incisos deste artigo permanecerão registradas no calendário oficial do Município,

exclusivamente para fins de preservação da memória e da tradição local.
§2º A realização das comemorações aos domingos não altera as respectivas datas históricas ou religiosas, destinando-se exclusivamente à organização das celebrações oficiais promovidas ou apoiadas pelo Município.

Art. 3º As datas previstas nesta Lei não implicarão suspensão do expediente nas repartições públicas municipais, interrupção dos serviços públicos ou paralisação das atividades econômicas e privadas.
Art. 4º O Poder Executivo poderá promover, apoiar ou autorizar a realização de solenidades, eventos culturais, religiosos, históricos, turísticos e comunitários alusivos às datas previstas nesta Lei, observados o interesse público, a disponibilidade orçamentária e os princípios aplicáveis à Administração Pública.
Parágrafo único. O apoio municipal às celebrações religiosas deverá respeitar a liberdade de crença, a impessoalidade, a igualdade entre as diferentes manifestações religiosas e a vedação de estabelecimento ou subvenção de cultos religiosos, nos termos do artigo 19, inciso I, da Constituição Federal.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições das Leis Municipais n°2.231, n°2.233 e n°2.234, todas de 11 de novembro de 2025, que atribuam às respectivas datas a natureza de feriado municipal ou determinem a suspensão obrigatória de atividades públicas ou privadas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Taquaritinga do Norte/PE, aos 17 de agosto de 2026.

GENIVALDO FERREIRA LINS
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda Gonçalves da Cunha
Código Identificador:331B2A07

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TERRA NOVA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 061/2026
CONCORRENCIA ELETRÔNICA N° 004/2026

A Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Terra Nova/PE comunica aos interessados que no dia **01 de setembro de 2026, às 09:00 horas**, haverá Concorrência na Forma Eletrônica, por meio da plataforma BLL Compras, cito https://bll.org.br/, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DOS PONTOS DE APOIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA (ESF'S) SUSSUARANA E MORORÓ, LOCALIZADOS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA - PE**. O Edital pode ser acessado através dos links: https://bll.org.br/, https://www.gov.br/pncp/pt-br e **www.terranova.pe.gov.br**.

Terra Nova - PE, 17 de agosto de 2026.

VALDENICE PEREIRA DOS SANTOS,
Agente De Contratação

Publicado por:
Valdenice Pereira Dos Santos
Código Identificador:1D20310A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 037/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBAÚBA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 037/2025.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 027/2025 – **PREGÃO ELETRÔNICO** N° 013/2025
OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para o fornecimento de Materiais Gráficos e de identificação Visual destinados a diversas Secretarias da Prefeitura e Fundo Municipal de Assistência Social de Timbaúba-PE, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital. **CONTRATADA:** GRAFICA PALMEIRAS LTDA. **CNPJ**: 01.222.778/0001-08. **OBJETO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor, da Ata de Registro de Preços nº 037/2025, referente ao Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data de assinatura do presente termo. **DATA DE ASSINATURA**: 07/08/2026.

MARILIA TAMYRIS SILVEIRA ROSENDO MACHADO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Albertina Vieira da Silva
Código Identificador:BD58B30B

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO Nº 010/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO Nº 010/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2025
OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação por 12 (doze) meses, renovação do quantitativo e reajuste de valor (em revisão) da Ata de Registro de Preços nº 010/2025, referente ao Registro de Preços, para fornecimento parcelado de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 – Botijão 13 kg e cilindro P-45 – Botijão 45 kg, com troca dos vasilhames, para fins de atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Timbaúba/PE e do Fundo Municipal de Assistência Social de Timbaúba – PE, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital. **CONTRATADA:** JANEBSON CARLOS QUIRINO DA SILVA – ME. **CNPJ:** 11.410.223/0001-43**. OBJETO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO:** PRORROGAÇÃO POR 12 (DOZE) MESES, RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO E REAJUSTE DE VALOR (EM REVISÃO) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2025, CONTADO A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA DO PRESENTE TERMO**. DATA DE ASSINATURA:** 27/02/2026.

MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE
Prefeito

Publicado por:
Albertina Vieira da Silva
Código Identificador:BC89C499

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 045/2023 – DISPENSA N° 005/2023
OBJETO DO CONTRATO: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação por 12 (doze) meses do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 081/2023 referente ao contrato a Prestação de serviços especializados de Consultoria e Assessoria técnica na área de Recursos Humanos, incluindo instalação de software de processamento de folha de pagamentos e adequação de rotinas inerentes ao Setor Pessoal do Município de Timbaúba, cujas especificações estão descritas no Anexo I – Termo de Referência do Edital e Proposta. **CONTRATADA:** NAAP NUCLEO DE ASSESSORIA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA. **CNPJ:** 09.110.717/0001-60**. OBJETO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO:** PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL, POR IGUAL PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, CONTADO A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA DO PRESENTE TERMO**. DATA DE ASSINATURA:** 03/07/2026.

MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE
Prefeito

Publicado por:
Albertina Vieira da Silva
Código Identificador:5F64A395

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TORITAMA

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DE CANCELAMENTO DE CONTRATO

EXTRATODO TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DO CONTRATO 067/2026
PROCESSO DE LICITATÓRIO PMT Nº 023/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PMT (SRP) Nº 009/2026

CONTRATANTE:O Município de Toritama/PE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.256.054/0001-39, por meio da **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.**

CONTRATADO: CAMILA D V MOURA DE SOUSA LOCAÇÕES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **50.871.196/0001-68**.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a **rescisão amigável do Contrato nº [067/2026]**, cujo objeto consiste na Locação de Máquinas e Veículos Pesados, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do Município de Toritama/PE.

DATA DA RESCISÃO CONTRATUAL: 17 de Agosto de 2026

Secretaria de Infraestrutura Urbana
JOÃO VICTOR CORREIA DA SILVA SANTOS
Secretário

Publicado por:
Darlon de Farias da Silva Filho
Código Identificador:0F72D1AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA - GABINETE DO PREFEITO - GP
PORTARIA GP N° 099/2026.

PORTARIA GP Nº 099/2026.

Altera a portaria: GP nº 245/2025.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE TORITAMA, Estado de Pernambuco no uso de suas atribuições, conferidas pelo Artigo 54, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º. A Portaria GP nº 245/2025 passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 2º. A Comissão - CAAPCE prevista no artigo 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como no § 3º do artigo 17 da Decreto Municipal Nº 294/2024 e suas atualizações, passa a ser composta da seguinte forma:
I - Membros: Remerson Eduardo de Lima Silva, inscrito no CPF sob o n.º XXX.288.174-XX e Manociel Vicente de Oliveira, inscrito sob o CPF sob o nº. XXX.426.364-XX.

Art. 2º. As alterações contidas nesta Portaria produzirão efeitos durante o período de 30 dias, a partir do dia 10/08/2026 até 08/09/2026, e após transcorrido esse prazo a redação contida na portaria originária permanecerá inalterada.

Art. 3º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, passando a ter eficácia a partir de sua publicação.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

Toritama, 05 de agosto de 2026.

SERGIO PROCÓPIO COLIN DA SILVA CARVALHO
Prefeito

Publicado por:
Jose Filipe Angelo Oliveira de Lucena
Código Identificador:C7C67666

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA - GABINETE DO PREFEITO - GP
PORTARIA GP N° 100/2026.

PORTARIA GP Nº 100/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA, Estado de Pernambuco no uso de suas atribuições, conferidas pelo Artigo 54, inciso V, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º EXONERAR, do Cargo de ASSESSORA EXECUTIVA, a Senhora **LAUDENICE MARIA SILVA SANTOS**, inscrita no CPF: XXX.663.164-XX, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, com efeitos a partir do dia 17/08/2026.

Art. 2º EXONERAR, do Cargo de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA, a Senhora **LOZANGELA MARIA DA SILVA BARBOSA**, inscrita no CPF: XXX.018.284-XX, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, com efeitos a partir do dia 17/08/2026.

Art. 3° Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

Toritama, 17 de agosto 2026.

SERGIO PROCÓPIO COLIN DA SILVA CARVALHO
Prefeito

Publicado por:
Jose Filipe Angelo Oliveira de Lucena
Código Identificador:F5C37BBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA - GABINETE DO PREFEITO - GP
PORTARIA GP N° 101/2026.

PORTARIA GP Nº 101/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA, Estado de Pernambuco no uso de suas atribuições, conferidas pelo Artigo 54, inciso V, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, do Cargo de ASSESSORA NÍVEL 1, a Senhora **JULIANA TAVARES**, inscrita no CPF: XXX.392.054-XX, lotada na Secretaria Municipal da Mulher, com efeitos a partir do dia 17/08/2026.

Art. 2° Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

Toritama, 17 de agosto 2026.

SERGIO PROCÓPIO COLIN DA SILVA CARVALHO
Prefeito

Publicado por:
Jose Filipe Angelo Oliveira de Lucena
Código Identificador:6CF17CBD

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 91462864/2026.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 91462864/2026.

Objeto: A mútua Cooperação Técnica e Administrativa entre os Convenentes para apoio e reforço especial das ações de Defesa Social no Município de Toritama/PE. Convenentes: Polícia Civil de Pernambuco, CNPJ nº. 10.572.063/0001-76 e o Município de Toritama/PE, CNPJ nº 11.256.054/0001-39, Vigência: Início em 30/01/2026 até 29/01/2028.

Toritama, 16/08/2026.

SÉGIO PROCÓPIO COLIN DA SILVA CARVALHO
Prefeito de Toritama.

Publicado por:
Bruna Rebeca Silva Pedrosa
Código Identificador:92DA529B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TUPANATINGA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 095, DE 14 DE AGOSTO DE 2026

EMENTA: NOMEIA CARLA PEREIRA DE LIMA no Cargo Comissionado de Coordenador do Departamento de Patrimônios, deste Município e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que o cargo lhe confere e de acordo com o disposto no art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do art. 91, da Lei Orgânica Municipal que atribui competência para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da Lei;
RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Sra. **CARLA PEREIRA DE LIMA**, inscrita no RG sob o nºxx.868.xxxe no CPF sob o nº xxx.285.624-xx, no Cargo Comissionado de **Coordenador do Departamento de Patrimônios**, lotado n a **Secretaria de Saúde** deste Município.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 01 de julho de 2026.
Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2026.

JOSÉ RONALDO DA SILVA
Prefeito do Município de Tupanatinga

TERMO INDIVIDUAL DE POSSE
EM CARGO COMISSIONADO

Na presente data, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito, **José Ronaldo da Silva**, toma posse no cargo de **Coordenador do Departamento de Patrimônios**, a Sra. **CARLA PEREIRA DE LIMA**, nomeado pela **Portaria nº 095/2025**, tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância às normas vigentes.

Cumpridas as formalidades legais, lavrou-se o presente termo para assinatura do Senhor Prefeito e da autoridade empossada.

Gabinete do Prefeito, sexta-feira, 14 de agosto de 2026.

JOSÉ RONALDO DA SILVA
Prefeito do Município de Tupanatinga

CARLA PEREIRA DE LIMA
Empossada

Publicado por:
Jose Ronaldo da Silva
Código Identificador:BB4DC437

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 096, DE 14 DE AGOSTO DE 2026

EMENTA: EXONERA JOSÉ EVANILDO DA SILVA do Cargo comissionado de Secretário Adjunto, deste Município e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que o cargo lhe confere e de acordo com o disposto no art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do art. 91, da Lei Orgânica Municipal que atribui competência para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da Lei;
RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. **JOSÉ EVANILDO DA SILVA,** inscrito no CPF sob o nº xxx.722.374-xx, e no RG sob o nº x.779.xxx do Cargo comissionado de **Secretário Adjunto**, lotado n a **Secretaria de Saúde** deste Município.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 01 de julho de 2026.
Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2026.

JOSÉ RONALDO DA SILVA
Prefeito do Município de Tupanatinga

Publicado por:
Jose Ronaldo da Silva
Código Identificador:755E68FA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 097, DE 14 DE AGOSTO DE 2026

EMENTA: DESIGNA JOSÉ EVANILDO DA SILVA na função de Secretário Adjunto deste Município e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que o cargo lhe confere e de acordo com o disposto no art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do art. 91, da Lei Orgânica Municipal que atribui competência para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da Lei;
RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Sr. **JOSÉ EVANILDO DA SILVA**, inscrito no RG sob o nº X.779.XXX e no CPF sob o nº XXX.722.374-XX, na Função de **Secretário Adjunto**, lotado na **Secretaria de Saúde** deste Município.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 02 de julho de 2026.
Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2026.

JOSÉ RONALDO DA SILVA

TERMO INDIVIDUAL DE POSSE EM CARGO COMISSIONADO

Na presente data, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito, **José Ronaldo da Silva**, toma posse na função de **Secretário Adjunto**, o Sr. **JOSÉ EVANILDO DA SILVA**, nomeado pela **Portaria nº 097, DE 14 DE AGOSTO DE 2026**, tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância às normas vigentes.

Cumpridas as formalidades legais, lavrou-se o presente termo para assinatura do Senhor Prefeito e da autoridade empossada.

Gabinete do Prefeito, sexta-feira, 14 de agosto de 2026.

JOSÉ RONALDO DA SILVA
Prefeito do Município de Tupanatinga

JOSÉ EVANILDO DA SILVA
Empossado

Publicado por:
Jose Ronaldo da Silva
Código Identificador:97AA7110

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 098, DE 14 DE AGOSTO DE 2026

EMENTA: EXONERA JOSÉ DORGIVAL CORDEIRO DA SILVA do Cargo comissionado de Coordenador Pedagógico, deste Município e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que o cargo lhe confere e de acordo com o disposto no art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do art. 91, da Lei Orgânica Municipal que atribui competência para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da Lei;
RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. **JOSÉ DORGIVAL CORDEIRO DA SILVA,** inscrito no CPF sob o nº xxx.551.694-xx, e no RG sob o nº x.549.xxx do Cargo comissionado de **Coordenador Pedagógico**, lotado n a **Secretaria de Educação** deste Município.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 31 de julho de 2026.
Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2026.

JOSÉ RONALDO DA SILVA
Prefeito do Município de Tupanatinga

Publicado por:
Jose Ronaldo da Silva
Código Identificador:F0BC1826

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TUPARETAMA

PROCURADORIA MUNICÍPAL DE TUPARETAMA/PE
ATO/PORTARIA Nº330/2026, DE 10/08/2026.

ATO/PORTARIA nº330/2026, de 10/08/2026.

O Prefeito Constitucional do Município de Tuparetama, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, constitucionalmente definidas na Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, - Art. 3º da EC nº47/2005 [Direito Adquirido] com proventos integrais, a servidora JÚLIA MÉRCIA BELO PESSOA SOUZA**, matrícula funcional 78-7, no cargo **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/I-PE-III/P-2/C-G,** lotada na Secretaria de Finanças do Município de Tuparetama/PE, nos termos do **art.3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional nº47/2005, de 05 de julho de 2005. [Direito Adquirido].**
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Tuparetama/PE, 10 de agosto de 2026.

DIÓGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Jonathan Nascimento Oliveira
Código Identificador:B2D4524B

PROCURADORIA MUNICÍPAL DE TUPARETAMA/PE
ATO/PORTARIA Nº331/2026, DE 10/08/2026.

ATO/PORTARIA nº331/2026, de 10/08/2026.

O Prefeito Constitucional do Município de Tuparetama, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, constitucionalmente definidas na Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, - Art. 3º da EC nº47/2005 [Direito Adquirido] com proventos integrais, ao servidor EDINALDO JOSÉ PATRIOTA**, matrícula funcional 35-3, no cargo **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/I-PE-III/P-2/C-G,** lotado na Secretaria de Finanças do Município de Tuparetama/PE, nos termos do **art.3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional nº47/2005, de 05 de julho de 2005. [Direito Adquirido].**
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Tuparetama/PE, 10 de agosto de 2026.

DIÓGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Jonathan Nascimento Oliveira
Código Identificador:5EAA1217

PROCURADORIA MUNICÍPAL DE TUPARETAMA/PE
ATO/PORTARIA Nº332/2026, DE 10/08/2026.

ATO/PORTARIA nº332/2026, **de 10/08/2026.**

O Prefeito Constitucional do Município de Tuparetama, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, constitucionalmente definidas na Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, - Art. 3º da EC nº47/2005 [Direito Adquirido] com proventos integrais, ao servidor ESPEDITO JOSÉ DE FARIAS**, matrícula funcional 24-8, no cargo **AUXILIAR ADMINISTRATIVO/I-PE-II/P-2/C-G,** lotado na Secretaria de Saúde do Município de Tuparetama/PE, nos termos do **art.3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional nº47/2005, de 05 de julho de 2005. [Direito Adquirido].**
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Tuparetama/PE, 10 de agosto de 2026.

DIÓGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Jonathan Nascimento Oliveira
Código Identificador:47A901BE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 00024/2026.
PROCESSO Nº: 017/2026

Contrato Nº: 00024/2026. Processo Nº: 017/2026. CDC. Pregão Eletrônico Nº 00005/2026. Serviço. Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Perfuração de Poços Artesianos na Zona Rural, por período de 90 (noventa) dias, visando atender ao Município de Tuparetama/PE. DOTAÇÃO: Recursos Municipais – COMPESA Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente Dotação prevista no QDD2026. Contratado: Fabio P. Mourato. CNPJ: 23.529.528/0001-58. Valor R$245.000,00. Vigência: de 17/08/2026 a 31/12/2026.

Tuparetama, 17/08/2026.

DIOGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA.
Prefeito. (*)(**)

Publicado por:
Iuri Roberto Pereira da Silva
Código Identificador:93C538B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 00025/2026.
PROCESSO Nº: 018/2026. CDC

Contrato Nº: 00025/2026. Processo Nº: 018/2026. CDC. Pregão Eletrônico Nº 00006/2026. Serviço. Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Perfuração de Poços Artesianos na Zona Rural, conforme Emenda Parlamentar Estadual nº 1116, por período de 90 (noventa) dias, visando atender ao Município de Tuparetama/PE. DOTAÇÃO: Recurso Estadual – Emenda Parlamentar Estadual nº 1116 Transferência Especial Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente Dotação prevista no QDD2026. Contratado: Fabio P. Mourato. CNPJ: 23.529.528/0001-58. Valor R$175.000,00. Vigência: de 17/08/2026 a 31/12/2026.

Tuparetama, 17/08/2026.

DIOGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA.
Prefeito. (*)(**)

Publicado por:
Iuri Roberto Pereira da Silva
Código Identificador:6D20468D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 00026/2026.
PROCESSO Nº: 020/2026

Contrato Nº: 00026/2026. Processo Nº: 020/2026. CDC. Pregão Eletrônico Nº 00007/2026. Compra. Aquisição parcelada de Material Elétrico, por período de 12 (doze) meses, visando atender diversas Secretarias Municipais de Tuparetama/PE. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: Diversas Secretarias Municipais Dotação prevista no QDD/2026. Contratado: Jose Eliton dos Anjos Oliveira. CNPJ: 37.762.542/0001-01. Valor R$230.123,60. Vigência: de 17/08/2026 a 17/08/2027.

Tuparetama, 17/08/2026.

DIOGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA.
Prefeito. (*)(**)

Publicado por:
Iuri Roberto Pereira da Silva
Código Identificador:FB823322

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE VERTENTE DO LÉRIO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2026 - FMAS

Processo Licitatório n° 027/2026
Pregão Eletrônico nº 006/2026

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Vertente do Lério/PE. Contratada: JV DISTRIBUIDORA COMPANHIA COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.959.503/0001-20. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para aquisição de materiais de limpeza, higiene e conservação destinados ao atendimento das necessidades do Município de Vertente do Lério/PE e suas Secretarias. Valor Total: R$ 44.902,72 (quarenta e quatro mil novecentos e dois reais e setenta e dois centavos). Data da assinatura: 10 de agosto de 2026.

RÊMULA DA COSTA AGUIAR
Secretária de Assistência Social

Publicado por:
Renata Gomes da Silva
Código Identificador:7C43B9F7

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 - PROCESSO Nº 008/2026

Adjudicação e Homologação do objeto: Registro de Preço para aquisição de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos destinados à manutenção, renovação e ampliação das bandas escolares, bandas marciais e fanfarras das escolas da rede municipal de ensino de Vertente do Lério/PE. Empresas vencedoras: **SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS LTDA** (29583709000149), com os lotes: 1, 2, 10, 11, 12 e 14, no valor total de **R$ 14.874,28** (quatorze mil e oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos); **LPG MUSICAL LTDA** (52549937000114), com os lotes: 7, 9, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23 e 28, no valor total de **R$ 60.940,01** (sessenta mil e novecentos e quarenta reais e um centavo); **AMS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA** (52171660000139), com os lotes: 4, 8, 18, 22, 31, 32 e 34, no valor total de **R$ 30.648,55** (trinta mil e seiscentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos); **CENTRO MUSICAL IVAIPORA**

LTDA ME (05607287000136), com os lotes: 24, 25 e 26, no valor total de **R$ 21.896,00** (vinte e um mil e oitocentos e noventa e seis reais); **T.M.T INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA** (08666165000109), com os lotes: 3 e 6, no valor total de **R$ 2.784,00** (dois mil e setecentos e oitenta e quatro reais). **Valor total:** R$ 131.142,84 (cento e trinta e um mil e cento e quarenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

Vertente do Lério, 17 de agosto de 2026.

AMILTON ARRUDA DO NASCIMENTO
Secretário de Educação

Publicado por:
Renata Gomes da Silva
Código Identificador:A00FF15C

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2026 - FME

Processo Licitatório n° 027/2026
Pregão Eletrônico nº 006/2026

Contratante: Fundo Municipal de Educação de Vertente do Lério/PE. Contratada: JV DISTRIBUIDORA COMPANHIA COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.959.503/0001-20. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para aquisição de materiais de limpeza, higiene e conservação destinados ao atendimento das necessidades do Município de Vertente do Lério/PE e suas Secretarias. Valor Total: R$ 146.656,20 (cento e quarenta e seis mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos). Data da assinatura: 10 de agosto de 2026.

AMILTON ARRUDA DO NASCIMENTO
Secretário de Educação

Publicado por:
Renata Gomes da Silva
Código Identificador:5F0F88F5

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2026 - FMS

Processo Licitatório n° 027/2026
Pregão Eletrônico nº 006/2026

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Vertente do Lério/PE. Contratada: JV DISTRIBUIDORA COMPANHIA COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.959.503/0001-20. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para aquisição de materiais de limpeza, higiene e conservação destinados ao atendimento das necessidades do Município de Vertente do Lério/PE e suas Secretarias. Valor Total: R$ 57.846,67 (cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos) Data da assinatura: 10 de agosto de 2026.

HYSTELLA ELLEN DA SILVA SALES
Secretária de Saúde

Publicado por:
Renata Gomes da Silva
Código Identificador:E6AB8961

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2026 – PMVL

Processo Licitatório n° 035/2026
Inexigibilidade nº 020/2026

Contratante: Município de Vertente do Lério, por intermédio da Secretaria de Administração. Contratada: LUIS MARTINS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ nº 52.632.507/0001-61. Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica de alta complexidade, em favor da Prefeitura Municipal de Vertente do Lério/PE, compreendendo o patrocínio judicial e extrajudicial do Município perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), a Controladoria-Geral da União (CGU) e Ministérios, com atuação em Brasília/DF, bem como o assessoramento jurídico ao Controle Interno Municipal, na elaboração de minutas normativas e emissão de pareceres nas áreas de educação, saúde e assistência social, em demandas de elevada complexidade jurídica ou relevância estratégica para o Município. Valor Total: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Data da assinatura: 24 de julho de 2026.

MARLETE DA SILVA SALES
Secretária de Administração

Publicado por:
Renata Gomes da Silva
Código Identificador:049EED90

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2026 - PMVL

Processo Licitatório n° 027/2026
Pregão Eletrônico nº 006/2026

Contratante: Município de Vertente do Lério, por intermédio da Secretaria de Administração. Contratada: JV DISTRIBUIDORA COMPANHIA COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ nº 51.959.503/0001-20. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para aquisição de materiais de limpeza, higiene e conservação destinados ao atendimento das necessidades do Município de Vertente do Lério/PE e suas Secretarias. Valor Total: R$ 52.804,26 (cinquenta e dois mil oitocentos e quatro reais e vinte e seis centavos). Data da assinatura: 10 de agosto de 2026.

MARLETE DA SILVA SALES
Secretária de Administração

Publicado por:
Renata Gomes da Silva
Código Identificador:67FFE3A6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE VERTENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DAS VERTENTES - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº 013/2026. CREDENCIAMENTO Nº 002/2026. OBJETO: Constitui objeto do presente o credenciamento de empresas ou pessoas físicas especializadas para a realização de consultas e exames oftalmológicos, destinados ao atendimento da população do Município de Vertentes/PE. Valor Estimado: R$ 34.521,60 (trinta e quatro mil, quinhentos e vinte e um reais e sessenta centavos). Data da abertura: 09:00h do dia 17 de agosto de 2026 (horário de Brasília/DF). Os interessados poderão acessar e fazer download do edital e anexos nos sites: www.bnc.org.br, http://pncp.gov.br/ e https://vertentes.pe.gov.br/ Outras informações podem ser obtidas na sala da Licitação, situado à Rua Dr. Emídio Cavalcanti, nº 97, Centro - CEP: 55.770-000 no horário das 08:00 às 14:00, de segunda a sexta-feira, ou através de solicitação por e-mail: cplvertentes@gmail.com.

RENÊ FERREIRA CAVALCANTI.
Agente de Contratação. (*)

PROCESSO Nº 014/2026. CREDENCIAMENTO Nº 003/2026. OBJETO: Constitui objeto do presente o credenciamento de empresas especializadas para o fornecimento de óculos de grau, destinados ao atendimento da população do Município de Vertentes/PE. R$ 191.067,00 (cento e noventa e um mil e sessenta e sete reais). Data da abertura: das 9:00h do dia 17 de agosto de 2026 (horário de Brasília/DF). Os interessados poderão acessar e fazer download do edital e anexos nos sites: www.bnc.org.br, http://pncp.gov.br/ e https://vertentes.pe.gov.br/. Outras informações podem ser obtidas na sala da Licitação, situado à Rua Dr. Emídio Cavalcanti, nº 97, Centro

- CEP: 55.770-000 no horário das 08:00 às 14:00, de segunda a sexta-feira, ou através de solicitação por e-mail: cplvertentes@gmail.com.

RENÊ FERREIRA CAVALCANTI.
Agente de Contratação.

Vertentes, 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Edilene de Macedo Fabriciano
Código Identificador:DD533535

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE XEXÉU

PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXEU
AVISO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS E ABERTURA DE PRAZO PARA CONTRARRAZÕES

O Município de XEXÉU/PE, por intermédio da Comissão/Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que foram recebidos Recursos Administrativos referentes ao Processo Administrativo nº 021/2026 – Credenciamento nº 001/2026.

Em observância ao disposto no art. 165, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de contrarrazões aos recursos interpostos, a contar da publicação deste aviso, encerrando-se em 21/08/2026.

As contrarrazões deverão ser encaminhadas na forma e pelos meios estabelecidos no instrumento convocatório.

Xexéu/PE, 17 de Agosto de 2026.

TARCÍSIO MIGUEL MOURA DE ANDRADE FREITAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Samuel Cezar Gouveia
Código Identificador:C984EA48

PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXEU
TERMO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026

ASSINATURA DE CONTRATO - **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026**

O Agente de Contratação do Município de Xexéu/PE, vem por meio deste termo, NOTIFICAR E CONVOCAR, o representante da Empresa vencedora da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026,** cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA PRAÇA VALDEMAR FRANCISCO DA SILVA, LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE XEXÉU/PE**, a seguir descrita **ALE ENGENHARIA LTDA – CNPJ nº 55.692.899/0001-42,** para comparecer junto ao Setor de Licitação da PMX, na sala da CPL, localizada na sede da Prefeitura Municipal, situada na Av. Mário Melo, 40, Centro, Xexéu/PE, CEP: 55.555-000, das 08h00min às 13h00min em dias úteis, no prazo máximo 03 (três) dias úteis, a partir da publicação deste, para assinatura do Termo de Contrato, nos termos deste Edital, sob pena da aplicação das penalidades estabelecidas do Edital, e demais dispositivos legais pertinentes.
As empresas que não forem sediadas no Município de Xexéu podem enviar os contratos assinados digitalmente via e-mail para o **cpl@xexeu.pe.gov.br**, no prazo estipulado, no edital.

Xexéu/PE, 17 de Agosto de 2026.

TARCÍSIO MIGUEL MOURA DE ANDRADE FREITAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Samuel Cezar Gouveia
Código Identificador:510B7B4B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DO PAULISTA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
DECISÃO – REQ. N.º 7531/2026 – PARECER SECAD/JUR N.º 301/2026

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DO PAULISTA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DEFERIR o requerimento de Licença-Prêmio, registrado sob o n.° 7531/2026, formulado pelo(a) servidor(a) **ANTONIO EDUARDO DA SILVA MELO**, matrícula funcional **n.º 14.233**, à vista das razões contidas no PARECER SECAD/JUR n.° 301/2026.

Publique-se e Cumpra-se.

Paulista/PE, 14 de agosto de 2026.

PATRÍCIA BARBOSA DO RÊGO BARROS GUIMARÃES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gabriel Leandro Sousa do Nascimento
Código Identificador:3F89F263

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
DECISÃO – REQ. N.º 7587/2026 – PARECER SECAD/JUR N.º 299/2026

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DO PAULISTA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DEFERIR o requerimento de Licença-Prêmio, registrado sob o n.º 7587/2026, formulado pelo(a) servidor(a) **VILMA STELA RODRIGUES**, matrícula funcional **n.° 11.190,** à vista das razões contidas no PARECER SECAD/JUR n.º 299/2026.

Publique-se e Cumpra-se.

Paulista/PE, 14 de agosto de 2026.

PATRÍCIA BARBOSA DO RÊGO BARROS GUIMARÃES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gabriel Leandro Sousa do Nascimento
Código Identificador:26A9FAAF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
DECISÃO – REQ. N.º 7592/2026 – PARECER SECAD/JUR N.º 297/2026

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DO PAULISTA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DEFERIR o requerimento de Licença-Prêmio, registrado sob o n.º 7592/2026, formulado pelo(a) servidor(a) **ANA PAULA REGIS DE OLIVEIRA TSUNODA**, matrícula funcional **n.° 11.688,** à vista das razões contidas no PARECER SECAD/JUR n.º 297/2026.

Publique-se e Cumpra-se.

Paulista/PE, 14 de agosto de 2026.

PATRÍCIA BARBOSA DO RÊGO BARROS GUIMARÃES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gabriel Leandro Sousa do Nascimento
Código Identificador:DECCE936

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
DECISÃO – REQ. N.º 7593/2026 – PARECER SECAD/JUR N.º 298/2026

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DO PAULISTA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DEFERIR o requerimento de Licença-Prêmio, registrado sob o n.º 7593/2026, formulado pelo(a) servidor(a) **BARBARA MARTINS OLIVEIRA**, matrícula funcional **n.° 11.332,** à vista das razões contidas no PARECER SECAD/JUR n.º 298/2026.

Publique-se e Cumpra-se.

Paulista/PE, 14 de agosto de 2026.

PATRÍCIA BARBOSA DO RÊGO BARROS GUIMARÃES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gabriel Leandro Sousa do Nascimento
Código Identificador:F49F9A14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
DECISÃO – REQ. N.º 7594/2026 – PARECER SECAD/JUR N.º 300/2026

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DO PAULISTA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DEFERIR o requerimento de Licença-Prêmio, registrado sob o n.º 7594/2026, formulado pelo(a) servidor(a) **ANA CLÁUDIA DA SILVA ARAUJO**, matrícula funcional **n.° 14.768,** à vista das razões contidas no PARECER SECAD/JUR n.º 300/2026.

Publique-se e Cumpra-se.

Paulista/PE, 14 de agosto de 2026.

PATRÍCIA BARBOSA DO RÊGO BARROS GUIMARÃES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gabriel Leandro Sousa do Nascimento
Código Identificador:2B90F275

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
PORTARIA SECAD Nº 232/2026.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE DO PAULISTA, no uso de suas atribuições legais, amparada por laudo médico, expedido pela Junta Médica Municipal do Paulista,

RESOLVE:

Readaptar de Função, em Caráter Definitivo, o Servidor **MARIA ELIZABETE CARMO DA COSTA**, mat. **14.504**, ocupante do cargo de Professora, de acordo com Art. 84 da Lei nº 3.100/92, contando seus efeitos a partir de 01/07/2026, conforme parecer anexo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paulista, 29/07/2026.

PATRÍCIA BARBOSA DO RÊGO BARROS GUIMARÃES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Leydson Ferreira de Brito
Código Identificador:E78DA383

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 029/2022

3º TERMO DE APOSTILAMENTO
CONTRATO Nº 029/2022
PROCESSO LICITATÓRIO N° 172/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO n° 025/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2022
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
CONTRATADA: SOLIVETTI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ/MF nº 40.904.492/0001-64
OBJETO: Terceiro Termo de Apostilamento de alteração da dotação orçamentária ao Contrato 029/2022, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOK E IMPRESSORAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, POLÍTICAS SOBRE DROGAS, DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE PAULISTA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Considerando os motivos expostos da **Ofício SF/GAB/SPSDH nº 1083/2026**, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Políticas sobre Drogas, Direitos Humanos e Juventude, que solicita e justifica a elaboração do presente **Terceiro Termo de Apostilamento de alteração da dotação orçamentária ao Contrato n° 029/2022**, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOK E IMPRESSORAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, POLÍTICAS SOBRE DROGAS, DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE PAULISTA.** Fica alterada a dotação orçamentária constante no contrato, devendo ser incluída a dotação orçamentária abaixo mencionada, tendo como fundamento a sua Cláusula Quarta e artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Fundo Municipal de Assistência Social
Empenho nº 3577/2026
Unidade Orçamentária: 23102 - FUNDO SOCIAL DE ASSISTÊNCIA MUNICIPAL
Ação: 2112 – GESTÃO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Natureza Despesa: 33903900- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica
SubElemento: 33903974 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
Fonte: 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistencia Social
Valor do Empenho: R$ 39.312,00 (trinta e nove mil, trezentos e doze reais)
Fundo Municipal de Assistência Social
Empenho nº 3568/2026
Unidade Orçamentária: 23102 – FUNDO SOCIAL DE ASSISTÊNCIA MUNICIPAL
Ação: 2111 – GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - IGDBF
Natureza Despesa: 33903900- Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica
SubElemento: 33903974 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
Fonte: 26600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Valor do Empenho: R$ 18.124,00 (dezoito mil, cento e vinte e quatro reais)

CLÁUSULA SEGUNDA– Integra e complementa o presente instrumento com todos os seus informes e despachos no **Ofício SF/GAB/SPSDH nº 1083/2026,** que solicita a elaboração do presente **Terceiro Termo de Apostilamento de alteração da dotação orçamentária ao Contrato n° 029/2022**, devidamente justificado e autorizado pela **Secretária de Desenvolvimento Social, Políticas sobre Drogas, Direitos Humanos e Juventude**, **Sra. Jeieli da Costa Silva Santos,** para produzir os regulares efeitos legais, independente do traslado.
CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas, produzindo todos os efeitos legais, todas as demais cláusulas e condições do **Contrato nº 029/2022,** assinado em 25 de março de 2022, naquilo em que não conflitarem com o presente termo de apostilamento.

ASSINATURA: 03/08/2026

JEIELI DA COSTA SILVA SANTOS
Secretária de Desenvolvimento Social, Políticas Sobre Drogas, Direitos Humanos e Juventude

Publicado por:
Bruna Brasil do Sacramento
Código Identificador:D1CFB0DA

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 349/2025

CONTRATO Nº.: 349/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 269/2025
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE n° 187/2025
PORTARIA(S) DA C.P.L.:
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: in. III, art 74, Lei 14133/21
CONTRATADA: INOVE ASSESSORIA E VENDAS LTDA
CNPJ/MF: 40.328.358/0001-62
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA PARA SUBSIDIAR O PODER EXECUTIVO, NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS: TRANSFEREGOV.BR E OUTRAS ATIVIDADES, ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS CONVÊNIOS A SEREM FIRMADOS COM O GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, INCLUSIVE OS CONTRATOS DE REPASSE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DO PAULISTA/PE.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$100.800,00 (cento mil oitocentos reais)
NOTA(S) DE EMPENHO: Empenho n.: 2025-2636 Ação: 2102 Natureza: 33903500 Fonte: 15000000
PRAZO(S): Vigência de 12 (doze) meses, contados de 21 de agosto de 2025 a 20 de agosto de 2026,
ASSINATURA: 21 de agosto de 2025

EVILSON RODRIGUES RÊGO
Secretário(a) de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Carlos Eduardo Marques de Moura
Código Identificador:E6AE7B38

SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº012/2026– FMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº012/2026– FMS

CONTRATO Nº 012/2026 – FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2025
PREGÃO ELETRÕNICO Nº 015/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS SEM MOTORISTA, COM QUILOMETRAGEM LIVRE E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, PARA SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO PAULISTA.
CONTRATADA: LG LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ/MF sob o n°50.624.236/0001-77
VALOR TOTAL: R$ 177.600,00 (cento e setenta e sete mil e seiscentos reais)
PERIODO: 06/08/2026 À 05/08/2027

Paulista/PE, 06 de agosto de 2026.

SÔNIA DE ARRUDA OLIVEIRA MOURA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Tatiane Regina de Jesus Dos Santos
Código Identificador:E06BC00B

SECRETARIA DE SAÚDE
PORTARIA SECSAÚDE Nº 034/2026

PORTARIA SECSAÚDE Nº 034/2026

DESIGNAÇÃO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO N° 012/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2025, PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2025.

A Secretária de Saúde do Município, nomeada pela Portaria Nº 4022/2025, datada em 20/10/2025, Sra. **Sônia de Arruda Oliveira Moura**, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:
Designar os servidores a seguir descritos, como Gestor e Fiscal do **Contrato n° 012/2026-FMS,** respectivamente: Sr. **Gildo José Ramos,** Superintendente de Transportes, Matricula 47.479, Gestor; Sr. **Tiago Bandeira de Lima,** Diretor de Transportes, Matrícula 49.459, Fiscal. O Objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS SEM MOTORISTA, COM QUILOMETRAGEM LIVRE E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, PARA SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO PAULISTA.**

Registre-se,
Publique-se.

Paulista, 06 de agosto de 2026.

SÔNIA DE ARRUDA OLIVEIRA MOURA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Tatiane Regina de Jesus Dos Santos
Código Identificador:EFA2E5E0

SECRETARIA DE SAÚDE
PORTARIA SECSAÚDE Nº 035/2026

PORTARIA SECSAÚDE Nº 035/2026

DESIGNAÇÃO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO N° 014/2025 - FMS, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 036/2025, DISPENSA Nº 011/2025.

A Secretária de Saúde do Município, nomeada pela Portaria Nº 4022/2025, datada em 20/10/2025, Sra. **Sônia de Arruda Oliveira Moura**, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:
Designar os servidores a seguir descritos, como Gestor e Fiscal do **Contrato n° 014/2025-FMS,** respectivamente: Sr. **Gabriel Sena Guimarães,** Assessor de Compras da Superintendência de Licitação, Matricula 48.645, Gestor; Sr. **Bruno Wendel Santos de Brito**, Assessor Administrativo da Superintendência de Licitação, Matrícula 48.796, Fiscal. O Objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE NOTAS OFICIAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES DE INTERESSE DA SECRETARIA DE**

SAÚDE DO MUNICÍPIO DO PAULISTA, EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

A presente Portaria SUBSTITUI a Portaria SECSAÚDE Nº 032/2025.

Registre-se,
Publique-se.

Paulista, 06 de agosto de 2026.

SÔNIA DE ARRUDA OLIVEIRA MOURA
Secretária de Saúde

Publicado por:
Tatiane Regina de Jesus Dos Santos
Código Identificador:BBD865FB

ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DE PERNAMBUCO - CONSEG

SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO
HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO TURMA CONSEG Nº 008/26

ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE GESTORES E GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS DO CONSEG/PE

CURSO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL EM GUARDA CIVIL
TURMA CONSEG Nº 008/26

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE GESTORES E GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS DO CONSEG/PE, no cumprimento de suas atribuições legais, homologa, como de fato homologado fica, o resultado do Curso de Habilitação Profissional em Guarda Civil Municipal, concernente a Sétima Etapa do Edital do concurso público nº 01/2025 do Ente da Federação Consorciado Agrestina, a saber:

Candidatos			
Quant.	Número de Inscrição	Nome Completo	Resultado
1	102.675	Acacio Lima da Silva	APROVADO
2	102.360	Alexandre Sa Alves Amorim	DESISTENTE
3	100.538	Alice Cordeiro da Silva	APROVADO
4	101.408	Anderson Leite Lins	APROVADO
5	102.358	Anderson Jonnathan Tenorio dos Santos Souza	APROVADO
6	102.664	Andreza Carolaine da Silva	APROVADO
7	101.844	Antonio Brayne da Silva	DESISTENTE
8	102.433	Bruno Araujo de Melo	APROVADO
09	102.119	Carlos Eduardo Dias Gomes	APROVADO
10	102.492	Chayd Tavares Pereira da Silva	APROVADO
11	101.461	David Rafael de Lira Arcanjo	APROVADO
12	100.320	Emanoel Colaço da Silva	APROVADO
13	101.004	Fernanda Ruthe de Arruda Silva	DESISTENTE
14	101.448	Fernando Ferreira da Silva	APROVADO
15	101.679	Gustavo Vicente Nunes da Silva	DESISTENTE
16	101.958	Icaro Jhony Souza Silva	APROVADO
17	100.904	Israel Barbosa de Souza	APROVADO
18	102.290	Jeison Alexandre da Silva	APROVADO
19	100.055	Joao Fernando Marques Lopes	APROVADO
20	102.436	John Wayne Nascimento de Brito	APROVADO
21	101.005	Jonas Miguel da Silva	APROVADO
22	101.445	Joseildo Florentino Duarte	APROVADO
23	102.184	Kaik Leite de Freitas	DESISTENTE
24	102.032	Kerginaldo Souza Sa	APROVADO
25	101.920	Mateus da Silva	APROVADO
26	101.888	Mateus Luiz da Silva	APROVADO
27	101.921	Paul Charles Silva	APROVADO
28	102.497	Rodrigo Rodrigues Bispo de Lima	APROVADO
29	102.524	Silas Geraldo da Silva	APROVADO
30	100.250	Talisson Breno da Silva Lima	APROVADO
31	102.159	Thiago Lima de Carvalho	APROVADO
32	102.011	Uillas Felix Santos	APROVADO
33	102.853	Wallace de Queiroz Florencio	APROVADO
CANDIDATOS - PCD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA)			
Quant.	Número de Inscrição	Nome Completo	Resultado
1	102.284	Adailton Braz Ribeiro	DESISTENTE
2	100.986	Augusto Cesar de Lima e Silva	APROVADO
CANDIDATOS - *Sub Judice*			
Quant.	Número de Inscrição	Nome Completo	Resultado
1	102.466	Moises Fernandes Campos	APROVADO

Recife, 17 de Agosto de 2026.

SÍLVIO BARBOSA DE MIRANDA
Secretário Executivo de Segurança Pública, Defesa Social, Ciências, Tecnologia, Inovação e Políticas Públicas Transversais de Pernambuco - CONSEG/PE

Publicado por:
Josefa Andreia Diniz
Código Identificador:3F4D92E7

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SELEÇÃO SIMPLIFICADA - EDITAL 003/2025

CONVOCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ABREU E LIMA

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABREU E LIMA/PE e a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que dispõe o art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988, publica **LISTA DOS CANDIDATOS CONVOCADOS** nos termos do Edital nº 003/2025 - Regulador do Processo de Seleção Simplificada, para a candidata abaixo relacionada em virtude da necessidade de preenchimento de vaga em aberto, para o cargo abaixo relacionado, sob o regime de contrato administrativo, destinado ao atendimento de carência temporária e emergencial da Secretaria Municipal de Educação de Abreu e Lima/PE, conforme relação nominal abaixo.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO SE APRESENTAR NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA A ENTREGA DE DOCUMENTOS NO PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) DIAS.

PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO PRETENDIDO	TOTAL	PCD
3806	UDENIZE SOUZA RODRIGUES DE FREITAS	894.425.444-20	PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE	68	
4789	SANDRA MARIA DE SOUZA	689.172.524-00	PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE	67	
4095	LUCIANO JOSE DA SILVA	824.232.374-72	PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE	67	
5051	MILKAELINE BARBOZA DA SILVA	097.425.404-54	PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE	67	
3320	GENILDA SANTOS NASCIMENTO	780.045.864-49	PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE	67	
5168	ELIZABETH REGINA AGUIAR FERREIRA	696.641.533-20	PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE	37	SIM

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO PRETENDIDO	TOTAL	PCD
5161	JOÃO GONÇALO SOBRINHO FILHO	121.473.654-83	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	35	
5056	WELTON CAMPOS DE LIMA	106.669.224-62	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	33	
3476	VITÓRIA BATISTA DE MELO	083.178.784-81	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	33	
4384	SÉRGIO RICARDO CAVALCANTI DA SILVA	866.693.704-15	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	33	
5081	ARIADNE LÍVIA MORAES	073.340.924-57	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	33	
3690	ERICKA CILENE ARAÚJO SOARES	056.110.064-00	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	31	
4177	MARICLEIDE VALENTIM DE OLIVEIRA	106.691.774-40	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	11	SIM

NUTRICIONISTA

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO PRETENDIDO	TOTAL	PCD
4631	ANDREZA MENEZES GOMES DA SILVA	112.378.164-83	NUTRICIONISTA ESCOLAR	56	

Abreu e Lima, 17 de agosto de 2026.

JAQUELINE MOREIRA
Secretária Municipal de Educação

FLÁVIO GADELHA
Prefeito

Publicado por:
Nohelanny Mirella Silva Torres
Código Identificador:A31BB518

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CARNAIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO - 007.2026 - PLACAS

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS
Este documento tem o objetivo de fornecer aos interessados a perfeita caracterização do objeto, descrevendo-os detalhadamente e, assim, servir de base para a apresentação de **COTAÇÃO DE PREÇO**, peça integrante e indissociável para futuro procedimento licitatório com vistas a viabilizar **A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA ESTA ADMINISTRAÇÃO VISA À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DESTINADAS ÀS 18 (DEZOITO) UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARNAÍBA/PE E AO DEPÓSITO DE MERENDA ESCOLAR, TOTALIZANDO 19 (DEZENOVE) PLACAS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência a realização de **Pregão Eletrônico**, **VISANDO À ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO VISA À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DESTINADAS ÀS 18 (DEZOITO) UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARNAÍBA/PE E AO DEPÓSITO DE MERENDA ESCOLAR, TOTALIZANDO 19 (DEZENOVE) PLACAS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS,** em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste instrumento.

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover a adequada identificação visual das 18 (dezoito) unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Carnaíba/PE e do Depósito de Merenda Escolar, assegurando a padronização da identidade visual institucional, facilitando a identificação dos prédios públicos pela população e fortalecendo a imagem da Administração Municipal. Para atender a essa finalidade, serão confeccionadas e instaladas placas de identificação para as diversas escolas do Município e 01 (uma) placa para o Depósito de Merenda Escolar, com dimensões de 3,70 metros de largura por 1,00 metro de altura, constituídas por armação em Metalon galvanizado, com impressão digital em lona 440g, resolução 300x500, aplicação de verniz para maior durabilidade e acabamento em cantoneiras de alumínio, garantindo resistência, adequado acabamento e maior vida útil às placas.
2.2. A contratação compreende, de forma integrada, a elaboração e adequação da arte conforme os layouts e arquivos gráficos fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, a confecção das placas com armação em Metalon galvanizado, impressão digital em lona 440g, aplicação de verniz e acabamento em cantoneiras de alumínio, bem como o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, acessórios e insumos necessários, o transporte e a instalação completa nos locais indicados pela Administração, incluindo todos os serviços indispensáveis ao perfeito acabamento, fixação, estabilidade e segurança das placas.
2.3. A contratação pretendida exige empresa especializada na confecção e instalação de placas de identificação, com experiência comprovada na execução de serviços similares, capacidade técnica, mão de obra qualificada e utilização de materiais de qualidade, garantindo que as placas atendam às especificações técnicas estabelecidas, às dimensões previstas e aos padrões de acabamento exigidos pela Administração Municipal.
2.4. Sob o aspecto da economicidade, a contratação integrada revela-se mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que reduz custos administrativos relacionados ao gerenciamento de múltiplos contratos, otimiza a fiscalização da execução contratual, proporciona maior eficiência operacional e garante melhor controle sobre os prazos de confecção, entrega e instalação das placas.
2.5. Dessa forma, a contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e instalação das placas de identificação mostra-se a solução mais adequada para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, garantindo a execução dos serviços com qualidade, segurança, durabilidade e observância das especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, assegurando a correta identificação das 18 (dezoito) unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e do Depósito de Merenda Escolar, mediante a instalação de placas padronizadas, com armação em Metalon galvanizado, medindo 3,70m x 1,00m, impressão digital em lona 440g, resolução 300x500, aplicação de verniz para maior durabilidade e acabamento em cantoneiras de alumínio.

3. DO AVISO DE COTAÇÃO

3.1 Considerando que, durante a pesquisa de preço, não foram encontradas propostas ou cotações capazes de apresentar proposta contemplando a totalidade dos serviços constantes na planilha de especificações, restando a pesquisa insuficiente para a formação de um preço de referência seguro e compatível com a realidade de mercado, faz-se necessária a publicação de **Aviso de Cotação,** nos termos do art. 23, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, com o objetivo de ampliar a divulgação da demanda e possibilitar a participação do maior número possível de potenciais fornecedores/prestadores de serviços interessados.
3.2 A presente medida visa assegurar a obtenção de propostas efetivamente compatíveis com o objeto pretendido, em estrita observância aos princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública, notadamente:
a) o princípio da **legalidade**, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;
b) o princípio da **ampla concorrência e competitividade**, de modo a não restringir indevidamente o universo de licitantes, conforme art. 11, inciso I, e art. 5º da Lei nº 14.133/2021;
c) o princípio da **isonomia**, garantindo tratamento igualitário a todos os potenciais interessados, sem favorecimento a qualquer fornecedor específico;
d) o princípio da **transparência e publicidade**, assegurando ampla divulgação do certame e de seus atos preparatórios, em conformidade com o art. 5º e art. 174 da Lei nº 14.133/2021;
e) o princípio da **busca pela proposta mais vantajosa**, considerando não apenas o menor preço, mas a qualidade, exequibilidade e compatibilidade técnica da proposta com o objeto licitado, conforme art. 11, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021;
f) o princípio da **economicidade e eficiência**, buscando a otimização dos recursos públicos envolvidos, em atenção ao art. 5º da referida Lei.
3.3 A ampliação da pesquisa de preços por meio do presente **Aviso de Cotação** encontra amparo, ainda, no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, autorizando a Administração a adotar parâmetros de pesquisa complementares sempre que os inicialmente obtidos se mostrarem insuficientes, desatualizados ou incompatíveis com a integralidade do objeto pretendido.
3.4 Ressalta-se que a adoção deste procedimento não configura mera liberalidade, mas **dever legal** da Administração, uma vez que a estimativa de preços inadequada ou incompleta pode comprometer a lisura do certame licitatório, dar ensejo a impugnações, sobrestamento do processo ou, ainda, à contratação de proposta inexequível ou superfaturada, em prejuízo do erário e do interesse público.
3.5 Desta forma, o presente Aviso de Cotação será amplamente divulgado, preferencialmente por meio eletrônico (sítio oficial do Município, Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e demais meios de comunicação disponíveis), assegurando-se prazo razoável para manifestação dos interessados, em atenção aos princípios da razoabilidade e da eficiência administrativa.

4. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

4.1 Considerando o Decreto Municipal n° 005/2024 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, indica a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, inclusive de engenharia, e dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.
Diante do exposto no item anterior, esta licitação ocorrerá na modalidade pregão sem registro de preços, considerando que todo o processo será voltado para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DESTINADAS ÀS 18 (DEZOITO) UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARNAÍBA/PE E AO DEPÓSITO DE MERENDA ESCOLAR, TOTALIZANDO 19 (DEZENOVE) PLACAS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

4.2 O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO POR LOTE**.
Justifica-se o critério de julgamento por **MENOR PREÇO POR LOTE**, pois traz benefício ao erário e, nesse sentido, cada vez mais os Órgãos de Controle têm-se posicionado em consonância com esse critério, conforme disposto na Súmula 247 do Tribunal de Contas da União:

"**E obrigatória à admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível**, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, **tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam faze-lo com relação a itens ou unidades autônomas**, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. SUMULA 247". (destaque nosso).

E, nesse esteio, o mesmo TCU, em suas orientações, já estabeleceu o seguinte:

"**Em compras, a divisão do objeto em itens torna-se quase obrigatória, a não ser que fique comprovado prejuízo para o conjunto**. Geralmente são comprados itens distintos de materiais de expediente, de moveis, de equipamentos, de suprimentos etc. **A divisão do objeto em lotes ou grupos como se itens individuais fossem, deve ser vista com cautela pelo agente público, porque pode afastar licitantes que não possam habilitar- se a fornecer a totalidade dos itens especificados nos lotes ou grupos, com prejuízo para a Administração**". (destaque nosso).

Nesse entendimento, essa Administração optou pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, por seguir o posicionamento prolatado pela Egrégia Corte de Contas, outrossim, por entender que trará mais competitividade entre os concorrentes, resultando, consequentemente, em maior economia para o cofre público.

5. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE ESTIMADA E DOS VALORES

5.1 O **lote** foi definido de acordo com as necessidades da Administração Municipal para promover a adequada identificação das **18 (dezoito) unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Carnaíba/PE e do Depósito de Merenda Escolar**, totalizando o fornecimento de 19 (dezenove) placas de identificação, contemplando a **confecção, o fornecimento e a instalação de placas de identificação**, com **armação em Metalon galvanizado, medindo 3,70 metros de largura por 1,00 metro de altura, impressão digital em lona 440g, resolução 300x500, aplicação de verniz para maior durabilidade e acabamento em cantoneiras de alumínio**, conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. A estruturação do objeto busca garantir a padronização da identidade visual institucional, resistência e durabilidade das placas, uniformidade na execução dos serviços e melhor identificação dos prédios públicos, assegurando eficiência na execução contratual, adequada aplicação dos recursos públicos e atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.
5.2 A seguir, a descrição detalhada que servirá de base para elaboração da Cotação de Preços:

LOTE ÚNICO					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Confecção, fornecimento e instalação de placas de identificação, compreendendo a elaboração e adequação da arte conforme os layouts fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, a confecção de placas com **armação em Metalon galvanizado**, nas dimensões de **3,70 metros de largura por 1,00 metro de altura**, com **impressão digital em lona 440g, resolução 300x500, aplicação de verniz para maior durabilidade e acabamento em cantoneiras de alumínio**, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, acessórios e insumos necessários, bem como o transporte e a instalação completa nas **18 (dezoito) unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Carnaíba/PE e no Depósito de Merenda Escolar**, incluindo todos os serviços de fixação, acabamento e ajustes necessários para garantir a perfeita execução, segurança, durabilidade e padronização da identidade visual institucional.	SERVIÇO	19		

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA COTAÇÃO

A validade da COTAÇÃO será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura.

6.2 Deverá ter Declaração de que no(s) preço (s) praticado (s), estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto licitado até a prestação definitiva do objeto;

6.3 As cotações deverão ser apresentadas de acordo com o Termo de Referência, tendo o prazo contado em dias úteis, até o dia 24/08/2026, no e-mail: educacao@carnaiba.pe.gov.br, descrevendo–se no assunto do e-mail, os seguintes dizeres: **A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA ESTA ADMINISTRAÇÃO VISA À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DESTINADAS ÀS 18 (DEZOITO) UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARNAÍBA/PE E AO DEPÓSITO DE MERENDA ESCOLAR, TOTALIZANDO 19 (DEZENOVE) PLACAS COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**. Mais informações podem ser obtidas diretamente na Secretária Municipal de Educação de Carnaíba - PE, no horário das 07h às 13h00min de segunda a sexta-feira.

Carnaíba/PE, 17 de agosto de 2026.

MELANEA FREIRE MARTINS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Layanny Barbosa de Andrade Lima
Código Identificador:07A8680E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CUMARU

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 978/2024

LEI Nº 978/2024

EMENTA: Cria o Programa "Cumaru Alfabetizado - Pacto pela Alfabetização na Idade Certa", que tem por objetivo garantir a alfabetização dos estudantes da rede municipal de ensino na idade certa e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CUMARU, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo, o "Cumaru +Alfabetizado - Pacto pela Alfabetização na Idade Certa" que tem por objetivo garantir a alfabetização dos estudantes da rede municipal de ensino na idade certa até os 8 (oito) anos de idade.

Art. 2º A idade certa para a alfabetização é até os 8 (oito) anos de idade, conforme estabelecido na meta 5 do Plano Municipal de Educação, tendo este programa como foco prioritário o estudante até os 7 (sete) anos de idade.

Art. 3º As ações do Programa "Cumaru + Alfabetizado - Pacto pela Alfabetização na Idade Certa" tem como público-alvo:

•
Todos os estudantes da Educação Infantil com 5 (cinco) anos e estudantes do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, sobretudo, 1º, 2º e 3º anos, aptos ao desenvolvimento cognitivo;

•
Além dos estudantes, o programa pode considerar outros grupos complementares:

•
Professores e Educadores que devem receber formação e capacitação de professores para garantir que eles estejam preparados para ensinar habilidades de leitura e escrita;

•
Coordenadores pedagógicos ou demais educadores de apoio;

•
Gestores escolares;

•
Profissionais do Programa Municipal de Fortalecimento e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

•
Pais, responsáveis e famílias envolvidas no processo de alfabetização, oferecendo orientações e recursos para que possam apoiar as crianças em casa;

•
Crianças que enfrentam barreiras socioeconômicas e que podem necessitar de apoio adicional para alcançar a alfabetização plena.

•
Identificação e apoio a crianças com dificuldades específicas que podem precisar de estratégias de ensino diferenciadas.

CAPÍTULO II
DOS EIXOS ESTRUTURANTES E OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 4º As ações do Programa "Cumaru + Alfabetizado - Pacto pela Alfabetização na Idade Certa" contemplam os seguintes eixos:

•
Elaboração de matriz curricular;

•
Formação para professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares;

•
Oferta de materiais pedagógicos complementares;

•
Avaliação e monitoramento da aprendizagem;

•
Melhoria da infraestrutura física e pedagógica;

•

Gestão e governança;

•
Reconhecimento de boas práticas.

Art. 5. Os objetivos do Programa "Cumaru +Alfabetizado - Pacto pela Alfabetização na Idade Certa" são:
I. Garantir que todos os estudantes da rede pública de ensino de Cumaru estejam minimamente alfabetizados até o final do 3º ano do Ensino Fundamental;
II. Reduzir os índices de alfabetização incompleta e letramento insuficiente em séries avançadas;
III. Melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nas escolas pertencentes às redes públicas municipais;
IV. Fortalecer a relação de acompanhamento e apoio às práticas pedagógicas por parte dos Coordenadores Pedagógicos;
V. Formar gestores sobre a importância do papel do gestor escolar no incentivo às práticas de alfabetização.

Art. 6º. Para alcançar os objetivos propostos, o Município de Cumaru se compromete a:
I. Realizar formação continuada para os professores, com foco em estratégias e metodologias de alfabetização eficazes;
II. Aplicar avaliações de fluência bimestrais para monitorar o progresso dos estudantes e identificar áreas que necessitam de intervenção;
III. Acompanhar, através de uma equipe técnica específica, as visitas às escolas para fornecer suporte direto e orientação aos profissionais envolvidos no programa;
IV. Garantir apoio e formação continuada aos gestores e coordenadores, enfatizando a importância de seu papel no processo de alfabetização.

Art. 7º As ações do Programa "Cumaru +Alfabetizado - Pacto pela Alfabetização na Idade Certa" serão realizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes e as estratégias para desenvolver seus eixos serão elaborados em atos normativos pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 8º. Compete a Secretaria Municipal de Educação e Esportes apoiar a melhoria e a expansão da infraestrutura física e pedagógica das escolas, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade do processo de alfabetização.

Art. 9º. A melhoria da infraestrutura pedagógica das escolas será realizada por meio da:

I - Disponibilização de recursos pedagógicos, equipamentos, materiais e outros insumos utilizados pela rede de ensino para a implementação dos programas de alfabetização; e
II - Instalação de espaços de incentivo a práticas de leitura apropriados à faixa etária, ao contexto sociocultural, ao gênero e ao pertencimento étnico-racial dos estudantes.

Art. 10. Para fins de monitoramento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, serão utilizadas informações dos seguintes instrumentos de avaliação:

•
Avaliação periódica de leitura, realizada pelas escolas e liderada pela rede municipal de ensino;

•
Avaliação periódica de língua portuguesa e matemática, realizada pelas escolas e coordenada rede municipal de ensino;

•
Avaliação estadual anual de língua portuguesa e matemática, realizada através do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco - SAEPE; e

•
Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

§ 1º Os resultados das avaliações previstas nos incisos I e II do caput destinam-se ao monitoramento do processo de alfabetização dos estudantes e ao aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem em sala de aula.
§ 2º Os resultados das avaliações anuais realizadas pelos sistemas estaduais previstas no inciso III do caput fornecerão subsídios para a evolução contínua das políticas de alfabetização, da gestão das escolas das respectivas redes de ensino e das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, com foco na melhoria dos resultados educacionais e com ênfase na redução das desigualdades de aprendizagem observadas entre os estudantes.
§ 3º Os resultados do SAEB, de que trata o inciso IV do caput, serão considerados no diagnóstico das desigualdades e da qualidade da educação básica em escala nacional e, em associação com os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, oferecerão subsídios para o monitoramento e o aprimoramento das políticas educacionais para a alfabetização por parte do Ministério da Educação e dos entes federativos.

Art. 11. A Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal de Educação estabelecerão estratégias, em seu âmbito de atuação, para identificar, reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização, desenvolvidas por:

•
Professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental;

•
Equipes gestoras das escolas de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Art. 12. Serão estabelecidas as estratégias, os prazos para a implementação de ações e informações complementares por ato normativo da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 13. As metas previstas no Anexo deste decreto têm como referência os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco - SAEPE, disponíveis na data da publicação deste decreto.

CAPÍTULO III

COMITÊ ESTRATÉGICO

Art. 14. Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal do "Cumaru +Alfabetizado - Pacto pela Alfabetização na Idade Certa", no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, com a finalidade de realizar a governança sistêmica do programa e colaborar com a formulação e a pactuação de esforços de implementação de políticas, programas e ações em defesa da garantia do direito à alfabetização.

Art. 15. Ao Comitê compete:

•
Apreciar e aprovar os planos de ação para a implementação de políticas, programas e ações no âmbito do "Cumaru +Alfabetizado - Pacto pela Alfabetização na Idade Certa";

•
Apreciar relatórios referentes ao monitoramento da implementação de políticas, programas e ações no âmbito do Programa "Cumaru +Alfabetizado - Pacto pela Alfabetização na Idade Certa"e emitir recomendações para o seu aperfeiçoamento; e

•
Sistematizar dados para subsidiar as tomadas de decisões da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 16. O Comitê é composto por representantes do seguinte órgão e das seguintes entidades:

•
3 (três) da Secretaria Municipal de Educação, um dos quais o coordenará;

•
1 (um) do Conselho Municipal de Educação;

•
1 (um) representante dos professores dos anos iniciais; e

•
2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

§ 1º Cada membro do Comitê terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.
§ 2º Os membros do Comitê e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares do órgão e das entidades que representam e designados em ato da Secretária Municipal de Educação e Esportes.

Art. 17. O Comitê se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Coordenador.
§ 1º O quórum de reunião do Comitê é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.
§ 2º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Coordenador do Comitê terá o voto de qualidade.
§ 3º O Coordenador do Comitê poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 18. A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 19. Ato da Secretaria Municipal de Educação e Esportes aprovará o regimento interno do Comitê.

Art. 20. Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Cumaru- PE, 05 de novembro de 2024.

MARIANA MENDES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

ANEXO

RESULTADOS E METAS DO MUNICÍPIO PARA A ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA							
PERCENTUAL DE ALUNOS ALFABETIZADOS EM 2023	META 2024	META 2025	META 2026	META 2027	META 2028	META 2029	META 2030
76,4	76,97	77,49	78,01	78,52	79,02	79,52	80,00

Fonte: Ministério da Educação.

Publicado por:
Lucas Gonçalves Vasconcelos de Lima
Código Identificador:0A1CC910

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE DORMENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PARA PRECEPTORES DO PROJETO – PET SAÚDE: CLIMA/ UNIVASF

De acordo com o Edital Interno Simplificado 001/2026, que rege a seleção de preceptores para participação no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET SAÚDE: CLIMA/ UNIVASF, no Grupo Tutorial (GT) 05, apresentamos a classificação final dos(as) candidatos(as) inscritos(as), considerando as avaliações realizadas e as respectivas pontuações.

CATEGORIA PROFISSIONAL	NOME DO CANDIDATO(A)	AÇÕES AFIRMATIVAS – AUTODECLARADO (A):	PONTUAÇÃO CARTA DE INTENÇÃO	PONTUAÇÃO CADERNO FORMATIVO	PONTUAÇÃO TOTAL	SITUAÇÃO
Psicólogo (a)	Josiane Maria Rodrigues Coelho CPF: 085.XXX.XXX-01	Pessoa com Deficiência	39 pts	03 pts	42 pts	Aprovado(a)
	Emília Matos de Andrade CPF: 059.XXX.XXX-14	Não se Autodeclarou	37 pts	04 pts	41 pts	Classificado (a) Cadastro Reserva
Profissional de Saúde de Nível superior de qualquer área da saúde - exceto Psicólogo (a)	Maria José Rodrigues Lima CPF: 067.XXX.XXX-38	Não se Autodeclarou	44 pts	06 pts	50 pts	Aprovado(a)
	Cíntia de Castro Reis CPF:105.XXX.XXX-41	Não se Autodeclarou	39 pts	09 pts	48 pts	Classificado (a) Cadastro Reserva
	Tereza Idaline Saraiva Sampaio CPF: 968.XXX.XXX-87	Pessoa Negra	38 pts	09 pts	47 pts	Classificado (a) Cadastro Reserva
	Janiclecia Macedo Albuquerque CPF: 105.XXX.XXX-06	Não se Autodeclarou	40 pts	2 pts	42 pts	Classificado (a) Cadastro Reserva
	Ingrid Gabriella Martins de Sousa CPF: 087.XXX.XXX-77	Não se Autodeclarou	40 pts	0 pts	40 pts	Classificado (a) Cadastro Reserva
	Karinny Souza Mendes CPF: 111.XXX.XXX-07	Não se Autodeclarou	38 pts	0 pts Não apresentou caderno formativo.	38 pts	Classificado (a) Cadastro Reserva

Observações importantes:
Os(as) candidatos(as) classificados(as) como "Aprovado(a)" foram habilitados(as) como preceptores(as) bolsistas no GT 05, do Projeto – PET SAÚDE: CLIMA/ UNIVASF, conforme EDITAL SGTES-MS Nº 23/2026, DE 26 DE MARÇO DE 2026.
Os(as) candidatos(as) classificados(as) em "Cadastro Reserva", poderão ser convocados conforme a necessidade, de acordo com o Art.20 do Edital Interno Simplificado 001/2026.
Diante do exposto, a Comissão Organizadora de Seleção PET-SAÚDE Clima/ UNIVASF - GT 05 parabeniza todos(as) os(as) participantes pelo empenho e dedicação durante o processo seletivo.

Dormentes – PE, 17 de agosto de 2026.

MARIA PATRÍCIA DO NASCIMENTO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Samila Rodrigues Purificação
Código Identificador:6B1F8D4E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GRAVATÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E JUVENTUDE
PORTARIA SMASJ Nº 018, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

VERSA SOBRE A CONVOCAÇÃO 020 DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NA SELEÇÃO SIMPLIFICADA 001/2025/SMASJ.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude, no uso de suas atribuições jurisdicionais, considerando a homologação do resultado final da Seleção Pública Simplificada 001/2025/SMASJ, e tendo em vista, ainda, a necessidade do chamado de aprovados no aludido certame, vem a público divulgar esta convocação dos classificados apontados no Anexo I, cujo locais, horários de datas para se apresentarem, se encontram descritas no apenso citado, devendo os mesmos estarem portando os documentos apontados no ítem 13.5 do Edital que rege o certamente em comento (Anexo II).
Esta Portaria passa a vigorar de imediato a sua confecção e assinatura, que devem se dar em ato conjunto.
Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.

Gravatá, aos 17 de agosto de 2026.

MARIA GORETE GOMES DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social e Juventude

ANEXO I:

CANDIDATO(A)	CARGO	COLOCAÇÃO	LOCAL, DATA E HORÁRIO A SE APRESENTAR
VAGNER FRANCISCO DE JESUS	**MOTORISTA**	**29ª**	Secretaria de Assistência Social, (Av. Dantas Barreto, 51, Prado), 24/08/2026, às 9h.
CLODOALDO MOREIRA DOS SANTOS FILHO	**MOTORISTA**	**30ª**	Secretaria de Assistência Social, (Av. Dantas Barreto, 51, Prado), 24/08/2026, às 9h.
CANDIDATO(A)	**CARGO**	**COLOCAÇÃO**	**LOCAL, DATA E HORÁRIO A SE APRESENTAR**
LUCIENE MARIADO ESPIRITO SANTO SILVA	**PSICOLÓGO**	**61ª**	Secretaria de Assistência Social, (Av. Dantas Barreto, 51, Prado), 24/08/2026, às 9h.
CANDIDATO(A)	**CARGO**	**COLOCAÇÃO**	**LOCAL, DATA E HORÁRIO A SE APRESENTAR**
LAYLA ESTEFANE NICACIO DA SILVA	**AUXILIA ADMINISTRATIVO**	**23ª**	Secretaria de Assistência Social, (Av. Dantas Barreto, 51,

			Prado), 24/08/2026, às 9h.
CANDIDATO(A)	**CARGO**	**COLOCAÇÃO**	**LOCAL, DATA E HORÁRIO A SE APRESENTAR**
JOSENILDO JOAO DA SILVA	**CUIDADOR SOCIAL**	**51ª**	Secretaria de Assistência Social, (Av. Dantas Barreto, 51, Prado), 24/08/2026, às 9h.
AURECI MARIA DA SILVA	**CUIDADOR SOCIAL**	**52ª**	Secretaria de Assistência Social, (Av. Dantas Barreto, 51, Prado), 24/08/2026, às 9h.
CANDIDATO(A)	**CARGO**	**COLOCAÇÃO**	**LOCAL, DATA E HORÁRIO A SE APRESENTAR**
CRISTINA MARTINS DE OLIVEIRA	**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - EXPEDIENTE**	**34ª**	Secretaria de Assistência Social, (Av. Dantas Barreto, 51, Prado), 24/08/2026, às 9h.
CANDIDATO(A)	**CARGO**	**COLOCAÇÃO**	**LOCAL, DATA E HORÁRIO A SE APRESENTAR**
CICERO FRANCISCO DOS SANTOS	**VIGILANTE - PLANTONISTA**	**33ª**	Secretaria de Assistência Social, (Av. Dantas Barreto, 51, Prado), 24/08/2026, às 9h.
CANDIDATO(A)	**CARGO**	**COLOCAÇÃO**	**LOCAL, DATA E HORÁRIO A SE APRESENTAR** Dantas Barreto, 51, Prado), 24/08/2026, às 9h.
JOHNNATAN WILSON DA SILVA DI PACE MENDONCA	**EDUCADOR SOCIAL**	**53ª**	Secretaria de Assistência Social, (Av. Dantas Barreto, 51, Prado), 24/08/2026, às 9h.
WEDJA BEATRIZ DA SILVA	**EDUCADOR SOCIAL**	**54ª**	Secretaria de Assistência Social, (Av. Dantas Barreto, 51, Prado), 24/08/2026, às 9h.

Publicado por:
Danilo José Barbosa da Silva
Código Identificador:AB584842

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IGUARACY

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARACY
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA BANCO DE PARECERISTAS Nº 001/2026
ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

informações	
Nome Completo:	
Nome social (se houver):	
Nome Artístico:	
CPF:	**RG:**
Data de nascimento:	**Tel:**
E-mail:	
Endereço Completo:	
Cidade:	
Estado:	**CEP:**

Pertence a alguma comunidade tradicional? ( ) Não pertenço à comunidade tradicional
( ) Comunidades Rurais ( ) Indígenas ( ) Povos Ciganos ( ) Povos de Terreiro ( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional: _____

Gênero: ( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero ( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Pessoa Não Binária ( ) Não informar

Raça, cor ou etnia: ( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarela

Você é uma pessoa com deficiência PCD? ( ) Sim ( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência? ( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual ( ) Outro tipo. Indicar qual: _____

Qual o seu grau de escolaridade? ( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo ( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo ( ) Pós Graduação Completo ( ) Pós-Graduação Incompleto
Há quanto tempo você desenvolve e comprova sua atuação enquanto pareceristas?
Em qual/quais áreas e seguimentos culturais e artísticos você possui experiência e comprovação enquanto parecerista?
( ) I - Artes cênicas: teatro, dança, circo, ópera, mímica e afins;
( ) II - Artes plásticas, artes gráficas e afins;
( ) III - Artes integradas;
( ) IV - Cultura popular, culturas tradicionais, folclore, artesanato e afins;
( ) V - Design e moda;
( ) VI - Fotografia;
( ) VII - Formação e capacitação;
( ) VIII - Gastronomia;
( ) IX - Literatura, incluindo obras de referência e cordel;
( ) X - Música;
( ) XI - Patrimônio cultural material e imaterial: artístico, histórico, arquitetônico, arqueológico, paleontológico, científico e geocultural, incluindo museus, bibliotecas, arquivos, centros culturais e afins;
( ) XII - Pesquisa cultural;
( ) XIII - Cultura de comunidades de imigrantes, refugiados, povos indígenas, quilombolas e ciganos;

( ) XIV - Cultura digital e cultura urbana;
( ) XV - Cultura LGBTQIA+;
( ) XVI - Audiovisual.
Mini Currículo ou Mini portfólio do(a) Proponente (Envie seu currículo ou release completo, destacando as comprovações, com datas, de suas atuações enquanto parecerista e alguma informação adicional, caso haja)

PREENCHA COM UM "X" TODAS AS DECLARAÇÕES ABAIXO (ITEM OBRIGATÓRIO)
Declarações do(a) candidato(a):
(XX) Declaro que sou maior de 18 anos e que as informações presentes neste formulário são legítimas e têm validade em todo o território brasileiro.
(XX) Declaro que tenho atuação comprovada e tenho experiência enquanto parecerista. Também declaro possuir disponibilidade para participar do processo de análise dos projetos inscritos no edital, caso seja convocado(a).
(XX) Declaro que a presente inscrição pressupõe pleno conhecimento e concordância com os termos do edital, incluindo as condições de impedimento, as quais, também declaro que não me encontro em nenhuma das previsões do edital e que estou de acordo com todas as medidas legais nele contidas.
(XX) Declaro que todos os campos deste formulário constituem autodeclaração e, em caso de falsidade, uso ilícito e/ou imoral da mesma, incorrerei nas penalidades previstas nas égides legais brasileiras.
(XX) Declaro ciência de que a Secretaria Municipal de Cultura se responsabilizará quanto ao tratamento dos dados coletados neste formulário, observando a adequação disposta nos decretos de nº 49.914/2020 e nº 49.265/2020, bem como na lei nº 13.709/2018 (LGPD).
(XX) Declaro ciência de que os dados coletados serão tratados tão somente com a finalidade informada no edital (seleção), bem como às possíveis pesquisas para execução de políticas públicas.

Cidade: _____, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura

Publicado por:
Gladstone Ramos da Silva Junior
Código Identificador:214E85D6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAÍBA

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO FINAL DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO PARA DIRETORES ESCOLARES E DIRETORES ADJUNTOS

A Secretaria Municipal de Educação de Itaíba, em parceria com a PontoEdu, torna público o Resultado Final das Etapas do Processo Seletivo para Diretores Escolares e Diretores Adjuntos, após a análise dos recursos interpostos pelos candidatos, conforme as regras e os critérios estabelecidos no Edital.
A classificação apresentada considera os resultados finais da Prova Objetiva, Análise de Títulos e Apresentação e Defesa do Plano de Gestão, observados os respectivos pesos previstos no Edital.

Nº	Escola	Nome do(a) Candidato(a)	Resultado Final da Prova Objetiva	Resultado Final da Apresentação do Plano de Gestão	Resultado Final da Prova de Títulos	Resultado final	Situação
1	2026001	ÉRICA IZABEL DOS SANTOS	8,5	100	12	0,82	Aprovada
2	2026002	JOSÉ JORGE DA SILVA	9,0	95	30	0,94	Aprovado
3	2026003	JOSÉ CLEUDSON RAMOS LÚIS	10,0	71	30	0,88	Aprovado
4	2026004	QUITÉRIA MARIA DA SILVA DE SOUZA	7,5	50	23	0,65	Reprovada – 2° Etapa (eliminatória)
5	2026005	FERNANDA VIEIRA DA SILVA LINS	9,0	71	28	0,83	Aprovada
6	2026006	QUITÉRIA LEITE MARTINS DA SILVA	10,0	80	30	0,92	Aprovada
7	2026007	MARIA RENATA MIRANDA DE ANDRADE FERREIRA	9,5	56	16	0,71	Reprovada – 2° Etapa (eliminatória)
8	2026008	ALINE LEMOS FRUTUOSO FERREIRA	9,5	95	10	0,83	Aprovada
9	2026009	MARIA ROSEANE DO CARMO SOARES	9,5	85	18	0,84	Aprovada
10	2026010	MARIA JACILEIDE DOS SANTOS	9,5	85	30	0,92	Aprovada
11	2026011	ALEXSANDRA PASCOAL DE CARVALHO	9,0	100	20	0,89	Aprovada
12	2026012	XEILA DANIELA TORRES XAVIER RAMOS	9,5	75	30	0,88	Aprovada
13	2026014	LINDOMARCOS PACHECO RAMOS	9,5	95	30	0,96	Aprovado
14	2026015	HYARIA MARIA BRAZ CHALEGRE	10,0	66	12	0,74	Aprovada
15	2026016	FILIPE DE MELO CAVALCANTI	8,5	31	6	0,50	Reprovado – 2° Etapa (eliminatória)

Itaíba/PE, 17 de agosto de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAÍBA
Ponto Edu

Publicado por:
Ana Paula Santana da Silva
Código Identificador:7C329E01

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO PRELIMINAR DA SELEÇÃO PNAB- DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026

Aos 16 dias do mês de julho de 2026**, reuniram-se os membros da Comissão de Seleção do Projeto de Ações de Fortalecimento da Cultura**, referente ao Edital nº 002/, vinculado à **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB)**, no município de Itaíba-PE, com a finalidade de realizar a análise e divulgar o **resultado preliminar da seleção dos inscritos**.

Após a conferência da documentação apresentada pelos(as) inscritos(as) e a análise das propostas, conforme os critérios e requisitos estabelecidos no Edital, a Comissão chegou ao seguinte resultado preliminar.

ÁREA	**MÚSICA**
DESCRIÇÃO	Quinze (15) iniciativas de artistas individuais, grupos ou coletivosmusicais

Nº	**NOME**
01	ADMILSON PEDRO DOS SANTOS
02	ANTONIO MARCOS DA SILVA
03	APARECIDO RODRIGUES NETO
04	CLAUDIANA PEREIRA BEZERRA
05	CLEILTON RICARDO DA SILVA HONÓRIO
06	EMANUEL FERREIRA DE ALBUQUERQUE
07	FRANCISCO ELIAS DOS SANTOS
08	GONÇALO FRANCISCO DA SILVA VIEIRA
09	GONÇALO FRANCISCO SILVA VIEIRA FILHO
10	JOSEVANIO VENÂNCIO DA SILVA
11	JÚNIOR FÁBIO GONZAGA
12	MANOEL PEREIRA ALVES
13	MARCOS PAULO SOARES ALVES
14	TEOFANES GOMES DE OLIVEIRA
15	WILLIAMS BARROS DOS SANTOS

ÁREA	**ARTESANATO**
DESCRIÇÃO	Vinte (20) iniciativas de artesãos individuais ou coletivos.

Nº	**NOME**
01	ANTONIO LUIZ DE MELO
02	CLEIDE MARIA RODRIGUES DA SILVA SANTOS
03	DANIEL SOARES DE OLIVEIRA
04	DIVA MARTINS DOS SANTOS
05	EDIVANIA DA SILVA DUARTE
06	EVA JAQUELINE DA SILVA
07	IVONIRA SENA FERREIRA DA SILVA
08	JOÃO ALVES GOMES
09	JOSEFA DA SILVA RAMOS
10	JOSEFA ROMILDA GUIMARÃES
11	LUCIA MARIA SILVA RAMOS DA SILVA
12	MARIA ADILIA GOMES
13	MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO
14	MARIA EDINETE FÉLIX DE SOUZA
15	MARIA JOSÉ ALVES DA SILVA CARVALHO
16	MARISTELA MARTINS GOMES
17	QUITERIA OLIVEIRA SILVA DE SIQUEIRA
18	RITA MARIA DA SILVA
19	SUZANA MARIA DE MATOS
20	WGLEYBIELLENE ELIZIANE CHAVES FERREIRA RAMOS

ÁREA	**LITERATURA**
DESCRIÇÃO	Três (03) iniciativas individuais ou coletivas de literatura, livro e leitura.

Nº	**NOME**
01	FELLIPE AUGUSTO LINS ALBUQUERQUE XAVIER
02	JOSÉ ADRIANO MARTINS DE MENEZES SANTOS
03	JOSENILDA PEREIRA DO NASCIMENTO

ÁREA	**MOSTRA GASTRONÔMICA**
DESCRIÇÃO	Oito (08) iniciativas individuais ou coletiva de gastronomia.

Nº	**NOME**
01	ALICE AMLES LEITE XAVIER
02	ERITANIA CRISTIANE DA SILVA VIEIRA
03	GENILDA BERNARDO DE BARROS
04	MARIA SOLANGE GOMES FERREIRA DE LIRA
05	QUITÉRIA BARBOSA DOS SANTOS
06	RENATO MESSIAS RAIMUNDO JÚNIOR

ÁREA	**ÁUDIO VISUAL/PRODUÇÃO E EXPOSIÇÃO**
DESCRIÇÃO	Quatro (04) iniciativas de artistas, produtores, grupos ou coletivos audiovisuais.

Nº	**NOME**
01	ANA PAULA SANTANA DA SILVA
02	ERALDO SENA FERREIRA JUNIOR
03	MARISA CARLA OLIVEIRA MARTINS
04	RAFAEL DO CARMO COEDEIRO

ÁREA	**FORMAÇÃO/OFICINAS**
DESCRIÇÃO	Quatro (04) iniciativas de formação cultural, oficinas, cursos ou atividades de capacitação artística e cultural.

Nº	**NOME**
01	ELAINE DARLLEY LINS MORENO SILVA
02	EUFRANIO MELO BARRETO
03	JOSÉ CARLOS SOARES DE OLIVEIRA

ÁREA	CULTURA POPULAR
DESCRIÇÃO	Quatro (04) iniciativas individuais ou coletivas de dança e cultura popular.

Nº	NOME
01	CARLOS ALBERTO XAVIER
02	KALINE ALVES MACIEL
03	LUANA FRANCISCA XAVIER
04	MARTA DE MELO BARRETO

ÁREA	DANÇAS FOLCLÓRICAS POPULARES DE IDENTIDADE CULTURAL (QUADRILHAS JUNINAS)
DESCRIÇÃO	Quatro (04) iniciativas individuais ou coletivas de dança e cultura popular.

Nº	NOME
01	JOÃO VICTOR BERNARDO DA SILVA
02	APARECIDO RAMOS DA SILVA

ÁREA	DANÇA
DESCRIÇÃO	Três (03) iniciativas individuais ou coletivas de dança e cultura popular.

Nº	NOME
01	FRANCELAYNE PEREIRA GONÇALVES
02	JEAN CEZAR FARIAS
03	JOSÉ AUDONIR FÉLIX DA SILVA

Fica registrado que o presente resultado possui **caráter preliminar**, não constituindo resultado final do processo de seleção.
Os(as) candidatos(as) que desejarem poderão apresentar **recurso**, **5 dias** após a divulgação deste resultado, de forma e condições estabelecidas no Edital nº002 /. Após o período de recursos e a respectiva análise pela Comissão, será divulgado o resultado final da seleção.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Nome: Idelfonso Nunes de Oliveira
Cargo/Função:Diretor de Desenvolvimento da Aprendizagem

Nome: Lucielly Guimarães Tavares Oliveira
Cargo/Função:Auxiliar Administrativo

Nome: Maria Whadyna de Oliveira Melo
Cargo/Função: Coordenadora Pedagógica de Anos Finais

Publicado por:
Ana Paula Santana da Silva
Código Identificador:C7F0B89A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OLINDA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 390 / 2026 – GABINETE

O Secretário de Educação do Município de Olinda/PE, no uso da competência que lhe é conferida pela Lei 6.048/2018, sancionada em 24 de maio de 2018 e modificações posteriores, e tendo em vista a necessidade temporária de excepcional interesse público, fundamentada no Decreto nº 002/2014 e Decreto nº 021/2025, por execução da Seleção Pública Simplificada sob responsabilidade técnica e operacional do INSTITUTO DARWIN - INSTITUTO DE APOIO À EVOLUÇÃO DA CIDADANIA, CNPJ nº 09.273.825/0001-54, **considerando:**
O resultado final divulgado pelo Instituto Darwin supracitado no dia 05/06/2026, em sua página oficial, tendo como base o edital de seleção simplificada nº 01/2026, publicado no Diário Oficial dos municípios em 02 de março de 2026, que traz em seu anexo I, um total de 170 vagas para a função de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) e 430 vagas para a função de Auxiliar de Desenvolvimento dos Estudantes com Deficiência e/ou Transtorno Global do Desenvolvimento (ADEDTGD), e formação de cadastro reserva para ambas funções,
Resolve:
Art. 1º: Publicizar a relação dos classificados nas referidas vagas abertas, bem como a relação dos classificados para o cadastro reserva em cada uma das funções constantes nesta.
Art. 2°: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Secretário Municipal de Educação, em 12 de agosto de 2026 ODIN NEVES

Anexo único da portaria nº 390/ 2026
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil dentro do número de vagas

Inscrição	Nome	Modalidade	Pontuação	Classificação
1031	LUCIANA MARCELINA DO NASCIMENTO OLIVEIRA CRUZ	Ampla Concorrência	80,00	1º
3392	MARIA DAMIANA DE MIRANDA	Ampla Concorrência	70,00	2º
3657	JONNAS MARLON LOPES DE MAGALHAES	Ampla Concorrência	70,00	3º
743	BRENA JOSEANE ALVES DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	69,00	4º
2059	CRISTIANE BARBOSA LEITE	Ampla Concorrência	68,00	5º
3781	FLAVIO CAETANO DO NASCIMENTO	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	67,00	6º
2464	ROBSON QUEIROZ DE OLIVEIRA JUNIOR	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	67,00	7º
2047	CLEITON COSTA DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	67,00	8º
895	ALEXSANDRA EVANGELISTA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	67,00	9º
1382	TATIANA MARIA COSTA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	64,00	10º
88	ANDREZA PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	64,00	11º
851	MARIA ALCIDENIA TEIXEIRA DA SILVA PINHEIRO	Ampla Concorrência	64,00	12º

2289	ELIZETE MARIA DO NASCIMENTO LIRA	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	62,00	13º
4356	LUCIANA FERREIRA DE LIMA	Ampla Concorrência	61,00	14º
3014	MARIA DO SOCORRO DE LIMA	Ampla Concorrência	60,00	15º
3010	MARIA IVONEIDE FELIX DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	60,00	16º
257	ROSEANE SOARES COSTA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	60,00	17º
3326	ROSANGELA CICERA DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	60,00	18º
1346	ELIONAY COIMBRA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	60,00	19º
3350	ANDREA RAPOSO DE MOURA	Ampla Concorrência	59,00	20º
2409	RONALDO PEREIRA DE AZEVEDO	Ampla Concorrência	59,00	21º
920	SHAKYRA STEPHANNE MARTINS DA SILVA CRUZ	Ampla Concorrência	59,00	22º
3455	TASSIANA BAZANTI ARRUDA ALBUQUERQUE	Ampla Concorrência	55,00	23º
2627	MARIA DAS GRACAS DOS SANTOS	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	55,00	24º
4416	LILIAN GOMES DE LIMA	Ampla Concorrência	55,00	25º
1300	SUZI CRISTOVAM DE BARROS LIMA	Ampla Concorrência	55,00	26º
765	JESSICA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	55,00	27º
2999	VILMA LUIZA FEITOZA DO CARMO	Ampla Concorrência	55,00	28º
3724	ARIANA DA SILVA CARNEIRO	Ampla Concorrência	54,00	29º
2069	MARIA DE FATIMA GERUZA DE ANDRADE	Ampla Concorrência	54,00	30º
2436	LUCIANA MARIA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	54,00	31º
566	MAUCINEIA CAVALCANTI DA SILVA	Ampla Concorrência	53,00	32º
4411	LUCIENE LIMA ALVES	Ampla Concorrência	53,00	33º
2878	VALDEILDA MARIA DE MELO	Ampla Concorrência	52,00	34º
3863	CRISTINA LIMA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	52,00	35º
816	EDIVANIA MARGARIDA DE AGUIAR	Ampla Concorrência	52,00	36º
2397	SHEYLA ARAUJO DE SOUZA ANDRADE LIMA	Ampla Concorrência	52,00	37º
3114	DANIELLI MARTINS DA SILVA OLIVEIRA	Ampla Concorrência	52,00	38º
2654	DAYANE PATRICIA BOYER DE OLIVEIRA DE MORAES	Ampla Concorrência	52,00	39º
731	EDUARDA SILVA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	52,00	40º
2008	ALBANITA MARIA URIAS PEREIRA	Ampla Concorrência	50,00	41º
4336	MARIA SALOME GOMES DUARTE	Ampla Concorrência	50,00	42º
1850	MARILUCE SILVA	Ampla Concorrência	50,00	43º
2368	SILVANIA DO NASCIMENTO SILVA	Ampla Concorrência	50,00	44º
2537	ANA CLAUDIA FERREIRA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	50,00	45º
3608	ANA CACILDE VALOES VIDAL	Ampla Concorrência	50,00	46º
893	MARIA FERREIRA GOMES	Ampla Concorrência	50,00	47º
284	KERSIA CRISTIANE FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	50,00	48º
2431	FABIANA SOARES DA SILVA	Ampla Concorrência	50,00	49º
921	CHARLENE ANTONIA DE LIMA	Ampla Concorrência	50,00	50º
3129	JESSIKA MANUELLA DE MELO SILVA ANDRADE	Ampla Concorrência	50,00	51º
3873	LUCIANA SENA MARQUES	Ampla Concorrência	50,00	52º
2547	MARIA CAROLINE DE SOUZA RODRIGUES SANTOS	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	50,00	53º
4548	JOICE VIEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	50,00	54º
391	MARIA ELIETE RODRIGUES	Ampla Concorrência	50,00	55º
3296	YASMIM MARIA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	50,00	56º
1878	GEISA PRISCILA SILVA	Ampla Concorrência	49,00	57º
40	DAYSE TEIXEIRA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	49,00	58º
156	MARISE DOS SANTOS MELO	Ampla Concorrência	48,00	59º
3481	CICERA MARIA LAUREANO DA SILVA	Ampla Concorrência	48,00	60º
371	MARCIA SANTIAGO DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	47,00	61º
188	ANA PAULA GOMES BARBOSA DA SILVA	Ampla Concorrência	47,00	62º
2779	ELIANA MARIA FERREIRA	Ampla Concorrência	46,00	63º
1064	GILCILEIDE DA SILVA PASCOAL	Ampla Concorrência	45,00	64º
1861	REGINA CELIA NASCIMENTO DA SILVA	Ampla Concorrência	45,00	65º
4508	ANA PAULA DANTAS PEREIRA	Ampla Concorrência	45,00	66º
4138	GISELLY MARIA DE SANTANA SOUZA	Ampla Concorrência	45,00	67º
1815	JACINEIDE ALVES BEZERRA DA SILVA	Ampla Concorrência	45,00	68º
692	REJANE OLIVEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	45,00	69º
105	KARLA JULIANE DIAS DE SANTANA	Ampla Concorrência	45,00	70º
4317	VIVIANE CRISTINA DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	45,00	71º
1284	NORMANDA PEREIRA RODRIGUES	Ampla Concorrência	45,00	72º
767	EDVANIA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	45,00	73º
1750	MARIA APARECIDA SILVA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	45,00	74º
2251	EMILIA LUANA SANTANA DE LIMA	Ampla Concorrência	45,00	75º
2034	ANA BEATRIZ SANTANA DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	45,00	76º
2735	EVACILENE MARIA DE MOURA	Ampla Concorrência	44,00	77º
1207	MARIA DO BOM PARTO SANTOS DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	43,00	78º
3834	EDILENE GOMES DE SOUZA	Ampla Concorrência	43,00	79º
1565	ALDENICE DO ESPIRITO SANTO SILVA	Ampla Concorrência	43,00	80º
1691	MARTA ALVES DA SILVA	Ampla Concorrência	42,00	81º
477	JEANE MARIA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	42,00	82º
3475	FATIMA CRISTINA DA SILVA	Ampla Concorrência	41,00	83º
1408	HILMA MARIA SOARES	Ampla Concorrência	40,00	84º
1755	ALDENIRA FRANCISCA DINIZ	Ampla Concorrência	40,00	85º
4329	MARIA REGINA DA SILVA	Ampla Concorrência	40,00	86º
4256	SANDRA MARIA PEREIRA	Ampla Concorrência	40,00	87º
2509	ROSILANE MARIA GALDINO DA SILVA	Ampla Concorrência	40,00	88º
2260	MARIA JOSELITA PEREIRA BARRETO	Ampla Concorrência	40,00	89º
1931	MARIA LYGIA VASCONCELOS DA ROSA E SILVA	Ampla Concorrência	40,00	90º
1416	GLEIDE ARANTES DA SILVA	Ampla Concorrência	40,00	91º
2446	VERA LUCIA SOARES DE LIMA	Ampla Concorrência	40,00	92º
1421	JOSIETE MARIA SILVESTRE DA SILVA	Ampla Concorrência	40,00	93º
3717	RENATA SANTIAGO MARINHO DIAS	Ampla Concorrência	40,00	94º
3182	MARINALVA PAZ CABRAL	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	40,00	95º
4435	LUCIANA CRISTINA GOMES DA SILVA	Ampla Concorrência	40,00	96º
2422	ADRIANA ALVES BARBOSA	Ampla Concorrência	40,00	97º
3204	REJANE MARQUES DE LIMA	Ampla Concorrência	40,00	98º

3570	EDILENE DE SOUZA FERREIRA	Ampla Concorrência	40,00	99º
1109	LUCICLEIDE BATISTA DA SILVA DE HOLANDA	Ampla Concorrência	40,00	100º
2790	ANA PAULA LIMA DA COSTA SILVA OLIVEIRA	Ampla Concorrência	40,00	101º
715	ADJANES BEZERRA SANTOS	Ampla Concorrência	40,00	102º
1343	PATRICIA CRISTINA DO NASCIMENTO SANTOS	Ampla Concorrência	40,00	103º
3747	VALKIRA DEMETRIO FERREIRA	Ampla Concorrência	40,00	104º
496	JACIRA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	40,00	105º
4456	CRISTIANE LIMA DA CUNHA	Ampla Concorrência	40,00	106º
1080	MARIANA PEREIRA DIAS	Ampla Concorrência	40,00	107º
4321	MARIA APARECIDA SANTIAGO SILVA	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	40,00	108º
703	MARIA JOSE GOMES BARRETO SILVA	Ampla Concorrência	40,00	109º
719	TACIANA DOS REIS GONCALVES RUFINO	Ampla Concorrência	40,00	110º
2831	EULINA MARTINS BATISTA	Ampla Concorrência	40,00	111º
2954	WELLIDJA DO NASCIMENTO SILVA	Ampla Concorrência	40,00	112º
1925	PAULA GEORGIA DOS SANTOS DE ARAUJO	Ampla Concorrência	40,00	113º
382	INGRID CRISLAINE MOURA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	40,00	114º
1380	EDITE XAVIER DE ANDRADE	Ampla Concorrência	40,00	115º
2228	MARIA ELIETE ARAUJO DA SILVA	Ampla Concorrência	40,00	116º
30	RAYRA SOUZA CAVALCANTE	Ampla Concorrência	40,00	117º
4316	POLYANE JULIA GOMES SILVA	Ampla Concorrência	40,00	118º
2339	JACILENE MARIA DA CRUZ FARIAS	Ampla Concorrência	40,00	119º
3773	JENNIFER CRISTINE BATISTA DA SILVA	Ampla Concorrência	40,00	120º
4483	TATIANE KELLY MARTINS DA COSTA SANTOS	Ampla Concorrência	40,00	121º
827	SIMONE XAVIER DE LIMA	Ampla Concorrência	39,00	122º
2327	MARIA ESTELA CANDIDO FERNANDES	Ampla Concorrência	38,00	123º
1719	TATIANA AGUIAR DA SILVA	Ampla Concorrência	37,00	124º
1994	RAYANNE SANTANA DO NASCIMENTO	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	37,00	125º
4179	ADILENE MARIA MARQUES PEREIRA	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	35,00	126º
2035	MARIA CRISTINA DA CONCEICAO	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	35,00	127º
2331	ERALDO JOSE DE LIMA MACHADO	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	35,00	128º
3687	ANA CAROLINA CECILIA GOMES DA SILVA	Ampla Concorrência	35,00	129º
189	ROBERTA VERONICA DA CRUZ	Ampla Concorrência	35,00	130º
2475	EDILOURDES ROBERTA SILVA DE CARVALHO	Ampla Concorrência	35,00	131º
3640	VERA LUCIA RAMOS DE LIMA	Ampla Concorrência	34,00	132º
1558	PRISCILLA RAFAELLA ASSIS DA SILVA SOUZA	Ampla Concorrência	34,00	133º
217	GUARACI MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	34,00	134º
2602	PAULA DANIELA MENDES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	34,00	135º
1789	GILMA FARIAS DA SILVA	Ampla Concorrência	32,00	136º
3589	MARIA ANUNCIADA SOUZA DE LIMA	Ampla Concorrência	31,00	137º
2130	TALDIERES GILA JERONIMO	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	30,00	138º
1688	WAGNER BERENGUEL FERREIRA	Ampla Concorrência	30,00	139º
3805	MARIA DA CONCEICAO LIMA DA SILVA	Ampla Concorrência	30,00	140º
2576	PAMELA OLIVEIRA LESSA DA SILVA	Ampla Concorrência	30,00	141º
3798	FLAVIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	Ampla Concorrência	30,00	142º
1292	MONICA CORREIA LEITE	Ampla Concorrência	30,00	143º
2236	ERIVANIA AMORIM	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	30,00	144º
1017	DEIVSON SANTOS DE SANTANA	Ampla Concorrência	30,00	145º
3533	LILIANE JANDIRA LOURENCO DE SOUZA	Ampla Concorrência	30,00	146º
1645	MARIA SUELI DO AMARAL	Ampla Concorrência	30,00	147º
2211	ROSEMARY ALVES DA SILVA	Ampla Concorrência	30,00	148º
4562	TATIANA BATISTA DE LIMA	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	30,00	149º
4543	VALERIA DOS SANTOS MACHADO	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	30,00	150º
888	VERIDIANA MOREIRA DE SOUZA	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	30,00	151º
4314	LUCIANA SANTOS DO NASCIMENTO OLIVEIRA	Ampla Concorrência	30,00	152º
1503	SUSIMARY CRISTINA CARNEIRO DA SILVA	Ampla Concorrência	30,00	153º
259	THALYTA HELEN DA SILVA CAMPOS ASSUNCAO	Ampla Concorrência	30,00	154º
1472	EMANUELLE BARBOSA DE LIMA	Ampla Concorrência	30,00	155º
1148	WHANDA VITORIA SANTOS DA SILVA	Ampla Concorrência	30,00	156º
4153	MIRELLY FERREIRA DE VASCONCELOS	Ampla Concorrência	29,00	157º
317	FABIA FARIAS TEIXEIRA FARIAS	Ampla Concorrência	27,00	158º
4536	ZOZINETE DE MORAES SOUZA	Ampla Concorrência	27,00	159º
3117	ELTON PEDRO NUNES PENA	Ampla Concorrência	27,00	160º
1097	MARCELY RAIANNY DA SILVA BEZERRA	Ampla Concorrência	27,00	161º
1188	IVANIZA MARIA SILVA DE BARROS	Ampla Concorrência	26,00	162º
245	ROBERTA GOES DE SANTANA	Ampla Concorrência	26,00	163º
578	JAQUELINE MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	26,00	164º
3137	GECIANE MAGALHAES DE MEDERIOS FALCAO	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	25,00	165º
4486	KATIA CILENE DE MELO LIMA SILVA	Ampla Concorrência	25,00	166º
3279	MARIA ELECIANA GOMES FERREIRA	Ampla Concorrência	25,00	167º
3711	EDIVANDA SOARES DE BARROS	Ampla Concorrência	25,00	168º
3497	KATIA ALVES DE PAULA	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	25,00	169º
3678	MARIA ANTONIA ALVES DA SILVA	Ampla Concorrência	25,00	170º

Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - ADI, classificados **com pontuação** fora do número de vagas (cadastro reserva):

Inscrição	Nome	Modalidade	Pontuação	Classificação
4185	MARIA DO CARMO CASADO DE MELO	Ampla Concorrência	25,00	171º
4319	AMANDA MAYARA TORRES DE SOUZA	Ampla Concorrência	25,00	172º
1276	EMELLY DA SILVA BORGES	Pessoas Negras (Preto ou pardo)	25,00	173º
3393	JULIANA RAMOS MARTINS	Ampla Concorrência	24,00	174º
1589	SHIRLEY SOARES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	24,00	175º
3574	SANDRA MICHELY MARQUES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	24,00	176º
2531	NATALY MARIA DA SILVA DIAS	Ampla Concorrência	24,00	177º
4580	MICHELINE DO NASCIMENTO SOUZA	Ampla Concorrência	24,00	178º
4516	JAQUELINE CAMILO DA SILVA MARTINS	Ampla Concorrência	24,00	179º
2809	JACIELLY TATIANA DA SILVA LEOCADIO	Ampla Concorrência	24,00	180º

4069	BRUNA MARIANNY POMPILIO DA SILVA	Ampla Concorrência	24,00	181º
2885	AGHATA ALLYCE BARBOSA DE LIMA	Ampla Concorrência	24,00	182º
3956	IRACEMA ANTONIETA BARBOSA DE OLIVEIRA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	23,00	183º
387	MARIANA ARAUJO DA CRUZ AZEREDO	Ampla Concorrência	23,00	184º
3757	LARISSA VITORIA ANDRADE STIN CAVALCANTI CUNHA	Ampla Concorrência	23,00	185º
3677	MARIA CRICIA DE OLIVEIRA SILVA	Ampla Concorrência	23,00	186º
310	ROSIANE PAZ CORREA	Ampla Concorrência	23,00	187º
1901	CARLA CAROLE DA SILVA	Ampla Concorrência	22,00	188º
2103	AMELIA GOMES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	22,00	189º
1811	FRANCISCA CANINDE DA SILVA REIS	PCD	22,00	190º
3063	MARIA ANGELA DE ANDRADE DA SILVA	Ampla Concorrência	22,00	191º
3949	DOUGLAS LOPES DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	22,00	192º
1045	ERIKA VANESSA BERNARDO DA SILVA	Ampla Concorrência	22,00	193º
2941	GABRIEL FRANCISCO LUSTOSA DA SILVA	PCD	22,00	194º
2173	SANDRA SILVA PAZ	Ampla Concorrência	21,00	195º
4328	MONICA MARIA POMPILIO DA SILVA	Ampla Concorrência	21,00	196º
965	TELMA CRISTINA NUNES REGO BARROS	Ampla Concorrência	21,00	197º
3845	THATIANA MARIA MOREIRA DURAES	Ampla Concorrência	21,00	198º
3471	ANA RAQUEL BARBOSA DA SILVA BARRETO	Ampla Concorrência	21,00	199º
1433	WILLAMS TAVARES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	21,00	200º
3903	ALICE RAMOS CAVALCANTI CUNHA	Ampla Concorrência	21,00	201º
1168	YURI PABLO DOS SANTOS ANDRADE	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	21,00	202º
531	ALDINEIA CATARINA ALVES DA SILVA	Ampla Concorrência	20,00	203º
4375	SUELI GALDINO COSTA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	20,00	204º
2828	RUTE BARBO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	20,00	205º
2508	JOELMA MARIA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	20,00	206º
35	JOSEFA ALVES DE ARAUJO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	20,00	207º
4345	RENATA GUEDES DA SILVA	Ampla Concorrência	20,00	208º
406	MERCIA MARIA DA SILVA BARBOSA	Ampla Concorrência	20,00	209º
825	DEISE SOUSA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	20,00	210º
3536	MARICELIA FERREIRA DE SOUZA	Ampla Concorrência	20,00	211º
1837	LUANA BEATRIZ DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	20,00	212º
71	LAUDECIR FERREIRA DE SOUZA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	20,00	213º
2630	MARCELO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA	Ampla Concorrência	20,00	214º
1889	MARIA ELIZETE LOPES MACHADO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	20,00	215º
2529	ELAINE DE LIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	20,00	216º
73	VITORIA ARAUJO DA SILVA	Ampla Concorrência	20,00	217º
2129	BRUNA VANESSA MACIEL DE AGUIAR	Ampla Concorrência	18,00	218º
1539	ALCI MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	18,00	219º
3582	ROSELIA GONCALVES DA SILVA	Ampla Concorrência	18,00	220º
1122	LEONARDO RIBEIRO CAETANO DA SILVA	Ampla Concorrência	18,00	221º
2261	GABRIELA DE SOUZA SILVA	Ampla Concorrência	18,00	222º
588	MIKELLY YASMIM ALVES BARBOSA	Ampla Concorrência	18,00	223º
3689	VIVIANE BARROS DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	18,00	224º
3212	ANILDA DE OLIVEIRA PORTELA	Ampla Concorrência	17,00	225º
3260	TATYANNE BORGES DE PAIVA	Ampla Concorrência	17,00	226º
2856	ELIZABETE CABRAL DA COSTA LIMA	Ampla Concorrência	17,00	227º
3836	EMILLY VITORIA MIRANDA BARBOSA	Ampla Concorrência	17,00	228º
1417	VERA LUCIA NUNES DE ARAUJO	Ampla Concorrência	17,00	229º
1070	ALESSANDRA CARNEIRO BARBOSA	Ampla Concorrência	17,00	230º
3371	DANIELA MONTEIRO DA SILVA	Ampla Concorrência	17,00	231º
2571	DANIELE DE LIMA SANTOS	Ampla Concorrência	17,00	232º
2874	CRISLAYNE NASCIMENTO DA SILVA	Ampla Concorrência	17,00	233º
2803	LETICIA MARIA SANTOS DE SOUZA	Ampla Concorrência	17,00	234º
2452	RACHEL MARIA DOS SANTOS MONTEIRO	Ampla Concorrência	16,00	235º
1611	DAIANA ALVES DA SILVA	Ampla Concorrência	16,00	236º
3160	MARLEIDE LEITE DA SILVA SOUZA	Ampla Concorrência	15,00	237º
2007	ADRIENE PATRICIA MOREIRA DA PAZ	Ampla Concorrência	15,00	238º
3264	CRISTIANE VALERIA DA SILVA FARIA	Ampla Concorrência	15,00	239º
3176	ELIANE DA SILVA PEREIRA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	15,00	240º
737	VALDENICI PAIXAO DA SILVA	Ampla Concorrência	15,00	241º
3830	MARIUCHA DE LIMA FIGUEIREDO BRITO	Ampla Concorrência	15,00	242º
4459	RITA DE CASSIA DA SILVA PAIVA	Ampla Concorrência	15,00	243º
2825	THAMIRES ROBERTA HIGINO PEREIRA	Ampla Concorrência	15,00	244º
2250	MARIA BETANIA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	15,00	245º
1192	EUFROSINA LEITE DA SILVA	Ampla Concorrência	15,00	246º
3569	RAYNARA BARROS VASCONCELOS DINIZ	Ampla Concorrência	15,00	247º
1036	LINDINALVA DA SILVA PATRIARCA	Ampla Concorrência	15,00	248º
923	ANGELICA REGINA FARIAS DOS SANTOS	Ampla Concorrência	15,00	249º
4466	ERICA DOS SANTOS DAVI	Ampla Concorrência	15,00	250º
1976	OSCAR RIBEIRO DA SILVA JUNIOR	Ampla Concorrência	15,00	251º
1519	ELIDA MARIA NUNES DOS SANTOS LEIROS	Ampla Concorrência	15,00	252º
3222	CLAUDIA TRAJANO DE SANTANA	Ampla Concorrência	15,00	253º
3705	REBECA MARIA BRAYNER ALMEIDA	Ampla Concorrência	15,00	254º
711	JESSICA MONTEIRO DA CUNHA CAVALCANTI	Ampla Concorrência	15,00	255º
645	CLARA VITORIA DE BARROS SANTANA	Ampla Concorrência	15,00	256º
3877	LOMARCA SILVA DE LIMA	Ampla Concorrência	14,00	257º
1704	ERIKA GOMES GUEDES FRANCA	Ampla Concorrência	14,00	258º
76	THIAGO ALEXANDRE PEREIRA DE MELO	Ampla Concorrência	14,00	259º
19	JORDY PEREIRA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	14,00	260º
3906	THAIS OLIVEIRA DE MIRANDA	Ampla Concorrência	14,00	261º
4382	ELIANE MARIA DE ARAUJO	Ampla Concorrência	13,00	262º
3047	LADJANY DE ARAUJO FERREIRA BEZERRA	Ampla Concorrência	13,00	263º
4458	MARIA VALERIA PORTELA DA SILVA	Ampla Concorrência	13,00	264º
3459	JULIO CESAR SANTOS BARBOSA	Ampla Concorrência	13,00	265º
3529	THAMISIS RODRIGUES DE LIMA	Ampla Concorrência	13,00	266º
2900	ANA CLARA LIMA LEMAIRE DE MEDEIROS	Ampla Concorrência	13,00	267º

1052	ROSANGELA MARIA DE LIMA MEDEIROS	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	12,00	268º
3534	FERNANDINA ALVES PEREIRA	Ampla Concorrência	12,00	269º
2390	ADRIANO GOMES NASCIMENTO DE SANTANA	Ampla Concorrência	12,00	270º
3911	LUCIANA FLORIANO PORTILLO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	12,00	271º
1142	MICHELLE DE OLIVEIRA BARBOSA	Ampla Concorrência	12,00	272º
2417	BEATRIZ DO NASCIMENTO CANDIDO	Ampla Concorrência	12,00	273º
555	LUCAS JOSE ANTONIO PEREIRA DE MELO	Ampla Concorrência	12,00	274º
2243	DIVA BASILIO DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	10,00	275º
1228	ANA MARIA BEZERRA LEITE	Ampla Concorrência	10,00	276º
922	LUCICLEIDE MARIA DOS SANTOS SILVA	Ampla Concorrência	10,00	277º
4360	CLAUDIA CLICE DOS SANTOS PARAISO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	10,00	278º
1638	MARIA ANDREA SERAFIM DOS SANTOS	Ampla Concorrência	10,00	279º
1606	MARILEIDE MARIA SERAPIAO BARROS	Ampla Concorrência	10,00	280º
3320	MONICA RODRIGUES CORREIA	Ampla Concorrência	10,00	281º
488	SANDRA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	282º
4379	DANIELY BEZERRA DA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	283º
1694	GESICA PIERRE DE ANDRADE	Ampla Concorrência	10,00	284º
4091	JESSICA CARVALHO LIMA DA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	285º
297	ANNE KAROLINE GONCALVES MENDONCA DA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	286º
4247	MARIA LUIZA FILGUEIRA GOMES DE MACEDO CAVALCANTE	Ampla Concorrência	10,00	287º
4109	LUCIENE MARIA BARROS DE ARAUJO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	10,00	288º
357	ELLEN ISLLANE GOMES DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	10,00	289º
3422	CATARINA MARIA RIBEIRO DE BARROS	Ampla Concorrência	10,00	290º
1721	MARTA FERREIRA CORREA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	10,00	291º
4512	CILEIDE MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	292º
353	REJANE FERREIRA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	10,00	293º
3225	WALKIRIA LIMA DA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	294º
673	MARIA DAS GRACAS FEITOSA DE ARAUJO	Ampla Concorrência	10,00	295º
1422	EVANDRO BATISTA DE SOUZA	Ampla Concorrência	10,00	296º
1707	MARIA DA CONCEICAO CAVALCANTI DE SOUZA	Ampla Concorrência	10,00	297º
3467	SILVANIA RAMOS DE OLIVEIRA	Sou mãe, tutor(a) ou responsável legal por	10,00	298º
41	DIONE DA LUZ DOS SANTOS	Ampla Concorrência	10,00	299º
3872	ALCIONE RAMOS DA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	300º
2046	ELEONORA RODRIGUES E SIQUEIRA	Ampla Concorrência	10,00	301º
1419	SUELY MARIA DE SOUSA BATISTA	Ampla Concorrência	10,00	302º
2429	LUCIENE PEREIRA DA SLVA	Ampla Concorrência	10,00	303º
3442	ANA PATRICIA DA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	304º
2569	GISELLE DE SOUZA SILVA CARVALHO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	10,00	305º
3473	BRUNA TAVARES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	10,00	306º
1034	RUBENITA BOTELHO DA SILVA AQUINO	Ampla Concorrência	10,00	307º
776	ALINE KELLY SILVA BASTOS	Ampla Concorrência	10,00	308º
3643	LUCILENE ARAUJO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	10,00	309º
511	ROSANGELA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	310º
104	ISABELLA CRISTINA DA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	311º
398	CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA	Ampla Concorrência	10,00	312º
2229	LEIDIJANE ALVES DOS SANTOS LIRA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	10,00	313º
1701	ADRIANA BANDEIRA ALBUQUERQUE DE ALENCAR	Ampla Concorrência	10,00	314º
2213	ROSINEIDE SILVA DE FRANCA BARROS	Ampla Concorrência	10,00	315º
362	BRUNA LORENY COSTA DE BRITO	Ampla Concorrência	10,00	316º
268	GEISIELE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	10,00	317º
1552	ANDRESA MUNIZ DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	10,00	318º
2534	BRUNA MIKAELY DE JESUS ALENCAR	Ampla Concorrência	10,00	319º
1107	RHIAN VILAR DA SILVA VIEIRA	Ampla Concorrência	10,00	320º
2872	THAINNA BARBOSA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	10,00	321º
4518	DEBORA THAYSA FERREIRA SANTOS	Ampla Concorrência	10,00	322º
396	ANDRELY WANDERLEY SOARES	Ampla Concorrência	10,00	323º
1210	JAKSON MATHEUS SILVA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	10,00	324º
87	MURILO MENEZES FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	325º
3811	ANNA CLARA LIMA SOUZA TRINDADE	Ampla Concorrência	10,00	326º
2587	ESTER VITORIA ALVES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	10,00	327º
2162	VANESSA PATRICIA CAVALCANTI DE ARAUJO	Ampla Concorrência	10,00	328º
2540	VANESSA PAIVA DA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	329º
3904	MARIA CLARA LINS FERREIRA DE SOUZA	Ampla Concorrência	10,00	330º
3218	ELYDIANE BARBOSA DO LIVRAMENTO SOBRINHO	Ampla Concorrência	10,00	331º
3989	MARIA EDUARDA FRANCA DE MELO MORAIS	Ampla Concorrência	10,00	332º
2783	MARIA VITORIA ROCHA DA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	333º
4472	MIRIAN PESSOA DE FRANCA	Ampla Concorrência	9,00	334º
3592	SHIRLENE DE SANTANA NEGREIROS	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	9,00	335º
2706	WILLAMS BARBOSA DA SILVA	Ampla Concorrência	9,00	336º
2981	POLYANNA CAMILO OLIVEIRA DOS SANTOS GODOI	Ampla Concorrência	9,00	337º
913	JULIANO DEMIAN RODRIGUES DE CARVALHO ROLIM	Ampla Concorrência	9,00	338º
4102	BEATRIZ ESTEFANY DE SOUZA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	9,00	339º
2898	VITORIA CASTANHA BURGO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	9,00	340º
3590	KARINA JUSSARA PINHEIRO GOMES	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	9,00	341º
3770	ANA HELANMENDONCA MOREIRA	Ampla Concorrência	9,00	342º
1044	MARIA JOSE DE OLIVEIRA SANTANA	Ampla Concorrência	8,00	343º
926	VALQUIRIA PAULA DE SOUZA	Ampla Concorrência	8,00	344º
2463	PATRICIA DE OLIVEIRA MELO	Ampla Concorrência	8,00	345º
328	THIAGO EUZEBIO DE SOUZA	Ampla Concorrência	8,00	346º
2175	WILLIAM SILVA DE PAULO	Ampla Concorrência	8,00	347º

1687	EDILENE RIBEIRO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	7,00	348º
2317	ROBERTA MONTEIRO FIGUEIREDO DO NASCIMENTO	PCD	7,00	349º
815	ANA KARLA MARIA BARBOSA	Ampla Concorrência	7,00	350º
1413	TATIANE MARIA DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	7,00	351º
1075	MARIA LUIZA DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	6,00	352º
2326	CONCEICAO FRANCISCA DIAS CARVALHO	Ampla Concorrência	6,00	353º
2607	CLEITON JOSE TENORIO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	6,00	354º
2009	ANA BEATRIZ SOUZA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	6,00	355º
4331	TANIA LUCIA DE PAULA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	5,00	356º
2329	ELIANE TEMOTEO DA SILVA SANTOS	Ampla Concorrência	5,00	357º
2349	PATRICIA ALEXANDRINA BARBOSA	Ampla Concorrência	5,00	358º
495	JACQUELINE DA COSTA CORREIA	Ampla Concorrência	5,00	359º
2964	MARIA CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA	Ampla Concorrência	5,00	360º
4510	PAULA RODRIGUES DE SOUZA	Ampla Concorrência	5,00	361º
1077	GEOVANNA LUCIA FRANCA DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	5,00	362º
2230	OZENILDA DE LIMA GUEIROS NEVES	Ampla Concorrência	5,00	363º
1389	ELIANE GOMES DE LIMA	Ampla Concorrência	5,00	364º
3438	CLAUDETE FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	5,00	365º
856	RITA MARIA DA SILVA SALES	Ampla Concorrência	5,00	366º
4488	TELMA BEZERRA DA SILVA	Ampla Concorrência	5,00	367º
3579	JEANNE DA SILVA MELO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	5,00	368º
1919	JACIARA FARIAS MIRANDA PEREIRA	Ampla Concorrência	5,00	369º
3709	GILDETE FERREIRA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	5,00	370º
756	IRIS KALINA MATERNA DA SILVA PAULO	Ampla Concorrência	5,00	371º
1504	FLAVIA SOUZA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	5,00	372º
4481	ALISON PEREIRA RAMALHO	Ampla Concorrência	5,00	373º
2781	LUCIANA DE ALMEIDA SILVA	Ampla Concorrência	5,00	374º
3691	EDJANE VIEIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	5,00	375º
1221	ANA LUIZA ANTONIA DA SILVA	Ampla Concorrência	5,00	376º
2387	JULIANA APARECIDA DA SILVA GOUVEIA DE GOES	Ampla Concorrência	5,00	377º
3197	RAQUEL JERSEY DE MELO SANTOS	Ampla Concorrência	5,00	378º
784	MARIA VANUBIA DE ARRUDA VASCONCELOS	Ampla Concorrência	5,00	379º
2821	MICHELLY BRAZ DO NASCIMENTO ESTEVAM	Ampla Concorrência	5,00	380º
462	MARIA ELITA DA SILVA PEREIRA	Ampla Concorrência	5,00	381º
2098	BRUNA PAULA GRANJEIRO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	5,00	382º
3857	MICHELLY FERREIRA PEREIRA	Ampla Concorrência	5,00	383º
956	RITA DE CASSIA MARIA DE QUEIROZ	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	5,00	384º
3381	ANA BEATRIZ MARIA DE SA SANTANA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	5,00	385º
4553	JOANNA DARC DE OLIVEIRA BARBOSA	Ampla Concorrência	5,00	386º
2107	LIDIANE SOARES COSTA	Ampla Concorrência	5,00	387º
2826	TAYNA BRASILINO LEITE	Ampla Concorrência	5,00	388º
2859	MARIA EDUARDA ARAUJO DA SILVA	Ampla Concorrência	5,00	389º
461	TAINA MARINHO TENORIO BARROS	Ampla Concorrência	5,00	390º
3486	ELIZANGELA MARIA RODRIGUES	Ampla Concorrência	4,00	391º
3685	ANGELICA MARIA FALCAO ARAUJO	Ampla Concorrência	4,00	392º
4464	TALITA FERREIRA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	4,00	393º
3267	CLAUDIA MARIA DO NASCIMENTO FREITAS	Ampla Concorrência	4,00	394º
2097	JEANE BARBOSA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	4,00	395º
3975	ANA MARIA PEREIRA	Ampla Concorrência	4,00	396º
2548	MARIA ELBA PEREIRA DOS SANTOS NETA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	4,00	397º
497	RAKELY RENATA FERREIRA BATISTA	Ampla Concorrência	4,00	398º
3639	NATALIE DA PAIXAO BISPO	Ampla Concorrência	3,00	399º
329	TAISA DANTAS DE SOUZA GALVAO	Ampla Concorrência	3,00	400º
759	EVELIN CAMILA TAVARES MONTEIRO DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	3,00	401º
2462	ELIDA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	3,00	402º
2852	ALISSON VINICIOS SANTOS JARDIM	Ampla Concorrência	3,00	403º

Auxiliar de Desenvolvimento dos Estudantes com Deficiência e/ou Transtorno Global do Desenvolvimento (ADEDTGD) dentro do número de vagas

Inscrição	Nome	Modalidade	Pontuação	Classificação
3046	ADRIANA MARIA PEREIRA DE LIMA	Ampla Concorrência	80,00	1º
3480	DEISE FERNANDA DE LIMA	Ampla Concorrência	80,00	2º
2662	ANTONIO EDUARDO DOS SANTOS RIBEIRO	Ampla Concorrência	80,00	3º
358	BRENA JOSEANE ALVES DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	77,00	4º
3031	MARIA JOSE PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	73,00	5º
1184	MARTA MIGUEL DA SILVA	Ampla Concorrência	73,00	6º
2310	ANA PAULA DO NASCIMENTO DAS CHAGAS	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	73,00	7º
3902	GUSTAVO SANTIAGO DE LIRA FRANCELINO DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	73,00	8º
2972	GLAUCIA VERONICA SOARES DE LIMA	Ampla Concorrência	71,00	9º
3402	MARIA DAMIANA DE MIRANDA	Ampla Concorrência	70,00	10º
1051	VLADEMIR FORTUNATO DA SILVA	Ampla Concorrência	70,00	11º
3785	LUCAS FERREIRA LIMA DA SILVA	Ampla Concorrência	70,00	12º
1832	SIMONE XAVIER DE LIMA	Ampla Concorrência	68,00	13º
3866	FLAVIO CAETANO DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	67,00	14º
1985	CLEITON COSTA DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	67,00	15º
1582	ALESSANDRA CARLA SANTANA DE AQUINO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	67,00	16º
1612	IZABELA DA SILVA MORAIS	Ampla Concorrência	66,00	17º
3285	SUELLEY CRISTINA GOMES CAVALCANTI	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	65,00	18º
2866	FERNANDINA DOS SANTOS DO NASCIMENTO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	64,00	19º
255	EDJANE FRANCISCA MENEZES DA CRUZ	Ampla Concorrência	64,00	20º
3283	TATIANA MARIA COSTA DE OLIVEIRA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	64,00	21º
1267	ELIONAY COIMBRA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	64,00	22º

1023	JEANE RIBEIRO DE LIMA	Ampla Concorrência	62,00	23º
3145	VIVIANE RAMOS DOS SANTOS	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	62,00	24º
739	EDUARDA SILVA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	62,00	25º
4354	CEMIDA ALVES DE ARAUJO MOTA	Ampla Concorrência	61,00	26º
3530	MIDIAM MARIA DE SANTANA	Ampla Concorrência	61,00	27º
2135	LIDIA ALVES DE FARIAS SANTOS	Ampla Concorrência	60,00	28º
2177	ANA ELISABETH PEREIRA CAMARA PINHO	Ampla Concorrência	60,00	29º
1555	TACIANO ALMEIDA SANTOS	Ampla Concorrência	60,00	30º
3553	MARIA DA CONCEICAO ARAUJO COSTA	Ampla Concorrência	60,00	31º
3262	PRISCILA SILVA DE MENEZES SOUZA	Ampla Concorrência	59,00	32º
1955	RAFAEL ALBERTI NEVES LIRA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	59,00	33º
3048	WANIA FRANCISCA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	57,00	34º
1881	ADRIANO ALVES DA SILVA	Ampla Concorrência	57,00	35º
552	JESSICA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	57,00	36º
2265	ELIZETE MARIA DO NASCIMENTO LIRA	Ampla Concorrência	57,00	37º
2568	DIVIANE SILVA DE ANDRADE	Ampla Concorrência	57,00	38º
1521	FERNANDO JOSE DE QUEIROZ FILHO	Ampla Concorrência	56,00	39º
2703	MARIA JOSE DE ALMEIDA PEIXE	Ampla Concorrência	55,00	40º
3675	JOSIANE MACIEL DOS SANTOS DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	55,00	41º
4326	JULIANA MARCOLINA DA SILVA	Ampla Concorrência	55,00	42º
3982	POLLYANA STEFANY DE ALMEDA SALES	Ampla Concorrência	55,00	43º
3759	ANGELICA DANIELLA DOS SANTOS	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	55,00	44º
1141	TACIANE ISABELE DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	54,00	45º
931	DENISE BRAGA DA SILVA	Ampla Concorrência	53,00	46º
3034	NADJANE MARIA DA SILVA ALUQUERQUE	Ampla Concorrência	53,00	47º
2689	VALERIA PATRICIA GRANJEIRO	Ampla Concorrência	53,00	48º
3621	ANDREA RAPOSO DE MOURA	Ampla Concorrência	53,00	49º
4376	JAQUELINA DE FARIAS DE BARROS BATISTA	Ampla Concorrência	53,00	50º
3715	RAPHAELLA CARLA DA SILVA	Ampla Concorrência	53,00	51º
1132	PAULO JOSE DA SILVA	Ampla Concorrência	53,00	52º
2123	ZENEIDE MARIA DE OLIVEIRA SOUZA	Ampla Concorrência	53,00	53º
3254	BRUNO RODRIGUES DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	53,00	54º
1905	ROSELY PRAZERES DO NASCIMENTO SANTANA	Ampla Concorrência	52,00	55º
3091	DAYANE PATRICIA BOYER DE OLIVEIRA DE MORAES	Ampla Concorrência	52,00	56º
1002	ERIC FERNANDO MENDES DA SILVA	Ampla Concorrência	51,00	57º
3319	VILMA MARIA ALELUIA COSTA DA SILVA	Ampla Concorrência	51,00	58º
3907	MARINILZA OLIVEIRA DA COSTA SILVA	Ampla Concorrência	50,00	59º
3368	ROSANGELA BEZERRA SOARES DE FREITAS	Ampla Concorrência	50,00	60º
2248	MIRISDIANA VIEIRA LAGO	Ampla Concorrência	50,00	61º
1084	CLEICE MARIA DE FRANCA	Ampla Concorrência	50,00	62º
1047	ROSANGELA DA SILVA MACEDO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	50,00	63º
961	EDLENE MONTEIRO DE BRITO ROCHA	Ampla Concorrência	50,00	64º
2264	JOSELMA DIAS PACHECO	Ampla Concorrência	50,00	65º
491	JEANE MARIA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	50,00	66º
2604	LUCIA MARIA PEREIRA	Ampla Concorrência	49,00	67º
3410	REJANE DA SILVA BARBOSA	Ampla Concorrência	49,00	68º
1927	ROSIMERY MARIA DA SILVA MARQUES	Ampla Concorrência	49,00	69º
1669	GICELIA SANTANA DE ARRUDA	Ampla Concorrência	49,00	70º
198	REJANE OLIVEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	49,00	71º
2433	DRIELE DE OLIVEIRA ARCANJO	Ampla Concorrência	49,00	72º
4184	NAIARA CRISTINA DA SILVA	Ampla Concorrência	48,00	73º
4318	ENILDA JOSE DOS SANTOS	Ampla Concorrência	48,00	74º
3503	CRISTIANE MARIA MONTEIRO SILVA	Ampla Concorrência	48,00	75º
2014	NICOLY STEFANE DA SILVA LIMA	Ampla Concorrência	48,00	76º
820	ROSIMAR MARIA DO NASCIMENTO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	48,00	77º
4575	ALINE VITORIA DOMINGOS DE FREITAS MIRANDA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	48,00	78º
3078	MARILEIDE DO MONTE SANTOS	Ampla Concorrência	47,00	79º
2943	VALERIA CALADO XAVIER DA SILVA	Ampla Concorrência	47,00	80º
3967	LUCIENE MARQUES CAMPOS	Ampla Concorrência	47,00	81º
480	SELMA CRISTINA FERREIRA JACOME	Ampla Concorrência	47,00	82º
1848	JEANE BRITO PEREIRA	Ampla Concorrência	47,00	83º
478	VIVIANE ALVES DE SANTANA	Ampla Concorrência	47,00	84º
2558	WILMA LIMA DOS SANTOS	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	47,00	85º
1807	FRANLEINE CARVALHO CASTELO BRANCO SPINELLU	Ampla Concorrência	47,00	86º
4177	ANDREA LUCIANA FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	47,00	87º
1062	CRISTINA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	47,00	88º
1952	JESSICA PRISCILA DE SANTANA GOMES	Ampla Concorrência	47,00	89º
2104	CARLA RAFAELA MOURA E SILVA	Ampla Concorrência	47,00	90º
3840	LOMARCA SILVA DE LIMA	Ampla Concorrência	46,00	91º
4224	SILVANIA ALVES DE ARAUJO SILVA	Ampla Concorrência	46,00	92º
1917	RENATA MARIA GONCALVES	Ampla Concorrência	46,00	93º
4333	MARIA SALOME GOMES DUARTE	Ampla Concorrência	45,00	94º
3841	GILVANETE JOANA FERREIRA BASTOS	Ampla Concorrência	45,00	95º
1801	FRANCINY PAULA DA CRUZ SOUTO MAIOR	Ampla Concorrência	45,00	96º
2198	MARIA BETANIA DA SILVA GOMES	PCD	45,00	97º
1875	GEISA PRISCILA SILVA	Ampla Concorrência	45,00	98º
3383	REGINA COELY DE LIMA	Ampla Concorrência	45,00	99º
585	ANDREZA BARBOSA DOS SANTOS LINS	Ampla Concorrência	45,00	100º
1104	CLAUDIA BELMIRA DE SOUSA SANTOS	Ampla Concorrência	45,00	101º
1244	MARIA RAQUEL FARIAS DA SILVA	Ampla Concorrência	44,00	102º
3098	MOSELI DE MELO	Ampla Concorrência	43,00	103º
3617	JANECI MARIA DOS SANTOS	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	43,00	104º
775	EZI SOARES DANTAS	Ampla Concorrência	43,00	105º
4470	POLIANA DE BRITO SENA GUERRA	Ampla Concorrência	43,00	106º
1205	VALDEMIR CARNEIRO DA CRUZ	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	42,00	107º
1675	RENAN GUSTAVO CHAGAS DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	42,00	108º
3159	TIAGO ARIEL DA SILVA MIRANDA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	42,00	109º
3970	JAMILE CONCEICAO BARROS DOS SANTOS	Ampla Concorrência	41,00	110º

	CARDOSO			
3029	GECIANA RODRIGUES DE LIMA MARQUES	Ampla Concorrência	41,00	111º
4361	VIMA MENDES VIEIRA	Ampla Concorrência	40,00	112º
1415	ELIANE FRANCISCA DA SILVA	Ampla Concorrência	40,00	113º
3088	ELCI VIRGINIA DE SOUZA	Ampla Concorrência	40,00	114º
2238	GLORIA MARIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	40,00	115º
152	MARCOS DA SILVA VERAS	Ampla Concorrência	40,00	116º
669	ANNE CHARLENE MOURA DE OLIVEIRA COSTA	Ampla Concorrência	40,00	117º
1845	HOSANA BARBOSA DE OLIVEIRA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	40,00	118º
1678	ALDA LUCIA MENDES DA ROCHA	Ampla Concorrência	40,00	119º
2075	MILTON OLIVEIRA CAIRO	Ampla Concorrência	40,00	120º
1010	TACIANA DOS REIS GONCALVES RUFINO	Ampla Concorrência	40,00	121º
1884	LUCAS TIAGO DE SANTANA SILVA	Ampla Concorrência	40,00	122º
3309	VALERIA DA SILVA FARIAS SOUZA	Ampla Concorrência	40,00	123º
3884	ERICA DA SILVA CASSIMIRO	Ampla Concorrência	40,00	124º
933	MARIA FERREIRA GOMES	Ampla Concorrência	40,00	125º
102	ALEXANDRE FELIX DE LIMA	Ampla Concorrência	40,00	126º
481	ROSIMARY GODOY BENEVIDES	Ampla Concorrência	40,00	127º
1852	EMILIA LUANA SANTANA DE LIMA	Ampla Concorrência	40,00	128º
1214	ANA LETCIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	40,00	129º
2930	MARILIA DA PURIFICACAO SOUZA	Ampla Concorrência	40,00	130º
133	WALERIA MARIA DE LIMA	Ampla Concorrência	39,00	131º
1029	CARLA THAMIRES LIMA NUNES	Ampla Concorrência	38,00	132º
2002	ALBANITA MARIA URIAS PEREIRA	Ampla Concorrência	38,00	133º
1841	LILIANE JANDIRA LOURENCO DE SOUZA	Ampla Concorrência	37,00	134º
4270	CECILIO MACHADO DA SILVA NETO	Ampla Concorrência	37,00	135º
3703	VALDETE CARVALHO DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	37,00	136º
2836	ROSANGELA MARIA DA FONSECA	Ampla Concorrência	37,00	137º
4310	JANILO ITALO MELO DANTAS	Ampla Concorrência	37,00	138º
1243	EDILEUZA ALBUQUERQUE BORGES	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	36,00	139º
1263	CHRISTIANA DA SILVA BARBOZA	Ampla Concorrência	36,00	140º
2262	ANA MARIA BRITO DOS SANTOS	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	36,00	141º
4384	EUDES DE OLIVEIRA BARROS	Ampla Concorrência	35,00	142º
4546	CAMILLY VICTORIA DE SANTANA SOUZA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	35,00	143º
3150	MERCIA DA SILVA NERES	Ampla Concorrência	35,00	144º
3899	MARIA APARECIDA CLAUDINO DA SILVA GUIAMRAES	Ampla Concorrência	35,00	145º
399	LUCIANO SANTOS DE SANTANA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	35,00	146º
2848	LAIS NEGROMONTE ANDRADE DE SOUSA	Ampla Concorrência	35,00	147º
1171	PATRICIA CLAUDIA PATRIARCA DA SILVA	Ampla Concorrência	35,00	148º
426	MARIA DE LOURDES ALEXANDRINA BARBOSA	Ampla Concorrência	35,00	149º
2003	EDITE XAVIER DE ANDRADE	Ampla Concorrência	35,00	150º
2491	TATIANA AGUIAR DA SILVA	Ampla Concorrência	34,00	151º
3342	HELOISA DE SIQUEIRA NASCIMENTO	Ampla Concorrência	33,00	152º
4453	ELIANE MARIA SALES DA SILVA	Ampla Concorrência	33,00	153º
4093	EDIVANDA SOARES DE BARROS	Ampla Concorrência	33,00	154º
2457	STEFANIA GRACIANO GAMELEIRA	Ampla Concorrência	33,00	155º
2870	IOLANDA JOSE DA SILVA BARROS	Ampla Concorrência	33,00	156º
4397	ALEXANDRO ANTONIO DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	33,00	157º
2055	SEVERINA DE OLIVEIRA TEOBALDO	Ampla Concorrência	33,00	158º
898	MARIA ALCIONE ANDRADE DE SOUZA	Ampla Concorrência	33,00	159º
221	THALYTA HELEN DA SILVA CAMPOS ASSUNCAO	Ampla Concorrência	33,00	160º
451	LUCAS PAES DO AMARAL	Ampla Concorrência	33,00	161º
2271	BRUNA NERY CANDIDO SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	33,00	162º
1206	MAYANE VITORIA GOMES RODRIGUES	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	33,00	163º
3987	ANA CINTHYA RODRIGUES DOMINGOS	Ampla Concorrência	33,00	164º
4403	KAROLAINE CARLA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	33,00	165º
1076	ESDRAS NAEL MARQUES DE LIMA	Ampla Concorrência	33,00	166º
3425	CAUA VICTOR COSTA DE AGUIAR	Ampla Concorrência	33,00	167º
3702	KAEL MACHADO DIAS CAVALCANTI	Ampla Concorrência	33,00	168º
2887	AGHATA ALLYCE BARBOSA DE LIMA	Ampla Concorrência	33,00	169º
3093	MATEUS RICARDO DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	33,00	170º
3558	SOFIA VALOIS CORREIA	Ampla Concorrência	33,00	171º
1902	ALEXANDRA MARIA DA SILVA FONSECA	Ampla Concorrência	32,00	172º
2453	MARIA ESTELA CANDIDO FERNANDES	Ampla Concorrência	32,00	173º
3132	CYNTHIA LOPES DE AZEVEDO	Ampla Concorrência	32,00	174º
1971	ANDREA TAVARES DE ALBUQUERQUE NASCIMENTO	Ampla Concorrência	32,00	175º
1253	ALEXSANDRA PATRICIA TIBURCIO FREITAS	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	32,00	176º
900	JULIANA MARIA DE SOUSA	Ampla Concorrência	32,00	177º
2455	JESSICA VITORIA DE SOUZA SANTOS	PCD	31,00	178º
3831	GILMAR SILVA DOS SANTOS	PCD	31,00	179º
4418	KEILA MARIA CARNEIRO AGUIAR	Ampla Concorrência	30,00	180º
2858	CLEONICE FRANCISCA DA SILVA	Ampla Concorrência	30,00	181º
4156	JOSE JUVENAL SOARES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	30,00	182º
2807	JACIELLY TATIANA DA SILVA LEOCADIO	Ampla Concorrência	30,00	183º
3800	JULIA NICOLY MALHEIROS DE SOUZA NASCIMENTO	Ampla Concorrência	30,00	184º
2543	VANESSA BEZERRA COSTA	Ampla Concorrência	29,00	185º
1654	RUTE BRAZ RODRIGUES DA SILVA	Sou mãe, tutor(a) ou responsável legal por	28,00	186º
3753	DAIANE SILVA DA COSTA	Ampla Concorrência	28,00	187º
3379	ISABEL CRISTINA GONCALVES DA COSTA	Ampla Concorrência	28,00	188º
1768	JULIANA RAMOS MARTINS	Ampla Concorrência	28,00	189º
4537	WILIANA MARIA DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	28,00	190º
448	TAMIRES DE OLIVEIRA SILVA	Ampla Concorrência	28,00	191º
3144	ROSILENE BARBOSA DE ANDRADE MENDES	Ampla Concorrência	27,00	192º
1607	CATIA DE ALMEIDA DA SILVA	Ampla Concorrência	27,00	193º
2394	JANE KELY MARIA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	27,00	194º
2041	LEILA MIRELLI GOMES DO NASCIMENTO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	27,00	195º

1959	ISABEL POLLYANA DA SILVA	Ampla Concorrência	27,00	196º
2970	CLAUDIA CRISTINA CORREIA DE MELO	Ampla Concorrência	27,00	197º
685	CLAYTON MARTINS DOS SANTOS SILVA JUNIOR	Ampla Concorrência	27,00	198º
3009	FERNANDA FERREIRA LIMA DO NASCIMENTO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	27,00	199º
1151	EULINE FREITAS GILES	Ampla Concorrência	27,00	200º
4010	MONIQUE OLIVEIRA BENEVIDES	Ampla Concorrência	27,00	201º
1814	ALLANA STEFFANE DA SILVA BARBOSA	Ampla Concorrência	27,00	202º
1167	VERONICA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	26,00	203º
1492	JAMILLY VITTORIA SILVA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	26,00	204º
3802	ANILDA DE OLIVEIRA PORTELA	Ampla Concorrência	26,00	205º
112	NATHALY CRISTINA RODRIGUES DA SILVA VIEGAS	Ampla Concorrência	26,00	206º
510	RAFAEL PEREIRA DA SILVA SANTOS	Ampla Concorrência	26,00	207º
2586	BRUNA MIKAELY DE JESUS ALENCAR	Ampla Concorrência	26,00	208º
2357	NICOLY EVELLEN COSTA DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	25,00	209º
1018	CRISTOVAO JOSE DE LUCENA	Ampla Concorrência	25,00	210º
1282	ROBERTA DE MOURA TORRES	Ampla Concorrência	25,00	211º
943	CLAUDIA OTILIA DA SILVA	Ampla Concorrência	25,00	212º
1453	LUIZ GUSTAVO DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	25,00	213º
1054	EWERTON FELIPE BORGES SILVA	Ampla Concorrência	25,00	214º
1217	LAURINDA LEOPOLDINA SANTANA DE SIQUEIRA LUIS	Ampla Concorrência	24,00	215º
360	JOSEFA MARIA SOBRAL	Ampla Concorrência	24,00	216º
4532	SARA RAQUEL FERREIRA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	24,00	217º
4089	JOSE VICTOR LOPES DE ANDRADE	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	24,00	218º
1302	IRACI BORGES PEREIRA	Ampla Concorrência	23,00	219º
3546	MARICELIA FERREIRA DE SOUZA	Ampla Concorrência	23,00	220º
2868	CARLOS ANDRE ALVES FILHO	Ampla Concorrência	23,00	221º
246	CELINA ESTER CAVANI DA MATA	Ampla Concorrência	23,00	222º
1652	FRANCISCA CANINDE DA SILVA REIS	PCD	23,00	223º
3069	SIMONE OLIEIRA DE SOUZA SILVA	Ampla Concorrência	23,00	224º
134	RENATA FELIX DA SILVA	Ampla Concorrência	23,00	225º
542	INGRID SUELLEN ALMEIDA ANTERO DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	23,00	226º
470	ANA PAULA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	22,00	227º
3355	SARA MARIA FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	22,00	228º
3236	LUCILEIA MARIA GONCALVES	Ampla Concorrência	22,00	229º
3468	RITA DE CASSIA MARIA DE MELO	Ampla Concorrência	22,00	230º
1907	MARIANA ALMEIDA MAGALHAES NERI	Ampla Concorrência	22,00	231º
2946	GABRIEL FRANCISCO LUSTOSA DA SILVA	PCD	22,00	232º
2380	JESSICA DRIELLY TAVARES DE SOUZA CRUZ	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	21,00	233º
3852	SUSANA PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	21,00	234º
4116	MARIA EDUARDA COUTINHO DE SANTANA	Ampla Concorrência	21,00	235º
582	JAQUELINE MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	21,00	236º
567	ALDINEIA CATARINA ALVES DA SILVA	Ampla Concorrência	20,00	237º
458	JEZABEL DE OLIVEIRA LIMA	Ampla Concorrência	20,00	238º
2157	MARIA ELECIANA GOMES FERREIRA	Ampla Concorrência	20,00	239º
2628	BEATRIZ GOMES DO NASCIMENTO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	20,00	240º
3289	VASTI SANTOS COSTA DE MOURA	Ampla Concorrência	20,00	241º
4507	ELCIO HERMGENES DE BARROS	Ampla Concorrência	20,00	242º
3707	MARIA CLARA RODRIGUES TINOCO CABRAL	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	20,00	243º
1581	RIZONETE FELIX DOS SANTOS MARTINIANO	Ampla Concorrência	20,00	244º
441	MARIA BIANCA CAVALCANTI MOURA	Ampla Concorrência	20,00	245º
1262	DIRCEU MENDES FERREIRA	Ampla Concorrência	20,00	246º
3362	MARCIA REGINA DOS SANTOS LIMA	Ampla Concorrência	20,00	247º
2354	TATIANA FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	20,00	248º
3610	MARCELA GOMES BARBOSA	Ampla Concorrência	20,00	249º
1183	LILIANE MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	20,00	250º
485	DEBORA REGINA ALBINO DE SOUZA	Ampla Concorrência	20,00	251º
2996	LAIS DE ALCANTARA COSTA	Ampla Concorrência	20,00	252º
1156	ERIKA DYANE DOS SANTOS	Ampla Concorrência	20,00	253º
4244	JOAO BENJAMIM MAGALHAES FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	20,00	254º
2305	FLAVIO HENRIQUE NUNES DE ARRUDA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	20,00	255º
2183	SANDRA LESSA PEREIRA GONCALVES	Ampla Concorrência	19,00	256º
735	SILVANA ARAUJO DE LUCENA	Ampla Concorrência	19,00	257º
3756	MARCIA MARIA DOS SANTOS	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	19,00	258º
533	VALDETE FRAGOSO AGRA	Ampla Concorrência	19,00	259º
3980	ROSA BARROS CHAVES DE CARVALHO	Ampla Concorrência	19,00	260º
3849	RODRIGO SANTANA DE SOUZA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	19,00	261º
4477	DANILO TOME DE ANDRADE	Ampla Concorrência	19,00	262º
2039	SARA VIVIANE DE AGUIAR MAURICIO	Ampla Concorrência	19,00	263º
450	ROBERTA KELLY FERNANDES DA SILVA	Ampla Concorrência	19,00	264º
3713	NATALIA MENDES DE SOUZA	Ampla Concorrência	19,00	265º
2935	JOSE ANTONIO RUFINO	Ampla Concorrência	18,00	266º
3669	MANUELA GOMES SANTANA DA SILVA	Ampla Concorrência	18,00	267º
847	DOURILAN TEIXEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	18,00	268º
2170	JOAO MARCOS DE MELLO SOTERO	Ampla Concorrência	18,00	269º
684	IANA DE SANTANA	Ampla Concorrência	18,00	270º
1163	ANA HELENA DE SOUZA LIMA	Ampla Concorrência	18,00	271º
2778	ARLETE OLIVEIRA DE ANDRADE	Ampla Concorrência	18,00	272º
386	DENILDO DA SILVA COSTA	Ampla Concorrência	18,00	273º
86	RENATA CISNEIROS DE ALBUQUERQUE MELO	Ampla Concorrência	18,00	274º
2768	CAUA GOMES DE OLIVEIRA LIMA	Ampla Concorrência	18,00	275º
2048	JAMYLLY STHEFANNY MARTINS BRAZ	Ampla Concorrência	18,00	276º
4480	MARINETE DAS NEVES LOURENCO CELESTINO	Ampla Concorrência	17,00	277º
3193	MARIA BERTIANE ALEXANDRE FERREIRA	Ampla Concorrência	17,00	278º
2928	ARIADNY ARAUJO GOMES	Ampla Concorrência	17,00	279º
625	GERLAYNE LUCIA DA SILVA	Ampla Concorrência	17,00	280º
430	TALITA ALBERTINO DE LIMA.	Ampla Concorrência	17,00	281º
2877	CRISLAYNE NASCIMENTO DA SILVA	Ampla Concorrência	17,00	282º
1999	MAYCON REIS CORREIA GOMES	Ampla Concorrência	17,00	283º

2861	MARIANA CRISTINA MENDES DE SOUZA	Ampla Concorrência	17,00	284º
2280	KATIA JULIANA BARROS DA SILVA NASCIMENTO	Ampla Concorrência	16,00	285º
69	NATALI VIEIRA DA CRUZ DA SILVA	Ampla Concorrência	16,00	286º
400	ROMERO ANTONIO DA SILVA GONCALVES DE CARVALHO	Ampla Concorrência	16,00	287º
3465	NELMA LUCIA GOMES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	16,00	288º
2145	KADJA MAYRA DOS SANTOS PIRES	Ampla Concorrência	16,00	289º
4041	ROSIANE MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	16,00	290º
3138	GISELLE MARIA SOARES DE MELO	Ampla Concorrência	16,00	291º
3338	MARIANA SILVA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	16,00	292º
2860	JASSIANA CRISTINA MENDES DE SOUZA	Ampla Concorrência	16,00	293º
313	GISELY MARIA DE ARAUJO RODRIGUES	Ampla Concorrência	16,00	294º
3233	MARLEIDE LEITE DA SILVA SOUZA	Ampla Concorrência	15,00	295º
1979	ANGELA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	15,00	296º
326	MONICA MARIA SOUZA DE SENNA	Ampla Concorrência	15,00	297º
1667	ARLIANA DE PAIVA CORREIA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	15,00	298º
2127	INGRIDI VALERIA DA SILVA	Ampla Concorrência	15,00	299º
2255	FERNANDA DA SILVA PEREIRA	Ampla Concorrência	15,00	300º
2024	FERNANDINA ALVES PEREIRA	Ampla Concorrência	15,00	301º
1321	JOSEFA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	15,00	302º
4581	TACILMARIO MARIANO DE OLIVEIRA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	15,00	303º
3721	TATIANA MARIA MORAES DA SILVA	Ampla Concorrência	15,00	304º
688	RAQUEL MARIA PINHEIRO DE LIMA	Ampla Concorrência	15,00	305º
1797	RAFAEL DE MOURA CAMPOS	Ampla Concorrência	15,00	306º
1081	MARIA LUIZA MIRANDA MELO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	15,00	307º
2541	ISAAC MARTINHO LIRA BEZERRA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	15,00	308º
3792	MARIA EDUARDA MEIRELLES PAIXAO	Ampla Concorrência	15,00	309º
3058	RITA DE CASSIA RUFINO DO ADRO RIBEIRO CARNEIRO	Ampla Concorrência	15,00	310º
554	VALDIRENE MEDEIROS DA SILVA	Ampla Concorrência	14,00	311º
1646	ANDREA SANTIAGO DA SILVA	Ampla Concorrência	14,00	312º
3656	REBECA MARIA BRAYNER ALMEIDA	Ampla Concorrência	14,00	313º
2295	LARISSA GABRIELA DA SILVA VANDERLEI	Ampla Concorrência	14,00	314º
3018	LAURA WANNESSA RODRIGUES DE SOUZA	Ampla Concorrência	14,00	315º
968	LUANA DA SILVA CASTRO	Ampla Concorrência	13,00	316º
1319	ANA MARIA BEZERRA LEITE	Ampla Concorrência	13,00	317º
2772	GILVANETE MARIA DE CASTRO PEREIRA	Ampla Concorrência	13,00	318º
3025	LADJANY DE ARAUJO FERREIRA BEZERRA	Ampla Concorrência	13,00	319º
3185	KATIA SOUZA DE ANDRADE	Ampla Concorrência	13,00	320º
3012	MARIA DAS DORES SILVA DA ROCHA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	13,00	321º
1637	RUTE MARIA DE ARAUJO	Ampla Concorrência	13,00	322º
3528	MILENA RENATA DA SILVA RIBEIRO	Ampla Concorrência	13,00	323º
1235	PRISCILA GOMES DE FREITAS	Ampla Concorrência	13,00	324º
3806	FABIO MURYLO FERREIRA GOMES	Ampla Concorrência	13,00	325º
3984	MARCIA PAES FERREIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	13,00	326º
3370	ISIS DE SA CAVALCANTI	Ampla Concorrência	13,00	327º
500	FERNANDO BEZERRA RIBEIRO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	13,00	328º
3490	JANINE DE SOUZA OLIVEIRA	Ampla Concorrência	13,00	329º
1540	ROMARIO PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	13,00	330º
3793	ADRYENNE ELLEN RODRIGUES SANTOS	Ampla Concorrência	13,00	331º
4327	AMANDA NASCIMENTO SANTANA	Ampla Concorrência	13,00	332º
876	MARIA FERNANDA CARMENCITA LOPES DA SILVA	Ampla Concorrência	13,00	333º
2962	INGRID DE LIMA SILVA	Ampla Concorrência	13,00	334º
4201	SOLANGE DE SOUZA MENDES	Ampla Concorrência	12,00	335º
1378	ROBERIO FELIPE SANTIAGO	Ampla Concorrência	12,00	336º
540	SHIRLENE FERREIRA MARQUES	Ampla Concorrência	12,00	337º
1993	EVANDRO PEREIRA DE LIMA	Ampla Concorrência	12,00	338º
1180	ALINE PESSOA DA SILVA GOMES	Ampla Concorrência	12,00	339º
2259	MARCICLEIDE CAMILO LOPES DA SILVA	Ampla Concorrência	12,00	340º
986	GIVALDO JOAQUIM DA SILVA	Ampla Concorrência	12,00	341º
3647	JAQUELINE MARIA DE SANTANA	Ampla Concorrência	12,00	342º
2953	ROBERTA LORENA FERREIRA PEREIRA	Ampla Concorrência	12,00	343º
1826	MARCELA BARBOSA DE LIRA	Ampla Concorrência	12,00	344º
2876	YASMIN ALBUQUERQUE SOARES SILVA	Ampla Concorrência	12,00	345º
3502	CAROLINE EDITE MACENA	Ampla Concorrência	11,00	346º
1333	EDSON RODRIGUES DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	11,00	347º
1579	ALCIONE MONIQUE CABRAL DA SILVA	Sou mãe, tutor(a) ou responsável legal por	11,00	348º
3252	ROSSANA CONCEICAO DA SILVA BARBOSA BARBOSA	Ampla Concorrência	10,00	349º
1666	INALDA ARAUJO DE FIGUEIREDO	Ampla Concorrência	10,00	350º
1738	MAURO SILVA DE SOUZA	Ampla Concorrência	10,00	351º
3235	EDILSON DOS SANTOS MENEZES COUTINHO	Ampla Concorrência	10,00	352º
3738	ESTE MAURICIO DE SOUZA	Ampla Concorrência	10,00	353º
1022	ELIZABETE LIMA NUNES	Ampla Concorrência	10,00	354º
3349	NELSELENE MARIA DE OLIVEIRA DA PAZ ARAUJO	Ampla Concorrência	10,00	355º
844	JOSELMA RAMOS ALVES	Ampla Concorrência	10,00	356º
219	ANA CRISTINA PATRICIO DE LIMA	Ampla Concorrência	10,00	357º
912	GISELLE FRANISCA DA COSTA	Ampla Concorrência	10,00	358º
1313	LINDINALVA DA SILVA PATRIARCA	Ampla Concorrência	10,00	359º
3406	AIRAN MARIA CHAGAS ALVES	Ampla Concorrência	10,00	360º
2965	ELIANE CARLA BARBOSA	Ampla Concorrência	10,00	361º
1967	DENISE MARIA DA SILVA SANTOS	Ampla Concorrência	10,00	362º
3472	SILVANIA RAMOS DE OLIVEIRA	Sou mãe, tutor(a) ou responsável legal por	10,00	363º
4358	ANDREIA CRISTINA MARIA DA SILVA	PCD	10,00	364º
440	JACQUELINE DA COSTA CORREIA	Ampla Concorrência	10,00	365º
2675	CARLOS HENRIQUE PENHA DE ARAUJO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	10,00	366º
4364	FLAVIA MARIA BATISTA DA SILVA ARAUJO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	10,00	367º
1225	CARLA REGINA SALES DE LIRA	Ampla Concorrência	10,00	368º
1817	MARIA CRICIA DE OLIVEIRA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	369º
2391	ADRIANA DUARTE DE SANTANA	Ampla Concorrência	10,00	370º

3889	EBSON PEREIRA LEAO	Ampla Concorrência	10,00	371º
2976	GUSTAVO HENRIQUE DE SOUZA SILVA	Ampla Concorrência	10,00	372º
2959	JOYCE CONCEICAO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	10,00	373º
1984	MARIA CLARA OLIVEIRA DE MELO	Ampla Concorrência	10,00	374º
2424	TATIANE DE OLIVEIRA CHAGAS	Ampla Concorrência	10,00	375º
3337	ALDJANE DUARTE	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	9,00	376º
3861	MARIA DO CARMO ANJOS DO MONTE	PCD	9,00	377º
128	CARLOS ANTONIO DA CRUZ	Ampla Concorrência	9,00	378º
3295	MIRANILDO MIGUEL DA COSTA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	9,00	379º
82	REJANE AGUIAR DA SILVA SANTOS	Ampla Concorrência	9,00	380º
3348	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	9,00	381º
3253	ALDIVAL LUCENA SOUZA DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	9,00	382º
4284	BRENDA KAROLYNNE DE OLIVEIRA NUNES	Ampla Concorrência	9,00	383º
4227	THALYTA AVELINO DOS SANTOS	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	9,00	384º
4587	ESTEFANY NICEIA DOMINGOS DA SILVA	Ampla Concorrência	9,00	385º
2334	JOAO PEDRO DE LIMA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	9,00	386º
1315	ALICE CASTILHO DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	9,00	387º
3100	DENILZA BATISTA DE VASCONCELOS BORGES	Ampla Concorrência	8,00	388º
2507	JODILENE MARIA MARQUES ROSA	Ampla Concorrência	8,00	389º
3374	JANETH RODRIGUES DIAS	Ampla Concorrência	8,00	390º

883	POLIANA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	8,00	391º
3937	BEATRIZ ESTEFANY DE SOUZA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	8,00	392º
803	THAIS GONCALVES DA SILVA	Ampla Concorrência	8,00	393º
1713	KELLY VITORIA ERONILDA DA SILVA	Ampla Concorrência	8,00	394º
2012	ABNER RUAN SANTANA DE FREITAS	Ampla Concorrência	8,00	395º
1966	MARIA RITA LUNA MOREIRA ALBUQUERQUE	Ampla Concorrência	8,00	396º
613	EDEN ALVES DA SILVA	Ampla Concorrência	7,00	397º
3094	LUCIANA DOS SANTOS SOUZA	Ampla Concorrência	7,00	398º
2631	ELIANE GOMES DE LIMA	Ampla Concorrência	7,00	399º
2451	SANDRO JOSE DA SILVA	Ampla Concorrência	7,00	400º
794	JANIEIRES MELO DE MORAIS	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	7,00	401º
1362	SOLANGE BEZERRA DA SILVA	Ampla Concorrência	7,00	402º
3051	DULCINEIDE BEZERRA DA SILVA	Ampla Concorrência	7,00	403º
2330	NEIDE MARIA DA COSTA	Ampla Concorrência	7,00	404º
3940	IZABEL CRISTINA CAVALCANTE DE SANTANA	Ampla Concorrência	7,00	405º
2792	SANDRA ROBERTA DE SOUZA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	7,00	406º
3521	ANGELO ANDRE DE PONTES SILVA	Ampla Concorrência	7,00	407º
676	ROSILANE ELIZABETH DA SILVA MELO	Ampla Concorrência	7,00	408º
370	ADRIANA CRISTINA DA SILVA GUIMARAES	Ampla Concorrência	7,00	409º
3256	KARINE DA SILVA FURTADO	Ampla Concorrência	7,00	410º
4372	ROGERIO CABRAL DA SILVA	Ampla Concorrência	7,00	411º
3661	LUCILENE ARAUJO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	7,00	412º
3452	MARIA JEANE DOS SANTOS	Ampla Concorrência	7,00	413º
2758	ADRIANA BANDEIRA ALBUQUERQUE DE ALENCAR	Ampla Concorrência	7,00	414º
2304	COSME JOAQUIM GRANJEIRO FILHO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	7,00	415º
1357	THAYS DE ARUJO SOARES CORREIA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	7,00	416º
2485	GABRIELA JESSICA PEREIRA	Ampla Concorrência	7,00	417º
1818	ADRIELE DA SILVA DIAS	Ampla Concorrência	7,00	418º
1019	JADRIELY MARIA DE FATIMA GOMES BARRETO	Ampla Concorrência	7,00	419º
1186	PEDRO HENRIQUE DOS REIS	Ampla Concorrência	7,00	420º
1331	MARCELA FONSECA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	7,00	421º
1619	ROGERIO CAMPELLO DOMINGUES DA SILVA	Ampla Concorrência	7,00	422º
3901	MARIA CLARA DE PAULA OLIVEIRA GIRAO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	7,00	423º
3239	MONICA BOAVENTURA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	6,00	424º
959	EVANDRO GILLIARD SILVA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	6,00	425º
1041	MONICA MARIA DO CARMO FERREIRA	Ampla Concorrência	6,00	426º
3883	FABIO PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	6,00	427º
4427	JAQUELINE MAURICIO CORREIA SILVA	Ampla Concorrência	6,00	428º
1248	VITOR GABRIEL GOMES DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	6,00	429º
2705	MARCELO PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	5,00	430º

Auxiliar de Desenvolvimento dos Estudantes com Deficiência e/ou Transtorno Global do Desenvolvimento (ADEDTGD) **com pontuação** fora do número de vagas (cadastro reserva)

Inscrição	Nome	Modalidade	Pontuação	Classificação
3844	LAUDECY MARIA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	5,00	431º
2345	RAFAEL LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	5,00	432º
2190	REINALDO HENRIQUE MEIRA LIMA COSTA PEREIRA	Ampla Concorrência	5,00	433º
3996	EMILLY OLIVEIRA COSTA	Ampla Concorrência	5,00	434º
3684	MARCELA CAMPELO DE AMORIM	Ampla Concorrência	5,00	435º
3153	SISSI DE OLIVEIRA SANTOS	Ampla Concorrência	5,00	436º
2469	VALDETE DE ALBUQUERQUE FERREIRA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	5,00	437º
3375	JALDSON SEVERINO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	5,00	438º
2771	AURINEIDE RIBEIRO DE AQUINO PRACA	Ampla Concorrência	5,00	439º
3774	RIVONALDO LUIZ PESSOA	Ampla Concorrência	5,00	440º
1804	ADRIANA MARTINS ALENCAR DA SILVA	Sou mãe, tutor(a) ou responsável legal por	5,00	441º
4420	FLAVIA MARIA	Ampla Concorrência	5,00	442º
3458	CLAUDIA SIMONE DA COSTA DE VASCONCELOS	Ampla Concorrência	5,00	443º
3163	CHISLE DE LIMA DA SILVA SANTOS	Ampla Concorrência	5,00	444º
3411	VITORIA REGIA DOMINGOS DE CARVALHO GOMES	Ampla Concorrência	5,00	445º
1930	VVIANE MARIA DE LIMA	Ampla Concorrência	5,00	446º
1665	VALQUIRIA MARIA PEREIRA DA SILVA MAIA	Ampla Concorrência	5,00	447º

2806	JOSE PEDRO RODRIGUES NETO	Ampla Concorrência	5,00	448º
1799	GISELLY MESQUITA	Ampla Concorrência	5,00	449º
4344	VERONICA LIMA DA SILVA FERREIRA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	5,00	450º
3322	GISLAINE DOMINGOS DA SILVA SOARES	Ampla Concorrência	5,00	451º
1939	IVANILDO JOSE DA SILVA ALVES	Ampla Concorrência	5,00	452º
570	JENIFER COSMO DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	5,00	453º
3408	IZABELLY PATRICIA TAURINO MACHADO	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	5,00	454º
2620	RENATA GOMES VIANA CARDIM	Ampla Concorrência	5,00	455º
3898	ANA LUCIA DA SILVA ALVES DE ANDRADE	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	5,00	456º
2516	ROSEANE PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	5,00	457º
1661	MARILIA DE FRANCA OLIVEIRA	Ampla Concorrência	5,00	458º
3294	ADRIANO JOSE DE CARVALHO	Ampla Concorrência	5,00	459º
4034	CARLA XAVIER DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	5,00	460º
940	MARINA AUGUSTA LIMA LESSA	Ampla Concorrência	5,00	461º
903	CHRYSTIANNE EMMANNUELLY DE ARAUJO	Ampla Concorrência	5,00	462º
543	RENATA CAVALCANTI DA ROCHA	Ampla Concorrência	5,00	463º
3955	MIRANEIDE IVA DA SILVA	Ampla Concorrência	5,00	464º
3871	ARTHUR MARINHO CARNEIRO DA SILVA	Ampla Concorrência	5,00	465º
3278	RITA DE KASSIA ALVES DA SILVA SIQUEIRA DANTAS	Ampla Concorrência	5,00	466º
4119	MARIA TEREZA ALBUQUERQUE OSIAS	Ampla Concorrência	5,00	467º
1671	RAFAEL DA SILVA PIMENTEL	Ampla Concorrência	5,00	468º
4405	GABRIELA CARLA DE MOURA	Ampla Concorrência	5,00	469º
3499	NATALIA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	5,00	470º
1997	SANDRO AQUINO DE PAULA JUNIOR	Ampla Concorrência	5,00	471º
3376	JOAO ERGILY DOS SANTOS BARBOSA	Ampla Concorrência	5,00	472º
372	RITA DE CASSIA BARBOSA	Ampla Concorrência	5,00	473º
232	LEILA MARIA VIEIRA GOMES	Ampla Concorrência	5,00	474º
74	MARIA EDUARDA SOUZA DA SILVA	Ampla Concorrência	5,00	475º
3211	MAYSA ALANA SANTA ROSA	Ampla Concorrência	5,00	476º
247	FLAVIANNE LABORDA DE SANTANA CRUZ	Ampla Concorrência	5,00	477º
4451	TAINA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	5,00	478º
4322	ELEONORA MUNIZ TEIXEIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	4,00	479º
1778	LAYSSA DE OLIVEIRA LIMA	Ampla Concorrência	4,00	480º
2369	MARIA LARYSSA DA SILVA CABRAL DOS SANTOS	Ampla Concorrência	4,00	481º
2800	MARIA IZABELLA AMORIM LIMA	PCD	4,00	482º
3509	ANA KELINE DA PAIXAO VIEIRA DA SILVA	Pessoas Negras (Preto ou Pardo)	4,00	483º
764	ROSANGELA FERREIRA GOMES DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	3,00	484º
3825	FRANCOISE SIMONE GONCALVES FIDELIS DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	3,00	485º
3628	ELISANGELA DA SILVA OLIVEIRA	Sou mãe, tutor(a) ou responsável legal por	3,00	486º
3973	ELINE DA SILVA NAZARIO DE LIMA	Ampla Concorrência	3,00	487º
2879	ANA PAULA SALES MARQUES	Ampla Concorrência	3,00	488º
1974	JOSEANE MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	3,00	489º
910	MAYARA FLORACY OLIVEIRA VIANA DE MORAES	Ampla Concorrência	3,00	490º
1100	RHIAN VILAR DA SILVA VIEIRA	Ampla Concorrência	3,00	491º
3152	MILENA CRISTINA DA SILVA VASCONCELOS	Ampla Concorrência	3,00	492º

Publicado por:
Geraldo Antonio Monteiro Gomes
Código Identificador:9161354A

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL DE AUTUAÇÃO

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA DE OLINDA - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE

A Autoridade de Trânsito da Secretaria de Mobilidade Urbana de Olinda, em conformidade com as suas competências estabelecidas pelo CTB e regulamentações do Contran, após esgotadas tentativas de notificação do infrator ou proprietário de veículo por meio postal ou pessoal, e considerando os autos de infração de trânsito registrados, pelo presente edital notifica os proprietários dos veículos abaixo relacionados da imposição de penalidade por infração de trânsito, os quais terão o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da publicação deste edital para interpor seu recurso neste órgão autuador ou em qualquer posto do Detran/PE ou enviar via remessa postal para o endereço: Av. Joaquim Nabuco, n° 475, Varadouro, Olinda-PE, CEP 53.020-310.Caso já tenha ocorrido o pagamento da multa, desconsiderar o valor informado. Para detalhamento das infrações e maiores informações acessar o site www.detran.pe.gov.br ou www.gov.br. O padrão da sequência para identificação dos dados das autuações a seguir relacionados será: PLACA/UF, DATA DA INFRAÇÃO, N° DO AUTO DE INFRAÇÃO, CÓDIGO DA INFRAÇÃO COM DESDOBRAMENTO (AMPARO LEGAL). VALOR DA MULTA.

FMM4J04	PE	02/05/2026	VD	1742379	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KEG7A28	PE	28/04/2026	VD	1735712	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
KFO6C11	PE	28/02/2026	RD	2174675	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHZ0I85	PE	29/04/2026	VD	1735941	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KIL0E22	PE	30/04/2026	VD	1712461	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KIL0E22	PE	29/04/2026	VD	1725873	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KIV6294	PE	28/04/2026	TE	1005262	6599	2	Art. 230, Inc. V	R$ 293,47
KKD7723	PE	27/04/2026	VD	1727221	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KKR6H25	PE	29/04/2026	VD	1725849	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
MOI6768	PB	05/08/2025	RD	1513654	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OJY4E45	RN	28/04/2026	VD	1722335	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
OYR4B79	PE	02/05/2026	VD	1744266	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PCC4A57	PE	30/04/2026	VD	1734279	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
PCJ4593	PE	28/04/2026	TE	1010452	6599	2	Art. 230, Inc. V	R$ 293,47
PDA4768	PE	22/07/2025	TE	821929	7714	2	Art. 244, XI	R$ 130,16
PDF9666	PE	28/04/2026	VD	1737014	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
QYC7473	PE	30/04/2026	VD	1738673	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
PDI3A42	PE	27/04/2026	TE	1014946	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16

PDK4F95	PE	28/04/2026	VD	1722319	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PDV6B11	PE	23/02/2026	RD	2169370	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDW4756	PE	28/04/2026	TE	1010428	6599	2	Art. 230, Inc. V	R$ 293,47
PFE7I51	PE	28/04/2026	TE	983473	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
PFE7I51	PE	28/04/2026	VD	1736786	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PFU8983	PE	30/04/2026	VD	1734503	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
PFY5G44	PE	29/04/2026	VD	1735909	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PGE1F88	PE	06/08/2025	TE	828575	7714	2	Art. 244, XI	R$ 130,16
PXX1865	PE	02/05/2026	VD	1742000	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PZG8G50	PE	28/04/2026	VD	1735569	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
QGU1C96	PE	30/04/2026	VD	1741046	5738	0	Art. 186, Inc. II	R$ 293,47
QNN6D89	PE	27/04/2026	VD	1729178	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
QUJ6F33	PE	30/04/2026	VD	1742905	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
QWR7E85	PE	28/04/2026	VD	1732837	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
QYC0F40	PE	27/04/2026	VD	1727329	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
QYX1A40	PE	26/04/2026	VD	1724745	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYY1A71	PE	02/05/2026	TE	986103	7030	1	Art. 244, Inc. I	R$ 293,47
QYY1A71	PE	02/05/2026	TE	986111	7048	1	Art. 244, Inc. II	R$ 293,47
QYY3F69	PE	01/05/2026	VD	1743529	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
RUU3B98	PE	30/04/2026	VD	1742433	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
RZX9D48	PE	29/04/2026	VD	1740759	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
SAF7F40	PE	30/04/2026	VD	1740805	5665	0	Art. 182, Inc. X	R$ 130,16
SNN4A47	PE	29/04/2026	VD	1736034	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNR8H70	PE	27/04/2026	VD	1729011	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
SOE0F92	PE	30/04/2026	VD	1738657	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
SOJ2B95	PE	01/05/2026	VD	1737359	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOK5D67	PE	02/05/2026	VD	1742123	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SON7H19	PE	01/05/2026	VD	1737286	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOY6B59	PE	30/04/2026	VD	1738517	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
SYB2G53	PE	30/04/2026	VD	1734198	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
TXK1E89	MG	26/04/2026	VD	1683712	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
UHN0E90	PE	28/04/2026	VD	1722378	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
UHT7J69	PE	30/04/2026	VD	1734260	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
UHT8I36	PE	01/05/2026	VD	1737278	6050	1	Art. 208	R$ 293,47

ERIVALDO JOSÉ COUTINHO DOS SANTOS
Secretário De Mobilidade De Olinda E Autoridade De Trânsito

Publicado por:
Marilene de Almeida Gomes
Código Identificador:8D652629

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL DE PENALIDADES

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA DE OLINDA - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE

A Autoridade de Trânsito da Secretaria de Mobilidade Urbana de Olinda, em conformidade com as suas competências estabelecidas pelo CTB e regulamentações do Contran, após esgotadas tentativas de notificação do infrator ou proprietário de veículo por meio postal ou pessoal, e considerando os autos de infração de trânsito registrados, pelo presente edital notifica os proprietários dos veículos abaixo relacionados da imposição de penalidade por infração de trânsito, os quais terão o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da publicação deste edital para interpor seu recurso neste órgão autuador ou em qualquer posto do Detran/PE ou enviar via remessa postal para o endereço: Av. Joaquim Nabuco, n° 475, Varadouro, Olinda-PE, CEP 53.020-310.Caso já tenha ocorrido o pagamento da multa, desconsiderar o valor informado. Para detalhamento das infrações e maiores informações acessar o site www.detran.pe.gov.br ou www.gov.br. O padrão da sequência para identificação dos dados das autuações a seguir relacionados será: PLACA/UF, DATA DA INFRAÇÃO, N° DO AUTO DE INFRAÇÃO, CÓDIGO DA INFRAÇÃO COM DESDOBRAMENTO (AMPARO LEGAL). VALOR DA MULTA.

FMM4J04	PE	02/05/2026	VD	1742379	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KEG7A28	PE	28/04/2026	VD	1735712	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
KFO6C11	PE	28/02/2026	RD	2174675	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHZ0I85	PE	29/04/2026	VD	1735941	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KIL0E22	PE	30/04/2026	VD	1712461	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KIL0E22	PE	29/04/2026	VD	1725873	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KIV6294	PE	28/04/2026	TE	1005262	6599	2	Art. 230, Inc. V	R$ 293,47
KKD7723	PE	27/04/2026	VD	1727221	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KKR6H25	PE	29/04/2026	VD	1725849	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
MOI6768	PB	05/08/2025	RD	1513654	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OJY4E45	RN	28/04/2026	VD	1722335	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
OYR4B79	PE	02/05/2026	VD	1744266	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PCC4A57	PE	30/04/2026	VD	1734279	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
PCJ4593	PE	28/04/2026	TE	1010452	6599	2	Art. 230, Inc. V	R$ 293,47
PDA4768	PE	22/07/2025	TE	821929	7714	2	Art. 244, XI	R$ 130,16
PDF9666	PE	28/04/2026	VD	1737014	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
QYC7473	PE	30/04/2026	VD	1738673	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
PDI3A42	PE	27/04/2026	TE	1014946	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PDK4F95	PE	28/04/2026	VD	1722319	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PDV6B11	PE	23/02/2026	RD	2169370	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDW4756	PE	28/04/2026	TE	1010428	6599	2	Art. 230, Inc. V	R$ 293,47
PFE7I51	PE	28/04/2026	TE	983473	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
PFE7I51	PE	28/04/2026	VD	1736786	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PFU8983	PE	30/04/2026	VD	1734503	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
PFY5G44	PE	29/04/2026	VD	1735909	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PGE1F88	PE	06/08/2025	TE	828575	7714	2	Art. 244, XI	R$ 130,16
PXX1865	PE	02/05/2026	VD	1742000	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PZG8G50	PE	28/04/2026	VD	1735569	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47

QGU1C96	PE	30/04/2026	VD	1741046	5738	0	Art. 186, Inc. II	R$ 293,47
QNN6D89	PE	27/04/2026	VD	1729178	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
QUJ6F33	PE	30/04/2026	VD	1742905	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
QWR7E85	PE	28/04/2026	VD	1732837	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
QYC0F40	PE	27/04/2026	VD	1727329	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
QYX1A40	PE	26/04/2026	VD	1724745	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYY1A71	PE	02/05/2026	TE	986103	7030	1	Art. 244, Inc. I	R$ 293,47
QYY1A71	PE	02/05/2026	TE	986111	7048	1	Art. 244, Inc. II	R$ 293,47
QYY3F69	PE	01/05/2026	VD	1743529	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
RUU3B98	PE	30/04/2026	VD	1742433	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
RZX9D48	PE	29/04/2026	VD	1740759	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
SAF7F40	PE	30/04/2026	VD	1740805	5665	0	Art. 182, Inc. X	R$ 130,16
SNN4A47	PE	29/04/2026	VD	1736034	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNR8H70	PE	27/04/2026	VD	1729011	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
SOE0F92	PE	30/04/2026	VD	1738657	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
SOJ2B95	PE	01/05/2026	VD	1737359	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOK5D67	PE	02/05/2026	VD	1742123	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SON7H19	PE	01/05/2026	VD	1737286	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOY6B59	PE	30/04/2026	VD	1738517	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
SYB2G53	PE	30/04/2026	VD	1734198	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
TXK1E89	MG	26/04/2026	VD	1683712	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
UHN0E90	PE	28/04/2026	VD	1722378	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
UHT7J69	PE	30/04/2026	VD	1734260	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
UHT8I36	PE	01/05/2026	VD	1737278	6050	1	Art. 208	R$ 293,47

ERIVALDO JOSÉ COUTINHO DOS SANTOS
Secretário de Mobilidade de Olinda e Autoridade de Trânsito

Publicado por:
Marilene de Almeida Gomes
Código Identificador:C20587A2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OURICURI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA

PORTARIA Nº 447/2026

O Prefeito do Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco, o Sr.**FRANCISCO VICTOR RAMOS COELHO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em observância ao disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nas demais normas de direito administrativo aplicáveis;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade da Administração Pública em fiscalizar a execução dos contratos administrativos para garantir a plena observância das cláusulas pactuadas e a eficiência do gasto público;
CONSIDERANDO a necessidade de designar servidores públicos para o acompanhamento, fiscalização e gestão da execução dos contratos administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome do Município de Ouricuri;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas contratadas;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições regulares, exercerem a função de **FISCAIS DE CONTRATOS** da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME** do Município de Ouricuri, incumbindo-lhes a fiscalização, o acompanhamento, o registro de ocorrências e o controle da execução dos respectivos instrumentos contratuais, conforme especificado na planilha abaixo:

FORNECEDOR	OBJETO DO CONTRATO	Nº DO CONTRATO	VIGÊNCIA
CATICILINE MOREIRA DOS SANTOS – CPF *.147.75* - ****			
M.L.C SILVA	MATERIAL PERMANENTE	2,25.07.10.13	10.07.2025
FRANCISCO EUGLAN DANTAS DA SILVA	MATERIAL PERMANENTE	2025/07.10.02	10/07/2026
J.A.M BORGES LTDA	MATERIAL PERMANENTE	2025/07.10.08	10.07.2025
PAPELARIA DELGADO LTDA	MATERIAL PERMANENTE	2025.07.10.25	10.07.2025
MAGAZINE PADRE CICERO LTDA	MATERIAL PERMANENTE	2025/07.10.21	10.07.2025
M.K AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS	MATERIAL PERMANENTE	2025/07.10.16	10.07.2025
MARIA DO SOCORRO FERREIRA – CPF *.007.24* - ****			
CAIO DE OLIVEIRA LIMA & CIA LTDA	SERVIÇO DE INTERNET	2025.05.29.01	29.05.2025
JANDERSON DE SOUSA GONTIJO	MANUTENÇÃO DE AR	2025.09.25.03	25.09.2025
MARIA JOSETE MIRANDA LUNA – *.746.73* - ****			
J.A.M BORGES LTDA/ME	AQUISIÇÃO DE ITENS DOMESTICOS PARA A COZINHA COMUNITARIA	2025.05.16.01	16.05.2025
MARIA NETA DA COSTA BERNARDO - *.334.72* - ****			
LIFE FITNNES ACADEMIA LTDA	HIDROGINASTICA	2025.12.05.01	05.12.2025
LIFE FITNES ACADEMIA LTDA	SERVIÇOS DE HIDROGINASTICA	2025.12.05.01	05.12.2025
NAIANE ALVES LOPES – CPF *.580.52* - ****			
AFAGU SERVIÇOS LTDA	SERVIÇOS FUNERARIO	2025.05.22.01 2025.04.22.02	22.05.2025
PAOLA SUED GONÇALO ALENCAR DE LIMA – CPF *.557.23* - ****			
JOSE ROMERIO CRUZ	PRESTADORA DE SERVIÇOS DE BUFFET	038/2025	04.09.2025
PAULO DIEGO DOS SANTOS	MATERIAL DE EXPEDIENTE EM GERAL	2026.04.24.04	24.04.2026
PAULO DIEGO DOS SANTOS	MATERIAL PERMANENTE	2026.04.30.02	30.04.2026
FRANCISCO DAGMAR DOS SANTOS	MATERIAL DE LIMPEZA	2025/05.29.02	23.03.2025
MAGAZINE PADRE CICERO LTDA	ENXOVAL	2025.04.23.01	23.04.2026

FRANCISCA ELIENE PEREIRA SILVA	PRESTADORA DE SERVIÇOS DE BUFFET	2025.05.11.01	11.05.2026
IRENE E ELIAS LTDA	PRESTADORA DE SERVIÇOS DE BUFFET		04.09.2025
MACHADO & AS BARRETO COMERCIO DE PNEUS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PNEUS	2025.10.07.03	07.09.2025
DISTRIBUIDORA PEDROZA OURICURI LTDA	GENEROS ALIMENTICIOS	2026.04.23.04	23.04.2026
JOSIAS MEDEIROS PEREIRA	CESTA BASICA	2025.03.27.01	31.12.2025
OSMAR PEREIRA TAVARES NETO	PRESTADORA DE SERVIÇOS DE BUFFET	2025.11.05.02	11.05.2027
ROSEMEIRA NOGUEIRA DOS SANTOS – CPF *.041.03* - **			
AVANTI TECNOLOGIA	SERVIÇOS DE INFORMATICA	2025.07.17.01	17.07.2025
LEONARDO P. SENE	MATERIAS ALIMENTICOS	2026.04.14.01	14.04.2026
RAMOS ENVASO DE ÁGUA LTDA	ÁGUA MIMERAL 20L, 500ML E GARRAFÃO PLASTICO	2026.03.10.04	10.03.2026
LUIZ CARNEIRO & CIA LTDA	MATERIAL DIA DAS MAES	2026.04.30.01	30.04.2026
SIMONE DANTAS DE OLIVEIRA SIQUEIRA – CPF *.680.89* - **			
DIEGO DE LIMA LEAL LTDA	GÁS LIQUEFEITO	2025/04.16.03	31.12.2025
CESPAM CENTRO EST PESQ ASSIS ADM MUNICIPAL	CONTABILIDADE	2025.02.21.03	21.02.2026
LUIZ CARNEIRO & CIA LTDA	MATERIAL PERMANENTE	2025.07.10.11	10.07.2025
BETA INFORMÁTICA LTDA EPP	SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE RH	2025.04.30.03	30.04.2025
1 DOC TECNOLOGIA S.A	FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA TRAMITAÇÃO E GESTÃO DE DOCUMENTOS.	2025.06.10.01	10.06.2025
48936747 EVANGELISTA FARIAS DA SILVA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA	2025.08.14.05	14.08.2025
TIAGO ROCHA DA SILVA – CPF *.623.96* - **			
SOUSA ELABORAÇÃO E ASSESSORIA DE PROJETOS SOCIAIS LTDA	PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TECNICA A GESTÃO DO SUAS	2025.08.12.01	12.08.2025
WEDSON RODRIGUES ARAUJO	GENEROS ALIMENTICIOS - HORTIFRUTIS	2026.04.23.08	23.04.2026
URBANA LTDA	LOCAÇÃO DE VEICULOS	2025.09.30.03	30.09.2025
36736512 EDSON SOARES DA SILVA	FRETE EM GERAL E TRANSPORTE	2025.07.04.06	04.07.2025
IFR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA -ME	ASSESSORIA JURIDICA	2023.01.20.3	20.01.2027
RAMALHO & LEITE ADVOGADOS	ASSESSORIA JURIDICA	2026/04.10.2	10.04.2026
EDIVALDO SOUZA SALVIANO CARNES	PEIXES – SEMANA SANTA	2026.03.26.01	26.03.2026
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	2025/08.01.03	01.08.2025
PRIME ASSESSORIA SERVIÇOS E EVENTOS LTDA	ASSESSORIA JURÍDICA	2023.04.08.04	08.04.2024

Art. 2º– São atribuições básicas dos fiscais de contratos designados nesta Portaria:
I. Acompanhar a execução do contrato, de modo a garantir o cumprimento das cláusulas estabelecidas, prazos e especificações técnicas;
II. Registrar em relatório próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados;
III. Informar à autoridade superior, em tempo hábil, sobre a necessidade de prorrogações, reequilíbrios, aditivos ou aplicação de sanções administrativas;
IV. Conferir e atestar as notas fiscais e faturas de serviços prestados ou materiais entregues, antes do encaminhamento para o setor competente de pagamento.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de julho de 2026.

FRANCISCO VICTOR RAMOS COELHO
Prefeito

Publicado por:
Agripino Soares Vieira Júnior
Código Identificador:26F71B3B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA

PORTARIA Nº 448/2026

O Prefeito do Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco, o Sr.**FRANCISCO VICTOR RAMOS COELHO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em observância ao disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nas demais normas de direito administrativo aplicáveis;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade da Administração Pública em fiscalizar a execução dos contratos administrativos para garantir a plena observância das cláusulas pactuadas e a eficiência do gasto público;
CONSIDERANDO a necessidade de designar servidores públicos para o acompanhamento, fiscalização e gestão da execução dos contratos administrativos celebrados no âmbito da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** para o acompanhamento técnico e operacional dos ajustes celebrados;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas contratadas;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos abaixo relacionados para exercerem a função de **FISCAIS DE CONTRATOS** da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** do Município de Ouricuri, incumbindo-lhes o acompanhamento, a fiscalização e a gestão da execução dos instrumentos contratuais especificados na planilha anexam a esta Portaria:

FRANCISCA MARTA LACERDA REIS
LAIANE RAIMUNDA PIONORIO DE SÁ
MARILIA PARENTE LINS
LUANA THAMIRYS PEREIRA REZENDE

ISABELA FERRAZ DE LUNA
MONNA DE PAULA DUARTE
ANDERSON CLAYTON CAFF CAVALCANTE
ANNA PIERRA LACERDA HOLANDA
JARMANDA PEREIRA SILVA
IGOR BEZERRA DE FREITAS
ROMILSON DA SILVA
LUCAS ADLON SOARES RODRIGUES
IANA KELLY XAVIER DO NASCIMENTO
JOSE APARECIDO ALVES SILVA
ERALDO DE MACEDO SIQUEIRA JUNIOR
FERNANDA DO NASCIMENTO LOBO
LUIZ EDUARDO ALVES DOS ANJOS

Art. 2º A fiscalização dos contratos obedecerá à seguinte distribuição técnica e financeira:

FORNECEDOR	OBJETO DO CONTRATO	Nº DO CONTRATO	VIGÊNCIA
ANDERSON CLAYTON CAFF CAVALCANTE – CPF *.483.67*-****			
FRANCISCA ELIENE PEREIRA SILVA	FORNECIMENTO DE PÃO FRANCÊS FATIADO	2025/04.03.01	30/12/2026
ADESIVO OURICURI LTDA	MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS	2025/04.07.04	03/04/2026
LUCAS SILVA SENA	SERVIÇOS GRÁFICOS ESPECIALIZADOS	2025/04.07.12	06/04/2026
RAMOS ENVASO DE ÁGUAS LTDA	VASILHAMES DE ÁGUA MINERAL E GARRAFÕES	2025/05.16.07	15/05/2026
CAIO DE OLIVEIRA LIMA	SERVIÇOS DE INTERNET PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	2025/06.17.01	16/06/2026
J.A.M BORGES LTDA	MATERIAL DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA PERMANENTE	2025/07.10.08	29/07/2026
LUIZ CARNEIRO CIA LTDA	MATERIAL DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA PERMANENTE	2025/07.10.12	09/07/2026
M.K. AZEVEDO ARAÚJO	MATERIAL DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA PERMANENTE	2025/07.10.16	09/07/2026
MAGAZINE PE. CÍCERO LTDA	MATERIAL DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA PERMANENTE	2025/07.10.22	09/07/2026
PAPELARIA DELGADO LTDA	MATERIAL DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA PERMANENTE	2025/07.10.26	09/07/2026
LAURO CARVALHO DE MOURA - ME	MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E AFINS	2025/07.17.02	16/07/2026
DR & L MATERIAL	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BÁSICO E ACABAMENTOS	2025/08.07.03	06/08/2026
FRANCISCO WEDSON DA SILVA CARDOSO	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BÁSICO E ACABAMENTOS	2025/08.07.06	06/08/2026
PEDRO RODRIGUES MATOS	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, TUBOS E CONEXÕES	2025/08.07.09	06/08/2026
FRANCISCA ELIENE PEREIRA SILVA	SERVIÇOS DE BUFFET COM ALIMENTAÇÃO VARIADA	2025/09.04.03	03/09/2026
JOSÉ ROMEIRO CRUZ	SERVIÇOS DE BUFFET COM ALIMENTAÇÃO VARIADA	2025/09.04.11	03/09/2026
OSMAR PEREIRA TAVARES	SERVIÇOS DE BUFFET COM ALIMENTAÇÃO VARIADA	2025.09.04.15	03/09/2026
MARIA DE ALCÂNTARA	CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE FARDAMENTO	2025/09.04.17	03/09/2026
JANDERSON DE SOUSA CONTIJO	MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADOS	2025/09.25.04	24/09/2026
FRANCISCO DAGMAR DOS SANTOS – ME	MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, COPA E COZINHA	2025/03.12.02	30/12/2026
PAPELARIA DELGADO LTDA	MATERIAIS DE EXPEDIENTE	2025/03.13.02	12/03/2026
PAULO DIEGO DOS SANTOS RAMOS – ME	MATERIAIS DE EXPEDIENTE	2025/03.13.06	12/03/2026
DISTRIBUIDORA PEDROZA OURICURI LTDA.	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS UBS'S	2025/04.10.02	30/03/2026
MARCOS PAULO NOGUEIRA PAIXÃO	HORTIFRUTIGRANJEIROS	2025/07.18.01	17/07/2026
FRANCISCA ELIENE PEREIRA SILVA	SERVIÇOS DE BUFFET	2026/01.27.03	26/01/2027
FRANCISCA ELIENE PEREIRA SILVA	SERVIÇOS DE BUFFET	2026.01.27.03	26/01/2027
RAMOS ENVASO DE ÁGUAS LTDA	ÁGUA MINERAL PARA DIVERSAS SECRETARIAS	2026.03.10.03	10/03/2027
WEDSON RODRIGUES ARAUJO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS	2026.04.23.07	23/04/2027
DISTRIBUIDORA PEDROZA OURICURI	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS	2026.04.23.03	23/04/2027
PAULO DIEGO DOS SANTOS RAMOS	MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	2026.04.24.03	24/04/2027
WEDSON RODRIGUES ARAÚJO - ME	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS	2025/04.10.06	09/04/2026
FRANCISCO WEDSON DA SILVA CARDOSO	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REPAROS EM POSTOS DE SAÚDE	2025.05.20.01	19/04/2026
ERALDO DE MACEDO SIQUEIRA JUNIOR – CPF *.234.98* -****			
SOARES COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS	MEDICAMENTOS (ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES)	2025/04.25.01	24/04/2026
SOARES COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS	MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR	2025/05.09.01	08/05/2026
R. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	MEDICAMENTOS DE A A Z	2025/05.27.01	26/05/2026
MS HOSPITALAR LTDA	SORO FISIOLÓGICO E INSUMOS HOSPITALARES	2026/02.11.05	24/02/2027
SERTÃO HOSPITALAR LTDA	INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES E AMBULATORIAIS	2026/02.11.04	24/02/2027
ANNA PIERRA LACERDA HOLANDA – CPF *.572.54* - ****			
BETA INFORMÁTICA LTDA EPP	ASSESSORIA E CONSULTORIA EM RH E FOLHA DE PAGAMENTO	2025.04.30.02	29/04/2026
LAIANE RAIMUNDA PIONORIO DE SÁ – CPF *.634.014* - ****			
PRIME ASSESSORIA SERVIÇOS E EVENTOS	ASSESSORIA JURÍDICA JUNTO AO SETOR DE COMPRAS	2023.04.08.02	31/01/2025
KAMILA HOLANDA FIGUEIREDO MACHADO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - UBS SÃO SEBASTIÃO	2025/04.14.01	13/04/2026
FRANCISCA ALCIENE LOPES DE HOLANDA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - UBS N. SRA. DE FÁTIMA	2025/04.14.02	13/04/2026
IVES PORTINARI OLIVEIRA ARAÚJO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - UBS SANTO ANTÔNIO	2025/04.14.03	15/04/2026
FRANCISCO RODRIGUES DE MATOS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - UBS COVA DO ANJO	2025/04.15.04	14/04/2026
MARCILENE DAS GRAÇAS SILVA FERNANDES	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - UBS ALTO PARAÍSO	2025/04.15.05	14/04/2026
ANTONIO AUDIR BATISTA ARAÚJO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - UBS AEROPORTO	2025/04.15.06	14/04/2026
ZEZUINO MORAIS DO NASCIMENTO NETO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - UBS SANTA MARIA	2025/04.15.07	14/04/2026
JOÃO RIBEIRO DA SILVA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - TESTE DO PEZINHO E MÃE CORUJA	2025/04.16.01	15/04/2026
MARIA VERONICA DE SÁ PEREIRA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - CEREST E COAS	2025/04.16.02	24/04/2026
JOSÉ JÚNIOR ARAÚJO MACEDO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - UBS SANTO ANTÔNIO II	2025/04.22.04	21/04/2026
ANYLTON JOSÉ FIGUEIREDO SILVA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - LABORATÓRIO FARMACÊUTICO	2025/05.15.05	14/05/2026
LUAN BEZERRA DE VASCONCELOS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - UBS N. SRA. DE FÁTIMA II	2025/05.20.02	19/05/2026
MARIA PINHEIRO RIBEIRO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - UBS CAPELA DE SÃO BRAZ	2025/01.13.01	12/01/2026
EDUARDO COELHO SOARES DE AQUINO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - CAPS	2025/02.13.03	21/04/2026
ROMILSON DA SILVA – CPF *.372.64* - ****			
CARTAXO, MONTEIRO E SANTANA ADVOGADOS	SERVIÇOS JURÍDICOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS	2024/02.09-2	08/02/2025
FRANCISCA MARTA LACERDA REIS – CPF *.108.45* - ****			
ANDRÉ CAVALCANTI DE ALENCAR DUARTE - ME	HOSPEDAGEM PARA ATENDIMENTO TFD EM RECIFE-PE	043/2022	12/05/2026
D & E ALENCAR LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS	2025/04.15.02	14/04/2026
LUCAS ADLON SOARES RODRIGUES – CPF *.749.50* -****			
A MAGNO DE ALCANTARA SIQUEIRA – ME	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	2025.06.06.01	05/06/2026
MIX DISTRIBUIDORA	MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO E INSTRUMENTAIS	2025/08.12.04	11/08/2026
SERTÃO HOSPITALAR	MATERIAIS ODONTOLÓGICOS	2025/04.15.01	14/04/2026
SERTÃO HOSPITALAR	MATERIAL ODONTOLÓGICO	2025/08.12.02	11/08/2026

SÃO MARCOS DISTRIBUIDORA	MATERIAL ODONTOLÓGICO E INSTRUMENTAIS	2025/08.12.03	11/08/2026
MARILIA PARENTE LINS – CPF *.993.43* - ****			
MEDIMAGEM	CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS ESPECIALIZADOS	2023/10.04.01	03/10/2026
MARIA ELIZETE DE MACEDO SILVA	EXAMES LABORATORIAIS E HISTOPATOLÓGICOS	2025/08.06.01	05/08/2026
JOSÉ EXDRAS RODRIGUES ALVES & CIA	CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA	2025/13.06.02	12/06/2026
MEDIMAGEM	EXAMES DE IMAGEM E CONSULTAS ESPECIALIZADAS	2025/13.06.03	12/06/2026
MONNA DE PAULA DUARTE – CPF *.655.34* - ****			
PREMIUM PUBLICIDADE	PUBLICIDADE LEGAL EM JORNAL IMPRESSO	2025.02.19.04	18/02/2026
CESPAM	ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL E FINANCEIRA	2025.02.21.02	20/02/2026
SAMPAIO COSTA ADVOGADOS ASSOCIADOS	CONSULTORIA PARA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM	2025.06.13.04	12/06/2026
PUBLICA TECNOLOGIA LTDA	LICENCIAMENTO DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA	2025.07.04.04	03/07/2026
LUIZ EDUARDO ALVES DOS ANJOS – CPF *.970.29* - ****			
DAMIÃO NERE DELMONDES	GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL	2025/11.18.02	17/11/2026
FERNANDA DO NASCIMENTO LOBO – CPF *.696.68* - ****			
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL	GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS VIA CARTÃO ELETRÔNICO	2025/08.01.02	31/07/2026
ISABELA FERRAZ DE LUNA – CPF *.473.32* - ****			
NUTRIMARCAS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS E COMUNS	2024/09.16.3	15/09/2026
YWKIANE LOPES DE ARAUJO	FRALDAS DESCARTÁVEIS (DEMANDAS JUDICIAIS)	2025/08.13.06	12/08/2026
SERTÃO HOSPITALAR	DIETAS E SUPLEMENTOS (DEMANDAS JUDICIAIS)	2025/09.30.09	29/09/2026
IANA KELLY XAVIER DO NASCIMENTO – CPF *.524.27* - ****			
URBANA LTDA	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DIVERSOS	2025.09.30.04	29/09/2026
R.B SERVIÇOS LTDA	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DIVERSOS	2025.09.30.08	29/09/2026
IGOR BEZERRA DE FREITAS – CPF *.594.55* - ****			
ANA PATRÍCIA DE SOUZA CORDEIRO	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS COM PEÇAS E ACESSÓRIOS	2025.05.12.04	11/05/2026
EVANGELISTA FARIAS DA SILVA	SERVIÇOS DE BORRACHARIA E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	2025.08.14.04	13/08/2026
JARMANDA PEREIRA SILVA – CPF *.870.64* - ****			
SANTOS MATERIAIS	MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS	2025/05.10.01	09/04/2026
JOSE APARECIDO ALVES SILVA – CPF 096.019.794-09			
INSTITUTO DE APOIO E FORTALECIMENTO	SOFTWARE DE CONTROLE DE PONTO ELETRÔNICO	2025.17.07.01	16/07/2026
LUANA THAMIRYS PEREIRA REZENDE – CPF *.152.62* - ****			
BRASCON GESTÃO AMBIENTAL LTDA	GERENCIAMENTO E COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE	2024/08.20.1	19/08/2026

Art. 3º Compete aos fiscais designados, dentre outras atribuições legais:
I. Zelar pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais;
II. Atestar a efetiva prestação dos serviços ou a entrega dos materiais, mediante conferência com a nota fiscal;
III. Comunicar formalmente à Secretaria de Saúde qualquer irregularidade, falha ou descumprimento contratual detectado;
IV. Propor, quando necessário, a aplicação de sanções administrativas ou a rescisão do contrato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de julho de 2026.

FRANCISCO VICTOR RAMOS COELHO
Prefeito

Publicado por:
Agripino Soares Vieira Júnior
Código Identificador:0B9BA25B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA

PORTARIA Nº 449/2026

O Prefeito do Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco, o Sr.**FRANCISCO VICTOR RAMOS COELHO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em observância ao disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nas demais normas de direito administrativo aplicáveis;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade da Administração Pública em fiscalizar a execução dos contratos administrativos para garantir a plena observância das cláusulas pactuadas e a eficiência do gasto público;
CONSIDERANDO a necessidade de designar servidores públicos para o acompanhamento, fiscalização e gestão da execução dos contratos administrativos celebrados no âmbito da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** para o acompanhamento técnico e operacional dos ajustes celebrados;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas contratadas;

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR os servidores públicos abaixo relacionados para exercerem a função de **FISCAIS DE CONTRATOS** da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** do Município de Ouricuri, incumbindo-lhes o acompanhamento, a fiscalização e a gestão da execução dos instrumentos contratuais especificados na planilha anexam a esta Portaria:

JAIANE SOARES DE CARVALHO
ALEXSANDRO ALVES DE SOUZA
FERNANDA DO NASCIMENTO LOBO
MARCIA CRISTINA FERNANDES DA SILVA
IANA KELLY XAVIER DO NASCIMENTO
DIOGENES SOUZA NASCIMENTO BISPO
ANTONIO EVERALDO FERNANDES DA SILVA

JOSÉ LINDOMAR ALVES BEZERRA
EMILIANE GONCALVES DE LIMA E SA CARNEIRO
ERIVALDO ALVES RODRIGUES

Art. 2º A fiscalização dos contratos obedecerá à seguinte distribuição técnica e financeira:

FORNECEDOR	OBJETO DO CONTRATO	Nº DO CONTRATO	VIGÊNCIA
JAIANE SOARES DE CARVALHO – CPF *.688.92* - **			
1 DOC TECNOLOGIA S.A	SOFTWARE PARA GESTÃO DE DOCUMENTOS	2025/06.04.03	04/06/2026
B ANTUNES & PLANZO LTDA	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS	2025.10.02.01	02/10/2026
BETA INFORMÁTICA LTDA EPP	ASSESSORIA E CONSULTORIA EM RH	2025.04.30.04	30/04/2026
CARTAXO	SERVIÇOS JURÍDICOS TÉCNICOS	2024/02.09-3	09/02/2027
CESPAM	CONTABILIDADE - 3º ADITIVO	2025/02.21.04	23/02/2027
G. DA SILVA SISTEMAS INTELIGENTES - SICAP	SOFTWARE DE GESTÃO EDUCACIONAL	2023.08.02.002	30/07/2026
I F R CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	ASSESSORIA EM LICITAÇÃO E CONTRATOS	2023.01.20.1	20/01/2026
JANDERSON DE SOUSA GONTIJO	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR	2025.09.25.02	25/09/2026
LAURO CARVALHO DE MOURA – ME	ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM COMPUTADORES	2025/07.17.03	17/07/2026
OURINET	INTERNET	2025.06.27.01	27/06/2026
PAULA DANIELE DOMINGOS MIRANDA	DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO	2024.01.17.02	16/01/2026
PRIME ASSESSORIA, SERVIÇOS E EVENTOS	ASSESSORIA AO SETOR DE COMPRAS	2023/04.08.03	08/04/2026
PUBLICA TECNOLOGIA LTDA	SOFTWARE GESTÃO PÚBLICA, COMPRAS	2025.07.04.03	04/07/2026
RAMALHO & LEITE ADVOGADOS	SERVIÇOS JURIDICOS TÉCNICOS	2026/04.10.3	10/04/2027
RONIEVERTON SANTOS DA SILVA	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS	2025.08.20.01	20/08/2026
ALEXSANDRO ALVES DE SOUZA – CPF *.048.39* - **			
ADESIVO OURICURI LTDA	SERVIÇOS GRÁFICOS	2026.04.15.02	15/04/2027
JM DA SILVA GRÁFICA	SERVIÇOS GRÁFICOS	2026.04.15.06	15/04/2027
JMR SOLUÇÕES LTDA	SERVIÇOS GRÁFICOS	2026.04.15.10	15/04/2027
LUCAS SILVA SENA (SILKART)	SERVIÇOS GRÁFICOS	2026.04.15.14	15/04/2027
NOVO HORIZONTE COMÉRCIO E SERVIÇOS	SERVIÇOS GRÁFICOS	2026.04.15.18	16/04/2027
FRANCISCA ELIENE PEREIRA DA SILVA	BUFFET	2025.09.04.02	04/09/2026
IRENE E ELIAS LTDA	BUFFET	2026.02.12.13	12/02/2027
JOSÉ ROMÉRIO CRUZ	BUFFET	2025.09.04.10	04/09/2026
OSMAR PEREIRA TAVARES NETO	BUFFET	2025/09.04.14	04/09/2026
FERNANDA DO NASCIMENTO LOBO – CPF *.696.68* - **			
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL	COMBUSTÍVEIS	2025/08.01.01	01/08/2026
MARCIA CRISTINA FERNANDES DA SILVA – CPF *.455.65* - **			
ALFREDO DA SILVA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - ANEXO ESCOLA DA BARRA	2025/04.22.05	22/04/2027
CARLOS ANTONIO TELES PEDROZA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - DEPÓSITO MERENDA	2025.05.15.06	15/05/2026
FRANCISCO FERREIRA DA COSTA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - DEPÓSITO SEDUC	2026.03.06.01	06/03/2027
JOSÉ DIOGO SILVA PEREIRA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - ESCOLA ASSENTAMENTO	2025.04.29.01	29/04/2027
LUCIELE FERREIRA DA SILVA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - ESCOLA TABULEIRO	2025.04.29.02	29/04/2027
LUCIENE DE ALENCAR MATOS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - CAEE	2025/02.13.01	13/02/2027
LUZANIRA ALVES DE CARVALHO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - DEPÓSITO NA BARRA	2025.04.24.01	24/04/2027
MARCIO RUBENS FERREIRA SOUSA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2025.07.04.05	04/07/2026
OTACÍLIO ARAÚJO DA SILVA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - SEDE DA SEDUC	2025.04.10.09	10/04/2027
IANA KELLY XAVIER DO NASCIMENTO – CPF *.524.27* - **			
BRANCO ALUGUEL DE VÉICULOS E MÁQUINAS	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	2023/04.28.02	29/09/2025
RB SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	2025/09.30.06	30/09/2026
URBANA LTDA	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	2025/09.30.02	30/09/2026
R DOS S CIRNE DE AZEVEDO LTDA	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	2023/04.28.04	23/08/2026
DIOGENES SOUZA NASCIMENTO BISPO – CPF *.458.71* - **			
DR & L MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	2025/08.07.02	07/08/2026
FRANCISCO WEDSON DA SILVA CARDOSO	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	2025.08.07.05	07/08/2026
PEDRO RODRIGUES DE MATOS	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	2026.02.11.04	11/02/2027
ANTONIO EVERALDO FERNANDES DA SILVA – CPF *.875.85* - **			
DISTRIBUIDORA PEDROZA OURICURI LTDA	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2026.04.23.02	23/04/2027
DIEGO DE LIMA LEAL EIRELI – ME	GÁS DE COZINHA - 1º ADITIVO	2025/04.16.01	31/12/2026
FRANCISCO DAGMAR DOS SANTOS – ME	MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE	2025/03.12.02	30/12/2026
PAULO DIEGO DOS SANTOS – ME (CIDO)	MATERIAL DE EXPEDIENTE	2026.04.24.02	24/04/2027
RAMOS ENVASO DE ÁGUAS LTDA	ÁGUA MINERAL	2026.03.10.02	10/03/2027
JOSÉ LINDOMAR ALVES BEZERRA – CPF *. 769.14* - **			
FRANCISCO EUGLAN DANTAS DA SILVA	MATERIAL DE ESCRITÓRIO E PERMANENTE	2025.07.10.01	10/07/2026
J.A.M. BORGES LTDA	MATERIAL PERMANENTE	2025.07.10.05	10/07/2026
LUIZ CARNEIRO & CIA LTDA	MATERIAL PERMANENTE	2025.07.10.09	10/07/2026
M.K. DE AZEVEDO ARAÚJO DUTRA DANTAS LTDA	MATERIAL PERMANENTE	2025.07.10.13	10/07/2026
M.K. DE AZEVEDO ARAÚJO DUTRA DANTAS LTDA	MATERIAL PERMANENTE	2025/12.19.01	09/12/2026
M.L.C. SILVA	MATERIAL PERMANENTE	2025.07.10.17	10/07/2026
MAGAZINE PADRE CÍCERO LTDA	MATERIAL PERMANENTE	2025.07.10.19	10/07/2026
PAPELARIA DELGADO LTDA	MATERIAL PERMANENTE	2025.07.10.23	10/07/2026
EMILIANE GONÇALVES DE LIMA E SÁ CARNEIRO – CPF *.519.72* - **			
ADEMILTON CLISMERIO DE LIMA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.12.10	31/12/2026
ALEXANDRA DO NASCIMENTO COSTA	MERENDA ESCOLAR	2026/03.17.04	31/12/2026
ANA PAULA LOPES FERREIRA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.12.07	31/12/2026
BJR MED DISTRIBUIDORA LTDA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.05.03	31/12/2026
COPAGRO	MERENDA ESCOLAR	2026/03.17.01	31/12/2026
DANIELE PEREIRA DE SOUZA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.12.04	31/12/2026
DEREPENTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	MERENDA ESCOLAR	2026/02.05.02	31/12/2026
DILCIMEIRE FERNANDES DA SILVA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.12.11	31/12/2026
DISTRIBUIDORA PEDROZA OURICURI LTDA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.05.04	31/12/2026
DISTRIBUIDORA PEDROZA OURICURI LTDA	MERENDA ESCOLAR	2026/03.03.02	31/12/2026
DISTRILEV COMÉRCIO E INDÚSTRIA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.05.05	31/12/2026
FRANCISCA DO NASCIMENTO SILVA FILHA	MERENDA ESCOLAR	2026/03.17.02	31/12/2026
GILIARDE DANILO JUCA DA SILVA LTDA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.05.06	31/12/2026
GILIARDE DANILO JUCA DA SILVA LTDA	MERENDA ESCOLAR	2026/03.03.03	31/12/2026
GOLDEN BRASIL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	MERENDA ESCOLAR	2026/02.05.07	31/12/2026
IPOJUCA ALIMENTOS LTDA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.05.01	31/12/2026

JOÃO VITOR GOMES DE LIMA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.12.09	31/12/2026
JOAQUIM PEREIRA DE SOUZA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.12.03	31/12/2026
JOSE ORLANDO DE SOUZA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.12.01	31/12/2026
NEI COSTA HOLANDA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.12.05	31/12/2026
NEUMA DE OLIVEIRA PAZ AD ASILVA	MERENDA ESCOLAR	2026/03.17.03	31/12/2026
OZMANDA NERI DELMONDES	MERENDA ESCOLAR	2026/03.17.05	31/12/2026
OSMAR LIMA DA SILVA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.12.06	31/12/2026
RENNAN SAVIO DE ASSIS	MERENDA ESCOLAR	2026/02.12.08	31/12/2026
ROBSON ANTONIO DE OLIVEIRA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.12.12	31/12/2026
SEBASTIÃO ALVES DA SILVA	MERENDA ESCOLAR	2026/03.05.01	31/12/2026
UESLA FEITOZA DA SILVA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.12.02	31/12/2026
VENARIO BATISTA DE MIRANDA COMERCIO LTDA	MERENDA ESCOLAR	2026/02.05.08	31/12/2026
WEDSON RODRIGUES ARAÚJO – ME	MERENDA ESCOLAR	2026/02.05.09	31/12/2026
IANA KELLY XAVIER DO NASCIMENTO – CPF *.524.27* - **			
MACHADO & SÁ BARRETO COMERCIO DE PNEUS LTDA	PNEUS E CÂMARAS DE AR	2025/10.07.02	07/10/2026
PAULO ALINHAMENTO OURICURI LTDA	MANUTENÇÃO, PEÇAS E ACESSÓRIOS	2025/05.12.02	12/05/2026
SERVCLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	PEÇAS E ACESSÓRIOS - 3º ADITIVO	2024.01.22.01	21/01/2027
DIOGENES SOUSA NASCIMENTO BISPO – CPF *.458.71* - **			
MJR CONSTRUÇÕES LTDA	REFORMA CHECHE SÃO BRAZ	2025.07.21.01	31/12/2025
CONSTRUTORA NELSON DE OLIVEIRA LTDA	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NA COHAB	2025.07.24.03	24/01/2027
ERIVALDO ALVES RODRIGUES - CPF *.134.87* - **			
A J SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TRANSPORTE ESCOLAR	2024/10.01.01	23/08/2026
ANA BEATRIZ DOS SANTOS JACÓ	TRANSPORTE ESCOLAR	2025.12.24.03	24/06/2026
ANASTÁCIO DOS SANTOS COELHO	TRANSPORTE ESCOLAR	2025/08.11.09	11/06/2026
ELENEUZA GOMES DE ALENCAR COSTA	TRANSPORTE ESCOLAR	2025.08.11.03	11/06/2026
JOSÉ EDUARDO MONTEIRO SOARES	TRANSPORTE ESCOLAR	2025/08.11.02	11/06/2026
KAYK FRANCISCO PAIXÃO DE OLIVEIRA	TRANSPORTE ESCOLAR	2025/08.11.08	11/06/2026
LEANDRO AUGUSTO PIMENTEL DE ALENCAR	TRANSPORTE ESCOLAR	2025/08.11.05	11/06/2026
MÁRCIO RUBENS FERREIRA SOUSA	TRANSPORTE ESCOLAR	2025/08.11.06	11/06/2026
NELY LOPES DA SILVA	TRANSPORTE ESCOLAR	2025/08.11.01	11/06/2026
RICARDO FREIRES DE OLIVEIRA	TRANSPORTE ESCOLAR	2025/08.11.10	11/06/2026
VALDIVANIA BARBOZA LOPES	TRANSPORTE ESCOLAR	2025/08.11.07	11/06/2026

Art. 3º– São atribuições básicas dos fiscais de contratos designados nesta Portaria:
I. Acompanhar a execução do contrato, de modo a garantir o cumprimento das cláusulas estabelecidas, prazos e especificações técnicas;
II. Registrar em relatório próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados;
III. Informar à autoridade superior, em tempo hábil, sobre a necessidade de prorrogações, reequilíbrios, aditivos ou aplicação de sanções administrativas;
IV. Conferir e atestar as notas fiscais e faturas de serviços prestados ou materiais entregues, antes do encaminhamento para o setor competente de pagamento.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de julho de 2026.

FRANCISCO VICTOR RAMOS COELHO
Prefeito

Publicado por:
Agripino Soares Vieira Júnior
Código Identificador:81FE0C51

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA

PORTARIA Nº 450/2026

O Prefeito do Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco, o Sr.**FRANCISCO VICTOR RAMOS COELHO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em observância ao disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nas demais normas de direito administrativo aplicáveis;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade da Administração Pública em fiscalizar a execução dos contratos administrativos para garantir a plena observância das cláusulas pactuadas e a eficiência do gasto público;
CONSIDERANDO a necessidade de designar servidores públicos para o acompanhamento, fiscalização e gestão da execução dos contratos administrativos celebrados no âmbito da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** para o acompanhamento técnico e operacional dos ajustes celebrados;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas contratadas;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos abaixo relacionados para exercerem a função de **FISCAIS DE CONTRATOS** da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** do Município de Ouricuri/PE, os senhores e senhoras abaixo relacionados e conforme planilha:

ROMILSON DA SILVA;
LAIANE ALENCAR VIEIRA;
DANILO JOSÉ LINS DO AMARAL;
ICARO BRUNO MORAIS PEDRA FIXE NASCIMENTO;
JOSÉ RICARDO DA SILVA BEZERRA;
MÁRCIO JOSÉ ROMÃO MOURA;
FERNANDA DO NASCIMENTO LOBO;

Art. 2º A fiscalização dos contratos obedecerá à seguinte distribuição técnica e financeira:

FORNECEDOR	OBJETO DO CONTRATO	Nº DO CONTRATO	VIGÊNCIA
ROMILSON DA SILVA – CPF *.372.64* - **			
RAMALHO & LEITE ADVOGADOS	SERVIÇOS JURIDICOS TÉCNICOS	2026/04.10.01	10/04/2027
EDUARDO TEIXEIRA ADVOCADOS ASSOCIADOS	SERVIÇOS JURIDICOS TÉCNICOS	2025/01.14.06	14/01/2027
BEVILAQUA, PINTO & ALBUQUERQUE	SERVIÇOS JURIDICOS TÉCNICOS	2025/01.10.05	14/01/2027
ANTONIO RIBEIRO ADVOCACIA	SERVIÇOS JURIDICOS TÉCNICOS	2025/07.11.01	11/07/2026
LAIANE ALENCAR VIEIRA – CPF *.657.65* - **			
ALINE DE AQUINO CORIOLANO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2025/04.08.02	08/04/2027
ERNANDES DE ALENCAR DELMONDES	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2025.04.09.01	09/04/2026
GEANDRO COELHO DE VASCONCELOS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2025/04.09.05	09/04/2026
GERSON BRENDO DE AMORIM	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2025/04.08.07	08/04/2027
IONAR GOMES DE SOUZA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2025/04.28.02	28/04/2027
IVONALDO MARTINS DE AQUINO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2025/06.13.01	13/06/2026
JOSE ALBERTO DELGADO LIMA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2025/04.08.04	08/04/2026
JOSÉ CORDEIRO DOS SANTOS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2025/04.09.02	09/04/2027
JOSÉ TADEU ALENCAR FALCÃO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2025/04.09.04	09/04/2027
JULYANA RODRIGUES DE SIQUEIRA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2025/09.26.01	26/09/2026
REMESSON SILVA DO NASCIMENTO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	2025/04.08.05	08/04/2027
DANILO JOSÉ LINS DO AMARAL – CPF *.752.63* - **			
BETA INFORMÁTICA	ASSESSORIA DE RECUROSOS HUMANOS	2025/04.30.01	30/04/2026
CESPAM	ASSESSORIA EM CONTABILIDADE	2025/02.21.01	21/02/2027
GEOVANE ASSESSORIA INFORMÁTICA	ASSESSORIA E MANUTENÇÃO INFORMÁTICA	2025/04.07.14	07/04/2027
PRISCILA ARAÚJO	ASSESSORIA DE CONVÊNIOS	2025/05.16.02	16/05/2027
PUBLICA CONSULTORIA	ASSESSORIA E PROGRAMAS DE GESTÃO	2025/07.04.01	04/07/2026
SOFTAGON TECNOLOGIA	ASSESSORIA DO PORTAL INSTITUCIONAL	2025/04.08.06	08/04/2025
LAIANE ALENCAR VIEIRA – CPF *.657.65* - **			
IRENE E ELIAS LTDA	FORNECIMENTO DE ALIMENTO	2025/09.04.05	04/09/2026
DIEGO LIMA GÁS	FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA	2025/04.16.04	16/04/2027
FRANCISCA ELIENE	FORNCIMENTO DE COFFE BREAK	2025/09.04.01	04/09/2026
OSMAR PEREIRA TAVARES NETO	PRESTADORA DE SERVIÇOS DE BUFFET	2025/09.04.13	04/09/2026
PAULO DIEGO	FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE	2026/04.24.01	24/04/2027
DISTRIBUIDORA PEDROZA	FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO	2026/04.23.01	23/04/2027
RAMOS ENVASO	FORNECIMENTO DE ÁGUA	2026/03.10.01	10/03/2027
RICARDO GOMES DA SILVA	FORNECIMENTO DE TALÕES DE MULTA	2026/02.11.01	11/02/2027
DANILO JOSÉ LINS DO AMARAL – CPF *.752.63* - **			
J.A.M BORGES	FORNECIMENTO DE MATERIAL PERMANENTE	2025/07.10.06	10/07/2026
JOSÉ ALBERTO	FORNECIMENTO DE MATERIAL PERMANENTE	2025/07.10.24	10/07/2026
EUGLAN SÃO FRANCISCO	FORNECIMENTO DE MATERIAL PERMANENTE	2025/07.10.02	10/07/2026
LUIZ CARNEIRO	FORNECIMENTO DE MATERIAL PERMANENTE	2025/07.10.10	10/07/2026
ICARO BRUNO MORAIS PEDRA FIXE NASCIMENTO – CPF *.400.95* - **			
PLENA PUBLICIDADE	SERVIÇO DE PUBLICIDADE	2025/06.10.01	10.06.2026
PREMIUM PUBLICIDADE	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE	2026/02.19.01	09/02/2027
DANILO JOSÉ LINS DO AMARAL – CPF *.752.63* -**			
1DOC TECNOLOGIA	SERVIÇO DE GESTÃO E COMUNICAÇÃO	2025/06.10.02	10/06/2026
ADESIVO PUBLICIDADE	SERVIÇO DE GRÁFICA	2025/04.07.02	07/04/2026
B ANTUNES & PLANZO	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS	2025/10.02.04	02/10/2026
EDIFRANCI	SERVIÇO DE INTERNET E COMUNICAÇÃO	2025/07.11.02	11/07/2026
JANDERSON GONTIJO	MANUTENÇÃO DE ARCONDICIONADO	2025/09.25.01	25/09/2026
LUCAS SENA SILVA	SERVIÇO DE GRÁFICA	2025/04.07.10	07/04/2026
TÁTICO PATRIMONIAL	SERVIÇO DE APOIO LOGÍSTICO EM EVENTOS	2026/01.15.07	15/01/2027
J I BARROS	SERVIÇO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS	2025/06.12.02	12/06/2026
JOSÉ RICARDO DA SILVA BEZERRA – CPF *.381.02* - **			
ODILON SIQUEIRA	MATERIAL DE INSTAÇÃO DE POÇOS	2025/09.22.02	22/09/2026
S&B ENGENHARIA	SERVIÇO DE ARAÇÃO DE TERRAS	2026/02.25.01	25/02/2027
MÁRCIO JOSÉ ROMÃO MOURA – CPF *.150.82* - **			
JOSUERLEY DA SILVA OLIVEIRA	AQUISIÇÃO DE ÁRVORES E MUDAS	2025/06.26.01	26/06/2026
NORDESTE POÇOS E SONDAGENS	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SONDAGEM	2026/03.05.02	05/03/2027
FERNANDA DO NASCIMENTO LOBO – CPF *.696.68* - **			
A J SERVIÇOS	SERVIÇO DE HORA/MÁQUINA	2023/21.09.01	19/09/2026
BEZERRA AUTOPEÇAS	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	2025/05.12.03	12/05/2027
MACHADO & SÁ BARRETO	AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS	2025/13.07.01	07/10/2026
PRIME CONSULTORIA	GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS	2025/08.01.04	01/08/2026
RB SERVIÇOS AMBIENTAIS	SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA	2025/01.13.01	13/01/2027
SERV CLIMA	FORNECIMENTO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO	2023/21.03.01	26/12/2026
URBANA LTDA	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS	2026/01.12.02	12/01/2027

Art. 3º– São atribuições básicas dos fiscais de contratos designados nesta Portaria:

I. Acompanhar a execução do contrato, de modo a garantir o cumprimento das cláusulas estabelecidas, prazos e especificações técnicas;

II. Registrar em relatório próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados;

III. Informar à autoridade superior, em tempo hábil, sobre a necessidade de prorrogações, reequilíbrios, aditivos ou aplicação de sanções administrativas;

IV. Conferir e atestar as notas fiscais e faturas de serviços prestados ou materiais entregues, antes do encaminhamento para o setor competente de pagamento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de julho de 2026.

FRANCISCO VICTOR RAMOS COELHO
Prefeito

Publicado por:
Agripino Soares Vieira Júnior
Código Identificador:4FC61E24

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE QUIXABA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 003/2026 - PSS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA/PE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 003/2026

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A SELEÇÃO DE EDUCADORES POPULARES PARA ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO PACTO NACIONAL PELA SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

O MUNICÍPIO DE QUIXABA, ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio das **SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura do Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção de Educadores Populares para atuação nas turmas da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no âmbito do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, instituído pelo Decreto Federal nº 12.048, de 5 de junho de 2024, observadas as disposições da Constituição Federal **de 1988**, especialmente os arts. 37, inciso IX, 205, 208, 211 e 214, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), na Lei Medida Provisória Nº 004 de 24 de julho de 2026 convertida na Lei Ordinária Municipal nº 505 de 13 de agosto de 2026, que institui a Bolsa Educador Popular, e das normas estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.
1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado tem por finalidade selecionar Educadores Populares para atuarem nas ações de alfabetização e qualificação da Educação de Jovens e Adultos – EJA, desenvolvidas pelo Município de Quixaba/PE em cooperação com o Ministério da Educação.
1.2. A atuação do Educador Popular ocorrerá mediante concessão de Bolsa Educador Popular, de natureza indenizatória, nos termos da legislação municipal pertinente, não gerando vínculo empregatício, estatutário ou contratual com o Município.
1.3. A seleção será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, por intermédio de Comissão Organizadora designada através da Portaria Municipal Nº 220/2026 de autoria do Chefe do Poder Executivo.
1.4. A participação no processo seletivo implica a aceitação integral das normas estabelecidas neste Edital.
1.5. A presente Seleção Pública Simplificada terá validade de 02 (dois) anos, prorrogável por igual período, a contar da publicação da homologação do resultado final no site do município: www.quixaba.pe.gov.br e nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores, ambas do Município de Quixaba/PE, localizadas na Avenida São Sebastião, respectivamente nos Nº 635 e 659, Bairro São Sebastião, CEP: 56.828-000 - Quixaba/PE.
1.6. Para todos os efeitos, o conhecimento prévio das normas contidas neste edital é requisito essencial para inscrição e para participação na etapa única do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. O candidato que por qualquer motivo, deixar de atender às normas aqui estabelecidas será eliminado do certame.

2. DO OBJETO
2.1. Constitui objeto deste Edital a seleção pública simplificada para o preenchimento de vagas de Educadores Populares que atuarão em turmas de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos e idosos, a partir de 15 anos de idade, que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos na idade regular, onde serão criadas turmas de anos iniciais do 1º ao 5º anos, nos espaços rurais e urbano.
2.2. Os candidatos selecionados desenvolverão atividades pedagógicas voltadas à alfabetização de jovens, adultos e idosos não alfabetizados ou com baixa escolarização, observando as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Municipal de Educação.

3. DAS FUNÇÕES, CARGA HORÁRIA E BOLSA EDUCADOR
3.1. A carga-horária dos Educadores Populares será de 20 (vinte) horas semanais, para desempenho de atividades escolares a serem definidas pela Secretaria Municipal de Educação.
3.2. O Educador Popular desenvolverá suas atividades em sala de aula durante os cinco dias da semana, participando, ainda, dos momentos de planejamento e formativos, sempre que convocados pela Secretaria Municipal de Educação.
3.3. Para as áreas urbanas, cada turma deverá ser composta por, no mínimo, 15 (quinze) estudantes devidamente matriculados.
3.4. Para as áreas rurais, cada turma deverá ser composta por, no mínimo, 10 (dez) estudantes devidamente matriculados.
3.5. Para a formação de turmas, o Educador Popular poderá desenvolver suas atividades nas escolas da zona urbana e nas escolas da zona rural, previamente validadas pela Secretaria Municipal de Educação de Quixaba/PE.
3.6. O Educador Popular é responsável por localizar, identificar, mobilizar e cadastrar os estudantes de sua turma, observando as quantidades mínima e máxima especificadas nos itens 3.3 e 3.4.
3.7. A formação das turmas é um critério essencial para inscrição nesta seleção.
3.8. A inscrição do Educador Popular está condicionada à apresentação da lista de estudantes público-alvo da Educação de Jovens e Adultos, conforme o Anexo XI, bem como, do local e horário de funcionamento da turma.
3.9. O Educador Popular desenvolverá suas atividades, exclusivamente, em 1 (uma) turma, com a dedicação de 20 (vinte) horas semanais, conforme disposto no item 3.1.
3.10. O Educador Popular fará jus ao recebimento de bolsa no valor mensal de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais, trinta e um centavos), conforme disponibilidade orçamentária e regulamentação do Programa.

4. DO PERFIL DO EDUCADOR POPULAR
4.1. Ser brasileiro nato **ou** naturalizado ou gozar das prerrogativas legais equivalentes.
4.2. Ter, no mínimo, 18 anos de idade completos.
4.3. Demonstrar aptidão para atividades da Educação de jovens, adultos e idosos.

4.4. Atender às exigências desta Chamada Pública.
4.5. Ter disponibilidade para formação inicial e continuada durante a execução das turmas.
4.6. Possuir formação de nível médio na modalidade Magistério (Normal Médio) concluída; ou Licenciatura em qualquer área da Educação concluída; ou estar regularmente matriculado e cursando Licenciatura em qualquer área da Educação, a partir do 6º período.
4.7. Destaca-se que a participação e atuação na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, no âmbito desta Chamada Pública, não caracterizará vínculo de estágio para os candidatos regularmente matriculados em cursos de Licenciatura.
4.8. Ter disponibilidade de 20 (vinte) horas semanais para desenvolver a função de Alfabetizador Popular, conforme o item 3.1. deste Edital.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DO EDUCADOR POPULAR
5.1. O Educador Popular deverá planejar, executar e avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas com os educandos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), em consonância com as orientações da Secretaria Municipal de Educação, garantindo práticas inclusivas, participativas e contextualizadas ao cotidiano dos estudantes.
5.2. Participar, obrigatoriamente, de formação inicial e continuada ofertada pela Secretaria Municipal de Educação.
5.3. Desenvolver, com o auxílio do coordenador local, o planejamento pedagógico das aulas, ações de acompanhamento e registro de frequência, de modo a assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes.
5.4. Avaliar continuamente as habilidades e conhecimentos dos estudantes.
5.5. Localizar, identificar, mobilizar e preencher a ficha de cadastramento dos jovens, adultos e idosos não alfabetizados, observando a quantidade mínima de alfabetizandos por turma, estabelecida nos itens 3.3 e 3.4 desta Chamada Pública.
5.6. Acompanhar a aplicação das avaliações dos estudantes.
5.7. Elaborar relatório das atividades planejadas e desenvolvidas durante os módulos.
5.8. Realizar visitas domiciliares às famílias dos estudantes faltosos ou desistentes de sua turma para acompanhamento e motivação, visando à permanência deles em sala de aula.
5.9. Informar ao operador local as alterações cadastrais dos alfabetizandos e mudanças de endereço do estudante ou da turma.

6. DOS PROCEDIMENTOS DO PROCESSO DE SELEÇÃO.
6.1. A seleção de que trata este edital será realizada pela Secretaria Municipal de Administração, sob a Coordenação da Comissão de Organização do Processo Seletivo da PMQ, nomeada através da Portaria Municipal Nº 220 de 03 de agosto de 2026.
6.2. As inscrições serão realizadas gratuitamente e, de forma remota através do site oficial do Município Quixaba/PE ou presencialmente diretamente na sede da Secretaria Municipal de Administração.
6.3. O processo de seleção constará de 01 (uma) etapa, sendo esta de caráter eliminatória e classificatória, realizada através de avaliação do *Curriculum Lattes/Vitae* e da experiência profissional do candidato.
6.3.1. Os candidatos que optarem por realizar a inscrição **de forma remota** deverão acessar o endereço eletrônico https://quixaba.pe.gov.br/transparencia/recursos-humanos/processos-seletivos?ano=2026, preencher integralmente o **Formulário Padrão de Inscrição – Anexo II** e anexar, de forma **legível e em formato adequado**, toda a documentação exigida neste Edital, especialmente o **Currículo Padronizado, devidamente preenchido e acompanhado dos respectivos documentos comprobatórios**, conforme modelo e roteiro estabelecidos no **Anexo III** deste Edital.
6.3.2. Os candidatos que optarem pela **inscrição presencial** deverão comparecer à sede da **Secretaria Municipal de Administração**, localizada no **Centro Administrativo Plácido Pereira Nunes**, situado na Avenida São Sebastião, nº 635, Bairro São Sebastião, CEP 56.828-000, Quixaba/PE, munidos dos **documentos originais e respectivas cópias**, bem como dos **anexos deste Edital devidamente preenchidos e assinados**, para formalização da inscrição.
6.3.3. Na avaliação do *Curriculum Lattes/Vitae* será considerado o mérito científico, tecnológico e profissional, segundo os critérios de pontuação definidos nos itens 8 e 8.1. deste edital.
6.3.4. É de inteira responsabilidade do candidato o envio ou entrega de toda documentação exigida, devendo esta se encontrar de forma legível, sob pena de ser desconsiderada no momento da análise e avaliação.

7. DA SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO.
7.1. DA PROVA DE TÍTULOS
7.1.2. A análise de títulos contemplará a formação curricular e a experiência profissional do (a) candidato(a).
7.1.3. A Avaliação Curricular – Análise de Títulos terá caráter eliminatório e classificatório.
7.1.4. A Avaliação Curricular – Análise de Títulos terá valor máximo de 10 (dez) pontos, observadas as tabelas de pontos constantes nos itens 8 e 8.1. do presente edital.
7.1.5. O candidato que apresentar mais de um título, no mesmo nível, dentro dos critérios constantes das tabelas de pontos, será pontuado apenas uma única vez, com exceção aos cursos de capacitação na área de educação com no mínimo 40h nos últimos cinco anos, limitando-se a três títulos.
7.1.6. Somente será pontuada a experiência profissional e os cursos que tiverem correlação com a função para o qual o candidato está se inscrevendo.
7.1.7. A experiência profissional será comprovada mediante:
a) Registro do empregador feito na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; ou
b) Certidão/Declaração de tempo de serviço público ou privado, emitida pela unidade de recursos humanos da instituição em que trabalha ou trabalhou, na qual constem expressamente o cargo/função e as atividades desenvolvidas;
7.1.8. A comprovação da experiência de trabalho nos moldes previstos na alínea "b" do item anterior deverá ser fornecida através de Declaração, em papel timbrado, assinada pelo responsável do RH ou pelo(a) Diretor (a) da Escola ou pelo (a) Secretário (a) Escolar, com seus respectivos carimbos de identificação, quando se tratar de experiência em Escola Pública Estadual ou Municipal.
7.1.9. Os certificados/diplomas dos cursos exigidos para avaliação de títulos que não mencionarem a carga horária e que não forem expedidos por Instituição Oficial ou particular devidamente autorizada, não serão considerados.
7.1.10. Para efeito de contabilização de experiência de trabalho, o candidato deverá apresentar somente tempo de efetivo exercício da docência exclusivo em sala de aula.
7.1.11. Períodos de estágio e trabalho voluntário não serão considerados para fins de comprovação de experiência profissional.
7.1.12. A nota final dos candidatos no processo seletivo será obtida por meio do somatório simples dos pontos considerados nos itens da tabela constante logo abaixo:

8. DO CURRÍCULO – FORMAÇÃO PEDAGÓGICA:

ITEM	TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A	Formação de nível médio na modalidade Magistério (Normal Médio) concluída; ou Licenciatura em qualquer área da Educação concluída; ou estar regularmente matriculado e cursando Licenciatura em qualquer área da Educação, a partir do	1,00	1,00

	6º período.		
B	Curso de Especialização lato-sensu na área específica de atuação a qual está concorrendo.	1,00	1,00
C	Curso de capacitação e aperfeiçoamento na área da educação, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, realizado nos últimos 5 (cinco) anos, relacionado à atuação na Educação de Jovens e Adultos (EJA).	0,50	1,50
D	Mestrado, concluído na área de educação ou em áreas afins.	1,25	1,25
E	Doutorado, concluído na área de educação ou em áreas afins.	1,25	1,25
	Total da Pontuação	**5,0**	**6,0**

8.1. DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

ITEM	TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A	Experiência em docência em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.	1,0 Ponto (por ano de experiência comprovada)	2,0
B	Experiência em docência na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).	1,0 Ponto (por ano de experiência comprovada)	2,0
	Total da pontuação	**2,0**	**4,0**

8.2. A avaliação de títulos e de experiências profissionais, de caráter classificatório, valerá, no máximo, 10 pontos para a função de Educador Popular, ainda que a soma dos valores dos títulos e dos comprovantes apresentados sejam superiores ao máximo de pontos.
8.3. A classificação dos candidatos será obtida mediante a soma da pontuação da Análise Curricular, considerando a ordem decrescente de pontuação, até atingir o número oferecido de vagas.

9. DAS INSCRIÇÕES.
9.1. A inscrição do candidato será gratuita e implicará o conhecimento e a expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
9.2. As inscrições poderão ser realizadas de forma remota ou presencial e estarão sob a responsabilidade do próprio candidato no período disposto no Cronograma disposto no Anexo I.
9.3. As Inscrições na modalidade remota para a Seleção estão sob a responsabilidade do próprio candidato e serão realizadas no período de **18/08/2026 às 23:59 horas do dia 01/09/2026**, da seguinte forma:
9.3.1. Acessando o link https://quixaba.pe.gov.br/transparencia/recursos-humanos/processos-seletivos?ano=2026 e preencher o formulário padrão, anexando **DE FORMA LEGÍVEL** toda documentação exigida, na seguinte sequência:
a) Documento oficial com foto;
b) Comprovante de Residência atualizada, considerando-se para tanto, o mês de junho de 2026;
c) Formulário contido no Anexo III devidamente preenchido;
d) Comprovação de formação pedagógica;
e) Títulos de formação pedagógica conforme o item 8 do presente edital;
f) Títulos de experiência profissional conforme o item 8.1. do presente edital;
g) Lista de estudantes, conforme disposto no item 3.7 deste edital comprovando a formação da turma de alunos consoante modelo disponível através do Anexo XI.
9.3.2. Para os (as) candidato (as) que desejarem concorrer às vagas de PcD deverão anexar no momento da inscrição além de todos os documentos descritos no subitem anterior, os seguintes documentos:
a) Declaração da condição de Pessoa com Deficiência (PcD) – **(Anexo V)**;
b) Laudo Médico emitido nos últimos 12 meses, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código da Classificação internacional de Doença (CID).
9.4. As (os) candidatas (os) que realizarem a inscrição na modalidade remota deverão apresentar os documentos originais até o momento da assinatura do Termo de Compromisso, para fins de autenticação pelo servidor da Secretaria Municipal de Administração responsável pelo recebimento da documentação, ficando o candidato desde já advertido que a não apresentação dos referidos documentos, ou quando apresentados não traduzam a realidade, serão automaticamente desclassificados.
9.5. As (os) candidatas (os) que optarem por fazer a inscrição presencial, deverão se dirigir até a sede da Secretaria Municipal de Administração, instalada no Centro Administrativo Plácido Pereira Nunes, situada na Avenida São Sebastião, 635, Bairro São Sebastião, CEP 56.828-000, Quixaba/PE, no período de **18/08/2026 à 01/09/2026** no horário de expediente compreendido entre as 8h e às 13h munidos com toda a documentação original e suas respectivas cópias conforme disposto nos itens 9.3.1 e 9.3.2 do presente edital inclusive os formulários disponíveis sob a forma de anexos.
9.6. Não será aceita a inscrição que não atender, rigorosamente, ao estabelecido neste Edital.
9.7. É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou para mais de uma das vagas existentes.
9.8. Após o encerramento das inscrições, não será permitido anexar documentos posteriores.
9.9. Caso o candidato não preencha seu formulário de inscrição devidamente, ou constem erros, a inscrição será indeferida, e não poderá, desta forma, prosseguir no processo seletivo.
9.10. Caso a formação comprovada não esteja em consonância com a função pretendida, o candidato será eliminado.
9.11. A inscrição do candidato implica a sua integral adesão a todas as regras que disciplinam a presente Seleção Simplificada.
9.12. Nos casos em que o(a) candidato(a) se inscreveu mais de uma vez, será sempre considerada a última inscrição, sendo desconsideradas as demais.

10. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS.
10.1. A apresentação dos documentos terá caráter eliminatório e classificatório, sendo consideradas, exclusivamente, as informações prestadas no ato da inscrição validade, não sendo acatada nenhuma informação encaminhada posteriormente a esse ato.
10.2. Não serão aceitos documentos por outra via não prevista neste Edital.
10.3. A pessoa com deficiência deverá anexar Laudo Médico que ateste sua deficiência, conforme item 9.3.2. alínea "b" deste Edital.
10.4. A inscrição do candidato implicará na aceitação das normas do presente processo de seleção simplificada contidas neste Edital, em outros instrumentos normativos, erratas e outros comunicados que forem publicados.
10.5. A inscrição do candidato que apresentar documentação falsa ou incompleta será cancelada, a qualquer tempo, pela Comissão responsável pela Seleção Pública Simplificada ou pela Secretaria de Administração do Município de Quixaba/PE.
10.6. No caso de necessidade de atualização cadastral, o candidato deverá apresentar o documento a ser atualizado de forma física presencialmente na Secretaria Municipal de Administração, até a publicação do resultado final da seleção pública e, após essa data, até o término da validade do presente processo seletivo.
10.7. Na impossibilidade de fazer a atualização cadastral nos moldes descritos no item anterior, poderá excepcionalmente o candidato apresentar os documentos através do e-mail **philiaassessoria04@gmail.com** com o envio de toda a documentação exigida, em arquivo único no formato PDF. No

campo "ASSUNTO" da caixa de e-mail o candidato deverá preencher da seguinte forma: **NOME COMPLETO DA(O) CANDITADA(O) + CPF N° 000.000.000-00 + ATUALIZAÇÃO_CADASTRAL**

11- DAS VAGAS.

11.1. A presente Seleção Pública Simplificada destina-se ao preenchimento de **16 (dezesseis) vagas** para atuação como Educador(a) Popular na Educação de Jovens e Adultos – EJA, conforme quantitativo, requisitos e condições estabelecidos neste Edital.

11.2. O preenchimento das vagas observará rigorosamente a **ordem de classificação dos candidatos**, de acordo com a pontuação obtida no processo seletivo e o resultado final devidamente homologado, respeitados os critérios de reserva de vagas destinados às pessoas com deficiência – PcD, na forma estabelecida neste Edital e na legislação aplicável.

11.3. Não haverá **formação de cadastro de reserva** no âmbito desta Seleção Pública Simplificada, ficando a convocação dos candidatos limitada ao quantitativo de vagas expressamente previsto neste Edital.

11.4. Serão ofertadas **16 (dezesseis) vagas**, sendo **15 (quinze) destinadas à ampla concorrência e 01 (uma) reservada aos candidatos que se enquadrem como pessoas com deficiência – PcD**, observadas as condições e os critérios estabelecidos neste Edital.

11.5. A classificação no processo seletivo não assegura ao candidato direito à convocação além do número de vagas estabelecido neste Edital, ficando a convocação condicionada ao quantitativo de vagas ofertadas e à necessidade administrativa da Secretaria Municipal de Educação, observada a ordem de classificação e as demais disposições editalícias.

12. DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

12.1. Do total de vagas ofertadas por função neste Edital, o percentual de 5% (cinco por cento) será reservado para pessoas com deficiência, em cumprimento ao que assegura o Art. 97, inciso VI, alínea "a", da Constituição do Estado de Pernambuco, observando-se a compatibilidade da condição especial do candidato com as atividades inerentes às atribuições da função para a qual concorre.

12.1.1. Caso a aplicação do percentual de 5% resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, conforme assegura o Acórdão Nº 411/2019, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

12.2. Será considerado Pessoa com Deficiência a (o) candidata (o) enquadrado no disposto na Lei Federal Nº 7.853, de 24/10/1989, e no Decreto Nº 3.298, de 20/12/1999, e suas alterações.

12.3. O candidato que desejar concorrer às vagas de PcD deverá, no ato de inscrição, declarar sua condição através do formulário constante por meio do Anexo V do presente edital e envia-lo juntamente com Laudo Médico original, ou cópia autenticada, emitido nos últimos 12 meses, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código da Classificação internacional de Doença (CID).

12.3.1. O laudo de que trata o subitem anterior deverá ser entregue juntamente com os documentos comprobatórios para a análise da experiência profissional e a análise de títulos.

12.3.2. O candidato que se declarar Pessoa com Deficiência, quando apresentar Laudo Médico, participará da seleção pública em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere aos critérios de avaliação de títulos, classificação e aprovação, em conformidade ao que determina o Art. 2º, do Decreto Federal Nº 9.508/2018, e suas alterações.

12.4. O candidato aprovado e classificado, dentro do número de vagas destinadas a deficientes, não garante a ocupação da vaga reservada, sendo convocado para, antes da celebração do termo de compromisso, submeter-se à perícia médica, promovida pela junta Médica credenciada, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como PcD ou não, bem como sobre o grau de sua deficiência.

12.5 O candidato que, após a Perícia Médica, não for considerado pessoa com deficiência terá prazo de dois dias corridos para apresentação de recurso, e sendo este mantido, terá seu nome excluído da lista de classificados para a vaga reservada às pessoas com deficiência, e seu nome passará a constar na lista geral de classificados.

12.5.1. O candidato de que trata este item, cuja deficiência após apreciação de recurso seja julgada pela junta Médica credenciada, como incompatível com o exercício das atividades da função para o qual concorre, será excluído do processo seletivo e considerado desclassificado, para todos os efeitos.

12.6. O candidato PcD que, no ato da inscrição, não informar essa condição, receberá, em todas as fases da seleção, tratamento igual ao previsto para os candidatos não PcD.

12.7. A vaga destinada à PcD que não for preenchida por falta de candidatos, por reprovação na seleção ou inaptidão na Perícia Médica, depois de transcorridos os prazos recursais será preenchida pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação conforme Art. 8º, § 2º, do Decreto Federal Nº 9.508/2018 e a necessidade do município.

12.8. Após a contratação, o candidato não poderá utilizar-se da deficiência que lhe garantiu a reserva de vaga no certame para justificar a concessão de licença ou aposentadoria por invalidez.

13. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE.

13.1. Na classificação final, caso haja igualdade de pontuação final, serão adotados os seguintes critérios de desempate, na ordem indicada abaixo, dando-se preferência ao candidato que tiver:

a) a idade mais elevada nos termos do parágrafo único do Art. 27 da Lei Federal Nº 10.741/2023 (Estatuto do Idoso);

b) a maior pontuação na avaliação de títulos;

c) a maior pontuação na experiência profissional;

d) em exercício efetivo da função de jurado nos termos dos Arts. 439 e 440 do Código de Processo Penal pátrio;

e) Aquele que ostentar a idade mais elevada.

14. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO.

14.1. A Comissão de Organização do Processo Seletivo da PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA, será composta por e um representante da Secretaria Municipal de Educação e dois representantes da Secretaria Municipal de Administração, que juntos coordenarão e organizarão o processo seletivo de forma geral, que realizarão as atividades de análise documental, julgamentos e recursos, sempre com a supervisão de assessoria especializada.

15. DO RESULTADO E DA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS.

15.1. O resultado final da análise documental e da classificação dos candidatos será divulgado no site eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Quixaba/PE e afixado nos quadros de avisos da **Secretaria Municipal de Educação**, da **Prefeitura Municipal de Quixaba/PE** e da **Câmara Municipal de Vereadores de Quixaba/PE**, situadas, respectivamente, na Rua Antônio Salvador de Araújo, nº 158, Centro, e na Avenida São Sebastião, nº 635 e nº 659, Bairro São Sebastião, CEP 56.828-000, Quixaba/PE, sem prejuízo de outras formas de divulgação oficialmente adotadas pela Administração Pública.

15.2. A publicação do resultado final observará, ainda, as disposições previstas no **inciso XVIII do art. 6º da Resolução TCE/PE nº 296, de 29 de outubro de 2025**, ou de norma que venha a substituí-la ou complementá-la.

15.3. Após a homologação do resultado final, os candidatos classificados dentro do número de vagas estabelecido neste Edital serão convocados para apresentação da documentação necessária à celebração do termo de compromisso, observada rigorosamente a ordem de classificação, os critérios de reserva de vagas para pessoas com deficiência – PcD e as demais disposições previstas neste Edital.
15.4. A convocação dos candidatos selecionados será realizada por meio de publicação no site eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Quixaba/PE e/ou por outro meio oficial previsto neste Edital, contendo as informações necessárias para o comparecimento e a formalização do termo de compromisso.
15.5. O candidato convocado que não comparecer no prazo estabelecido na respectiva convocação ou que não apresentar a documentação exigida para a celebração do termo de compromisso será considerado desistente, podendo ser excluído do processo seletivo, observado o disposto neste Edital e na legislação aplicável.
15.6. Em razão de não haver previsão de formação de cadastro de reserva nesta Seleção Pública Simplificada, a convocação ficará limitada ao quantitativo de **16 (dezesseis) vagas** estabelecido neste Edital, não gerando a classificação de candidatos fora desse quantitativo direito à convocação ou à celebração do termo.

16. DA VIGÊNCIA DA SELEÇÃO.
O Processo Seletivo deverá ter vigência de 02(dois) anos logo após a sua homologação, podendo ser prorrogado de ofício observado sempre os critérios de oportunidade e conveniência intrínseca a administração pública municipal.

17. DOS RECURSOS.
17.1. A (o) candidata (o) poderá solicitar recurso à Comissão Julgadora, no prazo de 02(dois) dias úteis contados a partir da data de publicação do resultado preliminar da seleção.
17.2. Não serão aceitos novos documentos quando da interposição dos recursos, com exceção daqueles atinentes a comprovação de deficiência, os quais deverão ser interpostos pelos candidatos às vagas destinadas ao Pcd;
17.3. O candidato, quando da apresentação do recurso, deverá apresentar argumentações claras e concisas.
17.4. Recursos inconsistentes ou fora das especificações estabelecidas neste Edital serão indeferidos.
17.5. Os recursos, porventura interpostos, serão julgados e deliberados.
17.6. Os resultados dos julgamentos dos recursos serão devidamente homologados e divulgados para que se produzam os efeitos administrativos e legais.
17.7. Os candidatos que desejarem manejar recurso, poderão fazê-lo de forma remota, através do e-mail philiaassessoria04@gmail.com até às 23:59 horas do dia apontado como prazo final, com o envio do formulário próprio (Anexo IV) devidamente preenchido, assinado e salvo em arquivo único no formato PDF. No campo "ASSUNTO" da caixa de e-mail o candidato deverá preencher da seguinte forma: **NOME COMPLETO DA(O) CANDITADA(O) + CPF N° 000.000.000-00 + RECURSO**
17.8. Os recursos poderão ainda ser manejados de forma presencial, obedecidas às disposições do presente edital, notadamente os prazos e horários, sendo que para este tipo de recurso, o horário para protocolo será sempre o de expediente normal.

18. DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO.
18.1. Após a publicação do resultado final e da homologação da Seleção Pública Simplificada, a Prefeitura do Município de Quixaba/PE convocará os candidatos classificados dentro do número de vagas, observada rigorosamente a ordem de classificação, mediante publicação de Edital no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco – AMUPE https://www.diariomunicipal.com.br/amupe e divulgação no site eletrônico oficial do Município e/ou da Secretaria Municipal de Educação.
18.2. A convocação para as assinaturas dos termos de compromisso se dará por meio de edital publicado no Diário Oficial dos Municípios – AMUPE, bem como, através do portal da transparência no site: https://quixaba.pe.gov.br assegurado também à intimação pessoal do candidato através de e-mail que deverá ser fornecido no ato de inscrição, sem prejuízo da publicidade, sendo o candidato o único responsável pelo acompanhamento/verificação.
18.3. A comunicação individual prevista no item anterior terá caráter meramente complementar e não substituirá a publicação oficial do Edital de Convocação, cabendo exclusivamente ao candidato acompanhar as publicações oficiais e demais atos referentes à presente Seleção Pública Simplificada, não podendo alegar desconhecimento acerca de sua convocação ou dos prazos estabelecidos.
18.4. Os candidatos convocados deverão comparecer à Secretaria de Administração do Município de Quixaba/PE, entre os dias **23 e 30 de setembro de 2026, das 08h às 13h**, para apresentação da documentação exigida neste Edital, conferência e análise documental, assinatura do **Termo de Compromisso de Educador Popular** e recebimento das orientações necessárias ao início das atividades.
18.5. O candidato convocado deverá apresentar, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis,** contado da data de publicação do ato de convocação, os documentos originais e respectivas cópias exigidos neste Edital e em seus anexos, os quais poderão ser conferidos e autenticados pelo servidor responsável pelo recebimento da documentação, quando cabível.
18.6. Após a entrega e a análise da documentação, constatado o atendimento de todos os requisitos previstos neste Edital e na legislação aplicável, o candidato será considerado apto à formalização de sua participação no Programa, mediante assinatura do respectivo **Termo de Compromisso de Educador Popular.**
18.7. A assinatura do Termo de Compromisso deverá ocorrer antes do início das atividades do Educador Popular, ficando o início da participação no Programa condicionado à regularização da documentação e à formalização do referido Termo.
18.8. O Educador Popular deverá cumprir a carga horária, as atividades pedagógicas e demais obrigações previstas neste Edital, no Termo de Compromisso, nas orientações da Secretaria Municipal de Educação e nas demais normas aplicáveis ao Programa.
18.9. O candidato que não comparecer no prazo estabelecido no ato de convocação, não apresentar a documentação exigida, não atender aos requisitos previstos neste Edital ou, por qualquer motivo, não formalizar o respectivo Termo de Compromisso será considerado desistente ou inapto, conforme o caso, sendo eliminado da Seleção Pública Simplificada e convocado o candidato subsequente, respeitada a ordem de classificação.
18.10. A convocação e a assinatura do Termo de Compromisso não caracterizam a existência de vínculo empregatício, funcional ou contratual entre o Educador Popular e o Município de Quixaba/PE, observadas as disposições da legislação municipal que institui e regulamenta a Bolsa de Educador Popular.
18.11. O pagamento da Bolsa de Educador Popular ficará condicionado ao efetivo cumprimento das atividades e obrigações previstas no Programa, no Edital e no Termo de Compromisso, observadas as condições, os valores, os períodos e os demais requisitos estabelecidos na legislação municipal aplicável.
18.12. O candidato convocado que desistir da participação no Programa, antes ou após a assinatura do Termo de Compromisso, deverá comunicar formalmente sua desistência à Secretaria Municipal de Educação, podendo ser convocado o candidato subsequente, respeitada a ordem de classificação e o prazo de validade da Seleção Pública Simplificada.
18.13. A Administração Municipal poderá convocar candidatos classificados além do número de vagas inicialmente previsto, observada a ordem de classificação, desde que haja necessidade do Programa, disponibilidade orçamentária e financeira e autorização nos termos da legislação aplicável.
18.14. São requisitos básicos para a celebração do termo:

a) Ter sido aprovado no processo seletivo;
b) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
c) Cumprir as normas estabelecidas neste Edital;
d) Não acumular cargo, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente permitidos;
e) Apresentar disponibilidade de tempo para exercer a função de acordo as necessidades da unidade escolar;
f) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
g) Estar em gozo dos direitos políticos;
h) Estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino, e obrigações eleitorais;
18.15. São documentos necessários para a celebração do termo:
a) Certidão de nascimento ou casamento, conforme o caso;
b) CPF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda;
c) Declaração de Regularização de CPF (emitida pela internet);
d) Cédula de Identidade;
e) Título de Eleitor com os comprovantes da última eleição ou Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
f) Cartão PIS ou PASEP ou, caso não possua o cartão, solicitar um extrato em qualquer agência do Banco do Brasil, se PASEP ou Caixa Econômica Federal, se PIS;
g) Certificado Militar (comprovar estar em dia com as obrigações militares), quando do sexo masculino;
h) Comprovante de residência;
j) Certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal e Estadual de 1º e 2º Graus;
k) Declaração de que não acumula cargos, empregos ou funções, salvo nos casos constitucionalmente admitidos;
l) Comprovação do nível de escolaridade exigida para a função;
m) Diploma ou Certificado de conclusão de curso, nos termos do Anexo II deste Edital;
n) Diploma ou Certificado de conclusão do curso superior com o Histórico Escolar ou Certificado de conclusão do Ensino Médio com Histórico Escolar;
o) Certificado de Pós-graduação Lato ou Stricto Sensu, quando couber;
p) Certificado de mestrado, quando couber;
q) Certificado de doutorado, quando couber;
r) Comprovante do pedido de exoneração do Cargo Comissionado, quando couber;
s) 2 (duas) Fotos recentes no tamanho 3x4;
t) Número de conta corrente, poupança ou salário aberta junto ao Banco Bradesco, tendo obrigatoriamente como titular a (o) candidata (o), sendo permitida conta conjunta, desde que a (o) candidata (o) conste no cadastro desta;
18.16. O Termo de Compromisso poderá ser encerrado a qualquer tempo, mediante interesse da Administração Pública.
18.17. A lotação dos candidatos selecionados nesta Chamada Pública se dará em escolas municipais conforme a necessidade e aprovação do Operador Local da EJA e da Secretaria Municipal de Educação.
18.18. Considerando o interesse público preponderante, o candidato que não aceitar a lotação determinada pela Secretaria Municipal de Educação, será considerado como desclassificado da Seleção Pública Simplificada.
18.19. A não aceitação da lotação deverá ser declarada por escrito.

19. DO REGIME JURÍDICO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO.
19.1. A participação do Educador Popular no Programa será formalizada mediante **Termo de Compromisso de Educador Popular**, nos termos da legislação municipal aplicável e das disposições estabelecidas neste Edital.
19.2. A participação no Programa e o recebimento da Bolsa de Educador Popular não caracterizam, por si só, vínculo empregatício, funcional ou contratual com o Município de Quixaba/PE, nem conferem ao bolsista a condição de servidor público municipal, observadas as disposições da legislação específica que institui e regulamenta o Programa.
19.3. A Bolsa de Educador Popular possui natureza de auxílio financeiro destinado ao cumprimento das atividades previstas no Programa, não se confundindo com vencimento, salário, remuneração de cargo público ou contraprestação decorrente de vínculo empregatício.
19.4. O tratamento previdenciário e tributário eventualmente incidente sobre os valores pagos a título de Bolsa de Educador Popular observará a legislação federal vigente e as disposições específicas da legislação municipal aplicável, cabendo à Administração Municipal proceder aos descontos ou retenções legalmente exigíveis, quando incidentes.
19.5. O pagamento da Bolsa de Educador Popular ficará condicionado ao cumprimento das atividades, da carga horária e das demais obrigações estabelecidas neste Edital, no Termo de Compromisso e na legislação aplicável.
19.6. Eventuais descontos, retenções ou contribuições incidentes sobre o valor da Bolsa serão realizados pelo Município somente quando houver fundamento legal específico que determine sua incidência, observadas as normas previdenciárias, tributárias e demais disposições aplicáveis.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.
20.1. A inscrição do candidato (a) implicará na aceitação expressa das normas contidas neste edital.
20.2. As vagas serão preenchidas conforme a necessidade e seguindo rigorosamente a ordem de classificação dos (as) selecionados (as) de acordo com esse edital.
20.3. A classificação do candidato na presente seleção pública simplificada assegurará apenas a expectativa de direito à celebração do termo de compromisso ficando a concretização desse ato condicionado à observância das disposições legais pertinentes ao exclusivo interesse, oportunidade e conveniência da Secretaria Municipal de Educação, a existência de vagas, a formação de turmas, a rigorosa ordem crescente de classificação e o prazo de validade do certame.
20.4. As condições contidas no presente edital poderão sofrer alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou a etapa que lhe disser respeito.
20.5. Nenhum candidato poderá alegar o desconhecimento das prerrogativas deste edital ou de qualquer outra norma e/ou comunicado posterior regularmente divulgados, ao certame, ou utilizar-se de artifícios de forma a prejudicar a seleção pública simplificada.
20.6. Fica reservado à Secretaria Municipal de Administração o direito de prorrogar, revogar ou anular o presente Edital.
20.7. Toda documentação referente a este certame será devidamente arquivada e ficará disponível para consulta pelo prazo de cinco anos, ou até que o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco examine e se pronuncie sobre a legalidade do certame, dos dois, o que acontecer por último.

Quixaba/PE, 18 de agosto de 2026.

DANILO CORDEIRO NUNES
Presidente da Comissão

ERICA FABIANNA MEDEIROS DOS SANTOS
Membro da Comissão

JACIANE GOMES DE LIMA
Membro da Comissão

ANEXO I
CRONOGRAMA
EDITAL Nº 002/2026 – PSS – EDUCADOR POPULAR - EJA

ETAPA	AÇÕES	DATAS
ÚNICA	Inscrição presencial ou *on line* via portal no seguinte link: https://quixaba.pe.gov.br/transparencia/recursos-humanos/processos-seletivos?ano=2026	**De 18 a 01/09/2026**
	Análise do currículo da (o) candidata (o)	**De 02 a 08/09/2026**
	Divulgação do resultado preliminar da análise curricular	**08/09/2026**
	Período da interposição de recursos referente à análise curricular	**De 09 a 10/09/2026**
	Resultado da interposição de recursos	**14/09/2026**
	Divulgação do resultado final e convocação dos candidatos PcD para perícia médica	**14/09/2026**
	Realização de perícia médica	**16/09/2026**
	Divulgação do resultado preliminar da perícia médica	**16/09/2026**
	Período da interposição de recursos referente à perícia médica	**De 17 a 18/09/2026**
	Divulgação do resultado final, contendo a lista de classificados as vagas destinadas aos candidatos PcD e ampla concorrência	**21/09/2026**
	Homologação do Processo Seletivo Simplificado	**22/09/2026**
	Convocação para assinatura do Termo de Compr0misso	**De 23 a 30/09/2026**

ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO
EDITAL Nº 002/2026 – PSS – EDUCADOR POPULAR - EJA

1. DADOS DO(A) CANDIDATO(A)
Nome completo:_____
Nome social, se houver:____
Data de nascimento: ____/____/_____
CPF: _____ RG:____
Órgão expedidor: _____ UF: ___
Telefone/WhatsApp: _____
E-mail: ___
Endereço: _____
Nº:____Complemento: ____
Bairro/Localidade: _____
Município: _____UF: _____
CEP: ____

2. CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PCD
O(A) candidato(a) declara ser pessoa com deficiência – PcD, para fins de participação neste processo seletivo?
( ) **Sim**
( ) **Não**
Em caso afirmativo, informar o tipo de deficiência:
( ) Deficiência física
( ) Deficiência auditiva
( ) Deficiência visual
( ) Deficiência intelectual
( ) Deficiência múltipla
( ) Transtorno do Espectro Autista – TEA
( ) Outra:_____
O(A) candidato(a) solicita participação nas vagas reservadas às pessoas com deficiência – PcD, de acordo com a previsão no Edital?
( ) **Sim**
( ) **Não**
Observação: A condição declarada deverá ser comprovada mediante a documentação exigida no Edital nº 002/2026, observadas as disposições legais aplicáveis e os critérios estabelecidos para a avaliação da condição de pessoa com deficiência.

3. FORMAÇÃO ACADÊMICA
Escolaridade:
( ) Ensino Médio
( ) Curso Normal/Magistério
( ) Graduação
( ) Especialização
( ) Mestrado
( ) Doutorado
Curso/área: _____
Instituição: _____
Ano de conclusão: _____

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Possui experiência com Educação de Jovens e Adultos – EJA?
( ) Sim ( ) Não
Período de experiência: _____

Instituição/órgão: _____
Possui experiência em alfabetização?
( ) Sim ( ) Não
Possui experiência em programas de alfabetização ou Educação Popular?
( ) Sim ( ) Não

5. LOCALIDADE DE PREFERÊNCIA PARA ATUAÇÃO
( ) Sede do Município
( ) Zona Rural
Comunidade/localidade de preferência: ____
6. DECLARAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A)

Declaro, para os devidos fins, que as informações prestadas nesta ficha de inscrição são verdadeiras e que estou ciente de que a falsidade de qualquer informação poderá acarretar minha eliminação do processo seletivo, sem prejuízo das demais medidas administrativas, civis e penais cabíveis.
Declaro, ainda, que li integralmente o Edital nº 002/2026 e concordo com todas as suas disposições.

Quixaba/PE, _____ de ____ de 2026.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO III
CURRÍCULO PADRONIZADO
EDITAL Nº 002/2026 – PSS – EDUCADOR POPULAR - EJA

Eu,_, candidato (a) à função de Educador Poular na Rede Municipal de Quixaba/PE, apresento e declaro ser de minha exclusiva responsabilidade o preenchimento das informações e que as declarações e documentos a seguir relacionados são verdadeiros e válidos na forma da lei, sendo comprovados mediante cópias em anexo autenticadas em cartório e/ou com atesto do órgão responsável pela inscrição, numeradas e ordenadas, no total de ___folhas, que compõem este Currículo Padronizado, para fins de atribuição de pontos através da análise curricular pela banca examinadora, com vistas à atribuição da nota.

ORIENTAÇÃO: O(A) candidato(a) deverá relacionar, nos campos abaixo, exclusivamente os títulos que serão utilizados para fins de pontuação, anexando a documentação comprobatória exigida pelo Edital.

8. DO CURRÍCULO – FORMAÇÃO PEDAGÓGICA:

A. Formação de nível médio na modalidade Magistério (Normal Médio) concluída; ou Licenciatura em qualquer área da Educação concluída; ou estar regularmente matriculado e cursando Licenciatura em qualquer área da Educação, a partir do 6º período.

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	ANO DE CONCLUSÃO OU PERÍODO EM QUE SE ENCONTRA MATRICULADO	CARGA HORÁRIA

B. Curso de Especialização lato-sensu na área específica de atuação a qual está concorrendo.

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	ANO DE CONCLUSÃO	CARGA HORÁRIA

C. Curso de capacitação e aperfeiçoamento na área da educação, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, realizado nos últimos 5 (cinco) anos, relacionado à atuação na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	ANO DE CONCLUSÃO	CARGA HORÁRIA

D. Mestrado, concluído na área de educação ou em áreas afins.

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	ANO DE CONCLUSÃO	CARGA HORÁRIA

E. Doutorado, concluído na área de educação ou em áreas afins.

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	ANO DE CONCLUSÃO	CARGA HORÁRIA

8.1. DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

A. Experiência em docência em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM QUE ATUOU	ANO EM QUE ATUOU

B. Experiência em docência na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

.

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM QUE ATUOU	ANO EM QUE ATUOU

Quixaba/PE, ___de _____ de 2026.

_____
Assinatura da (o) candidata (o)

ANEXO IV
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
EDITAL Nº 002/2026 – PSS – EDUCADOR POPULAR - EJA

Eu,**.....**, portador do documento de identidade Nº**.....**, Órgão Expedidor **.....** apresento recurso junto ao ..... **(completar com o nome da instância junto à qual interpõe o recurso)** contra decisão do ....(completar com o nome da autoridade ou instância que tomou a decisão).
A decisão objeto de contestação é **..... (explicitar a decisão que está contestando).**
Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são: **.....**
Para fundamentar essa contestação, encaminho anexos os seguintes documentos:**.....**

Quixaba/PE, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura da (o) candidata (o)

RECEBIDO em..... de ____ de 2026, por**.....**
(Assinatura e cargo/função do servidor que receber o recurso)

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD
EDITAL Nº 002/2026 – PSS – EDUCADOR POPULAR - EJA

À Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Simplificado nº 002/2026.

Eu,_____ Carteira de Identidade Nº _____, CPF Nº:____ Inscrito Nº___ nesta Seleção Pública Simplificada, como candidato (a) à função de ____, declaro ser pessoa com deficiência de condição não impeditiva do exercício da mencionada função, conforme especificado no Decreto Federal Nº 3.298, de 20/12/1999, e suas alterações, pelo que solicito o deferimento da minha inscrição dentro destas condições especiais. Anexo, neste ato, atestado/laudo médico nos termos do Edital nº 002/2026.
Declaro estar ciente de que a condição declarada será submetida à comprovação mediante documentação e/ou avaliação por equipe competente, nos termos da legislação aplicável.

Quixaba/PE, _____ de ____ de 2026.

_____
Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES
EDITAL Nº 002/2026 – PSS – EDUCADOR POPULAR - EJA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, candidato(a) ao Processo de Credenciamento e Seleção Pública Simplificada de Educadores Populares – EJA, declaro, sob as penas da lei, que todas as informações e documentos apresentados por mim são verdadeiros e autênticos.
Declaro estar ciente de que a constatação de falsidade, omissão ou inexatidão poderá resultar na minha eliminação do processo seletivo ou no desligamento da Bolsa de Educador Popular, sem prejuízo das demais providências legais cabíveis.

Quixaba/PE, _____ de ____ de 2026.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE
EDITAL Nº 002/2026 – PSS – EDUCADOR POPULAR - EJA

Eu, _____, declaro possuir disponibilidade para cumprir a carga horária, participar das atividades pedagógicas, formações, reuniões e demais ações previstas no Edital nº ___/2026.
Declaro estar ciente de que o não cumprimento das atividades poderá ensejar a suspensão ou o desligamento da Bolsa de Educador Popular.

Quixaba/PE, _____ de ____ de 2026.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO VIII

MODELO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO
EDITAL Nº 002/2026 – PSS – EDUCADOR POPULAR – EJA

Eu, _____, declaro não possuir qualquer impedimento legal ou administrativo que impossibilite minha participação no processo seletivo ou o recebimento da Bolsa de Educador Popular.
Declaro, ainda, que comunicarei imediatamente à Secretaria Municipal de Educação qualquer circunstância superveniente que possa gerar incompatibilidade com as atividades do Programa.

Quixaba/PE, _____ de ____ de 2026.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO IX
MODELO SOBRE ACÚMULO DE BOLSAS OU FUNÇÕES
EDITAL Nº 002/2026 – PSS – EDUCADOR POPULAR - EJA

Eu, _____, declaro, para os devidos fins, que:
( ) Não recebo outra bolsa incompatível com a Bolsa de Educador Popular;
( ) Recebo outra bolsa ou incentivo, conforme informações abaixo:

Declaro estar ciente de que eventual acumulação somente será admitida quando não houver incompatibilidade legal ou regulamentar.

Quixaba/PE, _____ de ____ de 2026.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO X
MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO
EDITAL Nº 002/2026 – PSS – EDUCADOR POPULAR - EJA

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE QUIXABA, ESTADO DE PERNAMBUCO**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro, o(a) Sr.(a) **_____**, inscrito(a) no CPF sob nº **____**, selecionado(a) mediante processo seletivo simplificado para atuar como **EDUCADOR(A) POPULAR**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo de Compromisso tem por objeto estabelecer as condições para a atuação do(a) **EDUCADOR(A) POPULAR** nas turmas de **Educação de Jovens e Adultos – EJA** vinculadas ao **Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos**, no âmbito do Município de Quixaba/PE.
1.2. A atuação do(a) EDUCADOR(A) POPULAR observará as disposições da **Lei Ordinária Municipal nº 505/2026**, do Edital de Seleção, das orientações da Secretaria Municipal de Educação e das demais normas aplicáveis ao Programa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA NATUREZA DA BOLSA
2.1. A Bolsa do Educador Popular constitui **incentivo educacional** destinado a incentivar a participação dos Educadores Populares na execução das ações de alfabetização e qualificação da Educação de Jovens e Adultos – EJA.
2.2. A bolsa possui natureza de incentivo educacional e **não constitui remuneração**.
2.3. A concessão da bolsa não gera vínculo empregatício, estatutário ou contratual com o Município.
2.4. A bolsa não gera direito à efetivação no serviço público.
2.5. A Bolsa do Educador Popular não integra a base de cálculo para férias, décimo terceiro salário, FGTS, **contribuição previdenciária** ou qualquer outra vantagem funcional, nos termos do art. 7º da Lei Ordinária Municipal nº 505/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO
3.1. O(A) EDUCADOR(A) POPULAR fará jus à Bolsa no valor mensal de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais, trinta e cum centavos), conforme valor fixado por Decreto do Poder Executivo Municipal, observado o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 505/2026.
3.2. O pagamento da bolsa dependerá, cumulativamente:
I – da assinatura deste Termo de Compromisso;
II – do efetivo exercício das atividades;
III – da comprovação da frequência nas formações obrigatórias;
IV – do cumprimento das metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.
3.3. O pagamento será realizado mensalmente, observados os procedimentos administrativos e financeiros do Município e a disponibilidade dos recursos destinados à execução das ações.
3.4. O pagamento ficará condicionado ao atesto mensal, pela Secretaria Municipal de Educação, do cumprimento das obrigações pelo(a) EDUCADOR(A) POPULAR.

CLÁUSULA QUARTA – DA CARGA HORÁRIA
4.1. A carga horária do(a) EDUCADOR(A) POPULAR será de **até 20 (vinte) horas semanais**, conforme estabelecido no Edital de Seleção e neste Termo de Compromisso.
4.2. O cumprimento da carga horária deverá observar as diretrizes do Ministério da Educação e as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.
4.3. A distribuição da carga horária e o cronograma das atividades serão definidos pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as necessidades das turmas e das ações desenvolvidas no âmbito da EJA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ATIVIDADES E OBRIGAÇÕES DO(A) EDUCADOR(A) POPULAR
5.1. Constituem atividades e obrigações do(a) EDUCADOR(A) POPULAR:

I – realizar o planejamento das atividades pedagógicas;
II – desenvolver as atividades de alfabetização;
III – acompanhar a frequência e o desenvolvimento dos estudantes;
IV – participar das formações continuadas promovidas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Municipal de Educação;
V – elaborar e apresentar os registros e relatórios exigidos pelo Programa;
VI – cumprir a carga horária estabelecida no Edital e neste Termo;
VII – cumprir as metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação;
VIII – participar das reuniões e atividades de acompanhamento promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;
IX – observar as orientações pedagógicas e administrativas expedidas pela Secretaria Municipal de Educação;
X – comunicar à Secretaria Municipal de Educação qualquer fato que possa comprometer a execução das atividades;
XI – zelar pela adequada utilização dos materiais e recursos disponibilizados para o desenvolvimento das atividades;
XII – desempenhar suas atividades com responsabilidade, ética, respeito e compromisso com os estudantes da EJA.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO
6.1. Compete à **Secretaria Municipal de Educação** acompanhar as atividades desenvolvidas pelo(a) EDUCADOR(A) POPULAR, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 505/2026.
6.2. O acompanhamento poderá compreender:
I – verificação do cumprimento da carga horária;
II – acompanhamento das atividades desenvolvidas nas turmas;
III – análise dos registros e relatórios exigidos pelo Programa;
IV – verificação da participação nas formações obrigatórias;
V – acompanhamento da frequência e do desenvolvimento dos estudantes;
VI – verificação do cumprimento das metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.
6.3. A Secretaria Municipal de Educação realizará o **atesto mensal do cumprimento das obrigações**, para fins de pagamento da Bolsa do Educador Popular.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DA BOLSA
7.1. A Bolsa do Educador Popular poderá ser suspensa ou cancelada nas seguintes hipóteses:
I – abandono das atividades;
II – descumprimento das obrigações previstas na Lei Ordinária Municipal nº 505/2026, no Edital de Seleção ou neste Termo de Compromisso;
III – desempenho insuficiente, devidamente apurado pela Secretaria Municipal de Educação;
IV – encerramento do Programa;
V – interrupção dos repasses financeiros destinados à execução do Programa.
7.2. A suspensão ou o cancelamento da bolsa observará a situação concreta e os procedimentos administrativos aplicáveis, assegurando-se ao(à) EDUCADOR(A) POPULAR, quando cabível, ciência dos fatos e possibilidade de manifestação.

CLÁUSULA OITAVA – DO DESLIGAMENTO E DA SUBSTITUIÇÃO
8.1. O(A) EDUCADOR(A) POPULAR poderá ser desligado(a) das atividades nas hipóteses previstas na Lei Ordinária Municipal nº 505/2026, no Edital de Seleção e neste Termo de Compromisso.
8.2. O desligamento poderá ocorrer, especialmente, em razão de:
I – abandono das atividades;
II – descumprimento das obrigações;
III – desempenho insuficiente devidamente apurado;
IV – encerramento do Programa;
V – interrupção dos repasses financeiros;
VI – pedido de desligamento apresentado pelo próprio bolsista.
8.3. Em caso de desligamento, desistência ou impedimento do(a) EDUCADOR(A) POPULAR, poderá ser convocado candidato integrante do cadastro de reserva, quando existente, observada a ordem de classificação e os critérios estabelecidos no Edital de Seleção.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA
9.1. O presente Termo terá vigência de **____/____/2026 a ____/____/2027**, observando-se o período estabelecido no Edital de Seleção e a vigência das ações do Programa.
9.2. A continuidade da Bolsa estará condicionada à permanência das condições que fundamentaram sua concessão, ao efetivo desenvolvimento das atividades e à existência dos recursos necessários à execução do Programa.
9.3. O presente Termo poderá ser encerrado antecipadamente nas hipóteses previstas na Lei Ordinária Municipal nº 505/2026, no Edital de Seleção ou em razão do encerramento ou interrupção do Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS E DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA
10.1. O pagamento da Bolsa observará os recursos destinados à execução do **Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos – Pacto EJA**, bem como as dotações orçamentárias próprias do Município destinadas à manutenção e ao desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 505/2026.
10.2. A continuidade do pagamento estará condicionada à disponibilidade dos recursos necessários à execução das ações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
11.1. O tratamento dos dados pessoais do(a) EDUCADOR(A) POPULAR será realizado em observância à **Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD**, para as finalidades administrativas, educacionais, de acompanhamento, fiscalização e pagamento relacionadas ao Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1. O(A) EDUCADOR(A) POPULAR declara ter conhecimento da **Lei Ordinária Municipal nº 505/2026**, do Edital de Seleção, das orientações da Secretaria Municipal de Educação e das demais normas aplicáveis às atividades que serão desenvolvidas.
12.2. O(A) EDUCADOR(A) POPULAR declara estar ciente de que a Bolsa possui natureza de **incentivo educacional**, não constitui remuneração, não gera vínculo empregatício, estatutário ou contratual com o Município e não gera direito à efetivação no serviço público.

12.3. O(A) EDUCADOR(A) POPULAR declara, ainda, estar ciente de que a Bolsa não integra a base de cálculo para férias, décimo terceiro salário, FGTS, contribuição previdenciária ou qualquer outra vantagem funcional, conforme expressamente estabelecido no art. 7º da Lei Ordinária Municipal nº 505/2026.
12.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas a Lei Ordinária Municipal nº 505/2026, o Edital de Seleção e as demais normas aplicáveis.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo de Compromisso, para todos os fins de direito.

Quixaba/PE, ____ de ____ de 2026.

DANILO CORDEIRO NUNES
Secretário Municipal de Educação
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

FULANO (A) DE TAL
Educador (a) Popular Bolsista
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO XI
LISTA PARA MATRÍCULA
EDITAL Nº 002/2026 – PSS – EDUCADOR POPULAR - EJA

ESCOLA: _____
NOME DO EDUCADOR POPULAR: _____
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:_____ TELEFONE: _____

Nº	NOME COMPLETO DO ALUNO	TELEFONE	CPF	RG
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
Nº	NOME COMPLETO DO ALUNO	TELEFONE	CPF	RG
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				

Publicado por:
Erica Fabiana Medeiros Dos Santos
Código Identificador:D72FE554

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE RIO FORMOSO

GOVERNO MUNICIPAL DE RIO FORMOSO
CHAMAMENTO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO FORMOSO
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026 - MESTRA MARU DO FUNGI

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA CICLO II

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada. As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais domunicípio do Rio Formoso, Pernambuco.

Deste modo, a Prefeitura Municipal do Rio Formoso, através da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer,torna público o presente edital de chamamento elaborado com base na Lei Federal nº 14.399/2022, no Decreto de Regulamentação nº 11.740/2023, no Decreto de Fomento nº 11.453/2023, da Lei n.º 14.903, de 27 de junho de 2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas), bem como o Decreto nº 019 de 01 de junho de 2026, que regulamenta a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento no âmbito do município, destinado à seleção de propostas apresentadas por pessoas físicas, grupos e coletivos sem constituição jurídica e pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos.

INFORMAÇÕES GERAIS

2.1. O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais domunicípio do Rio Formoso, conforme as categorias, quantidade de vagas e valores descritos abaixo no **item 3.2**.

VALORES

3.1. O valor total deste edital é de **R$ 113.294,04** (cento e treze mil, duzentos e noventa e quatro reais e quatro centavos) e serão selecionados **22** (vinte e dois) projetos.

3.2. Cada agente cultural selecionado receberá o valor de acordo com as categorias previstas, com reserva de vagas para cotas e ampla concorrência, de acordo com a tabela de distribuição abaixo:

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES							
CATEGORIAS	**VAGAS NEGROS/AS**	**VAGAS INDÍGENAS**	**VAGAS PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**AMPLA CONCORRÊNCIA**	**TOTAL DE VAGAS**	**VALOR DA PROPOSTA**	**VALOR TOTAL DA CATEGORIA**
FEIRA DE ARTESANATO	01	-	-	-	01	R$ 10.588,00	R$ 10.588,00
FEIRA DE ARTESANATO composta por no mínimo 20 (vinte) artesãos no total para a feira. A proposta deve indicar a lista nominal com a assinatura de no mínimo 10 (dez) artesãos; prever no orçamento a locação de 10 (dez) expositores (bancos de feira ou estande), decoração, peças gráficas para divulgação (banner, folder, testeira), comunicação do evento e registro fotográfico que comprove a ação.							
CANTOR(A) INDIVIDUAL COM PLAYBACK	01	01	01	01	04	R$ 1.000,00	R$ 4.000,00
PROJETOS MUSICAIS COM TRILHA PRÉ-GRAVADA, em espaço público, aberto e gratuito, com duração mínima de 2h (duas) horas de show.							
CANTOR(A) INDIVIDUAL COM GRUPO OU BANDA	01	01	-	-	02	R$ 1.500,00	R$ 3.000,00
PROJETOS MUSICAIS DE ARTISTA SOLO COM BANDA OU GRUPO AO VIVO, em espaço público, aberto e gratuito com duração mínima de 2h (duas) horas de show.							
GRUPO OU BANDA DE 3 A 5 COMPONENTES	01	01	-	-	02	R$ 2.000,00	R$ 4.000,00
PROJETOS MUSICAIS DE GRUPOS OU BANDAS AO VIVO, em espaço público, aberto e gratuito com duração mínima de 2h (duas) horas de show.							
GRUPO OU BANDA DE 6 A 10 COMPONENTES	01	01	-	-	02	R$ 3.000,00	R$ 6.000,00
PROJETOS MUSICAIS DE GRUPOS OU BANDAS AO VIVO, em espaço público, aberto e gratuito com duração mínima de 2h (duas) horas de show.							
MOSTRA GASTRONÔMICA DO MANGUE	01	-	-	-	01	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
MOSTRA GASTRONÔMICA DO MANGUE composta por no mínimo 05 (cinco) cozinheiros tradicionais. A proposta deve indicar a lista nominal de no mínimo 05 (cinco) cozinheiros que utilizam os ingredientes pescados ou coletados no mangue; prever no orçamento a locação de 05 (cinco) expositores (bancos de feira ou estande), decoração, cardápios, peças gráficas para divulgação (banner, folder, testeira), comunicação do evento e registro fotográfico que comprove a ação.							
PRODUÇÃO DE CURTA METRAGEM	01	01	-	-	02	R$ 10.000,00	R$ 20.000,00
CAPTAÇÃO, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO, em boa qualidade, previstas as especificações no orçamento de curtas-metragens sob a temática de contos, causos e lendas do município.							
PRODUÇÃO DE ARTE VISUAL (FOTOGRAFIA)	01	-	-	-	01	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
PRODUÇÃO DE EXPOSIÇÃO DESDE À CURADORIA, PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO. A proposta deve contemplar uma das linguagens, ex: fotografia, gravura, pintura, arquitetura, entre outros, considerando as manifestações e expressões culturais do município. Devendo prever no mínimo 05 locais de circulação, com previsão orçamentária do projeto expográfico (com descrição do material, tamanhos, layout, etc.), previsão de catálogo da exposição impresso em 20 exemplares e disponível para download em PDF digital							
PRODUÇÕES LITERÁRIAS	01	01	-	-	02	R$ 2.000,00	R$ 4.000,00
PROPOSTAS para iniciativas de contação de histórias (contos, causos e lendas do município) com circulação em 05 escolas públicas do município, com duração total de 2 horas por apresentação.							
OFICINAS/CURSOS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS	01	01	-	-	02	R$ 8.000,00	R$ 16.000,00
OFICINAS/CURSOS sob a temática de matriz africana, voltadas para as comunidades quilombolas do município, com, no mínimo, 8h/. As atividades formativas deverão encaminhar plano de oficina/curso. (ANEXO 11)							
OFICINAS DE CAPOEIRA	01	-	-	-	01	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
OFICINAS promovidas por grupos de capoeira que prevejam a circulação em 05 escolas públicas do município com duração de 2h/a.							
EVENTO DE CELEBRAÇÃO DAS CAVALGADAS	01	-	-	-	01	R$ 13.000,00	R$ 13.000,00
PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DAS CAVALGADAS reunindo equipes de cavalgadas do município, com a programação tradicional de café da manhã, passeio equestre, bate sela, almoço e apresentação musical com artistas locais.							
OFICINA DE DANÇAS TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO	01	-	-	-	01	R$ 11.706,04	R$ 11.706,04
OFICINA DE DANÇA a ver: maracatu, fandango, caboclinhos, ciranda, coco de roda, entre outros. A formação deve contemplar a dança, o ritmo, a música, figurino, adereços, entre outros. A oficina deve contemplar todas as idades, prever 02 circulações, plano de aula que contemple o total de 12h (cada). Devendo encaminhar plano de oficina. (ANEXO 11)							
VALOR TOTAL DISPONIBILIZADO						**R$ 113.294,04**	

QUANTOS PROJETOS CADA AGENTE CULTURAL PODE APRESENTAR NESTE EDITAL E SUAS CONTRAPARTIDAS.

4.1. Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com no máximo01 projeto.

4.2. Na hipótese de haver mais de uma inscrição por proponente para este edital, será considerada a última inscrição enviada.

4.3. Os beneficiários dos recursos devem assegurar a realização de contrapartida social, incluída obrigatoriamente a realização de exibições e apresentações gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

A DESPESA CORRERÁ À CONTA DA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ORGÃO: 02.00 PODER EXECUTIVO
UNIDADE: 02.05 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

CÓDIGO: 1339202482.041 - MANUTENÇÃO E APOIO À DIFUSÃO CULTURAL (LEI ALDIR BLANC)

5.1. Sobre o valor total repassado pelo município do Rio Formoso ao agente cultural, não incidirá Imposto Sobre Serviços – ISS ou eventuais impostos próprios da contratação de serviços.
5.2. Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado. Caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

QUEM PODE PARTICIPAR

6.1. Pode se inscrever no edital qualquer agente cultural ou instituição **que resida no município do Rio Formoso há pelo menos 02 (dois) anos e** que esteja inscrito regularmente no Cadastro Cultural do Município.
6.2. O agente cultural ou Instituição é toda pessoa ou grupo de pessoas responsáveis por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
6.3. O agente cultural pode ser:
Pessoa física (CPF)
Microempreendedor Individual (MEI)
Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc.)
Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Grupo, Instituto, etc.)
Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

QUEM NÃO PODE PARTICIPAR

7.1. Não pode se inscrever neste edital, agentes culturais que:
tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas, na etapa de julgamento de recursos;
esteja lotado na respectiva secretaria responsável pela publicação do edital; e
sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no **item 7**.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadram nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

CALENDÁRIO E ETAPAS

ETAPA	PERÍODO
Publicação do edital	18 de agosto de 2026
Período de impugnação	19, 20 e 21 de agosto de 2026
Período de inscrição	24 a 28 de agosto de 2026
Análise preliminar - documental	29 de agosto a 02 de setembro de 2026
Divulgação da lista preliminar da análise documental	03 de setembro de 2026
Interposição de recursos do resultado da análise documental	04, 05 e 06 de setembro de 2026
Análise dos recursos - fase documental	08 a 11 de setembro de 2026
Resultado do recurso - fase documental	12 de setembro de 2026
Avaliação de mérito das inscrições habilitadas na análise documental	13 a 20 de setembro de 2026
Divulgação do Resultado Final	21 de setembro de 2026
Apresentação de documentação dos habilitados, pessoa jurídica e pessoa física e assinatura do Termo de Execução Cultural	22 a 25 de setembro de 2026
Pagamento dos Recursos	A partir de 28 de setembro de 2026
Entrega do Relatório de Execução do Objeto	Até 30 de dezembro de 2026

8.1. Publicação do Edital – compreende o início da vigência do edital;
8.2. Período de impugnação - período em que a sociedade pode entrar com um pedido de impugnação sobre qualquer irregularidade;
8.3. Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;
8.4. Análise preliminar documental – a análise preliminar documental consiste na avaliação dos documentos obrigatórios **item 10,** o que tornará o proponente habilitado para a fase de análise do mérito;
8.5. Divulgação da análise preliminar – divulgação da lista de avaliação preliminar documental;
8.6. Período de recursos - etapa em que o agente cultural pode enviar a solicitação de revisão da análise, através do Formulário de Recurso disponível no **(Anexo 09);**
8.7. Julgamento dos recursos – etapa em que a comissão de análise recebe os recursos, reavalia a diligência e publica o resultado pós recurso;
8.8. Avaliação de mérito das inscrições - entende-se por "Análise de mérito cultural" a análise realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no **item 17,** deste edital;
8.9. Divulgação do resultado final – publicação da lista definitiva dos habilitados;
8.10. Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os selecionados serão convocados para entrega da documentação **item 18**, e assinatura do Termo de Execução Cultural.

INSCRIÇÕES

9.1. O período de **inscrição será de 24 a 28 de agosto de 2026, até às 16h** (horário de Brasília). Cada proponente deverá encaminhar sua proposta em um documento único, no formato PDF, para o **e-mail: pnabrioformoso.pe@hotmail.com**
9.2. O proponente deve preencher o formulário de inscrição e demais anexos de acordo com a categoria, enviando materiais que comprovem a atuação e trajetória do agente cultural, devendo o material estar relacionado à categoria para a qual está sendo realizada a inscrição.
9.3. A comprovação de atuação do agente cultural deverá ser de no **mínimo 2 (dois anos), retroativos à publicação do edital.**
9.4. O **currículo** deve ser encaminhado com comprovação, constando o nome do grupo, da atração ou do agente cultural, com a data e o ano da execução originais, **não sendo permitido o acréscimo de informações e datas escritas à mão ou digitadas.**

9.5. O proponente que por algum motivo não tiver comprovação, pode utilizar o modelo de Declaração de Atuação Cultural **(Anexo 07)**, solicitando para quem o contratou ou comercializou seus serviços que reconheça e ateste a atuação cultural do proponente no período específico.
9.6. O proponente deve, obrigatoriamente, constar na equipe principal do projeto e estar inserido em alguma atividade de execução do projeto.
9.7. Os membros da comissão de seleção irão avaliar a planilha orçamentária, a fim de verificar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado e compatíveis com o projeto
9.8. Os agentes culturais contemplados neste edital deverão garantir, como **contrapartida, a realização de atividades gratuitas ou a preços populares**.

SÃO DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS NO ATO DA INSCRIÇÃO:
Formulário de inscrição **(Anexo 01)** que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
Carteira de identidade (RG) ou carteira de motorista (cópia frente e verso) do proponente ou representante legal de grupo ou instituições culturais com ou sem CNPJ;
CPF (cópia frente e verso) do proponente ou representante legal de grupo cultural com ou sem CNPJ;
Atenção! Se já aparece o CPF na CARTEIRA DE MOTORISTA ou no RG não precisa enviar novamente a cópia do CPF, mas não esqueça de enviar porque é motivo para inabilitação.
Comprovante de residência de no mínimo 2 (dois) anos retroativos à publicação deste edital, podendo ser substituído por autodeclaração de residência **(Anexo 06).** A comprovação residencial pode ser dispensada em caso de proponente pertencente à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense, ou ainda pertencente à população itinerante; ou que se encontre em situação de rua;
Declaração de Representação de Grupo (Anexo 08), se for concorrer como um grupo, coletivo, associação, sem CNPJ, assinada pelos integrantes, devendo anexar a cópia do RG dos assinantes;
Atenção! Inscrição de grupo, coletivo e associação cultural sem CNPJ, deve ser indicada uma pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada e assinada pelos demais integrantes, **com as assinaturas mínimas indicadas abaixo:**
Grupos a partir de 03 integrantes, devem recolher no mínimo 02 assinaturas;
Grupos a partir de 04 a 05 integrantes, devem recolher no mínimo 03 assinaturas;
Grupos a partir de 06 a 10 integrantes, devem recolher no mínimo 04 assinaturas;
Grupos a partir de 10 integrantes, devem recolher no mínimo 05 assinaturas.
Lembrando! Neste Edital tem um modelo de Declaração Representação de Grupo sem CNPJ **(Anexo 08),** que deverá ser preenchido e anexado a cópia do RG de cada pessoa que assinar.
f. Estatuto e Ata de Eleição, desde que constem o nome do representante da instituição e do proponente para inscrição de pessoa jurídica **com CNPJ**;
g. Certificado de Microempreendedor, caso a inscrição seja realizada por **MEI**.
h. Currículo de comprovação artística do proponente, devidamente datado, **não podendo informações e datas escritas à mão**. São exemplos de comprovações: matérias, revistas, jornais, cartazes, folders, programas de shows, ingressos, prints de redes sociais, contratos de apresentação ou prestação de serviço ou outros meios de **comprovação de atuação cultural e documentos que comprovem a atividade cultural do proponente por, no mínimo, 02 (dois) anos anterior à data de publicação deste Edital.**
Atenção! Só será permitido cópias, prints e digitalização das comprovações. **Não será validado o envio de links.**
Atenção! Lembrar da **acessibilidade**, ela continua obrigatória no projeto e deve estar prevista no projeto e na planilha orçamentária.
10.1. Ficam garantidas os seguintes percentuais de reserva de cotas em todas as categorias do edital de:
25% para pessoas negras ou pardas;
10% pessoas indígenas;
5% pessoas com deficiência.
10.2. A quantidade da reserva de vagas por meio das cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no **item 3.2** da tabela de distribuição de vagas e valores.
10.3. Para concorrer às cotas de **pessoa negra, parda ou indígena**, o proponente deve preencher a **Autodeclaração (Anexo 02)**;
10.4. Para concorrer a reserva de vagas para **pessoa com deficiência**, o proponente deve preencher a **Autodeclaração (Anexo 3);**
10.5. Pontuação de aspectos afirmativos.
Gênero Feminino (Mulher Cis ou Transgênero);
Pessoa LGBTQIAPN+;
Pessoa em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
Pessoa idosa.
10.6. Para pontuação extra, o proponente deve se autodeclarar nos aspectos afirmativos **(Anexo 04)**.
Atenção! Os proponentes deverão **preencher, assinalar e não esquecer de assinar a autodeclaração**, só assim o documento será validado.
Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), bem como na legislação PNAB Ciclo II.

COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
O proponente deve preencher todos os campos do Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho **(Anexo 01)**, que contém dados da inscrição, descrição do projeto, cronograma e planilha orçamentária.
O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado, conforme **item 3.2** da tabela de distribuição de vagas e valores deste edital, caso ultrapasse o valor da categoria, será desclassificado.
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho indicando os custos do projeto, as funções necessárias para a execução, acompanhado os valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Os projetos selecionados deverão ser executados e entregues através da elaboração do Relatório de Execução do Objeto **(Anexo 10).**
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o município do Rio Formoso de qualquer responsabilidade civil ou penal.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

O projeto, a iniciativa ou o espaço que concorra em seleção pública decorrente do disposto neste Decreto oferecerá medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto e preverá medidas que contemplem e incentivem o protagonismo de agentes culturais com deficiência, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

São medidas de acessibilidade:

No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

No aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

ETAPA DE SELEÇÃO, ANÁLISE E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As propostas serão analisadas por uma comissão de avaliação.

Farão parte desta comissão, pareceristas externos contratados e terá no mínimo 03 (três) pareceristas nomeados pela Secretaria de Turismo e Cultura em portaria específica.

Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Os membros da comissão observarão se a planilha orçamentária **prevê recursos para medidas de acessibilidade ou justificativa**.

Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado. Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção.

NÃO PODE FAZER PARTE DA COMISSÃO DE ANÁLISE DOS PROJETOS

membros da Comissão que tiverem interesse direto na matéria;

membros que tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;

no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo que tenha composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.

Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.

Atenção! Os parentes de que trata o **item III** são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

Haverá interposição de recurso ao resultado da análise preliminar documental, conforme calendário **item 8**, destinado à comissão de avaliação, não cabendo recurso à análise do mérito e lista final.

O resultado preliminar da etapa de seleção, será divulgado no site oficial do município: https://www.rioformoso.pe.gov.br/

O Formulário de Recurso **(Anexo 09)** deverá ser enviado pelo e-mail: pnabrioformoso.pe@hotmail.com com o prazo de **03 (três) dias úteis**, conforme inciso III do Art. 16 do Decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia posterior à publicação.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados, não cabendo mais recursos após a divulgação do resultado final (análise de mérito).

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no site oficial do município do Rio Formoso https://www.rioformoso.pe.gov.br/ e publicado em Diário Oficial.

CONCORRÊNCIA CONCOMITANTE

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.

Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência, não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por outra pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser remanejado inicialmente para a outra categoria de cotas.

Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação de mérito dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:

CRITÉRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação**

A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos e justificativa.**A análise deverá considerar se o conteúdo do projeto apresenta coerência, observando o objeto e a justificativa, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	0 a 20
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural** - A análise deverá considerar se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município.	0 a 20
C	**Aspectos de integração na ação proposta pelo projeto** - Análise se o projeto apresenta aspectos de execução ou proponência de pessoas e comunidades periféricas ou rurais, povos e comunidades tradicionais, inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	0 a 20
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma** -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao cronograma e objetivos previstos. Também deverá ser considerada a coerência dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha do projeto.	0 a 10
E	**Trajetória artística e cultural do proponente** -Será considerada, a análise do currículo, bem como, as comprovações datadas e enviadas juntamente com a proposta.	0 a 10
F	**Acessibilidade e Contrapartida Social** - Acessibilidade prevista ao projeto e na planilha orçamentária ou justificativa, caso o valor seja inferior, bem como as ações do projeto apresentadas e implementadas com a sociedade.	0 a 10
PONTUAÇÃO TOTAL:		90

Na análise do projeto pelos pareceristas serão considerados os critérios de **aspectos afirmativos (Anexo 04)** e será calculada e observada a seguinte regra: não atendendo a **nenhum subcritério, será atribuída nota 0 (zero); atendendo-se a um dos subcritérios do item, será atribuída nota 5 (cinco); atendendo-se a dois ou mais subcritérios, será atribuída nota 10 (dez)**.
afirmativos de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação "0" nos pontos extras não desclassifica o agente cultural.
Serão garantidos 20% para inscrições propostos por proponentes de áreas periféricas, urbanas e rurais, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais do município.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida:
Maior pontuação no Critério - Qualidade do Projeto;
Maior pontuação no Critério - Relevância Cultural;
Maior pontuação no Critério - Aspecto de Integração na Ação Proposta no Projeto.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, será adotado o critério de desempate do proponente com maior idade.

ETAPA DE HABILITAÇÃO
Os documentos para habilitação não devem ser enviados no ato da inscrição, serão solicitados após a divulgação do resultado final.
A comprovação de Regularidade Fiscal será obrigatória para a celebração do Termo de Execução Cultural, tanto pessoa física, como jurídica.
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar conforme prazo do calendário deste Edital, **item 8** após a publicação do resultado final de seleção, os seguintes documentos:
Se o agente cultural for Pessoa Física:
Dados bancários – Cópia do Cartão/Banco, número da conta e agência; ou extrato que contém os dados em nome do proponente pessoa física;
Certidão de Regularidade Fiscal no Município do Rio Formoso;
Certidão de Regularidade Fiscal no Estado de Pernambuco; https://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_trb_gcc/PREmitirCertidaoRegularidadeFiscalMovel
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; https://servicos.receitafederal.gov.br/servico/certidoes/#/home/cpf
Se o agente cultural for grupo ou coletivo sem CNPJ:
Dados bancários – Cópia do Cartão/Banco, número da conta e agência ou extrato que contém os dados do proponente representante do grupo / pessoa física.
Certidão de Regularidade Fiscal no Município do Rio Formoso.
Certidão de Regularidade Fiscal no Estado de Pernambuco. https://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_trb_gcc/PREmitirCertidaoRegularidadeFiscalMovel
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. https://servicos.receitafederal.gov.br/servico/certidoes/#/home/cpf
Se o agente cultural for pessoa jurídica CNPJ:
Dados bancários – Cópia do Cartão/Banco, número da conta e agência ou extrato que contém os dados do proponente com conta da pessoa jurídica;
Cartão CNPJ - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/
Certidão de Regularidade Fiscal no Município do Rio Formoso.
Certidão de Regularidade Fiscal no Estado de Pernambuco.
https://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_trb_gcc/PREmitirCertidaoRegularidadeFiscalMovel
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
https://servicos.receitafederal.gov.br/servico/certidoes/#/home/cnpj
Consulta Regularidade do Empregador – FGTS;
https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
https://cndt-certidao.tst.jus.br/gerarCertidao.faces
Se o agente cultural for Microempreendedor Individual
Dados bancários – Cópia do Cartão/Banco, número da conta e agência ou extrato que contém os dados do proponente como MEI;
CNPJ - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/
Certidão de Regularidade Fiscal no Município do Rio Formoso.
Certidão de Regularidade Fiscal no Estado de Pernambuco.
https://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_trb_gcc/PREmitirCertidaoRegularidadeFiscalMovel
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
https://servicos.receitafederal.gov.br/servico/certidoes/#/home/cnpj
Consulta Regularidade do Empregador – FGTS
https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT
https://cndt-certidao.tst.jus.br/gerarCertidao.faces
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o município ou qualquer um dos entes federados, não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de selecionados neste edital, serão convocados suplentes para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural de forma presencial ou eletrônica.

O Termo de Execução Cultural a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste edital e pela Secretaria de Turismo e Cultura, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária em desembolso único, em instituição bancária, que tenha o proponente, pessoa física, como único titular, não sendo aceitas contas conjuntas, de terceiros ou contas fáceis com limite de recebimento diário.

No pagamento à pessoa jurídica, a conta deverá estar vinculada ao CNPJ, bem como para o MEI - Microempreendedor individual.

Serão aceitas: contas correntes e contas em bancos digitais autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo Federal e da Prefeitura Municipal do Rio Formoso de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições em vigor:https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/marcas-e-logotipos-defeso/marcas-e-logotipos-defeso

O material de divulgação dos projetos e seus produtos deverão ser disponibilizados em formatos acessíveis a pessoas com deficiência, contendo informações sobre os recursos de acessibilidade aos produtos culturais.

O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

O agente cultural deve prestar contas à Secretaria de Turismo e Cultura, por meio da apresentação do Relatório de Execução do Objeto **(Anexo 10).**

O Relatório de Execução Financeira será exigido somente nas seguintes hipóteses:

Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório de Execução do Objeto; ou

Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

O beneficiário selecionado que não entregar o relatório do objeto, poderá ser responsabilizado nas esferas civil, administrativa e penal, na forma prevista em lei e ficará impedido de contratar e receber recursos no Ciclo III da PNAB.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Eventual verificação de nepotismo na etapa de habilitação impedirá a celebração de instrumento pelo agente cultural que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado nas etapas a que se refere o caput do art. 20, sem prejuízo da verificação de outros impedimentos previstos na legislação específica ou no edital.

A falsidade de informações acarretará a desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

Eventuais irregularidades comprovadas implicarão na desclassificação do agente cultural.

O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://www.rioformoso.pe.gov.br/

O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no site oficial da Prefeitura Municipal do Rio Formoso.

Não serão aceitas inscrições enviadas por qualquer outra forma diferente das especificadas neste edital, o formulário inadequado ou incompleto, assim como a documentação obrigatória incompleta implicará na automática desclassificação do projeto.

As eventuais apresentações de impugnação ao edital deverão ser encaminhadas para o e-mail **pnabrioformoso.pe@hotmail.com** contendo o motivo e prova da denúncia/diligência no prazo previsto, conforme calendário e etapas, **item 8**.

Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail: **pnabrioformoso.pe@hotmail.com** e na sede da Secretaria de Turismo e Cultura, localizada Rua Professor João Sezino, nº 44, 1º andar, sala 1, Centro, Rio Formoso-PE; no horário das 08:00 às 12:00, de segunda-feira a sexta-feira.

Os casos omissos ficarão a cargo da Comissão de Coordenação, Acompanhamento e Fiscalização da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento Cultural do Município do Rio Formoso e da Secretaria de Turismo e Cultura .

O presente edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

COMPÕEM ESTE EDITAL OS SEGUINTES ANEXOS:

Anexo 01 - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo 02 - Autodeclaração para cotas pessoas negras, pardas ou indígenas;
Anexo 03 - Autodeclaração para cotas PCD;
Anexo 04 - Autodeclaração de aspectos afirmativos;
Anexo 05 - Autodeclaração para proponente residente em áreas periféricas, urbanas, rurais, povos e comunidades tradicionais;
Anexo 06 - Autodeclaração de residência;
Anexo 07 - Modelo de declaração de atuação cultural;
Anexo 08 - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo 09 - Formulário de Apresentação de Recurso;
Anexo 10 - Relatório de Execução do Objeto.
Anexo 11 - Plano de Oficina.

Rio Formoso, 18 de agosto de 2026.

GUTEMBERG ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA
Prefeito do Município de Rio Formoso

ANEXO 01
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO EDITAL DE FOMENTO
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

ASSINALE QUAL O TIPO DE INSCRIÇÃO
( ) Pessoa Física (CPF);
( ) Microempreendedor (MEI)
( ) Pessoa Jurídica (Empresa, Associação, Cooperativa, entre outros com CNPJ)
( ) Grupo representado por Pessoa Física (Sem CNPJ).

MARQUE QUAL A CATEGORIA OFERTADA NA TABELA DE VALORES DESTE EDITAL DE FOMENTO À PROJETOS QUE VOCÊ VAI CONCORRER:

FEIRA DE ARTESANATO

CANTOR(A) INDIVIDUAL COM PLAYBACK

CANTOR(A) INDIVIDUAL COM GRUPO OU BANDA/GRUPO OU BANDA DE 3 A 5 COMPONENTES

GRUPO OU BANDA DE 6 A 10 COMPONENTES

MOSTRA GASTRONÔMICA DO MANGUE

PRODUÇÃO DE CURTA METRAGEM

PRODUÇÕES DE ARTES VISUAIS

PRODUÇÕES LITERÁRIAS

OFICINAS/CURSOS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

OFICINAS DE CAPOEIRA

EVENTO DE CELEBRAÇÃO DAS CAVALGADAS

OFICINA DE DANÇAS TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO

DADOS DO AGENTE CULTURAL (*Atenção! Preenchimento obrigatório para todos os proponentes seja CPF, MEI, CNPJ ou grupo sem CNPJ).

Nome Completo	
Nome artístico ou nome social (se houver):	
CPF:	RG:
Data de nascimento:	Telefone com DDD
E-mail:	
Endereço completo:	
CEP:	Cidade:

Pertence a alguma comunidade tradicional ou periférica?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional ( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas ( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas ( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais ( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas ( ) Periférica
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual: _____
b) Gênero
( ) Mulher Cisgênero ( ) Homem Cisgênero
( ) Pessoa Não Binária ( ) Não informar
c) Raça, cor ou etnia:
( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarela
d) Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não
e) Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual: _____

f) Vai concorrer às cotas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual? ( ) Pessoa negra ou parda ( ) Pessoa indígena ( ) Pessoa com deficiência

4. Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?		
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.		( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.		( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)	( ) Técnico(a)	( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( ) **Outro(a):** _____		

5. Proponente, você está representando uma inscrição de grupo (com ou sem CNPJ)?
( ) Sem CNPJ ( ) Com CNPJ
6. PREENCHER OS DADOS CASO A INSCRIÇÃO SEJA DE GRUPO, COLETIVO, ASSOCIAÇÃO, ETC, "SEM CNPJ"

Nome da Instituição/grupo/coletivo	
Ano de Criação:	
Nome do representante da inscrição:	
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?	
E-mail do representante legal ou do grupo:	
Endereço da sede:	
Cidade:	Estado:

7. PREENCHER CASO A INSCRIÇÃO SEJA PESSOA JURÍDICA "COM CNPJ OU MEI"

Razão Social:	
Nome fantasia:	
Número do CNPJ:	
Nome do representante legal	
CPF do representante legal:	
Número de representantes:	
Endereço da sede:	
Cidade:	Estado:
E-mail da instituição:	
Telefone do representante legal:	

a) Gênero do representante legal
( ) Mulher Cisgênero ( ) Homem Cisgênero
( ) Pessoa Não Binária ( ) Não informar

b) Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena

c) Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não

d) Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual
( ) **Outra**, indicar Qual_____
9. DADOS DO PROJETO

9.1 Nome do Projeto:

9.2 Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

9.3 Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

9.4 Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

9.5 Medidas de acessibilidade empregadas no projeto (Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)		
Acessibilidade arquitetônica:		
( ) piso tátil;	( ) rampas;	( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) assentos para pessoas obesas;	( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;	( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;	( ) iluminação adequada;	( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) **Outra** _____		
Acessibilidade comunicacional:		
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;	( ) textos adaptados para leitores de tela;	( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;	( ) as legendas;	( ) a linguagem simples;
( ) o sistema Braille;	( ) **Outra** _____	
Acessibilidade atitudinal:		
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;	( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;	
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural;	( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.	
( ) **Outra** _____		
9.6 Acessibilidade não prevista na planilha orçamentária. Caso o valor referente a acessibilidade não esteja previsto, é preciso que seja justificado o motivo.		

9.7 Acessibilidade: Informe como as medidas de acessibilidades serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

9.8 Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

9.9 Contrapartidas Sociais: Descreva a contrapartida que a proposta oferecerá. A realização das atividades propostas deverá ser comprovada em qualquer etapa.

9.10 Previsão do período de execução do projeto

Data de início:	Data final:

9.11 Cronograma de Execução: Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024
Obs: Inserir quantas linhas julgar necessário				

9.12 Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais? (Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros	( )Apoio financeiro municipal	
( )Apoio financeiro estadual	( )Recursos de Lei de Incentivo Municipal	
( )Recursos de Lei de Incentivo Estadual	( )Recursos de Lei de Incentivo Federal	
( )Patrocínio privado direto	( ) Patrocínio de instituição internacional	
( ) Doações de Pessoas Físicas	( )Doações de Empresas	( ) Cobrança de ingressos
( )**Outros:** Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.		

9.13 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA: Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas. Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Qtd.	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	
Obs: Inserir quantas linhas julgar necessário						

9.14 Breve Currículo: Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas.

9.15 Comprovações de atuação do proponente, conforme o tipo de inscrição. Pessoa Física, do Grupo com CNPJ ou caso a inscrição do Grupo sem CNPJ na área cultural? (*Você deve encaminhar as comprovações em anexo com datas, não pode ser escrita à mão, nem digitadas) Caso queira, também junte documentos que auxiliem na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXE AQUI AS COMPROVAÇÕES DE ATUAÇÃO CULTURAL (*Obrigatório)

ANEXO 02
AUTODECLARAÇÃO PARA COTAS PESSOAS NEGRAS, PARDAS OU INDÍGENAS.
(PARA AGENTES CULTURAIS CONCORRENTES ÀS COTAS ÉTNICO-RACIAIS NEGROS, PARDOS OU INDÍGENAS)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital da PNAB - 2026 deste município que sou:
( ) NEGRO ( ) PARDO OU ( ) INDÍGENA)
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Rio Formoso, _____ de _____ 2026.

_____
Nome e assinatura da/o declarante.

ANEXO 03
AUTODECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(PARA AGENTES CULTURAIS CONCORRENTES ÀS COTAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____,

CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital da PNAB - 2024 deste município, que sou pessoa com deficiência, _____ nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Rio Formoso, _____ de _____ 2026.

_____
Nome e assinatura da/o declarante

ANEXO 04
AUTODECLARAÇÃO ASPECTOS AFIRMATIVOS

Eu, _____ (nome social/opcional),_civilmente_registrado(a)_como_____ (nome de registro) abaixo assinado, de nacionalidade _____, nascido(a) em _____/_____/_____, no município de _____, estado _____, residente e domiciliado(a) à _____, CEP_____,_CPF_____ declaro para os devidos fins, que:

Assinale abaixo os subcritérios nos quais você se enquadra:

( ) GÊNERO FEMININO (MULHER CIS OU TRANSGÊNERO)
( ) PESSOA IDOSA. Com idade igual ou superior a 60 anos, conforme Lei 10.741/2003 - Estatuto da Pessoa idosa

( ) PESSOA LGBTQIAPN+ me identifico como pessoa _____, me enquadrando, portanto, na sigla LGBTQIA+. Estou ciente de que as informações declaradas neste documento serão divulgadas pela Prefeitura Municipal, de forma pública, nas publicações dos resultados oficiais deste edital e, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal** e às demais cominações legais aplicáveis.

( ) PESSOA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA declaro, nos termos da Lei n° 7.115/83, que me encontro em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo em vista que a minha família enquadra-se em uma das seguintes condições:

• possui renda mensal per capita (por pessoa) de até meio salário mínimo, ou
• possui renda familiar mensal total de até três salários mínimos. Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade a veracidade das informações prestadas neste documento.

Rio Formoso, _____ de _____ 2026.

_____
Assinatura do(a) declarante

Manual de Comunicação LGBTI+, disponível aqui: https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Proteção e Atendimento a Travestis e Transexuais: Caminhos Para a Garantia dos Direitos Humanos, disponível aqui: https://42591db2-5171-4bc2-9173-225378cc4c25.filesusr.com/ugd/dcb2da_645cde72c7c44c249fdb10cd88a38756.pdf
O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: Conceitos e Legislação, disponível aqui: https://42591db2-5171-4bc2-9173-225378cc4c25.filesusr.com/ugd/dcb2da_73103282330d4afe9578b69c5e6a764c.pdf

**O Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO 05
AUTODECLARAÇÃO PARA PROPONENTE RESIDENTE EM ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS, RURAIS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Eu, _____, CPF nº _____, portador(a) do documento de identidade nº _____ declaro para fim desse Edital que sou residente em comunidade:
( ) Periférica ( ) Urbana ( ) Rurais ( ) Povos e Comunidades Tradicionais
situado no território/comunidade/periferia/zona urbana/zona rural no município de _____ do Estado _____. Rua _____ nº _____ Bairro _____ CEP: _____.

Estou ciente de que, se for detectada falsidades desta declaração, estarei sujeito(a) às penalidades legais cabíveis.

Rio Formoso, _____ de _____ de 2026.

_____
Nome e assinatura da/o declarante

ANEXO 06
AUTODECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Na falta de documentos próprios, aptos a comprovarem minha residência, e domicílio, eu _____, de nacionalidade _____, estado civil _____, portador/a do RG nº_____ , CPF nº _____, declaro_ser_residente_e_domiciliado_no_seguinte_endereço:_____ _____,_nº_____,_complemento (se houver)_____, no bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, desde o periodo de _____ até a presente data.
Declaro sob as penas previstas na legislação, que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, estando ciente das penalidades previstas no Art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Rio Formoso, _____ de _____ 2026.

_____
Nome e assinatura da/o declarante.

ANEXO 07

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO CULTURAL

Eu, _____, nacionalidade(a) _____,
representante legal da (banda, grupo, etc) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na _____,
nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, CEP _____,
declaro para os devidos fins de comprovação, que (nome do declarado) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, portador do CPF nº _____; residente e domiciliado (a) Rua _____, nº_____, bairro _____, na cidade de _____, Estado _____, telefone ( ) _____, e-mail _____, realiza atividades na área cultural de:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Firmo a presente declaração sob as penas da lei (art. 1º. Da lei 7.115 de 29/08/1983), para que produza os efeitos legais, ciente de que, se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-me-ei, na qualidade de declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

_____
Nome e assinatura da/o declarante
ANEXAR CÓPIA DO RG DA/O DECLARANTE

ANEXO 08
DECLARAÇÃO DE REPRESENTANTE DO GRUPO
(Grupos, Coletivos, Associações, e Instituições sem CNPJ)

O grupo/coletivo/associação/instituição _____, natural do município de _____ PE, formado por (quantidade) _____ membros, devidamente qualificados, vem através desta, nomear o também integrante (a) _____, brasileiro, portador da cédula de identidade RG: _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, como seu representante perante os órgãos competentes, podendo o(a) representante aqui constituído apresentar propostas, projetos culturais, requerer, assinar contratos e outros instrumentos jurídicos similares, receber valores financeiros referentes a cachês artísticos, patrocínios, prêmios, emitir notas fiscais e recibos de quitação, com recolhimento dos tributos previstos na legislação vigente, objetivando a participação do grupo/coletivo, nos editais da PNAB - 2026, no município de _____.

Rio Formoso, _____ de _____ 2026.

Integrantes do grupo (Anexar cópias do RG)
Assinatura dos integrantes declarado no documento e anexada a cópia do RG dos componentes da iniciativa representada, quando for o caso grupo, coletivo, associação ou instituição sem CNPJ;

1 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____ _____
2 - _____Assinatura_____
(nome legível)

RG: _____ CPF:_____ _____
3 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____ _____
4 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____ _____
5 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____ _____
6 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____ _____
7 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____ ___
8 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____ _____
9 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____ _____
10 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____ ___
*acrescentar mais linhas caso seja necessário.

ANEXO 09
FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO

NOME COMPLETO DO AGENTE CULTURAL:_____
CPF: _____

NOME DO PROJETO INSCRITO:
_____

NOME DO EDITAL QUE ESTÁ PARTICIPANDO:
_____

SEGMENTO CULTURAL DO PROPONENTE:
_____

CATEGORIA DO EDITAL:
_____

RECURSO:
À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Avaliação Preliminar** do Edital, venho solicitar a revisão do resultado preliminar, conforme justificativa a seguir.

Justificativa:

Rio Formoso, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura Agente Cultural

ANEXO 10
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega deste relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo: Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

	Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
	Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações
	Uma parte das ações planejadas não foi feita.
	As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas: Descreva as ações desenvolvidas, , datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto? Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.			
	Sim		Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados? Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.							
	Publicação		Catálogo		Vídeo		Produção musical
	Livro		Live (transmissão on-line)		Documentário		Artesanato
	Jogo		Relatório de pesquisa		Espetáculo		Obra
	Música		Show musical		Site	**Outro:**	

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto? Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto? Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele … (Você pode marcar mais de uma opção).			
	Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.		Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre a atuação proposta
	Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.		Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
	Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço.		Promoveu formação com linguagens, técnica-cultural e práticas artísticas.

	Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.		Atuou na preservação, na proteção e salvaguarda de bens e manifestações culturais.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele…

4. EQUIPE DO PROJETO

4.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto? Digite um número exato (exemplo: 23).

4.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?			
	Sim		Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.			

4.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	**Função no projeto**	**CPF/CNPJ**	**Pessoa negra ou indígena?**	**Pessoa com deficiência?**
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

5. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

5.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto? Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):			
	Presencial.	Virtual	Híbrido (presencial e virtual).

5.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?Você pode marcar mais de uma opção.						
	Youtube	Google Meet, Zoom etc.		Instagram / IGTV		Facebook
	TikTok	**Outros:**				

5.3 Informe aqui os links dessas plataformas:Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Virtuall e Híbrido):

5.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

	Presencial.		Virtual		Híbrido (presencial e virtual).
	Fixas, sempre no mesmo local.		Itinerantes, em diferentes locais.		Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

5.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

5.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

6. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

7. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

8. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

_____
Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO 11
PLANO DE CURSO/OFICINA – MODELO BÁSICO
NOME DO PROJETO:
NOME DO CURSO/OFICINA:
EMENTA: (faça um resumo do conteúdo do curso/oficina).
OBJETIVOS: (indique os objetivos gerais e específicos de seu curso/oficina).
PÚBLICO ALVO: (indique as características preferenciais do público a ser trabalhado. Ex.: nível de formação, sexo, faixa de renda, local de moradia,membro de uma comunidade ou grupo, etc.).
FAIXA ETÁRIA:
PRÉ–REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:
Nº DE TURMAS:
Nº DE PARTICIPANTES POR TURMA:
METODOLOGIA: (indique os métodos e técnicas utilizados em seu curso/oficina para atingir seus objetivos).

RECURSOS DIDÁTICOS: (indique os equipamentos ou materiais que serão utilizados no curso/oficina).
PERIODICIDADE: (indique a duração do curso/oficina: dias, semanas ou meses).
CARGA HORÁRIA: (registre a forma como será a distribuição da carga horária do curso/oficina: dias, semanas ou meses)
CONTEÚDO: (indique os assuntos que serão trabalhados no curso/oficina).
AVALIAÇÃO:
1. Instrumento de avaliação do curso/oficina: (descreva a forma de avaliação do curso/oficina, indicando como os professores/oficineiros avaliarão os participantes).
2. Instrumento de avaliação dos participantes do curso/oficina: (descreva a forma como os participantes avaliarão o curso/oficina, opinando sobre os instrutores, material didático, organização da ação formativa, instalações, dentre outros).
CERTIFICAÇÃO: (indique quais os critérios para recebimento dos certificados).
VALOR DE INSCRIÇÃO OU ADESÃO POR PARTICIPANTE: (se for o caso).
REFERÊNCIAS: (Indique a bibliografia – livros, artigos, periódicos, folhetos, monografias, dissertações, teses - ou outros itens, a exemplo de sites, blogs, vídeos, vivências, saberes, etc., que serão utilizados como referência na ação formativa).

Observação: Como modelo básico, todos os campos deste formulário deverão ser preenchidos, no entanto, o proponente poderá acrescentar outras informações que julgar necessárias.

Publicado por:
Robério Melo de Oliveira
Código Identificador:97E95D06

GOVERNO MUNICIPAL DE RIO FORMOSO
CHAMAMENTO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO FORMOSO
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026
MARCOS VASCONCELOS (CACO DE SALTINHO)

PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - CICLO II

Olá, agentes culturais do município do Rio Formoso!
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura. Desejamos sucesso!
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais domunicípio do Rio Formoso, Pernambuco.
Deste modo, a Prefeitura Municipal do Rio Formoso, através da Secretaria de Turismo e Cultura,torna público o presente edital elaborado com base na Lei Federal nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade), na Instrução Normativa MINC nº 12, de 28 de maio de 2024, bem como o Decreto nº 015 de 19 de maio de 2026, que regulamenta a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento no âmbito do município.

INFORMAÇÕES GERAIS
O objeto deste Edital é a premiação de agentes culturais que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural no município do Rio Formoso, conforme as categorias, quantidade de vagas e valores descritos no item 2.1
Trata-se, portanto, de reconhecimento pela contribuição já realizada pelo agente cultural.
O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, sem prestação de contas, conforme autoriza a Lei nº 14.903/2024.

VALORES
O valor total deste edital é de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) distribuído para 04 (quatro) premiações, conforme tabela a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES							
CATEGORIAS	**COTA NEGROS/AS**	**COTA INDÍGENAS**	**COTA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**AMPLA CONCORRÊNCIA**	**TOTAL DE VAGAS**	**VALOR DA PREMIAÇÃO**	**VALOR TOTAL DA CATEGORIA**
PREMIAÇÃO PARA MESTRES DA CULTURA POPULAR	01	01	01	-	03	R$ 3.000,00	R$ 9.000,00
PRÊMIO CONCEDIDO PARA 03 (três) mestres da cultura popular nos segmentos de música, artesanato e patrimônio cultural (capoeira), pela contribuição e reconhecimento notório, na transmissão dos saberes e fazeres e que estejam em atividade na atualidade.							
PREMIAÇÃO PARA ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE MATRIZ AFRICANA	01	-	-	-	01	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PRÊMIO CONCEDIDO PARA 01 (um) espaço cultural, com ou sem CNPJ, com exemplos de ações de preservação das expressões para a salvaguarda da memória afro-brasileira.							
VALOR TOTAL DISPONIBILIZADO						**R$ 16.000,00**	

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo01 projeto.
Na hipótese de haver mais de uma inscrição por proponente para este Edital, será considerada a última inscrição enviada.

A DESPESA CORRERÁ À CONTA DA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ORGÃO: 02.00 PODER EXECUTIVO
UNIDADE: 02.05 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
CÓDIGO: 1339202482.041 - MANUTENÇÃO E APOIO À DIFUSÃO CULTURAL (LEI ALDIR BLANC)

QUEM PODE PARTICIPAR

Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural ou instituição, com contribuição artística ou cultural e que resida em Rio Formoso há pelo menos 02 (dois) anos, desde que esteja inscrito regularmente no Cadastro Cultural do Município do Rio Formoso.

O agente cultural ou Instituição é toda pessoa ou grupo de pessoas responsáveis por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:
Pessoa física (CPF)
Microempreendedor Individual (MEI)
Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte ou grande porte, etc)
Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Grupo, Instituto, etc)
Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

QUEM NÃO PODE PARTICIPAR

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
tenham se envolvido diretamente da etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos;
sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas, na etapa de julgamento de recursos;
seja lotado na respectiva secretaria responsável pela publicação do edital; e
sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no **item 5**.

Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidos de participar quando seus sócios, diretores e/ou administradores se enquadrem nas situações descritas neste item.

Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

CALENDÁRIO E ETAPAS

ETAPA	PERÍODO
Publicação do edital	18 de agosto de 2026
Período de impugnação	19, 20 e 21 de agosto de 2026
Período de inscrição	24 a 28 de agosto de 2026
Análise preliminar - documental	29 de agosto a 02 de setembro de 2026
Divulgação da lista preliminar da análise documental	03 de setembro de 2026
Período de interposição de recursos do resultado da análise documental	04, 05 e 06 de setembro de 2026
Análise dos recursos - fase documental	08 a 11 de setembro de 2026
Resultado do recurso - fase documental	12 de setembro de 2026
Avaliação de mérito das inscrições habilitadas na análise documental	13 a 20 de setembro de 2026
Divulgação do Resultado Final	21 de setembro de 2026
Apresentação de documentação dos selecionados pessoa jurídica e pessoa física e assinatura do Termo de Premiação	22 a 25 de setembro de 2026
Período de pagamento	A partir de 28 de setembro de 2026

Publicação do Edital – Compreende o início da vigência do Edital;
Período de impugnação – Período em que a sociedade pode entrar com um pedido de impugnação sobre qualquer irregularidade;
Inscrições – etapa de apresentação de inscrição pelos agentes culturais;
Análise preliminar documental – etapa de avaliação dos documentos obrigatórios, bem como as comprovações de atuação cultural que tornará o proponente habilitado;
Período de recursos - etapa em que o agente cultural pode enviar a solicitação de revisão da análise, quando inabilitado, através do formulário disponível no (Anexo 07);
Julgamento dos recursos – etapa em que a comissão de análise avalia os recursos;
Divulgação do resultado final – etapa que consiste na lista definitiva dos selecionados;
Assinatura do Termo de Premiação – etapa em que os agentes culturais selecionados serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural para o recebimento do recurso.

INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar a inscrição no período de 24 a 28 de agosto de 2026, até às 16h (horário de Brasília), cada proponente deverá encaminhar sua inscrição em um documento único, em formato PDF, para o e-mail: pnabrioformoso.pe@hotmail.com
O proponente deve preencher o formulário de inscrição e demais anexos de acordo com a categoria, bem como o envio de materiais que comprovem a atuação e trajetória do agente cultural, devendo o material estar relacionado à categoria para a qual está sendo realizada a inscrição.
A comprovação de atuação do agente cultural deverá ser de no mínimo 02 (dois) anos retroativos a publicação deste Edital.
O currículo deve ser encaminhado com comprovação constando o nome do grupo, da atração ou agente cultural com data e ano da execução originais, não sendo permitido o acréscimo de informações e datas escritas à mão ou digitadas.
O proponente que por algum motivo não tiver comprovação, pode utilizar o modelo de Declaração de Atuação Cultural (Anexo 09), solicitando para quem o contratou ou comercializou seus serviços, que reconheça e ateste a atuação cultural do proponente no período específico.

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS NO ATO DA INSCRIÇÃO:
Formulário de inscrição **(Anexo 01)**;

Carteira de identidade (RG) ou carteira de motorista (cópia frente e verso) do proponente ou representante legal de grupo ou instituições culturais com ou sem CNPJ;
CPF (cópia frente e verso) do proponente ou representante legal de grupo ou instituições culturais com ou sem CNPJ;
Atenção! Se já aparece o CPF na CARTEIRA DE MOTORISTA ou no RG não precisa enviar novamente a cópia do CPF, mas não esqueça de enviar porque é motivo para inabilitação.
Comprovante de **residência** de no mínimo **02 (dois) anos**, que pode ser substituído por autodeclaração de residência **(Anexo 06)** (a comprovação residencial pode ser dispensada em caso de proponente pertencente à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense, ou ainda pertencente à população itinerante; ou que se encontre em situação de rua);
Declaração de representação de grupo **(Anexo 08)** se for concorrer como um grupo, coletivo, associação, sem CNPJ, assinada pelos integrantes do grupo, devendo anexar a cópia do RG dos assinantes da declaração;
Atenção! Inscrição de grupo, coletivo e associação cultural sem CNPJ, deve ser indicada uma pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Premiação Cultural e a representação será formalizada e assinada pelos demais integrantes, com as assinaturas mínimas indicadas abaixo:
Grupos a partir de 03 integrantes, devem recolher no mínimo 02 assinaturas;
Grupos a partir de 04 a 05 integrantes, devem recolher no mínimo 03 assinaturas;
Grupos a partir de 06 a 10 integrantes, devem recolher no mínimo 04 assinaturas;
Grupos a partir de 10 integrantes, devem recolher no mínimo 05 assinaturas.
Lembrando! Neste Edital tem um modelo de Declaração de representação de Grupo sem CNPJ (Anexo 07), que deverá ser preenchido e anexado a cópia do RG de cada pessoa que assinar.
f. Estatuto e Ata de Eleição, desde que constem o nome do representante na instituição/proponente, para inscrição de pessoa jurídica com CNPJ;
g. Certificado de Microempreendedor, caso a inscrição seja realizada por MEI.
h. Currículo de comprovação artística do proponente devidamente datado, **não podendo informações e datas digitadas ou escritas à mão**. São exemplos de comprovações: matérias, revistas, jornais, cartazes, folders, programas de shows, ingressos, prints de redes sociais, contratos de apresentação ou prestação de serviço ou outros meios de **comprovação de atuação cultural e documentos que ajudem a comprovar a atividade cultural do proponente por, no mínimo, 02 (dois) anos anteriores à data de publicação deste Edital**;
Atenção! Se a inscrição for individual, as comprovações devem estar em nome do artista ou agente cultural, sendo a inscrição por grupo com ou sem CNPJ, as comprovações devem estar em nome do respectivo grupo.
Atenção! Só será permitido cópias, prints, digitalização das comprovações. **Não será validado o envio de links.**
Ficam garantidas os seguintes percentuais de cotas em todas as categorias do edital de:
25% para pessoas negras ou pardas;
10% pessoas indígenas;
5% pessoas com deficiência.
Autodeclaração étnico-racial, no caso de concorrer às cotas para pessoa negra, parda ou indígena, (Anexo 02);
Autodeclaração de pessoa com deficiência, se for concorrer a cota (Anexo 3);
A quantidade da reserva de vagas por meio das cotas destinadas a cada categoria do Edital está descrita no item 2.2 da tabela de distribuição de vagas e valores.
Pontuação de critérios afirmativos.
Gênero Feminino (Mulher Cis ou Transgênero);
Pessoa LGBTQUIAPN+;
Pessoa em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
Pessoa idosa.
Para obter pontuação extra o proponente deve se autodeclarar nos aspectos afirmativos (Anexo 04).
Atenção! Os proponentes deverão preencher, assinalar e não esquecer de assinar a autodeclaração, só assim o documento será validado.
Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), bem como na legislação PNAB Ciclo II.
O agente cultural deve preencher todos os campos do Formulário de Inscrição (Anexo 01), documento que contém os dados necessários para inscrição do proponente.
O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada categoria, conforme item 2.1 de distribuição de vagas e valores deste Edital, caso ultrapasse o valor da categoria, o projeto será desclassificado.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade da inscrição e dos documentos encaminhados, isentando o município do Rio Formoso de qualquer responsabilidade civil ou penal.

QUEM ANALISA AS CANDIDATURAS
As inscrições serão analisadas por uma comissão de avaliação.
Farão parte desta comissão, pareceristas externos contratados e terá no mínimo 03 pareceristas nomeados pela Secretaria de Cultura e Turismo, em portaria específica.

NÃO PODE FAZER PARTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO:
membros que tiverem interesse direto na matéria;
membros que tenham participado na etapa de elaboração das inscrições;
no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo que tenha composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
que sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o **item III** são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

ANÁLISE DAS CANDIDATURAS
11.1. A etapa de seleção será composta pela análise da trajetória do agente cultural de acordo com a sua relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do município do Rio Formoso, e será realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no **item 14.**

Atenção! Os agentes culturais que apresentarem documentos comprobatórios da trajetória artística e cultural contendo quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

Haverá interposição de recurso ao resultado da análise preliminar documental **item 10**, destinado à comissão de avaliação, não cabendo recurso à análise do mérito e lista final.

Todos os resultados da etapa de seleção, serão divulgados no site oficial do município: https://rioformoso.pe.gov.br/

Os recursos deverão ser preenchidos no Formulário de Recurso (Anexo 07) devendo ser enviados pelo e-mail pnabrioformoso.pe@hotmail.com, no prazo de 03 (três) dias corridos, conforme inciso III do Art. 16 do Decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia posterior à publicação.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados, não cabendo mais recursos após a divulgação do resultado final.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado nosite oficial do município: https://rioformoso.pe.gov.br/ e em Diário Oficial.

CONCORRÊNCIA E REMANEJAMENTO DAS COTAS

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.

Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência, não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser remanejado inicialmente para a outra categoria de cotas.

Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A etapa de seleção será composta pela análise da trajetória do agente cultural de acordo com a sua relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do município mediante comprovação de tempo de atuação, e por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no quadro abaixo.

CRITÉRIOS		
IDENTIFICAÇÃO DO CRITÉRIO	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A	Registros datados de fotos, certificados, declarações, vídeos, matérias de jornais, revistas e afins. De 18 meses a 02 anos de comprovações anteriores ao edital.	10 a 20
B	Registros datados de fotos, certificados, declarações, vídeos, matérias de jornais, revistas e afins. De 02 e 1 mês a 05 anos de comprovações anteriores ao edital.	20 a 40
C	Registros datados de fotos, certificados, declarações, vídeos, matérias de jornais, revistas e afins. De 05 e 1 mês a 10 anos de comprovações anteriores ao edital.	40 a 50
D	Registros datados de fotos, certificados, declarações, vídeos, matérias de jornais, revistas e afins. Acima de 10 anos de comprovações anteriores a este edital.	Até 60 pontos
E	Organização da inscrição, bem como as comprovações.	0 a 10
F	Inscrições de proponentes residentes nas áreas periféricas, urbanas e rurais, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais.	0 a 20
PONTUAÇÃO TOTAL:		90

Na análise do projeto pelos pareceristas serão considerados os critérios de aspectos afirmativos e será calculada e observada a seguinte regra: não atendendo a **nenhum subcritério, será atribuída nota 0 (zero); atendendo-se a um dos subcritérios do item, será atribuída nota 5 (cinco); atendendo-se a dois ou mais subcritérios, será atribuída nota 10 (dez)**.

Os aspectos afirmativos de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 nos pontos extras não desclassifica o agente cultural.

Serão garantidos 20% para inscrições propostos por proponentes de áreas periféricas, urbanas e rurais, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais do município.

Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida:

Será considerado o/a proponente com maior tempo de atuação artístico-cultural, através das comprovações devidamente comprovadas;

Melhor organização da inscrição, bem como, desenvolvimento das informações sobre a trajetória artística do/a proponente;

Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, será adotado o critério de desempate do proponente com maior idade.

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os documentos para habilitação serão solicitados após a divulgação da lista do resultado final.

A comprovação de regularidade fiscal será obrigatória para a celebração de Termos de Premiação Cultural, tanto pessoa física, como jurídica.

O agente cultural responsável pela inscrição habilitada deverá encaminhar conforme prazo do calendário deste Edital, item 06 após a publicação do resultado final, os seguintes documentos:

Se o agente cultural for Pessoa Física:

Dados bancários – Cópia do cartão/banco, número da conta e agência ou extrato que contém os dados em nome do proponente pessoa física;

Certidão de Regularidade do Município do Rio Formoso, Pernambuco.

Certidão de Regularidade Fiscal Estado de Pernambuco; https://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_trb_gcc/PREmitirCertidaoRegularidadeFiscal

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir

Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o município ou qualquer um dos entes federados, não será possível o recebimento dos recursos de que trata este edital.

Na hipótese de inabilitação de selecionados, serão convocados suplentes para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação.

ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Premiação Cultural e receberá o recurso na conta bancária de sua titularidade, ou seja, em seu nome indicado no formulário de inscrição.
Após a assinatura do Termo de Premiação Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária em desembolso único, em instituição bancária, que tenha o proponente, pessoa física, como único titular, não sendo aceitas contas conjuntas, de terceiros ou contas fáceis com limite de recebimento diário.
No pagamento à pessoa jurídica, a conta deverá estar no nome da empresa. Para o MEI - Microempreendedor individual, será exigido a conta vinculada ao CNPJ.
Serão aceitas: contas correntes e contas em bancos digitais autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Eventual verificação de nepotismo na etapa de habilitação impedirá a celebração de instrumento pelo agente cultural que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado nas etapas a que se refere o caput do art. 20, sem prejuízo da verificação de outros impedimentos previstos na legislação específica ou no edital.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.
Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicará na desclassificação do agente cultural.
O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://rioformoso.pe.gov.br/
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site oficial da Prefeitura Municipal do Rio Formoso.
Não serão aceitas inscrições enviadas por qualquer outra forma diferente das especificadas neste edital, o formulário de inscrição inadequado ou incompleto, assim como a documentação obrigatória incompleta implicará na automática desclassificação da candidatura.
As eventuais apresentações de impugnação, deverão ser encaminhadas para o e-mail: pnabrioformoso.pe@hotmail.com contendo o motivo e prova da denúncia, no prazo previsto para interposição de recurso, conforme calendário deste edital.
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail: pnabrioformoso.pe@hotmail.com e na sede da Secretaria de Turismo e Cultura, localizada Rua Professor João Sezino, nº 44, 1º andar, sala 1, Centro, Rio Formoso-PE; no horário das 8h às 12h, de segunda-feira a sexta-feira.
Os casos omissos ficarão a cargo da Comissão de Coordenação, Acompanhamento e Fiscalização da Política Nacional de Fomento Cultural do Município do Rio Formoso.
O presente Edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação em Diário Oficial..

COMPÕEM ESTE EDITAL OS SEGUINTES ANEXOS:
Anexo 01 - Formulário de Inscrição;
Anexo 02 - Autodeclaração para cotas pessoas negras, pardas ou indígenas;
Anexo 03 - Autodeclaração para cotas PCD;
Anexo 04 - Autodeclaração de aspectos afirmativos;
Anexo 05 - Autodeclaração para proponente residente em áreas periféricas, urbanas, rurais, povos e comunidades tradicionais;
Anexo 06 - Autodeclaração de residência;
Anexo 07 - Formulário de recurso.
Anexo 08 - Declaração de Representante do Grupo
Anexo 09 - Modelo de Declaração de Atuação Cultural
Anexo 10 - Termo de Premiação Cultural

Rio Formoso, 18 de agosto de 2026.

GUTEMBERG ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA
Prefeito do Município de Rio Formoso

ANEXO 01
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO EDITAL DE PREMIAÇÃO
PARA PREENCHIMENTO DOS PROPONENTES PESSOA FÍSICA, GRUPO, COLETIVO COM OU SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (CNPJ)

ASSINALE QUAL O TIPO DE INSCRIÇÃO

	Pessoa Física (CPF)
	Microempreendedor (MEI)
	Pessoa Jurídica (Empresa, Associação, cooperativa, entre outros com CNPJ)
	Grupo sem CNPJ representado por Pessoa Física.

QUAL A CATEGORIA OFERTADA NA TABELA VAGAS E VALORES DESTE EDITAL DE PREMIAÇÃO QUE VOCÊ VAI CONCORRER: (assinale apenas uma categoria conforme edital)

	PREMIAÇÃO PARA MESTRES DA CULTURA POPULAR
	PREMIAÇÃO PARA ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE MATRIZ AFRICANA

DADOS DO AGENTE CULTURAL (*Atenção! Preenchimento obrigatório para todos os proponentes seja CPF, MEI, CNPJ ou grupo sem CNPJ).

Nome Completo	
Nome artístico ou nome social (se houver):	
CPF:	RG
Data de nascimento	Telefone com DDD

E-mail:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Pertence a alguma comunidade tradicional ou periférica?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional ( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas ( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas ( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais ( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas ( ) Periférica
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual: _____
b) Gênero
( ) Mulher Cisgênero ( ) Homem Cisgênero
( ) Pessoa Não Binária ( ) Não informar
c) Raça, cor ou etnia:
( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarela
d) Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não
e) Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual: _____
f) Vai concorrer às cotas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?( ) Pessoa negra ou parda ( ) Pessoa indígena ( ) Pessoa com deficiência
4. ASSINALE O SEUSEGMENTO PRINCIPAL DE ATUAÇÃO CULTURAL (assinale apenas um segmento)

	ARTESANATO
	CIRCO
	CULTURA POPULAR
	DANÇA
	GASTRONOMIA
	LITERATURA
	MÚSICA
	TEATRO
	PRODUTOR CULTURAL
	PESQUISADOR, CONSULTOR E AFINS
	TÉCNICO
	OUTRO SEGMENTO, QUAL?

5. Proponente, você está representando uma inscrição de grupo (com ou sem CNPJ)?
( ) Sem CNPJ ( ) Com CNPJ
6. PREENCHER OS DADOS CASO A INSCRIÇÃO SEJA DE GRUPO, COLETIVO, ASSOCIAÇÃO, ETC, "SEM CNPJ"
Nome da Instituição/grupo/coletivo:
Ano de Criação:
Representante da inscrição:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
E-mail do representante legal ou do grupo:
Endereço completo da sede:
Cidade:
Estado:

7. PREENCHER OS DADOS CASO A INSCRIÇÃO SEJA DE PESSOA JURÍDICA "COM CNPJ OU MEI"
Nome da Instituição/Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Quantas pessoas fazem parte da instituição?
Endereço completo da sede:
Cidade:
Estado:
E-mail do representante legal ou do grupo:
CPF do representante legal:
Telefone do representante legal:

a) Gênero do representante legal
( ) Mulher Cisgênero ( ) Homem Cisgênero
( ) Pessoa Não Binária ( ) Não informar
b) Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena

c) Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não

d) Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual
( ) **Outra**, indicar Qual_____

8. DADOS DO PROJETO

8.1 Mini currículo: Escreva aqui a sua trajetória destacando as principais atuações culturais realizadas.

8.2 Comprovações de atuação do proponente Pessoa Física, do Grupo com CNPJ ou caso a inscrição seja do Grupo sem CNPJ na sua respectiva atuação cultural? (*Você deve encaminhar as comprovações em anexo com datas, não pode ser escrita à mão, nem digitadas).

ANEXE AQUI AS COMPROVAÇÕES DE ATUAÇÃO CULTURAL (*Obrigatório)

Rio Formoso, ____ de _____ de 2026.

_____
ASSINATURA DA/O PROPONENTE

ANEXO 02
AUTODECLARAÇÃO PARA COTAS PESSOAS NEGRAS, PARDAS OU INDÍGENAS
(PARA AGENTES CULTURAIS CONCORRENTES ÀS COTAS ÉTNICO-RACIAIS NEGROS, PARDOS OU INDÍGENAS)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital da PNAB - CICLO 2 2026 deste município que sou:
( ) NEGRO ( ) PARDO OU ( ) INDÍGENA)
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Rio Formoso, ____ de _____ de 2026.

_____
ASSINATURA DA/O DECLARANTE

ANEXO 03
AUTODECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(PARA AGENTES CULTURAIS CONCORRENTES ÀS COTAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____,

CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital da PNAB - CICLO 2 2026 deste município, que sou pessoa com deficiência, _____ nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Rio Formoso, ____ de _____ de 2026.

_____
ASSINATURA DA/O DECLARANTE

ANEXO 04
AUTODECLARAÇÃO ASPECTOS AFIRMATIVOS

Eu, _____ (nome social/opcional),_civilmente_registrado(a)_como_____ abaixo assinado, de nacionalidade _____, nascido(a) em _____/_____/_____, no município de _____, estado _____, residente e domiciliado(a) à _____,CEP_____,_CPF_____ declaro para os devidos fins, que:
Assinale abaixo os subcritérios nos quais você se enquadra:

( ) GÊNERO FEMININO (MULHER CIS OU TRANSGÊNERO)
( ) PESSOA IDOSA. Com idade igual ou superior a 60 anos, conforme Lei 10.741/2003 - Estatuto da Pessoa idosa

( ) PESSOA LGBTQIAPN+ me identifico como pessoa _____, me enquadrando, portanto, na sigla LGBTQIA+. Estou ciente de que as informações declaradas neste documento serão divulgadas pela Prefeitura Municipal, de forma pública, nas publicações dos resultados oficiais deste edital e, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal** e às demais cominações legais aplicáveis.

( ) PESSOA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA declaro, nos termos da Lei n° 7.115/83, que me encontro em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo em vista que a minha família enquadra-se em uma das seguintes condições:
possui renda mensal per capita (por pessoa) de até meio salário mínimo, ou
2. possui renda familiar mensal total de até três salários mínimos. Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade a veracidade das informações prestadas neste documento.
Rio Formoso, ____ de _____ de 2026.

_____

ASSINATURA DA/O DECLARANTE

Manual de Comunicação LGBTI+, disponível aqui: https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Proteção e Atendimento a Travestis e Transexuais: Caminhos Para a Garantia dos Direitos Humanos, disponível aqui: https://42591db2-5171-4bc2-9173-225378cc4c25.filesusr.com/ugd/dcb2da_645cde72c7c44c249fdb10cd88a38756.pdf
O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: Conceitos e Legislação, disponível aqui: https://42591db2-5171-4bc2-9173-225378cc4c25.filesusr.com/ugd/dcb2da_73103282330d4afe9578b69c5e6a764c.pdf

**O Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO 05
AUTODECLARAÇÃO PARA PROPONENTE RESIDENTE EM ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS, RURAIS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Eu, _____, CPF nº _____, portador(a) do documento de identidade nº _____ declaro para fim desse Edital que sou residente em comunidade: ( ) Periférica ( ) Urbana ( ) Rurais ( ) Povos e Comunidades Tradicionais, situado no território/comunidade/periferia/zona urbana/zona rural no município de _____ do Estado _____. Rua _____
_____
nº _____ Bairro _____ CEP: _____.

Estou ciente de que, se for detectada falsidades desta declaração, estarei sujeito(a) às penalidades legais cabíveis.

Rio Formoso, ____ de _____ de 2026.

_____
ASSINATURA DA/O DECLARANTE

ANEXO 06
AUTODECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Na falta de documentos próprios, aptos a comprovarem minha residência, e domicílio, eu_____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador do RG nº_____ , CPF nº _____, declaro_ser_residente_e_domiciliado_no_seguinte_endereço:_____,_nº_____,_complemento (se houver)_____, no bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, desde o periodo de _____, até a presente data.
Declaro sob as penas previstas na legislação, que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, estando ciente das penalidades previstas no Art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Rio Formoso, ____ de _____ de 2026.

_____
ASSINATURA DA/O DECLARANTE

ANEXO 07
FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO

NOME COMPLETO DO AGENTE CULTURAL: _____
CPF: _____
NOME DO EDITAL QUE ESTÁ PARTICIPANDO: _____

SEGMENTO CULTURAL DO PROPONENTE: _____

CATEGORIA DO EDITAL: _____

RECURSO:
À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Avaliação Preliminar** do Edital, venho solicitar a revisão do resultado preliminar, conforme justificativa a seguir.

Justificativa:

Rio Formoso, ____ de _____ de 2026.

_____
ASSINATURA DA/O DECLARANTE
ANEXO 08
DECLARAÇÃO DE REPRESENTANTE DO GRUPO
(Grupos, Coletivos, Associações, e Instituições sem CNPJ)

O grupo/coletivo/associação/instituição _____, natural do município de _____ PE, formado por (quantidade) _____ membros, devidamente qualificados, vem através desta, nomear o também integrante (a) _____, brasileiro, portador da cédula de identidade RG: _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, como seu representante perante os órgãos competentes, podendo o(a) representante aqui constituído apresentar propostas, projetos culturais, requerer, assinar contratos e outros instrumentos jurídicos similares, receber valores financeiros referentes a cachês artísticos, patrocínios, prêmios, emitir notas fiscais e recibos de quitação, com recolhimento dos tributos previstos na legislação vigente, objetivando a participação do grupo/coletivo, nos editais da PNAB - 2026, no município de _____.

Rio Formoso, _____ de _____ 2026.

Integrantes do grupo (Anexar cópias do RG)
Assinatura dos integrantes declarado no documento e anexada a cópia do RG dos componentes da iniciativa representada, quando for o caso grupo, coletivo, associação ou instituição sem CNPJ;
1 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____
2 - _____Assinatura_____
(nome legível)

RG: _____ CPF:_____
3 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____
4 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____
5 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____
6 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____
7 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____
8 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____
9 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____
10 - _____Assinatura_____
(nome legível)
RG: _____ CPF:_____
*acrescentar mais linhas caso seja necessário.

ANEXO 09
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO CULTURAL
Eu, _____, representante legal da (banda, grupo, instituição, etc) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, CEP _____.
Declaro para os devidos fins de comprovação, que (nome do declarado) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº_____, portador do CPF nº _____; residente e domiciliado (a) Rua _____, nº _____, no bairro _____, na cidade de _____, Estado _____, CEP _____, telefone ( ) _____,
e-mail _____, realiza atividades na área cultural de:
1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
Firmo a presente declaração sob as penas da lei (art. 1º. Da lei 7.115 de 29/08/1983), para que produza os efeitos legais, ciente de que, se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-me-ei, na qualidade de declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

_____
ASSINATURA DO DECLARANTE
ANEXAR CÓPIA DO RG DA/O DECLARANTE

ANEXO 10
TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

NOME COMPLETO DO AGENTE CULTURAL: _____
Nº DO CPF OU CNPJ: _____
DADOS BANCÁRIOS DO AGENTE CULTURAL:
_____

Declaro que recebi a quantia de R$ _____ [VALOR NUMÉRICO E POR EXTENSO], na presente data, relativa ao Edital de Premiação Cultural [NOME E NÚMERO DO EDITAL].

Rio Formoso, ____ de _____ de 2026.

_____
ASSINATURA DO AGENTE CULTURAL

_____
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DO MUNICÍPIO

Publicado por:
Robério Melo de Oliveira
Código Identificador:9D3F3B0E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE

SECRETARIA DE GABINETE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 00035/2026

Aos 11 dias do mês de Agosto de 2026, na sede da Prefeitura Municipal, Estado de Pernambuco, localizada na Rua Padre Berenguer - Centro - Taquaritinga do Norte - PE, CNPJ nº 10.091.593/0001-00, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00013/2026 que objetiva o registro de preços para: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas das Secretarias e órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte - PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência; resolve registrar o preço nos seguintes termos:
Órgão integrante da presente Ata de Registro de Preços:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 10.091.593/0001-00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 12.028.723/0001-88
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 08.677.960/0001-00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 06.085.415/0001-91
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARITINGA DO NORTE - FUNDATA	CNPJ nº 01.683.480/0001-03

VENCEDOR: FINATTO COMERCIO LTDA						
CNPJ: 29.236.209/0001-30						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
54	Scanner de mesa compatível com papéis A4, A5, A6, B5, B6, cartão de visita, carta, ofício; conexão USB e Wi–Fi; método de digitalização: frente e verso, colorido, escalas de cinza, preto e branco, automático; sensor de imagem: CIS colorido (1 frente x 1 traz); velocidade de digitalização mínima A4 automático – simples / duplex: 25 ppm; modo normal colorido / escala de cinza: 150 dpi, preto e branco: 300 dpi, simplex / duplex: 25 ppm, melhor qualidade – colorido. Escala de cinza compatível com Windows, Mac OS, Linux; voltagem bivolt. Deverá apresentar catálogo com especificações de marca e modelo ofertado. Com sistema OCR. Brother UND 6 2.274,00 13.644,00	BROTHER	UND	6	2.274,00	13.644,00
TOTAL						13.644,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
2.1. A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através da respectiva Ordem de Fornecimento, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Eletrônico nº 00013/2026, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:
2.1.1. Pela Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
2.1.2. Pelos seguintes órgãos ou entidades participantes do presente certame:
2.1.2.1. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TAQUARITINGA DO NORTE - CNPJ nº 12.028.723/0001-88;
2.1.2.2. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARITINGA DO NORTE - CNPJ nº 08.677.960/0001-00;
2.1.2.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA DE TAQUARITINGA DO NORTE - CNPJ nº 06.085.415/0001-91;
2.1.2.4. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARITINGA DO NORTE - FUNDATA - CNPJ nº 01.683.480/0001-03.
2.2. Por órgãos da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00013/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador;
2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

2.4. As aquisições adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
2.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
2.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
2.8. O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
3.1. As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contratação será formalizada por intermédio da:
3.2. Ordem de Fornecimento quando o objeto não envolver obrigações futuras, inclusive assistência e garantia.
3.3. Ordem de Fornecimento e Contrato, quando presentes obrigações futuras.
3.4. O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento, será de 05 (cinco) dias úteis, considerados da data da convocação.
3.5. O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado na correspondente Ordem de Fornecimento e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
3.6. Não atendendo à convocação para retirar a Ordem de Fornecimento, e ocorrendo está dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
3.7. É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso de o licitante vencedor não comparecer para retirar a Ordem de Fornecimento no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis.
3.8. O contrato ou instrumento equivalente, decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.
3.9. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
4.1. A contratada será responsabilizada administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:
a. Advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b. Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;
c. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;
d. Impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
f. Aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.
4.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação a contratada, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
5.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00013/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- FINATTO COMERCIO LTDA.
CNPJ n°: 29.236.209/0001-30
Valor: R$ 13.644,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
6.1. Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Taquaritinga do Norte.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:547DD669

SECRETARIA DE GABINETE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 00036/2026

Aos 11 dias do mês de Agosto de 2026, na sede da Prefeitura Municipal, Estado de Pernambuco, localizada na Rua Padre Berenguer - Centro - Taquaritinga do Norte - PE, CNPJ nº 10.091.593/0001-00, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00013/2026 que objetiva o registro de preços para: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas das Secretarias e

órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte - PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência; resolve registrar o preço nos seguintes termos:
Órgão integrante da presente Ata de Registro de Preços:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 10.091.593/0001-00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 12.028.723/0001-88
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 08.677.960/0001-00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 06.085.415/0001-91
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARITINGA DO NORTE - FUNDATA	CNPJ nº 01.683.480/0001-03

VENCEDOR: GRIEBLER E GRIEBLER LTDA						
CNPJ: 30.195.733/0001-90						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
36	Monitor com tela LED com formato Widescreen de 32" polegadas – Resolução Full HD 1920x1080 com interface de vídeo HDMI/VGA.	DUEX	UND	3	979,00	2.937,00
TOTAL						2.937,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
2.1. A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através da respectiva Ordem de Fornecimento, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Eletrônico nº 00013/2026, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:
2.1.1. Pela Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
2.1.2. Pelos seguintes órgãos ou entidades participantes do presente certame:
2.1.2.1. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TAQUARITINGA DO NORTE - CNPJ nº 12.028.723/0001-88;
2.1.2.2. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARITINGA DO NORTE - CNPJ nº 08.677.960/0001-00;
2.1.2.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA DE TAQUARITINGA DO NORTE - CNPJ nº 06.085.415/0001-91;
2.1.2.4. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARITINGA DO NORTE - FUNDATA - CNPJ nº 01.683.480/0001-03.
2.2. Por órgãos da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00013/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador;
2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
2.4. As aquisições adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
2.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
2.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
2.8. O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
3.1. As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contratação será formalizada por intermédio da:
3.2. Ordem de Fornecimento quando o objeto não envolver obrigações futuras, inclusive assistência e garantia.
3.3. Ordem de Fornecimento e Contrato, quando presentes obrigações futuras.
3.4. O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento, será de 05 (cinco) dias úteis, considerados da data da convocação.
3.5. O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado na correspondente Ordem de Fornecimento e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
3.6. Não atendendo à convocação para retirar a Ordem de Fornecimento, e ocorrendo está dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
3.7. É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso de o licitante vencedor não comparecer para retirar a Ordem de Fornecimento no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis.
3.8. O contrato ou instrumento equivalente, decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.
3.9. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
4.1. A contratada será responsabilizada administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

a. Advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b. Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;
c. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;
d. Impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
f. Aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.
4.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação a contratada, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
5.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00013/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- GRIEBLER E GRIEBLER LTDA.
CNPJ n°: 30.195.733/0001-90
Valor: R$ 2.937,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
6.1. Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Taquaritinga do Norte.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:39EBCB0B

SECRETARIA DE GABINETE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 00040/2026

Aos 11 dias do mês de Agosto de 2026, na sede da Prefeitura Municipal, Estado de Pernambuco, localizada na Rua Padre Berenguer - Centro - Taquaritinga do Norte - PE, CNPJ nº 10.091.593/0001-00, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00013/2026 que objetiva o registro de preços para: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática, suprimentos de impressão e equipamentos audiovisuais/multimídia, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas das Secretarias e órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte - PE, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições comerciais estimadas constantes no Termo de Referência; resolve registrar o preço nos seguintes termos:
Órgão integrante da presente Ata de Registro de Preços:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 10.091.593/0001-00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 12.028.723/0001-88
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 08.677.960/0001-00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA DE TAQUARITINGA DO NORTE	CNPJ nº 06.085.415/0001-91
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARITINGA DO NORTE - FUNDATA	CNPJ nº 01.683.480/0001-03

VENCEDOR: GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI						
CNPJ: 36.521.392/0001-81						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
60	Tela de projeção com tripé, retrátil, medindo aproximadamente 1,80 m x 1,80 m (equivalente a cerca de 97 polegadas), destinada à exibição de imagens e vídeos com melhor definição e visibilidade. Estrutura portátil com suporte tipo tripé, facilitando a montagem, desmontagem e transporte. Superfície branca fosca de alta refletividade, proporcionando boa qualidade de projeção e redução de reflexos. Sistema retrátil com ajuste de altura, fabricada em material resistente e estável, indicada para uso em apresentações e exibições em geral.	GOLDENTEC	UND	18	485,57	8.740,26
TOTAL						8.740,26

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
2.1. A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através da respectiva Ordem de Fornecimento, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Eletrônico nº 00013/2026, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:
2.1.1. Pela Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
2.1.2. Pelos seguintes órgãos ou entidades participantes do presente certame:
2.1.2.1. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TAQUARITINGA DO NORTE - CNPJ nº 12.028.723/0001-88;

2.1.2.2. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARITINGA DO NORTE - CNPJ nº 08.677.960/0001-00;
2.1.2.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA DE TAQUARITINGA DO NORTE - CNPJ nº 06.085.415/0001-91;
2.1.2.4. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARITINGA DO NORTE - FUNDATA - CNPJ nº 01.683.480/0001-03.
2.2. Por órgãos da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00013/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador;
2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
2.4. As aquisições adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
2.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
2.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
2.8. O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
3.1. As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contratação será formalizada por intermédio da:
3.2. Ordem de Fornecimento quando o objeto não envolver obrigações futuras, inclusive assistência e garantia.
3.3. Ordem de Fornecimento e Contrato, quando presentes obrigações futuras.
3.4. O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento, será de 05 (cinco) dias úteis, considerados da data da convocação.
3.5. O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado na correspondente Ordem de Fornecimento e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
3.6. Não atendendo à convocação para retirar a Ordem de Fornecimento, e ocorrendo está dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
3.7. É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso de o licitante vencedor não comparecer para retirar a Ordem de Fornecimento no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis.
3.8. O contrato ou instrumento equivalente, decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.
3.9. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
4.1. A contratada será responsabilizada administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:
a. Advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b. Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;
c. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;
d. Impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
f. Aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.
4.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação a contratada, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
5.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00013/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI.
CNPJ n°: 36.521.392/0001-81
Valor: R$ 8.740,26

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
6.1. Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Taquaritinga do Norte.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:B1EFFC80

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE VERTENTE DO LÉRIO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 002/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 002/2026 – SME- PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE MÉRITO E DESEMPENHO PARA FORMAÇÃO DO CADASTRO MUNICIPAL DE GESTORES ESCOLARES APTOS AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE VERTENTE DO LÉRIO/PE

O MUNICÍPIO DE VERTENTE DO LÉRIO, Estado de Pernambuco, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE MÉRITO E DESEMPENHO PARA FORMAÇÃO DO CADASTRO MUNICIPAL DE GESTORES ESCOLARES APTOS AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR, mediante critérios técnicos de mérito e desempenho, nos termos deste Edital. O Processo Seletivo reger-se-á pela Constituição Federal, especialmente pelos arts. 37, 205, 206, inciso VI, e 211; pela Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; pela Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, com as alterações posteriores; pelo Decreto Federal nº 10.656, de 22 de março de 2021; pelas normas federais vigentes relativas às condicionalidades da complementação-VAAR; pela Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026 – Plano Nacional de Educação; pelo Parecer CNE/CP nº 4/2021, aprovado em 11 de maio de 2021, que trata da Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar; pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD; pela Lei Municipal nº 331, de 7 de junho de 2011; pela Lei Municipal nº 570, de 21 de junho de 2022; pelo Decreto Municipal nº 041/2026 e demais normas aplicáveis. O certame observará, em todas as suas etapas, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade, gestão democrática, mérito, desempenho, interesse público, contraditório e ampla defesa.

1**. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O presente Edital tem por objeto estabelecer normas e procedimentos para realização do Processo Seletivo Público de Mérito e Desempenho destinado à formação do Cadastro Municipal de Gestores Escolares Aptos ao exercício da função de Diretor Escolar das unidades integrantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Vertente do Lério/PE.

1.2. O Processo Seletivo tem como finalidade identificar profissionais que demonstrem competências técnicas, pedagógicas, administrativas, financeiras e gerenciais compatíveis com o exercício da função de Diretor Escolar.

1.3. O processo observará critérios objetivos de mérito e desempenho e buscará identificar profissionais capazes de:
I – exercer liderança educacional ética, democrática e colaborativa;
II – promover a melhoria da aprendizagem dos estudantes;
III – coordenar a execução do Projeto Político-Pedagógico;
IV – realizar planejamento estratégico da unidade escolar;
V – monitorar indicadores educacionais e utilizar evidências para tomada de decisão;
VI – promover ações de recomposição das aprendizagens;
VII – administrar recursos financeiros e patrimoniais com legalidade, economicidade, eficiência e transparência;
VIII – exercer gestão de pessoas;
IX – fortalecer a participação da comunidade e dos órgãos colegiados;
X – cumprir as políticas, programas, projetos, metas e diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;
XI – assegurar ambiente escolar acolhedor, inclusivo, democrático e comprometido com os direitos dos estudantes;
XII – atuar com responsabilidade, integridade e compromisso com o interesse público.

1.4. A aprovação neste Processo Seletivo não gera direito subjetivo à designação para a função de Diretor Escolar.

1.5. Os candidatos aprovados passarão a integrar o Cadastro Municipal de Gestores Escolares Aptos, cabendo ao Chefe do Poder Executivo Municipal proceder às designações, observados:
I – a legislação municipal vigente;
II – a existência de unidade escolar com necessidade de provimento da função;
III – o interesse público;
IV – as necessidades administrativas e pedagógicas da Rede Municipal;

1.6. O Cadastro Municipal de Gestores Escolares Aptos terá validade de até 04 (quatro) anos, nos termos do Decreto Municipal nº 041/2026.

1.7. O processo será acompanhado pela Comissão Municipal de Acompanhamento, constituída por Portaria do Chefe do Poder Executivo, a ser publicada antes do início das etapas avaliativas do certame.

1.8. A organização e execução técnica do Processo Seletivo poderão ser realizadas por instituição ou empresa especializada contratada pelo Município, na forma da legislação aplicável.

1.9. É vedada à Comissão Municipal de Acompanhamento qualquer interferência na elaboração das provas, correção dos instrumentos, atribuição de notas ou classificação dos candidatos quando tais atividades forem atribuídas à instituição executora.

1.10. Os membros da Comissão, da banca examinadora e demais profissionais envolvidos deverão declarar impedimento ou suspeição quando houver circunstância capaz de comprometer sua imparcialidade, inclusive parentesco, interesse direto ou conflito de interesses em relação a candidato.

1.11. Nenhum candidato poderá integrar a Comissão Municipal de Acompanhamento, banca examinadora ou participar de qualquer atividade relacionada à elaboração, aplicação ou correção dos instrumentos deste certame.

1.12. Todos os horários mencionados neste Edital observarão o horário oficial de Brasília/DF.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas no período estabelecido no Anexo XIV – Cronograma de Eventos.

2.2. A inscrição será gratuita através do endereço: https://vertentedolerio.selecaosimplificada.com/

2.3. O candidato deverá preencher integralmente o Formulário de Inscrição, por meio do endereço eletrônico indicado no ato oficial de publicação deste Edital, e apresentar a documentação prevista nos Anexos II e III de forma virtual.

2.4. No ato da inscrição, o candidato deverá indicar expressamente a função para a qual pretende habilitar-se.

2.5. A inscrição implicará conhecimento e aceitação integral das normas estabelecidas neste Edital, no Decreto Municipal nº 041/2026 e na legislação aplicável.

2.6. São de responsabilidade exclusiva do candidato:
I – o correto preenchimento do formulário;
II – a veracidade das informações prestadas;
III – a apresentação dos documentos exigidos;
IV – a observância dos prazos;
V – o acompanhamento das publicações oficiais referentes ao Processo Seletivo.

2.7. A Administração poderá, a qualquer tempo, verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados.

2.8. A constatação de falsidade, fraude, adulteração ou inexatidão relevante implicará eliminação do candidato, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e penal cabíveis.

2.9. Não serão aceitas inscrições condicionais, incompletas ou realizadas fora do prazo.

2.10. Encerrado o prazo, será publicada relação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas.

2.11. Do indeferimento caberá recurso na forma da Cláusula Décima Primeira.

2.12. Após julgamento dos recursos, será publicada a relação definitiva dos candidatos habilitados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO

3.1. O candidato que necessitar de atendimento diferenciado deverá requerê-lo no ato da inscrição.

3.2. O requerimento deverá indicar objetivamente a condição e o atendimento necessário à participação nas etapas do Processo Seletivo.

3.3. Quando a necessidade decorrer de deficiência ou condição que demande comprovação, deverá ser apresentado documento médico correspondente, observada a legislação aplicável.

3.4. Poderão ser solicitados, entre outros:
I – sala acessível;
II – mobiliário adaptado;
III – auxílio para mobilidade;
IV – intérprete de Libras, quando cabível;
V – prova ampliada;
VI – tempo adicional para realização da prova ou de outra etapa compatível, quando a necessidade estiver devidamente comprovada e guardar relação com a deficiência ou condição apresentada pelo candidato, observada a legislação aplicável;
VII – outros recursos de acessibilidade compatíveis com a necessidade apresentada.

3.5. O atendimento será concedido considerando:
I – a necessidade comprovada;
II – a razoabilidade do pedido;
III – as condições técnicas de execução;
IV – a legislação relativa aos direitos da pessoa com deficiência.

3.6. A candidata lactante poderá solicitar condições adequadas para amamentação, conforme legislação aplicável.

3.7. A ausência de solicitação no prazo previsto poderá impossibilitar a adoção das providências necessárias, ressalvadas as situações supervenientes, devidamente comprovadas, que impossibilitem a formulação do pedido no prazo estabelecido, hipótese em que o atendimento ficará condicionado à análise da necessidade apresentada e à viabilidade técnica e operacional de sua implementação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderá participar do Processo Seletivo o profissional que atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
I – ser ocupante de cargo efetivo ou possuir vínculo por contrato com o Magistério Público Municipal de Vertente do Lério;
II – possuir habilitação exigida para o exercício da função de Diretor Escolar, nos termos da Lei Municipal nº 331/2011 e demais normas aplicáveis;
III – possuir experiência mínima de 03 (três) anos no exercício da docência na Educação Básica;
IV – estar em efetivo exercício na Rede Pública Municipal de Ensino;

V – não ter sofrido penalidade administrativa nos últimos 03 (três) anos;
VI – não estar cumprindo penalidade disciplinar ou suspensão decorrente de Processo Administrativo Disciplinar;
VII – não possuir impedimento legal para o exercício de função pública de direção;
VIII – apresentar disponibilidade para exercício da função em regime de dedicação compatível com a legislação municipal;
IX – apresentar integralmente a documentação prevista neste Edital;
X – cumprir as demais exigências previstas na legislação municipal.

4.2. O preenchimento dos requisitos deverá ser comprovado documentalmente.

4.3. O candidato que deixar de comprovar qualquer requisito obrigatório será considerado inabilitado.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE MÉRITO E DESEMPENHO

5.1. O Processo Seletivo será composto pelas seguintes fases:
I – Inscrição e Habilitação Documental: eliminatória;
II – Avaliação Curricular: classificatória, no valor máximo de 20 pontos;
III – Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos: eliminatória e classificatória, no valor máximo de 40 pontos;
IV – Apresentação e Defesa do Plano de Gestão Escolar e Entrevista Técnica: eliminatória e classificatória, no valor máximo de 40 pontos;
V – Manifestação da Comunidade Escolar: etapa complementar e consultiva, nos termos do Decreto Municipal nº 041/2026, sem caráter eliminatório, sem atribuição de pontos e sem alteração da matriz de 100 pontos estabelecida para as etapas técnicas neste Edital;
VI – Resultado Final, homologação e constituição do Cadastro Municipal de Gestores Escolares Aptos.

5.2. A pontuação máxima das etapas técnicas será de 100 (cem) pontos, distribuída da seguinte maneira:

ETAPA	CARÁTER	PONTUAÇÃO
Avaliação Curricular	Classificatório	20
Prova Objetiva	Eliminatório e Classificatório	40
Plano de Gestão, Defesa e Entrevista Técnica	Eliminatório e Classificatório	40
TOTAL		100

5.3. A manifestação da comunidade escolar terá caráter exclusivamente consultivo e complementar, sem caráter eliminatório e sem atribuição de pontuação, e será consolidada em relatório próprio, não substituindo nem afastando os critérios técnicos de mérito e desempenho.

5.4. É vedada qualquer forma de campanha, captação de apoio, distribuição de material de propaganda, promessa de vantagem ou influência indevida durante a manifestação da comunidade escolar.

5.5. A ausência de manifestação da comunidade por circunstância não imputável ao candidato não prejudicará sua classificação.

5.6. O resultado da manifestação da comunidade escolar não integrará a fórmula de cálculo da Pontuação Final e não poderá, isoladamente, produzir eliminação, alteração da classificação técnica ou direito subjetivo à designação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA ANÁLISE CURRICULAR

6.1. A Análise Curricular terá caráter classificatório e valerá até 20 (vinte) pontos.

6.2. Serão considerados exclusivamente títulos e experiências comprovados documentalmente.

6.3. A pontuação observará a seguinte matriz:

6.3.1. Para fins de pontuação da especialização em “áreas afins”, serão considerados cursos de pós-graduação relacionados à gestão educacional, gestão pública aplicada à educação, administração escolar, coordenação ou supervisão pedagógica, planejamento educacional ou políticas públicas de educação, desde que a pertinência temática esteja demonstrada pela denominação ou documentação acadêmica do curso.

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Especialização em Gestão Escolar, Administração Escolar ou áreas afins	5
Mestrado na área de Educação	3
Doutorado na área de Educação	2
Experiência em função de gestão escolar – Direção, Vice-Direção, Coordenação Pedagógica ou Supervisão	Até 5 (1 ponto por ano de atuação)
Cursos de formação continuada na área de gestão educacional, mínimo de 40 horas, realizados nos últimos 5 anos	Até 5 (2,5 pontos por curso apresentado)
TOTAL	20

6.4. Os títulos deverão ser expedidos por instituição legalmente habilitada.

6.5. Certificados de pós-graduação deverão observar as exigências legais aplicáveis.

6.6. Não será admitida dupla pontuação do mesmo título ou do mesmo período de experiência.

6.7. A experiência profissional deverá ser comprovada mediante certidão ou declaração oficial emitida pelo órgão ou instituição competente, ou outro documento legalmente idôneo.

6.8. Documentos ilegíveis, incompletos, sem identificação da instituição emissora ou que não permitam comprovar inequivocamente o requisito alegado não serão pontuados.

6.9. Será publicada pontuação preliminar da análise curricular, assegurado recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ETAPAS DO PROCESSO

7.1. DA HABILITAÇÃO DOCUMENTAL: A habilitação documental terá caráter eliminatório e consistirá na verificação dos requisitos obrigatórios de participação.

7.2. DA PROVA OBJETIVA

7.2.1. A Prova Objetiva terá caráter eliminatório e classificatório e valerá 40 (quarenta) pontos.

7.2.2. A prova avaliará conhecimentos relacionados ao exercício da gestão escolar.

7.2.3.A matriz de conhecimentos observará:

CONTEÚDO	PONTUAÇÃO
Constituição Federal e legislação educacional	5
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB	5
Fundeb, VAAR e políticas públicas da educação	5
Gestão Escolar e Gestão Democrática	8
Planejamento e Gestão Pedagógica	7
Gestão Administrativa e Financeira	5
Avaliação educacional e indicadores de aprendizagem	5
TOTAL	40

7.2.4. Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que obtiver, no mínimo, 60% da pontuação máxima, correspondente a 24 pontos.

7.2.5.O candidato que obtiver pontuação inferior a 24 pontos será eliminado.

7.2.6. O conteúdo programático detalhado e as referências poderão ser divulgados em anexo complementar ou comunicado oficial.

7.2.7. A prova será aplicada em data, horário e local divulgados previamente.
7.2.8. O candidato deverá comparecer ao local de aplicação com antecedência mínima estabelecida pela organização, portando documento oficial de identificação com fotografia.

7.2.9. Não será admitido candidato após o fechamento dos portões.

7.2.10. Durante a prova serão vedados comunicação entre candidatos, consulta não autorizada, utilização de telefone celular, relógio inteligente ou equipamento eletrônico não autorizado.

7.2.11. O gabarito preliminar será publicado na forma prevista no cronograma.

7.2.12. Será assegurado recurso contra questões, gabarito e resultado preliminar.

7.3. DA MANIFESTAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

7.3.1. A manifestação da comunidade escolar constitui etapa complementar, predominantemente consultiva, destinada à aferição de aspectos relacionados à:
I – liderança;
II – comunicação;
III – capacidade de articulação;
IV – gestão democrática;
V – relacionamento institucional.

7.3.2. Poderão participar, sempre que possível:
I – pais ou responsáveis legais;
II – estudantes regularmente matriculados, quando compatível com a etapa de ensino;
III – professores;
IV – demais servidores da unidade;
V – representantes do Conselho Escolar.

7.3.3. Será utilizado questionário padronizado ou instrumento técnico equivalente.

7.3.4. Serão assegurados:
I – anonimato;
II – impessoalidade;
III – proteção dos dados pessoais;
IV – publicidade dos resultados consolidados;
V – impossibilidade de identificação individual das manifestações.

7.3.5. Os resultados serão consolidados em relatório próprio e integrarão os autos do Processo Seletivo.
7.3.6. A manifestação será realizada sem atribuição de nota ao candidato, sendo vedada sua conversão em pontos ou seu uso como critério autônomo de eliminação ou reclassificação.
7.3.7. A participação será restrita a integrantes da comunidade escolar, nos termos do Decreto Municipal nº 041/2026. A organização deverá adotar mecanismo de validação do vínculo do participante com a Rede Municipal sem associar sua identidade ao conteúdo da resposta, assegurando-se uma única manifestação por participante em relação a cada candidato avaliado.
7.3.8. O instrumento deverá prever a opção “não possuo elementos suficientes para avaliar”, de modo a evitar avaliações presumidas ou artificiais.

7.3.9. O relatório consolidado indicará, exclusivamente de forma agregada, o número de participantes e a distribuição das respostas por dimensão avaliada, vedada a divulgação de dados que permitam identificar os participantes.
7.3.10. A Comissão Municipal de Acompanhamento fiscalizará a regularidade, a transparência e a publicidade da etapa, vedada sua interferência no conteúdo das manifestações colhidas.
7.3.11. A ausência ou insuficiência de manifestações, quando não imputável ao candidato, não lhe acarretará qualquer prejuízo, devendo essa circunstância constar do relatório consolidado.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA AVALIAÇÃO E DEFESA DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

8.1. A apresentação e defesa do Plano de Gestão Escolar, acompanhada de Entrevista Técnica, terá caráter eliminatório e classificatório e valerá 40 (quarenta) pontos.

8.2. O Plano deverá ser elaborado individualmente pelo candidato.

8.2.1. Para elaboração do Plano, o candidato utilizará uma das unidades escolares constantes do Anexo I apenas como referência técnica para o diagnóstico e para a proposição das ações, sem que essa escolha gere preferência, vinculação ou direito à futura designação para a unidade considerada.
8.3. O documento deverá apresentar, no mínimo:
I – identificação;
II – apresentação;
III – diagnóstico da realidade educacional;
IV – análise de indicadores de aprendizagem, fluxo e frequência;
V – objetivos estratégicos;
VI – metas;
VII – indicadores de acompanhamento;
VIII – estratégias para melhoria da aprendizagem;
IX – ações de recomposição das aprendizagens;
X – gestão pedagógica;
XI – gestão administrativa e patrimonial;
XII – gestão financeira;
XIII – gestão de pessoas;
XIV – gestão democrática e participação;
XV – estratégias de fortalecimento da relação escola-família-comunidade;
XVI – inclusão, equidade e garantia de direitos;
XVII – acompanhamento e avaliação;
XVIII – cronograma de execução.

8.4. A avaliação observará:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Diagnóstico da realidade escolar	5
Planejamento estratégico e definição de metas	8
Propostas para melhoria da aprendizagem	8
Liderança e gestão de pessoas	5
Gestão administrativa e financeira	4
Comunicação, argumentação e domínio técnico durante apresentação e entrevista	10
TOTAL	40

8.5.Será considerado aprovado nesta etapa o candidato que alcançar, no mínimo, 60% da pontuação, correspondente a 24 pontos.

8.6. A defesa ocorrerá perante banca avaliadora.

8.6.1. A banca avaliadora será composta por, no mínimo, 03 (três) integrantes com qualificação ou experiência compatível com educação, gestão escolar ou gestão pública, sujeitos às regras de impedimento, suspeição e conflito de interesses previstas neste Edital.
8.7. A banca deverá utilizar formulário padronizado de avaliação.
8.7.1. Cada integrante da banca atribuirá sua avaliação de forma individual e fundamentada, utilizando o formulário padronizado e os critérios previamente divulgados.
8.7.2. A nota da etapa corresponderá à média aritmética das notas atribuídas pelos avaliadores, limitada à pontuação máxima prevista para cada critério e registrada com até duas casas decimais.
8.7.3. Os espelhos individuais de avaliação deverão integrar os autos do certame e ser disponibilizados ao candidato juntamente com o resultado preliminar da etapa, para fins de transparência e exercício do direito de recurso.
8.8. A entrevista técnica poderá abordar situações-problema relacionadas à gestão escolar, especialmente:
I – liderança pedagógica;
II – resultados de aprendizagem;
III – gestão de conflitos;
IV – gestão de pessoas;
V – gestão administrativa;
VI – gestão financeira;
VII – inclusão;
VIII – frequência e abandono;
IX – planejamento;
X – gestão democrática;
XI – ética e responsabilidade pública;
XII – tomada de decisão.

8.9. A banca poderá solicitar esclarecimentos acerca das propostas apresentadas, sendo vedada a formulação de perguntas discriminatórias, estranhas à função ou capazes de violar a intimidade do candidato.

8.10. As sessões de defesa e entrevista serão registradas em áudio e/ou vídeo, assegurada a preservação do arquivo até o encerramento da fase recursal. Excepcional impossibilidade técnica deverá ser certificada nos autos, com indicação do motivo e das providências adotadas para preservação da transparência da avaliação.

9. CLÁUSULA NONA – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. A pontuação final será obtida mediante a fórmula:

PF = AC + PO + PGE
onde:
PF = Pontuação Final;
AC = Avaliação Curricular – máximo 20 pontos;
PO = Prova Objetiva – máximo 40 pontos;
PGE = Plano de Gestão Escolar, Defesa e Entrevista – máximo 40 pontos.

9.2. A pontuação máxima será de 100 pontos.
9.3. Somente serão classificados os candidatos que não tenham sido eliminados em nenhuma etapa eliminatória.

9.4. A classificação será apresentada em ordem decrescente de pontuação.

9.5. Em caso de empate, serão adotados, sucessivamente:
I – maior pontuação na Apresentação e Defesa do Plano de Gestão Escolar e Entrevista Técnica;
II – maior pontuação na Prova Objetiva;
III – maior tempo de efetivo exercício no Magistério Público Municipal de Vertente do Lério;
IV – maior titulação acadêmica;
V – maior idade, observada a legislação vigente.

9.6. O resultado final será homologado pelo Secretário Municipal de Educação e publicado no Diário Oficial do Município ou em outro meio oficial.

9.7. Os candidatos aprovados integrarão o Cadastro Municipal de Gestores Escolares Aptos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DO PROCESSO SELETIVO

10.1 Será eliminado o candidato que:
I – apresentar informação ou documento falso;
II – não atender aos requisitos do Decreto e deste Edital;
III – deixar de apresentar documento obrigatório;
IV – utilizar meio fraudulento em qualquer etapa;
V – comunicar-se indevidamente com outro candidato durante prova;
VI – utilizar equipamento eletrônico proibido;
VII – praticar agressão, ameaça, fraude, tumulto ou outra conduta objetivamente comprovada que comprometa a segurança ou a regularidade da etapa;
VIII – perturbar a ordem dos trabalhos;
IX – tentar identificar ou influenciar avaliador;
X – praticar campanha ou captação indevida de apoio perante a comunidade escolar;
XI – tentar obter vantagem indevida;
XII – não comparecer a etapa obrigatória;
XIII – obtiver pontuação inferior à mínima estabelecida nas etapas eliminatórias;
XIV – descumprir qualquer regra cuja consequência expressamente prevista seja a eliminação;
XV – praticar fraude ou conduta comprovada que comprometa a lisura, a isonomia ou a impessoalidade do certame, observada a devida motivação do ato de eliminação e, quando a natureza da ocorrência permitir, o contraditório administrativo.
10.2. A eliminação decorrente de conduta imputada ao candidato deverá ser devidamente motivada e fundamentada em elementos que permitam a sua comprovação, assegurado ao interessado o direito de recurso administrativo, na forma e no prazo previstos neste Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS

11.1. Será assegurado ao candidato o direito de interpor recurso administrativo contra:
I – indeferimento da inscrição;
II – resultado da habilitação documental;
III – pontuação da análise curricular;
IV – questões e gabarito preliminar da Prova Objetiva;
V – resultado preliminar da Prova Objetiva;
VI – resultado da avaliação do Plano de Gestão;
VII – resultado da Defesa e Entrevista;
VIII – irregularidades relacionadas à manifestação da comunidade escolar;
IX – classificação preliminar;
X – demais atos expressamente indicados pela Comissão.
XI – decisão de eliminação decorrente de conduta imputada ao candidato.
11.1.1. A divulgação dos resultados preliminares das etapas avaliativas será acompanhada dos critérios utilizados e, quando houver avaliação individualizada, do respectivo espelho de correção ou ficha de avaliação do candidato, sem prejuízo da proteção de dados pessoais de terceiros.
11.2. O recurso deverá ser apresentado no prazo previsto no Cronograma.

11.3. O candidato deverá utilizar o formulário constante do Anexo XIII ou sistema eletrônico disponibilizado para esse fim.

11.4. O recurso deverá conter:
I – identificação do candidato;
II – indicação precisa do ato questionado;
III – fundamentação objetiva;
IV – pedido claramente formulado;
V – documentos, quando cabíveis.

11.5. Não serão conhecidos recursos:
I – intempestivos;
II – sem fundamentação;
III – apresentados por pessoa diversa do candidato, ressalvada representação legal;
IV – encaminhados por meio não autorizado;
V – que contenham ofensas ou manifestações incompatíveis com o processo administrativo.

11.6. Não será admitida apresentação de título ou documento destinado a suprir omissão do candidato após o encerramento da inscrição, ressalvados documentos solicitados pela Administração para esclarecimento de informação já tempestivamente apresentada.

11.7. A decisão dos recursos será motivada. A apreciação técnica dos recursos relativos à prova, à análise curricular, ao Plano de Gestão, à defesa e à entrevista caberá à instituição ou equipe técnica responsável pela execução da respectiva etapa, sob acompanhamento da Comissão Municipal de Acompanhamento, observadas as competências estabelecidas no Decreto Municipal nº 041/2026.
11.7.1. O candidato poderá ter acesso aos elementos de sua própria avaliação necessários à fundamentação do recurso, inclusive espelhos, fichas e, quando existente, registro audiovisual da defesa e entrevista, vedado o acesso a dados pessoais protegidos de terceiros.
11.8. Quando houver anulação de questão da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, salvo regra técnica diversa expressamente prevista antes da aplicação.

11.9. Quando houver alteração do gabarito, a correção será realizada conforme o gabarito definitivo.

11.10. Concluída a fase recursal, será publicado o resultado definitivo.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO E DA VACÂNCIA

12.1. A aprovação no Processo Seletivo habilita o candidato a integrar o Cadastro Municipal de Gestores Escolares Aptos, não constituindo direito subjetivo à designação.

12.2. A designação será realizada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal dentre os candidatos integrantes do Cadastro, observadas a Lei Municipal nº 331/2011, a Lei Municipal nº 570/2022, o Decreto Municipal nº 041/2026 e o interesse público.

12.3. O candidato designado exercerá a função de Diretor Escolar em regime de dedicação exclusiva, nos termos do Decreto Municipal nº 041/2026 e da legislação municipal aplicável.

12.4. A Administração poderá utilizar o Cadastro Municipal para preenchimento de vacâncias surgidas durante sua vigência.

12.5. Constituem hipóteses de vacância ou cessação do exercício da função, conforme o caso:
I – renúncia;
II – aposentadoria;
III – falecimento;
IV – dispensa;
V – afastamento definitivo;
VI – outras hipóteses previstas em lei.

12.6. O Diretor poderá ser dispensado antes do término da designação nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 041/2026, especialmente:
I – descumprimento das atribuições;
II – avaliação de desempenho insatisfatória;
III – prática de infração administrativa, disciplinar ou legal devidamente apurada;
IV – interesse da Administração Pública, mediante decisão motivada e observância do devido processo administrativo.

12.7. Nas hipóteses que envolvam imputação de responsabilidade ou avaliação desfavorável com efeitos funcionais, serão assegurados contraditório e ampla defesa, na forma da legislação.

12.8. Ocorrendo vacância, poderá o Chefe do Poder Executivo designar outro candidato integrante do Cadastro Municipal de Gestores Escolares Aptos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

13.1. A remuneração pelo exercício da função observará integralmente a legislação municipal vigente.

13.2. O Diretor Escolar exercerá a função em regime de dedicação exclusiva, fazendo jus à vantagem pecuniária prevista no art. 6º da Lei Municipal nº 570/2022, calculada sobre o vencimento do cargo efetivo de Professor, observado o percentual de gratificação de até 100% (cem por cento) e os requisitos previstos na legislação.

13.3. Na hipótese admitida pela legislação de designação de servidor contratado ou ocupante de cargo em comissão para a função, o vencimento-base observará o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 570/2022 e no Decreto Municipal nº 041/2026.

13.4. Nenhuma disposição deste Edital poderá ser interpretada como criação ou majoração de remuneração ou vantagem funcional não prevista em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

14.1. A participação no Processo Seletivo implica ciência e aceitação integral das condições estabelecidas neste Edital.

14.2. É responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações, comunicados, retificações, resultados e convocações.

14.3. Todos os atos do certame observarão publicidade e transparência.

14.4. Serão divulgados, ressalvadas informações protegidas por lei:
I – Edital e retificações;
II – cronograma;
III – inscrições deferidas e indeferidas;
IV – resultados preliminares;
V – gabaritos;
VI – resultados definitivos;
VII – critérios e instrumentos de avaliação;
VIII – decisões dos recursos;
IX – classificação final;
X – homologação.

14.5. O tratamento de dados pessoais observará a Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD, sendo os dados utilizados exclusivamente para as finalidades relacionadas ao certame, às obrigações legais da Administração e à eventual designação.
14.6. Documentos contendo CPF, endereço, informações médicas ou outros dados pessoais não serão publicados integralmente, salvo obrigação legal.

14.7. Informações referentes à deficiência e dados de saúde receberão tratamento compatível com sua natureza de dado pessoal sensível.

14.8. A Administração poderá realizar diligências para esclarecer informações ou verificar autenticidade documental, sem que isso permita ao candidato apresentar intempestivamente requisito que deveria ter sido comprovado no prazo próprio.

14.9. A Secretaria Municipal de Educação poderá publicar comunicados, orientações e atos complementares necessários à execução do certame, desde que não contrariem este Edital ou o Decreto Municipal nº 041/2026.

14.10. Alterações substanciais nas regras do processo serão formalizadas mediante retificação, assegurada publicidade e, quando necessário, reabertura de prazo.

14.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvida a Comissão Municipal de Acompanhamento e, quando necessário, a Assessoria Jurídica Municipal.

14.12. Integram este Edital, independentemente de transcrição, todos os seus anexos.

14.13. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Vertente do Lério/PE, 14 de agosto de 2026.

AMILTON ARRUDA DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação

ANEXO I
QUADRO DE UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL – REFERÊNCIA PARA O PROCESSO SELETIVO

Nº	Unidade de Ensino	Localidade	Função	Turnos de funcionamento	Quantidade vagas
01	ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIZ	SÍTIO EMBEBEDADO	Diretor Escolar	MANHÃ E TARDE	1
02	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ LUIZ	SÍTIO PEDRA BRANCA	Diretor Escolar	MANHÃ, TARDE E NOITE	1
03	ESCOLA MUNICIPAL SUZANA MARIA SARAIVA	SÍTIO PAVIRADA	Diretor Escolar	MANHÃ E TARDE	1
04	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MARIANO DA CRUZ	SÍTIO LAGOA DE PEDRA	Diretor Escolar	MANHÃ, TARDE E NOITE	1
05	ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO ELEONOR	GAMBÁ	Diretor Escolar	MANHÃ E TARDE	1
06	ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ	TAMBOR	Diretor Escolar	MANHÃ, TARDE E NOITE	1
07	CRECHE MUNICIPAL DONA INEISINHA	TAMBOR	Diretor Escolar	MANHÃ E TARDE	1
08	ESCOLA MUNICIPAL JOÃO FRANCISCO DAS CHAGAS	CHÃ DO PAVÃO	Diretor Escolar	MANHÃ E TARDE	1
09	ESCOLA MUNICIPAL PAULO FLORO DA COSTA	TAMBOR DE BAIXO	Diretor Escolar	MANHÃ E TARDE	1
10	ESCOLA MUNICIPAL JOÃO FLORÊNCIO DA SILVA	SÍTIO PEDREGULHO	Diretor Escolar	MANHÃ E TARDE	1
11	CRECHE MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ	CENTRO VERTENTE DO LÉRIO	Diretor Escolar	MANHÃ E TARDE	1
12	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BATISTA DE SOUZA	CENTRO VERTENTE DO LÉRIO	Diretor Escolar	MANHÃ, TARDE E NOITE	1

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE MÉRITO E DESEMPENHO – DIRETOR ESCOLAR

Nome completo: ___
CPF: _____
RG: _____
Data de nascimento: _____/_____/_____

Matrícula funcional: _____
Vínculo:
( ) Efetivo
( ) Contratado
Cargo/Função atual: _____
Unidade de lotação: _____
Tempo de exercício na Educação Básica: _____
Tempo de exercício no Magistério Municipal: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Endereço: _____
DECLARAÇÃO
Solicito minha inscrição no Processo Seletivo Público de Mérito e Desempenho para formação do Cadastro Municipal de Gestores Escolares Aptos ao exercício da função de Diretor Escolar.
Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras, que conheço e aceito as regras do Edital e do Decreto Municipal nº 041/2026 e que possuo disponibilidade para o exercício da função nas condições estabelecidas pela legislação municipal.

Vertente do Lério/PE, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do candidato

ANEXO III
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO ATO DA INSCRIÇÃO
Formulário de inscrição devidamente preenchido e assinado;
Documento oficial de identidade com fotografia;
CPF;
Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral ou certidão equivalente;
Documento relativo às obrigações militares, quando legalmente exigível;
Comprovante de residência atualizado;
Documento comprobatório do vínculo com a Rede Municipal;
Contracheque recente ou documento funcional equivalente;
Diploma ou certificado comprobatório da habilitação exigida;
Documentação comprobatória de experiência mínima de 3 anos na docência da Educação Básica;
Certidão/declaração funcional relativa à inexistência de penalidade administrativa nos últimos 3 anos;
Documentos comprobatórios de experiência profissional para fins de pontuação;
Certificados de formação complementar;
Certificados/diplomas de especialização, mestrado ou doutorado apresentados para pontuação;
Fotografia 3x4, caso exigida para organização administrativa;
Laudo/documento médico, exclusivamente quando necessário para solicitação de atendimento diferenciado;
Demais documentos expressamente exigidos neste Edital.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO

Eu, _____, CPF nº _____, candidato(a) inscrito(a) no Processo Seletivo Público de Mérito e Desempenho, declaro, para fins de solicitação de atendimento diferenciado, que necessito do seguinte recurso/condição de acessibilidade:

Documentação comprobatória anexada:
( ) Sim
( ) Não – hipótese legal de dispensa: _____

Vertente do Lério/PE, / /2026.

Assinatura

ANEXO V
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

1. Constituição e Legislação Educacional
Princípios constitucionais da Administração Pública. Direito à educação. Gestão democrática. Organização dos sistemas de ensino. Responsabilidade do poder público.
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Princípios e fins da educação. Organização da Educação Básica. Gestão democrática. Profissionais da educação. Incumbências dos estabelecimentos de ensino. Autonomia escolar.
3. Fundeb, VAAR e Políticas Públicas
Fundeb. Complementações da União. VAAR. Critérios técnicos de mérito e desempenho. Políticas de financiamento e gestão educacional.
4. Gestão Escolar e Gestão Democrática
Gestão participativa. Conselhos Escolares. Projeto Político-Pedagógico. Liderança educacional. Participação da comunidade. Gestão de conflitos. Clima escolar.
5. Planejamento e Gestão Pedagógica
Planejamento estratégico. Currículo. BNCC. Currículo de Pernambuco. Avaliação da aprendizagem. Recomposição das aprendizagens. Monitoramento pedagógico. Formação continuada.
6. Gestão Administrativa e Financeira

Administração escolar. Patrimônio público. Recursos financeiros. Programas educacionais. Prestação de contas. Transparência. Princípios da Administração Pública.
7. Avaliação Educacional e Indicadores
Avaliações internas e externas. SAEB. IDEB. Indicadores de rendimento, fluxo e aprendizagem. Uso pedagógico dos resultados. Gestão baseada em evidências.

ANEXO VI
MATRIZ DA PROVA OBJETIVA

Área	Pontuação
Constituição Federal e legislação educacional	5
LDB	5
Fundeb, VAAR e políticas públicas	5
Gestão Escolar e Gestão Democrática	8
Planejamento e Gestão Pedagógica	7
Gestão Administrativa e Financeira	5
Avaliação e indicadores	5
TOTAL	40

Nota mínima: 24 pontos.

ANEXO VII
INSTRUMENTO DE MANIFESTAÇÃO CONSULTIVA DA COMUNIDADE ESCOLAR

Avalie cada dimensão conforme o instrumento padronizado, utilizando escala de percepção de 1 a 5, além da opção "não possuo elementos suficientes para avaliar". As respostas terão caráter exclusivamente consultivo, não serão convertidas em pontos e serão divulgadas apenas de forma consolidada:

• Liderança;
• Comunicação;
• Capacidade de diálogo;
• Relacionamento interpessoal;
• Gestão democrática;
• Capacidade de articulação;
• Compromisso com a aprendizagem;
• Ética e responsabilidade;
• Capacidade de resolução de problemas;
• Compromisso institucional.

A manifestação será anônima, impessoal e consolidada em relatório, sendo vedada a divulgação individualizada das respostas ou de qualquer informação que permita identificar o participante.

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO E AUSÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

Eu, _____, integrante da Comissão/Banca do Processo Seletivo, declaro:
( ) não possuir relação ou interesse capaz de comprometer minha imparcialidade em relação aos candidatos;
ou
( ) DECLARO-ME IMPEDIDO(A) em relação ao candidato:

Motivo: ___
Comprometo-me a observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e isonomia.

Vertente do Lério/PE, / /2026.

Assinatura

ANEXO IX
ANÁLISE CURRICULAR

Candidato: _____

Critério	Máximo	Pontuação atribuída
Especialização em Gestão Escolar/Administração Escolar/áreas afins	5	
Mestrado em Educação	3	
Doutorado em Educação	2	
Experiência em gestão escolar	5	
Cursos de formação continuada na área de gestão educacional, com carga horária mínima de 40 horas, realizados nos últimos 5 anos	Até 5 (2,5 pontos por curso)	
TOTAL	20	

Observações da Comissão/Banca:

Avaliador: _____ Data: / /2026.
Avaliador: _____ Data: / /2026.
Avaliador: _____ Data: / /2026.

ANEXO X
MODELO DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

1. IDENTIFICAÇÃO
Nome do candidato:

Unidade escolar utilizada exclusivamente como referência para elaboração do Plano (Anexo I):
Período de referência:

2. APRESENTAÇÃO
Concepção de educação, escola pública, gestão e liderança educacional.

3. DIAGNÓSTICO
Caracterização da realidade escolar, considerando:

• estudantes;
• profissionais;
• aprendizagem;
• frequência;
• fluxo;
• avaliações;
• infraestrutura;
• participação familiar;
• clima escolar;
• inclusão;
• gestão administrativa e financeira.

4. DIMENSÃO PEDAGÓGICA
Problemas identificados, objetivos, metas, ações, indicadores, responsáveis e prazos.
5. GESTÃO DA APRENDIZAGEM
Estratégias para acompanhamento, avaliação e recomposição das aprendizagens.
6. GESTÃO DE PESSOAS
Liderança, formação, acompanhamento, comunicação e clima organizacional.
7. GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL
Organização, documentação, patrimônio, serviços e infraestrutura.
8. GESTÃO FINANCEIRA
Planejamento, execução, acompanhamento, transparência e prestação de contas.
9. GESTÃO DEMOCRÁTICA
Conselho Escolar, participação da comunidade, PPP e transparência.
10. INCLUSÃO E EQUIDADE
Estratégias para garantia do acesso, participação, permanência e aprendizagem.
11. METAS E INDICADORES

Objetivo	Meta	Ação	Indicador	Prazo	Responsável

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Descrição dos mecanismos que serão utilizados para acompanhamento das metas.

ANEXO XI
AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

Candidato: _____

Critério	Pontuação máxima	Nota
Diagnóstico da realidade escolar	5	
Planejamento estratégico e definição de metas	8	
Propostas para melhoria da aprendizagem	8	
Liderança e gestão de pessoas	5	
Gestão administrativa e financeira	4	
Subtotal referente ao conteúdo e consistência do Plano	30	

Parecer técnico:

ANEXO XII
AVALIAÇÃO DA DEFESA DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR E ENTREVISTA TÉCNICA

Candidato: _____

Comunicação, argumentação e domínio técnico

Aspecto	Avaliação
Clareza e objetividade	
Capacidade de argumentação	
Domínio técnico	
Capacidade de responder às situações-problema	

Postura de liderança e tomada de decisão	
Pontuação consolidada	0 a 10

RESULTADO DA ETAPA
Plano de Gestão: _____ / 30
Defesa e Entrevista: _____ / 10
TOTAL: _____ / 40
( ) APROVADO
( ) ELIMINADO – pontuação inferior a 24 pontos
Assinaturas da Banca:

•

•

•

ANEXO XIII
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Nome: _____
CPF: _____
Etapa objeto do recurso: _____
Resultado/ato questionado: ____
FUNDAMENTAÇÃO

PEDIDO

Vertente do Lério/PE, / /2026.

Assinatura do candidato

ANEXO XIV
CRONOGRAMA DE EVENTOS

EVENTO	DATA/PERÍODO
Publicação do Edital	14/08/2026
Prazo para impugnação do Edital	17/08/2026
Período de inscrições	18/08 a 21/08/2026
Solicitação de atendimento diferenciado	18/08 a 21/08/2026
Resultado preliminar das inscrições	24/08/2026
Recursos contra inscrições	25/08/2026
Resultado definitivo das inscrições	26/08/2026
Análise Curricular	27/08/2026
Resultado preliminar da Análise Curricular	28/08/2026
Recursos	31/08/2026
Resultado definitivo da Análise Curricular	01/09/2026
Aplicação da Prova Objetiva	04/09/2026
Publicação do gabarito preliminar	05/09/2026
Recursos contra questões/gabarito	08/09/2026
Gabarito definitivo	09/09/2026
Resultado preliminar da Prova Objetiva	10/09/2026
Recursos	11/09/2026
Resultado definitivo da Prova Objetiva	14/09/2026
Entrega do Plano de Gestão Escolar	14/09/2026
Avaliação dos Planos	17/09/2026
Defesa do Plano e Entrevista Técnica	17/09/2026
Manifestação consultiva da comunidade escolar	21/09/2026
Classificação final preliminar e publicação do relatório consolidado da manifestação comunitária	22/09/2026
Recursos contra a classificação final preliminar e irregularidades da manifestação comunitária	23/09/2026
Classificação final definitiva	24/09/2026
Homologação do Processo Seletivo	25/09/2026
Constituição do Cadastro Municipal de Gestores Escolares Aptos	25/09/2026

ANEXO XV
TERMO DE COMPROMISSO DO DIRETOR ESCOLAR

O candidato designado para a função de Diretor Escolar compromete-se a:

I – cumprir o Plano de Gestão Escolar;
II – executar as políticas e diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;
III – acompanhar os resultados de aprendizagem;
IV – estabelecer estratégias para cumprimento das metas educacionais;
V – promover gestão democrática e participativa;
VI – assegurar transparência administrativa e financeira;
VII – zelar pelo patrimônio público;
VIII – promover ambiente escolar inclusivo e seguro;
IX – participar das formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;
X – prestar informações e contas sempre que solicitado;

XI – participar dos processos de monitoramento e avaliação da gestão;
XII – observar os princípios da Administração Pública;
XIII – atuar em conformidade com a legislação educacional;
XIV – cumprir as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 041/2026 e demais normas municipais.
Declaro estar ciente de que meu desempenho será objeto de acompanhamento e avaliação periódica pela Secretaria Municipal de Educação.

Vertente do Lério/PE, ____ de _____ de _____.

Diretor(A) Escolar

Secretaria Municipal De Educação

Publicado por:
Maria Adenilza Costa de Santana
Código Identificador:C62A3795

